58

Humanidades e Gestão Cultural

contribuições a partir da América do Sul

Coordenação:
Juliano Bitencourt Campos
Luiz Oosterbeek
Lia Raquel T. Brambilla Gasques
André Luís Ramos Soares
Jairo José Zocche
José Gustavo S. da Silva

ARKEOS
perspetivas em diálogo

Apheleia
Humanities International Association
For Cultural Integrated Landscape Management

Humanidades e Gestão Cultural

contribuições a partir da América do Sul

Coordenação:

Juliano Bitencourt Campos
Luiz Oosterbeek
Lia Raquel T. Brambilla Gasques
André Luís Ramos Soares
Jairo José Zocche
José Gustavo S. da Silva

//

2024

58

ARKEOS

perspetivas *em diálogo*

Ficha Técnica

ARKEOS – *Perspetivas em Diálogo*, **vol. 58**

Propriedade: Instituto Terra e Memória
Coordenação deste volume: Juliano Bitencourt Campos, Luiz Oosterbeek, Lia Raquel T. Brambilla Gasques, André Luís Ramos Soares, Jairo José Zocche, José Gustavo S. da Silva
Título: Heritage: Humanidades e Gestão Cultural: contribuições a partir da América do Sul © 2024, ITM e autores
Design Editorial: Joana Gerardo Rey
Ilustração da Capa: ©Aurielak via Canva.com. Idealização do projeto José Gustavo S. da Silva.
Depósito Legal: 108 463 / 97
ISSN: 0873 – 593X
ISBN: 978-989-53070-9-8
Impressão e Acabamentos: Gráfica Almondina
Tiragem: 200 exemplares e edição eletrónica
Mação, 2024

Refª: Campos J.B., Oosterbeek L., Gasques, L.R.T.B., Soares, A.L.R., Zocche, J.J., Silva, J.G.S. (org.2024). *Humanidades e Gestão Cultural: contribuições a partir da América do Sul.* Mação: Instituto Terra e Memória, série ARKEOS, vol.58.

Solicitamos permuta | *On prie l'échange* | *Exchange wanted* | *Tauschverkehr erwunscht* | *Sollicitiamo scambio*

Contactar:
Instituto Terra e Memória
Largo dos Combatentes, 6120 – 750 Mação, Portugal
itm.macao@gmail.com
www.institutoterramemoria.org
www.apheleiaproject.org

Apoios:

Este projeto é cofinanciado pelo Edital de Chamada pública FAPESC Nº 23/2022 - PROEVENTOS 2023 - FASE II - Termo de Outorga No: 2023TR000402.

Este estudo é cofinanciado por Fundos portugueses da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (Portugal), no âmbito do projeto estratégico UIDB/00073/2020 e UIDP/00073/2020 da Unidade de I&D Centro de Geociências

Humanidades e Gestão Cultural

contribuições a partir da América do Sul

Coordenação: Juliano Bitencourt Campos, Luiz Oosterbeek, Lia Raquel T. Brambilla Gasques, André Luís Ramos Soares. Jairo José Zocche, José Gustavo S. da Silva

Publicado por:

INSTITUTO TERRA E MEMÓRIA

ediunesc EDITORA E LIVRARIA

Realização:

Apheleia Humanities International Association For Cultural Integrated Landscape Management

unesc

ipt Cátedra UNESCO de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território Instituto Politécnico de Tomar Portugal

unesco Chair

unesco Cátedra Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

Universidade Federal de Santa Maria 1960

Cátedra UNESCO «Fronteiras e Migrações» Universidade Federal de Santa Maria Brasil

75th CIPSH INTERNATIONAL COUNCIL FOR PHILOSOPHY AND HUMAN SCIENCES

UFMS

GEOPARQUE CAMINHOS DOS CÂNIONS DO SUL

unesco Global Geopark

PPGCA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS • UNESC

centro de geo ciências

Comitê Científico do evento

DRA. ALINE VIEIRA DE CARVALHO
UNICAMP
DRA. CAROLINA LOPES ARAÚJO
UNB
DRA. DIONE BANDEIRA
UNIVILLE
DRA. INGUELORE SCHEUNEMANN
IPT (PORTUGAL)
DRA. IZABEL REGINA DE SOUZA
UNESC
DRA. LIA RAQUEL TOLEDO BRAMBILLA GASQUES
UFMS
DRA. LUCIA POMBO
UNIVERSIDADE DE AVEIRO (PORTUGAL)
DRA. LUCY CRISTINA OSTETTO
UNESC
DRA. MERISANDRA CORTES DE MATTOS GARCIA
UNESC
DR. ALEX SANDER DA SILVA
UNESC
DR. ALEXANDRE SCHIAVETTI
UESC
DR. ANDRÉ LUIS RAMOS SOARES
UFSM
DR. CARLYLE BEZERRA DE MENEZES
UNESC
DR. DANIEL RIBEIRO PREVE
UNESC
DR. DIMAS FLORIANI
UFPR
DR. FABIANO RAUPP-PEREIRA
UNESC
DR. FLAVIO AHMED
EMERJ

DR. GERALDO MILIOLI
UNESC
DR. HARUF SALMEN ESPINDOLA
UNIVALE
DR. JAIRO JOSÉ ZOCCHE
UNESC
DR. JAIRO VADALTI
UDESC
DR. JEDSON FRANCISCO CEREZER
SAB SUL
DR. JOÃO HENRIQUE ZANELATTO
UNESC
DR. JORGE EREMITES DE OLIVEIRA
UFPEL
DR. JORI RAMOS PEREIRA
UNESC
DR. JULIANO BITENCOURT CAMPOS
UNESC
DR. LUIZ OOSTERBEEK
IPT/ITM (PORTUGAL)
DR. MARCOS CESAR PEREIRA SANTOS
UFPEL
DR. MARIAN HELEN DA SILVA GOMES RODRIGUES
ICMBIO
DR. MICHELE GONÇALVES CARDOSO
UNESC
DR. ORIVALDO NUNES JUNIOR
UDESC
DR. PAULO DE BLASIS — USP
DR. RAFAEL SUÁREZ
UDELAR (URUGUAI)
DR. REGINALDO DE SOUZA VIEIRA
UNESC
DR. RICARDO EUSTÁQUIO FONSECA FILHO
UFDPAR

DR. RODRIGO MACHADO
UNESC
DR. EDUARDO CAMPECHANO-ESCALONA
UNIVERSIDAD CÉSAR VALLEJO-PERÚ
MA. ISABEL CRISTINA DÍAZ DE CAMPECHANO
UNIVERSIDAD CÉSAR VALLEJO-PERÚ
MA. MARIA DA GLORIA TAVARES DEMAMANN
UNESC
ME. CARLOS DOS PASSOS PAULO MATIAS
UNESC
ME. DIEGO DIAS PAVEI
UNESC
ME. GUSTAVO SIMÃO
UNESC
ME. JOÃO HENRIQUE ZAHDI RICETTI
UNC
ME. JOSÉ GUSTAVO SANTOS DA SILVA
UNESC
ME. MIKAEL MIZIESKI
UNESC
ME. TARCÍSIO ROLDÃO DA ROSA
UNESC
MA. TAYSE BORGHEZAN NICOLADELLI
UNESC

Sumário

8 **Comitê Científico do evento**

18 **Prefácio**
BY PROF.ª DRA. LUCIANE BISOGNIN CERETTA

22 **Introdução**
BY PROF.ª DRA. INGUELORE SCHEUNEMANN

26 **APHELEIA:** *a práxis das contribuições transdisciplinares das Humanidades para a sustentabilidade*
BY NUNO GUIMARÃES DA COSTA & LUIZ OOSTERBEEK

32 **I Seminário Internacional APHELEIA AMÉRICA DO SUL:** *O Mundo em transformação*
BY JULIANO BITENCOURT CAMPOS; LUIZ MIGUEL OOSTERBEEK; ANDRÉ LUIS RAMOS SOARES; LIA RAQUEL TOLEDO BRAMBILLA GASQUES; JAIRO JOSÉ ZOCCHE & JOSÉ GUSTAVO SANTOS DA SILVA

50 **Construir uma Identidade Humana:** *Desafios para o Século XXI*
BY LUIZ OOSTERBEEK

72 **Gestão do território e sustentabilidade na sociedade da informação:** *Construção social, discursos, participação social e literacia midiática e informacional*
BY CAROLINA LOPES ARAÚJO

88 **Educação para a sustentabilidade** *com jogos educativos com realidade aumentada em percursos pela cidade*
BY LÚCIA POMBO; JOÃO FERREIRA-SANTOS; MARGARIDA M. MARQUES; DIOGO FIGUEIREDO; RAFAEL FERNANDES & RITA RODRIGUES

112 **A propósito do enfoque regional** *na arqueologia Brasileira*
BY PAULO DEBLASIS

138 **Um laudo antropológico e suas rápidas repercussões:** *legitimidade e representatividade para falar por uma comunidade guató no pantanal*
BY JORGE EREMITES DE OLIVEIRA

206 **Revalorização cultural do património gastronómico do campo de moche** *para promover o desenvolvimento local sustentável*
BY EDUARDO CAMPECHANO-ESCALONA & ISABEL CRISTINA DÍAZ DE CAMPECHANO

228 **Desenvolvimento sustentável:** *entre obstáculos e imaginários*
BY DIMAS FLORIANI

244 **A Educação Patrimonial em ambiente universitário:** *MUARQ - Museu de Arqueologia da UFMS e no LASCA - Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas da UFSM.*
BY LIA RAQUEL TOLEDO BRAMBILLA GASQUES; ANDRÉ LUÍS RAMOS SOARES & LAURA ROSELI PAEL DUARTE

268 **A Paisagem Cultural do Município de Morro Grande** *no Geoparque Mundial da UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul*
BY JAIRO VALDATI; LEONARDO MARTINS BANDEIRA; MIKAEL MIZIESCKI; JOSÉ GUSTAVO SANTOS DA SILVA & JULIANO BITENCOURT CAMPOS

290 **Fomentando Reflexões Dialógicas de Políticas Publicas à** *Educação Ambiental no Brasil*
BY GERALDO MILIOLIANA; PAULA CITTADIN; THOY MONDARDO DAMIANI BECKER; JUCELIA TRAMONTIN DALPIÁS & CAROLINE VIEIRA RUCHEL

312 **Roteiro do Patrimônio Industrial em Criciúma/Sc:** *Estruturas da Mineração do Carvão no Bairro Próspera*
BY DANIELA PISTORELLO; MICHELE GONÇALVES CARDOSO & TIAGO DA SILVA COELHO

356 **Museus, Cultura Material e Arqueologia na Socialização de Conhecimentos:** *O Potencial da Escavação Arqueológica em Sambaquis de Joinville, Sc*
BY DIONE DA ROCHA BANDEIRA; GLORIA ALEJANDRA GUARNIZO LUNA & ROSANE PATRÍCIA FERNANDES

376 **As Atafonas (Moinhos De Pedra) e a Farinha De Milho De Nova Veneza/Sc:** *Importância e Formas de Preservação de Insumos Artesanais e Regionais*
BY LUCAS FABRICIO DE SOUZA FIRMINO

396 **Narratividades Da** *Visibilidade Negra* **Na Formação Docente**
BY ALEX SANDER DA SILVA; NORMÉLIA ONDINA LALAU DE FARIAS; DOUGLAS VAZ FRANCO SANTANA; JANAINA DAMÁSIO VITORIO; CHRISTIAN MULEKA MWEWA & JESSICA VICÊNCIA DAS CHAGAS MACHADO

416 **Os Povos Originários no Brasil e a Sua Relação com o Meio Ambiente:** *A Reformulação do Pensamento Jurídico para Efetivação dos Direitos dos Povos Indígenas*
BY DANIEL RIBEIRO PREVE; MATHEUS BICCA MENEZES & JULIANA DE MATOS BARBOSA

438 **Vitivinicultura na Campanha Gaúcha, Brasil:** *Diretrizes ao Desenvolvimento Territorial Sustentável*
BY ALCIDES GOMES NETO & JOÃO FERNANDO IGANSI NUNES

456 **Educação Patrimonial:** *Contribuições da Extensão Universitária para Valorização da História de Longa Duração do Território Catarinense*
BY BRUNA CATANEO ZAMPARETTI & GEOVAN M. GUIMARÃES

482 **Revisão Narrativa da Paisagem Cultural Alimentar:** *Um enfoque na Sustentabilidade*
BY CLAUDIA DA SILVA NOGUEIRA & FRANCISCA FERREIRA MICHELON

502 **Territorialidade Indígena Guarani em Estudos Antropológicos:** *Estudos e Conceitos*
BY ORIVALDO NUNES JUNIOR; JOÃO PAULO DE ARAUJO SEVERO; UBIRAJARA SALLES ZOCCOLI & FELIPE BERNARDO MESSIAS

516 **Educação Patrimonial sob o Céu e o Sol no Sul, Rio Grande do Sul:** *"Morro Redondo Paisagens"* **&** *"Fotografeando Jovens Trabalhadores Rurais"*
BY JENNIFER PAOLA PISSO CONCHA & JOÃO FERNANDO IGANSI NUNES

538 **Jeguatá:** *Caminhar é Conhecer - Metodologia e Prática para Construção e Definição de Itinerários Paisagísticos Mbyá-Guarani em Porto Alegre*
BY MARCELO JULIANO SANTOS DOS SANTOS; MARCOS WELLAUSEN DIAS DE FREITAS; JOSÉ OTÁVIO CATAFESO; LEONARDO DE O. GUARAGNIJOS & MAURÍCIO MORINICO

568 **Topônimos da Parnaíba:**
Possibilidades para um Turismo Urbano
BY RICARDO EUSTÁQUIO FONSECA FILHO
& JOSÉ MARIA ALVES DA CUNHA

596 **Sustentabilidade, História e Fontes de Arquivos:**
Os Usos do Extrativismo Faunístico e Vegetal no Piauí, Brasil nos Séculos XVIII-XX
BY SÍRIA EMERENCIANA NEPOMUCENO BORGES

616 **Museus Comunitários em Paisagens Rurais:**
Um Uso Sustentável para o Patrimonio Industrial no Sul do Brasil
BY FRANCISCA FERREIRA MICHELON; JOSSANA PEIL COELHO & JOÃO FERNANDO IGANSI NUNES

640 **A Fragmentação dos Instrumentos de Gestão de Bens Culturais:** *A Paisagem da Serra da Barriga – AL*
BY JOELMA FARIAS SILVA DE CORNEJO & LUANA CAMPOS

664 **Os Desenhos da *Takruktektek*: Inventário do "Cosmos" Borum**
BY EDILEILA MARIA LEITE PORTES
& PATRÍCIA FALCO GENOVEZ

Prefácio

Prof.ª Dra. Luciane Bisognin Ceretta

Reitora da Unesc

É com grande satisfação que escrevo o prefácio deste volume, que se materializa como mais um marco significativo do trabalho colaborativo e da troca de saberes promovidos pela Unesc e pela Associação Internacional de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território, APHELEIA. O *I Seminário Internacional Apheleia: América do Sul*, realizado em outubro de 2023 durante a XIV Semana de Ciência e Tecnologia da Nossa Universidade, trouxe à tona discussões enriquecedoras sobre a importância das ciências humanas para a gestão das paisagens e das comunidades.

Este encontro inaugural, com a colaboração de diversas instituições de renome, inclusive a Cátedra UNESCO do Instituto Politécnico de Tomar e a Associação de Universidades Grupo Montevideo, proporcionou um espaço de reflexão profunda sobre os desafios e as possibilidades de um mundo em constante transformação. Durante os dias do evento, foi possível perceber como o intercâmbio de experiências e a cooperação transdisciplinar se tornam forças propulsoras para a construção de soluções inovadoras e sustentáveis.

Os artigos reunidos neste volume da série ARKEOS são fruto dessa convergência de conhecimentos e abordam temas variados, que vão desde a educação patrimonial e o desenvolvimento sustentável até o papel dos povos originários na reformulação do pensamento jurídico. As reflexões apresentadas ressaltam a relevância da academia em atuar como agente de preservação cultural e desenvolvimento social, em um momento em que o mundo clama por novas abordagens para velhos desafios.

Expresso minha profunda gratidão às pessoas envolvidas por suas valiosas contribuições e reafirmo que a continuidade dessa pujante série de encontros bianuais é essencial para aprofundar

as conexões estabelecidas e consolidar um compromisso com a troca de ideias e com uma abordagem inclusiva e sustentável. É por meio desse movimento contínuo e vigoroso que promoveremos avanços significativos e construiremos um legado de conhecimento e cooperação para as futuras gerações.

Que este volume seja uma inspiração e um incentivo para futuras pesquisas e ações transformadoras.

Com estima,

Prof.ª Dra. Luciane Bisognin Ceretta
Reitora da Unesc

Introdução

Inguelore Scheunemann

Prof.ª Drª. Presidente do Conselho Geral do Instituto Politécnico de Tomar

A América do Sul, com seu vastíssimo território e multi-culturalidade, os quais aliados à existência de uma rede ampla de universidades é, a meu juízo, o território mais adequado e fértil para colocar em ação a política de criação de capítulos regionais da Associação Internacional de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território – APHELEIA.

Corroborando a afirmativa, em curto lapso de tempo, a instalação do Capítulo América do Sul, se vê consolidada pela realização do I Seminário Internacional APHELEIA: América do Sul, cujos temas e apresentações, constituem a base dos artigos que integram o presente livro.

Seu conteúdo, disposto em 26 artigos, demonstra, claramente, o cumprimento dos propósitos previstos nos estatutos de APHELEIA, com menção especial àquele de aproximar os objetivos e as estratégias propostas pela Associação APHELEIA, traduzidas sinteticamente na expressão Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território, às realidades e problemas locais que os projetos devam abordar e, concomitantemente, garantir uma frutífera troca de conhecimento e experiencias entre realidades geograficamente mais distantes.

Neste sentido, os temas deste livro e seus autores representam uma gama variada de regiões da América do Sul cujos projetos envolvem grupos culturalmente distintos, redes de cooperação entre universidades, cooperação com outras instituições incluindo poderes locais e instituições situadas em outros continentes, participação da população local na construção e desenvolvimento de projetos, participação de redes de ensino desde o ensino fundamental até o doutorado, recuperação de patrimônios ancestrais com ênfase em patrimônio não tangível que prometem forte

contributo para a sustentabilidade, formação de grupos transdisciplinares e co-desenvolvimento de ferramentas inovadoras e de boas praticas aplicáveis ao ensino com foco em gestão cultural integrada do território, integração de ensino e pesquisa no tema, disseminação do conhecimento já existente e em desenvolvimento pelas múltiplas equipes participantes do então projeto APHELEIA, hoje Associação Internacional de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território – APHELEIA nos diversos continentes.

Refiro que, para além dos artigos iniciais que procuram familiarizar o leitor com APHELEIA, sua história, seus propósitos, as experiencias que já gerou e gera no presente, como também temas portadores de futuro, o leitor se deparará com abordagens voltadas às Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território, que perpassam pelo papel dos museus e dos geoparques neste contexto, povos originários e outras etnias com suas culturas, patrimônio florestal, agrícola e gastronômico, educação patrimonial e educação para a sustentabilidade, arqueologia, antropologia, politicas públicas, sociedade da informação e sua mais valia na educação e nos propósitos da gestão cultural integrada do território .

Assim, permito-me enfatizar, que este compendio, onde escrevo uma breve introdução, tem o potencial para tornar-se referencia para consulta acadêmica incluindo não só o ensino, mas a pesquisa e as ações com comunidades, além de abrir possibilidades de novas parcerias entre aqueles que o consultarem e os autores, em proposições que poderão vir a integrar o vivo e sempre renovado conjunto de projetos de APHELEIA, assim como muitas das ações descritas nos artigos poderão ser adaptadas a outros territórios, a outras culturas em diferentes partes do planeta.

Boa leitura.

APHELEIA:
a práxis das contribuições transdisciplinares das Humanidades para a sustentabilidade

Nuno Guimarães da Costa[1], Luiz Oosterbeek[2]

Nos dias que se seguiram à Cúpula Rio+20, em 2012, em que se realizaram relevantes debates paralelos centrados na gestão integrada do território e em novas abordagens e conceptualizações da sustentabilidade, tornou-se clara para alguns dos participantes a necessidade de estruturar melhor a investigação académica global sobre o tema, ancorada em diversos estudos de caso e processos da vida real. Isto levou, em 2014, à criação de um projeto financiado pela Comissão Europeia, APHELEIA, sobre Humanidades e Gestão Cultural Integrada das Paisagens, que reuniu investigadores envolvidos nos eventos da cúpula, membros da equipa que preparava o Ano Internacional da Compreensão Global (que ocorreria em 2016, sob a coordenação do Prof. Benno Werlen, da Universidade de Jena), bem como peritos que coordenam as principais redes europeias nos domínios da arqueologia, do património cultural e de vários domínios das ciências humanas e sociais.

A partir de 2015, seminários anuais em Mação, Portugal, reuniram algumas dezenas de investigadores e estudantes de investigação, abordando diversas conceitos fundamentais: dilemas (como passar da atual mentalidade de resolução de problemas para uma abordagem estratégica de enfrentamento de dilemas), matrizes socioculturais (como integrar o conhecimento informal e os processos de tomada de decisão na governação), educação, formação e comunicação (como ultrapassar a divisão artificial destas três expressões do mesmo processo de cocriação de conhecimento) e outros. Todos os anos, sem qualquer interrupção (embora realizado online em 2020, devido à pandemia),

1 Professor do ICN Business School (ICN), França. Secretário-Geral de APHELEIA Associação Internacional para as Humanidades e a Gestão Cultural Integrada das Paisagens.

2 Professor no Instituto Politécnico de Tomar (IPT), Portugal. Co-diretor do programa internacional de Doutoramento em Património, Tecnologia e Território do IPT e Universidade Autónoma de Lisboa. Presidente da Associação Internacional APHELEIA.

os seminários combinaram avanços teóricos com o acompanhamento de estudos de caso em todo o mundo.

Este processo de trabalho em rede, que a partir de 2015 passou a abranger investigadores e iniciativas em vários continentes, levou à transformação do projeto inicial numa associação académica internacional, que passou a ser membro do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (CIPSH) a partir de 2017. Um resultado importante do projeto e da associação APHELEIA, com o CIPSH, foi a proposta para que a UNESCO estabelecesse um novo programa de ciências da sustentabilidade baseado nestas preocupações (a "Declaração de Mação", aprovada em 2019, que levou ao processo de estabelecimento da atual nova iniciativa da UNESCO: o programa BRIDGES (aprovado em 2021 e que se torna plenamente operacional em 2024).

APHELEIA está a celebrar o seu 10º aniversário. Desde 2014, APHELEIA promoveu atividades de ensino e investigação na área da gestão cultural integrada das paisagens envolvendo mais de 100 bolseiros e 200 estudantes investigadores, publicando 9 livros e um vasto leque de artigos. Além disso, envolveu-se em projetos locais em mais de 50 países. Além do programa BRIDGES, APHELEIA também tem estado ativa no estabelecimento de várias cátedras UNESCO e CIPSH, bem como no codesenvolvimento de novos programas de mestrado e doutoramento.

Entretanto, o contexto evoluiu e, com ele, a necessidade de ajustar APHELEIA a uma nova realidade caracterizada por um crescente sentido de urgência de ação. Os desafios atuais incluem uma pressão crescente sobre os sistemas terrestres (da disponibilidade de água doce às alterações climáticas), uma evidente desintegração de algumas características fundamentais dos arranjos sociais sustentáveis (incluindo o aumento da desigualdade, a escalada do individualismo, e diminuição das *interações sociais off-line*) e o recente crescimento do discurso anticiência politicamente motivado. Estas tendências ocorrem no meio de tensões, conflitos e guerras crescentes, todos partilhando um foco em preocupações de curto prazo e uma abordagem disléxica que aborda os desafios

globais de uma forma isolada, em vez de integrada. A transição energética é apenas um exemplo, que atende a uma necessidade real, mas negligencia as implicações culturais e sociais, de certa forma reencenando os efeitos devastadores de grandes transições industriais passadas, como a transição da energia a vapor no século 19 ou as técnicas de construção em concreto no início do século 20.

Para superar qualquer um destes desafios, precisamos das perspetivas das Humanidades: perspetivas fundamentadas numa compreensão ampla da riqueza e variedade dos fenómenos culturais, orientadas pelo pensamento crítico; e o acolhimento a diferentes ontologias, epistemologias e metodologias, resultantes da crença de que todos os intervenientes num dado problema perverso, ou dilema, têm o direito e a obrigação de participar nas discussões que os envolvem. Mais do que isso, sem essa participação, a desconfiança continuará a crescer e os conflitos continuarão a agravar-se.

O impacto social neste processo de domínios como a história ou a antropologia é o de permitir que as sociedades concebam estratégias convergentes que se baseiem numa compreensão intelectual partilhada do passado e das suas divisões, focando-se para além dos problemas isolados de curto prazo, superando a falsa contradição entre unidade e diversidade, ou retomando as noções de tempo, espaço e causalidade. As humanidades permitem compreender que as comunidades percecionam a realidade através das narrativas, mas que as narrativas não criam a realidade, a não ser no sentido em que orientam a ação humana e, portanto, o seu próprio impacto no mundo. Como resultado, ancorar no conhecimento crítico as narrativas sobre temas relevantes como o passado, as identidades, os limites ou os recursos, é uma necessidade maior, sendo sua alternativa as narrativas de falsas notícias, pós-verdade, desconfiança e guerra. O conhecimento crítico, por si só, requer uma conversa entre o conhecimento acadêmico racional e a *práxis* das comunidades, que codesenham estratégias para suas próprias necessidades.

Na Associação APHELEIA, queremos aproveitar esta diversidade para aprofundar as discussões e levantar questões relativas à gestão cultural integrada das paisagens para a sustentabilidade local e global, que de outra forma descansariam nos seus silos originais, permitindo assim o surgimento de novas perspetivas sobre problemas e soluções. Temos a ambição de envolver atores de diferentes níveis – local, regional, nacional e internacional – em discussões compartilhadas sobre problemas perversos que afetam as paisagens em suas muitas interpretações. Temos a intenção de co-desenhar, co-desenvolver e co-implantar soluções sustentáveis, particularmente com aqueles que estão mais diretamente envolvidos, através de projetos específicos de investigação transdisciplinares. Para o efeito, para além da continuação de seminários, workshops e projetos locais, continuaremos a apoiar o estabelecimento de programas de estudos avançados à escala global e a favorecer a coordenação regional de projetos locais.

Para alcançar estes objetivos e as nossas atividades de advocacia, APHELEIA estruturou-se como uma associação de lei francesa, com sede em Paris, e com secções regionais. Isto permitir-nos-á estar mais próximos das comunidades que pretendemos impactar, enquanto fortalecemos a nossa rede e alargamos o acesso aos mecanismos de financiamento regionais e nacionais.

A América do Sul, e nomeadamente o Brasil, tem estado muito ativa na APHELEIA nos últimos anos, incluindo a presença do Prof. André Soares na Coligação BRIDGES, a criação de uma secção da Cátedra UNESCO-IPT em Gestão Integrada da Paisagem Humana e Cultural nas Universidades Federal e Católica de Pelotas, ou o envolvimento da Prof.ª Erika Robrahn-González como membro do conselho diretivo do programa BRIDGES. Criciúma, no Brasil, organizou o primeiro seminário internacional APHELEIA fora da Europa, que resultou neste volume. Todos esses elementos explicam por que o primeiro capítulo regional que está sendo estruturado está na América do Sul.

Também decidimos reforçar a nossa presença online, renovando o nosso site (apheleiaproject.org) e aumentando a nossa

presença em diversas redes sociais, incluindo Instagram, LinkedIn e X. Com esse intuito, criamos um Conselho Editorial de 5 membros, liderado pelo Prof. Juliano Bitencourt Campos da UNESC, Brasil, com o objetivo de promover discussões entre os membros, sobre temas relevantes para o APHELEIA. Estas podem ser iniciadas pelos membros, que propõem um tema apoiado por um pequeno texto enviado ao Conselho Editorial. Uma vez validado (em termos da sua adequação temática e de acordo com os objetivos e finalidade da Associação), o texto será divulgado através de diferentes redes sociais. Os textos e as correspondentes trocas serão eventualmente publicados no site da APHELEIA, sob o separador *Atrium*.

Uma característica importante do site renovado será o mecanismo de *matchmaking*. Uma área exclusiva para membros, onde os participantes poderão mutualizar esforços quando se candidatarem a financiamento. Este mecanismo funcionará da seguinte forma: um membro identifica uma oportunidade de concurso, anuncia-a na plataforma e inclui o perfil do(s) parceiro(s) que procura. Concluída esta etapa, APHELEIA anuncia uma chamada no site; um e-mail é enviado aos seus membros para desencadear um processo de *matchmaking*; os membros interessados respondem a essa mensagem e começam as negociações para a criação do consórcio. Uma vez formado o consórcio, o processo de *matchmaking* é concluído. O projeto é registado como APHELEIA e desloca-se para outra área do sítio, sendo registado como «projeto em curso».

Este é o quadro geral de atuação da Associação APHELEIA. Ao explicá-lo, convidamos os leitores deste volume a juntarem-se às várias iniciativas da Associação e a trazerem as suas próprias sugestões e contributos, nomeadamente filiando-se à mesma.

Paris/Lisboa, 7 de junho de 2024

1.

I Seminário Internacional APHELEIA AMÉRICA DO SUL: *O Mundo em transformação*

BY JULIANO BITENCOURT CAMPOS
LUIZ MIGUEL OOSTERBEEK
ANDRÉ LUIS RAMOS SOARES
LIA RAQUEL TOLEDO BRAMBILLA GASQUES
JAIRO JOSÉ ZOCCHE
JOSÉ GUSTAVO SANTOS DA SILVA

I Seminário Internacional APHELEIA AMÉRICA DO SUL: *O Mundo em transformação*

JULIANO BITENCOURT CAMPOS[1]
LUIZ MIGUEL OOSTERBEEK[2]
ANDRÉ LUIS RAMOS SOARES[3]
LIA RAQUEL TOLEDO BRAMBILLA GASQUES[4]
JAIRO JOSÉ ZOCCHE[5]
JOSÉ GUSTAVO SANTOS DA SILVA[6]

Direcionado às atividades científicas que tratam do modo pelo qual as sociedades humanas percebem os territórios, neles enxergando diferentes, e por vezes conflitantes, formas de se relacionar com as paisagens, reconhecendo que as estratégias orientadas para a sustentabilidade têm falhado, recorrentemente, por não considerarem a diversidade cultural que se traduz nessas percepções, o Apheleia subscreve a declaração de princípios sobre ciência da

[1] Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Criciúma/SC, Brasil. Investigador do Instituto Terra e Memória, Centro de Geociências (ITM/CGEO/Portugal) E-mail: jbi@unesc.net – Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0300-1303

[2] Professor e pesquisador do Instituto Politécnico de Tomar, Tomar, Investigador do Instituto Terra e Memória (ITM), Centro de Geociências (CGeo), Universidade de Coimbra, Portugal. E-mail: loost@ipt.pt

[3] Arqueólogo, professor titular Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria/RS, Brasil.

[4] Arqueóloga, professora doutora Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Campo Grande/MS, Brasil.

[5] Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Criciúma/SC, Brasil.

[6] Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Criciúma/SC, Brasil. Bolsista Fapesc (CP 48/2021).

sustentabilidade aprovada pela UNESCO em 2017 e identifica quatro vetores fundamentais para uma gestão convergente e sustentável das paisagens: educação permanente; reorganização da matriz sociocultural e das relações intergeracionais; envolvimento dos diferentes atores territoriais; e estratégia crítica de comunicação.

Logo, as questões humanas exigem mais da sociedade, dos líderes políticos, das associações vivas, das organizações não governamentais e dos cientistas. Nessa direção, é mister que se diga que a Associação Internacional Apheleia é uma rede de pesquisa, inovação e desenvolvimento, criada em 2014 com o apoio da Comissão Europeia e que rapidamente se disseminou em todos os continentes. A Rede trabalha sobre o contributo específico das Humanidades para a gestão territorial e a sustentabilidade, tendo desde o início a colaboração de pesquisadores do Brasil, designadamente da UNESC e da UFSM, incluindo recentemente esforços da UFMS no desenvolvimento de novos projetos. Membro do Conselho Internacional para a Filosofia e as Ciências Humanas, a rede Apheleia contribuiu de forma decisiva para a concepção e criação do novo programa da UNESCO, BRIDGES, sobre Humanidades e sustentabilidade.

Entre 2014 e 2017, uma rede de 17 parceiros de oito países europeus, com a colaboração de várias outras instituições globais e nacionais da Europa, América do Sul, África e Ásia, levaram a cabo o projeto "APHELEIA – Gestão Integrada da Paisagem Cultural para Sustentabilidade Local e Global - Associação Europeia de Humanidades para a Gestão Cultural Integrada da Paisagem", baseado numa parceria estratégica liderada por universidades, com centros de investigação, autarquias, empresas e Organizações Não Governamentais (ONGs).

Este projeto teve o aval do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (CIPSH) e do Ano Internacional do Entendimento Global (*International Year for Global Understading* - IYGU), tendo também estabelecido uma colaboração com o programa MOST (*Management of Social Transformations* – Gestão de Transformações Sociais) da UNESCO desde 2016.

A sua parceria central foi construída a partir da colaboração contínua em vários projetos convergentes, incluindo pesquisa, educação e disseminação, por mais de 20 anos (por exemplo, programas internacionais de mestrado e doutorado, grandes projetos de gestão de paisagens orientados para as humanidades, IYGU, etc.). Dado o impacto muito significativo do projeto e a colaboração de longa data, os seus parceiros acadêmicos decidiram constituir uma nova Associação Europeia de Investigação, que se filiou no CIPSH desde o início de 2017, sob a designação de "APHELEIA – Associação Européia de Humanidades e Gestão Integrada da Paisagem Cultural".

O programa está em seu 10º ano e a série de encontros internacionais Apheleia está em sua nona edição, a ser realizada entre 30 de março e 08 de abril de 2024 em Portugal. Desde 2017, os encontros anuais se transformaram de um seminário internacional com a colaboração da UNESCO. Para uma breve recapitulação, no ano de 2015 foram 40 estudantes e dez professores, representando algumas universidades europeias (a saber: Université Jean Monnet, Museum National D'Histoire Naturel (França), Vilniaus Universitetas (Lituânia), Universita Degli Studi di Ferrara (Itália), Friedrich-Schiller-Universitat Jena (Alemanha), Vysoke Uceni Technicke V Brne (República Tcheca), Universidade de Extremadura (Espanha) e Instituto Politécnico de Tomar (Portugal), que aceitaram o desafio para construir o programa. Em 2016 os anais do evento se converteram na Série Apheleia, que reunia a publicação das conferências, com igual número de participantes das mesmas universidades, somado a participação de professores e estudantes brasileiros, fato que se repetiria nas edições seguintes.

As participações dos palestrantes estão reunidas em 12 volumes editados como livros, com os seguintes títulos:

- *Sustainability Dilemmas: Transdisciplinary contributions to integrated cultural landscape management.* Edited By: L. Oosterbeek, M. Quagliuolo, L. Caron. Série ARKEOS, vol. 38/39.

- *Sustainability and Sociocultural Matrices: Transdisciplinary contributions for Cultural Integrated Landscape Management.* Edited By: Luiz Oosterbeek, Benno Werlen, Laurent Caron, ARKEOS, n. 40, volumes I, II, III.
- *Education, Training and Communication in cultural management of landscapes: Transdisciplinary contributions to Integrated cultural Landscape Management.* Edited by: Luiz Oosterbeek, Renaldas Gudauskas, Laurent Caron. ARKEOS, n. 42, volumes I, II.
- *Integrated Cultural Landscape Management: 100 key words in debate (a lexicon)* Edited By: Benno Werlen and Luiz Oosterbeek. ARKEOS, n. 42, Supplement II.
- *Resilience and Transformation in the territories of low demographic density. Studies in Honor of Prof. José Bayolo Pacheco de Amorim, on occasion of the establishment of the UNESCO-IPT chair on Humanities and Cultural Integrated Landscape Management.* Edited by: Luiz Oosterbeek, ARKEOS, n. 48.
- *Tangibility: designing future landscapes*. Edited by: Luiz Oosterbeek, ARKEOS, n. 51.
- *Co-Transforming Landscapes. Transdisciplinary Contributions for Cultural Integrated Landscape Management.* Edited by: Luiz Oosterbeek, ARKEOS, n. 54.
- *Resilience and Transformation in the territories of low demographic density II: integrated methodologies of human and social sciences*. Edited by: Luiz Oosterbeek, AREA DOMENIU 12.
- *Heritage: transforming landscapes through the arts and technology*. Edited by: Luiz Oosterbeek, ARKEOS, n. 57.

O evento Apheleia iniciou como um seminário acadêmico em 2014 voltado a estudantes de programas de mestrado e doutorado internacional, através de fomentos via Erasmus Mundus e Erasmus +, oriundos da Comunidade Europeia. APHELEIA (Gestão Integrada da Paisagem Cultural para Sustentabilidade Local e Global - Associação Europeia de Humanidades para a Gestão Cultural Integrada da Paisagem) passou em 2017 a ter

as dimensões ampliadas, como um projeto internacional que tem apoio de diversas instituições europeias e de outros continentes, como Ásia, África e Américas.

Sócrates, o filósofo, dizia que "uma vida que não é refletida nem deveria ser vivida". Nesse sentido, em momentos de crises humanitárias, pós-pandemia, guerras, conflitos, guerras, guerras, guerras..., enfim, entre avanços e retrocessos da humanidade na busca da compreensão e do aperfeiçoamento das relações sociais, políticas, culturais, econômicas, tecnológicas, territoriais, a Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), mais uma vez, coloca-se inserida e a disposição do debate global e local sobre as Humanidades. Nesta perspectiva aconteceu o **I Seminário Internacional Apheleia: América do Sul, durante a XIV Semana de Ciência e Tecnologia na UNESC, entre os dias 25, 26, 27 e 28 de outubro de 2023.**

No ano em que comemora o seu 10º aniversário, a Rede realizou o seu 1º seminário fora da Europa, no Brasil. Este acontecimento, em Criciúma, Santa Catarina, Brasil, na UNESC, foi sua primeira edição além do Atlântico e a primeira na América do Sul. A edição Apheleia-América do Sul, realizada em Criciúma, e organizada pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Geoparque Mundial da UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul, Instituto Politécnico de Tomar (IPT) Portugal, Instituto Terra e Memória (ITM) Portugal, Cluster de Quaternário do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra (CGEO) Portugal, e com o apoio da Fundação de Âmparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC), reuniu professores universitários, alunos de graduação e pós-graduação e a sociedade civil, em caráter inter e multidisciplinar, nas temáticas ligadas à gestão do território, povos originários e tradicionais, patrimônio cultural, paisagens culturais, turismo, inteligência artificial na educação e na sustentabilidade ambiental e seus desdobramentos, além de diversos temas ligados as relações

humanas, apresentados e discutidos por renomados pesquisadores do Brasil, Europa, e América do Sul.

O evento ocorreu de forma hibrida (online e presencial). Algumas questões podem ser abordadas no que concerne a modalidade do evento híbrido. Se por um lado a dinâmica presencial tenha vantagens inegáveis, após a pandemia de COVID-19 a presencialidade foi substituída ou complementada pelas possibilidades virtuais ou mesmo gravadas. Um dos aspectos que o evento Apheleia América do Sul inovou foi a realização de simultaneidade do evento, pois foi transmitido em tempo real pelo canal do Youtube da UNESC[7] e pelo canal do Youtube do próprio evento[8] permitindo não somente a comunicação de diversos pós-graduandos no evento, assim como a participação de diversos palestrantes nacionais e estrangeiros. Algo interessante a se destacar é que o evento não cobrou pelas inscrições dos participantes.

Alguns dados sobre o evento podem ser visualizados na figura 1.

Figura 1 – Organograma com dados sobre o evento



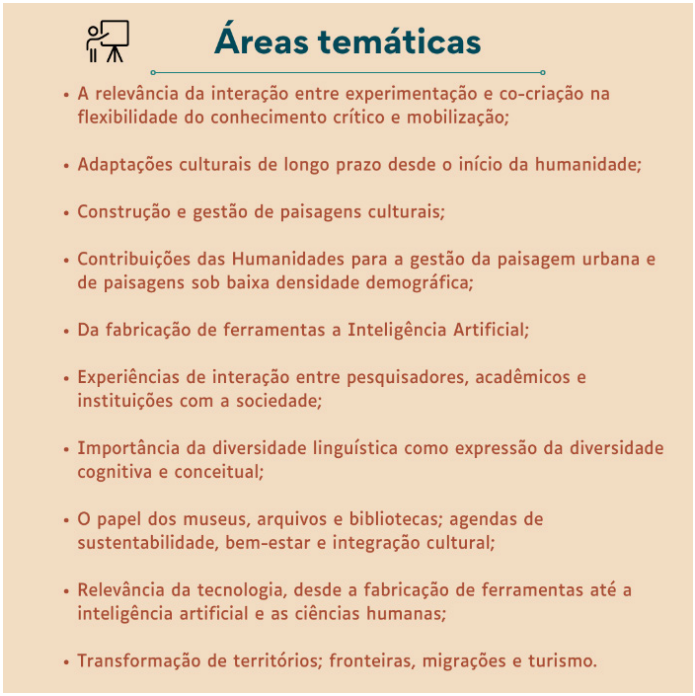
Fonte: Os autores.

7 https://www.youtube.com/@UnescTV

8 https://www.youtube.com/@APHELEIAAMERICADOSUL

Ao todo, dos 14 trabalhos apresentados, 10 foram selecionados para compor este livro, que integra igualmente outras colebaorações da rede APHELEIA na América do Sul. Os trabalhos foram apresentados entre 10 áreas temáticas, que podem ser visualizadas na figura 2.

Figura 2 – Áreas temáticas do evento



Fonte: Os autores.

O seminário foi pensado e dividido em quatro dias, contando com atividades de mesas redondas em todos eles, e uma saída de campo ao território do Geoparque Mundial da UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul (figura 4).

Figura 3 - Saída de campo ao território do Geoparque Mundial da UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul



Ao todo intervieram 36 palestrantes, sendo 8 internacionais advindos de países da América latina (Peru, Argentina e Uruguai) e Europa (Portugal) e 28 nacionais, advindo de 4 regiões do Brasil (Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste). Os títulos das mesas redondas estão na figura 4.

Figura 4 – Conferência de abertura e mesas redondas realizadas durante o evento

Conferência de Abertura

Desafios para o século XXI;

Mesas Redondas

Povos originários e comunidades tradicionais na América do Sul – alternativas para o asseguramento do território e dos direitos socioambientais;

Diversidade cultural e etnogênese no sul do Brasil e região platina ao longo do Holoceno;

Políticas públicas: sustentabilidade, ambiente e educação; Inteligência artificial, educação e sustentabilidade;

Geoparque Mundial da UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul;

Turismo - Gestão de territórios e de paisagens culturais;

A Socialização do Conhecimento;

Contribuições das Humanidades para a gestão da paisagem e do Patrimônio.

Fonte: Os autores.

Nesta edição na América do Sul, o Seminário Internacional Apheleia: América do Sul, é a continuidade do evento que acontece todos os anos em Mação, Distrito de Santarém, Portugal. Sendo assim, **trouxemos a metodologia e a expertise do evento Europeu para América do Sul, reunindo pesquisadores, docentes, estudantes, profissionais, empreendedores e demais agentes públicos, tratando de temas ligados a Gestão integrada do território, paisagem cultural, inteligência artificial na ciência e na educação, patrimônio material e imaterial e sustentabilidade.**

O grupo que compõe a organização da proposta tem participado dos eventos promovidos pelo Projeto *Apheleia desde as primeiras edições, de forma que este foi o primeiro seminário fora de Portugal. O núcleo fundador apoiou a iniciativa da construção do Apheleia: edição América do Sul, que além de contar com subscrição europeia, inicia com apoio de duas cátedras UNESCO, bem como duas universidades federais (UFSM e UFMS), além de uma universidade comunitária, a UNESC, que coordenou e sediou os trabalhos.*

Os territórios possuem suas dinâmicas próprias e com características históricas, geográficas, políticas e sociais diversas. Considerando que não existem soluções globais para problemas locais, a proposta do evento foi a de reunir professores, estudantes universitários, profissionais, empreendedores e demais agentes públicos para discutir as problemáticas locais, em busca de soluções possíveis e plausíveis, que envolvam o poder público, a iniciativa privada e a comunidade, em busca de alternativas pontuais para questões regionais. A gestão do território, em caráter inter e multidisciplinar, tem por objetivo discutir os modelos existentes para a construção de outros possíveis, que incluam os atores sociais nas questões ligadas ao patrimônio, à paisagem, ao desenvolvimento humano, às tecnologias emergentes e a sustentabilidade.

Neste evento, pretendeu-se abordar o patrimônio e paisagem cultural, e a diversidade populacional, as tecnologias emergentes e a sustentabilidade, temática estas diretamente ligadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) como temas do seminário. A ocupação da região é registrada por pelo menos 13 mil anos, e as adaptações ao meio tem se

demonstrado distintas ao longo do período. Ao mesmo tempo, as evidências materiais destes grupos humanos têm registrado seus legados através de paisagens culturais distintas, em sínteses regionais multivariáveis.

Embora o alcance do evento Apheleia na Europa tenha a participação de brasileiros, como os autores e outros colegas, e de se ter realizado diversos projetos de grande dimensão em Países como o Brasil, os seminários anuais da Rede ocorreram apenas na Europa até agora, mesmo tendo representantes de outros continentes.

Trazer o evento para a América do Sul e em particular para o sul brasileiro permitiu, para além da participação de alunos de graduação e pós-graduação da região sul, estender o mesmo também para além das fronteiras, envolvendo outras universidades da bacia platina, como Argentina, Paraguai e Uruguai. A colaboração com a AUGM, que é um parceiro do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (ao qual pertence a Associação APHELEIA), reforça a amplitude do impacto esperado deste evento. Além disso, durante o evento, diversas discussões envolvendo soluções para a região sul-catarinense foram postas no APHELEIA, dentro da lógica de privilegiar as contextualizações locais, e a dimensão aplicada do Seminário sobre o território onde ocorreu, de forma que se puderam reunir presencial e virtualmente acadêmicos, gestores e instituições ligadas aos temas do evento, tanto em âmbito nacional quanto internacional, aproveitando-se das facilidades que a tecnologia da informação, atualmente nos propicia.

A importância do evento deve ser percebida em escalas, do local, ao regional, ao nacional e a América do Sul. Não se trata apenas de multiplicar ideias, mas também buscar e aplicar soluções, discutindo as distintas realidades, as condições de mudança , os atores sociais, bem como a predisposição para o novo, o ousado, o incomum. Nas conferências e nos debates, a riqueza das experiências são somadas as distintas aproximações, suas aplicabilidades em contextos diversos, considerando as distâncias incomensuráveis entre Europa, América do Sul e cada país deste território continente, assim como o próprio Brasil. Não são distâncias somente físicas: Toda a sorte de diferenças nos distinguem em territórios, nações e etnias diferentes, mesmo ao pensar na América do Sul. Toda a sorte de soluções locais pode dialogar com problemas globais.

Figura 5 – Conferência de Abertura – Desafios para o século XXI



Fonte: Os autores (2023).

O desenvolvimento das atividades da Associação Internacional APHELEIA prosseguirá, com as dimensões de pesquisa e de co-construção de conhecimento, articulada com projetos de base territorial.

Neste domínio, assumirá especial importância a organização de atividades de ensino e treinamento, nomeadamente na relação entre patrimônio e sociedade, tentando em particular afrontar quatro grupos de questões:

> **1)** Porque é que o Património é importante nesta sociedade? A função do património numa sociedade em mudança é permitir a transformação sem perder a identidade; em outras palavras, precisamos escolher elementos na paisagem que não precisam mudar, para que todas as outras coisas podem mudar, mas isso implica uma discussão com a sociedade sobre isso.
>
> **2)** Qual o impacto das mudanças sociais, culturais e económicas no património? E que mudança ocorrem? Em primeiro lugar, os hábitos de leitura mudaram, há uma mudança para as novas gerações, que passa dos livros - que

são um bem material tangível - para o digital (acompanhado por uma diminuição da leitura problematizante). Há também uma mudança na relação com o desempenho: o digital tornou-se muito importante, com benefícios mas também com forte impacto a nível cognitivo.

3) Na rede APHELEIA temos desenvolvido projetos em diferentes países, muitos dos quais focam os saberes tradicionais e como os preservar e repensar na sociedade atual, pela sua importância socioeconômica e cultural. Porém, o tempo necessário para criar um objeto tradicional é muito mais caro do que a produção com novas tecnologias: se os preços aumentarem, poucos podem comprá-los e poucos podem viver dessa produção. Se os preços baixam, as novas gerações não estão interessadas porque vão ganhar muito pouco dinheiro. Como lidar com isso?

4) Como reorganizar os processos de integração das velhas competências com as novas competências que são necessárias com a dinâmica da sociedade? A nossa proposta e também a nossa experiência nos últimos anos, especialmente após a pandemia, tem sido articular o discurso do Património não só com a questão digital, mas com a questão da saúde, da qualidade de vida: centrar o discurso não no património, mas na qualidade de vida.

A formação sem uma educação mais alargada é potencialmente alienante, é uma formação para trabalhadores que não sabem por que razão as coisas estão a ser feitas, mesmo que as possam fazer

muito bem, o que nos permite identificar, creio, três níveis de competências que são importantes proteger, preservar e melhorar.

Um primeiro grupo é o mais tradicional: Competências Técnicas. Certamente para preservar conhecimentos antigos, todo o grupo de ciências da conservação, técnicas de conservação, é fundamental. Depois, há as estratégias e competências para fazer a relação entre o Património e a Sociedade: como fazer uma educação pública sobre o património, como construir o património imaterial de forma articulada, como articular o património com a economia social, como envolver a população numa dinâmica de ciências participativas, como formar cidadãos e não públicos (ou seja, atores conscientes e não consumidores passivos).

Um segundo grupo são as Competências de Integração Comunitária, que respondem à necessidade de alinhar a compreensão do passado, com vista ao futuro através de uma reconexão intergeracional e diversidade social: por exemplo, como articular o Património não com a sociedade em geral, mas com uma sociedade cada vez mais envelhecida. Estratégias específicas para os idosos, para os novos idosos que têm mais tempo, que estão bem em termos de saúde, que podem olhar para uma relação com o património que é muito diferente dos jovens, mas que também precisam de competências técnicas e culturais.

Depois, há um terceiro grupo, que são aquilo a que podemos chamar competências substanciais, aquelas que ajudam os cidadãos a estabelecer a ligação entre o passado e o futuro. Ou seja, saberes de gestão, de paisagens culturais, porque a paisagem cultural é o espaço no tempo em que as pessoas vivem. A gestão das paisagens culturais já não é a mera gestão dos sítios monumentais, já não é a gestão dos elementos isolados do território, e nem sequer é a gestão dos vestígios do passado: ela é, no quadro da sustentabilidade, uma gestão integrada de todas as dinâmicas sociais e culturais do território. Porque estamos numa sociedade de transição e a grande questão que se coloca aos cidadãos de todo o mundo é como será o futuro, o que exige uma capacidade

de co-construir uma utopia, que é uma questão espacial, de base territorial, ou seja, é uma questão de paisagem.

Estamos numa sociedade cada vez mais densa, cada vez mais dividida, e a gestão do património cultural não deve ser contra essa divisão, porque a divisão faz parte da dinâmica social normal. Mas o papel do património é permitir um núcleo que não muda para que o resto possa mudar de uma forma menos violenta, um pouco mais pacífica, um pouco mais racional e essa é uma competência elaborada que não pode ser feita apenas ao nível da formação, é um problema profundo de comunicação e, finalmente, de educação em contexto de projetos de coconstrução de dinâmicas de base territorial. acredito que temos agora algumas ferramentas para isso ao nível da UNESCO. Neste quadro, o novo programa BRIDGES, aprovado no âmbito do programa MOST (Gestão das Transformações Sociais) da UNESCO é um instrumento muito importante para as estratégias de pesquisa e gestão das paisagens que, também na América do Sul, se irão desenvolver.

Sugestão de leituras

Arendt, H. (2000). *Eichmann em Jerusalém.* São Paulo: Companhia das Letras.

Boutros-Ghali, B. (1992). *An agenda for peace: preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping.* New York: United Nations--Security Council.

Brown, F. (1989). Is tourism really a peacemaker? *Tourism Management*, 10, 270-271.

Carbone, F. (2016). Cultural Heritage Quality Management: Analysis of archaeological heritage managers' perception. *European Journal of Tourism Research, 14,* 114-118.

Carbone, F. (2018b). Post-multicultural challenges for cultural heritage managers and museums in the age of migrations. *Museum Management and Curatorship*, 1-22.

Council-of-Europe. (2005). *Council of Europe Framework Convention on the Value of Cultural Heritage for Society.* Faro.

Harris, I. M. (2004). *Peace education theory. Journal of Peace Education, 1*(1), 5-20.

Lederach, J. P. (2005). T*he Moral Imagination. The Art and Soul of Building Peace.* Oxford: Oxford Press.

Mény, Y. (2019). *Popolo ma non troppo. Il malinteso democratico.* Bologna: Il Mulino.

Oosterbeek, L. (2016). Becoming Human. New approaches for uncertain times. In L. Oosterbeek, M. Quagliuolo, & L. Caron (Eds.), S*ustainability Dilemmas. Transdisciplinary contributions to integrated cultural landscape management* (Vol. 38-39, pp. 85-107): ITM.

Oosterbeek, L. (2017). Kóios and Phoïbe: knowledge through sociocultural matrices, in the framework of cultural integrated landscape management and sustainability science. In L. Oosterbeek, B. Werlen, & L. Caron (Eds.), *Sociocultural matrices. Transdisciplinary contributions to integrated cultural landscape management* (pp. 45-64). Portugal: ITM.

Oosterbeek, L. (2019). Persona: from unrest to adaptation. *Plastir*(56), 1-15.

Packer, J., Ballantyne, R., & Uzzell, D. (2019). Interpreting war heritage: Impacts of Anzac museum and battlefield visits on Australians' understanding of national identity. A*nnals of Tourism Research*, *76*, 105-116.

Valecillo, Z. (2009). ¿Cómo acercar los bienes patrimoniales a los ciudadanos? Educación Patrimonial, un campo emergente en la gestión del patrimonio cultural. *PASOS : Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, 7*.

Zhang, C. X., Xiao, H., Morgan, N., & Ly, T. P. (2018). Politics of memories: Identity construction in museums. *Annals of Tourism Research, 73*, 116-130.

2.

Construir uma Identidade Humana: *Desafios para o Século XXI*

Construir una Identidad Humana: *Desafios para el Siglo XXI*

Building a Human Identity: *Challenges for the 21st Century*

BY LUIZ OOSTERBEEK

Construir uma Identidade Humana: *Desafios para o Século XXI*

Construir una Identidad Humana: *Desafios para el Siglo XXI*

Building a Human Identity: *Challenges for the 21St Century*

LUIZ OOSTERBEEK[1]

Resumo

Partindo da dúvida cartesiana, discute-se os limites e insuficiências do consenso dominante sobre os processos que marcam as transformações percecionadas à escala global, propondo uma clarificação contextual e conceptual que permita responder a uma questão que se coloca a centenas de milhões de humanos: o que fazer? Argumenta-se que é fundamental retomar o lugar central da dúvida na pesquisa científica, particularmente à luz dos resultados de cerca de três décadas de políticas públicas orientadas pelo consenso dominante. Defende-se que, pela primeira vez na História, os humanos precisam de assumir uma identidade Humana, num contexto de nova Grande Depressão, e que a transição da agenda ambiental do século XX para a agenda climática do século XXI bloqueou, ou pelo menos secundarizou, os

[1] Professor Coordenador e Titular da Cátedra UNESCO-Instituto Politécnico de Tomar em Humanidades e Gestão Cultural Integrada das Paisagens. Vice-diretor do Centro de Geociências. Doutor em arqueologia. E-mail: loost@ipt.pt. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3303-5958

processos de adaptação e transformação que efetivamente podem mobilizar as comunidades. Discute-se a centralidade do património nesses processos e explicita-se de que forma podem contribuir as Humanidades e, em especial, a História, face às tendências de transformação que se podem identificar em distintas regiões e à escala global.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Humanidades, Paisagem, Gestão, Grande depressão

Abstract

Building from the Cartesian doubt, the limits and insufficiencies of the dominant consensus on the processes that mark the transformations perceived on a global scale are discussed, proposing a contextual and conceptual clarification that allows us to answer a question that is posed to hundreds of millions of humans: what to do? It is argued that it is essential to resume the central place of doubt in scientific research, particularly in light of the results of about three decades of public policies guided by the dominant consensus. It is suggested that, for the first time in history, humans need to assume a Human identity, in a context of a new Great Depression, and that the transition from the environmental agenda of the twentieth century to the climate agenda of the twenty-first century has blocked, or at least undermined, the processes of adaptation and transformation that can effectively mobilize communities. The centrality of heritage in these processes is discussed and how the Humanities and history can contribute, in the face of the transformation trends that can be identified in different regions and on a global scale, is explained.

Keywords: Sustainability, Humanities, Landscape, Management, Great depression

Resumen

Partiendo de la duda cartesiana, se discuten los límites e insuficiencias del consenso dominante sobre los procesos que marcan las transformaciones percibidas a escala global, proponiendo un esclarecimiento contextual y conceptual que permita responder a una pregunta que se plantea a cientos de millones de humanos: ¿qué hacer? Se argumenta que es esencial retomar el lugar central de la duda en la investigación científica, particularmente a la luz de los resultados de cerca de tres décadas de políticas públicas guiadas por el consenso dominante. Se defiende que, por primera vez en la historia, los seres humanos necesitan asumir una identidad humana, en un contexto de una nueva Gran Depresión, y que la transición de la agenda ambiental del siglo XX a la agenda climática del siglo XXI ha bloqueado, o al menos subvaluado, los procesos de adaptación y transformación que pueden movilizar efectivamente a las comunidades. Se discute la centralidad del patrimonio en estos procesos y se explica cómo pueden contribuir las Humanidades y, en particular, la Historia, frente a las tendencias de transformación que se pueden identificar en diferentes regiones y a escala global.

Palabras Clave: Sostenibilidad, Humanidades, Paisaje, Gestión, Grande depresión

Introdução

Partimos da dúvida cartesiana, que é basilar em ciência mas parece arredada de boa parte da sua mediatização atual: e se estivermos enganados? Dito de outra forma: um crescente consenso, incialmente político, depois académico e finalmente político-académico, estruturou um eixo de referência como base explicativa para as igualmente crescentes tendências disruptivas nos mais diversos planos (ambiental, socioeconómico, geoestratégico, etc.). Esse consenso começou por identificar um problema ambiental

na década de 1970 (Clarke & Timberlake, 1982), que evoluiu para um modelo teórico da sustentabilidade (a *tripple-bottom line*) na década seguinte (WCED, 1987) e que se consolidou na viragem do milénio como questão climática (Hartmann & Degeorges, 2016). Neste percurso, a ação humana, desde há séculos reconhecida com relevante agente ambiental, tem sido reconhecida, mesmo por parte da academia, como principal força geológica, numa nova Era (o *antropoceno*) que converge para a sexta extinção em massa da bioodiversidade planetária. Daqui têm decorrido as principais plíticas públicas, sobretudo animadas, nas últimas duas décadas, pelas COPs (Schwarze, 2020).

Diversidade e Convergências

A globalização, quer dizer, a progressiva integração de unidades culturais e territoriais mais circunscritas e homogéneas em unidades mais amplas e diversas, é uma característica da progressiva, mas não linear, antropização do planeta, da qual a demografia é uma expressão.

A clarificação do quadro global do (escasso) debate é importante para responder a uma questão que se coloca a centenas de milhões de humanos, muito para além das suas manifestações mais politizadas: o que fazer? Argumenta-se que, para responder a esta questão, é fundamental retomar o lugar central da dúvida na pesquisa científica (Oosterbeek, 2024), particularmente à luz dos resultados de cerca de três décadas de políticas públicas orientadas pelo consenso dominante. Em seguida, reconhecendo que existem suficientes indicadores de que ocorre uma aceleração de dinâmicas em direçã a um futuro incerto, mas indissociável da integração global dos diversos ecossistemas à escala planetária, defende-se que, pela primeira vez na História, os humanos precisam de assumir uma identidade Humana, precisam de se transformar em Humanidade para além da noção de espécie, para poderem convergir de forma articulada e consciente, ainda que não necessariamente com uma agenda comum (Oosterbeek, 2016). Não

haverá solução para as dificuldades atuais, sem a organização da mobilidade de centenas de milhões de humanos, o que gera dificuldades económicas, logísticas mas, sobretudo, culturais.

Alargando o quadro explicativo, defendemos que, por um lado, o contexto global desde há uma década e meia é o de uma nova Grande Depressão (Hobsbawn, 1990) e não uma sequência e de crises, bem como que a transição da agenda ambiental do século XX para a agenda climática do século XXI bloqueou, ou pelo menos secundarizou, as iniciativas de adaptação e transformação que efetivamente podem mobilizar as comunidades.

Este quadro de depressão encontra a sua raiz no cruzamento de dois conjuntos de processos, um de natureza socioeconómica e outro de natureza sociocultural. No plano socioeconómico ocorreram entre os anos 50 e 70 do século passado três grandes transformações: as independências coloniais, que num primeiro momento alargaram os mercados de produção e consumo mas alteraram significativamente os fluxos comerciais comprometeram as bases económicas do chamado Estado de bem-estar social no hemisfério norte (Head, Mayer et al. 2011); as desestruturações sociais relacionadas com a rutura geracional que emergiu a partir da década de 1960 e que, partindo de uma contestação aos quadros elitistas e autoritários que permaneciam no pós-guerra, afirmou uma noção de liberdade que, paradoxalmente, viria a ser recuperada pelo mercado capitalista através de uma explosão do consumo individual de bens de caráter identitário (Dixon, 2016); e, finalmente mas como a importância estrutural de primeira grandeza, a rutura de um pilar essencial do sistema financeiro acordado em Bretton-Woods, que foi o fim da paridade entre o dólar e o ouro em 1971 (Staszczak, 2021), que, combinada com a primeira crise petrolífera em 1973 (Schumacher, 1985), veio estar na origem de progressiva financialização da economia (Gemzik-Salwach & Opolski, 2017), do ciclo inflacionista que dominaria o final do século XX e do seu anunciado colapso depois disso.

No plano sociocultural verificou-se o cruzamento a quebra de natalidade que se sucedeu aos baby boomers, com o

envelhecimento progressivo decorrente da melhoria das condições de vida e do prolongamento da esperança média de vida daí decorrente, invertendo progressivamente a pirâmide etária, desta forma minando outro dos pilares do sistema (Schoenmaeckers & Kotowska, 2005). Ao mesmo tempo, a grande aceleração tecnológica do final do século passado, que se tornou exponencial, começou a gerar alterações cognitivas decorrentes decrescente virtualização de comportamentos e da redução da gestualidade necessária para atingir objetivos diferenciados (Shanmugasundaram & Tamilarasu, 2023). A alienação cognitiva associada a revolução tecnológica tem vindo a empobrecer as conexões neuronais que estão associadas à motricidade em geral, reduzindo o campo da experimentação tangível e percecionável sensitivamente, o que, por sua vez enfraqueceu o domínio de escalas espaciais e temporais mais amplas, desta forma enfraquecendo também e compreensão dos nexos causais entre fenómenos separados no tempo e no espaço e, consequentemente, limitando a perceção do tempo a dimensões e escalas cada vez mais limitadas. Naturalmente, este enfraquecimento cognitivo também começou a ter consequências na formulação de agendas político-sociais e na definição e implementação de políticas públicas. Estas últimas, já neste século, têm vindo a orientar-se cada vez mais para o tempo curto e para os problemas imediatos (Brauer, 2013), gerando crescentes dificuldades no médio prazo, que é aquele a que agora chegamos.

Estes processos foram alterando de forma significativa o funcionamento global do sistema, que a partir de 1989, com a queda do muro de Berlim, conseguiu dar um passo decisivo da sua integração sistémica global, num primeiro momento com um impacto muito positivo na melhoria das condições de vida em diversas regiões do planeta, sobretudo no hemisfério sul. A drástica redução da fome e da extrema pobreza em países como o Brasil ou a China, já na primeira década deste século, foi a mais importante expressão desse ciclo positivo (Ravallion, 2010). Porém, ele acabou por ser dominado por três processos disruptivos que se foram instalando a partir da última década do século XX e

se consolidaram em seguida: em primeiro lugar a transição energética e digital (Hetmańczyk, 2024), quer dizer, a alteração estrutural dos recursos materiais de base do sistema, com uma escala e uma rapidez que em muito superaram processos estruturalmente similares no século XIX, com a generalização da máquina a vapor na segunda metade do século, e no século XX, com a generalização do botão; em segundo lugar a pressão crescente sobre os recursos energéticos do ciclo anterior (a energia fóssil) e sobre os recursos alimentares (com a alteração dos padrões de dieta, marcados pelo aumento significativo do consumo de carbohidratos e a ampliação do impacto das doenças associadas a esse perfil de dieta, que por sua vez agravou a pressão sobre os sistemas de saúde e segurança social (Fanzo, Rudie et al. 2022); finalmente, o aquecimento global associado à oscilação climática atual, que tem tido um enorme impacto não apenas nos modelos de funcionamento económico das sociedades, mas também na estabilidade eficiência das infraestruturas construídas para quadros meteorológicos bastante diferentes (Gebbie, 2019).

A conjugação dos processos socioeconómicos e socioculturais com os processos de disrupção veio a convergir para uma pressão sobre o sistema financeiro que culminou na crise de 2008, abrindo a partir daí um ciclo estrutural de depressão, ou seja, não de uma crise curta decorrente do desequilíbrio entre oferta e procura, mas uma alteração e reorientação de todo o sistema, guiada pela imprevisibilidade e pela incerteza (Krugman, 2009).

A caracterização do contexto atual como sendo o de uma terceira grande depressão decorre da análise que permite observar uma crise global sistêmica, que se exprime em todas as esferas, na qual a economia cresce com a inovação tecnológica mas não absorve o desemprego, ou o disfarça através da pauperização salarial. A discussão sobre a explosão de novas bolhas especulativas já não se centra no "se" (é inevitável), mas no quando (dentro de quantos dias ou meses) e no quais (turismo, transportes,…), e a depressão atual conduzirá a uma nova ordem global. Porém, estamos num processo marcado pela incerteza, o que dificulta as escolhas.

Certezas, porém, existem. Elas são sobretudo duas: em primeiro lugar, a de que qualquer reorganização na sociedade decorrerá sobre uma base territorial (Thomas & Theokritoff, 2021), isto é, redefinindo as modalidades de organização da vida humana nos territórios, o que por sua vez se cruza com a redefinição de fronteiras. Esta redefinição pode ocorrer outra vez de conflitos ou de processos de reorganização das mobilidades transfronteiriças, esbatendo-as e ampliando os territórios de mobilidade sem bloqueios.

A segunda certeza é de que uma certa noção de património tenderá a ser cada vez mais central num contexto de mudança. É neste quadro que se torna particularmente importante a valorização do património cultural como uma expressão de Memória coletiva de caráter trans étnico, ou seja, que não se pode reduzir a nenhum grupo segmento oo setor social. É por isso, aliás, que a vinculação do património cultural em primeiro lugar às memórias locais, e muitas vezes a dimensão imaterial e performativa dessas memórias, é extremamente perigosa. A história não volta atrás, a não ser em contexto de catástrofe.

Território, Paisagens, Incerteza e Humanidades

Esta dupla relação das sociedades no espaço (as perceções sobre o território) e no tempo (mediado pelo património), é a principal razão que explica porque é que as sociedades humanas, perante situações análogas, reagem de formas diferenciadas. É que, embora as alterações de contexto tendam a desencadear comportamentos adaptativos, e embora esses comportamentos se devam adaptar a alterações que efetivamente ocorrem no espaço e no tempo, são as perceções paisagísticas do território e as perceções patrimoniais do passado que orientam essas adaptações.

É neste contexto que se tornam importantes as ciências humanas, com o estudo racional da História, mas também das narrativas literárias e das representações de natureza antropológica (Jarrick, 2020). Em contextos de grande incerteza sobre o futuro

imediato e a médio prazo, como o atual, proporcionar à sociedade instrumentos analíticos e de avaliação crítica que se afastem da pressão imediata dos contextos, é algo que pode contribuir para um melhor entendimento dos dilemas com que as sociedades se deparam, identificando espaços de convergência mais alargados no que diz respeito a problemas de curto prazo e organizando a reflexão e as tomadas de decisão sobre esses dilemas a partir de uma escala temporal e geográfica mais ampla.

Quando os historiadores, da pré-história à época contemporânea, procuram compreender as sociedades do passado e os mecanismos que organizaram as suas realizações e transformações, recorrem fundamentalmente a dois pares de relações. Em primeiro lugar, à relação entre os recursos potencialmente disponíveis para satisfazer as necessidades, biológicas e culturais, dessas sociedades e as técnicas disponíveis, herdadas ou inventadas, com as quais podem utilizar esses recursos. Desde logo, é muito claro para quem estuda as sociedades do passado, como para os biólogos também, que quando a falta de recursos alimentares as sociedades ou diminuem demograficamente ou migram. Mais, quando a água que escasseia a sobrevivência das sociedades torna-se muito difícil e, por vezes, impossível. Olhando para todos os processos de natureza político militar que têm afetado Ásia central nas últimas décadas, um arqueólogo começaria sempre por destacar a escassez de água e não qualquer perceção, ideologia ou vontade.

Porém, a existência de recursos, entre os quais se devem considerar também os outros seres humanos, não é mais do que uma condição necessária. É por isso que os historiadores e em especial os arqueólogos têm uma grande preocupação na identificação das técnicas disponíveis para o uso e transformação desses recursos. Os seres humanos conviveram com outros animais durante milhões de anos, mas só muito recentemente, no final do pleistoceno, é que começaram a estabelecer relações privilegiadas com alguns deles, sendo isso que permitiu um conhecimento do comportamento desses animais até um nível que abriu caminho a domesticação de alguns deles. O domínio das técnicas, seja na domesticação de

animais, na extração de minério ou na produção de semicondutores, é o contraponto fundamental dos recursos, pois só na conjugação de ambos é que as sociedades podem identificar condições não apenas necessárias, mas, eventualmente, suficientes para a sua estabilidade.

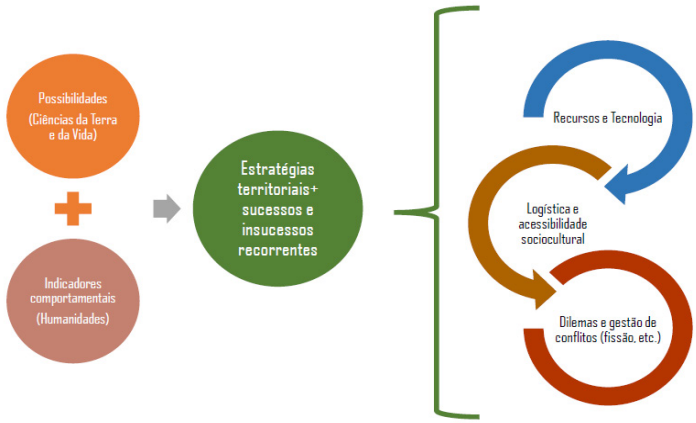


Figura 1: Estrutura analítica das dinâmicas territoriais

Este primeiro nível de análise, se for aplicado às sociedades atuais, permitirá uma melhor compreensão das dinâmicas que poderão condicionar o comportamento dessas sociedades nas próximas décadas. Certamente, todas aquelas que vivem em territórios sem água, ou aquelas que vão ficar submersas pela subida do nível médio das águas do mar, ou ainda aquelas cujos ecossistemas foram profundamente comprometidos por radiações atómicas … tenderão para uma quebra demográfica, para a migração pacífica ou violenta e para profundas modificações e eventual extinção (Smith & Sweet, 2019). Mas também as sociedades que dispõem de recursos fundamentais, mas não possuem os meios para os transformar e utilizar, tenderão para a conflitualidade interna e externa e, eventualmente, para a sua decadência ou mesmo extinção.

A relação entre recursos e técnicas plasma-se num corpo de conhecimentos que vão sendo acumulados e transmitidos

intergeracionalmente, primeiro oralmente e depois em contexto escolar. A aprendizagem das técnicas é uma questão de sobrevivência individual em sociedade, como também hoje se pode observar com a transição digital e a criação de grandes contingentes das populações que se sentem, ou estão, excluídas, por não terem acesso material ou funcional a essa digitalização (Oosterbeek & Fiorillo, 2024).

A relação entre necessidades, recursos e técnicas é, por isso, fundamental. Mas não explica todas as dimensões dos processos adaptativos, entre os quais tem especial importância a distribuição de conhecimento. Por exemplo, quando se desenvolvem estudos comparativos entre contextos proto-históricos proto urbanos, verificamos que existe uma outra relação igualmente fundamental, entre a logística que permite aproximar recursos de técnicas e necessidades, por um lado, e a acessibilidade dos membros das comunidades humanas aí essa logística e, a partir dela, aos próprios recursos. Sociedades mais desiguais foram muitas vezes mais competitivas no curto prazo, concentrando os recursos em objetivos definidos por minorias e as suas estratégias; porém, essas sociedades também geraram grandes conflitualidades internas, revelando-se mais instáveis e menos duradouras (Bums, 1981). Inversamente, sociedades mais igualitárias, como certamente ou foram as sociedades pré-estatais, terão sido menos competitivas, mas, em contrapartida, igualmente menos violentas e mais duradouras. A questão da durabilidade é, aliás, uma variável particularmente importante. Se se comparar a civilização Maia e a civilização Grega constatamos muitas semelhanças, no modelo económico, nas redes logísticas, no tipo de recursos disponíveis e sua transformação técnica, ou no desenvolvimento científico. Neste último, por exemplo, as observações astronómicas dos Maias permitiram-lhes compreender, com uma precisão que só voltaria a ser atingida na modernidade, a duração do movimento de translação da Terra à volta do Sol (Corzo, 2003). Porém, a sociedade Maia, mais hierárquica e com uma concentração do conhecimento num núcleo dirigente mais restrito, não sobreviveu

culturalmente ao seu colapso político, e os seus descendentes perderam todo esse conhecimento. Inversamente, a sociedade grega, comparativamente menos hierárquica e mais diversificada no seu interior, encontrou continuidade depois do seu ocaso político em diferentes formas, desde logo na civilização romana e, depois, em muitas outras formas de continuidade, disseminação e transformação do conhecimento, que duram até hoje.

Esta questão da durabilidade, ou da continuidade através de transformações, é por sua vez um elemento que os historiadores sistematicamente procuram identificar e caracterizar. A isso damos a designação de "herança cultural", que mais não é do que um quadro geral de referência para os processos de educação e socialização dos comportamentos das sociedades (Niglio, 2014). A investigação histórica procura caracterizar, assim, como se articulam entre si as relações entre recursos e técnicas, e entre logística e acessibilidade social, enquadradas pela herança cultural, ou seja, pela dimensão cumulativa e transformadora dos conhecimentos gerados no passado.

Esta mesma "grelha de leitura", se estudada numa ótica comparativa aplicada a diferentes momentos do passado, é igualmente aplicável no presente aos exercícios de prospetiva, ou seja, a necessidade que as sociedades do presente têm de Tomar decisões no curto prazo que evitem gerar maiores problemas no médio e no longo prazo, e de, ao mesmo tempo, construírem cenários e utopias do futuro.

Caminhos de Transição

Entender a natureza e a estrutura dos processos de transformação em diferentes momentos do passado, reconhecendo os seus principais grupos de variáveis, permite sugerir que também o ciclo de incerteza atual encontrará o seu desfecho nesse mesmo quadro de variáveis. Dito de outro modo, a complexidade da gestão atual das diversas paisagens culturais (ou dos territórios a partir das perceções que deles se formam) requer uma matriz analítica e

operacional que reconheça no vetor cultural o eixo da incerteza caótica e dinâmica. Porém, tal reconhecimento não é suficiente, se não for acompanhado de instrumentos operacionais que as sociedades possam utilizar.

A metodologia desenvolvida no âmbito da Cátedra UNESCO-IPT de Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território e da Associação Internacional APHELEIA, estrutura instrumentos analíticos e operacionais que abordam de forma integrada a paisagem (estética) e a incerteza (ética).

Partindo da interrogação sobre se é possível fazer diferente, como e em quanto tempo, é hoje possível propor uma estrutura operacional suficientemente clara, para poder ser aplicada de forma a desencadear processos convergentes, e suficientemente flexível, para poder ser ajustada a necessidades e contextos diversos.

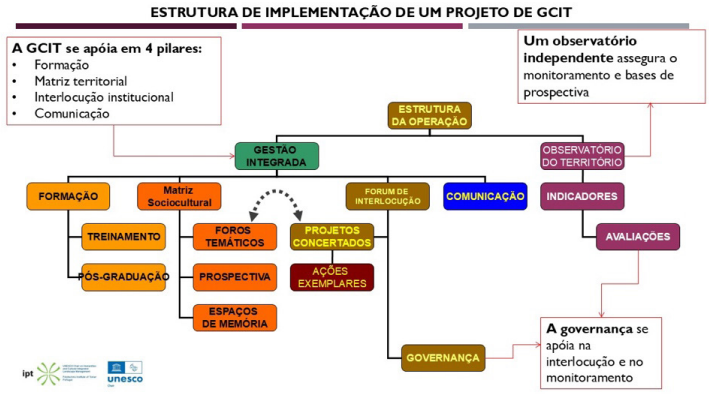


Figura 2: Estrutura operacional da Gestão Cultural Integrada do Território

Esta estrutura operacional apoia-se nos resultados obtidos através dos instrumentos analíticos das ciências naturais, sociais e humanas, mas visa sobretudo construir uma dinâmica de coconstrução de soluções, alicerçada numa pesquisa transdisciplinar que incorpore os saberes e perceções exteriores à academia, e numa matriz sociocultural consolidada. A estrutura operacional inclui

quatro pilares: a educação, desde a idade pré-escolar até ao final da vida; reconstituição da matriz sociocultural, intergeracional, que corresponde às redes de confiança entre pessoas individuais, e de intercâmbio comunitário, que permitem construir projetos partilhados de médio e longo prazo; a interlocução institucional entre os representantes formais das partes interessadas num determinado território, como as empresas, as associações, as comunidades informais, o poder local, as igrejas e todas as outras configurações institucionais, que porém só devem ser envolvidas a partir de pessoas previamente envolvidas nas dinâmicas da matriz sociocultural; e a comunicação permanente sobre o sentido das ações de base territorial.

No pilar do ensino, devem considerar-se ações formais e informais, incluindo graus académicos, formação profissional especializada, ações de atualização de conhecimentos e outras, que incorporem a didática do método descrito na secção anterior e se orientem para a compreensão da diferença entre problemas e dilemas.

No pilar da reorganização da matriz sociocultural, o objetivo é o de retomar interacções entre pessoas provenientes de contextos e comunidades distintas, incluindo gerações diferentes, e contribuir para coconstrução de projetos partilhados. Esta reorganização recorre a diferentes instrumentos operacionais, em especial; os fóruns de debate sobre temáticas que posso beneficiar de contributos de pessoas provenientes de quadros comunitários e institucionais distintos, em grupos não superiores a vinte pessoas; e os seminários de prospetiva, envolvendo grupos mais amplos mas inferiores a uma centena de pessoas, que permitem construir de forma partilhada, e na convergência de perspetivas diferentes e mesmo opostas, cenários de futuro.

No pilar da interlocução institucional, o objetivo é envolver entidades a partir das pessoas que forem criando dinâmicas de confiança nos fóruns de debate. A partir deste envolvimento selectivo das instituições, é possível agregar essas mesmas instituições aos projetos que emerjam dos fóruns, gerando uma potencial

confiança interinstitucional a partir da confiança construída na matriz sociocultural.

O quarto pilar é o da comunicação, que se deve centrar na disseminação dos resultados e dos processos associados ao programa global de gestão cultural integrada do território, através de discursos adaptados diferentes grupos etários e comunidades.

É desejável que a implementação destes quatro pilares operacionais seja acompanhada por uma estrutura independente, com as características de um Observatório do território, para detetar eventuais perturbações e processos disruptivos, e como garante do controlo de qualidade de todo o processo.

É neste quadro que a utilização de instrumentos operacionais que ajudem a ampliar a escala de referência dos projetos de base territorial, como o programa BRIDGES da UNESCO, é especialmente importante (Attala, Steel et al., 2023). Diversas experiências que aplicação destas metodologias em territórios concretos, indiciam que o tempo médio para a obtenção de resultados efetivos, incluindo eventuais alterações no quadro dos valores de referência (por exemplo em dinâmicas interculturais) é de três anos (Oosterbeek, 2014). Ao mesmo tempo, a experiência sugere que projetos desta natureza suscitam importante adesão e expectativas, mas também, ao fim de alguns meses, e ao longo dos primeiros dois anos, potenciais desilusões desmobilizadoras, em face da insuficiente obtenção de resultados esperados pelas próprias comunidades. A associação dos projetos a um programa da UNESCO, que pode ser efetivada em menos tempo, ajuda por um lado a evitar o sentimento de desilusão e, por outro, a potenciar dinâmicas de transformação territorial não etnocêntricas e mais abertas às dinâmicas de rede entre comunidades distintas.

A gestão cultural integrada do território é uma estratégia para o bem-estar, para a clarificação dos focos de divergência ou mesmo de rutura, para focar os dilemas que enquadram as diversas possíveis soluções de curto prazo e para criar confiança entre as instituições partindo de dinâmicas de confiança entre pessoas que por sua vez estejam enquadradas nessas instituições.

No curto prazo, de crescente tensão e violência que emergem como soluções expeditas de base identitário, a estratégia da gestão cultural integrada do território é a de não encurtar prazos e de focar dilemas em campos fundamentais para a vida em sociedade, como a saúde e a paz (Oosterbeek, 2022).

Neste mesmo curto prazo, as tendências atuais aprofundam a divergência entre globalização e valores de base territorial, que é acompanhada pelo ressurgir de narrativas históricas etnocêntricas, como alternativa a uma História de base metodológica e não memorialista, tendendo a substituir o conhecimento de base empírica pela crença sem base empírica. Este quadro acompanha a redefinição de territórios e identidades, a construção de muralhas que dificultam a mobilidade e o reforço das identidades etnocêntricas (Hjerm, 1998).

Porém, no médio prazo é possível perspetivar uma participação crescente dos cidadãos nos processos sociais de tomada de decisão, acompanhada de experiências de flexibilização de fronteiras e da persistência de abordagens de pendor humanístico, como ocorreu há uns anos atrás com a estratégia da Europa das regiões, ou com a reação predominante, em todo o planeta, de proteger vidas para o futuro mais do que instituições do passado, durante a pandemia de COVID-19.

O meio académico deverá saber acompanhar estes processos, assegurando a sua disponibilidade para contribuir com os seus métodos próprios, não dissolvendo o saber académico noutros processos cognitivos, mas também reconhecendo que esses outros processos, memorialistas e de base não científica, também respondem algumas necessidades que não podem ser preenchidas apenas pela academia. A criação de programas de formação e pós-graduação com estas perspetivas, como tem sido feito no âmbito dos cursos de mestrado e do doutoramento (Silveira & Oosterbeek, 2023) em património, tecnologia e território IPT/UAL, no âmbito da cátedra UNESCO-IPT, é um caminho que importará continuar a implementar em cada vez mais países e territórios.

São esses o sentido e a missão da associação internacional APHELEIA, cujo primeiro encontro sul-americano deu origem ao presente volume.

Agradecimentos

Esta investigação foi realizada no âmbito do Centro de Geociências do Instituto Politécnico de Tomar, com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal (contrato UIDB/00073). O autor agradece também aos colegas que co-organizaram o 1º congresso APHELEIA na América do Sul, em especial aos professores Juliano Campos e André Soares, bem como à UNESC.

Referências

Attala, L., Steel, L. et al. (2023). *BRIDGES: A humanities-led UNESCO coalition for sustainability.* University of Walles.

Brauer, M. F. (2013). The effects of short-term and long-term oriented managerial behavior on medium-term financial performance: longitudinal evidence from Europe. *Journal of Business Economics and Management, 14*(2): 386-402.

Bums, R. (1981). Knowledge for Peace and Education. *Bulletin of Peace Proposals, 12*(2), 115-122.

Clarke, R., Timberlake, L. (1982). *Stockholm Plus Ten: Promises, Promises?* London: Earthscan.

Corzo G.L.R. (2003). La Orientación Este De Los Entierros Aborígenes En Cuevas De Cuba: Remate De Una Fábula. *Latin American Antiquity, 14*(2):143-157.

Dixon, W. W. (2016). From Hippie to Yuppie: The Big Chill…. *Quarterly Review of Film and Video, 33*(3): 217–229.

Fanzo, J., Rudie, C. et al. (2022). Sustainable food systems and nutrition in the 21st century: a report from the 22nd annual Harvard Nutrition Obesity Symposium, *The American Journal of Clinical Nutrition*, vol. 115(1): 18-33.

Gebbie,G. (2019). Atlantic Warming since the Little Ice Age. *Oceanography* 32(1): 220–30.

Gemzik-Salwach, A., Opolski, K. (eds. 2017). *Financialization and the Economy*. London: Routledge.

Hartman, S., Degeorges, P. (2019). Don't Panic': Fear and Acceptance in the Anthropocene. *ISLE: Interdisciplinary Studies in Literature and Environment* 26(2): 456–72.

Head, K., Mayer, T., Ries, J. (2011). The erosion of colonial trade linkages after independence. *Journal of International Economic*s, 81 (1):1-14.

Hetmańczyk, P. (2024). Digitalization and its impact on labour market and education. Selected aspects. *Educ Inf Technol* 29: 11119–11134.

Hjerm, M. (1998). National Identities, National Pride and Xenophobia: A Comparison of Four Western Countries. *Acta Sociologica*, 41(4), 335–347.

Hobsbawn, E.J. (1990). *A Era do Império.* Lisboa: Ed. Presença

Jarrick, A. (2020). *Big research questions about the human condition*. London: Anthem Press.

Krugman, P. (2009). *The Return of Depression Economics and the Crisis of 2008.* New York: W. W. Norton & Company.

Niglio, O. (2014). Inheritance and Identity of Cultural Heritage. *Advances in Literary Study*, 2: 1-4.

Oosterbeek, L. (2014). Gestão Integrada de Território em Morro do Pilar: uma nova visão para o uso inteligente do território. In: Oliveira, L.C. (ed.), *Morro do Pilar: cultura, memória, sustentabilidade e a antecipação do futuro.* Instituto do Espinhaço: 288-313.

Oosterbeek, L. (2022). Fundamentos Filosóficos e Teóricos da Paz. In: *Educação para a Paz Global Sustentável. Complexidades e contributos.* Lisboa: ed. Pactor:43-54.

Oosterbeek, L. (2024). From Global Warming into a New Ice Age? Climate, Adaptation and Examples from the Past. In: Liao, S. H.-h. (ed.). *Stranger Than Paradise: Reconceptualizing Globalization*. Taipei, Institute for Advanced Studies in the Humanities and Social Sciences: 3-26.

Oosterbeek, L., Fiorillo, C. P.. (2024). *Direitos Humanos e Sociedade da Informação: inteligência artificial, comunicação e sustentabilidade.* Mação, Portugal: Instituto Terra e Memória.

Oosterbeek, Luiz (2016). Becoming Human. New approaches for uncertain times. In: *Sustainability Dilemmas. Transdisciplinary contributions to integrated cultural landscape management. ARKEOS 38-39*. Mação: Institutoo Terra e Memória, 85-107.

Ravallion, M. (2010). A Comparative Perspective on Poverty Reduction in Brazil, China, and India. *The World Bank Research Observer*, 26 (1): 71–104.

Schoenmaeckers, R., Kotowska, I. (2005). *Population ageing and its challenges to social policy.* Strasbourg: Council of Europe.

Schumacher, D. (1985). The 1973 Oil Crisis and its Aftermath. In: *Energy: Crisis or Opportunity?* London: Palgrave: 21-41.

Schwarze, R. (2020). Activities Implemented Jointly: Another Look at the Facts. *Ecological Economics 32*(2): 255–67.

Shanmugasundaram, M., Tamilarasu, A. (2023). The impact of digital technology, social media, and artificial intelligence on cognitive functions: a review. *Frontiers of Cognition* 2: 1-11.

Silveira, A., Oosterbeek, L. (2023). *Doutoramento em Património, Tecnologia e Território.* Lisboa, Portugal: Universidade Autónoma de Lisboa.

Smith, E. A., Sweet W. et al. (2019). Treading Water: Tools to Help US Coastal Communities Plan for Sea Level Rise Impacts. *Front. Mar.* Sci. 6:300 (1-7).

Staszczak, D.E. (2021). Fall of the Global Gold Exchange Standard and the Formation of the Contemporary Free Gold Market. *European Research Studies Journal*, vol.XXIV (S.I. 1): 341-347.

Steffen, W. et al. (2016). The Trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration. *The Anthropocene Review* 2(1): 81–98.

Thomas, A., Theokritoff, E., Lesnikowski, A. et al. (2021). Global evidence of constraints and limits to human adaptation. *Reg Environ Change* 21, 85(1-15).

WCED World Commission on Environment and Development (1987). *Our Common Future* (Oxford: Oxford University Press.

3.

Gestão do território e sustentabilidade na sociedade da informação: *Construção social, discursos, participação social e literacia midiática e informacional*

Territorial management and sustainability in the information society: *Social construction, discourses, social participation and media and information literacy*

Gestión territorial y sostenibilidad en la sociedad de la información: *Construcción social, discursos, participación social y alfabetización mediática e informacional*

BY CAROLINA LOPES ARAÚJO

Gestão do território e sustentabilidade na sociedade da informação:
Construção social, discursos, participação social e literacia midiática e informacional

Territorial management and sustainability in the information society:
Social construction, discourses, social participation and media and information literacy

Gestión territorial y sostenibilidad en la sociedad de la información:
Construcción social, discursos, participación social y alfabetización mediática e informacional

CAROLINA LOPES ARAÚJO[I]

[I] Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela UnB, mestre e bacharel em Administração. Docente da Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina. Leciona no Bacharelado de Gestão Ambiental e orienta trabalhos no PPGL - Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGCA), da Universidade de Brasília. Investigadora do MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente (FCT /NOVA – Portugal) e membro do NELIS – Núcleo de Estudos em Linguagem e Sociedade (CEAM/UnB). E-mail: carolinaaraujo@unb.br – Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7472-8465.

Resumo

A noção de território é produzida pelas práticas de atores diversos que estabelecem entre si relações de poder. É enorme a heterogeneidade dos atores, em seus interesses, capitais e valores, mas os desafios da sustentabilidade os unem. Entretanto, o conceito de sustentabilidade é elástico e se modifica segundo as relações de forças no campo social. Tal transformação semântica tem efeitos sobre atitudes, percepção, valoração e ações dos atores, revelando discursos hegemônicos ao longo do tempo. Pautado na premissa de que a participação social plural é requisito para a promoção da sustentabilidade e para a gestão integrada do território, este trabalho apresenta uma discussão teórica embasada na abordagem sociológica bourdiana, nos estudos discursivos críticos e na noção de heurística da Economia do Comportamento. Seu objetivo é apresentar a literacia midiática e informacional (ou Alfabetização Midiática e Informacional, aqui tomada por equivalente) como uma ferramenta crucial ao diálogo de saberes e à promoção da equidade e legitimidade de participação e do engajamento dos diferentes atores. Nesse sentido, defende-se que a proficiência informacional (pelos processos de identificar, localizar, avaliar, organizar, criar, usar e comunicar informações) é importante para a redução das desigualdades intra e entre os povos e os países. É também elemento crucial para a promoção da sustentabilidade nos contextos multiculturais e multilíngues da sociedade de informação.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Território; Análise de Discurso; Participação Social, Literacia Midiática e Informacional.

Abstract

The notion of territory is produced by the practices of different actors who are linked to each other through power relations. The heterogeneity of the actors, in their interests, capitals and values, is enormous, but sustainability challenges bring them together.

However, the concept of sustainability is elastic and changes according to the relations of forces in the social field. Such semantic transformation has effects on actors' attitudes, perception, valuation, and actions, revealing hegemonic discourses over time. Taken the premise that social participation is a crucial element for sustainability and for the integrated and plural management territorial management, this work presents a theoretical discussion based on the Bourdieu sociological approach, critical discursive studies and the notion of heuristics from the Behavioral economics aiming to present Media and Information Literacy as a crucial tool for the dialogue of knowledges and the promotion of equity and legitimacy of participation and engagement of different actors. In this sense, informational proficiency (through the processes of identifying, locating, evaluating, organizing, creating, using, and communicating information) is important for reducing inequalities within and between people and countries. It is also crucial for promoting sustainability in multicultural and multilingual contexts of the information society.

Keywords: Sustainability; Territory; Discourse Analysis; Social Participation, Media and Information Literacy.

Resumen

La noción de territorio se produce a partir de las prácticas sociales de diferentes actores que establecen relaciones de poder entre sí. La heterogeneidad de los actores, en sus intereses, capitales y valores, es enorme, pero el desafío de la sostenibilidad los une. Sin embargo, el concepto de sostenibilidad es elástico y cambia según las relaciones de fuerzas en el campo social. Esta transformación semántica tiene efectos sobre las actitudes, la percepción, la valoración y las acciones de los actores, revelando discursos hegemónicos a lo largo del tiempo. Partiendo de la premisa de que la participación social es un elemento crucial para la sostenibilidad y para la gestión integrada y plural del territorio, este trabajo presenta

una discusión teórica sustentada en el enfoque sociológico de Bourdieu, los estudios discursivos críticos y la noción de heurísticas desde la economía del comportamiento. Tiene como el objetivo de mostrar que la Alfabetización Mediática e Informacional es una herramienta crucial para el diálogo de saberes (diálogos interculturales) y para la promoción de la equidad y la legitimidad de la participación y el involucramiento de los diferentes actores. En este sentido, la competencia informacional (a través de los procesos de identificación, localización, evaluación, organización, creación, uso y comunicación de información) es importante para reducir las desigualdades dentro y entre personas y países y para actuar a favor de la sostenibilidad en contextos multiculturales y multilingües da sociedad de información.

Palabras-clave: Sostenibilidad; Territorio; Análisis del discurso; Participación social, Alfabetización Mediática e Informacional.

Introdução

A noção de território como a materialização espacial da entidade Estado, tradicional na Geografia Política, tem perdido significância desde a década de 1970, sendo ressignificada como a dimensão material concreta das relações sociais, conforme explica Bertha Becker (2021, p. 48). Para Becker (2021, p. 51), "o território é produto 'produzido' pela prática social, e também um produto 'consumido, vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto, a prática social". O conceito migra, portanto, da noção de "organização do espaço" para a "produção do espaço" e passa a incorporar a multidimensionalidade das relações de poder. "Nesse sentido, a existência de representação de um território não pode estar desvinculada das relações de poder no âmbito da sociedade" (Monteiro, 2021, pp. 178-179).

Becker (1991, p. 178) nos esclarece que "a gestão do território corresponde à prática das relações de poder necessárias para dirigir, no tempo e no espaço, a coerência das múltiplas finalidades, decisões

e ações". Para Anastácio, Oosterbeek e Rosina (2015, p. 192), essas práticas se orientam "no intuito de resolver conflitos e problemas globais, como o objetivo de um desenvolvimento sustentável".

Para melhor entendermos o território como tal espaço político, e extrair da gestão territorial resultados legítimos e favoráveis aos envolvidos, faz-se necessário entendermo-lo como um campo social, no sentido que nos propõe Bourdieu (2007). É enorme a heterogeneidade dos interesses, capitais e valores dos envolvidos nesse campo, mas todos se reúnem em torno de um desafio fulcral e imprescindível: a sustentabilidade.

Sustentabilidade: a evolução do conceito

As origens dos estudos sobre a sustentabilidade iniciam-se nos anos 1960, com a publicação de Silent Spring de Rachel Carson (1962) marcados pela preocupação, vinda da Biologia, quanto à resiliência dos ecossistemas. Com Limites do Crescimento (Meadows, Meadows, Randers, & Behrens III, 1972) a discussão sobre a sustentabilidade ancora-se na Economia com o reconhecimento da finitude dos recursos naturais (recursos não-renováveis), apontando para uma mudança de paradigma no conceito de escassez – que, até então, considerava apenas três recursos escassos, e, por isso, valiosos: a terra, o capital e o trabalho. Na medida em que o discurso por justiça social e solidariedade intergeracional vai tomando monta no debate sobre a sustentabilidade, especialmente a partir dos anos 1980, a pobreza passa a ser considerada incompatível com a saúde ambiental e a questão social passa a protagonizar a discussão sobre sustentabilidade.

Consagra-se atualmente o tripé da sustentabilidade e a definição de que "o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades". Esse conceito foi apresentado no Relatório Brundtland (Brundtland, et al., 1987) e ratificado na Agenda 21 (United Nations, 1992),

tendo orientado muitas decisões e ações sobre a sustentabilidade do desenvolvimento.

A partir de 2004, com publicação do relatório "Who Care Wins" pelo Pacto Global da ONU (Global UN Compact, 2004), a noção de governança passou a ganhar realce no debate sobre a sustentabilidade, com a consagração do acrônimo ESG – *Environmental* (ambiental) *Social Governance* (governança). O engajamento dos atores múltiplos e diversos, vindos do setor público, da sociedade civil e do meio corporativo é reiterada pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos na Agenda 2030 (United Nations, 2015), a partir de 2015. As organizações de mercado são, então, conclamadas a atuarem como protagonistas em prol da sustentabilidade, retornando o foco do debate para a economia.

Por breve histórico, vê-se que o conceito de sustentabilidade tem muitas definições que vêm de campos de conhecimentos diferentes e que articulam perspectivas e interesses diversos. Buscando organizar as diferentes acepções do conceito de sustentabilidade, Nascimento (2012) identificou que os discursos variam na interpretação da ameaça e nas propostas de soluções. Dryzek (1997) distingue quatro propostas de enfrentamento aos desafios da sustentabilidade, que o autor dispõe na forma de uma matriz em que, no eixo horizontal, tem-se uma variação que vai da proposta reformista até a radical; e, no eixo vertical, variam desde sua ancoragem no pragmático (o que o autor caracteriza como prosaica) até as propostas denominadas "imaginavas" pelo autor e que propõem um "outro mundo possível".

Sustentabilidade "elástica"

Essa amplitude e a diversidade de definição acaba por aportar uma certa "elasticidade do significado" de sustentabilidade e incorporar nesse conceito algumas contradições. É inegável, porém, que a sustentabilidade já se incorporou na linguagem corriqueira de diferentes atores sociais. O conceito de sustentabilidade evoca um

quadro de referência semântica e simbólica compartilhado por uma gama ampla e diversificada de atores, sendo inteligível e usual mesmo para aqueles menos proficientes na questão da sustentabilidade, e até mesmo pelos tradicionalmente menos adeptos. Mas vale realçar que sustentabilidade é um conceito carregado de conotação positiva, o que condiciona o posicionamento dos atores sociais diante do tema.

Nascimento (2012) argumenta que o conceito de sustentabilidade se tornou um conceito forte, no sentido de uma ideia dominante, de alusão obrigatória sempre que se pauta a temática do desenvolvimento. O conceito de Desenvolvimento Sustentável é uma ideia hegemônica que favorece a compreensão mútua, reitera discursos e simplifica entendimentos. Entretanto, como alertam Albertina Raposo e outros (2020, p. 24): simplificações e reproduções discursivas podem resultar em "coisas que toda gente sabe" mas que não se tem a certeza de que estejam todos a dizer a mesma coisa, "e que, por acaso, nem sequer são verdades".

Tversky & Kahneman (1974) explicam que as simplificações, também denominadas heurísticas, são recorrentes diante de problemas complexos. Heurísticas são recursos mentais de simplificação cognitiva diante de perguntas difíceis que, por meio de inferências e predição, auxiliam (e aceleram) o processo de tomada de decisão e julgamento.

Na abordagem às questões da sustentabilidade, a complexidade e as incertezas são majoradas por variáveis parcamente conhecidas, por processos de retroalimentação diacrônicos entre elas e pelo fato de estarem sempre em mudanças. Acrescenta-se a esse cenário o fato de que as interpretações dessas dinâmicas variam a depender da perspectiva do observador. Portanto, num campo de debate heterogêneo como este em questão, grassam as heurísticas que, por vezes, podem levar a erros severos e sistemáticos, conhecidos por vieses de interpretação com impactos sobre a avaliação (julgamento) e os comportamentos.

Sustentabilidade, Complexidade e Tecnologia

As "práticas sociais são maneiras recorrentes, situadas temporal e espacialmente, pelas quais agimos e interagimos no mundo", explica Fairclough (2001). As relações sociais são parte das práticas sociais, bem como o são os discursos. Ockwell e Rydin (2010) nos alertam que a linguagem expressa valores e viabiliza (ou não) arranjos de comportamento e de ação.

Não há neutralidade nos discursos, como tampouco nas relações sociais. Discursos refletem tipos particulares de conhecimento e dão os parâmetros de percepção e de comportamento aos atores sociais. Mesmo quando compartilham um quadro de referência que os coloca em diálogo, os atores podem atribuir significados e valores sutilmente diferentes a um mesmo conceito. E os atores sociais estão sempre em busca de apoio para sua definição de realidade (Hajer, 2005). Nessa dinâmica, grupos de atores com interesses comuns tendem a encontrar afinidades discursivas e a formar alianças (coalisões) discursivas. Essas afinidades e coalisões reforçam posições específicas no campo social, se prestam a atenuar as diferenças de percepção e representação entre os atores e conferem legitimidade e credibilidade aos discursos hegemônicos.

Descortina-se, assim, um jogo de interesses e de poder entre os atores no campo social. Pela linguagem, os atores sociais representam e identificam a si, aos outros e aos aspectos do mundo (Ramalho & Resende, 2011). Valores são gerados na interação entre os atores. A retórica, a persuasão, a argumentação e o uso de metáforas influenciam a dinâmica e os resultados do debate. Portanto, a linguagem desempenha um papel fundamental na construção das práticas sociais. Não se trata apenas do arranjo ou do conteúdo comunicativo, mas de como toda a atividade social é mediada pela linguagem.

Mas, assim como as práticas sociais, os discursos são situados no tempo e no espaço (2012, p. 309). A representação semântica e valorativa de um conceito pode ser alterar, a depender das contingências. Pensamentos, experiências, informações, rituais e normativas e fatos

novos moldam novas práticas, percepções e ações - e contribuem para a construção de uma realidade comum, conforme explica Moscovici (2015). Enfim, a ideia dominante sobre o conceito de sustentabilidade é produto da interação social em circunstâncias específicas, que está ligado aos interesses a ele relacionado.

A Construção Social da Sustentabilidade

Para melhor se compreender a dinâmica de um campo social, Bourdieu (2007) nos convida a considerar: a) a rede de relações e a posição dos atores no campo; b) os variados capitais que eles são capazes de ativar; c) o Habitus, ou seja, o esquema de ações e pensamentos pelas quais os agentes (se) percebem e atuam no mundo social; d) as regras de ingresso e de prática, que distinguem os atores entre profanos, iniciados e proficientes; e e) suas credenciais de desempenho que lhes conferem espaço de fala e propensão a ser escutados – e, aqui vale realçar que falar e ser ouvido são dois processos diferentes.

Ainda nesse sentido, Drysek e Stevenson (2011) nos convidam a observar: a) as entidades básicas cuja existência é reconhecida ou que precisam ser nomeadas; b) as concepções dos atores sobre a natureza das relações sociais; c) as motivações e capacidade de ação dos atores; e d) os dispositivos comunicacionais que eles são capazes de acionar.

Entender a dinâmica do campo social do debate sobre a sustentabilidade pode propiciar espaços de diálogo, de partilha e de ação colaborativa que favoreçam a gestão integrada e participativa do território. Para tanto, são cruciais as intervenções no sentido de garantir a equidade de vozes, propiciar deliberações colegiadas e manter a sensibilidade para o âmbito, a escala e a complexidade das questões ambientais (Ockwell e Rydin, 2010, p. 170).

Sustentabilidade e complexidade

Apesar de incorporado em nosso discurso cotidiano, o conceito de sustentabilidade ativa um campo semântico permeado por processos não lineares, não previsíveis e não controláveis. Nas palavras de Morin e LeMoigne (2000, p. 206), "o pensamento complexo é essencialmente o pensamento que trata com a incerteza e que é capaz de conceber a organização. É o pensamento capaz de reunir (complexus: aquilo que é tecido conjuntamente), "de contextualizar, de globalizar", mas, ao mesmo tempo, capaz de reconhecer o singular, o individual, o concreto (p. 206).

A apreensão social da ideia de sustentabilidade passa por dois processos de significação que geram representações sociais, explicados por Moscovici (2007): a **ancoragem** – quando a ideia passa a ter uma significação a partir do repertório de representações preexistentes para esse grupo social; e a **objetivação**, que é a transferência para o mundo real de um conceito abstrato. Essa transposição do abstrato para o concreto do conceito de sustentabilidade é requisito para o engajamento e a participação social nos processos de gestão do território, sem o qual tem-se um risco de esvaziamento de seu significado e de manipulação perversa de sua representação. Scheuneman e Oosterbeek (2012, p. 44) nos desafiam a pensar a gestão integrada do território como uma estratégia que privilegia a concepção proativa e supera a fragmentação disciplinar que já não consegue oferecer respostas úteis à sociedade diante da complexidade dos desafios da sustentabilidade.

Tecnologia e Literacia Midiática e Informacional

Carlota Perez (Perez, 2010) defende que impera atualmente a quinta revolução tecnológica desde a Revolução Industrial. Desde os anos 1970, as relações produtivas - e as práticas sociais de modo geral – passaram a ser mediadas por equipamentos eletrônicos. Emerge, assim, a Sociedade da Informação, marcada nas últimas décadas pelo "*BigData*", pela internet das coisas, pela

inteligência artificial e pelo *machine learning e* pelos algoritmos. Como ferramentas, os equipamentos eletrônicos amplificam o potencial de alcance das ações dos atores sociais. Como processadores de informações, esses equipamentos modulam a natureza e o conteúdo dos resultados dessas ações.

As máquinas passam a produzir, a escolher e a decidir sobre soluções que lhe são demandadas cotidianamente. E o fazem baseado em dados. Os dados advêm de perspectivas particulares de apreensão da realidade. Não há neutralidade na representação social, como nos ensina Serge Moscovici (2007, p. 62). As dinâmicas sociais desenham tendências de valoração e de comportamento. Os discursos e a linguagem têm papel ativo na construção social da realidade.

A literacia midiática e informacional, embasada em uma perspectiva crítica, se faz necessária para tornar visível a natureza interligada dos diferentes problemas que culminam nos desafios da sustentabilidade e para a promoção da efetiva participação social. O conceito de literacia midiática e informacional – que aqui assumimos como sinônimo de Alfabetização Midiática e Informacional (AMI) – engloba o conhecimento e a capacidade de identificar, localizar, avaliar, organizar e efetivamente criar, usar e comunicar informações para abordar questões ou problemas, preocupações e necessidades de países, comunidades e indivíduos.

A Declaração de Praga da Unesco reconhece a Alfabetização Midiática e Informacional como "requisito para a participação efetiva na Sociedade da Informação e parte do direito humano básico" de aprendizagem ao longo da vida (UNESCO, 2003, p. 1).

Considerações finais

O campo de debate da sustentabilidade é uma construção social permeada por interesses e perspectivas que condicionam percepção, valoração e comportamentos dos atores sociais. Entender esse campo a partir de uma perspectiva crítica ajuda a revelar as relações de poder que ali imperam e a desenhar as tendências das práticas sociais.

Ao se almejar a participação plural e a gestão integrada do território enquanto requisito para a promoção da sustentabilidade, faz-se imprescindível compreender as relações de interesses e de poder (Bourdieu, 2007) que condicionam as práticas sociais diante da questão da sustentabilidade.

Os estudos discursivos críticos favorecem tal compreensão ao considerar o discurso como parte irredutível da prática social. Os processos de valorar, nomear e representar os aspectos da realidade condicionam a forma como os atores sociais (se) percebem e se comportam – e vice-versa.

A linguagem tem papel ativo no processo de mudança social (Fairclough, 2012). Na Sociedade da Informação, em que os processos comunicacionais são majoritariamente intermediados por máquinas – cada vez mais autônomas! – a promoção da literacia midiática e informacional (AMI) ganha especial importância como esforço para se equalizarem as vozes dos atores sociais e, assim, favorecer o diálogo de saberes e a redução das desigualdades intra e entre os povos e os países. Eis uma ferramenta incondicional para equidade no debate da sustentabilidade, ao assegurar o uso da informação em contextos multiculturais e multilíngues e "dar instrumentos a serem usados por pessoas de seu próprio jeito", como o Professor Oosterbeek defendeu ser imprescindível à promoção da sustentabilidade e à gestão integrada do território, durante sua apresentação no I Apheleia América do Sul, em outubro de 2023.

Referências

Anastácio, R. F., Oosterbeek, L., & Rosina, P. (2015). Gestão integrada do território e do património: a importância dos Sistemas de Informação Geográfica. *SÉMATA Ciências Sociais e Humanidades, 27*, pp. 187-197. Acesso em 14 de set de 2023, disponível em https://revistas.usc.gal/index.php/semata/article/view/2549

Becker, B. K. (jun/set de 1991). Geografia política e gestão do território no limiar do Século XXI : uma representação a partir do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia, 53*(3), pp. 169-182. Acesso

em 14 de set de 2023, disponível em https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/1048

Becker, B. K. (2021). Espaço, Estado e Poder. Em E. Limonad, J. C. Monteiro, & P. M. Quiñones, *Planejamento territorial volume 1: reflexões críticas e perspectivas* (pp. 45-61). São Paulo: Editora Max Limonad.

Bourdieu, P. (2007). *A Economia das Trocas Simbólicas* (6a ed.). São Paulo: Perspectiva.

Brundtland, G. H., Khalid, M., Agnelli, S., Al-Athel, S. A., Chidzero, B., Fadika, L. M., ... Singh, N. (1987). *Our Common Future.* World Commission on Environment and Development. Oxford: Oxford University Press.

Carson, R. (1962). *Silent Spring.* Boston: Houghton Mifflin Company.

Dryzek, J. S. (1997). *The Politics of the Earth; envoronmental discourses.* New York: Oxford University Press.

Dryzek, J. S., & Stevenson, H. (set de 2011). Global democracy and earth system governance."70.11 (2011):. *Ecological economics, 70*(11), pp. 1865-1874. doi:https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2011.01.021

Fairclough, N. (2001). *Discurso e Mudança Social.* (I. Magalhães, Trad.) Brasília: Editora UnB.

Fairclough, N. (2012). Análise Crítica do Discurso como método de pesquisa social científica. *Linhas D'Água, 25*(2), pp. 307-329.

Global UN Compact. (2004). *Who cares winn: connecting financial markets to a changing word.* New York: United Nations.

Hajer, M. A. (2005). Hajer M.A. (2005) Coalitions, Practices, and Meaning in Environmental Politics: From Acid Rain to BSE . Em D. Howarth, & J. Torfing, *Discourse Theory in European Politics: Identity, Policy and Governance* (pp. 297-315). London: Palgrave Macmillan. doi:https://doi.org/10.1057/9780230523364_13

Meadows, D., Meadows, D., Randers, J., & Behrens III, W. (1972). *Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade.* São Paulo: Perspectiva.

Monteiro, J. C. (2021). Neoliberalismo e estratégias de representação no planejamento urbano. Em E. Limonad, J. C. Monteiro, & P. M. Quiñones, *Planejamento territorial volume 1: reflexões críticas e perspectivas* (pp. 163-184). São Paulo: Editora Max Limonad.

Morin, E., & LeMoigne, J.-L. (2000). *A Inteligência da Complexidade.* São Paulo: Petrópolis.

Moscovici, S. (2007). *Representações Sociais: investigações em psicologia social.* Rio de Janeiro: Vozes.

Nascimento, E. P. (2012). Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional. Em P. Léna, & E. P. Nascimento, *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, prosperidade e decrescimento* (pp. 415-433). Rio de Janeiro: Garamond.

Ockwell, D. G., & Rydin, Y. (2010). Analysing dominant policy perspectives: the role of discourse analysis. Em J. C. Lovett, & D. Ockwell, *A Handbook of Environmental Management* (pp. 168-197). Cheltenham (UK): Edward Elgar Pub. Acesso em 06 de fev de 2021, disponível em https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/92262/1/92262.pdf

Perez, C. (January de 2010). Technological revolutions and techno-economic paradigms. *Cambridge Journal of Economics*, pp. 185-202. doi:https://doi.org/10.1093/cje/bep051

Ramalho, V., & Resende, V. (2011). *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa.* Campinas: Pontes Editores.

Raposo, A., Santos, I. A., & Vasconcelos, L. T. (2020). Sustentabilidade e Cidadania: um olhar sobre estratégias nacionais no convergir para uma sociedade mais sustentável. *Revistas Sinergias - Diálogos Educativos para a Transformação Social*, pp. 13-28. Acesso em 06 de fev de 2020, disponível em http://www.sinergiased.org/index.php/revista/item/294

Tversky, A., & Kahneman, D. (1974). Judgment under uncertainty: heuristics and biases. *Science, 185*(4157), pp. 1124-1131. Acesso em 2021 de mai de 20, disponível em https://science.sciencemag.org/content/185/4157/1124/tab-pdf

UNESCO. (2003). The Prague Declaration: Towards an information literate society. *UNESCO Prague Conference* (p. 1). Prague: UNESCO. Acesso em 2021 de mai de 27, disponível em http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/PragueDeclaration.pdf

United Nations. (1992). Agenda 21. *United Nations Conference on Environment and Development.* Rio de Janeiro: United Nations.

United Nations. (2015). Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. *Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015* (p. 35). New York: United Nations. Acesso em 30 de mai de 2017, disponível em http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E

4.

Educação para a sustentabilidade *com jogos educativos com realidade aumentada em percursos pela cidade*

Educación para la sostenibilidad *mediante juegos educativos con realidad aumentada en visitas guiadas por la ciudad*

Education towards sustainability *using educational games with augmented reality on paths around the city*

BY LÚCIA POMBO; JOÃO FERREIRA-SANTOS; MARGARIDA M. MARQUES; DIOGO FIGUEIREDO; RAFAEL FERNANDES E RITA RODRIGUES

Educação para a sustentabilidade
com jogos educativos com realidade Aumentada em percursos pela cidade

Educación para la sostenibilidad
mediante juegos educativos con realidad aumentada en visitas guiadas por la ciudad

Education towards sustainability
using educational games with augmented reality on paths around the city

LÚCIA POMBO[1]; JOÃO FERREIRA-SANTOS[2]; MARGARIDA M. MARQUES[3]; DIOGO FIGUEIREDO[4]; RAFAEL FERNANDES[5] E RITA RODRIGUES[6]

[1] Doutora em Biologia e Doutora em Educação. Investigadora Auxiliar da Universidade de Aveiro (UA), Investigadora Integrada Doutorada do CIDTFF. E-mail: Lpombo@ua.pt – Orcid: http://orcid.org/0000-0001-5085-3974

[2] Doutorando em Educação da UA. Bolseiro de Investigação FCT (2023.00257.BD), Investigador Integrado Não Doutorado do CIDTFF. E-mail: joaomrsantos@ua.pt – Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2622-2333

[3] Doutora em Didática e Formação. Equiparada a Investigador Auxiliar da UA, Investigadora Integrada Doutorada do CIDTFF (2022.02153.CEECIND). E-mail: marg.marq@ua.pt – Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4325-9122

[4] Mestrando em Engenharia do Ambiente da UA. Bolseiro de Investigação do Projeto EduCITY (BI/UI57/10394/2022). E-mail: diogo.figueiredo@ua.pt – Orcid https://orcid.org/0000-0003-0347-5629

[5] Mestrando em Engenharia Informática da UA. Bolseiro de Investigação do Projeto EduCITY (BI/UI57/10459/2022). E-mail: rafaelfonseca97@ua.pt - Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8249-3184

[6] Doutora em Multimédia em Educação. Bolseira de Investigação do Projeto EduCITY (BI/UI57/8275/2022). Colaboradora do CIDTFF. E-mail: anarita.mrodrigues@ua.pt – Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1576-0462

Resumo

O Projeto EduCITY surge em resposta aos desafios contemporâneos societais, destacando a importância da educação e da formação. Originado a partir do EduPARK, que transformou um parque verde urbano num laboratório de aprendizagem ao ar livre, através de jogos com Realidade Aumentada. O EduCITY amplia essa abordagem bem-sucedida ao expandir a sua atuação para toda a cidade. Neste trabalho pretende-se apresentar a plataforma EduCITY, que permite a criação colaborativa de jogos educativos móveis com Realidade Aumentada, incentivando a participação ativa da comunidade. Esta plataforma facilita a criação dos jogos e conteúdos multimédia, dispondo de tutoriais. Ao mesmo tempo foi desenvolvida a aplicação móvel EduCITY, que serve como interface direta entre o projeto e a comunidade. Esta aplicação proporciona uma experiência interativa e educativa, através de jogos que ocorrem ao longo de percursos pré-determinados. A acompanhar os jogadores está o "Mr. Pinky", um flamingo que, para além de ser mascote, orienta os jogadores pelos desafios. A inovação do EduCITY destaca-se na utilização da Realidade Aumentada, permitindo a criação de jogos e recursos por cidadãos sem conhecimentos de programação. Além disso, permite a introdução de sensores ambientais de baixo custo que, conectados via *Bluetooth* aos dispositivos móveis, enriquecem a experiência educativa com dados ambientais em tempo real e traduzidos para linguagem compreensível ao cidadão comum. O EduCITY emerge como um ambiente inteligente, transformando qualquer cidade num laboratório experimental de aprendizagem, unindo o mundo real e a tecnologia na promoção do desenvolvimento de comunidades e cidades sustentáveis.

Palavras-chave: EduCITY; Jogos Móveis de Realidade Aumentada; Educação para a Sustentabilidade

Abstract

The EduCITY project is a response to today's societal challenges, and highlights the importance of education and training. It has its origins in EduPARK, which transformed a green urban park into an outdoor learning laboratory using Augmented Reality games. EduCITY builds on this successful approach by extending its activities to the whole city. To this end, the EduCITY platform has been developed to enable the collaborative creation of mobile educational Augmented Reality games, encouraging active community participation. This platform facilitates the creation of games and multimedia content, with tutorials. At the same time, the EduCITY mobile application has been developed as a direct interface between the project and the community. This application provides an interactive and educational experience through games that take place along pre-defined routes. Players are accompanied by "Mr Pinky", a flamingo who acts as a mascot and guides them through the challenges. EduCITY's innovation lies in its use of Augmented Reality, which allows citizens without programming skills to create games and resources. It also allows for the introduction of low-cost environmental sensors that, connected via Bluetooth to mobile devices, enrich the educational experience with real-time environmental data translated into a language that ordinary people can understand. EduCITY emerges as an intelligent environment, that transforms any city into an experimental learning laboratory, bringing together the real world and technology to support the development of sustainable communities and cities.

Keywords: EduCITY; Mobile Augmented Reality Games; Education for Sustainability

Resumen

El proyecto EduCITY es una respuesta a los retos contemporáneos societais, haciendo hincapié en la importancia de la educación y la formación. Tienne su origen en EduPARK, que transformó un parque urbano verde en un laboratorio de aprendizaje al aire libre utilizando juegos de Realidad Aumentada. EduCITY amplía este exitoso abordaje ampliando sus actividades a toda la ciudad. Este artículo tiene por objeto presentar la plataforma EduCITY, que permite la creación colaborativa de juegos educativos móviles en Realidad Aumentada, fomentando la participación activa de la comunidad. Esta plataforma facilita la creación de juegos y contenidos multimedia, con tutoriales. Al mismo tiempo, se desarrolló la aplicación móvil EduCITY, que sirve de interfaz directa entre el proyecto y la comunidad. Esta aplicación proporciona una experiencia interactiva y educativa a través de juegos que tienen lugar a lo largo de rutas predeterminadas. Acompaña a los jugadores "Mr Pinky", un flamenco que, además de ser la mascota, guía a los jugadores a través de los retos. La innovación de EduCITY destaca en el uso de la Realidad Aumentada, que permite a los ciudadanos sin conocimientos de programación crear juegos y recursos. También permite la introducción de sensores ambientales de bajo coste que, conectados vía *Bluetooth* a dispositivos móviles, enriquecen la experiencia educativa con datos ambientales en tiempo real traducidos a un lenguaje comprensible para el ciudadano de a pie. EduCITY surge como un entorno inteligente, transformando cualquier ciudad en un laboratorio experimental de aprendizaje, uniendo el mundo real y la tecnología para promover el desarrollo de comunidades y ciudades sostenibles.

Palabras-clave: EduCITY; Juegos de realidad aumentada para móviles; Educación para la sostenibilidad

EduPARK: A Génese do Educity

Vivemos um tempo configurado por múltiplos desafios societais que exigem diferentes olhares e renovadas ações. Estas ações devem ser assumidamente inovadoras e agentes de efetiva transformação, pois a "nova normalidade" (UNDP, 2022) não pode afetar o desenvolvimento das gerações futuras (WCED, 1987).

Reconhecendo-se o papel da Educação enquanto agente potenciador de transformação (UNESCO, 2010), torna-se essencial desenvolver ações focadas não apenas no imediatismo, mas para aspetos mais profundos e que assegurem uma efetiva alteração do *status quo*. Partindo da compreensão desta necessidade, mas também do entendimento dos benefícios da Tecnologia em contexto educativo (ByYilin & Weidong, 2023), foi possível a conceção do Projeto de Investigação & Desenvolvimento EduCITY, que tem na sua génese o Projeto EduPARK (Figura 1).

O projeto EduPARK (http://edupark.web.ua.pt/), apoiado por fundos nacionais e internacionais, decorreu entre 2016 e 2019, e estabeleceu-se enquanto ideia inovadora de tornar um parque verde urbano, o Parque Infante D. Pedro (Aveiro, Portugal), em laboratório de aprendizagem. Estas foram promovidas através de dinâmicas de game-based learning (aprendizagem baseada no jogo) e na exploração de ambientes outdoor (ambientes exteriores), em contacto com o real, dando significado às aprendizagens e promovendo experiências diferenciadoras e contextualizadas.

Figura 1: Logo e mascote do projeto EduPARK



Fonte: Lúcia Pombo (2018).

Partindo de um espaço reconhecido pelos cidadãos locais e de grande valor estético, biológico, paisagístico e histórico, foi possível o envolvimento de mais de mil e quinhentos alunos e centenas de professores, dos Ensinos Básico, Secundário e Superior (Pombo, 2021). Este envolvimento, partindo do real, era reforçado pelas inúmeras possibilidades de criação de jogos com objetivos diferentes (Pombo et al., 2019).

Os conteúdos em Realidade Aumentada estavam inseridos em jogos inter e transdisciplinares desenvolvidos pela equipa do projeto. Estes jogos e todos os seus conteúdos eram acedidos através de uma aplicação interativa criada pela própria equipa do projeto e acessível através de dispositivos móveis *Android*, beneficiando ainda de dinâmicas de *Geocaching (Pombo & Marques, 2019)*. Apesar do forte cariz educativo do projeto, o EduPARK revelou ainda o seu potencial para o público em geral e para o turismo. Este potencial foi rapidamente atestado pelo reconhecimento público do Município de Aveiro, pela comunicação social e também pela comunidade académica nacional e internacional, Este reconhecimento internacional traduziu-se entre outros, pela atribuição, em 2018, do prestigiante prémio *Team Award for Innovation in Teaching & Learning* do Consórcio Europeu de Universidades Inovadoras (ECIU).

Do EduPARK ao EduCITY

Do sucesso e elevado potencial do projeto EduPARK emergiu a necessidade de alargar os seus objetivos, mas também os seus próprios horizontes espaciais. Este alargamento territorial consolidou-se a partir de uma atuação inicialmente focada no parque Infante D. Pedro para abranger toda a cidade de Aveiro. A partir deste ponto emerge o EduCITY, que ultrapassa os limites do parque para integrar-se na cidade, e, simultaneamente, fortalece os laços entre a Academia e a Cidade, através de parcerias com entidades da comunidade civil, como escolas, associações, autarquias e empresas. Estas parcerias impulsionam a disseminação do

conhecimento, enquanto criam oportunidades de participação ativa por parte dos cidadãos, no sentido de possibilitar o envolvimento de todos no desenvolvimento de cidades e comunidades mais sustentáveis e resilientes. Espera-se que este projeto possa germinar e ser replicado noutras cidades, em qualquer parte do mundo (Pombo, 2022a).

O projeto EduCITY: Objetivos e Características

O projeto" EduCITY – Cidades inteligentes e sustentáveis com jogos educativos móveis em Realidade Aumentada criados por e para os Cidadãos" (https://educity.web.ua.pt/) é um projeto de investigação & desenvolvimento da Universidade de Aveiro que conta com o apoio humano e logístico da Unidade de Investigação Principal, o CIDTFF – Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Formadores, sediado no Departamento de Educação e Psicologia, envolvendo também investigadores de outras Unidades de Investigação, como o Centro de Estudos do Ambiente e do Mar (CESAM); o Centro de Investigação em Média Digitais e Interação (DigiMedia); e o Instituto de Engenharia Eletrónica e Informática de Aveiro (IEETA). O EduCITY (Figura 2) é um projeto que combina investigação, formação e ação, e a sua exequibilidade é possível através de uma equipa multidisciplinar, cujos membros pertencem às quatro unidades de investigação acima mencionadas, e que são especialistas nas áreas da Educação e Formação; Ambiente, Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável; e Multimédia e Tecnologia Informática, nomeadamente no que se concerne ao desenvolvimento de mecanismos e conteúdos de Realidade Aumentada.

Figura 2: Logo e mascote do projeto EduCITY



Fonte: Lúcia Pombo, Sofia Ribeiro & Margarida M. Marques (2022).

O desenvolvimento do projeto EduCITY assenta em cinco grandes eixos de orientação e de inovação (Figura 3), nomeadamente: i) tornar a cidade um laboratório vivo experimental; ii) beneficiar das potencialidades da tecnologia inteligente; iii) através de dispositivos móveis, como *smartphones e sensores ambientais de baixo custo e fácil utilização; iv) possibilitar a participação ativa e envolvimento da comunidade; dinamizar a partilha de conhecimento; e v) potenciar a exploração do projeto noutros espaços urbanos, fomentando a sua escalabilidade.*

Figura 3: Eixos de orientação e de inovação do projeto EduCITY



Fonte: Lúcia Pombo & Sofia Ribeiro (2022).

O EduCITY propõe potenciar o desenvolvimento de cidades sustentáveis através da implementação de um ambiente de aprendizagem inovador e interativo, devidamente contextualizado e em situações concretas e reais. Para tal, um dos produtos deste projeto assenta numa aplicação móvel que integra desafios

interdisciplinares e enriquecidos com recursos educativos de Realidade Aumentada (Figura 4), tais como simulações baseadas em dados provenientes de sensores ambientais, modelos 3D e conteúdos informativos, entre outras funcionalidades.

Figura 4: Recurso educativo com Realidade Aumentada (Pseudofruto)



Fonte: Foto de Samantha Oliveira e conteúdo de equipa EduCITY (2023).

Estes jogos são desenvolvidos de forma colaborativa pela comunidade escolar, académica e público em geral, abrangendo desafios interdisciplinares e lúdicos, destinados à exploração por qualquer cidadão durante a sua interação na cidade.

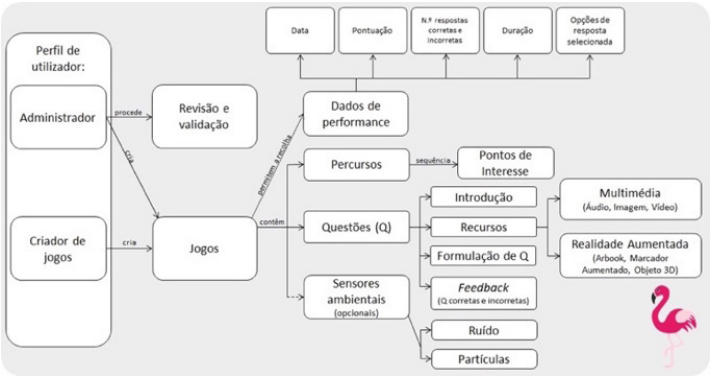
O projeto EduCITY adota uma abordagem pedagógica inovadora que parte da tecnologia presente no quotidiano, como dispositivos móveis, no sentido da promoção de aprendizagens práticas e em contexto, em que os jogos com Realidade Aumentada desempenham o papel de meio para a sensibilização para o desenvolvimento sustentável na cidade, funcionando como um laboratório dinâmico de experimentação (Pombo, 2022b). Este paradigma baseia-se na conceção de cidadãos enquanto "cientistas ativos" e agentes promotores de mudanças sustentáveis, alinhado com os princípios e dinâmicas próprias da ciência cidadã. Partindo destes princípios foi necessário possibilitar o acesso à criação de recursos

e jogos promotores dessas mesmas mudanças e que enriquecessem todo o projeto. Neste sentido, foi desenvolvida uma plataforma *web*, que é aberta a todos, mas moderada pela equipa.

O Projeto EduCITY: A Plataforma Web e a Aplicação Móvel

Para a concretização dos jogos e recursos educativos, foi necessário o desenvolvimento de uma plataforma *web* esquematizada na figura 5. Esta revela-se um dos produtos essenciais para o desenvolvimento de todo o projeto e está intimamente conectada com a aplicação móvel. A plataforma EduCITY (https://educity.web.ua.pt/adminjogos/index.php), acessível a todos os que queiram criar jogos e recursos educativos mediante criação de conta de utilizador, assume, portanto, várias funções, das quais se destacam a criação de jogos e de recursos multimédia assim como a recolha de dados dos jogos (tempo de jogo, pontos obtidos, número de respostas corretas e incorretas, etc.). O acesso a estes dados é feito pela conta criadora dos jogos (perfil Utilizador), possibilitando a reflexão sobre o uso e sustenta a implementação de melhorias. A publicação de jogos na aplicação também só se concretiza mediante revisão e aceitação por parte do perfil Administrador. Aos utilizadores é possível, através de um código de jogo provisório, testar o seu próprio jogo na aplicação. Este procedimento consubstancia-se em garantir apenas a publicação de jogos de elevada qualidade e pertinência para os objetivos do projeto EduCITY.

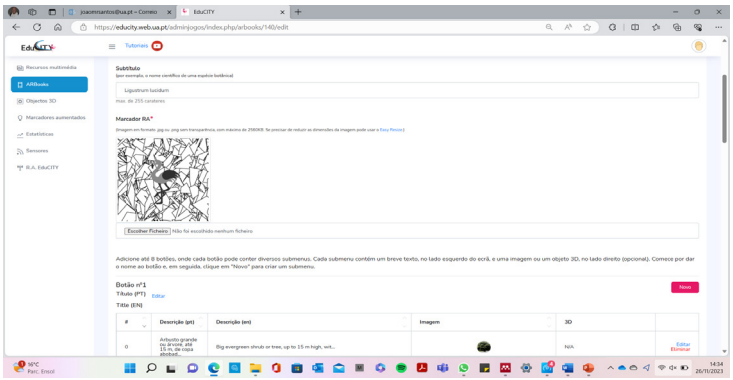
Figura 5: Organização esquemática da plataforma web EduCITY



Fonte: Esquema de João Ferreira-Santos & Margarida M. Marques (2023).

O modo como a Plataforma web EduCITY se apresenta, revela a preocupação em tornar acessível a criação de jogos e recursos digitais, tanto multimédia, como em Realidade Aumentada (Figura 6), por todos, independentemente dos seus conhecimentos de programação. Assim, para além de algumas notas informativas integradas na própria plataforma, esta possibilita o encaminhamento e visualização de diferentes tutoriais de apoio disponíveis numa *playlist* no canal do Youtube do EduCITY (https://www.youtube.com/@educityua). Os tutoriais apresentam, através de imagética e de uma linguagem acessível, o passo-a-passo para a execução de diferentes tarefas, como a compressão de imagens, a alteração de formatos de imagens, sons e vídeos, ou até a criação de Marcadores de Realidade Aumentada.

Figura 6: Printscreen da criação de um ARbook na plataforma web EduCITY



Fonte: EduCITY (2023).

Se a plataforma *web* é um dos produtos essenciais para o desenvolvimento do projeto EduCITY, a aplicação móvel é também fundamental, sendo um dos produtos mais visíveis de todo o projeto.

A aplicação EduCITY (Figura 7), como qualquer aplicação, pressupõe ser o contacto direto entre o projeto e a comunidade. No caso deste projeto, a sua comunidade é ampla, desde o público de diferentes níveis de escolaridade, passando pela comunidade académica até à comunidade civil e turistas. Sobre estes, é importante realçar a possibilidade de criação de todos os conteúdos e recursos em língua inglesa. A aplicação EduCITY, que passou por vários ciclos iterativos de desenvolvimento, consubstancia-se pelo cuidado entre a usabilidade e o rigor da informação que apresenta.

A dinâmica dos diferentes jogos segue sempre a mesma estrutura, que se divide em diferentes categorias de texto, nomeadamente, de orientação espacial para apoiar o jogador a encontrar os diferentes pontos de interesse, de introdução às questões, sobre as próprias questões, de resposta e de *feedback*, tanto de resposta correta como de resposta incorreta.

Figura 7: Apresentação da aplicação móvel EduCITY: ecrãs iniciais de entrada na aplicação, seleção de jogos e início de jogo



Fonte: EduCITY (2023).

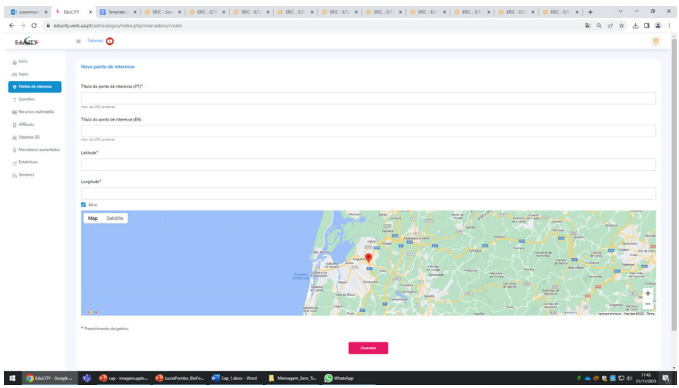
Tal como se observa na figura 7 e também na figura 2, o projeto EduCITY tem como mascote um Flamingo, o "Mr. Pinky". A escolha desta mascote prende-se com a existência de várias colónias de flamingos na região lagunar da Ria de Aveiro. Esta mascote assume também um papel de companheiro e orientador de todos os percursos/jogos, dando dicas e *feedback* às respostas dos jogadores.

Já foi referida a coerência formal do jogo quanto à sua estrutura; no entanto, apresenta-se seguidamente e de forma muito breve como tal se sucede, sem que, no entanto, se esqueçam as dinâmicas características das aprendizagens baseadas em jogos, comumente conhecidas por Game-base*d Learning*. Assim, aquando no momento de criação de um novo jogo, depois de se selecionar a língua do jogo (Português ou Inglês), deve ser definido o público-alvo e todas as áreas disciplinares a serem exploradas. Posteriormente deve ser introduzida a mensagem inicial e, se desejado, recursos multimédia (do tipo imagem, áudio, vídeo ou animação) no sentido de dinamizar e engajar o jogo e público. De seguida, começa-se por identificar o "ponto de interesse", tal

como surge na figura 8. Este pode ser novo, ou já pré-existir na Biblioteca de recursos da Plataforma EduCITY.

Depois de definido o ponto de interesse, devem ser indicadas as orientações para o encontrar. A partir da conclusão desta etapa, entra-se na criação das questões. Para tal, é necessário criar uma introdução, associando-lhe, se considerado, até dois recursos multimédia, que podem ser imagem, áudio, vídeo ou animação, e/ou recurso em Realidade Aumentada.

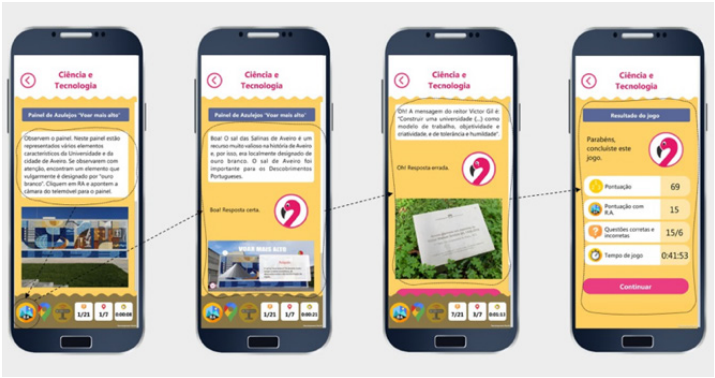
Figura 8: Definição do ponto de interesse



Fonte: EduCITY (2023).

De seguida deve ser introduzida a questão e as respetivas opções de resposta. O próximo passo exige a realização do feedback, tanto de resposta correta como incorreta (Figura 9), que deve ser pedagógico e elucidativo.

Figura 9: Representação de diferentes ecrãs do jogo



Fonte: EduCITY (2023).

Todas estas etapas devem ser acompanhadas de recursos multimédia, tal como referido anteriormente. O processo de realização de questões desenvolve-se e repete-se as vezes que o criador de jogos considerar mais adequando, tendo de concluir o jogo através de uma mensagem final, à qual se segue o surgimento de um ecrã onde constam alguns dados estatísticos do jogo, como vemos representado no ecrã do quarto telemóvel que surge na figura anterior.

Já foi referida a importância dos recursos multimédia para o desenvolvimento dos jogos. O projeto EduCITY, tal como o seu antecessor, tem como grande aposta, conteúdos em Realidade Aumentada. Se no projeto anterior a criação destes recursos se cingira à equipa de desenvolvimento, no EduCITY, os recursos em Realidade Aumentada podem ser desenvolvidos por qualquer pessoa, mesmo que não tenha conhecimentos avançados de natureza tecnológica. Seguidamente apresentam-se os recursos em Realidade Aumentada passíveis de serem desenvolvidos na Plataforma *web* e apresentados na aplicação EduCITY.

O Projeto EduCITY: Os Recursos em Realidade Aumentada

A integração da tecnologia de Realidade Aumentada no contexto educativo permitiu alternativas à forma como as pessoas aprendem e se relacionam com o seu ambiente. O projeto EduCITY tem como objetivo criar oportunidades para os cidadãos contribuírem para a sustentabilidade da cidade, construindo jogos educativos com Realidade Aumentada e explorando-os em percursos pela cidade. Propõe-se igualmente ultrapassar algumas das limitações do seu antecessor, expandindo os espaços exteriores para a cidade. Tal como referido anteriormente, e ao contrário do EduPARK, em que a criação de jogos estava limitada aos membros do projeto (Pombo et al., 2019), o EduCITY incentiva toda a comunidade a desenvolver jogos e conteúdos de RA (Marques & Pombo, 2022). Os conteúdos de Realidade Aumentada podem ser: ARBook, Marcador Aumentado e Objeto 3D.

O ARBook (ver Figura 10) é um *template* para um menu dinâmico de Realidade Aumentada que pode incorporar modelos 3D. Este mecanismo foi adaptado a partir de um menu fixo desenvolvido no projeto EduPARK, que fornece informações detalhadas sobre 32 espécies de árvores. A plataforma *web* fornece um formulário para introduzir todas as informações, a partir do qual são criados os vários ficheiros de texto, contendo as informações necessárias para criar o ARBook. Uma vez criado o ARBook a partir do formulário, este pode ser visualizado na aplicação móvel.

O Marcador Aumentado (ver Figura 11) utiliza botões interativos colocados em locais específicos para ampliar uma imagem. Esta ideia surgiu no âmbito de um exemplo muito específico do projeto EduPARK, desenvolvido para fornecer informação detalhada sobre o azulejo de Santo António. No âmbito do EduCITY foi desenvolvido um *template* para criar este tipo de conteúdo aumentado, adaptável a qualquer imagem com as mesmas dimensões. A plataforma *web* permite configurar até 9 botões interativos, enquanto a aplicação móvel ilustra esses botões com informações

específicas, como uma máscara, a cor da máscara, as coordenadas do botão e do balão de texto, entre outras informações relevantes.

O Objeto 3D (ver Figura 12) é um *template* que permite adicionar objetos tridimensionais a marcadores 2D. Para além disso, o processo de criação inclui um formulário na plataforma *web* onde as coordenadas são configuradas visualmente com a ajuda da plataforma *PlayCanvas*. Após o preenchimento do formulário, é criado um ficheiro de texto (JSON) com todas as informações necessárias. A partir da aplicação móvel é possível visualizar e interagir com estes objetos.

Figura 10: ARBook

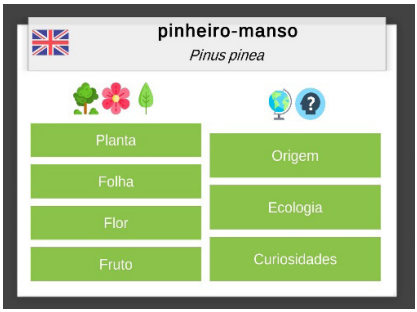


Figura 11: Marcador Aumentado

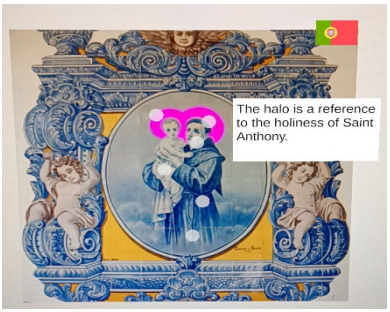


Figura 12: Objeto 3D



Fonte das Figuras 10 a 12: Mecanismos de RA desenvolvidos por Rafael Fernandes (2023).

A par destes três mecanismos de Realidade Aumentada (ARBook, Marcador Aumentado e Objeto 3D) o projeto EduCITY permite ainda a utilização de sensores ambientais de fácil utilização e de baixo custo.

O Projeto EduCITY: Os Sensores Ambientais

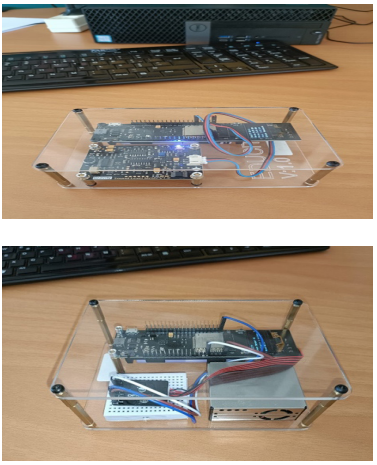
Os sensores usados no projeto EduCITY são o PMS5003 Plantower, que mede a concentração de partículas em suspensão PM2,5 e PM10 em mg/m3, e o Medidor de Nível de Som Analógico *Gravity*, que mede o nível de ruído em dB(A).

Estes equipamentos estão conectados a microcontroladores ESP32 que permitem a ligação aos dispositivos móveis e à aplicação EduCITY via *Bluetooth*. Estes microcontroladores permitem a visualização dos dados no momento da sua medição através de um display e possuem uma bateria que permite uma autonomia de aproximadamente 5 horas. Os componentes que constituem os sensores EduCITY bem como a sua programação foram desenvolvidos pela equipa tendo em conta as características do projeto e montados em *sensor boxes* (como se pode ver na figura 13).

Estes sensores têm como finalidade a recolha de dados ambientais que acompanham o processo de aprendizagem com

recurso a jogos educativos focados na temática da qualidade do ar ou do ruído. Durante o jogo os sensores permitem que o utilizador possa verificar experimentalmente aquilo que está a aprender. Por exemplo, depois de aprender que os carros constituem uma das principais fontes de ruído nas cidades, será possível, através dos sensores, medir as concentrações de poluentes numa rua com maior intensidade de tráfego.

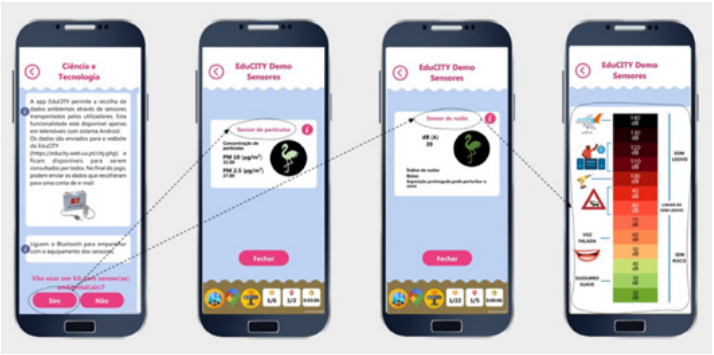
Figura 13: Fotografia de duas sensor boxes EduCITY (medição de ruído e medição de partículas, respetivamente)



Fonte: EduCITY (2023).

No entanto, a comunidade não consegue interpretar dados científicos brutos por falta de conhecimento específico. Neste sentido, torna-se necessário intermediar a comunicação dos valores lidos pelos sensores por meio de índices de qualidade do ar e ruído que permitem relacionar os valores medidos com uma escala qualitativa, que tem por base cores atribuídas por nível de severidade e respetiva explicação sucinta. Este tipo de apresentação permite facilidade e rapidez na compreensão dos efeitos para a saúde, tal como surge na figura 14.

Figura 14: Esquema explicativo da interação com os sensores via aplicação



Fonte: EduCITY (2023).

A Cidade como Laboratório Experimental do EduCITY

Ao longo deste capítulo vimos como é possível tornar qualquer espaço urbano num laboratório vivo de aprendizagem, recorrendo à tecnologia inteligente, nomeadamente, os dispositivos móveis. A estes é possível, através de processos de desenvolvimento tecnológicos apropriados, a exploração de novas realidades, como a Realidade Aumentada, que suportam e interagem com os recursos existentes reais. Estes podem ser recursos naturais ou construídos pelo ser humano.

O projeto EduCITY tira proveito do mundo real, estabelecendo pontes para o mundo "aumentado" e, assim, é possível criar o tal ambiente inteligente. Este ambiente inteligente existe da informação que cada um decide colocar na sinalética existente ou definida para o efeito, como as placas de ARbook (figura 15) ou através de uma escultura ou painel de azulejos, numa determinada praça ou edifício (figura 16).

Figura 15: Placa de ARbook num parque



Figura 16: Marcador Aumentado em Azulejos



Fonte: EduCITY (2023).

Partindo do mundo real e dos benefícios que a aprendizagem em contexto demonstra (Pombo, 2022b) e em articulação com as potencialidades da Tecnologia, em especial a Realidade Aumentada (Marques & Pombo, 2021), é possível a promoção de atitudes e alteração de comportamentos com vista ao

desenvolvimento de cidades e comunidades não só resilientes, como sustentáveis, tornando o Planeta Terra como a casa de todos.

Agradecimentos

O projeto EduCITY é financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto PTDC/CED-EDG/0197/2021.

Referências

ByYilin, L., & Weidong, L. (2023). Developing Students' Game Competence: Situated Game Teaching through Set Plays. *Strategies*, *36*(1), 31–39. https://doi.org/10.1080/08924562.2022.2146962

Marques, M. M., & Pombo, L. (2021). Teachers' Experiences and Perceptions Regarding Mobile Augmented Reality Games: a Case Study of a Teacher Training. *INTED2021 Proceedings*, *1*(March), 8938–8947. https://doi.org/10.21125/inted.2021.1865

Marques, M. M., & Pombo, L. (2022). Design & develop a smart learning city environment for sustainability. In L. G. Chova, A. L. Martínez, & J. Lees (Eds.), *ICERI2022 Proceedings* (pp. 5595–5601). IATED.

Pombo, L. (2021). Reconhecer in loco o valor do património histórico e botânico – aprendizagens proporcionadas pelo projeto EduPARK. *Boletim Da AIA-CTS*, *14*, 34–37. https://aia-cts.web.ua.pt/wp-content/uploads/2021/03/Boletim_AIA_CTS_n14.pdf

Pombo, L. (2022a). Do Edupark ao EduCITY: a história deste livro. In *Aveiro, cidade sustentável: EduCITY* (p. 254). UA Editora - Universidade de Aveiro. https://doi.org/10.48528/jtw2-k945

Pombo, L. (2022b). Exploring the role of mobile game-based apps towards a smart learning city environment – the innovation of EduCITY. *Education and Training*. https://doi.org/10.1108/ET-06-2022-0238

Pombo, L., & Marques, M. (2019). An app that changes mentalities about Mobile Learning – the EduPARK Augmented Reality Activity. *Computers*, *8(2)*(37). https://doi.org/10.3390/computers8020037

Pombo, L., Marques, M. M., Afonso, L., Dias, P., & Madeira, J. (2019). Evaluation of a mobile augmented reality game application as an outdoor learning tool. *International Journal of Mobile and Blended Learning*, *11*(4), 59–78. https://doi.org/10.4018/IJMBL.2019100105

UNDP. (2022). *Human Development Report 2021-22: Uncertain Times, Unsettled Lives: Shaping our Future in a Transforming World* (P. Conceição, Ed.). UNDP.

UNESCO. (2010). *Educação: um tesouro a descobrir, relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI* (J. Delours, Ed.). UNESCO.

WCED. (1987). *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development*. http://www.un-documents.net/ocf-ov.htm

5.

A propósito do enfoque regional
na arqueologia Brasileira

The regional approach in
archaeology archaeology

Sobre el enfoque regional en
la arqueología brasileña

BY PAULO DEBLASIS

A propósito do enfoque regional *na arqueologia Brasileira*

The regional approach *in archaeology archaeology*

Sobre el enfoque regional en la *arqueología brasileña*

PAULO DEBLASIS[1]

Resumo

Este ensaio argumenta em favor de uma abordagem regional em arqueologia, em especial no que diz respeito à arqueologia brasileira. Considera-se que a perspectiva regional (conceito espacialmente flexível) é a escala ideal para enfocar parâmetros essenciais para a modelagem arqueológica: paisagem, território e comunidade. Sendo uma escala intermediária, facilita a aproximação tanto com a escala local (aldeia, *household*) como com escalas mais amplas, continentais (tradições, povoamento, migrações, etc). A escala regional é particularmente adequada para construir a integração da percepção de comunidade e seu território, ontem e hoje.

Palavras-chave: Arqueologia brasileira; Enfoque regional.

[1] Professor associado do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP). São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: deblasis@usp.br

Abstract

This essay advances an argument towards a regional approach in archaeology, particularly as regards Brazilian archaeology. It is considered that a regional perspective (a spatially flexible concept) is the ideal scale to access essential parameters for archaeological modelling, namely landscaping, territoriality and communality. As a middle-range scale, it makes it easier to approximate to local approaches (village, household) as well as macro, continental scales (archaeological traditions, migrations, etc). Regional approaches are particularly appropriate to bridge the perception of community and its territory in the long duration, yesterday and today.

Keywords: Brazilian archaeology; Regional focus.

Resumen

Este ensayo aboga por un enfoque regional en arqueología, especialmente en lo que se refiere a la arqueología brasileña. La perspectiva regional (un concepto espacialmente flexible) se considera la escala ideal para centrarse en parámetros esenciales para la modelización arqueológica: paisaje, territorio y comunidad. Al tratarse de una escala intermedial, facilita el abordaje tanto de la escala local (aldea, hogar) como de escalas más amplias, continentales (tradiciones, asentamientos, migraciones, etc.). La escala regional es particularmente adecuada para construir la integración de la percepción de la comunidad y su territorio, ayer y hoy.

Palabras clave: Arqueología brasileña; Enfoque regional.

Introdução

O objetivo deste breve ensaio é construir um argumento a favor da adoção de perspectivas regionalizadas na arqueologia brasileira. A ideia é que, quando se trata de explorar aspectos sociais

a partir dos dados arqueológicos, dimensões como territorialidade, percepção da paisagem (e sua transformação), relações entre comunidades, a perspectiva regional é a mais apropriada. Assim, após estruturar sucintamente o ponto aqui defendido, apresento alguns exemplos, extraídos de minha própria experiência profissional, atuando em São Paulo e na região sul catarinense.

Em princípio, qualquer fenômeno pode ser percebido em qualquer escala, dependendo tão somente da perspectiva do observador. No entanto, diferentes fenômenos tem alcance diverso, sendo mais significativos em uma certa escala do que em outras. A produção de uma vasilha cerâmica tem alcance local/regional, familiar, ainda que possa ter implicações mais amplas (pertencer a uma tradição, por exemplo). O fenômeno El Niño, no entanto, embora tenha impactos regionalizados, só pode ser plenamente compreendido em escala mais ampla, transcontinental.

A percepção, e uso, de diferentes escalas de abordagem para o estudo do registro arqueológico não é, em absoluto, uma coisa nova. Análises acerca da expansão de diferentes sociedades em escala continental vem tendo lugar desde o século XIX na Europa. Por outro lado, sítios de interesse vem sendo examinados em maior detalhe (escala local), propiciando a emergência de estratégias de pesquisa com maior rigor documental que se tornaram padrão na arqueologia contemporânea. A proposta de Braudel (1965), por exemplo, de examinar a historicidade de uma área na longa duração, faz mais sentido quando o foco recai sobre uma região (ou mesmo uma macro-região, como o Mediterrâneo), de modo a perceber as transformações socioculturais vis à vis a metamorfose das paisagens com as quais interagem.

No Brasil, o uso de escalas continentais de análise predominaram nas primeiras décadas de pesquisa arqueológica sistemática, a partir dos anos 1950. Na Amazônia, por exemplo, levaram à criação dos amplos horizontes culturais que, ainda hoje, referenciam a prática arqueológica nessa região (p.e. Neves 2008). Perspectivas espaciais de amplo alcance também embasam o célebre Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) que, nos anos

1960 e seguintes, teve por objetivo mapear grandes áreas do território brasileiro arqueologicamente desconhecidas (Dias 1995).

O estudo da dispersão dos povos de línguas pertencentes ao tronco Tupi-Guarani, a partir mais ou menos da mesma época, tomou rumo semelhante, de escala continental (Brochado 1984, Milheira & DeBlasis 2020, Corrêa 2023). Curiosamente, ainda no mesmo período, Pallestrini (1973) coordenou várias escavações em escala local (intra-sítio) em assentamentos Tupi-Guarani no vale do rio Paranapanema, sem que estas abordagens tenham, em qualquer ocasião, dialogado de maneira mais profícua – no que a abordagem regional ajudaria muito. Ao contrário, criou-se a dicotomia "escola francesa" e "escola americana", soando um pouco como se fossem abordagens em oposição, como se não fosse possível examinar o registro arqueológico em múltiplas escalas simultaneamente.

A questão das diferentes escalas de abordagem, e suas relações, sempre interessou aos geógrafos e arqueólogos (e, sem dúvida, muitas outras ciências, como a geologia, a astronomia, a antropologia...)[2]. No que se refere à arqueologia, Clarke (1977), por exemplo, reflete acerca de três escalas básicas de análise, macro, semi-macro e micro, discutindo o alcance de cada uma delas. Evidentemente, diferentes questões, e perspectivas, impõem diferentes escalas. Se a expansão dos falantes Tupi requer uma escala de dimensões continentais, como fazem Brochado e Corrêa, o estudo das unidades domiciliares, familiares, dessas mesmas sociedades, demandará o uso de micro escalas, como fez Pallestrini. Também de forma evidente, estas escalas se retroalimentam e complementam.

Neste ensaio, argumento que uma escala intermediária, de alcance regional, é a ideal para abordar contextos arqueológicos ainda pouco conhecidos e pesquisados, como ainda é o caso de boa parte do território brasileiro. O interesse nessa escala reside no fato de que as abordagens regionais possibilitam a compreensão mais concreta da territorialidade de uma unidade sociológica

[2] Até mesmo a Astrologia, essa disciplina tão controversa!

(digamos, uma comunidade, ou um conjunto delas) e sua percepção da paisagem (no sentido de pays, paisano), ambiente socialmente percebido, e culturalmente construído. É nesta escala mediana, de dimensões flexíveis, que padrões culturais (materiais) emergem, e suas peculiaridades podem ser melhor detectadas e descritas, especialmente em termos de territorialidade e organização social. E, também, é nesta escala que transformações culturais da paisagem podem ser adequadamente percebidas e caracterizadas[3].

Evidentemente, a abordagem regional funcionará tanto melhor se dispuser de informações de detalhe, como as características dos diferentes assentamentos que compõem o(s) sistema(s) de ocupação da área. De fato, a abordagem regional é especialmente adequada para amostrar a variedade (cultural, cronológica) de sítios encontradiços em determinada área. E, em se considerando perspectivas mais abrangentes, macrorregionais ou continentais, o controle regional bem informado possibilitará entender melhor a variabilidade dos padrões culturais de ampla dispersão como, por exemplo, as tradições que definem grande parte da arqueologia brasileira.

Tendo em vista a natureza algo biográfica deste ensaio, chamo a atenção para a abordagem regional adotada com os sambaquis no litoral sul catarinense (DeBlasis et al 2007, Kneip et al 2018, DeBlasis et al 2021), um enfoque muito derivado da minha percepção pessoal de arqueologia. De fato, desde os tempos da minha formação, nas pesquisas com os sítios Umbu e Itararé, e também sambaquis fluviais, do vale do Ribeira (DeBlasis 1988, 1996; Figuti et al 2013), tendo a dar ênfase às abordagens regionais que, no meu entender, são as que melhor se aproximam das estruturas sociais e territoriais das entidades culturais que caracterizam as coletividades humanas. Além dos exemplos acima, trago ainda aqui outros dois estudos recentes, que reforçam o argumento a favor das abordagens regionais aqui proposto. Estes estudos envolvem a ocupação Je no cenário do alto rio Canoas,

[3] A escala regional corresponde, grosseiramente, à noção de *fase dos pronapianos (Chmyz et al 1969), ainda que a abordagem aqui proposta extrapole radicalmente o âmbito dos estudos tipológicos.*

de um lado, e de outro, a ocupação da encosta da serra, ambos no sul catarinense durante o Holoceno recente. A ideia é mostrar resultados concretos de estudos de caráter regional, explorando algumas de suas possibilidades[4].

As pesquisas no sul paulista

Na região sul do Estado de São Paulo se situa o vale do rio Ribeira de Iguape que, nascendo no planalto paranaense, corre para o litoral, configurando uma zona serrana de ecótono entre o planalto e a baixada litorânea e seu interior, onde a Mata Atlântica é rica e exuberante. Ali, nos anos 1980, foram desenvolvidos estudos de caráter regional, tendo por base parâmetros teóricos relacionados aos estudos de padrões de assentamento, muito em voga na literatura de língua inglesa da época. Muito resumidamente, estes estudos buscaram compreender como se constituíam os diferentes agregados de sítios presentes na região, tendo em vista suas relações entre si (sociológica) e com o ambiente (ecologia humana). A ênfase nos aspectos econômicos e adaptativos dessas abordagens foi substituída, nas décadas seguintes, por perspectivas mais abrangentes de paisagem (p.e. Knapp & Ashmore 1999, Ingold 2000).

No vale do Ribeira, três diferentes tipos de sítio serviram de base para a definição de três horizontes distintos de ocupação. Os sítios líticos, que ocorrem em grande número, formam agrupamentos nos fundos de vale e encostas adjacentes. Esses conjuntos de sítios grandes e pequenos parecem constituir complexos ocupacionais, aldeias (DeBlasis 1988, 1990, 1996). Estes sítios partilham matérias primas locais, especialmente a calcedônia, que aflora em alguns pontos localizados do cenário regional, e exibem tecnologia sofisticada, onde as pontas bifaciais e raspadores diversos predominam (DeBlasis 1989). Apesar de haver indícios de considerável profundidade temporal da presença Umbu na região,

[4] Não incluí aqui os estudos no médio vale do rio Tocantins, realizados no início dos anos 2000 (por exemplo, Bueno 2007), para não alongar excessivamente este ensaio.

esses agregados de sítios líticos, com tecnologia bastante homogênea, parecem configurar um horizonte de ocupação bastante recente, em torno de mil anos aP (antes do Presente).

Sua distribuição é bastante compatível com a dos bairros rurais que hoje caracterizam a ocupação da área. De fato, cerca de 70% desses sítios se encontram sob assentamentos das comunidades tradicionais. Assim como ocorre com estas últimas, essa distribuição aponta para uma ampla malha de assentamentos em âmbito regional, ao longo dos vales encaixados por entre as serras desta região remota e densamente florestada. Ao que parece, estabeleceram alguma relação com os grupos portadores de cerâmica Itararé, falantes de língua pertencente ao ramo Je do Sul, poucos séculos antes da chegada dos colonizadores europeus na região.

Estes grupos ceramistas adventícios ocuparam densamente a região formando, como os anteriores, aldeias de proporções consideráveis nos fundos de vale (Robrahn 1989, DeBlasis 1996). Sua cerâmica é bastante homogênea por toda a área, mostrando a grande concomitância desta ocupação praticamente simultânea de toda a região. Seus portadores vieram das áreas planálticas contíguas, onde grandes aldeias, casas subterrâneas e outros sítios também foram mapeados (DeBlasis 2000, Araújo 2001). A distribuição dos sítios indica o uso intenso do território, exibindo não apenas a ocupação dos fundos de vale, mas usando também as encostas de relevo colinar para cultivo. Assentamentos sobre as cristas e terrenos de topo das serras sugerem algum controle territorial em virtude do grande adensamento populacional na região, em época imediatamente anterior ao contato com os colonizadores d'além mar.

Nesta mesma região Barreto (1988) investigou os sambaquis fluviais, concheiros ribeirinhos construídos sobretudo com carapaças do caramujo terrestre *megalobulimus* sp., descrevendo suas características composicionais e indústria lítica peculiar - bastante distinta da tecnologia Umbu. Dispersos pelas zonas mais rebaixadas da bacia do Ribeira, estes sítios formam espessos montículos de solo enegrecido. Exibem grande quantidade de fauna terrestre

e configuram, quase sempre, contextos funerários. Vestígios de fauna marinha, rarefeitos, indicam contato com o litoral, de onde parecem ser provenientes. Apesar da grande semelhança entre eles, assim como as características bastante homogêneas da cultura material associada, estudos posteriores demonstraram sua grande longevidade, com datações que se estendem desde o final do Pleistoceno até cerca de mil anos atrás (Figuti et al 2013). Seus remanescentes esqueletais constituem, atualmente, um importante foco de pesquisa acerca da ocupação antiga do continente, e seus desdobramentos posteriores (Neves et al 2005, Ferraz et al 2023).

O litoral sul catarinense

No litoral sul catarinense, a partir de meados dos anos 1990, uma sequência contínua de projetos de pesquisa se dedicou aos sambaquis, bastante numerosos, e não raro de grandes dimensões, nas áreas lagunares que marcam a região da foz do rio Tubarão e adjacências. Estes estudos foram marcados por dois enfoques principais, cuja articulação se mostrou incrivelmente profícua. De um lado, teve por objetivo realizar um levantamento regional sistemático dos sambaquis da região, de modo a examinar sua diversidade (morfológica, composicional), distribuição e cronologia. Esse levantamento registrou mais de 120 sambaquis (além de outros sítios) por toda a área da antiga baía de Santa Marta, progressivamente colmatada com o retrocesso do nível do mar ao longo do Holoceno médio e inferior, uma paisagem costeira sempre em mutação (Kneip 2004, DeBlasis et al 2007, Assunção 2010, Giannini et al 2010).

Simultaneamente, a intenção deste programa de pesquisas de longa duração foi, também, investigar a fundo os processos formativos relacionados à construção dos sambaquis, sua natureza e seu ritmo. Embora tenham sido feitas intervenções em vários sambaquis, escavações e estudos de maior detalhe se concentraram sobretudo em um mesmo sítio, o sambaqui Jaboticabeira II, onde extensos perfis estratigráficos por todo o *mound* foram

complementados por trincheiras localizadas e duas superfícies amplas de exposição horizontal (Fish et al 2000). Os trabalhos neste sítio propiciaram numerosos estudos envolvendo zooarqueologia, sedimentologia e processos formativos e, dada sua natureza funerária, diversos estudos bioarqueológicos, ainda hoje em andamento (Gaspar et al 2008 e 2014, Gaspar & DeBlasis 2019, Fish et al 2000 e 2013, Klokler 2012, 2014 e 2016, Okumura & Eggers 2005, Villagrán et al 2010 e 2011, Scheel-Ybert et al 2009 e 2023, Scheel-Ybert & Boyadjian 2020, Klokler et al 2010, DiGiusto 2017, entre muitos outros).

A adoção do enfoque regional neste projeto de pesquisa, juntamente com substancial complementação em escala intra-sítio (micro), possibilitou a modelagem da cultura sambaquieira como uma organização social territorialmente articulada e de grande profundidade temporal adquirindo, ao longo do tempo (especialmente entre 6000 e 2500 anos atrás), grande estabilidade territorial e densidade demográfica (Kneip et al 2018). Esta abordagem tornou possível não apenas demolir a visão, dominante até os anos 1990, dos sambaquieiros como "bandos nômades de coletores de moluscos" e pescadores, mas, sobretudo, estabelecer que se trata de uma sociedade longeva e bem articulada com seu ambiente, manejando sua produtividade e crescendo consideravelmente ao longo do Holoceno médio e mais recente.

Ademais, a adoção do enfoque regional tornou perceptível a existência de uma robusta estrutura organizacional de comunidades concomitantes estabelecidas em torno do ambiente lagunar, evidenciando-o como um território social e economicamente compartilhado. As características formativas dos sambaquis, em especial os maiores, mostra que essas comunidades são vinculadas por meio de um sistema de crenças e uma prática religiosa comum, onde o culto aos ancestrais assume grande importância. Mais ainda, a semelhança estrutural, concomitância e o espaçamento regular destas estruturas, verdadeiros projetos arquitetônicos socialmente construídos, não raro monumentais, apontam para um sistema de organização heterárquica do território, onde

as comunidades se articulam de maneira regular e estável, de duração milenar e, ao que parece, mantendo relações politicamente equivalentes (Kneip et al 2018, DeBlasis et al 2021).

A partir de aproximadamente 2500 anos atrás, o território lagunar exibe importantes mudanças. O longevo domínio da cultura sambaquieira vai dando lugar para novas formas de ocupação, caracterizadas pela presença dos chamados "sambaquis tardios", sítios rasos onde a presença de conchas é, em geral, pouco expressiva. Ao final do período, entre 1200 e 800 anos atrás aproximadamente, este horizonte cultural híbrido, ainda pouco compreendido, exibe vestígios da presença Je, na forma da sua cerâmica característica e, também, novas formas de prática funerária (DeBlasis et al 2014, Merencio 2020, Merencio & DeBlasis 2021). Por fim, o período imediatamente anterior à época da chegada dos primeiros colonizadores europeus é marcado pelo advento de grupos falantes de línguas Guarani, que ocupam densamente a área em um período muito curto, sofrendo grande impacto da ação dos vicentinos a partir do final do século XVI (Milheira 2010, Milheira & DeBlasis 2011).

A abordagem regional nesta região do litoral sul catarinense possibilitou não apenas perceber diferentes horizontes de ocupação e suas relações, mas principalmente estabelecer, para cada um deles, modelos de territorialidade e organização social. Estes estudos, de caráter genuinamente multidisciplinar, trouxeram no bojo dessas modelagens importantes parâmetros relacionados à economia, dieta, contatos e transformações, sempre a partir de uma perspectiva da paisagem regional e da longa duração.

Os estudos no planalto meridional catarinense

No flanco oriental do planalto catarinense, junto mesmo de sua borda escarpada, se abre o vale do alto rio Canoas, uma área estudada por Corteletti (2012) e, depois, pelo projeto *Je Landscapes of Southern Brazil* (Corteletti et al 2018, Iriarte et al 2017, entre outros). Nesta área, prospecções sistemáticas, acompanhadas por

amostragem seletiva na escala intra-sítio, tornaram possível a elaboração de um quadro de ocupação regional bastante robusto. Este cenário mostra, de um lado, a densa ocupação de grupos Je pouco antes da chegada dos europeus, ocupação essa que resiste até o início do século XX, quando foi brutalmente erradicada pela ação dos bugreiros (Farias 2005). De outro, torna evidente também que a presença Je na região é contínua desde cerca de 1200 anos aP, com alguns sítios ocupados (e/ou reocupados) desde então. Em Bonin, uma aldeia com numerosas casas subterrâneas pesquisada mais intensamente, foi possível caracterizar um núcleo habitacional denso, onde a presença de cultígenos foi documentada (Corteletti 2012, Corteletti et al 2015).

A articulação da abordagem regional e em micro escala permitiu construir uma modelagem da distribuição espacial da ocupação Je no vale do alto rio Canoas bastante detalhada (Labrador 2018). Foram registradas aldeias com espaçamento regular, com a presença de sítios cerimoniais/funerários (DeSouza et al 2016, Robinson et al 2017) situados nos fundos de vale, posicionados no epicentro do território de ocupação. Nas escarpas areníticas que delimitam o vale, por outro lado, foram registrados sítios em abrigos com sepultamentos e inscrições rupestres (Corteletti et al 2021).

A partir do estudo da distribuição dos assentamentos (residenciais, cerimoniais) na paisagem, e fazendo uso também da literatura disponível acerca da percepção de mundo e de território das sociedades Kaingang e Xokleng, Corteletti e colegas (2023) esboçam uma modelagem do território ocupado em período pré-colonial articulando referências arqueológicas e etnográficas. Nesse exercício exploratório, o modelo territorial baseado na inserção dos vestígios arqueológicos na paisagem é matizado por perspectivas ontológicas daquelas sociedades de língua Je do Sul, buscando aproximar e contextualizar informações míticas, ambientais, espaciais e de cultura material em um mesmo esforço interpretativo.

A encosta da serra sul catarinense

No sul catarinense, entre a faixa litorânea e a escarpa do planalto, serras e vales criam uma zona com nichos ecológicos diversificados, conhecida como *encosta da serra*, ou *Serras do Leste*, cuja ocupação pré-colonial registra diferentes padrões culturais. As pesquisas regionais ali realizadas mostram que esta região coberta pela Mata Atlântica, quente e úmida, foi ocupada desde o Holoceno antigo. Em tempos mais recentes, por volta de mil anos atrás, foi possível detectar ali contextos culturais próprios, com considerável identidade regional (Farias 2005, Farias et al 2016)[5].

Sítios a céu-aberto de grupos portadores de tecnologia Umbu são conspícuos na área, com assentamentos densos em áreas mais abertas, em torno dos quais sítios menores parecem gravitar (Perin 2007). Estão presentes desde, pelo menos, o Holoceno antigo, subsistindo até tempos muito recentes, confundindo-se com os registros históricos dos grupos Xokleng (Farias 2005). Sua distribuição é nucleada e, em torno de mil anos atrás, formam um horizonte denso e disperso por toda a região. Em meio a estes sítios aparecem também pequenos sítios caracterizados pela presença de manchas escuras no solo. Alguns deles, sem vestígios líticos, não parecem assentamentos habitacionais, mas locais de atividades específicas, talvez locais de congregação social.

Sítios tipicamente Je são bastante discretos na encosta, e seu vestígio mais característico, a cerâmica, é quase ausente. A existência de grupos de língua Je sem cerâmica já foi aventada por Schmitz e colegas (1999), a partir de vestígios no litoral de Içara, um pouco mais ao sul. Assim, a presença Je na encosta permanece bastante elusiva. A penetração dos Guarani na região da encosta sul catarinense parece se limitar aos vales mais abertos dos rios maiores, em torno de 500 anos atrás. Como as datações disponíveis para o horizonte Je mais recente, no planalto como no litoral, são

5 Esta seção do ensaio traz passagens de uma síntese sobre a encosta catarinense em finalização, a ser publicada em breve.

concomitantes com este horizonte de penetração Guarani, parece que as áreas intermontanas mais baixas da encosta foram palco de disputas territoriais no período que imediatamente antecede a chegada dos europeus. É possível que a presença de adensamentos populacionais de grupos Umbu/Je eventualmente tenha cerceado o avanço Guarani nessas áreas de baixada mais interioranas como, por exemplo, na calha do rio Capivari. Novamente, a percepção destas dinâmicas territoriais dos diferentes grupos presentes na encosta só foi possível graças à utilização de um enfoque regional (DeBlasis et al 2014 e 2021, Kneip et al 2018, Gaspar et al 2008, Milheira & DeBlasis 2011).

Este horizonte recente com características umbuzóides é bastante intrigante. Os dados disponíveis sugerem a interessante possibilidade de que os grupos contatados na área, sobretudo a partir do século XIX, possam representar um fenômeno local de etnogênese. Essa nova configuração social envolveria grupos com tecnologia Umbu longamente assentados na região e populações de língua Je que buscaram refúgio nas matas da encosta da serra em tempos pré-coloniais tardios, e mesmo já em época colonial.

Novamente, cabe salientar que apenas através da abordagem regional foi possível problematizar os vestígios arqueológicos encontrados nessa área montanhosa do sul catarinense. Nesta escala privilegiada foi possível definir os padrões (tipológicos, composicionais, cronológicos) presentes na área de estudo possibilitando, a partir de uma perspectiva de longa duração, historiar a sequência de ocupações, assim como descrever suas características gerais e modelar suas formas de organização, e também as relações que possam ter mantido entre si ao longo do tempo.

*

Como se viu nos exemplos acima citados, a abordagem regional proporciona a dimensão adequada para investigar o funcionamento de sistemas sociais e sua relação com o ambiente. Trata-se, enfim, da escala ideal para se estudar a construção das paisagens sociais do passado – e porque não, do presente, em sua dimensão imediata, corpórea. Em se tratando de modelagem digital,

esta é a escala apropriada para contextualizar e problematizar dados arqueológicos e ambientais de maneira adequada. Estudos de mobilidade (Merencio & DeBlasis 2021) e dos processos de ocupação e expansão territorial (Kozlowski 2018, Kozlowski & DeBlasis 2019, Kozlowski, Kneip & DeBlasis 2022, Kozlowski 2023) não são possíveis a partir de sítios isolados, demandando uma perspectiva mais ampla.

Além de constituir a escala ideal para contextualizar os vestígios arqueológicos em relação aos contextos ambiental e social que configuram, esta escala funciona também como uma excelente plataforma para explorar as relações da ocupação de uma dada região com escalas mais amplas (macro), de âmbito continental ou subcontinental. Estudos de âmbito regional fornecem dados com refinamento qualitativo adequado para, por exemplo, investigar variabilidade tecnológica (como no caso Umbu) e/ou estilística, como, por exemplo, no caso da cerâmica policroma na Amazônia, e além.

Evidentemente, a escala local (intra-sítio), assim como os estudos de dimensão mais ampla (macro-regional, continental) são imprescindíveis, e definem mesmo alguns temas de investigação, como por exemplo o estudo das grandes migrações populacionais. Ou, alternativamente, o estudo da produção lítica, ou dos espaços domésticos, que requerem o foco em escala local. Embora as escalas sejam uma questão de perspectiva, o argumento aqui é que a escala regional, intermediária, associada a contextos paisagísticos e históricos definíveis, bem mapeados, fornece o melhor embasamento para explorar as demais escalas, seja em termos de vida doméstica, seja pensando as dimensões de um continente.

Por fim, muito se tem falado acerca de uma arqueologia mais participativa, integrando as comunidades do presente em sua *praxis* – que, indubitavelmente, é um fenômeno *presencial*. Tal integração se torna possível apenas quando a percepção de territorialidade e significância no presente se incorpora nessa prática – o que implica as comunidades que hoje vivem nesse território. De certa forma, trata-se de adquirir a consciência absoluta

de que só se pode perceber a longa duração *a partir* do presente. Reconhecer a pluralidade cultural do passado implica reconhecer também a pluralidade de perspectivas possíveis que se pode ter, no presente, acerca da historicidade da paisagem - e seu significado estratégico, ou político. Aqui, novamente, o enfoque regional parece apropriado, pois dimensiona tanto a percepção da ideia de *paisagem*, como a de *comunidade* - e sua territorialidade.

Embora, naturalmente, tudo possa ser percebido simultaneamente em diferentes escalas, ou dimensões, é na escala regional que as relações humanas cotidianas, em sua maior parte, tem lugar, onde a paisagem é diretamente percebida e, também, se define o alcance social da atuação sobre ela[6]. Enfim, o envolvimento e participação das comunidades locais vai se beneficiar enormemente de uma perspectiva que acompanhe o alcance territorial das atividades cotidianas e do âmbito de seu circuito de relações socialmente partilhadas, seus sentidos e afetos. Um campo de investigação assim definido parece um ótimo ponto de partida para um projeto de pesquisa inclusivo e participativo.

Referências

Araujo, Astolfo G.M. (2001) Teoria e método em arqueologia regional: um estudo de caso no alto Paranapanema, Estado de São Paulo. Doutorado, Universidade de Sao Paulo.

Assunção, Danilo. (2010) Sambaquis da paleolaguna de Santa Marta: em busca do contexto regional no litoral sul de Santa Catarina. Mestrado em Arqueologia, Universidade de São Paulo. www.teses.usp.br/teses/disponi-veis/71/71131/tde-21062010-100432. doi 10.11606/D.71.2010.tde-21062010-100432.2010

6 Não me refiro, aqui, ao *cyberuniverso*, no qual se projetam outras dimensões de paisagem e sociabilidade.

Barreto, Cristiana NGB. (1988) A ocupação pré-colonial do vale do Ribeira de Iguape, SP: os sítios concheiros do médio curso. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP.

Braudel, F. (1965) História e Ciências Sociais: a longa duração. *Revista de História* 30:261–94. doi 10.11606/ issn.2316-9141. rh.1965.123422.

Brochado, J.J.J.P. (1984). An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America. Tese (Doutorado), Urbana-Champaign: University of Illinois.

Bueno, Lucas. (2007) Variabilidade tecnológica nos sítios líticos do Lajeado, TO. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 4.

Chmyz, Igor (1969). Terminologia arqueológica brasileira para cerâmica. Curitiba, CEPA/UFPR.

Clarke, D. (1977). *Spatial Archaeology*. London, Academic Press.

Correa, Angelo A. (2023). Pindorama de Mboîa e Îakaré: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi. *Revista de Arqueologia* 36(2):194-221.

Corteletti, Rafael. (2012). Projeto arqueológico Alto Canoas (Paraca): um estudo da presença Jê no planalto catarinense. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo. www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-19042013-093054/.
https://doi.org/10.11606/T.71.2013.tde-19042013-093054.

Corteletti, Rafael, Ruth Dickau, Paulo DeBlasis, Jose Iriarte. (2015). Revisiting the economy and mobility of southern proto-Jê (Taquara-Itararé) groups in the sou-thern Brazilian highlands:

starch grain and phytoliths analyses from the Bonin site, Urubici, Brazil. *Journal of Archaeological Science* 58:46-61. Elsevier.

Corteletti, Rafael & Paulo DeBlasis. (2018) Arqueologia Jê do Sul do Brasil: ambiente, sistema, poder e experiência na paisagem de Urubici, Santa Catarina. *Memorare* 5(2):132-164. Tubarão, UNISUL. ISSN 2358-0593.

Cortelletti, Rafael, Manoella Soares, Bruno Labrador & Paulo DeBlasis (2021). Southern Je engravings at Morro do Avencal: preliminary archaeometrical analysis and interpretation of a rock shelter in Southern Brazil. *Journal of Archaeological Science: Reports* 35:102721.

Corteletti, Rafael, Bruno Labrador & Paulo DeBlasis (2023) An archaeology of social Jê landscapes at Urubici, Santa Catarina. In: Colonese, Andre C., Rafael G. Milheira (eds) *Historical Ecology and Landscape Archaeology in Lowland South America*, p.159-179. Interdisciplinary Contributions to Archaeology. Springer, Cham. ISBN 978-3-031-32284-6 (eBook) https://doi.org/10.1007/978-3-031-32284-6.

DeBlasis, Paulo (1988). A ocupação pré-colonial do vale do Ribeira de Iguape, SP: os sítios líticos do médio curso. Dissertação de Mestrado, Fac. de Filos. Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

DeBlasis, Paulo, Andreas Kneip, Rita Scheel-Ybert, Paulo C.F. Giannini & MaDu Gaspar(2007). Sambaquis e Paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. Re-vista de Arqueología Suramericana 3(1):28-61.

DeBlasis, Paulo, Deisi S. Farias & Andreas Kneip (2014). Velhas tradições e gente nova no pedaço: perspectivas longevas de arquitetura funerária na paisagem do litoral sul catarinense. *Revista do*

Museu de Arqueologia e Etnologia 24:109-136. São Paulo, MAE--USP. ISSN 0103-9709.

DeBlasis, Paulo, Madu Gaspar & Andreas Kneip (2021). Sambaquis from the Southern Brazilian Coast: landscape building and enduring heterarchical societies throughout the Holocene. *Land* 10(7), 757. doi 10.3390/land10070757.

DeSouza, J.G., M. Robinson, R. Corteletti, M.L. Cárdenas, S. Wolf, J. Iriarte, F. Mayle & P. DeBlasis.(2016). Understanding the Chronology and Occupation Dynamics of Oversized Pit Houses in the South-ern Brazilian Highlands. *Plos One* 11: e0158127. https://doi.org/10/gbpnpb.

Dias, A. S. (1995). Um projeto para a arqueologia brasileira: breve histórico da implementação do PRONAPA. *Revista do CEPA* (Santa Cruz do Sul) 19 (22);25–39.

DiGiusto, Marina (2017). Os sambaquieiros e os outros: estresse e estilos de vida na perspectiva da longa duração - o caso do litoral sul de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo. www.teses. usp.br/teses/disponiveis/tde-15012018-164309/.doi10.11606/D.71.2018.tde-150120 18164309.

Farias, Deisi S.E. (2005). Distribuição e padrão de assentamento. Proposta para sítios da Tradição Umbu na encosta de Santa Catarina. Tese de Doutorado, PUCRS, Porto Alegre.

Farias, Deisi S.E., Andreas Kneip, Geovan M. Guimarães, Alexandro Demathé, Tiago Attorre, Paulo DeBlasis (2016). Ecologias culturais na Mata Atlântica pré-colonial de Santa Catarina. In Cabral, Diogo C. & Ana Goulart Bustamante (orgs.) *Metamorfoses florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica*, p. 124-148.

Ferraz, Tiago; et al., (2023). Genomic history of coastal societies from eastern South America. *Nature Ecology & Evolution*. https://doi.org/10.1038/s41559-023-02114-9.

Figuti, Levy, Claudia Plens & Paulo DeBlasis (2013). Small sambaquis and big chronologies: shellmound building and hunter-gatherers in neotropi-cal highlands. In: Proceedings of the 21st International Radiocarbon Conference. Paris, July 9-13, 2012. *Radiocarbon* 55(2-3):1215-1221. ISSN 0033-8222.

Fish, Suzy, Paul Fish, Maria Dulce Gaspar & Paulo DeBlasis (2000) Eventos incrementais na construção de sambaquis, sudeste do estado de Santa Catarina. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 10:69-87, MAE-USP.

Fish, Paul R., Suzanne K. Fish, Paulo DeBlasis & Maria Dulce Gaspar (2013). Monumental Shell Mounds as Persistent Places in Southern Coastal Brazil. In Thompson, Victor D. & James C. Waggoner Jr. (eds.) *The Archaeology and Historical Ecology of Small Scale Economies*, p. 120-140. Gainesville, Univ. Press of Florida (ISBN 978-0-8130-4242-8).

Gaspar, MaDu, Paulo DeBlasis, Suzanne K. Fish & Paul Fish (2008). Sambaqui (Shell Mound) Societies of Coastal Brazil. In: Silverman, Helaine & William H. Isbell (eds.) *Handbook of South American Archaeology*, p. 319-335. Springer (ISBN 978-0-387-74906-8).

Gaspar, Maria Dulce, Daniela Klökler & Paulo DeBlasis (2014). Were *Sambaqui* People Buried in the Trash? Archaeology, Physical Anthropology, and the Evolution of the Interpretation of Brazilian Shell Mounds. In: Roksandic, Mirjana, Sheila Mendonça de Souza, Sabine Eggers, Meghan Burchell & Daniela Klökler (eds.) *The Cultural Dynamics of Shell-Matrix Sites*, p. 91-100. Albuquerque, Univ. of New Mexico Press. ISBN 978-0-8263-5456-3.

Gaspar, Madu & Paulo DeBlasis (2019). Sambaqui research in Brazil: a review and recent trends (coastal archaeology from southern shores of Brazil). In Smith, Claire (ed.) *Encyclopaedia of Global Archaeology* on-line. New York, Springer (doi:10.1007/978-3-319-51726-1_3034-1).

Giannini, Paulo César Fonseca, Ximena Suarez Villagrán, Milene Fornari, Daniel Rodrigues do Nascimento Junior, Priscila Melo Leal Menezes, Ana Paula Burgoa Tanaka, Danilo Chagas Assunção, Paulo DeBlasis & Paula Garcia Carvalho do Amaral. (2010). Interações entre evolução sedimentar e ocupação humana pré-histórica na costa centro-sul de Santa Catarina, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi* (Ciências Humanas) 5(1):105-128, Belém (ISSN 1981-8122).

Ingold, Tim (2000). *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London, Routledge.

Iriarte, José, Paulo DeBlasis, Jonas Gregorio De Souza, e Rafael Corteletti (2017). Emergent Complexity, Changing Landscapes, and Spheres of Interaction in South-eastern South America During the Middle and Late Holocene. *Journal of Archaeological Research* 25 (3): 251–313. doi:10.1007/s10814-016-9100-0.

Klokler, D. (2016). Animal para toda Obra: fauna ritual em sambaquis. *Revista Habitus - Revista Do Instituto Goiano De Pré-História E Antropologia*, *14*(1), 21–34. https://doi.org/10.18224/hab.v14.1.2016.21-34

Klökler, Daniela (2012). Consumo Ritual, Consumo no Ritual: festins funerários e sambaquis. *Habitus* (Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia) 10:83–104. doi/10.18224/hab.v10.1.2012.83-104.

Klokler, Daniela, Ximena S. Villagrán, Paulo C.F. Giannini, Silvia Peixoto & Paulo DeBlasis (2010). Juntos na costa: zooarqueologia e geoarqueologia de sambaquis do litoral sul catarinense. *Revista de Arqueologia e Etnologia* 20:53-75, São Paulo.

Knapp, A. Bernard e Wendy Ashmore (eds.). (1999). Archaeologies of Landscape. Contemporary perspectives. NY, Blackwell.

Kneip, Andreas (2004). O povo da Lagoa: uso do SIG para modelamento e simulação na área arqueológica do Camacho. Doutorado, FFLCH/MAE-USP.

Kneip, Andreas, Deisi S. Farias & Paulo DeBlasis (2018). Longa duração e territorialidade da ocupação sambaquieira na laguna de Santa Marta, Santa Catarina. *Revista da SAB* 31(1):25-51. doi. org/10.24885/sab.v31i1.526.

Kozlowski, Henrique (2018). Modelagem preditiva e ocupação Je meridional na encosta catarinense. Mestrado, MAE-USP.

Kozlowski, H. de S. (2023). *Modelagens arqueológicas no litoral sul catarinense: sambaquianos na região da Lagoa de Imaruí* (Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-18012024-102858/

Kozlowski, Henrique & Paulo DeBlasis (2019). Perspectivas de modelagem preditiva arqueológica: estudo de caso na bacia do rio Tubarão (SC). *Especiaria* (Caderno de Ciências Humanas) 18(33):72-92. Ilheus, UFSB. (ISSN 1517-5081).

Kozlowski, Henrique, Andreas Kneip & Paulo DeBlasis (2022). Aspectos da ocupação sambaquieira e Guarani na lagoa de Imaruí, litoral sul de Santa Catarina. *Revista de Arqueologia* (SAB) 35(2):63-84. Doi 10.24885/sab.v35i2.994.

Labrador, Bruno (2018). Sistema de assentamento proto-Je meridional no alto rio Canoas. Mestrado, MAE-USP.

Merencio, F.T. (2021). Arqueologia dos encontros no litoral sul de Santa Catarina: os sambaquis tardios e sítios Jê entre 2000 a 500 cal AP. Tese (Doutorado), São Paulo: Universidade de São Paulo.

Merencio, F.T. & P. DeBlasis (2021). Análises de mobilidade no litoral sul de Santa Catarina entre 2000-500 cal AP. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*: 57–91.

Merencio, Fabiana Terhaag & Paulo DeBlasis (2021). Análises de mobilidade no litoral sul de Santa Catarina entre 2000-500 anos cal AP. *Revista do Museu de Arqueol. e Etnologia* 36:59-94. doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2021.1627-03.

Milheira, R.G. (2010). Arqueologia Guarani no Litoral Sul-Catarinense: História e Território. Doutorado, Universidade de São Paulo.

Milheira, Rafael Guedes & Paulo DeBlasis (2011). O território Guarani no litoral sul catarinense: ocupação e abandono no limiar do período colo-nial. *Revista de Arqueologia Americana* 29:147-182. Mexico, Instituto Panamericano de Historia y Geografia.

Milheira, R.G., DeBlasis, P. (2014). Tupi-Guarani Archaeology in Brazil. In: Smith, C. (eds) Encyclopedia of Global Archaeology. Springer, New York, NY. https://doi.org/10.1007/978-1-4419-0465-2_2487

Neves, Eduardo (2006). Arqueologia da Amazônia. Rio de Janeiro: J. Zahar.

Neves, Walter A., Sabine Eggers, Mercedes Okumura, Levy Figuti & Paulo DeBlasis (2005). A new early Holocene human

skeleton from Brazil: implications for the settlement of the new World. *Journal of Human Evolution* 48:403-414.

Okumura, Mercedes e Sabine Eggers (2005). The people of Jabuticabeira II: reconstruction of the way of life in a Brazilian shellmound. *HOMO* 55: 263–81. https://doi.org/10/fhbpzj.

Pallestrini, Luciana. (1973). Supra estruturas e infra estruturas arqueológicas no contexto ecológico brasileiro. *Revista do Museu Paulista* 20:5-28.

Perin, Edenir B. (2007). Análise espacial dos sítios líticos do alto curso da bacia hidrográfica do rio Tubarão. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Sul de Santa Catarina.

Robinson, Mark José Iriarte, Jonas Gregorio De Souza, Rafael Corteletti, Priscilla Ulguim, Michael Fradley, Macarena Cárdenas, Paulo DeBlasis, Francis Mayle and Deisi Scunderlick. (2017). Moieties and mortuary mounds: dualism at a mound and enclosure complex in the southern Brazilian highlands. *Latin American Antiquity* 28(2):232-251. doi:10.1017/ laq.2017.11.

Robrahn, Erika M. (1989). A ocupação pré-colonial do vale do Ribeira de Iguape, SP: os grupos ceramistas do médio curso. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP.

Scheel-Ybert, Rita, Gina F. Bianchini & Paulo DeBlasis. (2009). Registro de mangue em um sambaqui de pequeno porte do litoral sul de Santa Catarina, Brasil, a cerca de 4900 anos cal BP, e considerações sobre o processo de ocupação do sítio Encantada III. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 19:103-118, Universidade de São Paulo.

Scheel-Ybert, R. & C. Boyadjian (2020). Gardens on the coast: Considerations on food production by Brazilian shellmound builders. *Journal of Anthropological Archaeology* 60:101-211. https://doi.org/10/gg8xg9.

Scheel-Ybert, Rita, Veronica Wesolowski, MaDu Gaspar, Paulo DeBlasis, Célia Boyadjian, Daniela Klokler, Marina Di Giusto (2023). Duas décadas depois das "Novas perspectivas na reconstituição do modo de vida dos sambaquieiros: uma abordagem multidisciplinar. *Revista da SAB* 36(2):40-63.https://doi.org/10.24885/sab.v36i2.1105.

Schmitz, P.I. et al (1999). Içara: um jazigo mortuário no litoral de Santa Catarina. *Pesquisas* (Antropologia) 55, São Leopoldo.

Villagrán, Ximena S., Daniela Klokler, Paula Nishida, Maria Dulce Gaspar & Paulo DeBlasis (2010). Lecturas estratigráficas: arquitetura funeraria y depositación de resíduos em el sambaqui Jabuticabeira II. *Latin American Antiquity* 21(2):195-216 (ISSN 1045-6635).

Villagrán, Ximena, Daniela Klökler, Silvia Peixoto, Paulo DeBlasis & Paulo Giannini (2011). Building coastal landscapes: zooarchaeology and geoarchaeology of Brazilian shell mounds. *The Journal of Island and Coastal Archaeology* 6(2):211-234. ISSN 1556-4894

6.

Um laudo antropológico e suas rápidas repercussões: *legitimidade e representatividade para falar por uma comunidade guató no pantanal*

Un informe antropológico y sus rápidas repercusiones: *legitimidad y representación para hablar por una comunidad guató en el pantanal*

An anthropological report and its quick repercussions: *legitimacy and representation to speak for a guató community in the pantanal*

BY JORGE EREMITES DE OLIVEIRA

Um laudo antropológico e suas rápidas repercussões: *legitimidade e representatividade para falar por uma comunidade guató no pantanal*[1]

Un informe antropológico y sus rápidas repercusiones: *legitimidad y representación para hablar por una comunidad guató en el pantanal*

An anthropological report and its quick repercussions: *legitimacy and representation to speak for a guató community in the pantanal*

JORGE EREMITES DE OLIVEIRA[2]

---

[1] Grande parte deste trabalho foi originalmente publicada na revista Espaço Ameríndio, sob o título "Representatividade e legitimidade para falar pela comunidade da Terra Indígena Baía dos Guató, Pantanal de Mato Grosso" (Eremites de Oliveira, 2023c). Em relação à versão original do laudo encaminhado ao Ministério Público Federal em Mato Grosso (MPF-MT), o presente estudo possui pequenas alterações, feitas basicamente com vistas a sua publicação e com o propósito de não divulgar fotografias e documentos com a imagem de pessoas da comunidade da Terra Indígena Baía dos Guató (T.I. Baía dos Guató). Nesta versão constam duas alterações importantes: uma está no início da Introdução*, que foi ampliada, e outra na inclusão do item Repercussões do laudo*. Cumpre explicar que itens modificados e notas de rodapé com comentários acrescidos ao texto original estão marcados com asterisco (*).

[2] Doutor em História/Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), docente da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e bolsista e produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Resumo

Este artigo apresenta um laudo antropológico concluído e encaminhado ao Ministério Público Federal sobre disputas pela legitimidade e representatividade para falar em nome da comunidade da Terra Indígena Baía dos Guató, localizada no município de Barão de Melgaço, estado de Mato Grosso, Brasil. O assunto é analisado no âmbito da história, cultura, etnicidade, território e organização sociopolítica do povo Guató na região do Pantanal. O relatório técnico-científico atesta que a ação de pessoas e instituições externas interfere na dinâmica política interna da comunidade, cujo tema tem repercutido no movimento indígena regional e nacional.

Palavras-chave: Direito Indigenista, Identidade Étnica, Laudo Antropológico, Pantanal, Povo Guató.

Resumen

Este artículo presenta un informe antropológico finalizado y remitido al Ministerio Público Federal sobre disputas de legitimidad y representatividad para hablar en nombre de la comunidad de la Tierra Indígena Baía dos Guató, ubicada en el municipio de Barão de Melgaço, estado de Mato Grosso, Brasil. El tema se analiza en el ámbito de la historia, cultura, etnicidad, territorio y organización sociopolítica del pueblo Guató en la región del Pantanal. El informe técnico y científico certifica que la acción de personas e instituciones externas interfiere en la dinámica política interna de la comunidad, cuyo tema ha repercutido en el movimiento indígena regional y nacional.

Palablas clave: Derechos Indígenas, Identidad Étnica, Informe Antropológico, Pantanal, Pueblo Guató.

Abstract

This paper presents an anthropological report concluded and forwarded to the Federal Public Ministry regarding disputes over legitimacy and representation to speak for the community of the Baía dos Guató Indigenous Land, located in the Municipality of Barão de Melgaço, State of Mato Grosso, Brazil. The subject is analyzed within the scope of the history, culture, ethnicity, territory, and sociopolitical organization of the Guató people in the Pantanal region. The technical-scientific report attests that the actions of external individuals and institutions interfere with the internal political dynamics of the community, a topic that has reverberated within the regional and national indigenous movement.

Keywords: Indigenous Rights, Ethnic Identity, Anthropological Report, Pantanal, Guató People.

Introdução

No Brasil, os laudos antropológicos costumam ser entendidos como quaisquer relatórios ou pareceres técnico-científicos, cuja elaboração exige comprovada expertise no campo da Antropologia Social. A depender do assunto, sua produção requer a devida habilidade em alguma de suas especialidades ou subcampos, como, por exemplo, a Etnologia Indígena. Trabalhos dessa natureza são recorridos para embasar a tomada de decisões por parte de órgãos ou instituições do Estado, empresas privadas, organizações não governamentais (ONGs) e outras entidades da sociedade civil. Também podem ser solicitados ou encomendados por indivíduos, grupos de pessoas, povos originários ou indígenas e comunidades tradicionais (caiçaras, quilombolas, ribeirinhas etc.) que fazem parte da população nacional.

Os laudos antropológicos podem ser perícias judiciais, especialmente quando produzidos por determinação da Justiça. Tais estudos têm o propósito de auxiliar o Juízo à tomada de decisão sobre

assunto relacionado à determinada questão ou lide. Exemplo disso ocorre em disputas pela posse de terras apontadas como tradicionalmente ocupadas, dentre outros assuntos, tais como: crianças indígenas em situação de adoção, processos em que indígenas configuram como réus, heteroidentificação de natureza etnicorracial etc. Em casos assim, geralmente o Judiciário exige das pessoas indicadas como peritas uma reconhecida expertise na área em que irão atuar, o que precisa ser comprovada pela formação acadêmica e produção intelectual. Além disso, também exige delas a necessária imparcialidade, alcançada por meio do rigor científico impresso na elaboração dos laudos ou perícias judiciais, algo que não deve ser confundido com neutralidade. Contralaudos, por sua vez, são produzidos por assistentes técnicos a serviço das partes envolvidas nos processos judiciais e, por isso, tendem a ser pareceres parciais desde a sua origem, pois estão ligados a uma ou outra parte. Significa dizer que os contralaudos não devem ser confundidos com laudos ou perícias judiciais e, ademais, embora em tese sejam parciais, podem ser elaborados com necessário rigor científico. Este é caso, apenas para exemplificar, de trabalhos produzidos por antropólogos a serviço do Ministério Público Federal (MPF), elaborados no âmbito de processos sobre as disputas por terras apontadas como tradicionalmente ocupadas, cujos estudos são encaminhados à Justiça Federal e anexados aos autos.

Além disso, são entendidos como laudos antropológicos os trabalhos ou estudos administrativos feitos, por exemplo, sob forma de relatórios de identificação e delimitação de terras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas e quilombolas. Esses estudos são produzidos para a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), respectivamente. Notas técnicas e pareceres oficiais, como os produzidos para o Ministério Público e outros órgãos do Estado, também são laudos em sua compreensão mais ampla.

O mesmo entendimento abrange estudos antropológicos voltados para o licenciamento ambiental, produzidos para órgãos de governo e empresas privadas, com vistas ao licenciamento

ambiental de empreendimentos dos mais diversos: ferrovias, loteamentos urbanos, mineradoras, portos fluviais, rodovias, usinas hidrelétricas etc. Tais empreendimentos afetam, positiva e/ou negativamente e direta e/ou indiretamente, o meio ambiente, o patrimônio cultural e a dinâmica da vida em sociedade. Por esta razão, necessitam ser oficialmente avaliados com vistas à obtenção do licenciamento ambiental junto a órgãos públicos. Em situações desse tipo, ao menos em tese, antropólogos sociais e outros profissionais (arqueólogos, biólogos, engenheiros de várias áreas, geógrafos, geólogos, sociólogos etc.) são contratados como integrantes de equipes multidisciplinares, cujo propósito maior é elaborar os Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental (EIAs-RIMAs). Na prática, porém, nem sempre profissionais de várias áreas discutem coletivamente os resultados de seus trabalhos para a conclusão desses estudos.

Outros trabalhos, produzidos com finalidades análogas aos casos indicados, igualmente podem ser compreendidos como laudos antropológicos. A compreensão sobre o assunto possui acolhida na Resolução da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), de 2020, que trata da produção de laudos antropológicos (ver ABA, 2020).

Dito isso, cumpre explicar que no presente trabalho apresento o laudo antropológico produzido de maneira gratuita para o Ministério Público Federal em Mato Grosso (MPF-MT), com sede em Cuiabá, em atenção ao OFÍCIO/PR-MT/OPICT n. 996, assinado em 27/03/2023 pelo procurador da república Ricardo Pael Ardenghi, referente à Notícia de Fato n. 1.20.000.000321/2023-61[3]*. O parecer técnico-científico foi

[3] * Ao contrário do que imaginam algumas pessoas, antropólogos não ganham "horrores" pela produção esporádica de laudos para o Judiciário ou para o Ministério Público, como em 2017 teria dito de maneira impertinente uma antropóloga a membros da diretoria de certa associação científica. Além disso, esses laudos não necessariamente "seguem a lógica do capital e do estado nacional", como em 2018 escreveu um arqueólogo em seu vaidoso parecer sobre a dissertação de mestrado defendida por uma indígena antropóloga. Posicionamentos rasos desse tipo descortinam o ambiente conflituoso que muitas vezes predominam na academia, bem como as estratégias da branquitude supostamente descolonial para diminuir a relevância científica e social de certos laudos judiciais.

entregue no dia 8 de abril de 2023 e trata de um único quesito: "[...] com base em seus estudos e registros sobre o Povo Guató de Mato Grosso, esclareça, no prazo de 15 (quinze) dias, qual a vinculação etno-histórica da senhora Jane Oliveira Guató com o povo da T.I. Baía dos Guatós, bem como se ela possui legitimidade/representatividade para falar pela comunidade indígena em questão?" Por se tratar de uma pergunta sensível e complexa, a questão não pode ser respondida de maneira simplificada, com um mero "sim" ou "não" e algumas linhas explicativas, haja vista a necessidade de situar o assunto em um contexto mais amplo, qual seja, o da história, cultura, etnicidade, território e organização social do povo Guató na região do Pantanal.

Para tratar do assunto, baseio-me em experiências adquiridas desde meados dos anos 1990, relativas à realização de estudos sobre etnoarqueologia, etnologia e etno-história do povo Guató. Parte da minha expertise está registrada em mais de trinta trabalhos, incluindo artigos divulgados em revistas científicas, artigos destinados a jornais e sites de notícias, livros, dissertação de mestrado, tese de doutorado e vídeos postados no YouTube, além da orientação e coorientação de monografias defendidas em nível de graduação e de pós-graduação stricto sensu. Todos os trabalhos constam arrolados em meu *Curriculum Vitae*, registrado na Plataforma Lattes do CNPq, muitos dos quais estão disponíveis para acesso gratuito na Internet.

No decorrer do trabalho ora apresentado, merecem destaque os dados contidos no *Laudo pericial de natureza antropológica e histórica sobre a área denominada Terra Indígena Baía dos Guató, localizada no município de Barão de Melgaço, estado de Mato Grosso*, concluído em 2018, conforme consta no Processo n. 0017708-79.2011.4.01.3600 da Justiça Federal em Cuiabá (Eremites de Oliveira, 2018). Trata-se uma perícia judicial que analisa, dentre outros assuntos, a situação histórica vivida pela comunidade da Terra Indígena Baía dos Guató, localizada no município mato-grossense de Barão de Melgaço, área tradicionalmente ocupada

e em processo de regularização fundiária[4*]. Outro trabalho relevante para o entendimento do assunto é a dissertação de mestrado de Jane Regina de Oliveira, também conhecida como "Jane Oliveira Guató", denominada *Os Guató de Barão de Melgaço e o Programa de Transferência de Renda para Indígenas* (Oliveira, 2023). A monografia foi defendida em 03/04/2023 junto ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá, sob orientação de Liliane Capilé Charbel Novais e minha coorientação (de setembro de 2022 a abril de 2023). Soma-se a esses trabalhos o levantamento de informações na Internet e a análise de fontes escritas obtidas sobre o assunto.

Espero, enfim, contribuir à altura para o esclarecimento e a compreensão dos fatos, com vistas à tomada de decisão por parte do MPF-MT e à deliberação sobre os encaminhamentos que se fizerem necessários em busca de solução para a questão.

Território, identidade e organização social do povo Guató hoje

O Guató é um povo originário historicamente conhecido como canoeiro do Pantanal, região chamada de *Guadakan* no idioma nativo. Foi inicialmente mencionado por esse apelativo em registros produzidos por europeus desde a primeira metade do século XVI, momento em que espanhóis e aliados indígenas de língua guarani promoveram expedições que atingiram a planície de inundação. Com o tempo, o apelido foi transformado em etnômio e passou a ser empregado no sentido de nação, povo e gente, equivalente ao termo *Maxéuvy* na língua mãe. Sua presença na bacia hidrográfica do alto curso do rio Paraguai recua a temporalidades imemoriais, isto é, anteriores ao início do encontro colonial ou antes do século XVI, haja vista que muitas famílias se percebem como descendentes das antigas populações canoeiras que ali

---

4 * Doravante o termo Terra Indígena consta indicado pela sigla T.I.

se estabeleceram desde, ao menos, 8.400 anos atrás. Refiro-me a antigos coletivos indígenas que construíram e ocuparam estruturas monticulares chamadas de aterros, aterrados, aterradinhos e outras denominações regionais, como aterrinhos, capões-de--mato, capões-de-aterro e cordilheiras. Tais estruturas são chamadas de *marabohó* no idioma guató e estão diretamente associadas a complexos processos de transformação positiva ou humanização das paisagens locais, inclusive com a criação de solo fértil para o plantio e manejo de várias espécies florísticas. Portanto, essa percepção êmica não ocorre ao acaso, pois várias famílias do povo Guató mantêm viva a tradição ou herança cultural de construir e ocupar aterros indígenas na planície pantaneira, como verificado em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (ver Schmidt, 1942a, 1942b, 1942c; Palácio, 1984; Eremites de Oliveira, 1995, 1996, 1998, 2002, 2003, 2020, 2021, 2022, 2023a, 2023b; Pizzini, 2004; Ribeiro, 2005; Leite & Eremites de Oliveira, 2014; Faissol, 2020; Eremites de Oliveira, Milheira, Cunha et al., 2020; Eremites de Oliveira & Milheira, 2021; Eremites de Oliveira & Ferreira, 2022; Silva, 2023).

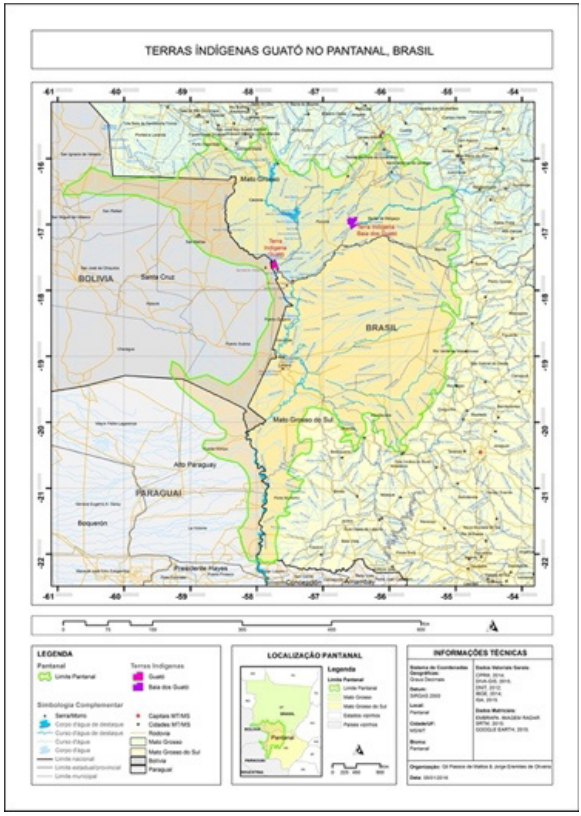
De acordo com estudos realizados por Aryon Dall'Igna Rodrigues e outros linguistas que se orientam por semelhante perspectiva teórico-metodológica, a língua originária do povo Guató está linguisticamente filiada à família linguística guató e ao tronco linguístico macro-jê (Rodrigues, 1970, 1986; Palácio, 1984; Martins, 2011, 2013; Eremites de Oliveira, 2022). No tempo presente, o idioma guató, que registra em si longos processos de contatos interétnicos e uma significativa profundidade temporal, passa por uma situação de obsolescência, embora haja relevantes iniciativas para sua revitalização no âmbito da educação escolar indígena (Balykova & Godoy, 2020). A situação apontada decorre do processo de perda de grande parte do território tradicional, em boa medida usurpado de maneira dolosa e transformado em fazendas de gado desde o primeiro quartel do século XVIII. Com a retomada de uma pequena parte do espaço ancestral, a língua começou a ser aprendida e ensinada em estabelecimentos públicos

de ensino básico, como pode ser observado na T.I. Guató (Aldeia Uberaba), município de Corumbá, Mato Grosso do Sul, e na T.I. Baía dos Guató (Aldeia Aterradinho ou Aterradinho do Bananal, Aldeia Coqueiro ou Acuri e Aldeia São Benedito), município de Barão de Melgaço, Mato Grosso[5].

Como é de amplo conhecimento, o bioma Pantanal está situado no interior da bacia hidrográfica do alto curso do rio Paraguai e é reconhecido como a maior área contínua de inundação do globo. Grande parte do território guató abrange áreas alagáveis do vale dos rios Paraguai, Paraguai-Mirim, Cuiabá, São Lourenço e outros cursos d'água permanentes situados nos estados brasileiros de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, cada qual com seus afluentes, lagoas ou *baías* temporárias e permanentes, canais ou corixos etc. Uma parte significativamente menor do território está inserida na porção pantaneira da Bolívia, onde a presença do povo Guató não está oficialmente reconhecida pelo governo do país vizinho. A explicação apresentada não implica na afirmativa de que a existência de todos os Guató esteja restrita aos limites da planície pantaneira, pois na atualidade há a presença de pessoas e famílias que residem, por razões das mais diversas, em localidades situadas para além dos limites da bacia do Alto Paraguai.

[5] A palmeira acuri é chamada de *midji* na língua guató e às vezes grafada como "miji". Para saber mais sobre sua importância para o povo Guató no contexto dos processos de humanização das paisagens pantaneiras, ver Schmidt (1951) e Eremites de Oliveira (2000, 2012).

Figura 1: Mapa do Pantanal com a localização da T.I. Guató (Corumbá-MS) e da T.I. Baía dos Guató (Barão de Melgaço-MT).



Fonte: Mapa elaborado em 2016 por Gil Passos de Mattos e Jorge Eremites de Oliveira (Eremites de Oliveira, 2018: 99; Eremites de Oliveira, 2022: 52).

Em termos de organização social, assunto aqui explicado de maneira suscinta, tradicionalmente os Guató se organizavam e continuam a se organizar em redes de relações sociais constituídas a partir de situações históricas particulares, que são dinâmicas no tempo e espaço. Tais redes estão distribuídas espacialmente e marcadas por uma solidariedade superlativa, alianças políticas e relações de parentesco por consanguinidade, adoção e afinidade. Também compreendem relações de paraparentesco

religioso, como o compadrio, no qual comadres e compadres assumem responsabilidades para com afilhadas e os afilhados, além de "irmãs" e "irmãos" que são membros de igrejas evangélicas. Relações de parentesco por afinidade e paraparentesco religioso denotam a permanência de dinâmicas formas de aliança política. Dessas redes fazem parte pessoas, famílias nucleares (pais e filhos), famílias extensas (pais, filhos e outros parentes próximos, como avós e netos) e parentelas (grupos de várias famílias nucleares e extensas, normalmente constituídos por mais de duas gerações e de modo a incorporar parentes por afinidade, inclusive cônjuges, genros e noras não indígenas) (Eremites de Oliveira, 2018)[6*].

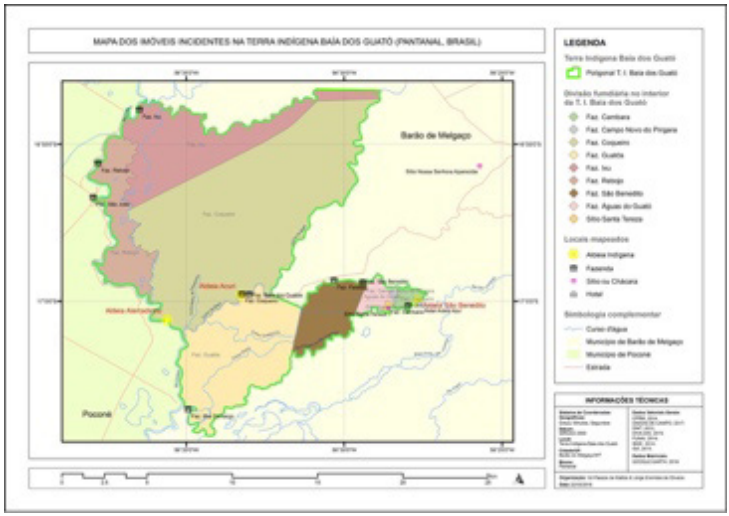
Com base nos dados apresentados no laudo pericial concluído e entregue em 2018 à Justiça Federal em Cuiabá, citado anteriormente, pode-se inferir que nas duas terras indígenas reconhecidas pelo Estado nacional do Brasil, já listadas, as famílias nelas territorializadas estão distribuídas em unidades de ocupação denominadas "aldeias" (Eremites de Oliveira, 2018). Significa dizer que no tempo presente uma comunidade Guató pode ser formada por uma ou várias aldeias, cada qual com suas lideranças. No caso da T.I. Baía dos Guató, as aldeias não são agrupamentos humanos com

---

6 * As populações organizadas em redes de relações sociais constituídas por pessoas, famílias nucleares, famílias extensas e parentelas estabelecidas em áreas tradicionalmente ocupadas, mas ainda não identificadas, delimitadas e demarcadas como terras indígenas, como verificado nas localidades da Barra do São Lourenço e do Paraguai-Mirim, em Corumbá, Mato Grosso do Sul, configuram comunidades Guató. Em casos assim, costumam ser invisibilizadas como "comunidades ribeirinhas" e não são tratadas como comunidades originárias vinculadas a um povo indígena. Trata-se de uma estratégica política de naturalizar a invisibilidade étnica para submetê-las a uma situação histórica de subalternidade, pois dessa forma elas não teriam direito originário algum sobre as terras e águas tradicionalmente ocupadas. Em certos estudos antropológicos, marcadamente sincrônicos, observo que as categorias de "comunidades ribeirinhas" e "comunidades tradicionais" estão naturalizadas, como se o *devir* natural ou o curso inevitável da história seria a transformação das famílias e comunidades Guató em coletivos não indígenas. Ocorre que no campo da Etnologia Indígena não basta explicar as configurações sociais como elas se apresentam no tempo presente. Faz-se necessário desvendar ou esclarecer o processo histórico e sociocultural que antecede, pois, a conformação da situação histórica das comunidades indígenas invisibilizadas como "comunidades tradicionais" do Pantanal.

total autonomia em termos políticos, pois decisões que afetam toda a comunidade necessitam ser tomadas coletivamente.

Figura 2: Mapa com a localização dos imóveis incidentes na T.I. Baía dos Guató e das aldeias Coqueiro ou Acuri, Aterradinho e São Benedito.



Fonte: Eremites de Oliveira (2018: 130).

Dentre as lideranças das comunidades Guató estão pessoas idosas percebidas como patriarcas ou matriarcas, por vezes chamadas de "troncos", como é o caso de Domingos Manoel de Amorim, conhecido como "Pero Véio", falecido em 2023 e até então a pessoa mais idosa da comunidade da T.I. Baía dos Guató. Lideranças idosas costumam ter ascendência geracional em relação à família de seus descendentes. Nas aldeias também são lideranças os caciques, normalmente pessoas com algum nível de escolaridade formal e membro de uma família extensa ou parentela. Lideranças do tipo cacique são pessoas eleitas para atuar internamente e representar a coletividade junto a autoridades governamentais, agentes do Estado, MPF, Justiça Federal, Funai, entidades da sociedade civil etc. Também existem outras lideranças políticas, masculinas e femininas, como professores e profissionais de saúde,

que comumente protagonizam ações internas e externas ligadas à garantia de direitos e ao bem estar das coletividades.

Como ensina Max Weber, as comunidades étnicas ou indígenas são comunidades políticas. Nessa condição, suas ações tendem a ser caracterizadas por um sentimento de pertença a um povo originário, inclusive em face dos contatos interétnicos com a exterioridade e da efetiva repulsa ou aversão a eventuais ameaças ou intromissões advindas de fora das aldeias (Weber, 1944).

Embora no passado existisse um sistema de parentesco que sugere a longevidade de uma descendência marcada por regras de patrilocalidade e patrilinealidade, definidas por meio de um ascendente masculino, nos dias de hoje são reconhecidas como Guató as pessoas que possuem ascendência bilateral, ou seja, de ambos dos lados (paterno e materno) ou apenas de um deles (paterno ou materno). Às vezes, indivíduos que descendem de pai e mãe Guató são apontados como "puros" e os demais como "misturados" ou "cruzados", conforme observado em explicações dadas por pessoas idosas da Aldeia Uberaba, T.I. Guató. A "pureza" e a "mistura" não costumam ser recorridas como forma de hierarquizar ou excluir as pessoas, tampouco aferir-lhes algum grau de superioridade ou inferioridade em termos de indianidade. Contudo, a depender da situação, o parentesco e a identidade podem configurar fronteiras ou limites acionados politicamente, sobremaneira em relação a pessoas externas não residentes nas comunidades e a eventuais parentes por afinidade. Podem inclusive servir para o empoderamento grupal e o fortalecimento da unidade política interna. Eventualmente são recorridos para a desqualificação de contrários, especialmente quando se trata da interferência de pessoas de fora que advogam interesses distintos em relação aos defendidos pela maioria dos membros das comunidades. A última situação foi observada em 2017 na comunidade da T.I. Baía dos Guató, conforme consta no laudo judicial de minha autoria. Refere-se basicamente a cônjuges não indígenas que à época, durante as diligências periciais, tentaram interferir na dinâmica política interna e chamaram para si uma autoridade desprovida de legitimidade tradicional. Idealmente,

cônjuges assim precisam aprender a ser Guató e o aprendizado implica em longas vivências na comunidade.

A citada "mistura" está associada a relacionamentos interétnicos, haja vista que desde a segunda metade do século XIX, principalmente após o término da Grande Guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870), tem havido maior conjugalidade entre pessoas Guató com pessoas de outras etnias indígenas e com pessoas não indígenas (brancas e pretas ou negras). A situação está ligada à manutenção de regras voltadas à observância do tabu de incesto e à possibilidade de aliança política para além dos grupos domésticos ou familiares. Casamentos entre irmãos, por exemplo, é um tabu universal e, como muitas famílias foram expulsas e dispersadas para além do lugar de nascimento ou origem, torna-se compreensível que relações interétnicas reverberassem em diversas formas de relacionamento, parentalidade e conjugalidade com pessoas não Guató. Outro caso relativo à questão, que também explica parte da "mistura", diz respeito à adoção, através do compadrio, de crianças Guató por parte de pessoas não indígenas, especialmente fazendeiros que mais tarde levaram algumas delas para viver nas cidades, como verificado até a segunda metade do século XX em diversas cidades de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Eremites de Oliveira, 2023b).

Há ainda o caso de famílias que conseguiram permanecer no território de sua parentela. Para isso, tiveram que trabalhar para fazendeiros que se apossaram indevidamente de terras tradicionalmente ocupadas, o que foi feito com a ajuda de agentes e instituições do Estado. No decurso de grande parte do período republicano, inclusive durante situações históricas de exceção na história do Brasil, diversas famílias não tiveram a quem recorrer ou como solicitar ajuda a órgãos do Estado para assegurar os direitos sobre as terras onde residiam. Nesse cenário, a prática voltada à exploração do trabalho indígena chega a ser análoga a formas de escravidão por meio do conhecido sistema de barracão,

espécie de escravização por dívidas[7]. Ainda hoje há famílias que trabalham para fazendeiros ou em outras atividades, como a pesca e a preservação de unidades de conservação, a depender do lugar de sua moradia principal ou central, seja nas cidades, seja em localidades distantes dos centros urbanos.

Faz-se necessário destacar que as "misturas" podem gerar formas de "pureza" étnica. Isso ocorre no caso de duas pessoas "misturadas" constituírem família e terem descendentes, os quais com o tempo passarão a ser "puros". Existe ainda outro tipo de reconhecimento da indianidade, como ocorre, por exemplo, quando uma pessoa não Guató (homem ou mulher) constitui família com uma pessoa Guató e gradualmente constrói e assume para si uma identidade vinculada ao sentimento de pertença ao povo originário.

Um caso conhecido é o de Dalva Maria de Souza Ferreira, conhecida como "Dona Dalva", casada há décadas com o ex-cacique Severo Ferreira, da Aldeia Uberaba, T.I. Guató. Ela mesma explica a construção de sua indianidade no filme *500 Almas*, lançado em 2004, e é reconhecida como Guató dentro e fora de sua comunidade. A explicação a respeito do assunto está registrada aos 32 minutos da película: "Após trinta e um anos de casada com o Severo, eu assumi a identidade indígena" (Pizzini, 2004: 32min.). Outro caso é o de Teodorica de Moraes, conhecida como "Dona Dorica", falecida há uns dois anos antes da entrega do presente laudo ao MPF-MT e ex-mulher de Domingos Manoel de Amorim, apelidado de "Pero Véio", falecido mais recentemente. À época das diligencias periciais de 2017, ela residia na Aldeia São Benedito, situada às margens do rio Perigara, T.I. Baía dos Guató. O casal "Dorica" e "Pero Véio" teve uma prole extensa e sua parentela compreende parte da população local, especialmente da Aldeia Aterradinho e da Aldeia São Benedito. Não é por acaso, portanto, que uma de suas filhas, Eunice Moraes de Amorim,

7 Situação parecida ocorreu entre os Terena da T.I. Buriti, localizada nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul (ver Eremites de Oliveira & Pereira, 2007, 2012).

conhecida como "Nice", desempenhe na atualidade o papel de uma das lideranças femininas de sua parentela e da comunidade. Eunice, aliás, foi mulher do agora cacique Carlos Henrique Alves de Arruda, popular "Carlinhos", um dos filhos de Sandra Oliveira da Silva ("Dona Sandra"), outra liderança feminina da T.I. Baía dos Guató, Aldeia Aterradinho. "Carlinhos", por sua vez, é irmão de Alessandra Alves de Arruda, que também é filha de Sandra, e é psicóloga e em 2023 cursava o mestrado pelo *Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFMT*[8]. Ela foi uma liderança local e estadual, haja vista ter tido destacado protagonismo no movimento de mulheres indígenas em Mato Grosso, como verificado em sua atuação na Takiná, associação com sede administrativa na capital de Mato Grosso[9]. Carlinhos e Alessandra são irmãos de Adílio Alves de Arruda, que também é liderança local e filho de Sandra[10*].

As relações de parentesco entre os Guató, assim como em todas as sociedades humanas, não são determinadas pela biologia. São construídas social e culturalmente, como ocorre, apenas para

---

8 Assim consta resumido no *Curriculum Vitae* de Alessandra Alves de Arruda, disponível na Plataforma Lattes do CNPq, atualizado na data de 28/03/2023: "Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT (2015). Pertencente a etnia Guató (TI Baía dos Guató) e egressa do Programa de Inclusão Indígenas – PROIND (Guerreiros da Caneta). Atualmente é Mestranda em Antropologia Social – UFMT. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Saúde e Sofrimento Psíquico, e formação em Terapia Comunitária Integrativa. Atua nos seguintes temas: Ecoterapia, Antropologia da Saúde, Violência contra a Mulher Indígena e Povo Guató". Disponível em: http://lattes.cnpq.br/3784077109382043. Acesso em: 31/03/2023.

9 Segundo consta no *Estatuto Social da Organização das Mulheres Indígenas – Takiná*, criada em 2009 e registrada em cartório no ano de 2018, sua sede está localizada na Rua Mandiopé n. 14, bairro Santo Antônio do Pedregal, Cuiabá-MT, CEP 78.060-290.

10 * Na tarde do dia 14/11/2023, em Cuiabá, Alessandra Alves de Arruda, nascida em 04/07/1982 e na data acamada e com a saúde debilitada, defendeu com brilhantismo sua dissertação de mestrado junto ao PPGAS da UFMT, intitulada "Itinerário terapêutico do povo Guató" (Arruda, 2023). Dias depois, em 22/11/2023, a primeira psicóloga e antropóloga social do povo Guató, cujo nome no idioma nativo é *Mabóoyítxy* ou "Estrelinha que Brilha", grafado dessa maneira e atribuído a ela em 2022 por Dalva Maria de Souza Ferreira, veio a falecer aos 41 anos, vítima de câncer. Sua morte prematura causa profunda tristeza aos familiares, amigos e conhecidos, e foi noticiada por várias pessoas e instituições indígenas e indigenistas do Brasil.

exemplificar, no caso de parentesco entre pais e filhos adotivos, conforme explicado em trabalho anterior para outra situação:

> O reconhecimento e a classificação de parentes variam de uma sociedade para outra e há regras das mais complexas sobre o incesto. Exemplo disso é que na sociedade brasileira o irmão do pai é chamado de tio, o tio paterno. Em certas sociedades indígenas ele também é considerado pai e, portanto, seus filhos são irmãos (e não primos) dos filhos do seu irmão. Em casos assim o reconhecimento de quem é irmão implica em saber com quais parentes é proibido manter relações sexuais e maritais. Há, contudo, o registro de casamento entre irmãos na realeza do antigo Egito e entre os Incas, dentre outros, mas são exceções à regra. [...]
>
> Quando pessoas se unem por meio da conjugalidade, famílias também são unidas e se tornam aliadas, constituindo novos vínculos de parentesco entre si: cunhados, sogros etc. Por isso em certos casos a separação do casal não depende apenas da decisão dos cônjuges, mas também das famílias envolvidas na aliança. Se fosse permitido o casamento entre pais e filhos e irmãos, as famílias tenderiam a se isolar, diminuindo as alianças matrimoniais e a solidariedade entre as pessoas (Eremites de Oliveira, 2015: 2).

Relativo à etnicidade, observa-se no tempo presente que a identidade étnica está associada à autodeclaração individual, em consonância com a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e

Tribais, aprovada em 27/06/1989 e em vigor internacional desde 05/09/1991, e ao reconhecimento da pessoa pela totalidade ou por uma parte do povo Guató[11]*. Isso é observável quando uma pessoa Guató procura lideranças das aldeias para obter declaração formal para o acesso a ações afirmativas, principalmente com vistas a participar de certames para o ingresso como estudante em cursos de graduação ofertados por universidades públicas. Por isso, a sociabilidade e as vivências em comunidades acionam e fortalecem o sentimento de pertença e, por conseguinte, fortalecem a identidade étnica de todo o povo. Todavia, ser Guató não assegura, automaticamente, a vinculação da pessoa a essa ou àquela comunidade estabelecida em uma das duas terras indígenas oficialmente reconhecidas no Pantanal, tampouco o direito de ali adentrar ou residir sem a autorização das lideranças locais.

Essas terras são tradicionalmente ocupadas, conforme assevera o Art. 231 da Carta Constitucional de 1988 (Brasil, 1988), e não, necessariamente, espaços para a acomodação de todas as pessoas que se percebem hoje em dia como Guató. A assertiva não ignora ou despreza a existência de pessoas e famílias Guató que residem fora dos espaços oficialmente reconhecidos como terras indígenas, tampouco o processo de invisibilidade a que são submetidas no Pantanal, onde geralmente são classificadas como "pardas" nos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e membros de "comunidades ribeirinhas" ou "comunidades tradicionais". Esse é o caso de famílias originárias há muito assentadas na comunidade da Barra do São Lourenço, localizada no município de Corumbá, Mato Grosso do Sul, na divisa com o município de Poconé, Mato Grosso, onde a presença Guató também é (re) conhecida de longa data. Trata-se de uma terra indígena ainda não regularizada ou que tenha sido objeto de trabalhos administrativos ou judiciais para fins de identificação, delimitação e demarcação. Outros casos dizem respeito à presença de pessoas Guató no município mato-grossense de

[11] * A respeito do assunto, ver a Resolução CNJ n. 454, de 22 de Abril de 2022 (Brasil, 2022).

Cáceres, assunto tratado em recente tese de doutorado, defendida no mês de maio de 2023 na UFPel (Silva, 2023). Há ainda informações sobre a existência de pessoas e famílias Guató no município de Poconé e em outras partes do município de Barão de Melgaço, conforme apontado adiante[12]*.

Em suma, importa assinalar que uma pessoa Guató será Guató onde quer que esteja, dentro ou fora das terras indígenas oficialmente reconhecidas, pois a identidade étnica não é restrita a esse ou aquele espaço[13]. No entanto, ser Guató de alhures não legitima uma pessoa a interferir na dinâmica da vida dessa ou daquela comunidade territorializada em espaços tradicionalmente ocupados, tampouco a falar em nome de todos os Guató existentes num ou noutro estado ou até mesmo em todo o Pantanal ou na totalidade do território nacional do Brasil. Ocorre que a legitimidade e a representatividade que marcam as ações das lideranças Guató na contemporaneidade são construções políticas, assim percebidas no contexto de uma particular organização social. Por isso, tais lideranças normalmente surgem de dentro das comunidades para a exterioridade, e não o contrário. Decorre daí que decisões internas podem até contar com apoiadores externos (pessoas e instituições devidamente autorizadas), mas o protagonismo maior tende a ser resguardado às atrizes e aos atores

[12] * Existem outras comunidades indígenas no Pantanal, como é o caso da estabelecida no rio Paraguai-Mirim, em Corumbá, mencionada anteriormente. Portanto, o presente trabalho não deve ser entendido como uma espécie de listagem oficial sobre todas as famílias e comunidades do povo Guató estabelecidas na planície de inundação e circunvizinhanças. Ocorre que na região pantaneira ainda há muitas comunidades originárias em situação histórica de invisibilidade étnica.

[13] Júlio César Pereira de Freitas, mais conhecido como "Júlio Guató", natural de Corumbá e residente na cidade São Paulo, e Gleycielli de Souza Nonato, natural da cidade de Coxim, onde reside hoje em dia, ambos nascidos no atual estado de Mato Grosso do Sul, são exemplos de escritores e ativistas que são e serão Guató onde quer que estejam. Ambos descendem de famílias que por razões das mais complexas foram desterritorializadas de seus territórios originários e territorializadas em outros lugares (ver Freitas, 2010; Nonato, 2017).

políticos das próprias comunidades, compreendidos como agentes da ação social e protagonistas ou sujeitos de sua própria história[14].

Disputas pela legitimidade e representatividade na T.I. Baía dos Guató

A Notícia de Fato n. 1.20.000.000321/2023-61, distribuída à Procuradoria da República em Mato Grosso, está resumida da seguinte maneira: Vice-Presidente da Coordenação Indígena Guató do Estado de Mato Grosso (Coorigua), CNPJ n. 49.791.177/0001-42, Jane Regina de Oliveira, encaminha denúncia contra Eunice Moraes Amorim para apuração de eventuais agressões verbais cometidas pela mesma a Guilherme Pedroso da Silva, cacique da Aldeia Coqueiro e presidente da Coorigua, requerendo a retomada da "Casa do Retiro Guató". As partes registradas no documento são as seguintes: Interessado – Coorigua; Representada – Eunice Moraes Amorim; Vítima – Guilherme Pedroso da Silva. A descrição dos fatos está assim formulada:

> **Agressão Verbal e invasão de espaço já ocupado.** Solicitamos a imediata intervenção do MPF As17;57 *[Às 17h57min.]* da tarde de 15/03/2023, na aldeia Coqueiro da TI Baía dos Guató, aconteceu na casa do Retiro Guató, casa localizada ao lado da casa do Cacique da Aldeia Coqueiro e presidente da COORIGUA Guilherme, **a invasão e agressão verbal,**

[14] Com a popularização da Internet e das redes sociais, cada vez mais pessoas Guató tomam ciência da história e da cultura desse povo originário, rompem com a invisibilidade a que têm sido submetidas e passam a manifestar sua identidade étnica à exterioridade. Trata-se de um fenômeno de resistência e ruptura com todo tipo de essencialismo, exotismo, subjugação, classificação como "ribeirinhas" e processo de alienação étnica. Muitas delas fazem o caminho de volta a suas origens ancestrais porque sabem que seus pais ou avós e bisavós são originários do Pantanal, e de lá saíram por diversas razões, incluindo processos de remoção forçada. Outras pessoas, porém, tendem a ir mais além. Por isso, quanto mais se conhece o território e a memória das famílias, maior a compreensão da existência de pessoas e famílias do povo Guató no Pantanal e para além-fronteiras.

> **cometida pela senhora Eunice Moraes Amorim contra o senhor Guilherme**, sendo esse o único, indígena Guató que sofreu com o desconfortos das ameaças e dos advogados armados que ali chegavam, onde no mês de fevereiro o senhor Bugre, mais os advogados saíram e avisaram que estavam saindo, e indicou que o senhor Guilherme é o responsável pela casa. **Onde a senhora Eunice chegou humilhando, difamando e agredindo sem respeitar crianças que ali estavam, com um documento assinada a punho, sem consentimento de demais indígenas Guató que ali vivem, assinada somente pela senhora Alessandra Arruda. Anexo o e-mail enviado à Funai**. [destaques meus]

No mesmo procedimento consta um Ofício da Coorigua, endereçado ao Coordenador Executivo Regional da Funai em Cuiabá-MT, assinado em 15/03/2023, no qual sua vice-presidente assim manifesta:

> Venho por meio deste informar, no que diz respeito a casa do Retiro Guató, conforme a decisão do Ministério Público Federal, de reintegração de posse, **informamos que a partir de fevereiro de 2023, o senhor Guilherme Pedroso da Silva, cacique da Aldeia Coqueiro e presidente da COORIGUA, já havia tomado posse do espaço em uso da comunidade, sendo esse construído na Aldeia Coqueiro da TI Baía dos Guató. E por decisão dos moradores da Aldeia Coqueiro esta residência fica como ponto de Apoio a COORIGUA, como também a visitantes na TI, que irá, irão**

> **a trabalho**, e essa decisão é irrevogável os moradores da Coqueiro não aceita nenhuma outra decisão até porque quem enfrentou inclusive pessoas armadas colocando a vida em risco foi o senhor Guilherme e sua família. **Ainda, por meio deste queremos solicitar um apoio para a retomada dos demais Guató que se encontram em São Pedro de Joselândia a TI Baía dos Guató, onde tiveram nossos antepassados expulsos pelo grupo de fazendeiros que ali chegaram, antes mesmo de 1970.**
>
> JANE OLIVEIRA GUATÓ
> VICE-PRESIDENTE DA COORIGUA
> [destaques meus]

Em face dos acontecimentos relatados ao MPF-MT, a Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso (FEPOIMT) apresentou a seguinte representação:

> [...] a Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso - FEPOIMT, a qual representa os 43 povos indígenas do Estado de Mato Grosso, atua na luta em defesa dos direitos indígenas e tem a responsabilidade de articular ações junto às esferas governamentais e não governamentais na indicação de demandas das comunidades e povos indígenas, bem como mediar/participar da construção e implementação de políticas públicas na perspectiva de garantir o cumprimento dos direitos dos povos indígenas mato- grossense. Neste sentido, as lideranças do povo Guató, localizado na Baia dos Guató em Barão de Melgaço

em Mato Grosso, solicitou a FEPOIMT para acompanhar a situação que iremos relatar abaixo:

No dia 17/03/2023, um grupo de professores, liderado pelo senhor José Domingues, pesquisadores da UFMT, acompanhandos *[sic.]* e lideranças pela senhora Silvana Dias de Campo, presidente do Instituto Ambiental Augusto Leverger, entraram no território do Povo Guató, localizado na Baia dos Guató em Barão de Melgaço, sem autorização das Lideranças deste povo e sem autorização da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI, conforme a legislação vigente. Desta forma, a senhora Silvana Dias, age com muita truculência e desrespeito as lideranças, quando indagada da razão de estar no território, fez ofensas e assim causou conflitos e constrangimento as lideranças no qual estão na defesa de seu território, considerando o histórico de invisibilidade e violência vivida há séculos contra o Povo Guató. As lideranças relatam que estas pesquisas e visitas às aldeias não têm autorização, não foram feita nenhuma consulta ao povo sobre este assunto, além da senhora Silvana está causando conflitos internos. As lideranças questionam também sobre a representatividade do Instituto Ambiental Augusto Leverger, que não pode falar, representar em nenhuma instancia o povo Guató, pois não reconhece, além de questionar sobre a senhora Jane Guató, no qual se apresenta desta forma. O questionamento, é sobre sua real identidade de indígena, pois a comunidade não sabem dizer da sua ascendência afirma que a mesma

> não tem vínculo com o povo Guató, também acusa de levar pessoas estranhas ao território sem nenhuma autorização do Povo. Este fato ocasionou conflitos e pelo relatos da comunidade as pesquisas e trabalhos realizados por estas pessoas não tem aval do Povo Guató de Mato Grosso. **Portanto, a Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso, solicitada para acompanhar este fato, vem por meio deste, requer o ao Ministério Público Federal providencias cabíveis para que pessoas que não tenha autorização do Povo Indígena e da FUNAI, não entre em teu Território, e que pesquisas e trabalhos acadêmicos ou não, tenha autorização do Povo Guató e também autorização da Funai e Por fim ,que realmente seja verificada a procedência da origem da senhora Jane Guató, via laudos antropológicos, pois a comunidade não tem vínculo com esta senhora. Colocamos a disposição para sanar eventuais duvidas . E aguardamos retorno o mais breve possível.** [destaques meus]

Sobre o assunto, inicialmente cumpre citar o resumo da biografia profissional de Jane Regina de Oliveira, disponibilizado por ela mesma em seu *Curriculum Vitae* registrado na Plataforma Lattes do CNPq, atualizado em 09/03/2023*:*

> Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (2020); Participou do Projeto de Extensão Fortalecendo direitos no atendimento á família, ao idoso e á mulher vitima de violência em sua expressão domestica, devidamente registrado no Sistema

SIEX sob o nº 10042017090846197 8, realizado na Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, no período de março a dezembro de 2017; Participou do Seminário Politicas da Seguridade Social- contexto atual perspectivas e atuação profissional em abril de 2019; Participou do 1º Seminário Estadual do Sociojurídico, com o tema "O Serviço Social na área sociojurídica: dilemas, desafios e lutas", ministrado pelo Prof. Ms Jefferson Lee de Souza Ruiz e pala assistente social do Ministério Publico do estado do Rio de Janeiro, doutora em Serviço Social Marcia Nogueira da Silva, no dia 15/03/2019 em Cuiabá/MT; Possui certificados do Evento: Dia do/da Assistente Social 2018 - Nossa escolha é a Resistencia: somos classe trabalhadora. Em defesa dos direitos da população e do trabalho profissional com qualidade, no dia 23/05/2018; Concluiu o curso online pela Instituição Portal Educação- CNPJ 17.5430.49/0001-93, "Trabalho Social com Família", do programa de Educação continuada do Portal Educação em 23/10/2018; Concluiu o curso online "Introdução ao Serviço Social", em 14/08/2018 pelo Programa de Educação Continuada do Portal Educação - CNPJ 04.670.765/001-90; Participou do Seminário de Estágio Supervisionado de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, no dia 27 de novembro de 2018, com a participação da Professora Dra. Glaucia Lélis (UFRJ). Mestranda

> em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso[15].

Na sequência constam reproduzidos alguns trechos da versão de sua recente dissertação de mestrado, apresentada a uma banca julgadora na UFMT (Oliveira, 2023).

Em passagem da Dedicatória est*á escrito:*

> Dedico este trabalho às Aldeias da Terra Indígena Baía dos Guató do Estado de Mato Grosso e a todos os Guató, **família e amigos que residem na comunidade Retiro São Bento e no Distrito de São Pedro de Joselândia Barão de Melgaço/MT, terra da minha bisavó Guató Maria Eulália Alves de Oliveira do meu bisavô Matias Alves de Oliveira (falecidos), da minha avó Firmina de Oliveira do meu avô Agostinho Alves de Oliveira (falecidos) e onde meus pais Maria do Carmo de Oliveira e Otávio Alves de Oliveira (falecidos) viveram, moraram e criaram aos meus nove irmãos.** Dedico a vocês tios, tias, primos e primas parentes de sangue Guató todo meu carinho e imensa gratidão. Em especial ao meu tio Pedro Alves de Oliveira, que foi para a luz do Pantanal no dia 30/01/2023. Somos todos Guadakan! (Oliveira, 2023: 4). [destaque meus]

Mais adiante, em parte do item *Agradecimento*, está registrado dessa maneira:

> Agradeço aos meus pais Otávio e Maria (*in memoria*), meus ancestrais Maria Eulália (*in*

[15] Disponível em: http://lattes.cnpq.br/2202646098305377. Acesso em: 31/03/2023.

memoria) que sempre estiveram do meu lado e tenho certeza que se estivessem vivos estariam orgulhosos **dessa minha posição perante a sociedade em especial pela minha busca por reconhecimento étnico, que vem sendo negado. Nessa luta apenas busco reconhecimento e não liderança, que minha ancestralidade me proteja e abra a consciência desses que negam não somente a mim, mas a nossa ancestralidade.** Agradeço aos familiares, parentes e amigos pelas compreensões dos "não posso ir", pela força, e pelas hospitalidades comigo toda vez que chegava até vocês, muito obrigada!

Agradeço aos meus professores e professoras a todos e todas sem exceção muito obrigada pelas manhas e tardes de aprendizagens e conhecimentos, mas em especial a minha orientadora Liliane Capilé Charbel Novais, a senhora é uma grande mulher, excelente professora e orientadora. E ao meu Co-orientador Jorge Eremites de Oliveira uma inspiração nas minhas pesquisas antropológicas sobre a minha ancestralidade Guató muito obrigada, sem vocês talvez hoje não estaria aqui.

[...]

Agradeço ao Instituto Ambiental Augusto Leverger pelas ótimas conversas, pelos incentivos e força na luta pelo reconhecimento étnico, na luta pela efetivação das demandas dos Guató, que hoje vive um processo de reorganização social interna e externa, obrigada Silvana Dias Campos pela sua contribuição administrativa na nossa Coordenação Indígena Guató do Estado de Mato Grosso (COORIGUA), muito obrigada IAAL.

> **Agradeço a minha etnia Guató, e os meus parentes sanguíneos da Aldeia Coqueiro por tudo e por todos os conhecimentos que adquiri nessa caminhada, saiba que sou orgulhosa de ser Guató, não porque quero ser, mas por simplesmente ser. Estarei sempre aqui para fazer valer os nossos direitos sejam eles étnicos, econômicos, sociais ou político. GRATIDÃO!** (Oliveira, 2023: 5). [destaques meus]

Relativo a relação com o tema de sua pesquisa, na *Introdução* a autora apresenta uma importante explicação:

> **O primeiro contato feito com os Guató, com o propósito de obter informações nesse primeiro momento informações sobre, [sic.] quais as dificuldades enfrentadas na TI, foi em setembro de 2020**, onde ocorreu um dos maiores incêndios do Pantanal que devastou não só a fauna e a flora como devastou o cotidiano de muitos Guató que residem na TI Baía dos Guató. **A partir do contato com meu primo líder da sua família que residem na Aldeia Coqueiro, a partir de então foi feito contato com vários outros descendentes de Guató residentes no Distrito de São Pedro de Joselândia e também Cuiabá, em sua maioria já incorporados na massa de proletários e subempregados. Nesse primeiro momento, meus parentes consanguíneos, o indígena Guató Senhor Guilherme Pedroso da Silva, junto ao cacique José Maria de Paula, ambos meus primos, reivindicavam e com olhos lagrimejados, o registro oficial das terras e o reconhecimento étnico, por**

> **parte do governo federal, da FUNAI e da própria sociedade matogrossense, sobre eles** (Oliveira, 2023: 16). [destaques meus]

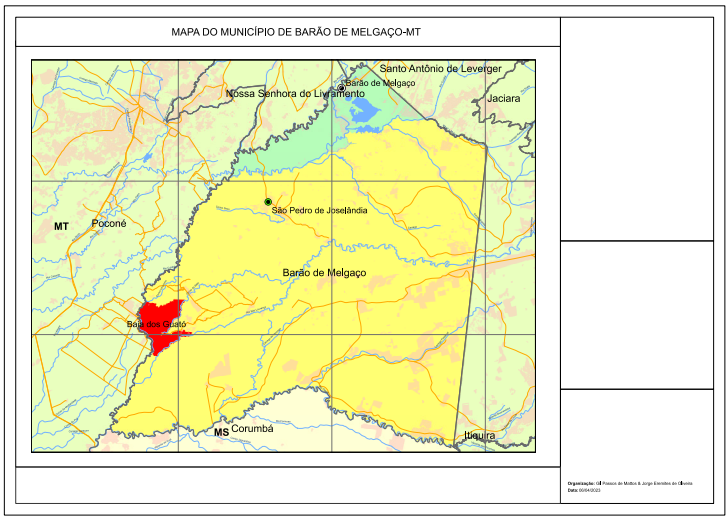
Nas *Considerações Finais* há uma passagem em que está escrito:

> **Muitos dizem que não sou indígena pelo fato de ter nascido na cidade de Cuiabá, mas isso não muda minha caminhada**, eu tenho uma história, assim como muitos tem a sua história de lutar. **Minha mãe se cansou da vida no Pantanal, queria ver os filhos em uma boa escola, uma qualidade de vida boa, com direito a educação, saúde e por isso, ainda grávida de mim, decidiu que ia me ter na cidade, mas com a promessa de nunca mais voltar para São Pedro de Joselândia, minha mãe já tinha 9 filhos, meu pai indígena Guató, não se interessava muito pela educação, pois sempre dizia aos meus irmãos que o importante era a saúde, o amor, a liberdade e a paz que eles tinham**. Meus irmãos foram criados livres, sem regras, donos dos seus passos, até chegarem na cidade, onde tudo mudou. Para minha mãe isso estava errado, era preciso saber ler e escrever. Assim aconteceu que ela foi para a cidade, e não retornou mais. Aos 5 anos de idade, meu pai me registrou e me levou para São Pedro para os demais familiares me conhecerem, minha mãe já tinha conquistado uma casinha e já trabalhava de lavadeira de roupas e estava seguindo a vida, meu pai nunca quis ficar na cidade, ele não gostava de usar calçado, isso era terrível para ele, mas com ajuda da minha mãe ele conseguiu emprego em uma madeireira e se tornou carpinteiro, para reforçar, ele trabalhava

> descalço. Ambos tinham os títulos de eleitores de Barão de Melgaço, em uma das viagens para cumprir o direito ao voto, eles decidiram ficar em São Pedro, onde moramos por um ano lá, meus irmãos mais velhos já haviam casados e meus pais já tinham 2 netos, meus irmãos não estudaram e foi difícil a adaptação deles na cidade. Sempre gostei de ouvir as histórias do meu povo, meus pais sempre quiseram nos manter naquela tradição, na cultura e nas crenças. **Toda minha família éramos tachada de índios e índias e isso era ao mesmo tempo um orgulho, era também uma decepção, tínhamos e temos orgulho que ser quem somos. Mas éramos proibidas de falar que éramos Guató devido à extinção** (Oliveira, 2023: 102). [destaques meus]

Para fins de localização da T.I. Baía dos Guató e da sede do distrito de São Pedro de Joselândia, no município de Barão de Melgaço, segue o mapa contido na próxima figura.

Figura 3: Mapa do município de Barão de Melgaço, Mato Grosso, com a localização da T.I. Baía dos Guató e a sede do distrito de São Pedro de Joselândia.



Fonte: Mapa elaborado em 2023 por Gil Passos de Mattos e Jorge Eremites de Oliveira.

A respeito da Aldeia Coqueiro, em 2017 a mesma unidade ocupação havia sido rebatizada por seus moradores de Aldeia Acuri ou Midji. Trata-se da mais nova aldeia da T.I. Baía dos Guató, visto que as mais antigas são a Aldeia Aterradinho ou Aterradinho do Bananal e a Aldeia São Benedito. Sabe-se que todas ou a imensa maioria das famílias ali estabelecidas, como a de Guilherme Pedroso da Silva, pai de 22 filhos vivos e agora presidente da Coorigua, não estavam acomodadas na área nos anos de 2000 e 2006. Por isso, não aparecem listadas nos estudos produzidos pela Funai em 2000, como pode ser verificado nos trabalhos de Jorge Luiz de Paula, Anna Maria R. F. M. Costa e Giovani José da Silva (De Paula & Costa, 2000; Silva, 2000). Também não são mencionadas no laudo pericial elaborado por Edir Pina de Barros à Justiça Federal em Cuiabá, concluído e entregue em 2006 (Barros, 2006). São citadas, todavia, no laudo pericial por mim concluído e entregue em 2018 porque lá se estabelecem, com

a devida permissão da comunidade, a partir de meados da década de 2010 (Eremites de Oliveira, 2018).

À época das diligências periciais de 2017, Guilherme Pedroso da Silva afirmou "ter nascido na Fazenda Espírito Santo, município de Barão de Melgaço, e possuir ascendência Bororo, por parte de pai (Generoso Pedroso da Silva), e Guató, por parte da mãe (Maria Benta Alves da Silva), já falecidos" (Eremites de Oliveira, 2018: 132)16*. Portanto, o que legalmente configurou a área como terra tradicionalmente ocupada foi a presença das famílias estabelecidas na Aldeia Aterradinho e na Aldeia São Benedito, dentre as quais tem sido destacada nos estudos oficiais a parentela de Domingos Manoel de Amorim ("Pero Véio") e Teodorica de Moraes ("Dorica"), pais de Eunice Moraes de Amorim ("Nice") e outras tantas pessoas.

Em um relatório produzido pela Funai em 1985, resultado das atividades do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n. 1.771/E, de 24/09/1984, sob a coordenação de Paulo A. Cardoso, há a relação das algumas famílias na atual T.I. Baía dos Guató e adjacências (Cardoso, 1985). À época (anterior, portanto, à promulgação da Constituição Federal de 1988), a família de Sandra Oliveira da Silva estaria a viver trabalhando na Fazenda Coqueiro e na Fazenda São João. Segue o que está registrado em parte do trabalho intitulado *Relatório de viagem aos Guatós* para o vale do rio Perigara e outras localidades:

> **CASA 1**
> Domingos de Amorim *["Pero Véio"]*
> Dora Amorim *["Dorica"]*
> Maria José Amorim
> Laudilino Amorim
> Tereza Amorim
> Inácio Amorim *[falecido]*

16 * A Fazenda Espírito Santo é um imóvel que não incide sobre a área da Terra Indígena Baía dos Guató, conforme verificado no mapa apresentado na Figura 2.

Dominga Amorim
Rosa Amorim
Dalvino Amorim
Berenice Amorim
Onice de Amorim
Gloria Amorim *[caçula das mulheres]*
Benjamin Amorim *[apelidado de "Gordo"; caçula dos homens]*

CASA 2 (Porto Capivara)
Sérgio Rodrigues
(vive sozinho)

CASA 3
José Xavier de Farias
Silvério Xavier de Farias
Hermes Xavier de Farias
Valdomira Xavier de Farias
Maria Xavier de Farias
Josefa Xavier de Farias

CASA 4
Hemiliano Ferreira
Cipriano Ferreira (Cardoso, 1985: 20-21).

Na Cédula de Identidade (RG) de Guilherme Pedroso da Silva, emitida em 26/09/1984 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, consta escrito "Não Alfabetizado" no espaço correspondente à assinatura do titular, ao passo que no item correspondente à Naturalidade está registrado "Joselândia-MT" (distrito de São Pedro de Joselândia, município de Barão de Melgaço-MT). Como à época da emissão do documento ele não era alfabetizado, deduz-se que teve acesso a algum tipo de letramento, visto que nos documentos da Coorigua consta a assinatura com seu nome.

Teve-se acesso a uma fotografia com a data de 17/02/2014 (17h44min.) que registra a participação de pessoas da comunidade da T.I. Baía dos Guató em reunião realizada na recém-criada Aldeia Coqueiro. O encontro teve o propósito de também discutir as necessidades da comunidade em ter acesso à educação escolar indígena. Ao que se tem conhecimento, portanto, a família de Guilherme Pedroso da Silva e de outras pessoas daquela unidade de ocupação foram ali acomodadas a partir de meados da década de 2010, isto é, cerca de uma década após o processo de identificação e delimitação da área. São famílias oriundas de outras partes do Pantanal e ali assentadas por meio de uma aliança política feita com lideranças das parentelas já estabelecidas na Aldeia Aterradinho e na Aldeia São Benedito. Alianças políticas dessa natureza costumam ser orientadas pela solidariedade social, reciprocidade e fortalecimento das mobilizações internas pela reivindicação de direitos. A reciprocidade está diretamente associada ao dom ou à dádiva de dar e à contradávida de receber e esperar para retribuir, como analisado por Marcel Mauss (Mauss, 2003).

Como nas comunidades indígenas a solidariedade tende a ser superlativa, se alguém recebe algo ou algum apoio em dado momento, espera-se que em tempo oportuno retribua o benefício à altura. Quando isso não acontece da forma como esperado, pode haver desentendimentos e conflitos internos.

A respeito da Coorigua, entidade registrada no Cartório 2º Oficio de Santo Antônio de Leverger-MT, Livro A – Registro Civil de Pessoas Jurídicas, na data de 11/11/2022, ao analisar seu estatuto, nota-se que se trata de pessoa jurídica de direito privado com sede no município de Barão de Melgaço, mais precisamente na Aldeia Coqueiro, ou seja, no interior da T.I. Baía dos Guató. Assim está constituída a Coordenação Indígena Guató do Estado de Mato Grosso: *Guilherme Pedroso da Silva* (presidente, nascido em 27/09/1959, aposentado e residente na Aldeia Coqueiro, T.I. Baía dos Guató, Barão de Melgaço-MT); *Jane Regina de Oliveira* (vice-presidente, nascida em 24/04/1977, assistente social e residente em Cuiabá-MT); *Eliene Miguelina de Oliveira* (diretora

socioambiental, nascida em 29/09/1976, do lar e residente na Aldeia Coqueiro, T.I. Baía dos Guató, Barão de Melgaço-MT); *Manuel Benedito de Paula* (fiscal, nascido em 30/05/1972, pescador e residente na Aldeia Coqueiro, T.I. Baía dos Guató, Barão de Melgaço-MT); *Deonice Catarina da Silva* (fiscal, sem data de nascimento registrada no estatuto, do lar e residente na Aldeia Coqueiro, T.I. Baía dos Guató, Barão de Melgaço-MT); *Gonçalo da Silva* (fiscal, nascido em 20/06/1977, pescador e residente na Aldeia Coqueiro, T.I. Baía dos Guató, Barão de Melgaço-MT); *Wender Gmison Prado Silva* (primeiro secretário, nascido em 11/08/1997, tratorista e residente na Aldeia Coqueiro, T.I. Baía dos Guató, Barão de Melgaço-MT); *Suzana Gonçalves da Silva* (segunda secretária, nascida em 24/06/1985, do lar e residente na Aldeia Coqueiro, T.I. Baía dos Guató, Barão de Melgaço-MT); *Vanda Gonçalves da Silva* (primeira tesoureira, nascida em 09/10/1982, professora e residente na Aldeia Coqueiro, T.I. Baía dos Guató, Barão de Melgaço-MT); *Raquel Luiza de Paula* (segunda tesoureira, nascida em 15/10/1976, agente de saúde e residente na Aldeia Coqueiro, T.I. Baía dos Guató, Barão de Melgaço-MT).

No tocante ao assunto, constata-se que no dia 12/11/2022, Jane Regina de Oliveira fez o seguinte registro em sua conta no Facebook, onde se apresenta como "Jane Oliveira Guató":

> Assim foi o nosso dia ontem!
> Cheio de boas novas
> E com esses sorrisos de gratidão
> **Em parceria e tendo como nossa base administrativa o Instituto Ambiental Augusto Leverger presidida por uma mulher mega responsável Silvana Campos e demais membros importantíssimos, hoje a COORIGUA faz 1 dia de vida em nossas mãos.**
> Ainda recém nascida quero apresenta *[sic.]* a todxs meus amigos e também não amigos do

> Facebook a nossa COORDENAÇÃO INDÍGENA GUATÓ (COORIGUA) do Estado de Mato Grosso.
> E me apresento como Jane Oliveira Guató vice presidente da COORIGUA.
> Estou aberta ao diálogo com vcs que querem nos conhecer melhor e participar das nossas lutas.
> Somos todos GUADAKAN[17]. [destaques meus]

Na mesma postagem consta uma fotografia do tipo *selfie,* feita em lugar fechado (cartório?) por Silvana Dias de Campos, com data de 11/11/2022 (11h26min.), na qual ela, como dirigente do Instituto Ambiental Augusto Leverger (IAAL), aparece com mais cinco outras pessoas, incluindo a vice-presidente da Coorigua[18]. Na publicação também consta um vídeo em que Silvana entrega o livro-ata da Coorigua como um presente ou dádiva a Jane:

> **Jane, eu entrego o livro ata registrado em cartório da COORIGUA – Coordenação Indígena dos Guató do Estado de Mato Grosso pra você, para todos os Guató residentes no estado de Mato Grosso**; este livro ata registrado, averbado no cartório. É tudo de vocês. Aproveite porque isso é pra vida toda. [destaques meus]

---

17 Disponível em: https://www.facebook.com/jane.oliveira.3388630. Acesso em: 1º abr. 2023.

18 Dados disponíveis na Internet informam que o Instituto Ambiental Augusto Leverger (IAAL), CNPJ 30.860.351/0001-33, é uma associação privada fundada em 2018. Sua sede está localizada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca n. 201, bairro Centro, Santo Antônio do Leverger-MT, CEP 78.180-000. Ver: https://mapaosc.ipea.gov.br/detalhar/1275580 e http://cnpj.info/Instituto-Ambiental-Augusto-Leverger-Iaal-Instituto-Ambiental-Augusto-Leverger. Acesso em: 1º abr. 2023. A página da entidade no Facebook pode ser visualizada pelo *link* https://www.facebook.com/people/Instituto-Ambiental-Augusto-Leverger/100068994200424/. Acesso em: 1º abr. 2023. No YouTube também há um canal da entidade (https://www.youtube.com/@institutoambientalaugustol7223) com 140 vídeos postados até às 16h do dia 06/04/2023.

Na sequência, Jane assim fala:

> Parentes, olha, isso aqui é uma vitória conquistada por nós todos. É o primeiro de muitas que virão, tá. **Amanhã, na nossa reunião, a gente vai ter muito pra conversar, muito pra dialogar.** Conto com cada um de vocês nessa reunião porque é importante pra gente. A partir de agora a nossa bandeira está sendo levantada, tá. Então estamos todos juntos nessa luta. Nós somos Guadakan. [destaques meus]

Finalizando o vídeo, a presidente do IAAL diz: "E parabéns ao povo Guató do estado de Mato Grosso".

Percebe-se, com efeito, que a criação e a atuação da Coorigua, tendo à frente Jane Regina de Oliveira e outras pessoas, tem contado com relevante apoio do IAAL, destacadamente de sua presidente, como percebido em diversos vídeos postados no YouTube[19]. No caso, as duas pessoas nominadas nunca foram e não são residentes na T.I. Baía dos Guató.

Os desdobramentos verificados nos dias seguintes, após a data de 11/11/2022, decorrem, também, de disputas pela legitimidade

---

[19] No canal do IAAL no YouTube há, ao menos, 14 vídeos que tratam de assuntos relacionados à comunidade da T.I. Baía dos Guató. Algumas filmagens foram produzidas no interior da Aldeia Coqueiro e são assim denominadas *ipsis litteris*: (1) "fala jane guato seminário direito humano" (https://www.youtube.com/watch?v=ErFiENJMNUU); (2) "coorigua" (https://www.youtube.com/watch?v=D8s4Y6Jta2A); (3) "coorigua" (https://www.youtube.com/watch?v=MVP63GuXZZw&t=11s); (4) "coorigua" (https://www.youtube.com/watch?v=J6-Y1PucEK0); (5) "coorigua" (https://www.youtube.com/watch?v=K5ViBI1dROQ&t=58s); (6) "coorigua" (https://www.youtube.com/watch?v=_KDCZgU6D24); (7) "coorigua" (https://www.youtube.com/watch?v=DjhjZzGH7I4); (8) "coorigua" (https://www.youtube.com/shorts/I1C-vInShJs); (9) "sr Guilherme.pres.coorigua" (https://www.youtube.com/watch?v=oeOQ82YrujU); (10) "salas de aulas anexa Guato" (https://www.youtube.com/watch?v=MF5tj54auY8&t=53s); (11) "salas de aula anexa, guato 2" (https://www.youtube.com/watch?v=aubctfy-G7c); (12) "salas de aula anexa guato 3" (https://www.youtube.com/watch?v=TxtxHbUfyPc); (13) "ilha Camargo e fazenda sao João" (https://www.youtube.com/watch?v=Q_NdA9wfbIY); (14) "salas de sals de aulas anexa Guato 4" (https://www.youtube.com/shorts/QOpZqGzBfw4). Acesso em: 07 abr. 2023.

e representatividade para falar pela comunidade da T.I. Baía dos Guató. Certas contendas chegaram a ser noticiadas no site de notícias Primeira Página, vinculado ao grupo Rede Matogrossense de Comunicação:

Um grupo de pesquisadores entrou na terra indígena Baía dos Guatós no Pantanal Mato-Grossense sem autorização da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) e da comunidade. A situação acabou gerando desentendimento entre os indígenas e os invasores nessa sexta-feira (17).

> Porém, eles não aguardaram a resposta da Funai e entraram na sexta-feira no território. De acordo com o coordenador, a Funai primeiro iria confirmar que vistoria seria essa, já que não estava especificada no documento, e entrar em contato com as lideranças. Se autorizado pela comunidade, seria agendada a visita com a presença de servidores da Funai.
>
> Em vídeo enviado ao Primeira Página é possível ver as lideranças da comunidade discutindo com o grupo, que incluiria professores da UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso) e pesquisadores, que foi impedido de sair do território na sexta-feira.
>
> Ricardo Pael Ardenghi, procurador da república do MPF (Ministério Público Federal) em Cuiabá, informou que teve conhecimento da ocorrência de um desentendimento entre os indígenas em razão da entrada de pessoas estranhas à comunidade, sem autorização do povo Guató ou da Funai.
>
> A equipe do Primeira Página entrou em contato com a assessoria da UFMT, mas até a publicação da matéria não obteve retorno.

O outro lado

> Em contato com o Primeira Página, o professor da UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso) José Domingues e a presidente do Instituto Ambiental Augusto Leverger, Silvana Dias de Campos, informaram que avisaram a Funai e que o Ministério Público, em Poconé, também foi acionado.
> Além disso, eles explicaram que aconteceu um conflito entre os próprios indígenas, mas que a situação no local é tranquila e conseguiram realizar o trabalho que foram desenvolver no local (Corezomaé, 2023).

Tratando-se da reportagem, cabe uma breve digressão: no dia 18/03/2023 (19h08min.), postei na minha página no Facebook a mencionada a matéria com o seguinte comentário: "Ao longo de três décadas, jamais adentrei nas terras de um povo originário sem o consentimento das lideranças locais. Sempre que entrei, fui muito bem tratado pelos indígenas, sejam eles Guató, sejam de quaisquer outros povos: Guarani, Kaiowá, Terena, Nambikwara etc."[20] A publicação registra a conduta ética que tenho como professor e pesquisador para com as comunidades indígenas, pois, de fato, nunca entrei e jamais adentraria às terras de um povo originário sem o consentimento ou permissão de suas lideranças, quaisquer que sejam, independentemente de ter ou não autorização do órgão indigenista oficial ou de qualquer outra instituição do Estado nacional. Entendo que as terras tradicionalmente ocupadas são os lares, a residência e o suporte físico à existência das comunidades indígenas. Logo, quando assim o fiz com a finalidade de realizar algum trabalho, se qualquer morador manifestasse constrangimento com a minha presença, dali sairia

---

20 Disponível em: https://www.facebook.com/JorgeEremitesDeOliveira. Acesso em: 1º abr. 2023.

imediatamente. Esta posição vai ao encontro à interpretação que faço do código de ética da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), entidades às quais sou associado efetivo[21].

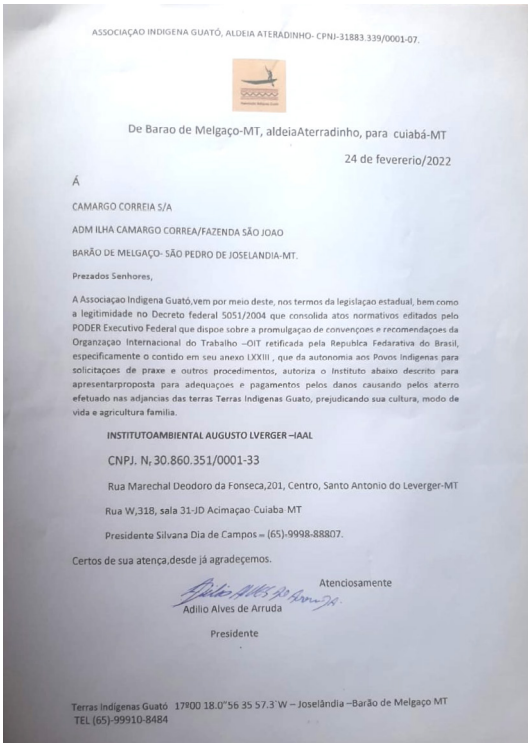
Feita a digressão, considero relevante explicar que antes da criação da Coorigua, a comunidade da T.I. Baía dos Guató já possuía sua própria associação, a Associação Indígena Guató (AIG), CNPJ n. 31.883.339/0001-07, fundada em 12/09/2018 e oficialmente sediada na Aldeia Aterradinho. Trata-se de uma associação que se enquadrada na natureza jurídica de comunidade Indígena.

Anteriormente aos fatos registrados junto ao MPF-MT, em 24/02/2022, a presidência da AIG assinou um documento, destinado à administração da "Ilha Camargo Corrêa/Fazenda São João", em que autorizava o IAAL a apresentar proposta para adequações e pagamentos pelos danos causados pela construção de uma ilha artificial sob forma de grande aterro (não confundir com aterro indígena, chamado de *marabohó* na língua nativa), situado nas proximidades da T.I. Baía dos Guató. O documento

21 Consta no Código de Ética da ABA, criado na Gestão 1986-1988 e alterado na de 2011/2012, disponível no *link* http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/, assim está escrito no item referente aos direitos das populações que são objeto de pesquisa a serem respeitados pelos antropólogos e antropólogas: "3. Direito de preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais". Acesso em 1º abr. 2023. No Código de Ética da SAB, por sua vez, aprovado em 1º/10/2015, disponível no *link* https://www.sabnet.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=623, relativo aos direitos das pessoas e coletivos, consta o seguinte: "2) As associadas e os associados da SAB devem respeitar as normas culturais, políticas e sociais, bem como a dignidade dos coletivos das áreas onde as pesquisas são desenvolvidas, em todas as etapas do trabalho arqueológico. [...] 6) As associadas e os associados da SAB não podem praticar ou ser coniventes com assédio sexual, moral ou qualquer discriminação, seja de gênero, orientação sexual, identidade étnico-racial, social, cultural, religiosa ou econômica durante o exercício de sua profissão. [...] 8) As associadas e os associados da SAB devem cumprir a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho quando da realização de estudos que afetem povos originários e comunidades tradicionais". Acesso em 1º abr. 2023.

sugere que o referido Instituto teria feito alguma proposta de prestação de serviços jurídicos à comunidade[22]*.

Figura 4: Ofício da Associação Indígena Guató, datado de 24/02/2022 e assinado pelo presidente Adílio Alves de Arruda, endereçado à Camargo Corrêa ou Fazenda São João.



ASSOCIAÇAO INDIGENA GUATÓ, ALDEIA ATERADINHO- CPNJ-31883.339/0001-07.

De Barao de Melgaço-MT, aldeiaAterradinho, para cuiabá-MT

24 de fevereiro/2022

Á

CAMARGO CORREIA S/A

ADM ILHA CAMARGO CORREA/FAZENDA SÃO JOAO

BARÃO DE MELGAÇO- SÃO PEDRO DE JOSELANDIA-MT.

Prezados Senhores,

A Associaçao Indigena Guató,vem por meio deste, nos termos da legislaçao estadual, bem como a legitimidade no Decreto federal 5051/2004 que consolida atos normativos editados pelo PODER Executivo Federal que dispoe sobre a promulgaçao de convençoes e recomendaçoes da Organizaçao Internacional do Trabalho –OIT retificada pela Republca Fedarativa do Brasil, especificamente o contido em seu anexo LXXIII , que da autonomia aos Povos Indigenas para solicitaçoes de praxe e outros procedimentos, autoriza o Instituto abaixo descrito para apresentarproposta para adequaçoes e pagamentos pelos danos causando pelos aterro efetuado nas adjancias das terras Terras Indigenas Guato, prejudicando sua cultura, modo de vida e agricultura familia.

INSTITUTOAMBIENTAL AUGUSTO LVERGER –IAAL

CNPJ. N, 30.860.351/0001-33

Rua Marechal Deodoro da Fonseca,201, Centro, Santo Antonio do Leverger-MT

Rua W,318, sala 31-JD Acimaçao Cuiaba MT

Presidente Silvana Dia de Campos – (65)-9998-88807.

Certos de sua atença,desde já agradeçemos.

Atenciosamente

Adilio Alves de Arruda

Presidente

Terras Indigenas Guató 17900 18.0"56 35 57.3`W – Joselândia –Barão de Melgaço MT
TEL (65)-99910-8484

Outro documento sobre o assunto diz respeito a uma resposta da administração da Fazenda São João destinada ao IAAL.

22 * Tudo leva a crer que posteriormente houve discordâncias sobre o assunto entre a AIG e o IAAL. Depois disso, com a criação da Coorigua, as tratativas sobre a questão passaram a ser entre as duas últimas entidades e delas à exterioridade. Existindo direitos a serem reivindicados por conta de eventuais impactos ambientais ou socioambientais que afetam negativamente a comunidade da T.I. Baía dos Guató, o próprio MPF-MT pode ser acionado para atender a demanda. A avaliação considera o que determina o Art. 232 da Carta Constitucional de 1988: "Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo".

Figura 5: Ofício s/n, de 25/05/2023, da administração da Fazenda São João destinada ao Instituto Ambiental Augusto Leverger.



25 de maio de 2022

Ao

INSTITUTO AMBIENTAL AUGUSTO LEVERGER

A/C: Silvana Dias de Campos

Via e-mail – institutoaugustoleverger@gmail.com

Prezada Senhora,

A Fazenda São João ("FSJ") tomou conhecimento da correspondência anexa que, em resumo, alega que na década de 1970 teriam realizados diversos aterros, parte deles na FSJ, que supostamente teriam provocado a ainda provocariam danos aos povos originários.

De plano, a FSJ esclarece estar dentro da Unidade de Conservação Encontro das Águas e que respeita as regras ambientais e fundiárias da legislação em vigor, não existindo qualquer fato ou incidente que tenha resultado em qualquer dano à comunidade em questão.

Adicionalmente, importa salientar que a FSJ está localizada na sua maioria em área integrante do PARQUE ESTADUAL ENCONTRO DAS ÁGUAS, criado em 2004 pelo Governo do Estado de Mato Grosso, com o objetivo de garantir a proteção integral dos recursos naturais e movimentação das espécies da fauna nativa, preservando amostras significativas dos ecossistemas naturais existentes e proporcionar oportunidades controladas para o uso público, educação e pesquisa científica.

E mesmo antes de se tornar uma unidade de conservação ambiental, a FSJ sempre praticou suas atividades com estrita observância e respeito ao meio ambiente e comunidades locais, tornando uma das propriedades com preservação reconhecida como um dos maiores redutos de felinos e aves do Pantanal Matogrossense.

Por fim, necessário ressaltar que a Constituição Federal, em seu artigo 232, indica que são partes legítimas para atuar em defesa de seus direitos e interesses (i) os índios, (ii) suas comunidades e (iii) organizações. Nesse sentido, por se tratar de rol taxativo, o Instituto Ambiental Augusto Leverger não aparenta possuir legitimidade para atuar em nome da Associação Indígena dos Guatós.

Diante do exposto, em razão da inexistência dos alegados danos e de qualquer irregularidade pela FSJ, não há motivos que justifiquem a realização da reunião proposta por V.Sa..

Atenciosamente,

FAZENDA SÃO JOÃO

NELSON TAMBELINI JÚNIOR

ROBERTO NAVARRO EVANGELISTA

Impresso por HP2040416 em 25/05/2022 17:32:08

A seguir consta a transcrição de parte do diálogo entre Eunice Moraes de Amorim e Guilherme Pedroso da Silva, de 15/03/2023, registrado em vídeo de 26 segundos e enviado pela Manifestante ao MPF-MT. A discussão está associada a desentendimentos sobre o uso de uma edificação existente na T.I. Baía dos Guató, a casa "Retiro Guató", situada em área tradicionalmente ocupada na Fazenda São João.

> **Guilherme:** Vai correr com os problema até para vocês, que tão carregando isso daí.
> **Eunice:** Pode até ser. Seo Guilherme, eu não quero ser grosseira. O senhor sabe que sou daqui. O meu pai é original daqui [*Domingos Manoel de Amorim*].
> **Guilherme:** Eu sei, aham...
> **Eunice:** Quando o senhor precisou, a gente acolhemos o senhor aqui.
> **Guilherme:** Foi!
> **Eunice:** Agora será possível que não pode deixar os professor, tudo, tem que ficar aí. Não pode mais ficar na escola?
> **Guilherme:** Só que não tá entregue ainda...
> **Eunice:** E o senhor falou que não tinha ninguém morando lá. E como tem gente lá?
> **Guilherme:** Não, minhas criança tão dormindo lá... tá dormindo, mas ele...

Na mesma data da discussão (15/03/2023), Jane Regina de Oliveira assina Ofício s/n destinado ao Coordenador Executivo Regional da Funai (Cuiabá-MT), Benedito Garcia de Araújo, cujo teor consta apresentado anteriormente. Portanto, o diálogo entre Eunice Moraes de Amorim e Guilherme Pedroso da Silva tem a ver diretamente com o uso da casa "Retiro Guató" a que se refere o documento. Nele, a vice-presidente da Coorigua afirma "[...] que a partir de fevereiro de 2023, o senhor Guilherme Pedroso da Silva, cacique da Aldeia Coqueiro e presidente da COORIGUA, **já havia tomado posse do espaço** em uso da comunidade, sendo esse construído na Aldeia Coqueiro da TI Baía dos Guató" [destaques meus].

Percebe-se aqui certa incongruência por parte da Coorigua, pois, salvo melhor juízo, não seria possível o presidente da entidade tomar "posse" de uma edificação situada no interior da T.I. Baía dos Guató. Acontece que o § 2º do Art. 231 da Constituição Federal de 1988 assim estabelece: "As terras tradicionalmente

ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes" (Brasil, 1988). Além de inexistir o instrumento jurídico da "posse" sobre a posse permanente, tampouco parece haver legitimidade alguma da Coorigua para se justapor à organização social da comunidade, segundo assevera o Caput do Art. 231 da Lei Maior: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens" (Brasil, 1988). O reconhecimento da organização social indígena, por sua vez, pressupõe a admissão do sistema jurídico ou direito consuetudinário inerente a cada povo originário[23].

Verifica-se, assim, que as famílias extensas e parentelas dali originárias, que caracterizam a área como tradicionalmente ocupada e das quais fazem parte lideranças como Eunice Moraes de Amorim ("Nice") e Carlos Henrique Alves de Arruda ("Carlinhos"), não reconhecem a Coorigua como uma entidade que estaria acima da organização social da comunidade. Outrossim, se o usufruto da T.I. Baía dos Guató é coletivo, as iniciativas sobre a destinação desse ou daquele ponto dependem de decisões igualmente coletivas, sem a intromissão de pessoas e instituições de alhures. Além disso, vale lembrar amiúde que o lugar em disputa, o "Retiro Guató", está dentro de uma área identificada, delimitada e demarcada como terra tradicionalmente ocupada, cujo processo administrativo está orientado pela Carta Política do Brasil. Entende-se, pois, que essa terra indígena não pode ser configurada como "reserva indígena" ou área destinada à

23 Não por acaso que a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), instância de referência nacional do movimento indígena, criada em 2005 a partir da articulação e união entre os povos e organizações indígenas de distintas regiões do país, não possui, salvo engano, personalidade jurídica formal ou número no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) (https://apiboficial.org). Sua legitimidade, porém, é reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), com base no Art. 232 da Carta Magna de 1988, como pode ser aferido na proposta apresentada à Suprema Corte, no dia 1º/07/2020, de Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). Sobre o assunto, ver Bragatto & Azambuja (2020).

acomodação de todos os Guató de Barão de Melgaço e circunvizinhanças, haja visa que o processo referente a sua regularização fundiária não foi conduzido pela Lei n. 6.001/1973, conhecida como *Estatuto do Índio*[24]. A mesma área foi assim reconhecida pela presença e ação de famílias Guató originárias dali e assentadas na Aldeia Aterradinho e na Aldeia São Benedito, e não por conta das famílias agora acomodadas na Aldeia Coqueiro[25].

As contendas existentes na comunidade poderão de avolumar com a eventual chegada de pessoas e famílias Guató de alhures, ou seja, que não estão originalmente vinculadas à T.I. Baía dos Guató. Caso isso ocorra, haverá uma assimetria demográfica e política entre a Aldeia Coqueiro e as duas aldeias originárias dali (Aldeia Aterradinho e Aldeia São Benedito). Com isso, os desentendimentos tenderão a aumentar e outros conflitos serão levados às autoridades do Estado nacional[26*].

---

24 BRASIL. *Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 06 abr. 2023.

25 Como as terras tradicionalmente ocupadas são as habitadas em caráter permanente, as utilizadas para as atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar dos indígenas e "as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições", assim determinado no § 1º do Art. 231 da Lei Maior, compreende-se que seu usufruto é coletivo e permanente (Brasil, 1988). Não podem ser destinadas, por exemplo, a arrendamentos ilícitos para qualquer finalidade ou à posse individual desse ou daquele lugar, como se isso fosse o primeiro passo à formação da propriedade privada da terra.

26 * No contexto do dinâmico processo de territorialização existente na T.I. Baía dos Guató, nota-se a existência de mudanças ou rearranjos no sistema político originário por conta de sua conexão com instituições do Estado e da sociedade nacional envolvente. Isso não denota, em hipótese alguma, "aculturação" ou "perdas culturais". Ocorre que a comunidade tem sido pressionada a atender as expectativas de diversas instituições externas, que inquerem e cobram a apresentação de uma liderança com autoridade para falar em nome de todas as famílias residentes na área. Diante da situação, entende-se o porquê de algumas pessoas desejarem se apresentar como as vozes autorizadas a falar pela população local, embora não tenham necessariamente a representatividade que as mesmas instituições esperam ou imaginam que elas possuam. O sistema político dos Guató não pressupõe a centralização permanente da direção política e nele as famílias gozam de autonomia na condução da vida social cotidiana. Por isso, a comunidade costuma se apresentar mobilizada à exterioridade a partir de motivações específicas, circunstanciais e negociadas. Logo, a tentativa de nomear uma liderança geral e permanente causa problemas internos à própria comunidade, sobremaneira quando imposta de fora para dentro e com o propósito de acessar a direitos e recursos junto aos poderes constituídos na República.

Soma-se aos conflitos ali instalados, o desejo da Coorigua, manifesto no mesmo documento assinado por Jane Regina de Oliveira, de transformar o "Retiro Guató" em ponto de apoio [sede?] à entidade, "como também a visitantes na TI, que irá, irão a trabalho". Supõe-se àquela data que dentre os "visitantes" estariam pessoas ligadas ao Instituto Ambiental Augusto Leverger, como é o caso de Silvana Dias de Campos.

Feito os esclarecimentos dos fatos, no item seguinte é apresentada a conclusão sobre a questão central apresentada pelo MPF-MT.

Conclusão

Ao fim e ao cabo, conclui-se que as disputas pela legitimidade da voz autorizada a falar pela comunidade da T.I. Baía dos Guató estão associadas à representatividade interna e externa, à reivindicação de direitos junto a órgãos do Estado e à aliança com instituições privadas. Isso decorre de muitos motivos, inclusive pela ausência da presença eficaz e moralizadora do Estado nacional na área: Funai, MPF, Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), órgãos públicos ligados à educação etc. No cenário conflituoso e marcado pela urgência na superação de adversidades, como a necessidade da uma escola indígena devidamente estruturada, percebe-se certa vulnerabilidade da comunidade frente às sutilezas e idiossincrasias das sociedade nacional envolvente.

Nesse contexto, a presença de Jane Regina de Oliveira, Silvana Dias de Campos e outras pessoas de alhures que ali adentram por intermédio da Coorigua e aliados de fora, interferem na dinâmica política local e na própria organização social da comunidade. Também estimulam fissões internas devido ao fato de não reconhecem à altura outras lideranças políticas tradicionais, principalmente pessoas da Aldeia Aterradinho e da Aldeia São Benedito. Portanto, quando lideranças originárias dali questionam a identidade étnica de Jane, suas falam denotam tão somente que ela não é membro daquela comunidade, haja vista que não nasceu no

lugar e sequer protagonizou ações pelo reconhecimento oficial da T.I. Baía dos Guató em meados da década de 2000. Sua chegada à Aldeia Coqueiro é recente e recua, como ela mesmo tem dito, ao segundo semestre do ano de 2020.

A respeito da vice-presidente da Coorigua, em particular, apresenta-se algumas considerações nos parágrafos seguintes.

Primeira, que Jane Regina de Oliveira é uma mulher Guató nascida e criada em Cuiabá, cujos pais são apontados como originários do distrito de São Pedro de Joselândia, município mato-grossense de Barão de Melgaço, mesmo local de nascimento de Guilherme Pedroso da Silva.

Segunda, que ela se apresenta como prima por consanguinidade de Guilherme Pedroso da Silva e José Maria de Paula, mencionados em documentos da Coorigua como lideranças da Aldeia Coqueiro, a mais nova unidade de ocupação da T.I. Baía dos Guató. De fato, Guilherme Pedroso da Silva é uma liderança de sua família extensa e da Aldeia Coqueiro, mas não é reconhecido como uma espécie de "cacique geral" de toda a comunidade, também formada por unidades de ocupação mais antigas. Como dito antes, o parentesco é uma construção social e, nesse caso, a consanguinidade é acionada para o empoderamento e a justificativa de certas ações. De todo modo, sendo os pais de São Pedro de Joselândia e ela de Cuiabá, Jane não é percebida como uma pessoa Guató originária da T.I. Baía dos Guató, o que não diminui sua indianidade.

Terceira, que o primeiro contato da agora vice-presidente da Coorigua com a comunidade da T.I. Baía dos Guató, precisamente com a população da Aldeia Coqueiro e com o propósito de saber das dificuldades enfrentadas pelas famílias ali estabelecidas e prestar ajuda a elas, ocorreu em setembro de 2020 por conta dos incêndios que queimaram grande parte da área tradicionalmente ocupada[27]. Significa dizer que inicialmente o caminho de volta

[27] O assunto foi amplamente noticiado pela mídia e nas redes sociais (ver Maisonnave & Almeida, 2020; Muniz, Fonseca & Ribeiro, 2020; Camilo, 2020; e outros).

de Jane a suas origens foi motivado pela solidariedade para com seus parentes consanguíneos.

Quarta, que a referida pessoa possui relações de aliança política com o Instituto Ambiental Augusto Leverger e sua presidente, Silvana Dias de Campos, que tem contribuído administrativamente com criação e estruturação da Coordenação Indígena Guató do Estado de Mato Grosso, como elas mesmas reconhecem.

Quinta, que a identidade étnica de Jane Regina de Oliveira, vinculada ao povo Guató, tem sido questionada por pessoas da comunidade da T.I. Baía dos Guató, as quais não a reconhecem como uma indígena nascida e criada naquele lugar. Percebem-na como alguém de fora que se intromete na dinâmica interna da coletividade. Ao fazerem isso, repelem a autoridade que advoga para si para falar como vice-presidente da Coorigua e, ainda, como liderança de todos os Guató de Mato Grosso.

Em síntese, Jane Regina de Oliveira não possui profunda vinculação histórica com as famílias originárias da T.I. Baía dos Guató e, portanto, não dispõe de legitimidade/representatividade para falar pela totalidade da comunidade originária daquela área tradicionalmente ocupada.

Por último, mas não menos importante, compreende-se que a presença na T.I. Baía dos Guató da então vice-presidente da Coorigua e da atual presidente do Instituto Ambiental Augusto Leverger tendem a acirrar conflitos internos, cujo assunto em sido levado a autoridades e órgãos do Estado nacional. Neste sentido, cabe ao MPF-MT e à Funai-MT, dentre outros órgãos, tomarem as devidas providências na busca da construção de entendimentos para solucionar o litígio, sob pena de mais à frente o acirramento dos ânimos possa levar algumas pessoas às vias de fato.

Repercussões do laudo*

Tão logo o laudo antropológico foi publicado na revista *Espaço Ameríndio*, no dia 28/12/2023, tomei a iniciativa de divulgá-lo nas redes sociais e, ainda, de incluir a publicação em meu *Curriculum*

Vitae, disponível na Plataforma Lattes do CNPq. Também disponibilizei o estudo na minha conta no sítio eletrônico Academia.edu. Na noite do mesmo dia, a partir das 21h18min., horário de Brasília, passei a receber algumas mensagens deselegantes pelo WhatsApp a respeito da publicação. As mensagens foram enviadas por duas pessoas que não residem na comunidade da T.I. Baía dos Guató, cujos números de telefone são vinculados a um código de Discagem Direta à Distância (DDD) de Mato Grosso. Uma delas assim afirmara em tom de ironia e ameaça: "Mas falaremos disso na justiça". Não respondi a nenhuma dessas mensagens e as arquivei no celular. Percebi que essas pessoas trocavam mensagens em um grupo de WhatsApp e de lá uma delas reencaminha algumas a mim.

Na manhã do dia seguinte, 29/12/2023, às 09h51min., recebi uma ligação de áudio de um número com o mesmo código de DDD, via WhatsApp, de uma terceira pessoa. Durante a conversa, ela disse que recebeu a publicação do laudo e explicou que a informação da jornalista Helena Corezomaé, citada anteriormente, não corresponderia à realidade dos fatos, conforme transcrito na sequência: "Eu não comandava e não comandei ninguém pra ir na área dos Guatós. Eu, como algumas outras pessoas, fomos convidados pelo cacique de lá e por um instituto é..., que me foge o nome agora, [...], para fazer uma visita àquela região". Após isso, a pessoa informa que trabalha no Pantanal há quarenta anos e assim o faz ao chamar para si certa autoridade científica: "[...] bem mais do que você [*referindo-se a mim*], com essas conversa mole tua, que me desculpe, aparece". Na sequência, apresenta seu entendimento sobre a parte do laudo em que seu nome é citado por outrem: "Bem, eu tenho a seguinte situação: ou você faz uma correção [*referindo-se à citação da matéria da jornalista Helena Corezomaé*], nos próximos quinze dias, e eu quero saber se for feito ou não. Eu vou entrar em contato com a editora [*referindo-se à revista Espaço Ameríndio*] também... porque não é real, não é verdade, a informação não está correta...".

Embora tenha buscado explicar que a referida citação era parte do texto produzido por uma jornalista, a pessoa seguiu com sua posição:

> Então, pra esses dias agora, é fim de ano, pereré, pororó, mas nos primeiros quinze dias de janeiro eu quero saber se foi feita uma correção. Se não acontecer, você vai me obrigar a tomar providências judiciais e eu o farei porque eu não tenho nada com aquilo que tá lá, não invadi área nenhuma, ando no Pantanal há muito tempo, conheço certamente muito mais áreas indígenas do que você. Não é? Já tive, tivemos aí, brigas pesadas em defesa dos índios por conta de questão de mineração, assessorando... o... o professor [...], o professor [...] e outras pessoas mais. Então, pega leve, pega leve, tá certo? A informação que você se pautou... **Tá, porque você não tem culpa, né, mas ela** [*Helena Corezomaé*] **está equivocada.** Tá certo? Eu não fui comandando a ninguém naquela petiba lá, nada. Saímos de lá... sem maior problema, nenhum deles nos ofendeu, seja um, nenhum dos lados lá, dos dois lados que estavam lá discutindo, que nós deixamos eles definir o que eles queriam. Saímos daquele lugar, fomos para um outro cantão para que eles pudessem conversar sobre as ciências [*deficiências?*] deles, que era um problema deles, não problema nosso. Aliás, eles mesmos falaram isso com a gente. Por isso, nós [*acordamos?*] sair daqui pra vocês se entenderem. Tá certo? Bom, outras brigas que você possa ter com eles, ou seja lá com quem for, não é problema meu. **Meu problema é: estou citado**

> **indevidamente num artigo. Então, aguardo que você faça a correção. Tá certo? É isso que eu tô te ligando.** [...] E eu não estou brincando com isso, não. Tá certo? Eu não cito ninguém indevidamente e eu estou citado lá equivocadamente. Tá ok? É isso que tá me fazendo ligar para você. [...] [destaques meus].

Em face do ocorrido, no mesmo dia 29/12/2023 comuniquei os fatos ao MPF-MT e solicitei, de maneira respeitosa, a tomada das providências que julgar cabíveis. Também bloqueei os números de telefone das três pessoas, sobremaneira para não mais ser importunado na minha privacidade com mensagens e ligações indesejadas.

Posteriormente, em 28/01/2024, fiz uma postagem nas redes sociais e disse que há um mês havia sido "ameaçado de ser processado por conta da publicação de um laudo antropológico de minha autoria". O assunto passou a ter repercussão por conta da publicação da *Nota pública sobre a legitimidade para falar em nome do povo Guató ou de algumas de nossas comunidades no Pantanal,* assinada em 02/02/2024 pelo Conselho de Lideranças do Povo Guató no Guadakan/Pantanal. A divulgação da nota foi feita nas redes sociais, inclusive pela APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) e por outras entidades do movimento indígena nacional, como a FEPOIMT (Federação dos Povos e Organizações Indígenas de Mato Grosso). Assim está escrito no começo do documento:

> Nós, membros do Conselho de Lideranças do Povo Guató no Guadakan/Pantanal, instância recém-criada que congrega caciques, vice-caciques e outras lideranças existentes no Pantanal, região batizada na língua mãe de Guadakan, vimos a público explicar que somente as pessoas indicadas e apoiadas por nossas comunidades podem falar em nome de todo o povo

> Guató. Além disso, para alguém representar uma comunidade ou aldeia existente na região, especialmente perante o Ministério Público Federal (MPF) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), dentre outros órgãos do Estado Brasileiro, a pessoa terá que ser cacique ou liderança indicada para essa finalidade. Em nossas comunidades, as decisões costumam ser tomadas em assembleias ou reuniões abertas que contam com a presença de membros das famílias residentes na área. A partir dessas instâncias de discussão e deliberação, os caciques e outras lideranças executam as decisões tomadas e podem encaminhar assuntos dos mais diversos (desenvolvimento sustentável, educação escolar, reivindicações territoriais, saúde, transporte etc.) a autoridades, coletivos e instituições da sociedade civil e do Estado Brasileiro. O esclarecimento apresentado também é válido para a representatividade do povo ou de comunidades Guató em quaisquer instâncias de discussão e deliberação do movimento indígena regional e nacional (Conselho de Lideranças do Povo Guató no Guadakan/Pantanal, 2024: 1).

Mais adiante, consta o seguinte na mesma nota:

> [...] tomamos conhecimento que em dezembro de 2023 foi divulgado um laudo antropológico sobre assunto aqui tratado, cujo estudo foi produzido pelo Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira para o Ministério Público Federal em Mato Grosso. O trabalho está publicado na revista *Espaço Ameríndio*, da Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, e é intitulado "Legitimidade e representatividade para falar pela comunidade da Terra Indígena Baía dos Guató, Pantanal de Mato Grosso". A respeito do referido pesquisador, esclarecemos que nós o conhecemos e valorizamos seus importantes estudos antropológicos, arqueológicos e históricos sobre a história e a cultura de nosso povo. Também soubemos que no dia 28 de dezembro de 2023, ele foi ameaçado de ser processado judicialmente por conta da elaboração e publicação do laudo. Até onde sabemos, as ameaças partiram de pessoas que não representam o povo Guató ou residem em nossas comunidades.

[...] Tanto a vice-presidente da COORIGUA quanto a presidente do IAAL têm interferido na comunidade da Terra Indígena Baía dos Guató, principalmente na Aldeia Aterradinho, e faltado com o respeito para com o Cacique Carlos Henrique Alves de Arruda e lideranças femininas locais. Este assunto, aliás, foi comunicado ao Ministério Público Federal em Cuiabá e esperamos que as devidas providências legais sejam tomadas em tempo.

De nossa parte, concordamos com a conclusão do laudo elaborado pelo respeitado pesquisador [...].

Por conta dessa situação, manifestamos apoio e solidariedade ao Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira. Também registramos que não aceitamos que pessoas de fora e contrárias aos interesses do povo Guató desrespeitem ou queiram atrapalhar o trabalho de nossos caciques em suas comunidades (Conselho de

> Lideranças do Povo Guató no Guadakan/ Pantanal, 2024: 2).

Na sequência, no dia 05/02/2024, o Conselho do Povo Terena divulgou uma moção de apoio e solidariedade ao povo Guató e à minha pessoa:

> Diante dos fatos divulgados na nota pública do Conselho de Lideranças do Povo Guató no Guadakan/Pantanal, assinada no dia 02 de fevereiro de 2024, publicada pela imprensa e nas redes sociais, como verificado no site de notícias Buriti News (...), o Conselho do Povo Terena vem a público manifestar apoio e solidariedade a todo o povo Guató e ao antropólogo, arqueólogo e historiador Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira.
>
> O Conselho do Povo Terena concorda com a posição do Conselho de Lideranças do Povo Guató no sentido de que somente as legítimas lideranças de um povo originário podem falar em seu nome ou em nome de alguma de suas comunidades ou aldeias, "especialmente perante o Ministério Público Federal (MPF) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), dentre outros órgãos do Estado Brasileiro", segundo está escrito na nota.
>
> Portanto, quaisquer pessoas de fora das comunidades não podem se passar como caciques ou legítimas lideranças para representá-las junto órgãos públicos e privados. Essas pessoas não podem sequer adentrar às terras indígenas sem autorização formal das autoridades, muito menos faltar com o respeito para com os caciques e as lideranças femininas locais,

> como fizeram com o Cacique Carlos Henrique Alves de Arruda, da Aldeia Aterradinho, na Terra Indígena Baía dos Guató.
> Na oportunidade, o Conselho do Povo Terena também manifesta apoio e solidariedade ao Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira, conhecido e respeitado pesquisador, autor do laudo antropológico intitulado "Legitimidade e representatividade para falar pela comunidade da Terra Indígena Baía dos Guató, Pantanal de Mato Grosso", publicado recentemente na revista *Espaço Ameríndio*, cuja conclusão é aprovada pela Conselho de Lideranças do Povo Guató.
> Por conta de seu trabalho, o professor tem sido vítima de pressão política e ameaças de processo judicial, como se fosse algum criminoso ou tivesse algo a temer ou esconder da Justiça.
> Por último, o Conselho do Povo Terena repudia a todas as pessoas e instituições que defendem interesses contrários aos do povo Guató e de todos os povos originários, as quais costumam pressionar e ameaçar lideranças e pesquisadores que fazem de seu trabalho uma forma de promover a defesa dos direitos dos indígenas no Brasil (Conselho do Povo Terena, 2024).

Posteriormente, outras manifestações de apoio e solidariedade ao povo Guató e à minha pessoa vieram de vários lugares, como da Aty Guasu, a Grande Assembleia dos Povos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul (Aty Guasu, 2024), e do Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT) do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (NIT,

2024). No âmbito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), o Departamento de Antropologia e Arqueologia (DAA) e o Conselho Departamental (CD) do Instituto de Ciências Humanas (ICH) manifestaram igual solidariedade durante reuniões realizadas no mês de fevereiro de 2024, cujo assunto está registrado em atas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Na moção de apoio e solidariedade da Aty Guasu, assim está escrito:

> A Aty Guasu, Grande Assembleia Geral dos Povos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul, ciente da nota publicada pelo Conselho de Lideranças do Povo Guató no Guadakan/Pantanal, assinada no dia 02/02/2024, vem a público manifestar apoio e solidariedade aos parentes Guató e ao Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira.
>
> Nós, lideranças Guarani e Kaiowá, concordamos com a posição das lideranças Guató quanto ao fato de que somente as pessoas indicadas e apoiadas por suas comunidades podem falar em nome de todo o seu povo junto a instituições do Estado Brasileiro. Portanto, pessoas e organizações de fora não possuem legitimidade para isso.
>
> Nosso apoio e a solidariedade são especialmente dirigidos ao cacique Carlos Henrique Alves de Arruda, liderança da Aldeia Aterradinho, Terra Indígena Baía dos Guató, haja vista que ele tem sido desrespeitado por pessoas que não nasceram e não residem naquela comunidade.
>
> O mesmo apoio e a solidariedade são extensivos ao Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira que, por conta da divulgação de um laudo antropológico sobre o assunto, tem sido pressionado e ameaçado de ser processado por pessoas

> não indígenas, como se fosse algum criminoso. Ameaças desse tipo podem não ficar apenas em palavras e mensagens desaforadas, e por isso alertamos as autoridades sobre a situação. Mato Grosso do Sul, 15 de fevereiro de 2024. Aty Guasu – Grande Assembleia dos Povos Guarani e Kaiowá (Aty Guasu, 2024).

A respeito do assunto, importa dizer que os acontecimentos registrados nos dias 28 e 29 de dezembro de 2023 decorrem de múltiplos fatores, inclusive da leitura acalorada de um laudo antropológico, cujo conteúdo pode contrariar o ponto de vista de certas pessoas envolvidas nas disputas analisadas no parecer encaminhado ao MPF-MT. Os fatos, porém, atestam muito da pressão política e do ambiente hostil a que por vezes estão sujeitos os etnólogos que produzem laudos para o Judiciário ou para o Ministério Público. As manifestações de apoio e solidariedade, por sua vez, assinalam, dentre outras coisas, o entendimento que entidades indígenas possuem sobre o assunto e o conhecimento que têm a respeito de meus trabalhos. Ocorre que desde o ano de 2003, especialmente, produzo laudos antropológicos de natureza variada no Centro-Oeste: judiciais, administrativos, socioambientais etc. Em todas as ocasiões, laudos a envolver direitos de povos originários têm sido os mais complexos e sensíveis. Praticamente nenhum dos laudos de que tenha participado contou, pois, com a aprovação de todas as partes envolvidas nas disputas, quaisquer que sejam elas.

Por fim, importa dizer que ameaças de processo judicial não configuram condenações em Juízo, tampouco podem cercear o princípio do contraditório e da ampla defesa, assegurado pelo Art. 5º da Lei Maior no decorrer de qualquer processo judicial ou administrativo. Além disso, o debate científico salutar é aquele feito por meio de publicações científicas e, portanto, nada impede que meus trabalhos sejam analisados, criticados e até mesmo refutados por outros estudos devidamente publicados.

Agradecimentos

Embora este trabalho seja de minha inteira responsabilidade, agradeço a Gustavo Peretti Wagner, Levi Marques Pereira, Marco Antônio Delfino de Almeida e Victoria Georgia Cheuiche de Oliveira pela leitura atenta do laudo e o envio de importantes comentários, os quais contribuíram para a melhoria do texto publicado na revista *Espaço Ameríndio.*

Fontes e Referências Bibliográficas

ABA – Associação Brasileira de Antropologia. 2012. *Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga*. Criado na Gestão 1986/1988 e alterado na Gestão 2011/2012. Brasília: ABA. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/. Acesso em: 02 abr. 2023.

ABA – Associação Brasileira de Antropologia. 2020. *Resolução ABA para Laudos Antropológicos*. Brasília: ABA. Disponível em: https://portal.abant.org.br/resolucao-aba-laudos/. Acesso em: 10 fev. 2024.

AIG – Associação Indígena Guató. 2018. *Estatuto Social da Associação Indígena Guató – AIG*. Barão de Melgaço: AIG. (não publicado)

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. 2024. *Lideranças do Guadakan/Pantanal lançam nota sobre a legitimidade de fala em nome do Povo Guató*. Brasília: APIB, 04 fev. 2024. Disponível em:
https://apiboficial.org/2024/02/05/liderancas-do-guadakanpantanal-lancam-nota-sobre-a-legitimidade-de-fala-em-nome-do-povo-guato/#:~:text=A%20nota%20ressalta%20que%20somente,outros%20órgãos%20do%20Estado%20Brasileiro.
Acesso em: 04 mar. 2024.

Arruda, A. A. de 2023. *Itinerário terapêutico do povo Guató*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

Aty Guasu. 2024. Moção de Apoio e Solidariedade da Aty Guasu ao Povo Guató e ao Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira. *Buriti News*, Dois Irmãos do Buriti, 22 fev. 2024. Disponível em: https://buritinews.com.br/noticia/17821/-mocao-de-apoio-e--solidaridade-da-aty-guasu-ao-povo-guato-e-ao-prof-dr-jorge--eremites-de-oliveira. Acesso em: 05 mar. 2024.

Balykova, K., & Godoy, G. 2020. A perda e a retomada do Guató. *Cadernos de Linguística*, Rio de Janeiro, 1 (3): 1-15.

Barros, E. P. de. 2006. *Laudo pericial histórico-antropológico*. Processo n. 2000.36.00.005382-1 – Justiça Federal, Cuiabá. (não publicado)

Brasil. 1973. *Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 06 abr. 2023.

Brasil. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 abr. 2023.

Brasil. 2022. *Resolução n. 454, de 22 de Abril de 2022*. Brasília: CNJ – Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/original174053202205036271692534e99.pdf. Acesso em: 15 abr. 2023.

Bragatto, F. F., & Azambuja, M. A. de. 2020. O STF reconheceu a legitimidade da APIB para propor uma ADPF: por que isso é tão importante? *Empório do Direito*, São Paulo, 27 jul. 2020. Disponível em: https://emporiododireito.com.br/

leitura/o-stf-reconheceu-a-legitimidde-da-apib-para-propor--uma-adpf-por-que-isso-e-tao-importante.
Acesso em: 08 abr. 2023.

Camilo, M. 2020. Povo Guató tenta retomar a rotina no pós-queimadas, mas o trauma e os estragos ainda são muito recentes. *Amazônia Real*, Manaus, 30 dez. 2020 às 00h27min. Disponível em: https://amazoniareal.com.br/povo-guato-tenta-retomar-a-rotina-no-pos-queimadas-mas-o-trauma-e-os-estragos-ainda-sao--muito-recentes/. Acesso em: 1º abr. 2023.

Cardoso, P. A. 1985. *Relatório de viagem aos Guatós*. Brasília: Funai. (não publicado)

Conselho de Lideranças do Povo Guató no Guadakan/Pantanal. 2024. *Nota pública sobre a legitimidade para falar em nome do povo Guató ou de algumas de nossas comunidades no Pantanal*. Pantanal, 02 fev. 2024. Disponível em: https://apiboficial.org/files/2024/02/NOTA_PÚBLICA_DO_CONSELHO_DE_LIDERANÇAS_DO_POVO_GUATÓ_02_Fev_2024.pdf. Acesso em: 10 fev. 2024.

Conselho do Povo Terena. 2024. Moção de Apoio e Solidariedade do Conselho do Povo Terena ao Povo Guató e ao Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira. *Buriti News*, Dois Irmãos do Buriti, 05 fev. 2024. Disponível em: https://buritinews.com.br/noticia/17674/mocao-de-apoio-e-solidariedade-do-conselho-do--povo-terena-ao-povo-guato-e-ao-prof-dr-jorge-eremites-de-oliveira. Acesso em: 10 fev. 2024.

Coorigua – Coordenação Indígena Guató do Estado de Mato Grosso. 2022. *Estatuto Social da Coordenação Indígena Guató do Estado de Mato Grosso – Coorigua*. Santo Antônio de Leverger: Coorigua. (não publicado)

Corezomaé, H. 2023. Pesquisadores entram em território indígena sem autorização e são impedidos de sair. Vídeo mostra discussão entre lideranças e pesquisadores nessa sexta-feira (17). *Primeira Página*, Cuiabá, 18 mar. 2023 às 15h25min., atualizado em 18 mar. 2023 às 19h58min. Disponível em: https://primeirapagina.com.br/seguranca/pesquisadores-entram-em-territorio-indigena-sem-autorizacao-e-sao-impedidos-de-sair/?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=mt-whatsapp-grupo_mt&fbclid=IwAR2P13ZJxL3DRQtcvtoYhuD8FwxYuWF9DSTDydc-17vkJJQGRCnSgoZ_kz7M.
Acesso em: 1º abr. 2023.

De Paula, J. L., & Costa, A. M. R. F. M. 2020. *Relatório Guató*. Processo 2.094/2000. Cuiabá: Funai. (não publicado)

Eremites de Oliveira, J. 1995. *Os argonautas Guató: aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do Pantanal Matogrossense.* Dissertação (Mestrado em História/Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Eremites de Oliveira, J. 1996. *Guató – Argonautas do Pantanal*. Porto Alegre: Edipucrs.

Eremites de Oliveira, J. 1998. Diagnóstico sócio-ambiental da Reserva Indígena Guató – Ilha Ínsua: contribuições de um arqueólogo. *Fronteiras: Revista de História, Campo Grande, 4: 123-142.*

Eremites de Oliveira, J. 2000. Acuri, a palmeira dos índios Guató: uma perspectiva arqueológica. *Clio (Série Arqueológica)*, Recife, 14: 281-298.

Eremites de Oliveira, J. 2002. *Da pré-história à história indígena: (re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal*. Tese

(Doutorado em História/Arqueologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Eremites de Oliveira, J. 2003. Da pré-história à história indígena: (Re) pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal. *Revista de Arqueologia, São Paulo, 16 (1): 71-86.*

Eremites de Oliveira, J. 2012. A humanização das paisagens pantaneiras pelos povos indígenas: um estudo sobre o uso e manejo da palmeira acuri pelos Guató. In: Moretti, E. C., & Banducci Junior, Á. (Org.). *Pantanal: territorialidades, culturas e diversidade*. Campo Grande: Editora UFMS, p.89-116.

Eremites de Oliveira, J. 2015. O tabu de incesto. *Dourados News*, Dourados, 24 jan. 2015. Disponível em: https://www.dourados-news.com.br/noticias/o-tabu-de-incesto-por-jorge-eremites-de-oliveira/676963/. Acesso em: 06 abr. 2023.

Eremites de Oliveira, J. 2018. *Laudo pericial de natureza antropológica e histórica sobre a área denominada Terra Indígena Baía dos Guató, localizada no município de Barão de Melgaço, estado de Mato Grosso.* Processo n. 0017708-79.2011.4.01.3600. Cuiabá: Justiça Federal. (não publicado)

Eremites de Oliveira, J. 2020. *Por uma etno-história Guató: da Retomada de Corumbá (1867) à luta pelo reconhecimento étnico e direitos territoriais no Pantanal (da década de 1970 ao tempo presente)*. Publicado no YouTube pelo canal Jorge Eremites de Oliveira. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=a7zrBpc-cL-I. Acesso em: 31 mar. 2023.

Eremites de Oliveira, J. 2021. Em memória do líder Guató Celso Alves Ribeiro. *Revista IHU On-Line, São Leopoldo, s/n: 1-9, 26 fev. 2021.*

Eremites de Oliveira, J. 2022. Etnoarqueologia no laudo pericial sobre a Terra Indígena Baía dos Guató, Pantanal de Mato Grosso. In: Eremites de Oliveira, J., Campos, J. B., & Funari, P. P. A. (Org.). *Arqueologia: Temáticas e perspectivas teórico-metodológicos de pesquisa 2*. Ponta Grossa: Atena, p.40-60.

Eremites de Oliveira, J., & Ferreira, Z. S. 2022. Guató, o povo pantaneiro. *Quatro Cinco Um: a revista dos livros*, São Paulo, 31, 1º ago. 2022.

Eremites de Oliveira, J. 2023a. Duas décadas depois da publicação do artigo "Da pré-história à história indígena". *Revista de Arqueologia*, São Paulo, 36 (1): 35-48.

Eremites de Oliveira, J. 2023b. Da invisibilidade à visibilidade da história do povo Guató no Pantanal. *Tellus*, Campo Grande, 23 (51): 161-225.

Eremites de Oliveira, J. 2023c. Representatividade e legitimidade para falar pela comunidade da Terra Indígena Baía dos Guató, Pantanal de Mato Grosso. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, 17 (3): 258-292.

Eremites de Oliveira, J., & Milheira, R. G. 2021. Etnoarqueologia de dois aterros Guató no Pantanal: dinâmica construtiva e história de lugares persistentes. *Mana*, Rio de Janeiro, 26: 1-39.

Eremites de Oliveira, J., Milheira, R. G., Cunha, G., Cunha, G., & Dilli, L. M. 2020. *O Pantanal e os aterros indígenas*. Pelotas: LEPAARQ/UFPel. Publicado no YouTube pelo canal Jorge Eremites de Oliveira. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=K2Y8TzUdlBI. Acesso em 1º abr. 2023.

Eremites de Oliveira, J., & Pereira, L. M. 2007. "Duas no pé e uma na bunda": da participação Terena na guerra entre o Paraguai e a

Tríplice Aliança à luta pela ampliação de limites da Terra Indígena Buriti. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Dourados, 2: 1-20.

Eremites de Oliveira, J., & Pereira, L. M. 2012. *Terra Indígena Buriti: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra terena na Serra de Maracaju, Mato Grosso do Sul*. Dourados: Editora UFGD.

Faissol, R. (Dir.). 2020. *Guató: uma remada no tempo*. Rio de Janeiro: Faissol Filmes.

Freitas, J. C. P. de. 2010. *Seres da margem*. São Paulo: Baraúna.

Leite, E. F., & Eremites de Oliveira, J. 2014. "Faço parte da história desse jeito!": componentes da memória e da identidade de uma indígena Guató. *Tellus, Campo Grande, 23: 127-146.*

Maisonnave, F., & Almeida, L. de. 2020. Abandonados pelo poder público, primeiros habitantes do Pantanal perdem 83% do território para o fogo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 set. 2020 às 23h15min. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/09/abandonados-pelo-poder-publico-primeiros-habitantes-do-pantanal-perdem-83-do-territorio-para-o-fogo.shtml. Acesso em: 1º abr. 2023.

Martins, A. M. S. 2011. *Uma avaliação da hipótese de relações genéticas entre o Guató e o tronco Macro-Jê*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília.

Martins, A. M. S. 2013. O morfema ɛ do Guató: de uma possível marca de ergatividade à marca de concordância. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, Brasília, 5 (2): 435-451.

Mauss, M. 2003. *Sociologia e Antropologia*. Prefácio de Georges Gurvitch. Introdução de C. Lévi-Strauss. Tradução de P. Neves. São Paulo: Cosac Naify.

Muniz, B., Fonseca, B., & Ribeiro, R. 2020. Incêndios já tomam quase metade das terras indígenas no Pantanal. *El País*, Brasil, 18 set. 2020 às 21h04min. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-19/incendios-ja-tomam-quase-metade-das-terras-indigenas-no-pantanal.html. Acesso em: 1º abr. 2023.

Novato, G. 2017. *Vila Pequena: causos, contos e lorotas*. Campo Grande: FCMS/Life Editora.

NTI – Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *NIT apoia nota publicada pelo Conselho de Lideranças do Povo Guató no Guadakan/Pantanal*. Porto Alegre: NIT/PPGAS/UFRGS. Disponível em: https://www.ufrgs.br/ppgas/br/nit-apoia-nota-publicada-pelo-conselho-de-liderancas-indigenas-do-povo-guato-no-guadakan-pantanal. Acesso em: 04 mar. 2024.

Ofício da Coorigua – Coordenação Indígena Guató do Estado de Mato Grosso ao Coordenador Executivo Regional da Funai em Cuiabá-MT. Barão de Melgaço, 15 mar. 2023. (não publicado)

OIT – Organização Internacional do Trabalho. 1989. *Convenção n. 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais*. Genebra: OIT, 27 jun. 1989. Disponível em: https://portal.antt.gov.br/convencao-n-169-da-oit-povos-indigenas-e-tribais. Acesso em: 05 abr. 2023.

Oliveira, J. R. de. 2023. *Os Guató de Barão de Melgaço e o Programa de Transferência de Renda para Indígenas*. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

Palácio, A. P. 1984. *Guató – a língua dos índios canoeiros do rio Paraguai*. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Pizzini, J. (Dir.). 2004. *500 Almas*. Brasil: Riofilme. Publicado no YouTube pelo canal Atacado Produções. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lhc1QqjIdqg. Acesso em: 06 abr. 2021.

Ribeiro, M. da S. 2005. *Uma ilha na história de um povo canoeiro: o processo de desterritorialização e reterritorialização dos Guató na região do Pantanal (século XX). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.*

Rodrigues, A. D. 1970. Línguas Ameríndias. In: *Grande Enciclopédia Delta Larousse*. Rio de Janeiro: Delta, p.4034-4036.

Rodrigues, A. D. 1986. *Línguas Brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.

SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira. 2015. *Código de Ética*. Aprovado em 1º Out. 2015. Rio de Janeiro: SAB. Disponível em: https://www.sabnet.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=623. Acesso em: 02 abr. 2023.

Schmidt, M. 1942a. *Estudos de Etnologia Brasileira: peripécias de uma viagem entre 1900 e 1901*. Tradução de Catarina B. Cannabrava. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Schmidt, M. 1952b. Resultados de mi tercera expedición a los Guatos efectuada en el año de 1928. *Revista de la Sociedad Científica del Paraguay*, Asunción, 5 (6): 41-75.

Schmidt, M. 1942c. Resultados de minha expedição bienal a Mato-Grosso. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, 14-17: 141-285.

Schmidt, M. 1951. Anotaciones sobre las plantas de cultivo y los metodos de agricultura de los indígenas sudamericanos. *Revista do Museu Paulista (Nova Série)*, São Paulo, 5: 239-252.

Silva, G. J. da (Coord.). 2000. *Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Baía dos Guató – MT*. Processo n. 2.094/2000. Brasília: Funai. (não publicado)

Silva, L. P. da. 2023. *Memórias de Lourenço: aterros, territorialidade e patrimônios culturais no Pantanal*. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Takiná – Organização das Mulheres Indígenas. 2018. *ESTATUTO SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS – TAKINÁ*. CUIABÁ: TAKINÁ. (NÃO PUBLICADO)

Weber, M. 1944. *Economía y Sociedad. Traducción de J. Medina Echavarría, J. Roura Parella, E. García Máynez, E. Ímaz y J. Ferrater Mora. México: Fondo de Cultura Económica, v.1.*

7.

Revalorização cultural do património gastronómico do campo de moche *para promover o desenvolvimento local sustentável*

Revalorización cultural del patrimonio gastronómico de la campiña de moche *para promover el desarrollo local sostenible*

Cultural revaluation of the gastronomic heritage of campiña de moche *to promote sustainable local development*

BY EDUARDO CAMPECHANO-ESCALONA
AND ISABEL CRISTINA DÍAZ DE CAMPECHANO

Revalorização cultural do património gastronómico do campo de moche para promover *o desenvolvimento local sustentável*

Revalorización cultural del patrimonio gastronómico de la campiña de moche *para promover el desarrollo local sostenible*

Cultural revaluation of the gastronomic heritage of campiña de moche *to promote sustainable local development*

EDUARDO CAMPECHANO-ESCALONA[1]

ISABEL CRISTINA DÍAZ DE CAMPECHANO2

[1] Doctor en Ciencias de la Educación. Jefe de Publicaciones Periódicas del Centro de Difusión Científica y Cultural Universidad César Vallejo-Perú. Coordinador del grupo de investigación Cultura Científica y Desarrollo Humano. Docente-Investigador del Doctorado en Educación. Escuela de Posgrado-Universidad César Vallejo (UCV) Perú. E-mail: ecampechano@ucv.edu.pe. Orcid: orcid.org/0000-0001-8824-4701

[2] Magister en Lingüística. Docente-investigadora adscrita al programa de Segunda especialidad de la Universidad César Vallejo. Línea de investigación Gestión del Conocimiento. Integrante del grupo de investigación Cultura Científica y Desarrollo Humano. E-mail: icdiazm@ucvvirtual.edu.pe. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1664-5287

Resumo

O estudo aborda as potencialidades e os pontos fortes da Campiña de Moche como destino turístico.O objetivo geral é sua revalorização cultural do património para promover o desenvolvimento local sustentável. Sob uma abordagem metodológica mista e um desenho documental de campo descritivo, os dados foram obtidos através da técnica de observação participante e de um inquérito de múltipla escolha. Entre as conclusões a que se pode chegar está o facto de apesar de existir um Plano de Desenvolvimento Local Concertado Moche 2021, a maioria dos actores sociais envolvidos na actividade turística apresentam acções completamente desarticuladas e uma elevada percentagem desconhece os detalhes do plano, tornando-o difícil articular esforços para promover ações que contribuam para o desenvolvimento local. Outro aspecto a destacar no estudo é que foi possível focar na actividade gastronómica característica de Moche como um elemento cultural que permite a sua valorização como ponto de partida para estruturar um plano de acção com os pequenos comerciantes e prestadores de serviços envolvidos. Dedicam-se a esta área para revalorizar a gastronomía moche como factor chave para o desenvolvimento local e sustentável.

Palavras-chave: Destino Turístico, Desenvolvimento Sustentável, património gastronómico. Campo Moche

Abstract

The study addresses the potentials and strengths of Campiña de Moche as a tourist destination and has as its general objective the cultural revaluation of its gastronomic heritage to promote sustainable local development. Under a mixed methodological approach and a descriptive documentary field design, data were obtained through participant observation and a multiple-choice survey. Among the conclusions reached was the fact that despite

the existence of the Moche 2021 Concerted Local Development Plan, most of the social actors involved in the tourist activity present totally disjointed actions and a high percentage do not know the details of the plan, making it difficult to articulate efforts to promote actions that contribute to local development. Another aspect to highlight in the study is that it has been possible to focus on the gastronomic activity characteristic of Moche as a cultural element that allows its valorization as a starting point to structure an action plan with small merchants and service providers dedicated to this branch to revalue Moche's gastronomy as a key factor for local and sustainable development.

Keywords: Tourist Destination, Sustainable Development, Gastronomic Heritage. Campiña de Moche

Resumen

El estudio aborda las potencialidades y fortalezas de la Campiña de Moche como destino turístico tiene como objetivo general la revalorización cultural de su patrimonio gastronómico para promover el desarrollo local sostenible. Bajo un enfoque metodológico mixto y un diseño descriptivo documental de campo se obtuvieron datos a través de la técnica de observación participante y una encuesta de opciones múltiples. Entre las conclusiones a las que se pudo llegar está el hecho, de que a pesar de existir un plan Desarrollo Local Concertado Moche 2021, la mayoría de los actores sociales involucrados en la actividad turística, presentan acciones totalmente desarticuladas y un alto porcentaje, no conocen los detalles del plan, por lo que se dificulta articular esfuerzos para promover acciones que contribuyan al desarrollo local. Otro aspecto a resaltar en el estudio, es que se ha podido focalizar la actividad gastronómica característica de Moche como un elemento cultural que permite su puesta en valor como punto de partida para estructurar un plan de acción con los pequeños comerciantes y prestadores de servicio que se dedican a este ramo

para revalorizar la gastronomía de Moche como factor clave para el desarrollo local y sostenible.

Palabras Clave: Destino Turístico, Desarrollo Sostenible, Patrimonio Gastronómico. Campiña de Moche

Introducción

Los Objetivos del Desarrollo Sostenible de la Agenda 2030, deben considerarse como el marco general para formular distintos planes de inversión de los gobiernos nacionales, regionales y locales de tal manera que puedan dar respuesta, a los distintos desafíos que implica el desarrollo humano de una región. Las políticas públicas expresadas en el Plan de Desarrollo Local Concertado Moche 2021, considera el turismo como uno de los sectores que mejor potencial presenta para generar condiciones de desarrollo social y económico mediante una serie estrategias operativas que apunte a la formalidad de iniciativas y emprendimientos orientadas a mejorar las condiciones de vida de los habitantes de la Campiña de Moche.

El propósito de este estudio es plantear una mirada cultural a la actividad turística y en especial a la gastronomía de la Campiña de Moche para formular estrategias de intervención y mecanismos de participación comunitaria orientadas al reconocimiento patrimonial de los distintos productos gastronómicos que presenta este territorio geográfico como espacio cultural.

Empoderar a la comunidad para lograr su participación activa en la organización de emprendimientos turísticos y en la construcción efectiva de políticas públicas concretas que permitan mejorar su calidad de vida de forma sostenible mediante la puesta en valor de su cultura ancestral y el reconocimiento de su patrimonio gastronómico.

El distrito de Moche, ubicado en la Provincia de Trujillo, región La Libertad, presenta características particulares en su composición física y espacial a partir de sus recursos ambientales

y productivos, ligados a una valiosa trascendencia histórico-cultural en la zona

Figura 1
Ubicación Geográfica de Trujillo al Norte del país.



El sector denominado Campiña Alta de Moche, comprende un territorio a partir de la carretera Panamericana, incorpora el Complejo Huacas del Sol y de La Luna y se extiende hasta los límites que corresponden al área agrícola tradicional de Moche en este sector. Su superficie alcanza aproximadamente 12.00 Km 2. Dentro de las características más importantes se tienen las siguientes: constituye parte del área agrícola tradicional del Valle de Moche, se ubica el Complejo Huacas del Sol y de La Luna, también existen un conjunto de pequeños asentamientos rurales dispersos de escala menor que vienen desarrollando, además de labores agrícolas y actividad pecuaria; actividades recreativas, restaurantes campestres informales en sus viviendas familiares, denominadas ramadas.

Figura 2
Ubicación geográfica de la Campiña de Moche



En la actualidad, el turismo ha experimentado una continua expansión y diversificación, convirtiéndose en uno de los sectores económicos de mayor envergadura y crecimiento del mundo, generando el 10% del PIB a nivel mundial (impactos directos, indirectos e inducidos) y el 7% de las exportaciones, por lo que se le considera la actividad económica que aporta mayores beneficios para las comunidades locales. Responsable de 1 de cada 11 empleos a nivel mundial (Organización Mundial del Turismo y Red Española del Pacto Mundial de Naciones Unidas., 2016).

Estas cifras, aunque sitúan al turismo como un motor económico importante para generar crecimiento y desarrollo económico, lo que llevan intrínsecas grandes retos y desafíos sobre todo a nivel ambiental, por lo tanto, si se gestiona de forma sostenible, puede ser un factor de preservación ambiental, promoción y valorización cultural y entendimiento entre los pueblos (Organización Mundial del Turismo y Red Española del Pacto Mundial de Naciones Unidas., 2016) Es importante que el turismo se desarrolle acorde con los principios de sostenibilidad, lo que implica, una relación intrínseca con la riqueza natural, cultural y social que posee un territorio, por lo que la gestión concertada entre los diferentes entes locales(gobiernos municipales, universidades y sociedad civil organizada) pueden ayudar a impulsar niveles superiores de satisfacción, frente a necesidades humanas fundamentales (Narváez, 2004).

Perú, este es uno de los países que cuenta con un gran potencial de desarrollo turístico, pues su variedad de paisajes, fauna, cultura e historia se puede medir a través de la gastronomía y como principales atractivos, por esto se ha convertido en el "Mejor Destino Cultural del Mundo", la "Mejor Atracción Turística del Mundo: Machu Picchu" y, por décimo año consecutivo, el "Mejor Destino Culinario del Mundo" y nueve veces como el "Mejor Destino Culinario de Sudamérica", reconocimientos preciados y conocidos como los "Oscar del Turismo" o World Travel Awards -WTA- 2023, le permiten asumir retos de expansión en la actividad turística con los estándares de seguridad y orden urbano con sostenibilidad. De acuerdo con el World Economic Fórum –WEF- (2013), es evidente que, para este país, el turismo significa una ventana de oportunidades, así como un vehículo hacia el desarrollo social y económico.

El desarrollo gastronómico en el Perú es una oportunidad para el crecimiento económico y sostenible de los pueblos, el poder contar con destinos turísticos que cuenten con condiciones adecuadas para su aprovechamiento de su oferta es algo que se debe evaluar y consolidar en bien de los pueblos y sus raíces culinarias. Por otra parte, si ese desarrollo gastronómico tiene una puesta en valor patrimonial sugiere algunas ventajas competitivas.

El patrimonio es un bien heredado que debe ser conservado, inventariado, enriquecido, turísticamente es una tradición sostenida que le da un valor diferencial a un territorio, interfiriendo en la decisión de los turistas a la hora de elegir el destino al que quieren viajar (Galí, Majó & Vidal, 2000). Es así como la cultura, los paisajes, la gastronomía se convierten en recursos imprescindibles en el proceso de desarrollo local, principalmente turísticos. Para (Troitiño & Torralba, 2016, p. 5) "Los recursos patrimoniales, naturales, culturales y paisajísticos, son necesarios, seguramente que imprescindibles, para construir una alternativa realista al actual modelo de crecimiento porque, tal como se viene señalando desde la economía ecológica, Río +20, etc., el panel del cambio climático o el grupo de expertos de las naciones

Unidas sobre sostenibilidad, de no caminar en esta dirección no sólo será casi imposible superar la crisis actual, entendida esta en un sentido estructural, sino que también se estaría poniendo en riesgo la propia a presencia del hombre en la Tierra". El éxito del destino fundamentado en el recurso patrimonial va a depender de la capacidad para coordinar las políticas territoriales encaminas específicamente al turismo, teniendo en cuenta que es una actividad de naturaleza transversal que de una manera u otra interfiera en el campo social y económico.

Considerando el turismo gastronómico de la Campiña de Moche y su revaloración patrimonial como punto focal para potencial el desarrollo local es el propósito del estudio. Este implica seguir el modelo de sostenibilidad fundamentado en sus tres pilares: económico, ambiental y social, desde este último se busca planificar estrategias de acompañamiento, a las comunidades locales que se dedican al rubro gastronómico, para propiciar actividades orientadas a generar mejores condiciones de vida, en la medida en que puedan preservar los recursos naturales y culturales que lo caracterizan.

Metodología

El estudio se desarrolló a través de un diseño metodológico mixto de carácter descriptivo documental, de campo. Utilizando la técnica de observación participante y una encuesta de opciones múltiples se obtuvieron una serie de datos que refuerzan la necesidad de acompañar a las comunidades en el proceso de formación que les permita una revaloración cultural del turismo gastronómico.

Los gráficos que se presentan, muestran los aspectos más relevantes que se obtuvieron en la aplicación de las encuestas, que viene a complementar la observación participante que se realizó en el escenario de estudio.

Figura 3

Conocimiento de los lineamientos establecidos en la política turística de la Municipalidad de Moche en cuanto a los actores involucrado en todo el proceso

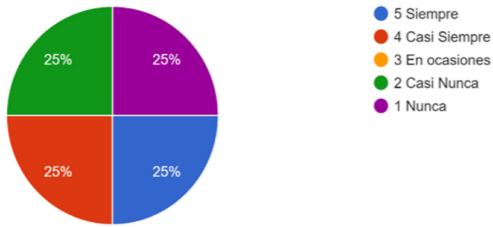


Gráfico 2

Figura 4

Conocimiento de los lineamientos establecidos en la política turística en cuanto a la infraestructura que deben poseer los establecimientos para el turismo

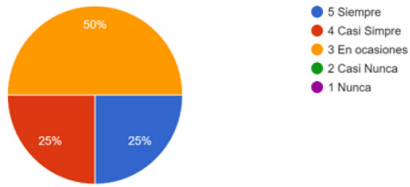


Figura 5

Presencia en la agenda de discusión convocada por la Municipalidad para potenciar el turismo gastronómico de la campiña de Moche como destino turístico

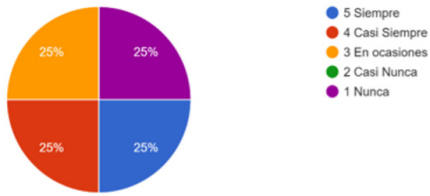


Gráfico 3

Figura 6

Participación de las comunidades en los proyectos de turismo, valorando y reforzando la identidad cultural que ofrece el Distrito de Moche.

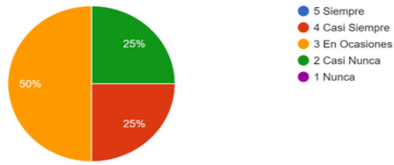


Figura 7

Símbolo representa la diversidad, patrimonio histórico, cultural y natural de la población Campiña de Moche: Sopa teóloga

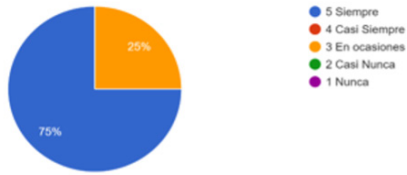
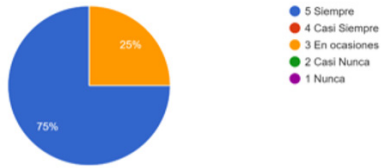


Figura 8

Símbolo representa la diversidad, patrimonio histórico, cultural y natural de la población Campiña de Moche: Ají Mochero



Discusión de Resultados

Los ítems que hacer referencia a la variable El Estado y la política turística y específicamente al conocimiento de la política para el desarrollo del turismo gastronómico alternativo, llama la atención que el 25 % de las personas encuestadas conoce poco las políticas públicas del estado y un 25% sólo en ocasiones, por lo que se

puede inferir que ese conocimiento está condicionado al recurso que puedan subvencionar los emprendimientos económicos y turísticos. Este desconocimiento, no permite articular un plan de acción donde estén involucrados todos los prestadores de servicios turísticos y en espacial los del ramo gastronómico, tal y como lo plantea la Organización Mundial del Turismo (OMT) define la Política Turística como "la acción que desarrolla el sector público desde el conjunto de administraciones e instituciones que lo componen que afectan de manera relevante a la actividad pública" (Arcoraci, 2009, p. 1).

El objetivo de la política turística es buscar competitividad del destino, mejorando la calidad de servicios, la integración de la cadena de valor, eficiencia de los servicios de transportes, la infraestructura y generando capital humano especializado. En la mayoría de los países los lineamientos de política turísticas deben ir orientados a el modelo de gestión sostenible que mediante el equilibrio del pilar ambiental, económico y cultural busca el desarrollo integral y diferencial del destino. El análisis de estos datos es el punto de partida para afirmar que al no tener claro las políticas es difícil asumir compromisos y acciones para fomentar el desarrollo local. De igual manera, se puede inferir que el total desconocimiento de la política turística por parte del gobierno local no permite fortalecer las redes de cooperación para el sector turístico y en particular del sector gastronómico.

El éxito del destino turístico fundamentado en el recurso patrimonial va a depender de la capacidad para coordinar las políticas territoriales encaminas específicamente al turismo, teniendo en cuenta que es una actividad de naturaleza transversal que de una manera u otra interfiera en el campo social y económico.

La campiña de Moche puede concebirse como un escenario sociocultural que ofrece una serie de ventajas competitivas para potenciar actividades económicas relacionadas con el turismo y el esparcimiento. Desde tiempos ancestrales, se ha caracterizado por su legado cultural de la Cultura Mochica, cultura arqueológica del Antiguo Perú que se desarrolló entre los siglos II y VII d. C. en el valle del río Moche.

Figura 9

Visita al Complejo Arqueológico Huaca del Sol y la Luna en la Campiña de Moche



Figura 10

Muestra de los frescos de la Cultura Mochica en la Huaca de la Luna



La mayoría de los pobladores de la Campiña de Moche que se dedican los fines de semana a ofrecer comida típica en sus viviendas, son descendientes de los Mochicas, por lo que la preparación

y los ingredientes son cultivados en los patios de sus viviendas y las técnicas culinarias que utilizan conservan sus raíces. De ahí la importancia de rescatar esos saberes ancestrales.

Figura 11

Patio de una Vivienda en la Campiña de Moche



Figura 12

Cría de ganados en una Vivienda en la Campiña de Moche



Figura 13

Cría de cuyes en el Patio de una Vivienda en la Campiña de Moche



Figura 14

Visita de Campo a una vivienda en la Campiña de Moche



Figura 15

Preparación de un plato típico por una habitante en la Campiña de Moche



Figura 16

Sopa Teóloga. Muestra gastronómica de la Campiña de Moche



Figura 17

Cocinera en una vivienda de la Camiña de Moche



Figura 18

Ramada gastronómica en la Campiña de Moche. Visita de Campo



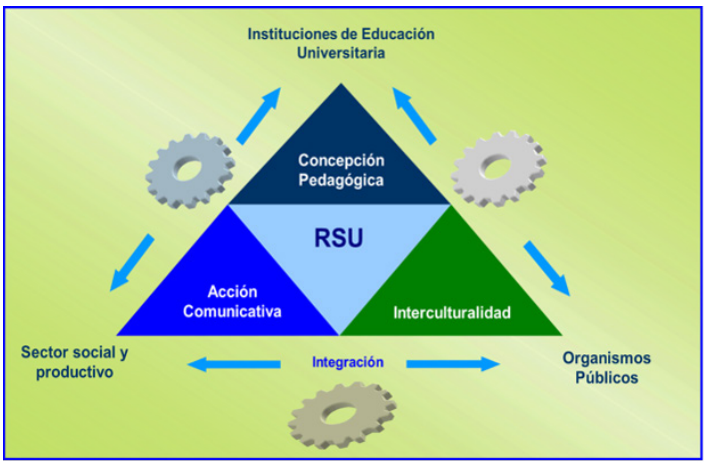
Consideraciones finales

El desarrollo de este estudio permitió conocer la realidad objeto de estudio a través de un trabajo de campo y utilizando la técnica de la observación participante, la entrevista a profundidad y la aplicación de una encuesta se obtuvieron una serie de datos que permitió proyectar una propuesta de intervención comunitaria para resaltar el valor patrimonial de la gastronomía de Moche, en especial aquella preparada en las viviendas de los lugareños, quienes son descendientes directos de los Mochicas, por lo tanto sus platos conservan ese legado ancestral.

Por otra parte, articulando esfuerzos con los distintos actores sociales que pueden formular políticas públicas para fortalecer el Capital Social de estas comunidades, como lo son: Universidad-gobierno local- sociedad civil organizada, se puede planificar una ruta turística gastronómica orientada a brindar a todos los visitantes del sitio Arqueológico Huaca del Sol y La luna, una experiencia gastronómica comunitaria con valor patrimonial.

Figura 19

Articulación de actores sociales para fomentar el Capital Social



Bajo esta perspectiva, el desarrollo local de la Campiña de Moche estará garantizado en la medida en que se resalte la cultura como una categoría o variable a considerar en la formulación de planes de acción. Dentro de estos planes la Universidad puede ser el actor clave para formar a las comunidades sobre su rol protagónico en el manejo sustentable de sus propios recursos.

Como parte de las consideraciones y recomendaciones que vienen a complementar el análisis realizado en este trabajo, están:

1. Un aspecto para resaltar en el estudio es que se ha podido focalizar la actividad gastronómica característica de Moche como un elemento cultural que permite su puesta en valor como punto de partida para estructurar un plan de acción con los pequeños comerciantes y prestadores de servicio que se dedican a este ramo para revalorizar la gastronomía de Moche como factor clave para el desarrollo local y sostenible.
2. Recomendar a las autoridades locales (Municipalidad) que convoque a las Instituciones de Educación Superior que están en el área geográfica de influencia de la Campiña para estructurar un plan de gestión con miras al desarrollo local teniendo como punto focal la valoración cultural de la gastronomía de Moche.
3. La Cerámica es un elemento distintivo y característico de la cultura Mochica por lo que se sugiere que algunos prestadores de servicio gastronómicos establezcan una red de apoyo con los artesanos para que sean los proveedores de los utensilios de la cocina y de esta manera ofrecer y presentar sus platos.
4. Fomentar a través del Museo de la Huaca del Sol y la Luna, jornadas de capacitación donde se integren los artesanos, los prestadores de servicio

gastronómicos y las autoridades locales para crear redes de trabajo y cooperación para potenciar el desarrollo local, fomentando el Capital Social.

5. Incorporar a las instituciones educativas en la organización de festivales gastronómicos para revalorizar el aspecto cultural y la identidad

Referências

Arias, F. (2006). El Proyecto de Investigación. Introducción a la metodología científica. Episteme, C.A.

Balestrini, M. (2001). Cómo se elabora el proyecto de investigación. VL Consultores Asociados.

Boisier, S. (1991). El difícil arte de hacer región. América Latina Local y *Regional II Simposio Internacional de la Universidad de Varsovia Centro de estudios latinoamericanos (CESLA). Vol. 6.* 149-206.

Burgos Doria, Rosalía. (2016). El turismo comunitario como iniciativa de desarrollo local: Caso localidades de Ciudad Bolívar y Usme zona rural de Bogotá. *Hallazgos*, 13(26), 193-214.https://dx.doi.org/10.15332/s1794-3841.2016.0026.08

Chávez, N (2007) Introducción a la investigación educativa. Gráfica González.

Falcón, Juan Pablo, & Pérez Márquez, Mariana (2015). Propuesta para una gestión pública basada en el desarrollo de destinos sostenibles en Argentina. PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, 13(6), 1355- 1370.https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=881/88143407006

Galí, Majó, & Vidal. (2000). Patrimonio Cultural y Turismo: Nuevos Modelos de Promoción vía Internet. *Cuadernos de Turismo.*

Gamborata, D., & Lorda, M. (2016). El turismo como estrategia de desarrollo local. *Revista Geográfica Venezolana,* 58

Hernández, R., Fernández, C. Baptista, P. (2003). Metodología de la investigación (3ª ed.). Editorial Mc Graw-Hill

Hernández, R., Fernández, C. Y Batista, P. (2006). Metodología de la investigación. México.Mc Graw Hill.

Ishikawa Gutiérrez, C. A. (2019). Identidad Cultural y su relación con el Turismo vivencial del Distrito de Moche, 2018. [Tesis de maestría de la Universidad César Vallejo]. Repositorio Institucional UCT. http://repositorio.ucv.edu.pe/handle/UCV/37694

Labrín, J. (2021). Propuesta estratégica de planificación urbana para el desarrollo del turismo gastronómico en la ciudad de Catacaos en Piura, Perú, 2020 [, Universidad Nacional de Piura]. http://repositorio.unp.edu.pe/handle/20.500.12676/2539

Kong, M. (2016). Condiciones para el desarrollo del turismo rural comunitario en el caserío de Caray - Provincia de Virú. [Tesis de pregrado, Universidad Privada del Norte]. Repositorio Institucional UPN. http://hdl.handle.net/11537/10060

Maya, E. (2014). Métodos y técnicas de investigación. Universidad Nacional Autónoma de México. México, Distrito Federal. http://arquitectura.unam.mx/uploads/8/1/1/0/8110907/metodos_y_tecnicas.pdf

Méndez C., 2001. Metodología, diseño y desarrollo del proceso de investigación. Bogotá, McGraw – Hill.

Monfort Mir, V. M. (2000). La política turística: una aproximación. Cuadernos de Turismo, 7-27. http://www.redalyc.org/pdf/398/39800601.pdf

Navas Maza, R. R. (2020). Propuesta para la implementación de un ECOLODGE para mejorar el turismo vivencial en la provincia de Canta, 2018. [Tesis de maestría de la Universidad Nacional Federico Villareal].Repositorio Institucional UNFV http://repositorio.unfv.edu.pe/handle/UNFV/4115

Zumbado Morales, F. (2015). Planificación territorial y desarrollo rural en zonas de influencia de áreas naturales protegidas. [Tesis de maestría de la Universidad de CostaRica]. https://scholar.google.com/citations?user=iypmIzsAAAAJ&hl=e

8.

Desenvolvimento sustentável: *entre obstáculos e imaginários*

Desarrollo sostenible: *obstáculos e imaginarios*

Sustainable development: *between obstacles and imaginary*

BY DIMAS FLORIANI

Desenvolvimento sustentável: *entre obstáculos e imaginários*

Desarrollo sostenible: *obstáculos e imaginarios*

Sustainable development: *between obstacles and imaginary*

DIMAS FLORIANI[I]

Resumo

O texto traz alguns dos principais temas associados com o debate em torno da noção de desenvolvimento sustentável. Entraves para sua efetivação são inerentes ao atual modelo hegemônico de desenvolvimento, submetido ao imperativo do crescimento, da constante exploração dos recursos naturais e da produção de desigualdades sociais. As medidas de atenuação a essa forma de apropriação desses recursos e da promoção de iniquidades sociais são questionadas por diversas teorias contrapostas, com base nas experiências de resistência de atores sociais, especialmente pelas populações tradicionais e indígenas. Essas concepções críticas sustentam que há diversas modalidades de propostas alternativas

[I] Doutor em Sociologia. Docente Titular Sênior do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) e de Pós-Graduação em Sociologia (PGSOCIO) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR. Coordenador acadêmico da Casa Latino-americana (CASLA) de Curitiba. Pesquisador Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail:floriani@ufpr.br – Orcid: Dimas Floriani (0000-0002-8834-8225) - ORCID

ao desenvolvimento. A metodologia utilizada está baseada em revisão bibliográfica e os resultados alcançados referem-se principalmente ao elenco de propostas encontradas e em confronto ao modelo hegemônico de desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; imaginários do desenvolvimento; obstáculos para a sustentabilidade

Abstract

The text presents some of the main themes associated with the debate surrounding the notion of sustainable development. Obstacles to its implementation are inherent to the current hegemonic development model, subject to the imperative of growth, the constant exploitation of natural resources and the production of social inequalities. Measures to mitigate this form of appropriation of these resources are questioned by several opposing theories, based on the experiences of resistance from social actors, especially traditional and indigenous populations. These critical conceptions maintain that there are different types of alternative proposals for development. The methodology used is based on a bibliographical review and the results achieved refer mainly to the list of proposals found and in comparison, to the hegemonic development model.

Keywords: Sustainable development; development imaginaries; obstacles to sustainability

Resumen

El texto presenta algunos de los principales temas asociados con el debate en torno a la noción de desarrollo sostenible. Los obstáculos para su implementación son inherentes al actual modelo de desarrollo hegemónico, sujeto al imperativo del crecimiento, la explotación constante de los recursos naturales y la producción

de desigualdades sociales. Las medidas para mitigar esta forma de apropiación de estos recursos y la promoción de las inequidades sociales son cuestionadas por varias teorías contrapuestas, basadas en las experiencias de resistencia de los actores sociales, especialmente de las poblaciones tradicionales e indígenas. Estas concepciones críticas sostienen que existen diferentes tipos de propuestas alternativas de desarrollo. La metodología utilizada se basa en una revisión bibliográfica y los resultados alcanzados se refieren principalmente al listado de propuestas encontradas y en comparación con el modelo de desarrollo hegemónico.

Palabras-clave: Desarrollo sustentable; Imaginarios del desarrollo; Obstáculos para la sustentabilidad

O debate em torno do desenvolvimento sustentável

A ideia de obstáculo envolve aqui aquilo que se interpõe às idealizações e imaginários construídos em torno de projetos de sociedade que implicam concepções e usos da natureza, em especial daquelas entendidas e enunciadas pelo sistema hegemônico de sociedade, equivalentes a recursos naturais, em oposição àquelas que tratam da natureza como um bem comum. Busco, portanto, contrapor concepções de desenvolvimento das sociedades e dos usos de natureza em função de sistemas culturais diversos que se bem podem dialogar entre si, mas que também rivalizam modelos antípodas sobre natureza e estilos de vida, tais como os do Bem Viver. Em que medida é possível pensar em sistemas híbridos, de convivência entre essas diferentes formas de apropriação e usos da natureza e de sociabilidade baseada em sistemas democráticos e de equidade social?

Esses diferentes significados de desenvolvimento sustentável confrontam-se com possíveis escapes das sociedades contemporâneas. Escapes ou saídas podem ser entendidas aqui, de acordo com uma das concepções, como mitigação e adaptação visando reparar os danos causados ao meio ambiente, ou então, segundo

visão oposta, como alternativas ao desenvolvimento. Tanto os entraves como as ideias de sua superação combinam sentidos e práticas atrelados aos sujeitos históricos envolvidos nesse percurso. Idealizações ou figuras ideológicas aparecem aqui, não importando o lugar de poder em que estão situados esses sujeitos, ou seja, se no topo do comando ou na base dessas sociedades; em outras palavras, se são hegemônicos ou subalternos.

Nas concepções de presente e futuro dessas sociedades, encontram-se os significados explícitos e implícitos de meio ambiente e de natureza. Muito provavelmente as percepções e imaginários sobre problemas ambientais hoje difiram de sociedade para sociedade, em que pese o alto poder da mídia em traduzir esses problemas sob o termo guarda-chuva de mudanças climáticas (leia-se crise climática) sugerindo que uma vez controladas as emissões de CO_2, estaríamos afastando o principal fator de desequilíbrio em escala planetária. Problemas socioambientais são muito mais complexos e diferenciados quando analisados sob diferentes óticas e diferentes escalas.

Como focar atualmente alguns problemas que vêm desafiando as sociedades, em especial a brasileira? Poderíamos citar alguns desses problemas, como o grande desafio amazônico, que reúne temas do desmatamento e das mudanças climáticas, a grave crise da seca nas bacias hidrográficas, atropelo e invasão aos territórios indígenas por práticas ilegais e criminosas, associadas com o que se pode designar genericamente de acumulação por espoliação.

Porém, mais do que apenas permanecer preso a uma sociologia da denúncia, como buscar problematizar vias que possam apontar caminhos ou projetos proativos que suscitem alternativas genuinamente associadas com o que se convencionou chamar de desenvolvimento sustentável? Para tanto, será necessário tecer algumas estratégias teóricas e políticas para simular possibilidades. Essas possibilidades não se referem apenas ao desejo de sair de impasses e entraves sistêmicos, atrelados ao modelo hegemônico de sociedade, mas àquelas que brotam de sujeitos em diversos níveis de agenciamentos (comunitários, epistêmicos, estatais, empresariais,

institucionais...), para então desconstruir/reconstituir modelos interpretativos, à luz desses potenciais e propostas enunciadas por esses mesmos agenciamentos.

Na perspectiva de confrontar dois modelos antípodas de desenvolvimento, isto é, por um lado, o que se apresenta como alternativa ao desenvolvimento e, por outro, o que busca manter/reforçar/atenuar a racionalidade instrumental do mercado sem, contudo, abdicar dele.

Ambos os modelos podem ser representados como típico-ideais, a fim de ressaltar as diferenças. Contudo, entre um e outro desses modelos antípodas, há inúmeras e diversas modalidades de exemplos, bem como de ocorrência de combinações possíveis e imagináveis ou imaginadas.

É bom destacar que as racionalidades que inspiram esses modelos extremados advêm ou decorrem de matrizes de racionalidades com assento em formas culturalmente distintas, tendo como pano de fundo imaginários de representação de natureza e de práticas associadas a esses imaginários.

Essas matrizes referem-se então a sistemas conceituais e a sistemas de práticas materiais e a tecnologias, cuja gênese se reporta às distintas ideias de cosmologias e ontologias: umas tipicamente ocidentais, com origem em mitologias teológicas ligadas ao monoteísmo judaico-cristão, com forte ênfase nas visões antropocêntricas do universo, de cunho fortemente calcado na ordem moral das sociedades humanas. Outras cosmologias associadas principalmente ao mundo da natureza que regula as formas de funcionamento da vida humana e da organização de grupos sociais e de sociedades denominadas, talvez impropriamente, de sociedades tradicionais ou primitivas.

Essas cosmologias sofrem mudanças ao longo dos tempos históricos, mas cada uma delas estrutura as formas de pensar e de agir sobre ou com a natureza. O desafio seria como estabelecer pontes de diálogo entre conhecimento científico e os chamados etnoconhecimentos derivados da ecologia dos saberes e das ecologias das práticas. Neste sentido, fazemos aqui um desvio para

tratar dessa relação que se inscreve nos registros das cosmologias dos povos originários e de sua tradução prática na maneira de interagir com a natureza.

Neste sentido, fazemos aqui um desvio para tratar dessa relação que se inscreve nos registros das cosmologias dos povos originários e de sua tradução prática na maneira de interagir com a natureza. Em 1984 a revista Ciência Hoje, da SBPC (vol. 2, no. 12, p.35-41), publicou um pequeno artigo sobre os Kayapó e a natureza, de Darrell A. Posey (1984), antropólogo já falecido e, na época, professor visitante da UFMA.

O artigo inicia com a seguinte constatação, distante já há 39 anos, embora ainda muito atual e presente: "na região da Amazônia Legal, assiste-se hoje ao mais rápido processo de ocupação e exploração da terra de todo o país. Onde antes havia apenas a selva, encontram-se agora enormes fazendas de criação de gado, iguais em tamanho a alguns países da Europa. A Amazônia é a última fronteira, a última região terrestre inexplorada do planeta. No entanto, nossa civilização ainda não dispõe das técnicas agrícolas adequadas para promover a exploração racional de seus recursos. A tecnologia desenvolvida pelo mundo ocidental conseguiu muito pouco até agora" (p.35).

Esta breve passagem é apenas para chamar a atenção sobre o que as ciências desconhecem sobre como intervir na natureza sem destruí-la. Como buscar saber o que os outros saberes e práticas têm a oferecer é um imperativo categórico para reorientar os usos sociais da ciência.

Um dos desafios da antropologia do pensamento é justamente saber responder a como e por que os seres humanos pensam da mesma maneira coisas diferentes. Talvez pudéssemos complicar um pouco mais esse desafio para os antropólogos, indagando da possibilidade de os seres humanos pensarem de maneira diferente coisas iguais. Desafios esses que devem ser enfrentados pela educação, já que é um dos tópicos da presente mesa.

Dessa maneira, ao verificarmos a trajetória de cada um desses diferentes modelos societais, temos, por um lado, o

desenvolvimento de sociedades urbanizadas, industrializadas, baseadas nas tecnociências, em coevolução com matrizes energéticas fósseis e agora buscando alternativas energéticas de baixo carbono, por conta dos impactos causados à biosfera, com as consequentes mudanças climáticas que ameaçam as condições de reprodução deste modelo societal. A questão que se coloca a partir desses entraves é se o tipo de debate que decorre sobre possíveis alternativas é viável, pensando na perspectiva da teoria da modernização ecológica, ou seja, pela adoção de substituição dos combustíveis fósseis por tecnologias menos sujas, ou mais limpas, se assim se preferir designá-las.

Acontece que o modelo hegemônico de desenvolvimento indicado pelo mercado não se reduz apenas ao problema energético. A produção de commodities agrícolas, de proteína animal e extrativista, em especial de metais ferrosos e não ferrosos, está associada igualmente às cadeias produtivas a montante e a jusante, como nos casos da produção agrícola e da criação bovina e de aves, demandantes de insumos agroquímicos e de agrotóxicos e que reforçam o predomínio da monocultura, em detrimento da produção da policultura agroalimentar, capaz de garantir segurança e soberania alimentar.

Como é sabido, o sistema de produção de mercadorias está associado com a lógica de consumo de massa que agrava a produção de dejetos nem sempre reciclados e recicláveis, contribuindo para a poluição de rios e mares, sem considerar que esse consumo excessivo está concentrado em nações com alto poder aquisitivo, enquanto que, nos países da periferia, constata-se um processo de exclusão social, visível nas grandes metrópoles pela precarização do emprego, da habitação e de saneamento básico, com déficit de políticas públicas compensatórias, para não dizer totalmente ausentes.

Assim, mais do que desfilar definições sobre desenvolvimento sustentável, é necessário fixar-se mais nas condições de desequilíbrio derivadas dos processos de desenvolvimento econômico nas últimas décadas, em escala global, com efeitos diferenciados entre países do Norte e da periferia do sistema-mundo.

O histórico da constituição do campo socioambiental no nosso país tem sofrido inúmeras influências do debate nacional e internacional e, em boa medida, também abrindo-se para o diálogo de saberes com experiências de resistências dos povos originários e das demais populações consideradas como tradicionais, além de ter sido visibilizado por uma intensa mobilização da sociedade civil, pelo conjunto de agências não governamentais nas últimas décadas.

Contudo, o peso que exercem as conjunturas políticas nesses debates vem assumindo crucial importância e tem produzido nos últimos seis anos no Brasil profundos retrocessos por parte das instituições públicas encarregadas da gestão do patrimônio natural, seja pelo abandono deliberado de suas prerrogativas legais, seja pelo incentivo exercido pelo negacionismo da ideologia que se apossou do próprio aparelho de estado e que exerce função de cabeça de ponte para facilitar e promover os mecanismos de acumulação por espoliação, ou de acumulação destrutiva da vida, conforme palavras de Enrique Leff.

A teoria da acumulação do capital tem sido atualizada e ampliada pelo conceito de acumulação por espoliação (HARVEY, 2005), e pela referência ao atual momento da divisão internacional do trabalho, designado por neoextrativismo (GUDYNAS, 2012; SVAMPA, 2019), quando aplicado ao capitalismo periférico, ou ainda pelo debate atual sobre financeirização da natureza, no qual se insere a categoria de neoextrativismo.

Seria interessante opor, ou pelo menos confrontar, formas culturais distintas de pensamento sobre algumas das principais questões ligadas às crises do ambientalismo atuais, desde a formulação de concepções geradas, por um lado, na metrópole do capitalismo e, por outro, no capitalismo periférico.

Assim, na Europa, a abordagem aos problemas ambientais ou socioambientais tem sido feita a partir de concepções vinculadas à modernização ecológica, políticas da natureza, sociedade de risco e o princípio da precaução. A ecologia profunda representa também um importante insumo do pensamento ecológico e tem influenciado em muito o movimento ambientalista. Resumidamente,

pode-se dizer que a característica do pensamento socioambiental tem sido marcada até agora pelo hibridismo em seus fundamentos e pela polinização nas disciplinas que se abrem ao debate.

Como não poderia ser diferente nesses tempos de busca pela diversidade epistêmica, de acordo com preceitos do pensamento plural como guia de análise sobre fenômenos complexos da sociobiodiversidade, o pensamento ambientalista ou socioambiental latino-americano tem diferentes matrizes filosóficas em seus fundamentos epistemológicos: teorias marxistas, teorias da pós-modernidade francesa, mas em diálogo com os etnosaberes dos povos originários, teoria ecológica, economia política, ecologia profunda e economia ecológica, sociologia e economia ambiental, diálogo com a filosofia da ciência (física teórica e biologia evolutiva), da ecosofia e espiritualidade e do pensamento complexo, sobretudo a partir das obras de Morin, da teoria sistêmica, com suas diferentes vertentes, em especial da autopoiese da Escola de Santiago; as teorias feministas sobre ecologia foram e são muito importantes também.

Em sociedades com heterogeneidades estruturais, socioculturais e econômicas, com passado colonial, como as africanas, latino-americanas e asiáticas, coexistem diferentes "modos de produção" e diversidades sociolinguísticas e culturais, ao mesmo tempo que se identificam incompatibilidades entre conhecimentos científicos, sua aplicação, e outras formas enraizadas de prática materiais e culturais, artesanais e tradicionais. Estamos nos referindo particularmente às populações camponesas, pescadores, indígenas, aos movimentos sociais urbanos marginalizados das formas centrais de mercado e consumo.

Porém, essas populações e segmentos sociais não são ilhas e de alguma maneira estão conectados com as dinâmicas da modernidade periférica. Neste sentido, é possível a ocorrência de processos híbridos entre os usos de técnicas, formas de contato, de comércio e subemprego, coexistentes, sem comprometer a existência da reprodução social, ecológica, econômica e cultural dos modelos de "desenvolvimento" existentes.

Não faria, pois, sentido considerar essas populações tradicionais em oposição às modernas, já que reinventam constantemente suas tradições, o que implicaria reconhecer que sofrem simultaneamente influência da racionalidade de mercado e das tecnociências, mas que possuem também suas próprias racionalidades e formas de vida frente à gestão e intercâmbios com a natureza, por meio de suas práticas e saberes sustentáveis.

Se, por um lado, os diversos saberes culturais (populares ou tradicionais) são transformados pelas modalidades científicas (conhecimentos e tecnologias aplicadas), estas sofrem os efeitos da crítica intelectual e política da própria comunidade epistêmica, além da crítica política e cultural dos atores sociais envolvidos em tais situações e práticas que reivindicam sua condição de agentes e sujeitos.

Quando pensamos em modelos de desenvolvimento de uma sociedade em moldes atuais, é recorrente a ideia de nos remetermos, portanto, à economia. Já que a racionalidade dominante é comandada pelo economicismo (crescer a todo e qualquer custo), talvez fosse interessante ouvir o que uma economista crítica diz a esse respeito. Kate Raworth (2019, p.18) lança a seguinte pergunta: "[...] e se começássemos a economia não com suas teorias há muito estabelecidas, mas com as metas a longo prazo da humanidade, e então buscássemos o pensamento econômico que nos permitisse atingi-las?"

Com o propósito de pensarmos em uma tipologia aplicável em especial a territórios associados com os bens comuns, contrapomos rapidamente aqui dois diferentes modelos, mas não necessariamente excludentes, bastante distantes das concepções do mito da natureza intocada, e daquelas que consideram a natureza apenas como recurso natural para o mercado e desconsideram os demais aspectos ecológicos de preservação ambiental e socioculturais dos grupos humanos.

Dessa forma, na linha das correntes de alternativas de desenvolvimento, temos aquelas associadas há bastante tempo com a ecossocioeconomia (SACHS, 2007), e mais recentemente, com a discussão em torno da bioeconomia (ABRAMOVAY, 2019;

2021; 2022), tema hoje em alta no debate sobre como buscar otimizar os usos desses bens (florestas, rios, biodiversidade) com objetivos econômicos, sem destruir esses recursos.

Eduardo Gudynas (2011) propõe um quadro classificatório e analítico entre esses dois modelos de desenvolvimento, aos quais define como: (i) alternativas dentro da ideologia do progresso e da modernidade, entre as quais cita diversas vertentes do desenvolvimento sustentável débil; (ii) alternativas além do progresso e da modernidade, cujas características seriam: convivialidade, desenvolvimento sustentável superforte, biocêntrica, ecologia profunda, crítica feminista, economia do cuidado, desmaterialização das economias, decrescimento (parcial), interculturalidade, pluralismo, ontologias relacionais, cidadanias expandidas, bem-viver.

Valeria aqui, rapidamente, indicar algumas das recomendações feitas pela bioeconomia (ABRAMOVAY, 2019, 2021, 2022) que, segundo o esquema de Gudynas (2011), se situaria no campo do desenvolvimento sustentável débil, aplicável, preferentemente, a territórios amazônicos, onde se localiza a maioria de povos indígenas e uma gama variada de populações tradicionais.

Neste caso, se combinariam empreendedorismo de mercado, mas com respeito à autonomia local das comunidades indígenas e tradicionais, mantendo a floresta em pé e obtendo recursos de investimentos de fundos internacionais. Por fim, caberia igualmente uma referência ao potencial de conservação das práticas de manejo das unidades de conservação com gestão de povos indígenas e de populações tradicionais, segundo estudo recente realizado por pesquisadores do Instituto Socio Ambiental - ISA- (OVIEDO; DOBLAS, 2022).

Cabe ainda uma pequena digressão sobre o debate, embora inconclusivo, a respeito dos aspectos culturais de uma modernidade que se instala em sociedades multiétnicas, interculturais e plurinacionais. O antigo debate sobre modernidade em oposição à tradição tende a simplificar e a obscurecer o significado dessas oposições, utilizando-se de um reducionismo economicista ou de estilos de vida urbano-industrial para considerar a predominância

de um sistema (da modernidade) sobre os demais (não industriais e não urbanos).

Estabelece-se uma dialética entre diferentes sistemas de organização social, que se condicionam reciprocamente e se articulam em diferentes escalas espaciais e temporais. Contudo, essa reciprocidade não significa que as relações de poder entre esses sistemas sociais sejam simétricas e que não ocorra imposição de mecanismos políticos, econômicos, culturais e tecnológicos dos sistemas organizados de mercado capitalista sobre os demais menos organizados ou desorganizados.

Mesmo assim, é possível identificar resistências e respostas diferentes por parte de populações pertencentes a sistemas sociais periféricos que desenvolvem estratégias próprias e coerentes com os recursos culturais e políticos, de acordo com a capacidade de resposta que cada um desses sistemas alcançou a organizar.

Da mesma maneira que as racionalidades dominantes não são unívocas, isto é, podem ser lidas, entendidas e sentidas de diversas maneiras, as racionalidades subalternas também são polissêmicas e contraditórias; entendidas dessa forma, subtraem-se alguns componentes de "demonização" às primeiras e de "essencialização" às segundas.

No caso do ressurgimento dos valores etnoculturais indígenas, esses elementos podem ser captados através de textos literários e políticos, que expressam resistências, mas também capitulações e derrotas; no caso das populações tradicionais, mas principalmente das identidades indígenas, pode ocorrer movimentos de desetnização como de reetnização dos sujeitos, movimentos esses que ao mesmo tempo se opõem e se complementam de maneira assimétrica, respondendo a estratégias subalternas de sobrevivência mutantes.

Para que sejam geradas racionalidades híbridas e, neste caso, da produção de identidades mestiças, é necessário a reunião ou acumulação de forças simbólicas, corporificadas em textos e discursos capazes de gerar alguma vantagem no cenário de uma

modernidade nacional e global, negadora até pouco tempo da imagem do indígena ou indígena-mestiço subalterno.

Para situações de outros sujeitos subalternos que enfrentam a questão do estigma da raça, como os afrodescendentes, a situação é semelhante; no caso em que a questão da etnicidade não se coloca como primordial, permanece contudo a tentativa de assimilar, negar ou invisibilizar a diversidade cultural e formas de vida e de convivência com a terra e os territórios das inúmeras populações que compõem o mosaico latino-americano das populações da floresta, dos rios, mares, montanhas, campos e cidades.

As racionalidades subalternas nutrem-se assim do jogo recíproco de outras racionalidades, inclusive oriundas das matrizes dominantes, mas em certo sentido diminuídas e desvalorizadas; é desse jogo que podem emergir novas racionalidades híbridas em que é possível observar que uma nova política também é possível, pela condição de reinventar-se a partir de sua própria tradição. Assim, é importante considerar a cultura das populações tradicionais como um princípio condutor de afirmação de identidades, e não como reflexo de uma história que passou.

Para concluir brevemente

Estamos gestando um mundo como se de fato este fosse acabar. Em um certo sentido, pode estar se acabando mesmo, pois vai em direção a um futuro para o qual não se sabe exatamente onde fica e até quando durará essa busca. Trata-se, portanto, de as atuais sociedades criarem alternativas de estilos de vida, com diferentes estratégias de sociabilidade, uma vez que com uma crise dessa envergadura, essas sociedades persistem sem revisar a caixa preta que sustenta suas estruturas, bem como as razões de sua derrocada. Se houver insistência em reincidir no erro, o alerta vermelho já foi acionado.

Ou seja, o alerta sustenta-se, por um lado, no aprofundamento das crises socioambientais, provocado pelas mudanças climáticas, decorrentes de processos de coevolução do antropoceno e, por

outro, em um sistema altamente discriminador em termos de oportunidades e de distribuição da riqueza, replicando seus efeitos para a continuidade da injustiça socioambiental em escala planetária.

Referências bibliográficas:

ABRAMOVAY, R. **Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.** São Paulo: Elefante, 2022.

ABRAMOVAY, R. et al. **Uma nova bioeconomia na Amazônia:** oportunidades e desafios para florestas e rios saudáveis. Painel Científico para a Amazônia, 2021. Disponível em: NEA-BR_ Bioeconomia_PT.pdf (wribrasil.org.br)

ABRAMOVAY, R. **Amazônia**: por uma economia do conhecimento da natureza. São Paulo: Elefante, 2019.

FLORIANI, D. Desenvolvimento sustentável: um percurso permeado de obstáculos e idealizações. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável. GUAJU**, Matinhos, v. 9, 2023 Edição Especial. Open Journal Systems (ufpr.br).

GUDYNAS, E. **Más allá del desarrollo**. Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo. 1era edición. Quito/ Ecuador: Fundación Rosa Luxemburg/Abya Yala, 2011.

HARVEY, D. **O novo imperialismo.** 3. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

OVIEDO, A. F. P.; DOBLAS, J. As Florestas precisam das pessoas. ISA (Instituto Socioambiental), São Paulo, 2022. Disponível em: as_florestas_precisam_das_pessoas.docx (**socioambiental.org**). Acesso em 08 set. 2022.

POSEY, D. Os Kayapó e a natureza. **Revista Ciência Hoje**, SBPC, v.2, n. 12, p. 35-41, 1984.

RAWORTH, K. **Economia Donut**: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

SACHS, I. **Rumo à Ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SVAMPA, M. et. al. (Org.) **Movimientos socioambientales en América Latina**. Buenos Aires/Argentina: Clacso, 2012.

9.

A Educação Patrimonial em ambiente universitário: *MUARQ - Museu de Arqueologia da UFMS e no LASCA - Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas da UFSM.*

Educación Patrimonial en el ámbito universitario: *MUARQ - Museo de Arqueología UFMS y LASCA - Laboratorio de Arqueología, Sociedades y Culturas de las Américas de la UFSM.*

Heritage Education in a university environment: *MUARQ - UFMS Archaeology Museum and LASCA - UFSM Laboratory of Archaeology, Societies and Cultures of the Americas.*

BY LIA RAQUEL TOLEDO BRAMBILLA GASQUES
ANDRÉ LUÍS RAMOS SOARES
LAURA ROSELI PAEL DUARTE

A Educação Patrimonial em ambiente universitário: *MUARQ - Museu de Arqueologia da UFMS e no LASCA - Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas da UFSM.*

LIA RAQUEL TOLEDO BRAMBILLA GASQUES[1]
ANDRÉ LUÍS RAMOS SOARES[2]
LAURA ROSELI PAEL DUARTE[3]

Resumo

O Museu de Arqueologia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul –MuArq/UFMS e o Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas da Universidade Federal de Santa Maria – LASCA/UFSM buscam provocar nos cidadãos, situações de aprendizado sobre o processo cultural através dos vestígios arqueológicos dos estados do Mato Grosso do Sul (MS) e Rio Grande do Sul (RS). Neste artigo se vai apresentar as ações do MuArq e LASCA a partir de 2018 e refletir sobre seu impacto na comunidade. Partindo do conhecimento produzido pela universidade, o ensino e aprendizagem pode ser dinamizado e expandido,

[1] Arqueóloga, professora doutora Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Campo Grande/MS, Brasil.

[2] Arqueólogo, professor titular Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria/RS, Brasil.

[3] Antropóloga, Mestra Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Campo Grande/MS, Brasil.

muito além do ambiente acadêmico, inserindo a comunidade neste processo, assim permitindo aos alunos do ensino básico e a comunidade conhecer lugares, histórias, objetos, monumentos e tradições que foram/são importantes na história local. O patrimônio arqueológico, histórico, cultural e o meio ambiente em que estão inseridos nos Estado do MS e RS oferecem oportunidades de estimular aos alunos, professores, servidores, comerciantes, artesãos e condutores de turismo, sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os conhecer o que é um bem cultural e patrimonial e se apropriar disto fortalecendo seu laço identitário.

Palavras-chave: MuArq, LASCA, Educação patrimonial, educação em museus.

Resumen

El Museo de Arqueología de la Universidad Federal de Mato Grosso Grosso do Sul –MuArq/UFMS y el Laboratorio de Arqueología, Sociedades y Culturas de las Américas en la Universidad Federal de Santa María – LASCA/UFSM buscan provocar en los ciudadanos, situaciones de aprendizaje sobre el proceso cultural a través de de los vestigios arqueológicos de los estados de Mato Grosso do Sul (MS) y Rio Grande do Sul (RS). Este artículo presentará las acciones de MuArq y LASCA a partir de 2018 y reflexionar sobre sus impacto en la comunidad. A partir del conocimiento producido por la universidad se puede agilizar la enseñanza y el aprendizaje. y se expandió mucho más allá del ámbito académico, incluyendo la comunidad en este proceso, permitiendo así a los estudiantes La educación primaria y la comunidad conocen lugares, historias, objetos, monumentos y tradiciones que fueron/son importantes en la historia ubicación. Patrimonio arqueológico, histórico, cultural y medio ambiente entorno en el que se insertan en los Estados de EM y RS ofrecen oportunidades para estimular a los estudiantes, profesores y personal, Comerciantes, artesanos y guías turísticos, sentimientos de sorpresa y curiosidad, llevándoles a descubrir qué

es un bien cultural y patrimonial y a apropiarse de él, fortaleciendo su vínculo identitario.

Palabras clave: MuArq, LASCA, Educación patrimonial, educación En museos.

Abstract

The UFMS Archeology Museum and the Laboratory of Archaeology, Societies and Cultures of the Americas seek to provoke in citizens learning situations about the cultural process through the archaeological remains of MS and RS. This article will present the actions of MuArq and LASCA from 2018 onwards and reflect on their impact on the community. Starting from the knowledge produced by the university, teaching and learning can be streamlined and expanded, far beyond the academic environment, including the community in this process, thus allowing basic education students and the community to get to know places, stories, objects, monuments and traditions that were/are important in local history. The archaeological, historical, cultural heritage and the environment in which they are located in the State of Mato Grosso do Sul and Rio Grande do Sul offer opportunities to stimulate feelings of surprise and curiosity, leading them to discover what a cultural and heritage asset is and to appropriate it, strengthening their identity bond.

Keywords: MuArq, LASCA, Heritage education, museum education.

Introdução

Mato Grosso do Sul está no centro do continente, área que pode facilmente ser comparada ao coração do território sul-americano, uma região onde nascem duas das maiores e mais importantes bacias hidrográficas do continente. Local fundamental para o

processo de expansão das populações humanas pré-coloniais pelo interior do continente, através de dados científicos já coletados, a chegada dos primeiros grupos nômades de caçadores/coletores à região nos remete a uma data de, pelo menos, doze mil e quatrocentos anos segundo Martins e Kashimoto, (2012).

Já o Rio Grande do Sul é o estado mais meridional do país, e faz fronteira com os países do Uruguai e Argentina, na bacia do Rio da Prata, a segunda maior bacia do país. Encontro entre os biomas da Mata Atlântica e Pampa, apresenta uma geodiversidade significativa, além do registro arqueológico de diversos grupos humanos de coletores/caçadores de mais de dez mil anos. Com suas diferentes paisagens de litoral marinho, áreas florestadas e campos, possibilitou a permanência e espraiamento de diversos grupos, alguns conhecidos pelos dados históricos, e remanescentes até hoje (Soares e Klamt, 2005).

Do ponto de vista da preservação do patrimônio cultural/arqueológico é importante considerar que a área em questão, assim como inúmeras outras regiões no estado, vem sofrendo constantemente ações humanas relacionadas às atividades econômicas que desde o século XVII, mas, com maior intensidade desde o início do século XX, acabaram interferindo na integridade dos sítios arqueológicos, comprometendo a preservação dos vestígios das primeiras ocupações humanas em Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.

Assim, os trabalhos arqueológicos já desenvolvidos nas regiões fornecem importantes dados científicos para compreender o panorama da arqueologia regional, sobretudo a cronologia da ocupação humana do espaço. Estes territórios abrigaram tanto bandos menores de grupos nômades, predadores dos recursos ambientais, como também povos que desenvolveram sociedades mais complexas tendo como base de sua economia a agricultura, associada ao desenvolvimento de técnicas de confecção de artefatos cerâmicos, fenômeno comum a todos os ambientes apresentados no território estadual (Kashimoto e Martins, 2005; Soares e Klamt, 2005). Desta forma, torna-se imprescindível para

o conhecimento arqueológico entender os vários momentos da chegado do homem a esta região.

O Estado de Mato Grosso do Sul apresenta, até o momento, mais de 740 sítios arqueológicos cadastrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN], e o Rio Grande do Sul, por ser um dos estados mais antigos em pesquisas arqueológicas, possui mais de 4.000 sítios (IPHAN, 2023) e provavelmente ambos possuem milhares de sítios ainda a cadastrar e desconhecidos para comunidade científica. Sob o benefício da Lei 3.924 [26/07/1961], todos os sítios são considerados bens patrimoniais da União e contam com proteção especial. Entretanto, ainda que sejam bens patrimoniais, os sítios arqueológicos continuam desprotegidos e sofrendo graves processos de depredação. Assim como em outros Estados do território nacional, em Mato Grosso do Sul, o IPHAN tem por objetivo assegurar que o patrimônio arqueológico seja protegido e utilizado como bem público. Contudo, sem uma participação efetiva da sociedade, o esforço é em vão. No artigo 26 da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que enfatiza a parte diversificada dos currículos dos Ensinos Fundamental e Médio é importante observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, dessa forma, abre espaço para a construção de uma proposta de ensino voltada para os estados e municípios, na divulgação do acervo cultural (Oriá, 2004).

O Estado do Rio Grande do Sul não é diferente, mas os processos de uso da terra, de mecanização da agricultura, dos desmatamentos ocorridos no século XIX e XX, bem como o crescimento urbano muitas vezes desordenado, tem levado a destruição irreversível do patrimônio arqueológico. Isso posto, as diversas universidades públicas, particulares e comunitárias, bem como museus e outros locais de pesquisa ou divulgação científica, tem desenvolvido programas específicos de Educação Patrimonial e socialização do conhecimento, uma vez que, para o público leigo, a arqueologia ainda é uma ciência distante da realidade cotidiana na maioria das cidades.

Como já comentado, ambos estados apresentam um rico patrimônio arqueológico. Porém, a maioria da população desconhece a existência e a importância dos vestígios arqueológicos como também a situação em que se encontram. A Arqueologia sempre foi tema de reportagens, filmes e documentários. No entanto, a mídia ainda se mostra ineficaz na difusão do conhecimento sobre Arqueologia e Ambiente/Patrimônio. Neste contexto, alunos das redes pública e particular de ensino de Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul apresentam deficiências relevantes relacionadas ao conhecimento de Arqueologia. A divulgação dos resultados de uma pesquisa arqueológica não deve se restringir ao meio científico. Cientistas e educadores devem unir esforços para que as comunidades, sobretudo àquelas localizadas no entorno aos sítios arqueológicos, assim como a sociedade em geral, tenham acesso aos resultados das pesquisas científicas de maneira didática que é tocante às nossas produções em questão.

Dentro da visão apresentada, as descobertas arqueológicas devem ser reveladas para a comunidade por meio da Educação e da sensibilização sobre a relevância da preservação do Patrimônio Natural/Material como parte da história e do cotidiano dos cidadãos. Durante este processo, os atores sociais tornar-se-ão multiplicadores da ideia, sendo com que a divulgação da Arqueologia não terá apenas como produto o enriquecimento cultural dos alunos, mas também a apropriação de um conhecimento ambiental. Assim, o desfecho da divulgação da Arqueologia não será apenas como produto a alfabetização cultural, mas também a alfabetização ambiental. Para isso o Museu e o LASCA utilizam parte dos recursos conseguidos através de pesquisas/endossos para produção de material de divulgação e auxílio em Educação Patrimonial.

O Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso Sul

Apresentando as inovações dos trabalhos de Educação Patrimonial do MuArq a partir de 2018, tem-se o contrato nº

1105170032 de Emissão de Endosso Institucional para Guarda do material Arqueológico oriundo da Implantação da UHE São Domingos e Linha de Transmissão de Conexão, realizado entre a FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA - FAPEC e ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., este proporcionou subsídios para continuar/inovar os trabalhos de E.P. divulgando a Arqueologia de Mato Grosso do Sul. Uma das funções da salvaguarda de materiais é a de estimular o desenvolvimento de acervos e serviços abrangentes e acessíveis ao público, visando à aprendizagem, inspiração e satisfação de todos demonstrando o impacto de seu setor na vida social e mantendo o bem em segurança para que futuras gerações possam usufruir, pesquisando estes que estarão conservados. A divulgação dos resultados das pesquisas e os trabalhos de Educação Patrimonial são uma exigência do IPHAN, nesta 1ª fase foram produzidos materiais lúdicos (Totem) e instrumentos de compartilhamento (Tour virtual) para que esta exigência fosse cumprida.

Com o ***Tour virtual*** - Acesso ao Tour 360º: https://tour360.meupasseiovirtual.com/06095/14262/muarq360/tourvirtual/index.html e o ***Totem***, utilizando a figura de uma preguiça gigante e seu filhote ***da Megafauna*** para que os visitantes em geral tirem fotos, são para o desenvolvimento e interação com os visitantes e educandos e a intenção é conduzir à construção de relações mais amplas e diversificadas com o espaço de memória que é o Museu. A necessidade da memória em se ancorar no espaço, no gesto, na imagem e no objeto, faz dos museus e dos próprios sítios arqueológicos, ao lado dos monumentos, seus lugares de manifestação. Partindo dos temas trabalhados com as crianças e adolescentes é possível estabelecer paralelos entre passado e presente, permitindo que os indivíduos se enxerguem dentro de um processo histórico que é construído pela coletividade. A problemática da preservação patrimonial extrapola a questão dos caçadores-coletores--pescadores e ceramistas-agricultores-pescadores, permitindo ao grupo uma reflexão mais aprofundada sobre as diversas categorias

de patrimônio, da pré-história, bem como, as responsabilidades individuais e coletivas que todos temos sobre esses bens.

Imagem 1 e 2
Tour virtual e Totem da Preguiça Gigante.



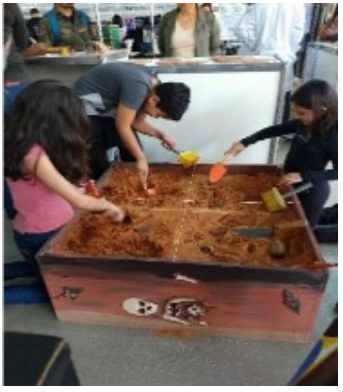


A segunda parte deste Projeto com a ELETROSUL, continuou proporcionando condições financeiras para que a programa de E.P. do MuArq continuasse se desenvolvendo. No ano de 2019, mais precisamente em setembro, foram instalados dois novos espaços que foram inaugurados: uma biblioteca para estudos

com aproximadamente de 650 livros sendo estes de Arqueologia, Antropologia, Educação Patrimonial e Patrimônio Cultural e doados pelo Arqueólogo Gilson Rodolfo Martins, fundador do MuArq e um novo espaço Lúdico pedagógico, intitulado de "Na trilha do Passado Arqueológico de MS", cujo objetivo

Imagens 3 e 4
Produção de material Lúdico pedagógico.





é fazer com que as crianças "fixem" e interajam com o conteúdo apresentado pelos vídeos e apresentação da exposição de longa duração pelos acadêmicos da UFMS. Este espaço transformou-se em um jogo de tabuleiro, cujos peões são os alunos e estes

só jogam o dado se acertarem as perguntas sobre Arqueologia de MS. Estes projetos e parcerias são fundamentais ao museu, porque além das adequações, manutenções também subsidiam as bolsas para os acadêmicos da UFMS. A seguir, fotos de alguns dos programas de E.P. descritos anteriormente.

Imagens 5 e 6: Biblioteca para consulta pública e novo espaço Lúdico pedagógico: Nas trilhas do Passado.





Os acadêmicos/Bolsistas do Museu também auxiliaram na produção da caixa de escavação para o programa arqueologia Itinerante, Programa que se iniciou na 72º reunião da SBPC realizada na UFMS, e na produção de carimbos de pinturas rupestres de Mato Grosso do Sul.

Imagens 7 e 8: Apresentação na exposição de Longa duração e Projeto Arqueologia Itinerante na Feira de Ciências da Escola Bionattus em novembro de 2019.





Neste artigo foi feito este recorte, 2018/2019/2020/2021 e 2022 mostrando como foram gastos parte dos recursos de projetos desenvolvidos com parceria ELETROSUL, e como consequência a importância destes recursos, advindo de parcerias, para modernização e cumprimento da função do Museu, que é a aproximação do público ao passado pré-histórico de MS e valorização do patrimônio. Também as bolsas acadêmicas são de fundamental importância para que os projetos de E.P. sejam desenvolvidos e estes além de apresentar os espaços e realizar as atividades com os visitantes, também passar pelo trabalho interno que contempla a reserva técnica do Museu e sala de higienização de peças arqueológicas.

Com estes recursos, foram pagas 12 bolsas para acadêmicos de História e Geografia da UFMS, bolsistas que são fundamentais para a aplicação e desenvolvimentos das atividades de Educação Patrimonial. Percebe-se que o número de visitantes, principalmente escolares, vem aumentando com o passar dos anos e a maioria das escolas volta anualmente, para isso deve sempre estar sempre atualizando as pesquisas, vídeos e procurando comunicar-se cada vez mais com o público. O vídeo de Boas-Vindas foi produzido pela equipe do MuArq em 2018 e baseado nos questionamentos que os alunos [de todas as séries, inclusive acadêmicos] faziam nas visitas. Os bolsistas foram anotando durante um ano e os questionamentos mais recorrentes foram transformados em um curta animado originando um vídeo de boas-vindas. Para acesso: https://www.youtube.com/watch?v=piAfMyUT9qk&t=45s

Imagem 9: 1ª parte do curta animado, whiteboard, de Boas-Vindas do MuArq.



É importante reforçar que as atividades de E. P. apresentadas aqui foram colocadas em prática após 2018. Anterior a estas, o MuArq ao longo de 11 anos vem desenvolvendo ações e projetos de E.P, como vídeos institucionais, exposições externas, visitas às escolas de todo o estado, espaço lúdico pedagógico com mini-escavação ao final das apresentações dos vídeos e exposição de

longa-duração pelos acadêmicos, panfletos, e cursos de formações para professores da rede estadual e municipal de Campo Grande. Aulas do curso de História da UFMS, da disciplina de Pré-História também são realizadas neste espaço museal. Para este artigo não se contabilizou a quantidade de visitantes avulsos que frequentaram o museu, pois estes apenas frequentaram a exposição de longa duração guiada por alunos da UFMS.

Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas da UFSM

O Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas- LASCA, é um Laboratório de nome recente, criado a partir da fusão de dois outros espaços dentro da UFSM, o Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas- LEPA e o Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória- NEP. Esta fusão ocorreu pela indicação do Ministério Público Federal durante uma vistoria sobre a guarda dos acervos arqueológicos da instituição, ocorrida em 2016. Em 2019, a partir de um novo espaço físico, surge o LASCA, embora a pesquisa arqueológica na UFSM remonte aos anos 1980, com o prof. Vitor Hugo da Silva.

Desde a criação do NEP, em 1998, a proposta era desenvolver projetos de educação patrimonial, de forma que, com a criação do LASCA, apenas o foco se restringiu ao patrimônio arqueológico. Neste sentido, o LASCA, apesar de sua abertura oficial ter ocorrido em outubro de 2019 (poucos meses antes do começo da pandemia de SARS-Covid 19).

Os recursos do LASCA, tal como do MuArq, tem sua origem em apoio institucional, uma vez que está ligado a Divisão de Museus, ligado a Coordenadoria de Cultura e Arte, que por sua vez é vinculada a Pró-Reitoria de Extensão – PRE. Porém, também os endossos institucionais durante muito tempo possibilitaram a oferta de bolsas na modalidade de bolsa de trabalho, além dos recursos financeiros para a montagem de exposições e atividades educativas.

O LASCA atualmente busca atender duas modalidades de público: o atendimento as escolas da educação básica e as visitas espontâneas na área de exposição. As escolas e instituições de educação formal e informal, desde as séries iniciais até os anos finais do ensino médio, através de agendamento no site ou telefone, podem solicitar uma visita guiada por monitores ou pelo coordenador do Laboratório, no qual é apresentada a exposição A Trajetória da Arqueologia no Estado do RS, que conta com alguns módulos e maquetes para melhor apresentação do conhecimento. A exposição começa com a apresentação do que é Arqueologia, e de acordo com a faixa etária, uma contextualização temporal do período ao qual estamos tratando.

Uma das estratégias mais utilizadas é remeter a película "A Era do Gelo" (Blue Sky Studios, 2002, direção de Chris Wedge e pelo brasileiro Carlos Saldanha), que é conhecido pela maioria do público infantil e adulto. A partir da contextualização da obra, falamos da última glaciação, os animais presentes na animação que tem representantes no estado, bem como os seres humanos do período. Esta apresentação é realizada em uma antessala da exposição, para que os visitantes saibam o que vão encontrar como acervo da exposição. Depois da apresentação, a visita inicia com o módulo do que é arqueologia, e a maquete sobre as diferenças da Arqueologia para a Paleontologia, uma vez que a região central do estado é rica em fósseis de animais e plantas. O próximo módulo trata dos povos caçadores e coletores do estado, e para tal apresentamos as maquetes dos povos do litoral (sambaquis), os povos das grutas (Tradição Umbú e Humaitá), os povos dos Cerritos (no pampa) e finalizamos apresentamos os módulos dos povos horticultores do estado, com a Tradição Guarani e os povos Jê meridionais (habitantes das casas subterrâneas). O final do tour da exposição é um artefato doado por um morador próximo a um sítio arqueológico, que encontrou uma pedra gravada em sua propriedade. Os visitantes são indagados a responder, em um flip-chart, o que pensam que pode ser aquela peça. A visita a exposição tem duração de 30 a 50 minutos, dependendo do público.

Imagem 10 e 11: Exposição do LASCA e visita guiada.





Para além da exposição, no mesmo local, temos a oferta de duas oficinas, uma voltada para o público infantil e pré-adolescente, que é a oficina de arte rupestre. Como durante a exposição é tratada a arte rupestre do estado, constituída de gravações em abrigos sob rocha, ou mesmo em blocos, estabelecemos um diálogo que esta arte pictórica expressa algum desejo ou motivação humana, ao qual temos poucos elementos para sua interpretação. A partir disso, lançamos o desafio para os alunos produzirem uma mensagem a outras pessoas, sem o uso da palavra escrita, já que estes povos não utilizavam este recurso para sua manifestação. Esta atividade tem duração entre uma hora e 1:30h, dependendo do número de pessoas e a faixa etária dos educandos.

Imagem 12 e 13: Oficina de Arte Rupestre e Escavação Arqueológica simulada.





Outras atividades são ofertadas nas escolas, sob agendamento, como as oficinas de arco e flecha, de confecção de réplicas de cerâmica arqueológica, oficina do que é patrimônio e reconstrução de material arqueológico. O objetivo da primeira é desconstruir a imagem das sociedades caçadoras como uma atividade primitiva, na qual as pessoas são levadas a uma réplica de animal silvestre brasileiro (paca, Cuniculus pacca) e são instadas a acertar o alvo, feito de plástico e madeira. Nessa atividade, para além da balística, técnicas e prática do tiro com arco e flecha, participantes são levados a refletir sobre os elementos que compõe esta prática. Na sequência, e na mesma linha de raciocínio, outra oficina é a confecção de réplicas de cerâmica arqueológica Guarani. Sendo uma das maiores invenções da humanidade, a produção de artefatos de argila e sua modificação em cerâmica exige uma série de controles de materiais, técnicas, além do controle do fogo. Estas oficinas são utilizadas para que as pessoas que participam tenham

uma ideia mais clara da complexidade destas atividades, seja no passado ou sua reprodução no presente.

Imagem 14 e 15: Oficina de arco e flecha e confecção de réplicas de cerâmica arqueológica.





Outras oficinas ofertadas sob agendamento são as atividades de reconstrução de material arqueológico e "o que é patrimônio?". A reconstrução do material arqueológico acontece a partir de duplas ou trios de estudantes que recebem, em uma caixa, partes fragmentadas de um objeto, tal qual é encontrado na natureza. Esta atividade apresenta, para depois da escavação arqueológica, como é o procedimento em laboratório, onde o material é lavado, numerado, registrado para posterior análise. Nesta ação,

participantes tem de remontar os fragmentos recebidos, desenhar a peça reconstruída e determinar o objeto original, seus usos e funções. Como o material encontra-se fragmentado, apresentamos as dificuldades também da escavação, onde raramente os objetos são encontrados inteiros.

Por fim, e não menos importante, uma das ofinas apresentadas a professores e alunes de qualquer ano ou série da educação básica é a oficina "o que é patrimônio?". Nestas atividades, participantes são convidados a retirar de uma caixa de papelão, com conteúdo incógnito, alguns objetos, no qual devem responder cinco questões: O que é? Do que é feito? Quem você acha que fez? Que idade tem? Para que serve?. Os objetos são de um passado recente, como fichas telefônicas, disquetes de 5 ¼ ou 3 ½ polegadas, ou alguns mais antigos, como réplicas de materiais arqueológicos ou objetos cotidianos, como relógio, etc.

A proposta é levar as pessoas a uma reflexão de que o objeto só tem valor se os conhecemos, e para além de conhecer, compreender a historicidade, o valor, as referências que fazem deste local, objeto ou construção ser considerado um patrimônio.

Por fim, dentro de uma perspectiva de arqueologia colaborativa, o LASCA mantém diversos canais de contato com o público abertos para perguntas, sugestões e interações de diversas naturezas, como site institucional e redes sociais[4]. Esta participação tem dado resultado extremamente positivo, como doações de objetos arqueológicos, mesmo que sem localização geográfica, informações sobre sítios arqueológicos, além de interações para consulta sobre objetos, entre outras. Isso é relevante na medida em que, mesmo que o LASCA não seja um museu, atende as mesmas funções de pesquisa, comunicação e extroversão do conhecimento científico na área.

[4] www.ufsm.br/laboratorios/lasca, @lasca_ufsm (instagram), por exemplo.

Imagem 16 e 17: Oficina de remontagem de material arqueológico e o que é patrimônio.





Um último ponto de destaque dentro da área de valorização do patrimônio e extroversão do conhecimento é a publicação de materiais didáticos e paradidáticos para ensino da pré-história e arqueologia. Voltado para crianças das séries iniciais temos a publicação da coleção "Lucas, Marina e a Pedra do Tempo", com 7 volumes, que apresenta duas crianças que viajam no tempo através de pedras que as levam a ter contato com as antigas populações que habitaram o estado do RS. Além de ter contato com os grupos humanos, a aventura se encerra no LASCA, onde as crianças se dão conta que as "pedras do tempo" são os artefatos arqueológicos,

que permitem conhecer mais sobre o passado. (Disponível em https://www.ufsm.br/laboratorios/lasca/cartilhas-educativas).

Já para o público pré-adolescente, produzimos a Cartilha: Descubra Arqueologia com Toni Tatu e Mulita, no qual dois tatus apresentam o que é a disciplina de arqueologia, com as noções mais abrangentes para o leitor brasileiro sobre o tema. Isso por que a arqueologia no nosso país é costumeiramente dividida a partir da fundação, ou seja, antes e depois de 1500. Por fim, e não menos importante, lançamos recentemente Manual de boas práticas em Arqueologia, voltado aos estudantes de graduação que ainda não tiveram nenhuma experiência de campo, ou não participaram de escavação arqueológica.

Conclusão

O programa de Educação Patrimonial de ambos espaços vem se estendendo, modificando-se a cada ano, e essas adaptações procuram interagir cada vez mais com os visitantes. Se isto ocorre pode ser um indicativo de satisfação do atendimento recebido e que a intenção de complementar o conteúdo de Pré-história brasileira nas escolas e academias está sendo cumprido. É importante frisar que os acadêmicos são fundamentais para o sucesso deste programa, pois são os executores das ações o que sem dúvida os auxiliará na vida carreira de professores. A observação e a manipulação da cultura material arqueológica deverão promover o conhecimento, a apropriação e a valorização da herança cultural pretérita. Assim sendo, a Arqueologia apresenta-se como elemento subsidiário na aplicação das diretrizes da Educação Patrimonial, uma vez que têm por objeto de estudo os vestígios da cultura material de sociedades pretéritas do contexto regional. Dessa forma, na perspectiva da Educação Patrimonial, o MuArq e o LASCA desenvolvem a apropriação de métodos de ensino/aprendizagem das linguagens artísticas e da estética do cotidiano [contato com artefatos líticos de caçadores- coletores confeccionados entre 12.000 e 4.000 anos atrás, bem como com vasilhas cerâmicas de povos indígenas

agricultores que viveram entre 1.500 e 300 anos atrás]. A finalidade dos projetos de E.P. do MuArq e LASCA são a de enxergar a pré-história brasileira valorizando seu viés regional. Os objetos e expressões do Patrimônio Cultural funcionam como ponto de partida para a atividade pedagógica, realizada por meio da observação, do questionamento e da exploração de todos os aspectos desses objetos e expressões, buscando levar crianças e adolescentes e os estudantes bolsistas a um processo ativo de conhecimento crítico, apropriação consciente e consequente valorização de sua herança cultural, o que possibilita o fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. Portanto, a metodologia da Educação Patrimonial é materializada através do estudo de objetos arqueológicos como estratégia de aprendizagem dos diferentes contextos socioculturais e ambientais do passado pré-histórico e pré-colonial, para subsidiar a ampliação do conhecimento acerca dos processos de povoamento regional, da percepção da pluralidade cultural e biodiversidade desde o passado longínquo, em prol da necessidade do respeito às diferenças individuais e coletivas, prática indissociável da conservação ambiental necessária à sustentabilidade das sociedades no futuro.

Referências

MARTINS G. KASHIMOTO E. 2013. **12.000 anos: Arqueologia do povoamento humano no nordeste de Mato Grosso do Sul.** Campo Grande: FCMS/Ed. Life.

ORIÁ, R. **Memória e ensino de História.** (2004). In: BITTENCOURT, Circe. [Org.]. O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto.

PACHECO, M. L. A. F. *et al.* **"Concepção de estudantes de 8ª série de escolas públicas e particulares sobre conceitos e aplicabilidades de arqueologia na conservação de sítios arqueológicos de**

Mato Grosso do Sul". In: VII Encontro de História de Mato Grosso do Sul, Anais...Universidade Católica Dom Bosco, n.7.

SOARES, A. L. R.; KLAMT, Sérgio Célio. (2005) **Antecedentes Indígenas: pré-história compacta do Rio Grande do Sul.** 1. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor. v. 1. 120p.

IPHAN, 2023. Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cadastro de Sítios Arqueológicos. Disponível em: https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-arqueologico/cadastro-de-sitios-arqueologicos, última atualização em 25/01/2023.

10.

A Paisagem Cultural do Município de Morro Grande *no Geoparque Mundial da UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul*

The Cultural Landscape of the Municipality of Morro Grande *in the UNESCO World Geopark Caminhos dos Cânions do Sul*

El Paisaje cultural del Municipio de Morro Grande en el *Geoparque Mundial de la UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul*

BY JAIRO VALDATI
LEONARDO MARTINS BANDEIRA
MIKAEL MIZIESCKI
JOSÉ GUSTAVO SANTOS DA SILVA
JULIANO BITENCOURT CAMPOS

A Paisagem Cultural do Município de Morro Grande *no* [1]*Geoparque Mundial da UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul*

The Cultural Landscape of the Municipality of Morro Grande *in the UNESCO World Geopark Caminhos dos Cânions do Sul*

El Paisaje cultural del Municipio de Morro Grande en el *Geoparque Mundial de la UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul*

JAIRO VALDATI[2]; LEONARDO MARTINS BANDEIRA[3]; MIKAEL MIZIESCKI[4]; JOSÉ GUSTAVO SANTOS DA SILVA[5] & JULIANO BITENCOURT CAMPOS[6]

---

1 O texto resulta da apresentação realizada no I Seminário Internacional APHELEIA: América do Sul (UNESC – Criciúma, SC – de 25/10 à 28/10/2023), na mesa redonda Turismo: gestão do território e paisagens culturais, proferida por Jairo Valdati. Acrescenta-se ao texto as pesquisas realizadas pelo mestrando Leonardo Martins Bandeira sobre paisagem cultural.

2 Professor doutor vinculado ao Departamento de geografia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC);

3 Mestrando no Programa de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Socioambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

4 Universidade do Extremo Sul Catarinense. Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE).

5 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Criciúma/SC, Brasil. Bolsista Fapesc (CP 48/2021).

6 Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Criciúma/SC, Brasil. Investigador do Instituto Terra e Memória, Centro de Geociências (ITM/CGEO/Portugal) E-mail: jbi@unesc.net –
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0300-1303

Resumo

A paisagem é um conceito chave para a geografia e é nesta disciplina que uma busca epistemológica a seu respeito aparenta ter encontrado o seu caminho mais profícuo. A patrimonialização da paisagem, processo discutido a partir do advento da UNESCO e de suas conferências para o patrimônio cultural, encontra nos Geoparques um espaço de prática junto a comunidade local, a exemplo do município de Morro Grande, objeto de estudo desta pesquisa, localizado no estado de Santa Catarina, na região sul do Brasil, pertencente ao Geoparque Mundial da UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul. Portanto, a busca de um entendimento para o conceito de paisagem e paisagem cultural se coloca como objeto deste trabalho bem como a aplicação desta discussão em um recorte espacial determinado. O município de Morro Grande, apresentando características específicas de apropriação das formas de relevo pela comunidade local, resulta em um consistente objeto de estudo para trabalhos que utilizam o conceito de paisagem e paisagem cultural.

Palavras-chave: Paisagem; Paisagem cultural; Geoparque.

Abstract

Landscape is a key concept in geography, and it is within this discipline that an epistemological quest regarding it seems to have found its most fruitful path. The heritage designation of the landscape, a process discussed since the advent of UNESCO and its conferences on cultural heritage, finds in Geoparks a space for practice within the local community, as exemplified by the municipality of Morro Grande, the subject of this research, located in the state of Santa Catarina, in the southern region of Brazil, belonging to the UNESCO Global Geopark Paths of the Southern Canyons. Therefore, the pursuit of an understanding of the concept of landscape and cultural landscape stands as the

object of this work, as well as the application of this discussion within a specific spatial framework. The municipality of Morro Grande, with its specific characteristics regarding the local community's appropriation of landforms, emerges as a consistent subject of study for works that employ the concept of landscape and cultural landscape.

Keywords: Landscape; Cultural Landscape; Geopark.

Resumen

El paisaje es un concepto clave en la geografía y es dentro de esta disciplina donde una búsqueda epistemológica al respecto parece haber encontrado su camino más fructífero. La patrimonialización del paisaje, un proceso discutido desde la llegada de la UNESCO y sus conferencias sobre el patrimonio cultural, encuentra en los Geoparques un espacio de práctica dentro de la comunidad local, como se ejemplifica en el municipio de Morro Grande, objeto de estudio de esta investigación, ubicado en el estado de Santa Catarina, en la región sur de Brasil, perteneciente al Geoparque Mundial de la UNESCO Caminos de los Cañones del Sur. Por lo tanto, la búsqueda de una comprensión del concepto de paisaje y paisaje cultural se presenta como el objeto de este trabajo, así como la aplicación de esta discusión dentro de un marco espacial específico. El municipio de Morro Grande, con sus características específicas en cuanto a la apropiación de las formas del relieve por parte de la comunidad local, emerge como un sujeto consistente de estudio para trabajos que emplean el concepto de paisaje y paisaje cultural.

Palabras-clave: Paisaje; Paisaje cultural; Geoparque.

Introdução

Analisar a paisagem pode ser um dos primeiros movimentos em direção a ao entendimento do espaço geográfico. Alexander Von Humboldt, ainda que sem a posse do conceito de paisagem como é trabalhado atualmente, utilizou de uma compartimentação da paisagem, mesmo que de maneira embrionária, para dar início ao entendimento das dinâmicas do planeta terra. A paisagem, tendo a sua história particular e um desenvolvimento *ad eternum* de seu conceito, se coloca então como uma possibilidade de objeto de estudo para a geografia por proporcionar a discussão de algumas problemáticas básicas da disciplina. Estas discussões contempladas pela paisagem abarcam, inclusive, a sua divisão extraoficial entre geografia física e geografia humana.

No âmbito geográfico, após o desenvolvimento da paisagem como conceito, tem-se uma divisão de caminhos a seu respeito, o que pode ser resumido pela bifurcação entre paisagem natural e paisagem cultural/social/humana. Esta divisão gerou discussões que se desenvolvem até os dias atuais sendo tema de pesquisas que focalizam uma ou em outra vertente. Neste sentido, alguns neologismos para a paisagem foram sendo criados dentro destes dois contextos ao longo do tempo, ou mesmo adjetivos foram sendo adicionados a fim de que subcategorias de análise da paisagem fossem criadas como, por exemplo, paisagens frágeis ou paisagens do medo.

As discussões a respeito do conceito de paisagem para a geografia tiveram por um período considerável o meio natural como o fator determinante da paisagem, sem ter a sociedade como uma fornecedora de conteúdo para a análise. Esta decisão teórica foi então sendo superada tendo na figura de Carl Sauer, a partir de seu tradicional texto denominado Morfologia da Paisagem, publicado em 1925, a necessidade da inclusão do ser humano e seus produtos na análise da paisagem geográfica. A paisagem passava a ser não mais o meio natural ou as porções intocadas do planeta

Terra, mas sim a paisagem construída a partir dessas determinantes naturais pela sociedade.

Neste sentido, ao longo do século XX, a paisagem começa a ser analisada do ponto de vista cultural, e, principalmente a partir do advento da UNESCO, em 1946, como patrimônio. Destas discussões, portanto, teve-se o desenvolvimento nos anos 1990 do dispositivo de paisagem cultural com o objetivo conservacionista. A paisagem cultural ganha espaço como conceito dentro do âmbito legal e é utilizada por diversos países, dentre eles o Brasil, a partir de 2009, de responsabilidade do Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como um dispositivo que vista salvaguardar as paisagens culturais, resultando assim em um processo de preservação e cuidado para com as comunidades mais suscetíveis as mudanças socioambientais.

A Rede Mundial de Geoparque da UNESCO (GGN), criada em 2001 a partir da sua antecessora, a Rede Europeia de Geoparques (REG), carrega em seu conceito a preservação da geodiversidade, conceito desenvolvido ao longo dos anos 1990 por pesquisadores como Sharples e Gray. A geodiversidade, por sua vez, se traduz pela variedade de elementos abióticos em determinado espaço (Gray, 2004). Os geoparques, no entanto, trabalham com este conceito, mas também com um horizonte mais amplo com o objetivo de desenvolvimento da comunidade local, o que inclui preocupações voltadas a cultura e ao desenvolvimento do turismo de base local (UNESCO, 2004).

Neste contexto, em 2022, é chancelado como pertencente a Rede Mundial de Geoparques da UNESCO o Geoparque Mundial da UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul, na região sul do Brasil, contemplando ao todo sete municípios. Estes municípios estão dispostos em dois estados brasileiros, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sendo Torres, Mampituba e Cambará do Sul pertencentes ao Rio Grande do Sul e Praia Grande, Jacinto Machado, Timbé do Sul e Morro Grande pertences a Santa Catarina. Este texto apresentará alguns resultados no contexto do conceito de paisagem atrelados a existência do geoparque na

região, mas estritamente relacionados ao munícipio de Morro Grande.

A apresentação destes resultados e discussões se darão no contexto da compartimentação da paisagem proporcionada pela compartimentação das unidades geomorfológicas no munícipio de Morro Grande. Estes resultados são também discutidos a luz do conceito de paisagem que, por sua vez, será aprofundado no próximo tópico. As pesquisas sobre a paisagem se inserem em âmbitos distintos do conhecimento, como comentado no início desta introdução, porém, é válido comentar, nesta pesquisa tem-se a geografia como principal disciplina a fornecer os alicerces para a construção da discussão a respeito da paisagem.

Por fim, a apresentação da paisagem cultural e da paisagem concreta do munícipio de Morro Grande encontrou também como caminho possível a produção fotográfica como uma possiblidade de inventário da paisagem morrograndense. Discutir a paisagem ainda que de maneira embrionária pode fornecer caminhos valiosos para a produção de valor a seu respeito. Valores esses que podem ser incentivados tanto para os pesquisadores e visitantes do geoparque como para os moradores da comunidade local, sendo o último colocado de maneira prioritária e mais importante no contexto desta pesquisa.

O conceito de paisagem

O conceito de paisagem atravessa a história de diferentes maneiras e é usado em distintos campos do conhecimento, sejam eles científicos ou não. Entre as áreas que utilizam o conceito em seus estudos e projetos tem-se a geografia, a arquitetura, a literatura e a estética como exemplos de disciplinas que apresentam uma maior preocupação para com a paisagem. É na geografia, no entanto, que o conceito de paisagem encontra o seu lugar de maior desenvolvimento, sendo cogitado, inclusive, como possível objeto de estudo da ciência geográfica, argumentação esta não pacificada e não aceita pela maioria da comunidade ligada a disciplina.

A paisagem, em um primeiro momento, pode ser entendida como o resultado da relação do sujeito com o meio. Esta relação pode ser observada antes mesmo da construção do conceito, como aponta Verdum (2012), quando este afirma que "apesar da ideia de paisagem estar presente desde a Antiguidade, principalmente na pintura e na arte, a incorporação deste conceito nos estudos acadêmicos é uma criação da modernidade" (Verdum, 2012, p.15). Maximiano (2004), aponta ainda para as pinturas rupestres com cerca de 30 mil anos, situadas onde hoje está a França, como um exemplo de uma relação consciente do ser humano com o seu meio através da paisagem. Nesta pinturas pré-históricas as representações do relevo, da fauna e da flora caracterizam a paisagem ao modo que estes grupos demonstram uma consciência paisagística (ainda que incipiente).

Se faz necessário, ainda que não se trate especificamente do nascimento do conceito paisagem, mas sim de uma ação embrionária para a existência desta, a relação dos jardins do Egito antigo, sobretudo os da cidade de Tebas, onde um certo controle da natureza e a reprodução do ambiente natural em uma escala reduzida e controlada construíram uma relação paisagística. "Os jardins, em geral, eram como oásis trazidos para dentro das cidades fortificadas. Os muros protegiam contra as ameaças externas que tanto podiam vir de outros povos, como de forças naturais, ainda desconhecidas." (Maximiniano, 2004, p. 84).

Neste contexto, há ainda a dita primeira referência a paisagem encontrada na literatura, a palavra em hebraico *noff*, presente no antigo testamento. *Noff* seria algo próximo de uma descrição do belo, utilizada neste caso para se referir a cidade de Jerusalém. Para as línguas latinas, tendo o português como exemplo, tem-se a relação com a palavra pagos, que por sua vez faz uma referência a um limite territorial (Rocha, 2012).

O nascimento do conceito de paisagem ou da paisagem como uma ideia consciente nas sociedades se desenvolveu em diferentes lugares e em diferentes períodos históricos. Estes momentos embrionários da paisagem também se deram a partir

de mecanismos distintos. O geografo francês Augustin Berque aponta que a paisagem nasceu onde hoje é a China no século IV a partir de um forte vínculo com a literatura (Magalhães, 2015). Em um contexto de intensas guerras alguns membros abastados da sociedade chinesa se exilaram em casas de campo e começaram então um processo de produção literária sobre a paisagem. Os textos produzidos por estes indivíduos se debruçaram sobretudo com foco da pintura de paisagem preenchendo então o que Berque afirma ser os requisitos básicos para a existência da paisagem.

O estudo que resultou para Berque nas categorias necessárias a serem avaliadas para a existência da paisagem se colocam em um contexto de uma busca epistemológica da paisagem. Neste sentido o autor busca o que de fato é a paisagem para além das clássicas leituras de que a paisagem seria tudo aquilo que se vê, ou tudo aquilo que está ao alcance dos olhos. Em outras palavras é a busca por entender onde reside a paisagem e por quais meios ela é operada (Silva, 2014).

Os requisitos necessários para a existência da paisagem para Berque, portanto, segundo Roger (2008) se enquadram em quatro características apresentadas por determinada sociedade com a finalidade de constatar que esta sociedade utiliza a paisagem como uma categoria consciente (Roger, 2008). Segundo Berque, houve sociedades que, por não contemplarem esses quatro requisitos, podem ser consideradas como sociedades apaisagisticas ou que não tinham a paisagem como um elemento presente em sua cosmovisão. Para Berque, portanto, os quatro elementos necessários para a existência da paisagem são:

> **1.** Una o varias palabras para denominar "paisaje";
>
> **2.** Representaciones literarias, orales o escritas, que canten o describan las bellezas del paisaje;

> **3.** Representaciones pictóricas cuyo tema sea el paisaje;
>
> **4.** Jardines de recreo. (Berque, 1995, págs. 34-35 apud Roger, 2008, p. 68).

No ocidente, a paisagem teve início a partir de um caminho diferente se comparado a China. Foi pela pintura do Renascimento que a paisagem começa a ser tratada como uma categoria consciente para a sociedade europeia de então, sobretudo nos movimentos pictóricos da região de Flanders e do trecento italiano. Estas pinturas tiveram nos jardins do século XIV, pertencentes ao período do Renascimento, a base para a sua produção. Estes jardins se diferenciaram dos jardins da idade média por terem não mais uma ideia de um ambiente fechado ou cercado por muros, mas sim uma arquitetura aberta que direcionava o olhar para a apreciação da paisagem. Quanto aos jardins fechados da idade média pode se dizer ainda que "não há, ainda, a relação destes jardins com a paisagem circundante e como continuação da própria edificação, o que ocorrerá no esplendor do Renascimento quando a noção de paisagem estiver estabelecida" (Magalhães, 2015, p. 18)

A existência destes jardins abertos do Renascimento culminou com a produção pictórica tendo a paisagem como um elemento presente e a aparição relativamente comum de uma janela como um elemento que direciona o olhar para a paisagem. Este elemento pode ser observado em várias pinturas da época. Alguns destes jardins marcaram uma importância maior no contexto do Renascimento, entre eles o os jardins da Vila Fiesole, na Itália. Neste sentido, e demarcando este momento de transição, concorda-se com Magalhães, 2015, que "foi com a Vila Fiesole que os novos ideais de projetos de residências principescas se concretizaram abandonando as referências medievais, com a integração entre a arquitetura, os jardins e a paisagem" (Magalhães, 2015, p. 21).

Tendo, portanto, as bases para a existência da paisagem como uma categoria consciente para diversas sociedades, tem-se, a partir da construção da geografia como uma ciência, na metade final do século XIX, o uso da paisagem como um objeto de estudo embrionário. Neste período a paisagem era tida do ponto de vista de sua compartimentação e servia como fonte de análise para estes geógrafos. Tinha-se, portanto, uma "abordagem descritiva e morfológica que abordava a natureza do ponto de vista de sua fisionomia e funcionalidade" (Maciel; Lima, 2011, p. 161).

No decorrer do desenvolvimento do pensamento geográfico novas abordagens da paisagem foram surgindo como, por exemplo, o Complexo Natural Territorial (CNT), proposto por Vassilii Dokoutchaev, na União Soviética, ou a *naturlandschaft* e *kulturlandschaft*, propostas por Otto Schlüter, na Alemanha do século XIX. As duas últimas categorias podem ser traduzidas, respectivamente, por paisagem natural e paisagem cultural.

Como já comentado a paisagem neste período estava mais ligada a natureza e a sociedade que, por sua vez, era vista como algo secundário ao analisar a paisagem. As discussões neste contexto tiveram certa pacificação a partir de um já tradicional texto do geógrafo teuto-estadunidense Carl Sauer denominado A Morfologia da Paisagem, publicado pela primeira vez em 1925.

Para Sauer a paisagem deve ser analisada incluindo a sociedade em suas dinâmicas e sendo a apropriação da natureza pela sociedade o que resultaria na paisagem. Ao defender a necessidade de considerar a obra humana como integrante da paisagem, Sauer afirma que "a geografia baseia-se, na realidade, na união dos elementos físicos e culturais da paisagem. O conteúdo da paisagem é encontrado, portanto, nas qualidades físicas da área que são importantes para o homem e nas formas do seu uso da área, em fatos de base física e fatos da cultura humana" (Sauer, 2004, p. 29).

Ao argumentar que a relação entre ser humano e natureza constrói a paisagem, Sauer apresentou também um esquema em que a cultura é um fator que se apropria do meio natural ao longo do tempo produzindo a dita paisagem cultural (ou simplesmente

produzindo paisagem). Sauer, no contexto de análise da paisagem, trabalhou com um dos caminhos do embate que guia as discussões a seu respeito até os dias atuais, traduzido pela dicotomia entre paisagem concreta versus paisagem fenomenológica. Sauer, ao analisar a paisagem do ponto de vista de sua materialidade pela dita natureza (formas de relevo, rios, etc) e da materialidade da sociedade (casas, ruas, prédios, etc) tinha na paisagem concreta o seu horizonte de pesquisa.

De maneira geral, a paisagem concreta se dá pela materialidade, como dito, seja da natureza ou da espécie humana, percebida pelos sentidos do corpo humano. A paisagem fenomenologia, por sua vez, consiste no imaginário a respeito da paisagem. É aquilo que é construindo a partir da paisagem, seja pelos sentimentos ou demais produtos da mente humana. Correa, 2014, coloca este embate capitaneado por dois geógrafos sendo o próprio Sauer um deles, ao lado da paisagem concreta, e Denis Cosgrove como um dos pesquisadores que utiliza paisagem fenomenológica como objeto de estudo.

Este embate leva a outro geógrafo que se coloca de maneira basilar para este texto: o francês Augustin Berque, que trabalha com diferentes caminhos dentro da paisagem como, por exemplo, uma busca epistemológica da paisagem e uma própria busca quanto a essência da relação do ser humano com o meio. Para Berque esta relação não se da apenas pela materialidade ou apenas pelo imaginário e sim por uma relação entre os dois.

Marandola e Oliveira (2008) ao pesquisarem sobre Berque afirmam que "uma das formas possíveis de apreender tal relação entre a humanidade e a superfície terrestre é através da paisagem. Para o autor [Augustin Berque], a paisagem é uma entidade privilegiada para alcançar esta intersubjetividade, ela é a expressão de nossa relação com a Terra" (Marandola; Oliveira; 2018, p. 142). Sendo assim, para Berque, a paisagem é um conceito que pode fornecer caminhos frutíferos se o objetivo for o entendimento da relação do ser humano com o seu meio. Este fluxo de ideias perpassa a obra do autor fornecendo conclusões robustas sobre o

conceito de paisagem, colocando-o já como uma leitura essencial para os estudos desta área do conhecimento.

Berque faz ainda proposições a respeito da filosofia da ciência o que também gera resultados em suas pesquisas sobre a paisagem. Para o autor existem dois caminhos para a construção do conhecimento: "O primeiro, e dominante, é o materialista, onde as leis universais dos objetos são absolutas. O discurso oposto (de difícil denominação) é aquele onde o sujeito individual é absoluto. Nenhuma destas correntes é capaz de explicar a relação que existe entre o homem e a Terra de maneira cabal" (Marandola; Oliveira, 2018, p. 141).

Estes dois caminhos são compatíveis com a dicotomia da paisagem concreta versus paisagem fenomenológica e é justamente este um dos pontos importantes do trabalho de Berque pois o autor propõe uma quebra desta bifurcação. Para Berque tanto a paisagem concreta como a paisagem fenomenológica se colocam como abordagens essenciais se o objetivo foi buscar a essência do conceito de paisagem. "Estes fluxos, observa Berque, supõe trajetos materiais e metafóricos que não podem ser dissociados" (Holzler, 2004, p. 55)

Esta dupla possibilidade de análise da paisagem que deve ser feita de maneira conjunta para o autor é traduzida pelas categorias marca e matriz. Aqui Berque define a sua abordagem sobre a paisagem sendo a marca traduzida pela materialidade da paisagem e a matriz resultado do imaginário produzido pela cultura humana a partir destas marcas. Segundo o autor:

> *"É preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política etc. e, por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política, etc" (Berque, 2004, p. 86)*

Por fim, para Berque, a paisagem se coloca como uma possibilidade de chave de entendimento entre o ser humano e o planeta terra. Este argumento se dá no contexto de que para o autor a escala de mundo mudou, com uma sociedade moderna distante da natureza. "Assim, enquanto as sociedades tradicionais tinham o corpo como medida, a modernidade traz incomensuráveis referências de escala e tempo, gerando uma crise de sentidos" (Marandola; Oliveira, 2018, p. 141).

Paisagem Cultural e Geoparque

O conceito de paisagem cultural está estritamente ligado a relação da paisagem com a ocupação humana e os valores dados a paisagem por indivíduos ou grupos humanos. Para além do conceito em si, tem-se a existência de um histórico de construção do conceito de paisagem cultural como um dispositivo legal que objetiva a preservação da paisagem. Alguns acontecimentos que forneceram subsídios para a elaboração deste dispositivo tiveram um peso maior no processo de sua construção como, por exemplo, a Carta de Athenas, datada de 1931, onde a paisagem é discutida do ponto de vista patrimonial pela primeira vez.

Durante a Conferência Geral da UNESCO para e educação, a ciência e a cultura realizada em 1972, em Paris, tem-se discussões a respeito do patrimônio cultural e de a sua preservação onde foi concluído que "o patrimônio cultural e o patrimônio natural se encontram cada vez mais ameaçados de destruição não somente devido a causas naturais de degradação, mas também ao desenvolvimento social e econômico agravado por fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais preocupantes" (UNESCO, 1972, p.1).

A Conferência Geral de 1972, portanto, influenciou a 16ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO realizada em 1992, em Santa Fé, nos Estados Unidos. É neste evento de 1992 que o conceito de paisagem cultural enquanto dispositivo é concebido e tem as suas raízes levadas até os dias atuais. Como

produto deste encontro tem-se o primeiro conceito proposto para a paisagem cultural enquanto dispositivo de preservação:

> As paisagens culturais são bens culturais e representam as «obras conjugadas do homem e da natureza» a que se refere o artigo 1º da Convenção. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, externas e internas. (UNESCO, 2008, p. 22-23).

No contexto brasileiro a Carta de Bagé, de 2007, traz em texto algumas preocupações que resultariam na Portaria 127 de 2009 em que o Governo Federal institui, a partir do IPHAN e sob responsabilidade do instituto, o dispositivo de chancela da paisagem cultural brasileira. O conceito apresentado a partir da portaria de 2009 traz como uma pequena diferença o valor dado a paisagem para pôr determinada comunidade, sendo este conceito descrito da seguinte maneira: A "paisagem cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores" (Diário Oficial, 2009, p. 17).

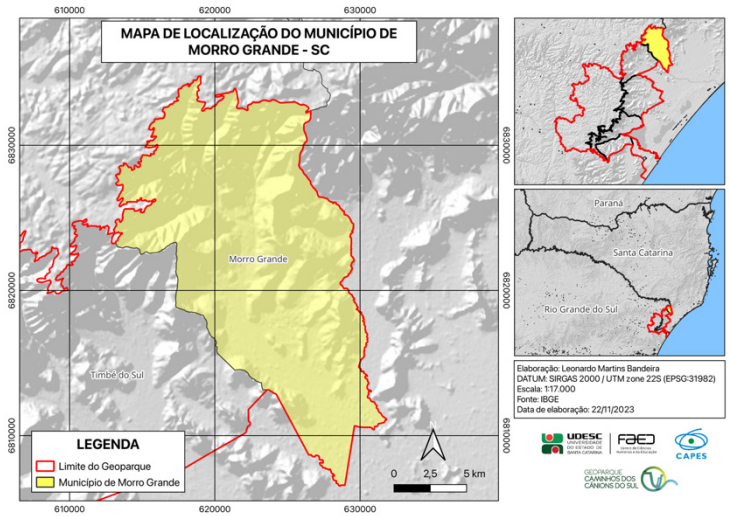
Na Carta da Serra da Bodoquena, de 2007 e no texto de Delphim, 2009, apenas a título de exemplo, é discutida a relação da paisagem cultural e do patrimônio cultural com o conceito de geoparque. A relação se dá no sentido de que o horizonte do conceito de geoparque abarca as comunidades locais que habitam o território de um geoparque bem como as relações culturais inerentes ao processo de uma relação com a paisagem. Neste sentido, mesmo se tratando de esferas de poder distintas, os geoparques e o dispositivo de paisagem cultural dialogam com um

mesmo objetivo de preservar e garantir a construção do valor referente as paisagens e ao patrimônio cultural da comunidade local.

A Paisagem do Município de Morro Grande

O município de Morro Grande, que integra o consórcio do Geoparque Mundial da UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul, será neste texto o objeto a ser analisado em um estudo de caso. O município conta com 3.010 habitantes segundo o censo do IBGE de 2022 em uma área de 260,143 km² (IBGE, 2022). Na figura 1 tem-se o mapa de localização do município e do território do GMUCCS.

Figura 1: Mapa de localização do município de Morro Grande no Geoparque Mundial da UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul



Fonte: Bandeira, 2023.

A apresentação do munícipio Morro Grande e de sua paisagem se dará a partir da sua compartimentação geomorfológica, pela descrição de sua paisagem e pela ilustração desta paisagem a partir

de fotografias. O munícipio conta com três unidades geomorfológicas em seu território, sendo elas as Escarpas da Serra Geral, os Patamares da Serra Geral e a Planície Colúvio-Aluvionar.

As Escarpas da Serra Geral se caracterizam por um relevo escarpado que pode ser traduzido por com uma diferença altimétrica abrupta em que comumente ultrapassa 800 metros. Estas características fizeram com que historicamente as escarpas funcionassem como um impeditivo para os grupos humanos que habitaram a região onde hoje fica Morro Grande de acessar os Planaltos do Campos Gerais que, por sua vez, é uma unidade geomorfológica presente na região e no GMUCCS mas que não é encontrada dentro do território de Morro Grande.

Na área de Morro Grande que conta com a presença das Escarpas da Serra Geral a densidade populacional é baixa com pouco indivíduos habitando as suas encostas. As escarpas, no entanto, servem como uma moldura para Morro Grande, podendo ser avistadas desde muito longe e servindo como referência para os moradores. Como exemplo tem-se uma forma de relevo presente na escarpa que forma uma espécie de um retângulo e é conhecida como janelinha pela comunidade local. Este fenômeno é conhecido como pareidolia, traduzido aqui como a criação de um imaginário a respeito de uma forma da natureza onde há a aparição de um padrão humano. A janelinha serve como referência para quando os moradores estão retornando ao município a partir da rodovia federal BR-101, a leste do município. Na figura 2 é possível observar as escarpas dentro do munícipio de Morro Grande.

Seguindo a direção da montante para jusante, tem-se a unidade de relevo Patamares da Serra Geral, que são as Escarpas da Serra Geral dissecadas pelo processo de intemperização. Esta unidade geomorfológica é descrita a partir de pequenas e médias elevações com formas de relevo mais suaves se comparadas as abruptas escarpas. Esta é uma unidade de relevo que também serve como uma moldura para o munícipio de Morro Grande mas já apresenta algumas unidades de moradias em pequenos pontos do munícipio. Em Morro Grande, especialmente, é uma forma de

relevo pertencente aos Patamares da Serra Geral que dá nome ao município, por ser um morro com uma altitude relativamente alta, com cerca de 350 metros de altitude, que se destaca na paisagem.

Como comentado acima, em alguns pontos de Morro Grande tem-se o estabelecimento de moradias em áreas dos Patamares da Serra Geral. Na figura 3 tem-se um exemplo onde esta unidade geomorfológica é utilizada para moradia, apresentada aqui como um exemplo de paisagem cultural.

Figura 2: Escarpas da Serra Geral no Município de Morro Grande



Fonte: Bandeira, 2023.

Figura 3: Ocupação humana sobre os Patamares da Serra Geral



Fonte: Bandeira, 2023.

Por fim tem-se a Planície Colúvio-Aluvionar como a unidade geomorfológica mais habitada no município de Morro Grande. Esta área conta com uma peculiaridade onde o relevo é apropriado pela comunidade local no que diz respeito a ocupação de lóbulos. Este lóbulos, por sua vez, são pequenas elevações resultantes do acúmulo de seixos (rochas transportadas pelo rio). Na planície, a partir da existência de um ambiente de leques aluviais pela presença do Rio Manoel Alves estes lóbulos são frequentemente formados proporcionando desde a ocupação para os moradores de Morro Grande até as plantações de culturas como tabaco e milho, por exemplo. A ocupação destas elevações se dá pelo motivo destas proporcionarem uma maior segurança contra enchentes assim como uma posição de destaque para as construções. Neste caso tem-se um notável exemplo de apropriação das formas de relevo pela cultura humana, em mais uma proposta de análise a partir da paisagem cultural. Na figura 4 é possível observar a ocupação de um desses lóbulos com as Escarpas da Serra Geral funcionando como uma espécie de moldura logo atrás da moradia típica do município de Morro Grande.

Figura 4: Ocupação humana sobre os lóbulos na Planície Colúvio-Aluvionar



Fonte: Bandeira, 2023.

Referências

Delphim, C. F. de M. (2009). Patrimônio Cultural e Geoparque. Revista do Instituto de Geociências, 5, 75-83.

Governo Federal (2009). Diário Oficial da União, 83, 17.

Gray, M. (2004). Geodiversity valuing and conversing abiotic nature. Wiley.

Holzer, W. (2004). Augustin Berque: um trajeto pela paisagem. Revista Espaço e Cultura, 17-18, 55-63.

Maciel, A. B. C., Lima, Z. M. C. O conceito de paisagem: diversidade de olhares. Resvista Sociedade e Território, 23, 159-177.

Magalhães, C. M. (2015). O desenho da história no traço da paisagem: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil: memória, inventário e salvaguarda. [Tese de Doutorado, Unicamp].

Marandola, H. L., Oliveira, H. (2018). Origens da paisagem em Augustin Berque: pensamento paisageiro e pensamento da paisagem. Revista Geograficidade, 8, 139-148.

Maximiano, L. A. (2004). Considerações sobre o conceito de paisagem. Revista Brasileira de Educação em Geografia, 8, 83-91.

Rocha, Y. T. (2012). A paisagem e os alunos de graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), da Universidade de São Paulo (USP). Revista do Departamento de Geografia da USP, Volume Especial, 130-153.

Roger, A. (2008). El paisaje en la cultura contemporânea. In Nogué, J. (Coord.), Vida y muerte de los paisajes. Valores estéticos, valores ecológicos. (pp. 67 – 86). Biblioteca Nueva.

Sauer, C. (2004). A Morfologia da Paisagem. In Correa, R. L. (Coord.), Paisagem, Tempo e Cultura. (pp. 12-74). EdUERJ.

UNESCO. (2023, 1 de novembro). Geociências e Geoparques Mundiais da UNESCO no Brasil. Disponível em: https://www.unesco.org/pt/

UNESCO (1972). Conferência Geral da organização das nações unidas para educação, a ciência e a cultura, reunida em paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972.

Verdum, R., Vieira, L. de F. dos S., Pimente, M. R. (2016). As múltiplas abordagens para o estudo da paisagem. Revista Espaço Aberto, 6, 131-150.

11.

Fomentando Reflexões Dialógicas de Políticas Publicas à *Educação Ambiental no Brasil*

Fostering Dialogic Reflections on Public Policies for *Environmental Education in Brazil*

Fomento de la Reflexión Dialogada Sobre las Políticas Públicas de *Educación Ambiental en Brasil*

BY GERALDO MILIOLI
ANA PAULA CITTADIN
THOY MONDARDO DAMIANI BECKER
JUCELIA TRAMONTIN DALPIÁS
CAROLINE VIEIRA RUCHEL

Fomentando Reflexões Dialógicas de Políticas Publicas à *Educação Ambiental no Brasil*

Fostering Dialogic Reflections on Public Policies for *Environmental Education in Brazil*

Fomento de la Reflexión Dialogada sobre las Políticas Públicas de *Educación Ambiental en Brasil*

GERALDO MILIOLI[1]

ANA PAULA CITTADIN[2]

THOY MONDARDO DAMIANI BECKER[3]

JUCELIA TRAMONTIN DALPIÁS[4]

CAROLINE VIEIRA RUCHEL[5]

---

[1] Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Criciúma/SC, Brasil. E-mail:gmi@unesc.net, . https://orcid.org/0000-0001-5224-2042

[2] Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Criciúma/SC, Brasil.

[3] Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Criciúma/SC, Brasil.

[4] Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Criciúma/SC, Brasil.

[5] Pós Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Criciúma/SC, Brasil, https://orcid.org/0000-0002-6916-4156

Resumo

O presente artigo apresenta uma análise bibliográfica e documental sobre a Política Pública educacional do Novo Ensino Médio (NEM) com o objetivo de fortalecer a temática ambiental. Sua implementação pode ser um meio para contemplar com mais eficácia a consciência ambiental, considerando-se as preocupações e demandas cada vez maiores em relação aos problemas e conflitos socioambientais em todo o planeta. Porém, essa perspectiva descrita no Novo Ensino Médio abarca reflexões diante da sua aplicabilidade, seu olhar interdisciplinar e multidisciplinar, ultrapassando limitações da educação formal cujo olhar possa romper o pensamento reducionista e promover uma mudança de pensamento.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Políticas públicas; Novo Ensino Médio.

Abstract

This article presents a bibliographical and documentary analysis of the New High School (NMS) educational public policy, with the aim of strengthening environmental issues. Its implementation can be a means of more effectively contemplating environmental awareness, considering the growing concerns and demands in relation to socio-environmental problems and conflicts across the planet. However, this perspective described in the New High School encompasses reflections on its applicability, its interdisciplinary and multidisciplinary outlook, overcoming the limitations of formal education whose outlook can break through reductionist thinking and promote a change in thinking.

Keywords: Environmental education; Public policies; New High School.

Resumen

Este artículo presenta un análisis bibliográfico y documental de la política pública educativa de la Nueva Escuela Secundaria (NMS), con el objetivo de fortalecer las cuestiones ambientales. Su implementación puede ser un medio para contemplar de manera más efectiva la conciencia ambiental, considerando las crecientes preocupaciones y demandas en relación a los problemas y conflictos socioambientales en todo el planeta. Sin embargo, esta perspectiva descrita en la Nueva Escuela Superior abarca reflexiones sobre su aplicabilidad, su mirada interdisciplinaria y multidisciplinaria, superando las limitaciones de la educación formal cuya mirada puede romper con el pensamiento reduccionista y promover un cambio de pensamiento.

Palabras clave: Educación ambiental; Políticas públicas; Nueva enseñanza secundaria.

Introdução

Muito se tem debatido sobre as políticas públicas do Brasil no campo da Educação e por extensão da Educação Ambiental (EA). Nesse sentido, parece consenso que o Estado não tem dado conta das muitas demandas e dos variados problemas estruturais inerentes aos desafios educacionais.

No âmbito da Educação Ambiental, esta ganhou força no Brasil com sua inserção costitucional em 1988, assuimida como obrigação nacional:

> Por ocasião da Conferência Internacional Rio/92, cidadãos representando instituições de mais de 170 países assinaram tratados nos quais se reconhece o papel central da educação para a "construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado", o que

> requer "responsabilidade individual e coletiva em níveis local, nacional e planetário". E é isso o que se espera da Educação Ambiental no Brasil, assumida como obrigação nacional pela Constituição promulgada em 1988 (MEC, 1998, p.181).

Mas considera-se que esse avanço não foi suficiente para conter os muitos e gritantes problemas socioambientais, os diversos descasos com o meio ambiente, como também não foi capaz ainda de trazer uma consciência ambiental-ecológica compatível com a grandeza ecossistêmica do Brasil e do planeta.

Neste contexto ainda, emerge a reforma na educação brasileira chamado de Novo Ensino Médio (NEM). Este objetiva uma reforma na estrutura do atual sistema de ensino no país, onde o aluno passa a ser o protagonista, possibilitando uma formação mais atualizada e aproximando o aluno das transformações do mercado de trabalho.

Considerando essas questões e a necessidade de refletirmos a temática com cuidado e atenção teórica-conceitual, a meta e objetivo do presente trabalho consiste em contribuir para as políticas publicas voltadas à Educação Ambiental no Brasil, considerando o Novo Ensino Médio.

Políticas Públicas da Educação Ambiental

Política pública refere-se a um conjunto de ações com o objetivo de minimizar ou resolver problemas da coletividade, em que além do Estado, atores sociais e políticos tem importante atuação. "Quando analisamos qualquer política pública, percebemos que além do Estado, atores sociais e políticos participam da sua formulação ou da sua execução". (Bredariol & Vieira, 1998).

De acordo com Bredariol & Vieira, 1998, foi nos últimos anos que a questão ecológica produziu políticas públicas com uma evolução referida a pressões externas.

Depois de três décadas de caminhada, a educação ambiental obteve alguns avanços em algumas áreas, sobretudo no campo da conservação da natureza e no aprofundamento de estudos da biodiversidade. Em outras questões a educação ambiental evoluiu pouco. Como é o caso da educação ambiental escolar que depende muito das políticas públicas para a educação.

> Na Agenda 21, o Capítulo 36 propõe: "os Governos devem procurar atualizar ou preparar estratégias destinadas a integrar meio ambiente e desenvolvimento como tema interdisciplinar ao ensino de todos os níveis nos próximos três anos". Também sugere que "Deve-se empreender uma revisão exaustiva dos currículos para assegurar uma abordagem multidisciplinar, que abarque as questões de meio ambiente e desenvolvimento e seus aspectos e vínculos socioculturais e demográficos". Deve-se respeitar devidamente as necessidades definidas pela comunidade e os diversos sistemas de conhecimentos, inclusive a ciência e a sensibilidade cultural e social.
> (Nunes, 2006, p.4).

Tal educação ambiental, conforme Leff (1999) promove uma mudança de valores, de consciência e das atitudes, elevando o ser humano a outra racionalidade social. Ela é um componente que envolve a reconstrução das relações entre as pessoas e forma uma nova visão do conceito de meio ambiente, valorizando o diálogo de saberes dos diversos tipos de conhecimento – científico, experiencial, tradicional, popular.

Capra (2006) defende que uma sociedade sustentável é formada a partir de uma educação que ensine os princípios básicos da ecologia e uma alfabetização capaz de colocar em prática

uma visão sistêmica da vida. Uma visão que constrói uma nova concepção da dimensão ambiental e seus valores.

Os valores ambientais são construídos por diferentes meios, e não só dentro dos processos educativos formais. Estes vão desde os princípios ecológicos gerais (comportamentos em harmonia com a natureza e uma nova ética política e da tolerância com relação ao outro), até novos direitos culturais e coletivos que têm a ver com os interesses sociais em torno da reapropriação da natureza e a redefinição de estilos de vida que respeita essas relações (Reigota, 1999).

A educação ambiental é uma educação para o meio ambiente, que articula subjetivamente o educando à produção de conhecimentos e aos sentidos do saber (Leff, 2001). A partir desses princípios seria possível construir um novo paradigma de sustentabilidade.

> Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva a nível local, nacional e planetário
> (Sorrentino & Trajber & Braga, 1995, p.50).

A sociedade atual necessita urgentemente de uma reapropriação cultural da natureza através de uma conscientização ecológica da espécie humana (Leff 2006). Este desafio consiste em educar para que possa existir uma sociedade mais alfabetizada ecologicamente.

A preocupação da inserção da Educação Ambiental (EA) nas escolas vem crescendo há algum tempo, no âmbito internacional

esse movimento vem avançando esde a década de 60 e mais precisamente a partir de 1970, quando se iniciou com mais intensidade as discussões acerca dos problemas ambientais no mundo, como por exemplo a I Conferência Internacional sobre Meio Ambiente na Suécia, e depois em 1977 a I Conferência sobre Educação Ambiental em Tbilisi. Já no Brasil, conforme Carvalho (2006) a (EA) aparece na legislação desde 1973, como atribuição da primeira Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), mas é nas décadas de 80 e 90 que a (EA) cresce e se torna mais conhecida.

A educação ambiental é reconhecida e definida legalmente, sendo que está inserida na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981) e foi assumida como um dever de ser promovida em todos os níveis de ensino desde a Constituição de 1988.

> A Lei nº 9.795/99, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), afirma, em seu artigo 2º, que "a educação ambiental é um componente essencial e permanente na educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal".
> (Brasil, 1981 apud Mello & Trajber, 2007, p.19).

Deste modo, já na educação familiar as crianças deveriam aprender a cuidar da natureza e, nas escolas, reforçar a sensibilização ambiental. Diante disso, é dever da escola mencionar sobre o meio ambiente, pois ele está inserido na legislação brasileira.

Mas será que só a educação ambiental vai extinguir a crise ambiental? Evidentemente que a educação ambiental sozinha não conseguirá mudar os rumos do planeta, porém ela é o caminho para orientar o desenvolvimento dos alunos enquanto cidadãos, estimulando hábitos saudáveis para com o ambiente, onde a

escola é o elo que existe entre professores, alunos e comunidade, e por meio de projetos e ações, pode-se transformar realidades.

> Uma análise crítica das concepções de educação ambiental revela que são inúmeras as interpretações sobre o seu significado. No presente trabalho pondera-se a educação ambiental como sendo aquela que, enquanto processo: forma cidadãos cujos conhecimentos acerca do ambiente e seus problemas associados, sejam alertas e estejam habilitados a encontrar formas sistêmicas de resolver estes problemas; é um processo que leva o indivíduo a reconhecer valores, entender conceitos, fomentar aptidões e atitudes para compreender e respeitar as inter-relações dos seres humanos, sua cultura e seu ambiente; aprofunda a prática da tomada de decisões, e na elaboração de um código moral de comportamentos, com respeito às questões relacionadas com a qualidade de vida e do ambiente; implica num complexo ensino de juízos de valor que capacita os indivíduos a pensar sobre os problemas do ambiente.
> (Nunes, 2006, p.7).

Em 1997 foram estabelecidos os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN para o ensino fundamental, que traz referências curriculares importantes para as práticas pedagógicas.

O grande diferencial neste documento é que a Educação Ambiental é vista como um tema transversal, onde a principal função da escola para o meio ambiente seria na formação de cidadãos conscientes aptos a atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida de cada um, com a sociedade, local e global, obtendo uma abordagem sistêmica para seu estudo.

> Tanto uns quanto outros, porém, reconhecem que a forma clássica criada pela ciência ocidental para estudar a realidade, subdividindo-a em aspectos a serem analisados por diferentes áreas do conhecimento, não é suficiente para a compreensão dos fenômenos ambientais. A complexidade da natureza exige uma abordagem sistêmica para seu estudo, isto é, um trabalho de síntese, com os diversos componentes vistos como um todo, partes de um sistema maior, bem como em suas correlações e interações com os demais componentes e seus aspectos.
> (Brasil, 1997b, p. 21).

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), de Lei nº 9795 de 27 de abril de 1999 reforça a estimulação de reflexões críticas, inserindo a Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação nos projetos pedagógicos, devendo a (EA) estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo.

Dentro da sua esfera de ação, envolve além das instituições de ensino, órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e municípios e organizações não-governamentais.

> A partir de 1999 com a Lei 9795/99 ficou definido o papel e as funções do poder público envolvido na gestão da educação e do meio ambiente. O Art. 7 o destaca que a Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios,

> e organizações não-governamentais com atuação educação ambiental.
> (Nunes, 2006, p.5).

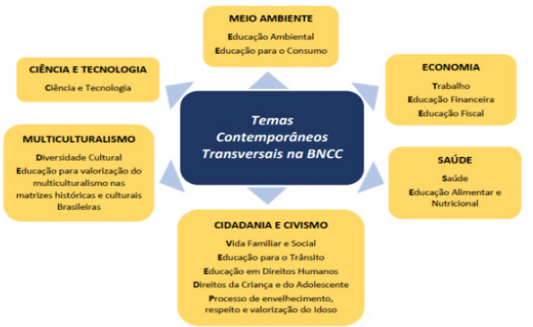
Posteriormente, o Conselho Nacional de Educação (CNE), com a Resolução n° 02, de 15 de junho de 2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), tendo como propósito associar os princípios, os critérios e os procedimentos que devem ser observados na organização e no alcance da Educação Ambiental nos objetivos da Educação Básica.

Nos últimos anos, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi elaborada e traz em seu caráter normativo as aprendizagens essenciais que os alunos precisam conceder nas diversas modalidades de ensino. O documento mostra as competências, que são conceitos, e habilidades, que seriam as práticas, que os alunos devem desenvolver ao longo do seu percurso formativo em determinadas áreas do conhecimento, para atribuir atitudes e valores na resolução de demandas complexas da sua vida diária. Em algumas de suas competências gerais é notável a preocupação em transformar os alunos em cidadãos mais conscientes consigo e com o planeta, adquirindo responsabilidades e tomadas de decisões mais sustentáveis.

> Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
> (MEC, 2017, p. 1).

A (BNCC) traz em seu documento o meio ambiente como um Tema Contemporâneo Transversal, inserindo assuntos como a Educação Ambiental e a Educação para o Consumo, tendo como objetivo uma educação para um consumo mais consciente, este tema acompanha também outros temas como: Economia, Saúde, Cidadania e Civismo, Multiculturalismo, Ciência e Tecnologia. Conforme apresentado na figura abaixo:

Figura 01: Temas Contemporâneos Transversais na BNCC



Fonte: BRASIL. Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos (2019).

Fonte: Brasil. Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos (2019).

A educação ambiental busca formar uma consciência ecológica que seja também uma consciência social e política. Ela deve ser essencial para desenvolvermos cidadãos com comportamentos éticos perante ao nosso planeta, evitando repetir os erros e enganos cometidos no passado e no presente, se não poderemos nos auto destruir.

Conforme Dias (2004) a EA possui caráter interdisciplinar, crítico, ético e transformador, sendo esta reconhecida como elemento crítico para o combate a crise ambiental do mundo.

Percebe-se que há muitas políticas públicas para inserção do meio ambiente nas escolas, porém na prática, talvez isso não seja realizado de maneira eficaz por uma série de motivos, dentre

eles, a falta de tempo para planejamento mais adequados e para a contemplação dos conteúdos e a falta de formação continuada para professores, dentro desta perspectiva.

Novo Ensino Médio, uma política pública para fomentar a educação ambiental?

As Unidades da Federação brasileira passaram e estão passando pelo desafio da transformação do Ensino Médio em Novo Ensino Médio.

Há algum tempo essa transformação é discutida e realmente necessária, onde esta reestruturação está prevista em diversos marcos legais da educação brasileira, contudo, em um período de poucos anos houve uma preparação para que isso acontecesse.

Em 2017, com a alteração da LDB, têm-se duas mudanças de grande impacto no ensino médio. A primeira, refere-se à ampliação da carga horária mínima anual de 800 horas, para 1.000 horas, no prazo de cinco anos.

A segunda, é referente a definição de uma nova organização curricular, contemplando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece os direitos e objetivos de aprendizagem no ensino médio e trata da oferta de diferentes itinerários formativos.

> O Novo Ensino Médio busca atender às necessidades e expectativas dos estudantes dessa etapa, fortalecendo seu interesse, engajamento e protagonismo, com vistas a garantir sua permanência e aprendizagem na escola. Também busca assegurar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores capazes de formar as novas gerações para lidar com desafios pessoais, profissionais, sociais, culturais e ambientais do presente e do futuro, considerando a intensidade e a velocidade das transformações que marcam a contemporaneidade. (SANTA CATARINA, 2020, p. 27).

O Novo Ensino Médio organiza o currículo em duas partes, a primeira com a Formação Geral Básica que contém uma lista de habilidades e competências por áreas do conhecimento que aprofundam as aprendizagens essenciais do ensino fundamental, e a segunda com a parte flexível que oferta os itinerários formativos.

A organização do trabalho pedagógico por área de conhecimento colabora para que o currículo do Novo Ensino Médio realize um tratamento metodológico contextualizado, diversificado, interdisciplinar e transdisciplinar, permitindo o estabelecimento de práticas vinculadas à educação escolar e ao mundo do trabalho, e também na prática social. Abaixo, destacamos a organização por área do conhecimento para Ensino Médio:

Figura 02: Organização por área do conhecimento para o ensino médio, conforme BNCC:



Fonte: Santa Catarina. Caderno Orientações para o Novo Ensino Médio. 2019.

De acordo com esta perspectiva, foi estabelecido os referenciais para a elaboração dos Itinerários Formativos, para contemplar às Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

Estes são compostos por um conjunto de situações e atividades educativas que os estudantes podem escolher, de acordo com o seu interesse, e também de acordo com as disponibilidades da escola, para aprofundar as suas aprendizagens em uma ou mais áreas de conhecimento e/ou na formação técnica e profissional.

Para as escolas da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, os Itinerários Formativos envolvem uma organização composta por:

- Projeto de Vida;
- Componentes Curriculares Eletivos;
- Segunda Língua Estrangeira;
- Trilhas de Aprofundamento.

Os Componentes Curriculares Eletivos são iniciados no primeiro ano letivo e têm como finalidade ajudar o estudante na escolha das trilhas de aprofundamento, permitindo-lhes oportunidades de experimentar componentes de diversas áreas e, a partir desta experiência, facilitar suas escolhas nas trilhas de aprofundamento, que serão realizadas durante a segunda e terceira séries, onde o aluno aprofundará seus conhecimentos na área que possui mais desejo de seguir profissionalmente. Desta forma, inicialmente é feita uma votação, e o maior número de votos é que permitirá abrir turmas para este Itinerário formativo flexível.

Figura 03: Organização curricular do Novo Ensino Médio no Território Catarinense



FONTE: Brasil, 2020.

A Formação Geral Básica continua com a mesma carga horária no primeiro ano no ensino diurno, entretanto no ensino noturno já houve uma modificação, pois os alunos concluirão o Novo Ensino Médio em quatro anos, aumentando um ano no tempo de

conclusão do Ensino Médio e, consequentemente, aumentando também o índice de evasão escolar, pois ao completarem 18 anos, normalmente os alunos saem da escola.

Além disso nos demais anos do ensino como no segundo e terceiros anos, todas as disciplinas da formação geral básica possuem uma redução na sua carga horária. Essas modificações ocorrem no ensino público, sendo que nas escolas privadas essa diminuição na carga horária não acontecesse.

Nos Itinerários Formativos observa-se uma iniciativa de um ensino com aulas mais dinâmicas através dos componentes curriculares eletivos, onde existem algumas trilhas de aprofundamento e componentes curriculares eletivos que podem atrelar o tema educação ambiental nas aulas de forma mais eficaz. No entanto, a maioria das trilhas de aprofundamento não envolve como tema central a educação ambiental, desta forma, abordar a educação ambiental somente como um tema transversal, em disciplinas que perderam significativamente a sua carga horária, é uma tarefa muito desafiadora ao profissional da educação, onde o tema meio ambiente ficará cada vez mais abandonado no currículo das escolas.

Nessa perspectiva, mais uma vez, a Educação Ambiental fica isolada e destinada as áreas das Ciências da Natureza revelando o quanto o currículo pedagógico trata as questões ambientais como uma tarefa relacionada à algumas disciplinas específicas. Um olhar interdisciplinar, baseado nos conceitos da dinâmica não-linear representaria um divisor de águas conceitual (Capra, 2005).

Uma mudança de paradigmas às questões ambientais e uma abordagem sistêmica sobre a natureza faz-se necessário tanto na educação formal quanto na não formal. Compreender o meio ambiente é para além das dimensões biológicas, físicas ou químicas.

A história da humanidade, a observação da natureza, as pesquisas científicas confirmam que o conhecimento não pode ser raso e reduzido, mas ao contrário, deve integrar-se aos diferentes saberes. Para tanto, o processo educativo precisa responder aos propósitos da vida e dos valores da natureza.

> As últimas duas décadas revelam uma crise complexa, multidimensional, cujas facetas afetam todos os aspectos de nossa vida, a saúde e o modo de vida, a qualidade do meio ambiente e das relações sociais, da economia, tecnologia e política. É uma crise de dimensões intelectuais, morais e espirituais
> (Capra, 1995, p. 19).

Neste diálogo, "a meta de alfabetizar ecologicamente nossos estudantes resgataria a ideia de que a educação é antes e acima de tudo uma ampla troca envolvendo aspectos técnicos, não apenas um conhecimento técnico" (Capra, 2006, p. 11). Nesse sentido, faz-se necessário resgatar uma educação que trata de como viver, com princípios de autonomia, cooperação e a sustentabilidade.

Resultados e discussão

Vivemos em uma sociedade em que os problemas ambientais estão sendo cada vez mais agravados. Desta forma, políticas públicas para estimular a execução de uma educação ambiental são cada vez mais necessárias.

Neste contexto de preocupações e busca por alternativas para lidar com o atual estágio de degradação e conflitos socioambientais, observa-se que com as mudanças do Novo Ensino Médio, houve a diminuição da carga-horária nas disciplinas da Formação Geral Básica e um aumento na carga-horária do Percurso Formativo, e dependendo da escolha da área do conhecimento feita pela maioria dos alunos, algumas Trilhas de Aprofundamento podem auxiliar no estudo e perspectivas da educação ambiental. No entanto, se os alunos optarem por fazerem outras Trilhas que seguem uma área muito diferente da área ambiental, talvez isso dificulte a inserção do tema meio ambiente nas aulas, já que na Formação Geral Básica, com a redução das aulas, dificulta o trabalho desta temática pelo professor.

É de extrema importância, reforçar dentro e fora das salas de aula o conceito de Educação Ambiental para o entendimento da transformação da sociedade causada pela problemática ambiental do desenvolvimento. Deve-se então praticar a sensibilização e conscientização ambiental para com os alunos, obtendo uma reforma de pensamento e ações para o cuidado com a natureza.

Diante deste contexto, necessita-se de abordagens educacionais que contemplem um ser integral. Dessa maneira, criará um conhecimento interdisciplinar, ao invés de separar o conhecimento em disciplinas, formando uma nova mentalidade, pois assim teríamos uma verdadeira reforma no pensamento.

Um dos desafios da atualidade é dar conta das demandas e limitações da educação formal, rompendo o modo de pensar reducionista e promover uma educação capaz de reformar as mentes.

Considerações finais

A meta do referido trabalho não é encerrar o debate entorno das questões das políticas públicas à educação ambiental e sim trazer contribuições e pontos de inflexão para se pensar as demandas e os problemas socioambientais no Brasil.

Para isso, trabalhou-se conceitos considerados fundamentais para a formulação de políticas públicas passíveis de serem implementadas diante dos desafios educacionais do Brasil e das incertezas advindas com o Novo Ensino Médio.

É de extrema urgência revisitar a construção de tal reforma educacional, ressignificando os valores humanos, sociais e coletivos diante da complexidade da natureza humana e sugerir uma reflexão sobre o mundo moderno, levando em consideração que as questões socioambientais e a sustentabilidade são um compromisso interdisciplinar.

Para compreender a condição humana faz-se necessário uma educação para além da inteligência fragmentada, mecanicista, linear e reducionista. Um dos caminhos seria criar ambientes de aprendizagem onde teoria e prática estejam interligados.

Neste sentido, os próprios limites dos argumentos aqui colocados sugerem um aprofundamento do tema em questão.

Referências

Brasil. (1988). Constituição Federal de 1988. *Diário da União*, Brasília-DF, 05 out. 1988.

Brasil. (2019). Ministério da Educação - Secretaria de Educação Básica. *Temas Contemporâneos Transversais na BNCC - Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos*. Recuperado em: 30 set. 2022 de http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_co ntemporaneos.pdf.

Brasil. (1981). Lei **nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado em: 1 fev. 2024 de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm.

Brasil. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado em: 9 ago. 2022 de http://125 www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm.

Brasil. (1999). *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado em: 1 fev. 2024 de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm.

Bredariol, C. & Vieira, L. (1998). *Cidadania e política ambiental*. Rio de Janeiro: Record.

Sorrentino, M. & Trajber, R. & Braga, T. (1995). *Cadernos do III fórum de educação ambiental***.** São Paulo: Gaia, p.50.

Capra, F. (2006). *A teia da vida*. São Paulo: Cultrix.

Capra, F. (2005). *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável***.** São Paulo: Cultrix.

Capra, F. (1995). *Sabedoria Incomum*. São Paulo: Cultrix.

Dias, G.F. (2004). Ecopercepção: Um Resumo didático dos desafios socioambientais. São Paulo: Gaia.

Leff, E. (1999). Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. In: Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão. REIGOTA, Marcos (org.) - Rio de Janeiro: DP&A.

Leff, E. (2001a). Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, p. 194.

Leff, E. (2006). Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

Mec. (2017). Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. Brasília: MEC, 2017. Recuperado em: 10 jan. 2023 de http://portal.mec.gov.br/index.php? option=com_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12- 17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192.

Mello, S. S. De &T, R. (Org.). (2007). *Vamos cuidar do Brasil: Conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. 244p. Recuperado em: 01 nov. 2021 de <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao03.pdf>.

Nunes, Ellen Regina Mayhé. (2006). *Preservação e Conservação da natureza via consciência ecológica e cidadania ambiental: qual o papel*

da educação ambiental? In: Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, IV SeminTUR, Caxias do Sul/RS, Trabalho apresentado ao GT "Meio Ambiente, Turismo e Educação" do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006, p.1 a 16. Recuperado em: 25 mar. 2023 de A EA e as políticas educacionais (ucs.br).

Santa Catarina. (2020). Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. *Componentes Curriculares Eletivos*. Estado de Santa Catarina, SED. Recuperado em: 26 mar. 2023 de Componentes Curriculares Eletivos (google.com).

Secretaria de Educação Fundamental. (1997a). *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.* Brasília: MEC/SEF, v. 3.

12.

Roteiro do Patrimônio Industrial em Criciúma/Sc: *Estruturas da Mineração do Carvão no Bairro Próspera*

Itinerario del Patrimonio Industrial en Criciúma/Sc: *Estructuras de la Mineria del Carbón en el Barrio de Prospera*

Itinerary of Industrial Heritage in Criciúma/Sc: *Coal Mining Structures in the Prospera District*

BY DANIELA PISTORELLO
MICHELE GONÇALVES CARDOSO
TIAGO DA SILVA COELHO

Roteiro do Patrimônio Industrial em Criciúma/Sc:
Estruturas da Mineração do Carvão no Bairro Próspera[1]

Itinerario del Patrimonio Industrial en Criciúma/Sc:
Estructuras de la Mineria del Carbón en el Barrio de Prospera

Itinerary of Industrial Heritage in Criciúma/Sc:
Coal Mining Structures in the Prospera District

DANIELA PISTORELLO[2]
MICHELE GONÇALVES CARDOSO[3]
TIAGO DA SILVA COELHO[4]

1 Os autores agradecem a importante participação da professora Dra. Marli de Oliveira Costa no compartilhamento de sua pesquisa e construção deste roteiro cultural.

2 Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região da Univille, bolsista PNPD/CAPES e professora do Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Brasil. https://orcid.org/0000-0002-9102-4766

3 Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico - PPGDS e Professora e Coordenadora do Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Brasil. https://orcid.org/0000-0003-0912-6825

4 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (2012) e docente do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, campus Araranguá. Brasil. https://orcid.org/0000-0002-7766-5604

Resumo

O presente texto problematiza, a partir da criação de roteiro cultural, as relações entre as memórias, histórias e patrimônio industrial por meio das estruturas da mineração, restantes e ausentes, localizadas no bairro Próspera em Criciúma/SC. O texto propõe um roteiro de visitação pelos diferentes lugares do bairro que ainda mantem reminiscências dos processos industriais relativos à presença das empresas Companhia Carbonífera Próspera S.A. e da Companhia Siderúrgica Nacional, tais como, sua vila operária, os espaços de sociabilidade e os locais de trabalho. Este roteiro tem por objetivo propor reflexões sobre questões pertinentes ao mundo do trabalho e às atividades industriais do carvão naquele espaço, percebendo esse roteiro como possibilidade de atividade turística para a região. Este roteiro potencializa as relações entre as pessoas e o lugar em que vivem ou visitam, assim como, possibilita pensar a relação entre a pesquisa científica e as relações sociais cotidianas dos habitantes da cidade, bem como, das memórias com os espaços físicos.

Palavras-chave: Roteiro; Patrimônio Industrial; Mineração; Próspera; Criciúma.

Abstract

This text problematizes, based on the creation of a cultural itinerary, the relationships between memories, histories and industrial heritage through the remaining and absent mining structures, located in the Próspera district in Criciúma/SC. The text proposes a visiting itinerary for the different places in the neighborhood that still maintain reminiscences of the industrial processes related to the presence of the companies Companhia Carbonífera Próspera S.A. and Companhia Siderúrgica Nacional, such as its company town, sociability spaces and workplaces. This itinerary aims to propose reflections on issues pertinent to the

world of work and coal industrial activities in that space, perceiving this itinerary as a possibility of tourist activity for the region. This itinerary enhances the relationships between people and the place they live or visit, as well as making it possible to think about the relationship between scientific research and the daily social relationships of the city's inhabitants, as well as memories with physical spaces.

Keywords: Itinerary; Industrial Heritage; Mining; Próspera; Criciúma.

Resumen

Este texto problematiza, a partir de la creación de un itinerario cultural, las relaciones entre memorias, historias y patrimonio industrial por medio de las estructuras mineras remanentes y ausentes, ubicadas en el barrio Próspera en Criciúma/SC. El texto propone un itinerario de visita por los diferentes lugares del barrio que aún mantienen reminiscencias de los procesos industriales relacionados con la presencia de las empresas Companhia Carbonífera Próspera S.A. y Companhia Siderúrgica Nacional, como su colonia industrial, espacios de sociabilidad y lugares de trabajo. Este itinerario tiene como objetivo proponer reflexiones sobre cuestiones pertinentes al mundo del trabajo y las actividades industriales del carbón en ese espacio, percibiendo este itinerario como una posibilidad de actividad turística para la región. Este itinerario potencia las relaciones entre las personas y el lugar que viven o visitan, además de posibilitar pensar la relación entre la investigación científica y las relaciones sociales cotidianas de los habitantes de la ciudad, así como las memorias con los espacios físicos.

Palabras-clave: Itinerario; Patrimonio Industrial; Minería; Próspera; Criciúma.

Introdução

A proposta deste texto é problematizar as interações entre memória, história e patrimônio industrial da cidade de Criciúma, uma cidade situada na região sul de Santa Catarina com uma população de 214.493 habitantes, divididas em 170 bairros (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022). O principal salto populacional da cidade se deu na primeira metade do século XX, com a exploração carbonífera na região, fato que expandiu a presença de empresas e pessoas pelas mais diversas localidades do sul catarinense. Uma dessas regiões é a "Grande Próspera", que abriga o bairro Próspera, e adjacências, que recebeu esse nome por conta da companhia mineradora que se instalara na localidade, a Companhia Carbonífera Próspera.

Considerando a importância do bairro Próspera para a história de Criciúma, do patrimônio e do trabalho industrial, criamos um roteiro cultural pelas ruas da região que envolveu a observação dos restos industriais, sejam eles edificações ou ruínas das edificações nas quais se desenvolveu atividade carbonífera, que, atualmente, já não corresponde mais como força da economia da cidade. A justificativa que sustenta essa abordagem vai ao encontro da importância do patrimônio industrial para o conhecimento do passado da cidade de Criciúma (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage, 2003) e percebe no roteiro cultural uma possibilidade de tornar acessível a fruição dessas histórias por moradores da cidade, estudantes, visitantes, além de poder se constituir numa ferramenta de gestão de políticas públicas para as cidades e para o turismo (Pistorello, 2020).

Afinal, para além das reminiscências pessoais, os exercícios de memória possibilitam pensar coletivamente as trajetórias de grupos, organizações e lugares, como pode ser percebido ao percorrermos as ruas e as praças das cidades brasileiras, por exemplo. É oportuno compreender que as relações entre pessoas e objetos, entre grupos sociais e construções edificadas ou ruínas, podem estruturar relações de experiências individuais e coletivas,

que culminem na construção de narrativas sobre o passado e que englobam atores sociais por muito tempo invisibilizados das narrativas oficiais.

A proposta deste texto surgiu, originalmente, como um dos resultados da participação na Oficina de Patrimônio Industrial: Hidrelétricas e seu contexto no estado de São Paulo, promovida pela ação conjunta entre a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual Paulista (UNESP) através do projeto Eletromemória. Ela foi realizada em Campinas/SP nos dias 07 e 08 de novembro de 2016 e teve, como objetivo, problematizar e debater a importância do patrimônio industrial para o turismo, bem como, fornecer subsídios para a criação de Roteiros Culturais que contemplassem, de alguma forma, a memória do trabalho e do trabalhador em produtos turísticos.

A experiência se constituiu em um exercício inicial que, aprofundado ao longo do tempo, compôs com outras práticas realizadas no curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. A exemplo disso, podemos citar a publicação do livro, Memórias e identidades: as estruturas carboníferas como patrimônio cultural de Santa Catarina (Costa & Osório, 2017). A obra surgiu a partir das discussões realizadas pelo Grupo de Pesquisa Patrimônio Cultural: Histórias e Memórias e pelo Centro de Memória e Documentação da UNESC - CEDOC, sendo publicada no ano de 2017. Este trabalho foi resultado de um termo de cooperação técnica entre a UNESC e a Fundação Catarinense de Cultura - FCC, executado pelo grupo de pesquisa e pela equipe do CEDOC, que consistiu na identificação do Patrimônio Cultural Carbonífero de Santa Catarina, buscando contribuir para a salvaguarda de suas memórias. Para tanto, foi realizado um levantamento de bens materiais imóveis que se encontram nas paisagens dos municípios que realizaram ou ainda realizam atividades relacionadas à indústria carbonífera: Criciúma, Capivari de Baixo, Içara, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Lauro

Muller, Morro da Fumaça, Orleans, Pedras Grandes, Siderópolis, Treviso, Tubarão e Urussanga.

O livro é composto de textos temáticos e reflexivos, escritos por diversos professores da UNESC, e também, por fotografias de alguns bens, já que não seria possível apresentar todos os itens levantados, fotografias estas, que registravam diferentes temporalidades. A edição contou ainda com um mapa temático localizando os bens presentes neste levantamento, intencionando que esta cartografia contribuísse para as visitas, pesquisas e para a própria valorização e identificação das comunidades que vivem no entorno desses bens. A pesquisa e a publicação da obra foram financiadas pela chamada pública da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina - FAPESC.[5]

A publicação deste livro e a realização dos estudos no âmbito do Grupo de Pesquisa Patrimônio Cultural, Histórias e Memórias, possibilitaram perceber a potencialidade da discussão que envolve o patrimônio industrial e o trabalhador nas cidades denominadas industriais para a História do Trabalho. Nesse sentido, propusemos um Roteiro Cultural em uma das vilas operárias da cidade de Criciúma/SC, a Vila Operária da Companhia Carbonífera Próspera, a fim de evidenciar não apenas reminiscências de uma memória de caráter oficial das atividades da indústria – comumente realizadas a partir do histórico da empresa e /ou de seus fundadores numa perspectiva laudatória – mas, também, restos e/ou ausências que, problematizados, pudessem trazer luz àqueles que trabalharam e viveram naqueles espaços.

Criciúma, o Carvão e as Vilas Operárias

Criciúma situa-se no extremo sul de Santa Catarina e teve sua história ligada ao carvão. A partir de 1913, com a descoberta do carvão mineral em seu subsolo, passou a explorar e desenvolver

[5] O livro é de distribuição gratuita e sua versão em e-book pode ser encontrada no site da EdiUnesc e no repositório institucional da universidade pelo *link*: http://repositorio.unesc.net/handle/1/5500

esse ramo da economia. O auge da mineração naquela cidade deu-se na década de 1940 devido às dificuldades de importação em função da Segunda Grande Guerra. As empresas mineradoras com maior destaque nesse período foram a Companhia Carbonífera de Araranguá (CBCA), a Companhia Metropolitana (CM) e a Companhia Próspera (CP), esta última incorporada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1953.

Em torno das sedes administrativas dessas Empresas eram instaladas as "Vilas Operárias" que tinham a finalidade de abrigar as famílias dos trabalhadores das minas de carvão. Desse modo, na cidade de Criciúma, a CBCA construiu duas vilas operárias mineiras, a Vila denominada Operária Nova (hoje divide-se nos bairros Operária Nova e Santa Catarina) e a Vila denominada Operária Velha (hoje chamada Bairro Santa Bárbara). A Carbonífera Metropolitana construiu a Vila do Metropol, situada na região de Rio Maina, a oeste da cidade, e a Companhia Mineradora Próspera implantou a Vila Operária Próspera, atualmente Bairro Próspera, situada à leste da cidade.

A partir da década de 1960, a cidade de Criciúma vivenciou o que os estudos convencionam chamar de "processo de diversificação econômica", ou seja, outros ramos econômicos foram sendo agregados e a mineração foi pouco a pouco diminuindo. Do processo de mineração de Criciúma restaram poucas edificações e muitas memórias, dentre as quais destacamos as relativas às Vilas Operárias.

Falar da Vila Operária do bairro Próspera é falar da instalação de duas empresas de mineração: A Companhia Carbonífera Próspera, fundada em 1920, e da CSN, que adquiriu a maioria das ações da Companhia Próspera em 1953. Antes disso, porém, em 1924, a Cia. Próspera foi vendida para um grupo de empresários do Rio de Janeiro, que teve por fiador um alemão chamado Hugo Stainer. Em 1927, os trabalhos da mineradora foram parcialmente interrompidos em função da deficiência do transporte marítimo e ferroviário, bem como dos impactos sofridos pela crise de 1929, que abalou ainda mais a estrutura da empresa. Em 1938, Jorge da

Cunha Carneiro e Júlio Gaidizinski, empresários estabelecidos na cidade de Criciúma, assumiram o controle acionário da empresa. Foi nesse período que se consolidou a construção das primeiras casas operárias, construções que deram origem à Vila Operária da Próspera. (Costa, 1999)

Em 1953, a empresa foi estatizada, momento no qual a CSN adquiriu a maioria das ações da Carbonífera. Como empresa estatal, a Próspera foi quem mais influenciou o desenvolvimento econômico regional, tornando-se referência para as demais Companhias Mineradoras na Região. Quando a CSN assumiu o controle acionário da empresa, em 1953, toda estrutura da Vila Operária já existia, desde as estruturas de assistência ao trabalhador até a política paternalista de relação de trabalho. Mesmo assim, muitas mudanças ocorreram. (Costa, 1999)

A Vila Operária da Próspera, propriamente dita, foi construída em meados da década de 1930. Enquadrou-se dentro dos modelos capitalistas de controle do trabalhador fora do ambiente de trabalho, por meio do que se pode chamar comumente de uma "pedagogia paternalista". Para tanto, a empresa oferecia aos mineiros alguns benefícios que facilitavam sua vida cotidiana, como por exemplo: casa, água potável, armazém, farmácia, açougue, caixa de socorro (auxílios funerais e acidentes de trabalho), ambiente de lazer, etc.

De outro lado, os operários se apropriavam destes benefícios, concessões, e criavam formas de sociabilidade originais. Esta relação dinâmica na sua essência permite perceber a importância das vilas operárias nesse processo produtivo.

Figura 01 – Vista da vila operária Próspera desde a Praça da Chaminé, década de 1940



Fonte: Centro de Memória e Documentação da Unesc (CEDOC/UNESC)

Figura 02 – Vista aérea da região da Próspera na década de 1990



Fonte: CEDOC/UNESC

A Vila Operária da Próspera, por volta dos anos 1950, era um lugar repleto de casas operárias, cercadas com varas de eucaliptos, com seus varais de roupas secando ao sol e roupas de cama nas janelas, separadas por ruas cobertas pelo rejeito do carvão, por onde circulavam os cabritos que, ao anoitecer, recolhiam-se embaixo dos assoalhos das casas. Em cada esquina havia uma bica d'água, local em que as mulheres colocavam seus tanques de lavar roupas, de modo a não precisar carregar a água até suas casas. Perto da caixa de embarque, havia a enorme "Ponta de Pedra", local onde brincavam os meninos; espalhadas pelas ruas, estavam as vendas, pequenos estabelecimentos que concorriam com o armazém da Carbonífera, situado próximo ao escritório. A Sede, local no qual os homens se encontravam para jogar dominó e cartas de baralho durante a semana, era, nos sábados e domingos, local de bailes. (Costa, 1999)

Na Vila existia um chuveiro público, localizado perto da Usina, que foi uma conquista das reivindicações das Irmãs da Divina Providência para uso das crianças, mas que, no entanto, passou a ser utilizada pelos adultos também. A Usina possuía uma chaminé, cuja lembrança ficou fortemente marcada no imaginário dos moradores, que ao se referirem ao seu apito o chamam de bode, e ao motor de burrinho. Próximo à Caixa de Embarque do Carvão, a imponente igreja, local para o exercício da fé. A Igreja construída na década de 1950, passou por inúmeras modificações; abrigou, inclusive, uma nova capela em homenagem à Nossa Senhora da Salete, que foi erguida com contribuições da Empresa Carbonífera e o trabalho e dinheiro dos mineiros. (Costa, 1999; Rabelo, 2008)

A cidade cresceu em torno de seus bairros e as estruturas industriais que tinham funções específicas, com o processo de desindustrialização, passaram a ter novos usos ou a se tornaram obsoletas e abandonadas. No entanto, estas estruturas continuaram entranhadas nessa cidade que se modifica e não passam despercebidas aos olhares mais curiosos.

Foi justamente a importância das estruturas da mineração do carvão, localizadas na vila operária da Próspera, que sugerimos um roteiro cultural pelo bairro como uma forma de instigar o morador, o estudante, o visitante a conhecer um pouco mais da cidade de Criciúma e das atividades industriais que ali ocorreram.

Um Roteiro Cultural pelas Estruturas do Carvão do Bairro Próspera

As rotas e/ou roteiros culturais podem ser compreendidos como percursos desenhados nas vias de comunicação pelos quais é possível encontrar bens culturais patrimonializados ou não que não necessariamente estiveram unidos por um itinerário historicamente construído (Pistorello, 2020). Esses percursos são elaborados a partir de um ou mais recursos culturais como tema aglutinador e propõe um traçado que o interessado poderá percorrer, com o intuito de fruir os bens, conhecer as histórias ou as culturas de um local ou de uma região. Essas rotas também podem ter o objetivo de promover aspectos sociais, culturais e econômicos das localidades e podem servir como instrumento de gestão de atividades turísticas.

Muito embora esses percursos culturais não serem em si mesmo turísticos, podem se constituir como ferramenta utilizada por essa atividade para estabelecer um elo entre turismo e cultura, na medida em que organizam e facilitam o acesso dos visitantes aos bens culturais, ao mesmo tempo podem englobar, sinergicamente, bens, serviços e indivíduos com interesses variados, além de comunidades com diferentes histórias.

Nesse sentido, os roteiros culturais constituem-se em percursos de visitas organizados que podem oferecer uma leitura sociocultural do território. Podem se constituir em vetores de reconhecimento de identidades culturais representativas de um dado local, ao mesmo tempo em que estabelecem temas e pontos estratégicos que variam de acordo com o produto turístico que se pretende projetar.

O Roteiro que propomos, direcionado aos estudiosos e interessados no tema do patrimônio industrial, tem o intuito de, via patrimônio industrial, fornecer subsídios para que este público conheça as histórias da mineração, do carvão, do trabalho e do trabalhador na região da Vila Operária da Cia Próspera.

É um Roteiro que poderia ser oferecido pela Prefeitura Municipal de Criciúma aos interessados por meio de seus canais oficiais de relacionamento com a municipalidade haja visto que se trata de um percurso autoguiado. O atrativo seria a possibilidade de caminhar pela cidade, fruí-la de diversas formas e aprender com as estruturas da mineração presentes no recorrido sugerido como marcas indeléveis do processo de industrialização da cidade.

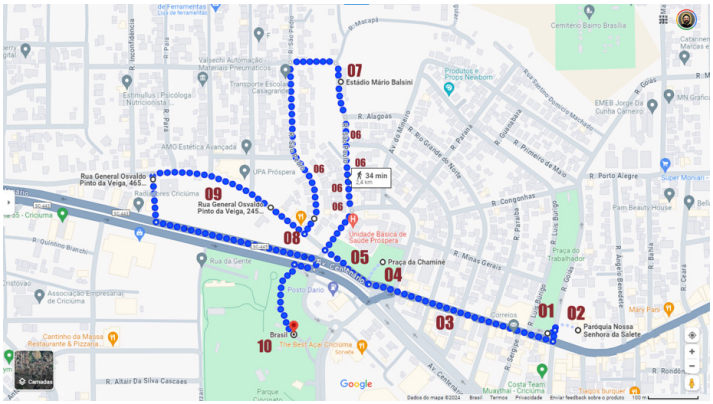
A partir da materialidade do território e suas reminiscências, o objetivo do roteiro foi construir narrativas sobre as questões pertinentes ao mundo do trabalho e às atividades industriais do carvão naquele espaço, que pudessem ser exploradas por uma possível atividade turística na região. Como nosso enfoque gira em torno do trabalho e do trabalhador, sugerimos um Roteiro que tenha como princípio a problematização das estruturas industriais visitadas que, em princípio, contemplam dez bens culturais: a Praça do Trabalhador, a Igreja Nossa Senhora da Salete, a Sede Esportiva e Recreativa Sul do Estado, o Locomóvel, a Praça da Chaminé, as Casas da Vila Operária, o Estádio de Futebol Engenheiro Mario Balsini, o Próspera Clube Recreativo (Engenho), as Ruínas do Escritório e das oficinas da CSN, e o Parque das Nações.

Roteiro proposto:

01. Praça do Trabalhador;
02. Igreja Nossa Senhora da Salete;
03. Sociedade Esportiva e Recreativa Sul do Estado;
04. Locomóvel;
05. Praça da Chaminé;
06. Casas da Vila Operária;
07. Estádio de Futebol Engenheiro Mário Balsini;

08. Próspera Clube Recreativo (Engenho);
09. Ruínas do Escritório e das oficinas da CSN;
10. Parque das Nações.

Figura 03 - Mapa da proposta de Roteiro do Patrimônio Industrial do bairro Próspera, 2024



Fonte: Mapa elaborado pelos autores com suporte do Google Maps

01. A praça do Trabalhador

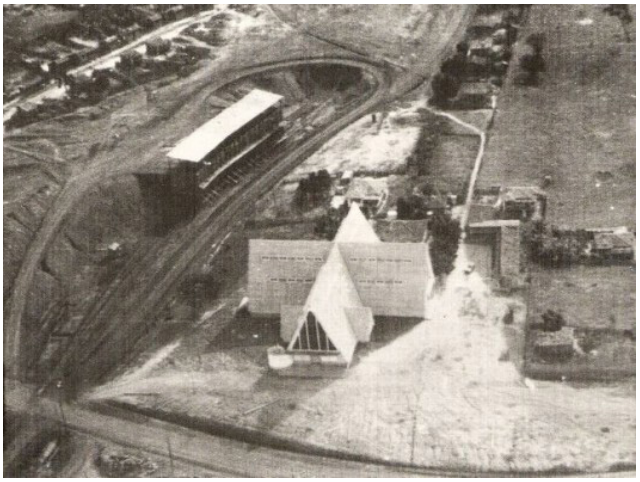
A praça do trabalhador foi inaugurada na década de 1980, durante a administração do prefeito Altair Guidi. Constitui-se de árvores, calçamento, alguns bancos, uma quadra de esportes e um parque infantil. Sua arquitetura remete à concepção modernista, visível no calçamento revestido com *petit-pavê*, na escolha das árvores nativas e na composição dos bancos em formas geométricas. Nesse espaço foram realizadas festas religiosas, comícios políticos e local de encontro para a comunidade. A cidade de Criciúma, teve por muitos anos, um forte e organizado movimento sindical, principalmente vinculado aos trabalhadores das minas de carvão. Essa organização possibilitou muitas reivindicações por meio de greves e manifestações, em todas as empresas mineradoras, como a Próspera e a CSN. Foi também o sindicato dos mineiros de Criciúma e região que conquistou a possibilidade de administrar

e gerir de modo cooperativo, uma das carboníferas que decretou falência no final do século XX. (Zanelatto & Coelho, 2017)

Entre a década de 1930 até os anos de 1970, encontravam-se nesse local: a mina Congonhas, uma das primeiras minas da Carbonífera Próspera S. A; o galpão de escolha do carvão, local em que as mulheres escolhedeiras retiravam das pedras de carvão, as impurezas. Formada pelos rejeitos do mineral, havia uma enorme "Ponta da pedra", uma montanha de carvão, de onde segundo as lembranças de alguns moradores avistava-se toda a extensão da Vila da Próspera. E, depois do galpão, prolongando-se até a rua Osvaldo Pinto da Veiga a Caixa de Embarque do Carvão, local em que era abastecido os vagões do trem com o mineral para enviar ao Porto de Imbituba (Costa, 1999).

A mina Congonhas funcionou até meados dos anos 1950, o galpão foi desativado no início da década de 1960, quando a mineradora adquiriu um lavador mecânico para separar o carvão e a caixa de embarque permaneceu no local até o final da década de 1970.

Figura 04 - Caixa de embarque de carvão da Carbonífera Próspera junto a Igreja N. Sra. da Salete, década de 1960. Atualmente Praça do Trabalhador.



Fonte: CEDOC/UNESC

Figura 05 – Vista da Praça do Trabalhador, 2016



Fonte: CEDOC/UNESC

Figura 06 – Vista da Praça do Trabalhador, 2024



Fonte: Fotografia dos autores

02. Igreja Nossa Senhora da Salete

A primeira capela de madeira, localizava-se próximo ao atual Colégio Estadual Heriberto Hulse. Na década de 1950, a comunidade transferiu sua capela para o local no qual a igreja encontra-se atualmente. A construção do novo prédio em alvenaria deu-se em torno da capela de madeira, permanecendo esta última no interior da outra por algum tempo.

O anteprojeto da construção foi elaborado pelo arquiteto Fernando Carneiro em 1956, composto por paredes em forma triangular que representam a Santíssima Trindade. A pedra fundamental foi colocada em fevereiro de 1957, e os alicerces foram inaugurados em outubro do mesmo ano, sendo que a construção efetiva se iniciou em fevereiro de 1958 com ajuda da CSN. A empresa cedeu o terreno, doou todos os eucaliptos para o andaime, alcatrão, as tesouras e uma soma significativa de dinheiro.

Além da ajuda da empresa, o empreendimento contou com a colaboração financeira dos trabalhadores mineiros que tiveram, de suas folhas de pagamento, descontadas contribuições para a construção e ainda foram realizadas festas e promoções. Em 1959, a capela de madeira foi derrubada. No interior da igreja, encontram-se quadros da Via-Sacra, feitos em têmpera sobre papel pelo artista plástico, catarinense, Willy Zumblik, em 1964. Sua arquitetura destaca-se no cenário do Bairro Próspera, pela cor bordô de seu telhado, seus vitrais coloridos e sua forma triangular.

Figura 07 - Igreja N. Sra. da Salete, década de 1970



Fonte: CEDOC/UNESC

Figura 08 - Igreja N. Sra. da Salete, década de 19



Fonte: CEDOC/UNESC

03. Sociedade Esportiva e Recreativa Sul do Estado

A Sociedade Esportiva e Recreativa Sul do Estado era o espaço frequentado pela população negra e situa-se na rua Engenheiro Osvaldo Pinto da Veiga, próxima a Praça da Chaminé. O espaço recreativo foi fundado em 1940 e funcionava ao lado da igreja, sendo ao mesmo tempo, bar e sede da diretoria do time de futebol

"Sul do Estado". Tanto a sede quanto o time eram organizados apenas pela população negra da região.

O terreno era da Carbonífera Próspera e a casa era doação de um morador. Em 1955, a empresa mineradora construiu duas sedes recreativas para os operários, uma ao lado da outra procurando reforçar e manter a divisão racial que já existia, construindo uma sede para os brancos e outra para os negros. Atualmente é local de encontro de alguns moradores, e também, de realização de eventos. Tramita na Assembleia Legislativa de Santa Catarina a PL.0392/2023 que declara de utilidade pública estadual a Sociedade Esportiva e Recreativa Sul do Estado.

Figura 09 – Sede da Sociedade Esportiva e Recreativa Sul do Estado, 2024



Fonte: Fotografia dos autores

Figura 10 - Entrada da Sociedade Esportiva e Recreativa Sul do Estado, 2024



Fonte: Fotografia dos autores

04. Locomóvel

O Locomóvel exposto na Praça da Chaminé é uma máquina de fabricação alemã semelhante a que fazia parte da Usina que gerava energia nos finais de semana. O primeiro locomóvel foi instalado em Criciúma na década de 1910, encomendado pela Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá, em 1914. O segundo locomóvel foi instalado pela Carbonífera Próspera S.A. onde atualmente se localiza a Praça da Chaminé.

Figura 11 – Locomóvel localizado na Praça da Chaminé, 2016



Fonte: CEDOC/UNESC

05. Praça da Chaminé

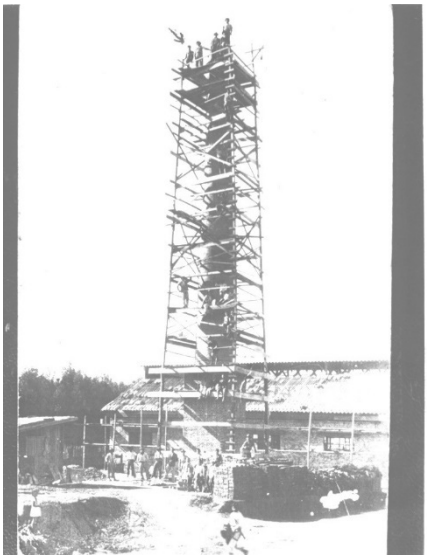
A Praça da Chaminé está localizada junto à rua General Osvaldo Pinto da Veiga. Esta praça foi inaugurada em 1984, e recebeu este nome devido a permanência no local, da chaminé da usina elétrica, pertencente à Carbonífera Próspera S.A. A usina foi inaugurada no dia 01 de maio de 1943. Junto a usina havia um açude, lugar em que as mulheres lavavam roupas e as crianças pescavam. A energia produzida pela Usina era utilizada para a manutenção da carbonífera durante os finais de semana, pois nestes dias o gerador localizado em Capivari/Tubarão, era desligado. As casas dos operários não possuíam rede elétrica, utilizavam lampião com querosene ou gás Carbureto. Esta Usina foi uma das primeiras usinas elétricas da cidade de Criciúma.

Figura 12 – Acidente de trânsito na Rua Oswaldo Pinto da Veiga, ao fundo a chaminé da Usina, década de 1960



Fonte: CEDOC/UNESC

Figura 13 – Construção da chaminé da Usina, 1938



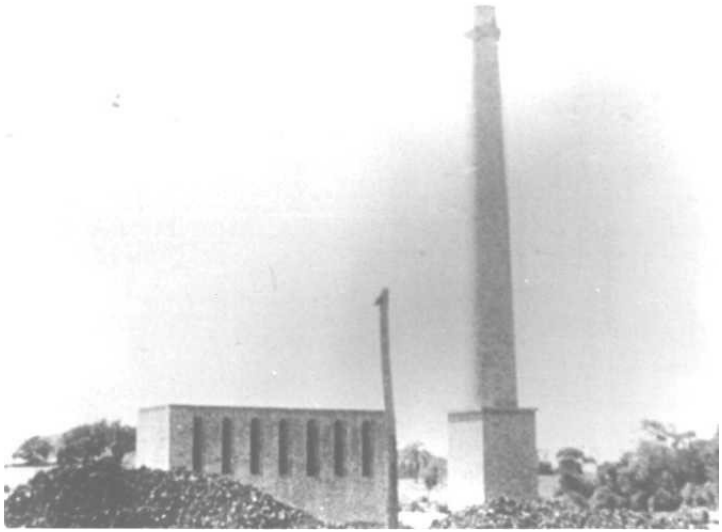
Fonte: CEDOC/UNESC

Figura 14 - Açude onde hoje é a Praça da Chaminé, década de 1930



Fonte: CEDOC/UNESC

Figura 15 - Usina e chaminé, década de 1940



Fonte: CEDOC/UNESC

Figura 16 – Praça da Chaminé, 2016



Fonte: CEDOC/UNESC

Figura 17 – Praça da Chaminé, 2024



Fonte: Fotografia dos autores

06. As Casas da Vila Operária

A vila operária Próspera foi construída na gestão dos diretores Júlio Gaidizinski e Jorge da Cunha Carneiro ainda nos anos 1930. Como o número de trabalhadores era expressivo, as casas foram sendo construídas aos poucos e por meio de empreitadas, junto a estrutura de madeira eram construídos também o fogão e a "patente", casinha anexa que servia de sanitário.

As primeiras casas possuíam três cômodos: um quarto, uma sala e uma cozinha. Para conseguir uma casa, o mineiro se inscrevia em uma lista de espera e aguardava ser chamado. A empresa construía novas casas conforme o número de empregados que ia contratando e cobrava uma taxa de aluguel, que era descontada no contracheque. Quando a CSN assumiu as ações da Companhia Próspera, o diretor comercial, responsável pela assistência social iniciou a substituição dessas casas por outras em alvenaria e com sanitários dentro de casa. As primeiras casas de alvenaria foram designadas aos capatazes e as outras por sorteio.

A participação no sorteio dependia da efetiva eficiência do trabalhador na empresa. Foram construídas cerca de 60 casas com esse modelo. Com a saída do diretor comercial, seu substituto continuou a troca das casas, no entanto em madeira e com dispensa no lugar dos sanitários. Na década de 1970, os mineiros compraram definitivamente o direito de moradia, passando a proprietários das casas.

Figura 18 - Imagem da Vila Operária Próspera, década de 1950



Fonte: CEDOC/UNESC

Figura 19 - Casas em alvenaria construídas pela CSN, década de 1960



Fonte: CEDOC/UNESC

Figura 20 - Casas em alvenaria construída pela CSN, 2016 (Rua São Pedro)



Fonte: CEDOC/UNESC

Figura 21 - Casas em alvenaria construída pela CSN, 2016 (Rua São Pedro)



Fonte: CEDOC/UNESC

Figura 22 - Casas em alvenaria construída pela CSN, 2024 (Rua São Paulo)



Fonte: Fotografia dos autores

Figura 23 - Casas em alvenaria construída pela CSN, 2024 (Rua Pernambuco)



Fonte: Fotografia dos autores

07. Estádio Engenheiro Mário Balsini

O Estádio Mário Balsini, construído entre as décadas de 1950 e 1960, é a sede do Esporte Clube Próspera, que foi fundado em 29 de março de 1946, e conhecido até os dias atuais como o "time da raça". O Próspera tinha como patrono e principal incentivador, o engenheiro Mário Balsini, que modernizou o estádio, instalando inclusive, refletores para os jogos noturnos. Com o golpe militar, Balsini foi afastado da direção da carbonífera e seu substituto não se importava com o futebol, exigindo a retirada da iluminação e seu reaproveitamento no trabalho dentro das minas de carvão, dando fim a uma sequência vitoriosa do clube, que apesar das adversidades segue em funcionamento ainda hoje (Campos & Cardoso, 2014, p. 129). O time era composto por jogadores-operários, ou seja, jogadores que trabalhavam como mineiros durante um período do dia e, no outro, se dedicavam aos treinos de futebol, uma prática bastante comum nas vilas operárias criciumenses.

Figura 24 - Estádio Eng. Mário Balsini, Próspera, 2016



Fonte: CEDOC/UNESC

Figura 25 – Estádio Eng. Mário Balsini, Próspera, 2024



Fonte: Fotografia dos autores

Figura 26 – Fachada do Estádio Eng. Mário Balsini, sede do Esporte Clube Próspera, 2024



Fonte: Fotografia dos autores

08. Próspera Clube Recreativo

Uma das medidas assistenciais da CSN era a construção de sedes recreativas para os trabalhadores. Esses espaços de entretenimento eram comuns em todas as vilas operárias e marcavam as relações entre a classe trabalhadora e o empresariado, ao mesmo tempo em que marcavam outras relações presentes na sociedade, como por exemplo, a diferenciação dos trabalhadores numa perspectiva racial (Cardoso, 2017, p. 62). Desse modo, a sede recreativa da Próspera apelidada de "o engenho" era destinada aos trabalhadores brancos e suas famílias, mantendo essa separação entre locais para brancos e locais para negros até 1970.

A sede estava localizada ao lado do escritório da CSN e quem esteve à frente dessa construção foi Sezostris de Rezende Correa, na década de 1950. Inicialmente o clube era destinado apenas aos funcionários que trabalhavam na parte administrativa da carbonífera, aos mineiros foi negado o acesso até 1970 (Costa, 1999, p. 142). No local ocorriam as domingueiras, os bailes de carnaval e outras festividades, e foi apelidado pelos trabalhadores como "engenho", por conta de sua arquitetura quadrada e simples, que lembrava os engenhos de cana de açúcar (Costa, 1999).

Os moradores construíram uma Associação para administrar a sede e após o fechamento da Carbonífera, a secretaria de Ação Social utilizava o lugar para atividades culturais que envolviam crianças de risco social. Com o abandono do local, o prédio ruiu e atualmente, percebe-se apenas sua fundação entre as ruínas. Vale ressaltar, que a instituição segue em funcionamento em outro espaço por meio de uma parceria com o Sindicato dos Contabilistas de Criciúma e região.

Figura 27 – Sede Clube Próspera ou Engenho, 2001



Fonte: CEDOC/UNESC

Figura 28 – Local da construção do Clube Próspera, 2024



Fonte: Fotografia dos autores

09. Ruínas do Escritório e das Oficinas da CSN

A sede administrativa da Companhia Próspera estava localizada na rua General Osvaldo Pinto da Veiga. Na década de 1950, essa estrada chamava-se Estrada da Geral e antes desse tempo, Estrada da Linha das Antas. O nome do General a essa rua deu-se porque em 1964, o mesmo foi nomeado Presidente da CSN. O prédio do Escritório foi construído por volta da década de 1930. Nas proximidades do mesmo havia a primeira boca de mina da Companhia Próspera, Mina 1.

Com o passar do tempo foram realizadas muitas adaptações e as ruínas visíveis atualmente reportam aos investimentos da CSN a partir de 1953. Assim que assumiu o controle das ações da Companhia, a CNS também instalou no local o pátio de máquinas, as oficinas e a escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI. No final da década de 1980, a CSN vendeu por um valor simbólico a um empresário da cidade de Criciúma esse patrimônio, durante o processo de privatização do governo de Fernando Collor de Melo. Durante os anos de 1990, a falência foi decretada e todos os trabalhadores demitidos.

O patrimônio foi entregue aos cuidados da Prefeitura Municipal que instalou no local entre 2000 a 2012, algumas atividades relativas a programas sociais e a secretaria de trânsito da cidade. Como não havia manutenção adequada, os prédios foram aos poucos destruídos até sua total derrubada pelo poder público municipal em 2022 alegando que colocava em risco a população.

Figura 29 - Ruínas das estruturas da CSN, 2016



Fonte: CEDOC/UNESC

Figura 30 - Escritório da CSN - vista frontal, 2016



Fonte: CEDOC/UNESC

Figura 31 – Escritório da CSN – vista lateral, 2016



Fonte: CEDOC/UNESC

Figura 32 – Ruínas das estruturas da CSN, 2016



Fonte: CEDOC/UNESC

Figura 33 – Ruínas da escola do Senai/CSN, 2016



Fonte: CEDOC/UNESC

Figura 34 – Ruínas das oficinas da CSN, 2016



Fonte: CEDOC/UNESC

Figura 35 - Ruínas de todo o complexo da CSN/Próspera, 2024



Fonte: Fotografia dos autores

Figura 36 - Ruínas de todo o complexo da CSN/Próspera, 2024



Fonte: Fotografia dos autores

Figura 37 – Únicas estruturas não demolidas no complexo CSN/Próspera, 2024



Fonte: Fotografia dos autores

10. Parque das Nações

O espaço denominado Parque das Nações foi inaugurado em 2011, e construído sobre as terras da antiga Carbonífera Próspera. Esse local era conhecido por "Transporte" pois, ali os mineiros pegavam as conduções, ônibus ou caminhões da empresa que os conduzia até as minas de carvão. Era também o lugar em que as crianças responsáveis pelos almoços dos pais vinham trazer as marmitas para serem enviadas a eles.

A estrutura do Parque incluiu algumas memórias das atividades carboníferas ao construírem duas réplicas das antigas estações ferroviárias. As estações podem ser visitadas a partir de um curto passeio com uma pequena locomotiva que relembra a Maria Fumaça. Na estação localizada numa das entradas do parque, encontra-se também uma loja de souvenir e o Centro de Atendimento ao Turista. Os equipamentos citados são alusivos à identidade do carvão ainda presente na cidade, no entanto, o nome do parque, as bandeiras e mosaicos também presentes nesse território, destacam a identidade de "cidade das etnias" que

desde 1980, disputa espaço com as memórias do carvão. O Parque das Nações apresenta-se dessa forma, como ideal para iniciar ou concluir o trajeto pela antiga Vila Operária da Próspera.

Figura 38 - Vila operária no local do Parque das Nações, década de 1930



Fonte: CEDOC/UNESC

Figura 39 - Réplica da segunda estação de trem de Criciúma Parque das Nações



Fonte: Luiz Rafael Caratin, website Estações Ferroviárias do Brasil, 2021

Figura 40 - Réplica da primeira estação de trem de Criciúma, junto com mini Maria Fumaça. Parque das Nações Cincinato Naspolini, 2017



Fonte: Fundação Cultural de Criciúma

Considerações Finais

O passado industrial de Criciúma produziu um expressivo patrimônio cultural relacionado aos seus processos industriais relativos ao carvão. De um lado, existem patrimônios reconhecidos pelos órgãos de preservação e, de outro, existem aqueles bens que podem evidenciar a história das políticas e dos processos de industrialização da cidade e/ou memórias dela advinda. Estes bens culturais são invisibilizados no cotidiano da cidade que, por falta de projeto e/ou políticas públicas, tornam-se obsoletos ou limitados a grupos específicos que tratam do tema. A criação de roteiros culturais que estabeleçam conexão entre os bens industriais de Criciúma, pode se transformar num atrativo turístico capaz de viabilizar as múltiplas histórias ligadas ao passado e ao presente industrial da cidade. Podem, ainda, proporcionar experiências ligadas ao turismo industrial que levam em conta aspectos desta localidade.

Nesse sentido, o objetivo do texto foi compartilhar reflexões sobre possíveis formas de acionar o passado industrial de Criciúma

a partir de bens culturais e a conexão entre eles, através da criação de um roteiro cultural que pode se tornar turístico.

Destacamos a valorização da pesquisa científica histórica e sua importância na construção de um produto turístico que pode ser apropriado pela sociedade. Em termos sociais, chamamos a atenção para a importância da valorização do patrimônio industrial como aquele que está para além da materialidade: aquele que pode ser experimentado ao andar por um percurso e compreendê-lo no contexto dos restos industriais.

Por fim, ressaltamos, ainda, a importância das múltiplas narrativas que o roteiro proposto pode provocar sobre o passado industrial da cidade bem como o roteiro pode se tornar uma ferramenta de gestão para implementação de políticas públicas que levem em conta os bens industriais como forma de conhecer e fruir a cidade.

Acrescenta-se a isso a potência que a criação e a institucionalização desse roteiro possuem na medida em que também pode contribuir com a proteção dos restos industriais da cidade do carvão.

Referências

Brito, P. S. & Vieira, L. C. (2015). *Histórias da Luz. Em comemoração aos 60 anos da CELESC.* Offício.

Campos, E. C. & Cardoso, M. G. (2014). Onde estiver o mais querido: Criciúma Esporte Clube - times e cidades (1978-2014) In A. F. Vaz & N. Dallabrida (Orgs.), *O Futebol em Santa Catarina – histórias de clubes (1910-2014)*. Insular.

Campos, S. N. (2001). *Uma biografia com um pouco de história do carvão catarinense.* Insular.

Carola, C. R. (2002). *Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964).* Editora da UFSC.

Carola, C. R. (Org.). (2011). *Memória e cultura do carvão em Santa Catarina: impactos sociais e ambientais.* EDUNISC.

Costa, M. O. (1999). *"Artes de Viver": Recriando e Reinventando Espaços-Memórias das Famílias da vila Operária Mineira Próspera/ Criciúma (1945-1961).* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/80838

Costa, M. O. & Câmara, M. R. (2010). *A cidade como texto. Tecendo saberes reconhecendo Criciúma.* Baraúna.

Costa, M. O. & Osório, P. S. (Orgs.). (2017). *Memórias e identidades: as estruturas carboníferas como patrimônio cultural de Santa Catarina.* Copiart; EdiUnesc.

Fantim, M. (1992). *Os significados da experiência de gestão de uma mina pelos trabalhadores em Criciúma/SC: nas malhas das relações de poder.* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC. http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/76831

Ferreira, M. L. M. (2009) Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. *Revista Museologia e Patrimônio, II* (n. 1), 22-35.

Gonçalves, J. (2016). *Figuras de Valor: patrimônio cultural em Santa Catarina.* Casa Aberta.

Goularti Filho, A. (Org). (2004). *Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina.* Cidade Futura.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Censo populacional.*
https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/criciuma/panorama

Kühl, B. M. (2008). *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização.* Ateliê Editorial.

Nascimento, D. (2002). *As curvas do trem: a presença da estrada de ferro no sul de Santa Catarina (1880-1975), cidade, modernidade e vida urbana.* EdiUnesc.

Pistorello, D. (2020). Itinerários, rotas e roteiros em patrimônio. In A. Carvalho & C. Meneguello (Orgs.), *Dicionário temático de patrimônio: Debates contemporâneos.* Editora da Unicamp.

Rabelo, G. (2008). *Entre o hábito e o carvão: pedagogias missionárias no sul de Santa Catarina na segunda metade do século XX.* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume, Repositório Digital UFRGS. http://hdl.handle.net/10183/12864

The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. (2003). *Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial.* https://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf

Volpato, T. G. (1990). *Trabalhadores do carvão: a vida e as lutas dos mineiros de Criciúma.* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Produção Intelectual da Universidade de São Paulo. https://repositorio.usp.br/item/000731293

Zanelatto, J. H. & Coelho, T. S. (2017). Experiências do trabalho na mineração. In M. O. Costa & P. S. Osório (Orgs.), *Memórias e identidades: as estruturas carboníferas como patrimônio cultural de Santa Catarina.* Copiart; EdiUnesc.

13.

Museus, Cultura Material e Arqueologia na Socialização de Conhecimentos: *O Potencial da Escavação Arqueológica em Sambaquis de Joinville, Sc*

BY DIONE DA ROCHA BANDEIRA
GLORIA ALEJANDRA GUARNIZO LUNA
ROSANE PATRÍCIA FERNANDES

Museus, Cultura Material e Arqueologia na Socialização de Conhecimentos: *O Potencial da Escavação Arqueológica em Sambaquis de Joinville, Sc*

DIONE DA ROCHA BANDEIRA[1]
GLORIA ALEJANDRA GUARNIZO LUNA[2]
ROSANE PATRÍCIA FERNANDES[3]

Resumo

A proposta deste artigo é problematizar as formas de socialização dos conhecimentos associados ao patrimônio cultural, em especial o arqueológico pré-colonial, a partir da reflexão sobre o potencial da escavação arqueológica, que se dá *in loco*, na produção e socialização de conhecimentos sobre os povos indígenas e seus ancestrais. O pano de fundo são os sambaquis existentes na área urbana de Joinville e algumas situações conduzidas pelo Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville/MASJ, reconhecido como patrimônio cultural, e que no seu compromisso com sua função social, permite a salvaguarda, valorização e difusão do patrimônio arqueológico, através de atividades práticas, como a escavação ocorrida nos Sambaquis Morro do Ouro. Os sambaquis são sítios

[1] Professora do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade – PPGPCS. Arqueóloga do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Email: dione.rbandeira@gmail.com

[2] Historiadora e Museóloga. Pós doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade - PPGPCS.email: alelunabrasil2000@gmail.com

[3] Pedagoga. Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade - PPGPCS. Email: rosepati@gmail.com

arqueológicos formados pelo acúmulo intencional de conchas de moluscos que podem atingir 30 metros de altura construídos por povos pescadores que habitavam a costa brasileira a partir do holoceno médio. O MASJ atua na proteção e divulgação dos sítios arqueológicos desde sua inauguração em 1972 por meio de ações de educação patrimonial e vistorias nos sítios arqueológicos. No entanto, o estado de conservação de alguns não é o adequado e boa parcela da sociedade tem somente um conhecimento superficial sobre estas sociedades que viveram por cerca de 6 mil anos na região. Neste município há 42 sambaquis, estando 10 em área urbana, com acesso facilitado. A partir do reconhecimento do Museu do Sambaqui como museu de território, apontamos para ações futuras que podem contribuir para a valorização e permanência do patrimônio arqueológico do sambaqui no porvir.

Palavras-chave: Museu Arqueológico do Sambaqui, Cultura Material, Patrimônio Cultural, Patrimônio arqueológico, Educação Museal e Patrimonial, Práticas educativas.

Introdução

Sabe-se da estreita e longa relação entre a museologia e a arqueologia, que permitiu a estruturação de Museus de Arqueologia no Brasil no século XIX, composição, pesquisa e salvaguarda de diversas coleções arqueológicas definidas pela sistematização colonialista. Na contemporaneidade, presencia-se uma significativa ampliação de perspectivas museológicas e curatoriais dessas coleções, sob a óptica decolonial, calcada na atualização de epistemologias e narrativas outras, tanto no âmbito acadêmico quanto institucional, propostas por diversos personagens e grupos, entre eles educadores, comunidade e povos originários.

Os processos de musealização das coleções arqueológicas, têm como fio condutor, a cadeia operatória de procedimentos museológicos de pesquisa, salvaguarda, ou seja, a conservação e documentação, e a comunicação que envolve a exposição e

ação educativa e cultural, confeccionada ao redor do patrimônio arqueológico, coleções e acervos. Em outros termos, este processo integra a cultura material por meio da classificação, normatização, pesquisa e conservação, para, posteriormente, através do discurso expográfico e educativo, serem apresentadas aos públicos. Os estudos das coleções arqueológicas musealizadas, e seus territórios, tem potencializado as diversas maneiras de convivência com estes patrimônios e a revalorização da "herança histórico-cultural" (Wichers, Ribeiro & Bruno, 2023, p 11).

A musealização do patrimônio arqueológico vem se colocando como desafio para os museus, curadores e educadores. Neste sentido, consideramos essencial a aproximação de campos acadêmicos e profissionais na promoção de saberes, compreensão e valorização do Patrimônio Arqueológico, na sua perspectiva histórica, epistêmica, temporal, política, cultural e social, neste caso tendo como foco os Sambaquis de Joinville sob salvaguarda do MASJ. Ao perceber o grande palimpsesto que constrói o significado da cidade, no qual a cada "raspagem é possível escrever de novo" mantendo-se sempre vestígios do passado, se faz necessário destacar a importância de se atentar para os acervos arqueológicos, camadas de tempo, materialidades e histórias dos sambaquianos, um dos primeiros povos a viver nesta região, presentes em todo o contexto da paisagem urbana de Joinville, bem como para o uso social das referências e realidades arqueológicas, por parte dos públicos e não públicos do museu, comunidade civil organizada, comunidade local, comunidade escolar, entre outros. Cabe salientar que a preservação patrimonial diz respeito às coleções institucionalizadas e herdadas, bem como aos sítios arqueológicos, e ainda a incorporação nos processos de musealização das narrativas construídas por arqueólogos ou comunidades envolvidas (M. Wichers, 2013/2014). Portanto, o que interessa não é apenas debruçar-se sobre a salvaguarda do passado, mas estabelecer na comunicação, a relação do patrimônio arqueológico com a dinâmica social no presente, no repertório da memória que exige sempre interpretação e atualização a fim de superar os desafios do presente.

A partir da dimensão social da museologia, que deve ser adotada por qualquer museu, independentemente da sua tipologia, no compromisso com as comunidades e seus patrimônios, concebe-se que os museus estão em constante devir, e se posicionam como elos de enunciados e de práticas sociais. Os museus, portanto, são campos discursivos e arenas de disputa política pela ocupação da memória e devem atuar como propulsores de educação, conhecimentos e indagações, (Chagas, Studart & Storino, 2014).

A aproximação dos museus com a educação no Brasil, foi tema de debate no seminário organizado pelo Comitê Regional da UNESCO no Hemisfério Ocidental, com o tema "A função *educadora dos museus*" (1958), fruto dos desdobramentos e cooperação entre educadores e técnicos de museus. A dimensão educacional, temática que interliga os campos dos museus e do patrimônio, foi apresentada na América Latina, na Declaração de Santiago de Chile (1972). Neste importante documento, foram inseridos os conceitos de "educação patrimonial e museu integral", a partir dos debates sobre o trabalho educacional em museus, com o intuito de estabelecer uma relação com as escolas e inserir a questão social no âmbito museal (Ramos, 2004).

O patrimônio se encontra atrelado à dimensão educacional, do mesmo modo que a educação se liga à dimensão patrimonial e arqueológica na qual os museus, como o Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville, transitam. Considera-se que uma efetiva implementação e execução de políticas públicas na área da educação, do patrimônio e dos museus, e suas interligações com o patrimônio arqueológico, certamente, permitiriam a inserção de memórias múltiplas, num reconhecimento e valorização da cultura material arqueológica dos sambaquis de Joinville por diversos agentes no descortinar de novas percepções e sensibilidades perante as diversas produções humanas e naturais.

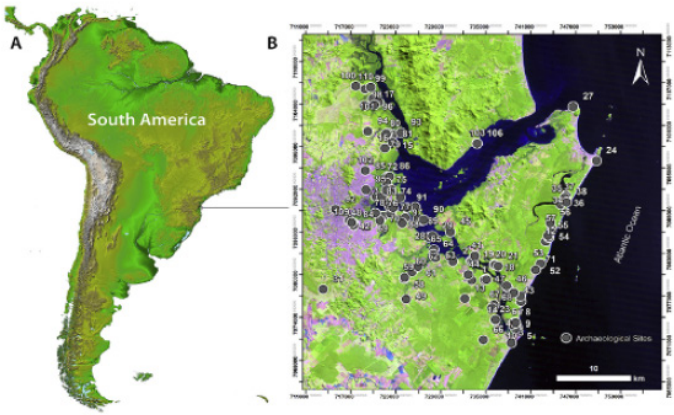
Retomam-se os preceitos propostos na Mesa Redonda de Santiago, na qual foi criada uma das resoluções teóricas mais relevantes para a Museologia, colaborando para o delineamento da

Museologia Social que seria a proposta de um Museu Integral. A ideia de Museu Integral permite uma nova ação dos museus, destinada a proporcionar "à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural" (Araujo & Bruno, 1995, p, 24). Tipologias de museus como ecomuseus e museus de territórios partem dos princípios de integração do patrimônio cultural com o patrimônio natural. Os museus de território, baseados na musealização de um dado território, valorizam as relações sociais estabelecidas com suas comunidades, no qual os objetos e acervos, geralmente permanecem nos lugares de origem, e continuam fazendo parte da vida das pessoas. A tríade tradicional de edifício, coleção e público, é ampliada e desloca-se para o "território da ação, patrimônio coletivo e comunidade", lidando com o "patrimônio tanto material como imaterial" (Reis, 2021, p. 74). Neste sentido, concebe-se o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville como um museu que integra os acervos arqueológicos espalhados pelo seu território, proporcionando às comunidades, uma visão de conjunto de seus patrimônios, destacando o patrimônio cultural e patrimônio arqueológico. O MASJ é ou pode ser uma ponte, que permite o encontro de saberes, práticas, narrativas, visões de mundo sobre o que a sociedade considera e reconhece como próprio ou alheio.

Joinville situa-se no litoral norte de Santa Catarina, sendo o maior município do estado, banhado pela Baía Babitonga onde há registro de cerca de 200 sítios arqueológicos. Ao reconhecer o Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville como museu de território (Figura 1), e que assume compromissos éticos, políticos e poéticos com a sociedade, estabelecidos pela museologia social (Chagas et al. 2018), concebe-se que ele próprio é constitutivo do patrimônio cultural, e sua função social vincula-se às estratégias educativas, de salvaguarda, mobilização e valorização do patrimônio arqueológico do Município de Joinville. A saber, o território museal do sambaqui, compreende 42 sambaquis, sendo 10 em área urbana (Figura 2), alguns em propriedades particulares e outros em terrenos públicos, além de alguns outros poucos sítios

arqueológicos relacionados às Tradições Arqueológicas Umbu, Taquara/Itararé e Tupiguarani.

Figura 1 – Joinville ao fundo da Baía Babitonga onde há registro de aproximadamente 200 sítios arqueológicos.



Fonte: Fossile et al. (2019)

Figura 2 – Da esquerda para direita, Sambaquis Rio Comprido, Morro do Ouro, Rua Guaíra e Espinheiros II em área urbana de Joinville.



Fonte: Acervo do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville

Uma das estratégias de estabelecimento de veículos em termos educativos e de socialização de conhecimentos do MASJ com a comunidade em geral, é a proposta da participação direta em escavações arqueológicas em campo.

Joinville e seu Patrimônio Arqueológico *In Situ*

O Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville/MASJ deve sua existência à compra pelo Município de Joinville, em 1963, de uma coleção de peças prioritariamente arqueológicas do colecionador e arqueólogo amador de origem germânica Guilherme Tiburtius. Ele visitou e pesquisou diversos sítios arqueológicos e coletou mais de doze mil peças arqueológicas principalmente de sambaquis da região da Baía Babitonga. O MASJ foi criado em 1969 (Lei n. 1042, 1969), um ano antes já estava em concepção um prédio específico para ele, inaugurado em 1972. Desde sua institucionalização segue ativamente três frentes de ação principais, a salvaguarda do patrimônio arqueológico, com destaque para ações voltadas para os sítios, a pesquisa arqueológica e a educação patrimonial.

Os sítios arqueológicos presentes em todo o território do Município de Joinville e região são considerados acervos do MASJ, acervos em seus locais de origem, ou seja, *in situ*. Embora eles sejam protegidos por Lei Federal (Lei. 3924, 61), o Município de Joinville tomou para si a proteção deles (Lei Orgânica de Joinville, 1990), colaborando com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), responsável pelo Patrimônio Federal.

A área da comunicação museológica é muito produtiva e se dá por várias ações e projetos: Exposição de longa duração **Acervos do Museu de Sambaqui: Coisas a Olhar**, na área interna, e a mostra **Sambaquis: montes de conchas, montes de história**, no átrio. Há projetos educativos com atendimento de turmas de estudantes de todos os níveis por monitores e educadores no museu e nas escolas. Há atendimento por monitores ao público espontâneo. Conta com exposições temporárias e itinerantes e kits

didáticos que são emprestados. Há o projeto da educadora Flávia Cristina Antunes financiado com recursos do Prêmio Elisabete Anderle que trabalha com realidade virtual Joinville cidade dos Sambaquis: conectando percursos que permite que visitantes conheçam virtualmente quatro sambaquis de Joinville usando um QRcode que há no museu e nos sambaquis. Neste momento está em desenvolvimento o projeto 50 anos de atendimento educativo no sistema expositivo do MASJ: acessibilidade e fortalecimento das ações de difusão do Conhecimento Científico de responsabilidade do educador Gerson Machado financiado pelo CNPq, que entre outras ações prevê a ampliação dos kits didáticos do Museu.

No campo da pesquisa arqueológica, o museu tem tradição no recebimento de pesquisadores brasileiros e estrangeiros para pesquisa de seu acervo. Muitos projetos a nível de pós-graduação, principalmente de instituições de São Paulo e Rio de Janeiro, têm o acervo do MASJ como objeto de pesquisa. Projetos que envolveram escavação de sambaquis aconteceram ao longo dos 51 anos de história do MASJ, em sua maioria em parcerias, nos sambaquis Rio Comprido, Guanabara I, Ilha dos Espinheiros II, Espinheiros II, Morro do Ouro, Itacoara e Cubatão I.

Várias ações em prol da proteção dos sambaquis são realizadas pelo museu como a fiscalização dos sambaquis por meio de vistorias sistemáticas aos sítios e elaboração de Relatório de Atividades de Campo remetidos ao IPHAN. Também há esforços muito grandes para que os sítios recebam infraestruturas que favoreçam a conservação, o acesso e fruição pela comunidade, no entanto, somente 50% dos sambaquis em área urbana tem alguma informação sobre o que são.

Embora os esforços na proteção dos sítios sejam grandes, ainda há situações em que eles apresentam graves problemas de conservação. São situações em que a comunidade de entorno não se sensibilizou o suficiente para cobrar das autoridades ações que coíbam o depósito de lixo (Figura 3) ou práticas ilícitas no local, por exemplo. Há situações em que os bairros têm graves problemas de infraestrutura, havendo falta de pavimentação e coleta

devida de resíduos, por exemplo. Há graves problemas socioambientais nas cidades.

Figura 3 - Sambaqui Guanabara I e Sambaqui Rio Velho II em área urbana de Joinville, com sérios problemas de conservação.



Fonte: Acervo do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.

Estas situações nos levam a pensar quais ações poderiam colaborar para uma melhor apropriação do patrimônio arqueológico pelas comunidades. Certamente intensificar todas as ações educativas no museu e nas escolas, com ênfase na formação dos professores e novas metodologias, assim como ampliar ou implementar fontes de informações nos sítios da área urbana, mas por que não pensar numa aproximação maior entre moradores e os sítios arqueológicos a partir de uma experiência prática? Apostamos nas experiências vividas pela comunidade associadas aos sítios arqueológicos. Num conhecimento pautado nos objetos, nas coisas, na cultura material. Nós necessitamos desenvolver laços sociais, acordos colaborativos de trabalho com as comunidades onde esses sítios/patrimônios estão localizados (Pacifico, 2018; Soares, 2022).

O MASJ já teve uma experiência deste tipo no início dos anos de 1990 por meio do projeto Reurbanização e preservação do Sambaqui Espinheiros II: uma experiência educacional", realizado em parceria com arqueólogos do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e do Museu Nacional da Universidade Federal

do Rio de Janeiro que permitiu que alunos realizassem em campo atividades da pesquisa arqueológica.

Conforme Pacífico (2018) o patrimônio arqueológico pode assumir posição privilegiada, porque encontramos evidências de mundos que foram configurados de forma diferente". Esse fato demonstra que outros mundos são possíveis.

Concordamos com Meneses (2007) quando diz que a pesquisa é o ponto de partida na gestão do patrimônio arqueológico e dizemos, por que não dá socialização do conhecimento? Segundo este autor o patrimônio arqueológico, por sua natureza ambiental e circunstâncias dominantes, apenas vem à luz, em princípio, pela intermediação da pesquisa e, sobretudo, da pesquisa de campo.

Com os pés em campo, a potencialidade pedagógica das escavações arqueológicas

Embora Joinville abrigue um valioso patrimônio arqueológico, histórico e cultural em seu ambiente urbano, muitos de seus moradores ainda não o reconhecem ou conhecem em sua plenitude. Na pesquisa conduzida por Guedes et al (2018) intitulado Projeto Representações Sociais sobre o Patrimônio Cultural de Joinville, 898 indivíduos de diversas faixas etárias acima de 18 anos e residentes em 38 bairros foram entrevistados. Um dos objetivos era compreender como a cidade e sua comunidade interagem com os sítios arqueológicos, em especial os sambaquis, e se estes são percebidos como patrimônio. Surpreendentemente os sambaquis não são vistos como patrimônio. A maioria não sabe muito bem o que são.

Entre as questões aplicadas estavam "O que mais identifica Joinville?" "O que é patrimônio cultural de uma cidade?" "O que é Patrimônio Cultural?" Os sambaquis aparecem em menos de 4% das respostas. Quando questionados sobre os bens que deveriam ser preservados, os sambaquis aparecem em 21% das respostas. Considerando esta mesma questão por bairro os percentuais aumentam nos que existem sambaquis e o MASJ já realizou

atividades educativas como o Bairro Comasa em que 64,28% dos entrevistados considerou os sambaquis bens a serem preservados e é onde se situam os sambaquis Rio Comprido e Espinheiros II e 27% no Bairro Guanabara onde se situam os sambaquis Morro do Ouro, Guanabara I e Guanabra II.

Este cenário destaca a necessidade de aumentar a valorização e sensibilização em relação a este precioso legado, promovendo uma compreensão mais ampla da importância cultural e histórica que esses sítios representam para a comunidade joinvilense. Neste sentido, destaca-se o projeto ocorrido no ano de 2019 no Sambaqui Morro do Ouro, um dos mencionados acima, localizados no bairro do Guanabara (Figuras 4 e 5) coordenado pelo arqueólogo André Carlo Colonese, da Universidade de York na época e com financiamento da National Geoghaphic. Como parte da pesquisa em campo que envolveu a escavação do sambaqui, houve um projeto de Educação Patrimonial e Divulgação Científica coordenado por Roberta Meyer Miranda da Veiga, na ocasião coordenadora do MASJ. Esta proposta envolveu uma série significativa de visitas ao sítio durante a escavação com experiências educativas e compartilhamento de conhecimento e saberes sobre os vestígios materiais resultantes da escavação e os povos sambaquianos, entre estudantes, comunidade local, entidades envolvidas, colaboradores voluntários e profissionais do campo. Todos tiveram a oportunidade de observar a dinâmica de um dia de escavação, ampliando seus conhecimentos sobre o patrimônio cultural e arqueológico pré-colonial do município. Alguns alunos tiveram a oportunidade de participar da triagem de materiais arqueológicos que estavam vindo da escavação.

Figura 4 – Escavações no Sambaqui Morro do Ouro em 2019.



Fonte: Acervo do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.

Figura 5 – Alunos das escolas locais observando, e alguns participando, da triagem dos materiais arqueológicos oriundos da escavação.



Fonte: https://www.instagram.com/pesquisamorrodoouro (2019).

O sambaqui Morro do Ouro é um relevante sítio arqueológico pré-colonial, situado em uma área pública de exposição a céu aberto, com uma idade estimada de 4.100 anos (IPHAN, 2023). A motivação por trás das escavações foi a busca por vestígios arqueológicos, não apenas para compreender a alimentação das comunidades antigas, mas principalmente investigar a presença do cultivo e manejo de plantas ao longo da costa da Mata Atlântica durante o período pré-colonial. Esta pesquisa, de natureza multidisciplinar, é parte de uma colaboração internacional, reunindo pesquisadores do Brasil e do exterior. Entre as instituições envolvidas, destacam-se além das universidades de York, a Universidade

de Exeter, ambas do Reino Unido, a Universidade da Região de Joinville, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Estadual de São Paulo e o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O projeto também contou com o apoio da Associação de Amigos do MASJ e da Faculdade Ielusc, esta última por meio de estudantes voluntários que participaram das ações educativas do projeto. Além dos residentes de Joinville, a pesquisa envolveu estudantes de diversas regiões, como Pelotas (RS), Rio Grande (RS), São Paulo (capital), Florianópolis (SC), York (Inglaterra) e Guaratuba (PR). Essa diversidade de participantes mobiliza ainda mais a socialização do conhecimento, além de contribuir para a compreensão da história pré-colonial da região litorânea do Sul do país (Borba & Moraes, 2019).

Com o propósito de enriquecer o entendimento da comunidade sobre esses patrimônios in situ e sua salvaguarda, a partir desta experiência da escavação do Sambaqui Morro do Ouro, discute-se uma maior exploração das atividades de escavações arqueológicas realizadas no município, bem como, as visitas ao MASJ e suas coleções arqueológicas que retratam a cultura, a história e o patrimônio pré-colonial local, transformando-as em oportunidades valiosas de aprendizado, visto que Joinville tem aproximadamente 76 mil alunos, distribuídos entre a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, presentes em 89 escolas e 76 Centros de Educação Infantil (PMJ, 2023). Considerando essa expressiva população estudantil, as atividades de escavação podem ser integradas de maneira inovadora ao currículo educacional. Dessa forma, não apenas amplia-se o conhecimento sobre o patrimônio arqueológico, histórico e cultural local, mas também se proporciona aos alunos e professores uma experiência prática e enriquecedora sobre seu território. Esta abordagem não só contribuirá para a preservação desses sítios, mas também promoverá uma maior sensibilização e apreço por parte da comunidade, garantindo que as futuras gerações valorizem e protejam esse legado significativo.

Vivemos tempos em que a jornada escolar visa a se estender cada vez mais, por meio da implementação do ensino integral, entretanto, percebe-se uma crescente desconexão entre as estruturas curriculares e a escassez de experiências significativas de aprendizagens. A baixa abordagem educacional fundamentada em experiências reais dificulta a reflexão sobre as ações do aprendizado e fragiliza o entendimento sobre o assunto abordado em sala de aula. Dessa forma, acredita-se que repensar algumas das práticas pedagógicas, buscando reintegrar a vivência e a experiência dos professores e alunos, como pilares essenciais no desenvolvimento de uma educação mais significativa e duradoura, seja oportuno para a promoção da salvaguarda desses patrimônios. As aulas de campo/visitas, também conhecidas como saídas de campo, ou visitas técnicas, têm sido uma prática estabelecida há bastante tempo. Tradicionalmente, essas atividades orientam-se pela observação e descrição dos elementos presentes nos locais visitados, resultando em uma abordagem de ensino profundamente experiencial. Essa prática proporciona, com o auxílio do professor e dos profissionais que trabalham nas escavações, a leitura crítica do território, seja ele natural, cultural ou histórico (Alves, Lopes & Silva, 2008).

Considerações Finais

Os princípios, diretrizes e dinâmicas que impactaram significativamente a prática museológica, propondo uma abordagem mais integrada e participativa, proposta desde a década de 1970, durante a Mesa de Santiago do Chile, permitiram aos museus, entre eles aos museus de território, a integração de suas comunidades e percepção do patrimônio natural e cultural, atendendo às suas necessidades, e demandas e permitiram pensar o Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville na abordagem destas dimensões, no seu devir museal e função social. Ainda permitiram situar e colocar em evidência as práticas educativas, como eixo aglutinador dos campos do patrimônio, museus e os acervos

arqueológicos do sambaqui, considerando que o MASJ pode e deve desempenhar um papel decisivo na educação da comunidade, nos processos de mediação entre o patrimônio cultural, patrimônio arqueológico e reconhecimento da noção de conjunto do museu na sua dimensão territorial e paisagística.

O estudo de Guedes et al. (2018), que abordou o conhecimento acerca do patrimônio arqueológico de Joinville, constatou que poucos dos entrevistados possuíam informações sobre o tema. Além disso, poucos estabeleciam conexões entre os sambaquis urbanos e o processo de ocupação pré-colonial do município. Esse cenário ressalta a relevância de implementar ações de educação patrimonial práticas e significativas em parceria com o MASJ diretamente nos locais onde estes patrimônios estão. Essa abordagem não apenas oferece uma oportunidade para a reflexão sobre a interface entre teoria e prática educacional, mas também se revela versátil e útil, visto que a comunidade e estudantes, sensibilizados, têm a capacidade de desempenhar papéis ativos na divulgação e salvaguarda desses bens patrimoniais locais.

A visita e participação na escavação do Sambaqui Morro do Ouro foi uma aprendizagem teórica sobre os patrimônios arqueológico e culturais de Joinville, visto que permitiu que os estudantes, por meio de uma aprendizagem ativa, interpretassem o lugar em que vivem, essa experiência foi válida tanto para os professores, quanto para os alunos. Essas práticas educativas foram fundamentais para proporcionar aos alunos e comunidade uma oportunidade única de interação direta com o ambiente ao seu redor. Do mesmo modo, chama-se a atenção para o fato que a comunidade tanto quanto os estudantes possuem um potencial significativo quando se trata de compartilhar e disseminar conhecimento, contribuindo para uma sociedade mais informada e engajada.

Referências

Alves, L. A., Lopes, M., & Silva, K. (2008) A importância de se praticar o trabalho de campo na ciência geográfica. *A Margem*,

Uberlândia, 1(1), pp. 10-19. https://www.yumpu.com/pt/document/view/12468408/a-importancia-de-se-praticar-o-trabalho--de-campo-na.

Araújo, M. M., & Bruno, M.C. O. (Org.). (1995). *A memória do pensamento museológico contemporâneo:* Documentos e depoimentos. Comitê Brasileiro de ICOM.

Borba, L., & Moraes, M. C. de. (2019). Escavações no sambaqui atraem visitantes ao bairro Guanabara. *Revidigital Ielusc.* https://revidigital.ielusc.br/index.php/2019/07/26/escavacoes-no-sambaqui-atraem-visitantes-ao-bairro-guanabara/.

Bruno, M. C. O. (2013). *As futuras gerações têm direito à herança arqueológica?:* premissas e desafios dos processos de musealização. Educação patrimonial e Arqueologia pública. Tradução. Itajaí: Casa Aberta Editora.

Chagas, M., Studart, D., & Storino, C. (Orgs). (2014). *Museus, Biodiversidade e Sustentabilidade Ambiental.* Rio de Janeiro, Espirógrafo Editorial: Associação Brasileira de Museologia.

Chagas, M., Primo, J., Assunção, P., & Storino, C. (2018). A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. *Cadernos de Sociomuseologia*. 55(11), pp. 77-102.

Fossile, T. et al. (2020). Integrando a zooarqueologia na conservação dos ecossistemas costeiro-marinhos no Brasil. *Quaternary International,* 545, pp.38-44. https://doi.org/10.1016/j.quaint.2019.04.022

Gouveia, G. A cultura material e a divulgação científica. (2009). In Granato, M, & Rangel, M. **Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia.** (p. 327-344). MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS.

Guedes, S. P. L. de C. et al. (2022). The heritage desires of society through social representations. *International Journal of Cultural Policy*, 1, pp.1 - 16.

Guedes, S, P. L. C. et al. (2018). *Relatório Técnico nº projeto: 0295/2015*. Representações Sociais Sobre o Patrimônio Cultural de Joinville. Joinville: SIMDEC.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos*. http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_detalhes.php?13438.

Meneses, Ulpiano B. (2007). Premissas para a formulação de políticas públicas em arqueologia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Patrimônio arqueológico:* O desafio da preservação. Brasília, (33), pp. 37-57.

Moraes Wichers, C. A. (2013/2014) Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico. *Revista de Arqueologia* (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso), 26 e 27, pp. 16 – 39.

Pacifico, D. (2018). Beyond the Property Paradigm: Fragments for an Anarchist Approach to Archaeological Heritage. *Journal of Contemporary Archaeology*, Sheffield, 5(2), pp. 213–302.

Prefeitura Municipal De Joinville. Secretaria de Educação--SED.2023. https://www.joinville.sc.gov.br/noticias/75-mil-alunos-voltam-as-aulas-e-prefeitura-de-joinville-lanca-programa--educacao-que-transforma/.

Ramos, F. R. L. (2004). *A danação do objeto:* o museu no ensino de História. Chapecó: Argos.

Reis, G. A. (2021). Os Museus de território enquanto estratégia de mobilização do patrimônio ambiental e cultural. *Rev. CPC*, São Paulo, 16(31), pp. 69-94.

Soares, B. B. (2021). The myths of museology: on deconstructing, reconstructing, and redistributing. *ICOFOM Study Series,* 49(2), pp. 243-260.

Wichers, C. A. de M., Ribeiro, D. L., & Bruno, M. C. O. (2023). Dossiê Museologias, Coleções e Arqueologias. *Museologia & Interdisciplinaridade.* Revista do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília/UnB, 12(24).

14.

As Atafonas (Moinhos De Pedra) e a Farinha De Milho De Nova Veneza/Sc: *Importância e Formas de Preservação de Insumos Artesanais e Regionais*

The Atafonas (Stone Mills) And Corn Flour of Nova Veneza/Sc: *Importance and Methods of Preserving Artisanal and Regional Ingredients*

Las Atafonas (Molinos De Piedra) y la Harina De Maíz de Nova Veneza/Sc: *Importancia y Métodos para Preservar Ingredientes Artesanales y Regionales*

BY LUCAS FABRICIO DE SOUZA FIRMINO

As Atafonas (Moinhos De Pedra) e a Farinha De Milho De Nova Veneza/Sc:
Importância e Formas de Preservação de Insumos Artesanais e Regionais

The Atafonas (Stone Mills) And Corn Flour of Nova Veneza/Sc:
Importance and Methods of Preserving Artisanal and Regional Ingredients

Las Atafonas (Molinos De Piedra) y la Harina De Maíz de Nova Veneza/Sc:
Importancia y Métodos para Preservar Ingredientes Artesanales y Regionales

LUCAS FABRICIO DE SOUZA FIRMINO[I]

[I] Mestre em Tecnologias da Informação e Comunicação. Coordenador dos Cursos de Gestão de Turismo e de Gestão do Agronegócio da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Docente do Curso de Gastronomia e dos Cursos de Gestão (UNESC). Membro do Grupo de Pesquisa Gastronomia e Turismo (UNESC). Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos em Gestão Organizacional - NEGEO (UNESC). Criciúma/SC, Brasil. E-mail: firmino@unesc.net – Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5697-1269

Resumo

O uso de insumos artesanais e regionais ganha cada vez mais destaque na gastronomia, sendo estes valorizados por sua conexão com métodos de fabricação tradicionais e por seus sabores autênticos. Em um contexto em que a globalização e a industrialização ameaçam práticas culinárias locais, os insumos artesanais e regionais são símbolo de resistência cultural e gastronômica. Como exemplo deste cenário podemos usar a farinha de milho proveniente de atafonas, muito utilizada em cidades do extremo sul catarinense, como em Nova Veneza, capital (brasileira) da gastronomia típica italiana. Esta farinha é produzida através dos moinhos de pedra, popularmente conhecidos como atafonas, e seu processo artesanal de fabricação, que é muitas vezes herdado de gerações anteriores, envolve a seleção cuidadosa de grãos e moagem nestes moinhos de pedra, preservando as qualidades nutritivas e gustativas do milho. Este artigo busca mostrar a importância da utilização deste tipo insumo na gastronomia, bem como a importância de salvaguardar saberes e fazeres gastronômicos, que fazem parte do patrimônio cultural imaterial de um povo. Com todos os avanços vivenciados no campo da tecnologia, essa preservação pode acontecer com o auxílio de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Palavras-chave: insumos artesanais e regionais, farinha de milho, atafona, tecnologias da informação e comunicação (TIC).

Abstract

The use of artisanal and regional ingredients is increasingly highlighted in gastronomy, valued for their connection with traditional manufacturing methods and their authentic flavors. In a context where globalization and industrialization threaten local culinary practices, these artisanal and regional ingredients symbolize cultural and gastronomic resistance. An example of this scenario is the corn flour from atafonas, widely used in cities in the extreme

south of Santa Catarina, such as Nova Veneza, the (brazilian) capital of typical Italian gastronomy. This flour is produced through stone mills, popularly known as atafonas, and its artisanal manufacturing process, often inherited from previous generations, involves careful selection of grains and grinding in these stone mills, preserving the nutritional and taste qualities of the corn. This article seeks to show the importance of using this type of ingredient in gastronomy, as well as the importance of safeguarding culinary knowledge and practices, which are part of the intangible cultural heritage of a people. With all the advancements experienced in the field of technology, this preservation can be aided by Information and Communication Technologies (ICT).

Keywords: artisanal and regional ingredients, corn flour, atafona, information and communication technologies (ICT).

Resumen

El uso de insumos artesanales y regionales está ganando cada vez más prominencia en la gastronomía, valorados por su conexión con métodos de fabricación tradicionales y por sus sabores auténticos. En un contexto donde la globalización y la industrialización amenazan las prácticas culinarias locales, estos insumos artesanales y regionales simbolizan la resistencia cultural y gastronómica. Un ejemplo de este escenario es la harina de maíz de las atafonas, ampliamente utilizada en ciudades del extremo sur de Santa Catarina, como Nova Veneza, la capital (brasileña) de la gastronomía típica italiana. Esta harina se produce a través de molinos de piedra, popularmente conocidos como atafonas, y su proceso artesanal de fabricación, a menudo heredado de generaciones anteriores, implica una cuidadosa selección de granos y molienda en estos molinos de piedra, preservando las cualidades nutricionales y gustativas del maíz. Este artículo busca mostrar la importancia del uso de este tipo de insumo en la gastronomía, así como la importancia de salvaguardar conocimientos y prácticas

culinarias, que forman parte del patrimonio cultural inmaterial de un pueblo. Con todos los avances experimentados en el campo de la tecnología, esta preservación puede ser asistida por Tecnologías de la Información y Comunicación (TIC).

Palabras-clave: insumos artesanales y regionales, harina de maíz, atafona, tecnologías de la información y comunicación (TIC).

Introdução

Na gastronomia contemporânea os insumos artesanais e regionais estão sendo cada vez mais valorizados, e isso inclui não somente o insumo, mas todos as etapas e componentes envolvidos em sua produção. A produção artesanal de farinha de milho por meio de atafonas é um destes insumos que merece destaque, valorizada não apenas por seu sabor genuíno, mas também pela sua ligação com técnicas de fabricação tradicionais. A farinha de milho, com sua rica herança cultural, desempenha um papel significativo em diversas cozinhas pelo mundo, e o mesmo ocorre no extremo sul catarinense. Nas cidades desta região, como Nova Veneza, é comum encontrar a farinha de milho produzida por meio de atafonas, que são moinhos de pedra utilizados pelos descendentes dos imigrantes italianos na região.

O método de produção desta farinha, frequentemente passado de geração em geração, inicia-se com a escolha minuciosa dos grãos, progredindo para a moagem nestes moinhos de pedra (as atafonas, também grafadas e conhecidas por "tafonas"), por meio deste processo, tanto a integridade quanto o paladar característico do milho são preservados. A farinha resultante se torna uma base adaptável para uma ampla gama de receitas, incluindo desde a tradicional polenta, servida e consumida em diversos restaurantes e casas da região, até pães artesanais e variados tipos de bolos e biscoitos. Entretanto, somente utilizar estes insumos artesanais e regionais, como esta farinha proveniente da atafona, não é suficiente, é preciso preservar seus saberes e fazeres para as futuras gerações.

Para auxiliar no processo de preservação e disseminação destes saberes e fazeres, pode-se fazer uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). O desenvolvimento das TIC, inseridas na sociedade do conhecimento, transformou a forma como o ser humano se relaciona com o meio ambiente. Entre essas TIC, algumas podem auxiliar na conservação, manutenção e disseminação cultural, como de determinados saberes e fazeres de uma comunidade. A gastronomia, que é patrimônio cultural imaterial de uma sociedade, possui uma diversidade de práticas que precisam ser registradas e salvaguardadas, como é o caso das atafonas, abordadas neste estudo, e das farinhas resultantes dos seu processo de moagem.

As Atafonas e a Farinha De Milho de Nova Veneza/Sc

Nova Veneza é um município que está localizado no extremo sul do estado de Santa Catarina Nova Veneza. É uma cidade que possui forte ligação com os costumes e tradições trazidas pelos imigrantes italianos que ali se instalaram, sendo grande parte da sua população descendente de italianos. Entre os costumes e tradições presentes, cabe destaque aos saberes e fazeres gastronômicos, tanto que e sustenta o título de "Capital Nacional da Gastronomia Típica Italiana". Nova Veneza possui diversas atrações na área da gastronomia, com destaque para a tradicional Festa da Gastronomia Típica Italiana (que dá destaque para os preparos influenciados pela cultura gastronômica dos italianos que chegaram no município e de seus descendentes, e que hoje são pratos típicos do munícipio, conforme pode ser visto na Figura 1). Com isso, o município acabou se fortalecendo e ganhando destaque no Turismo Gastronômico, atraindo os turistas tanto para a festa, como para os restaurantes típicos do município (Firmino; Bilesimo, 2022).

Figura 1: O "tombo da polenta" na Festa da Gastronomia Típica Italiana de Nova Veneza/SC



Fonte: Cultura e Turismo Nova Veneza (2023).

As famílias que colonizaram Nova Veneza/SC, inicialmente produziam o milho para o consumo, e este era moído nas atafonas, que eram próprias ou de vizinhos. E assim foi por muitos anos, sendo que ainda existem moinhos trabalhando nesse sistema até hoje. Ao se formarem os núcleos urbanos, os proprietários de atafonas continuaram oportunizando a moagem do milho aos agricultores, mas também passaram a produzir a farinha para ser vender no comércio. Pelos anos 1960, os moinhos movidos a força hidráulica são praticamente todos deixados de lado e substituídos por moinhos movidos a energia elétrica, sendo que os que restaram são apenas mantidos para conservar a memória e o seu valor histórico. Mesmo sem pesquisas científicas acerca, algumas informações dos munícipes que acompanharam a história do município indicam que em meados dos anos 1970 ocorreu uma mudança na alimentação dos venezianos, muitas famílias deixaram de consumir diariamente a polenta. Isso por conta da farinha de trigo e do surgimento dos supermercados e de produtos industrializados, que alteraram os hábitos alimentares do sistema

colonial. Nessa época, muitos moinhos são abandonados ou passaram a funcionar em períodos alternados. No início da década de 1970, cerca de 25 moinhos ainda estavam em funcionamento. Em 2012, havia quatro atafonas em funcionamento, que atuam em regime de trabalho familiar, sendo que a mais antiga data de 1984. Exceto pela mais antiga, que atua informalmente e conservando a dinâmica tradicional (processando o milho trazido pelos agricultores), as demais trabalham em caráter mercantil mais acentuado e alinhadas à processos legais de produção e comercialização (Scarabelot; Schneider, 2012).

A Gastronomia como Patrimônio Imaterial

Percebe-se que nos últimos anos a preservação do Patrimônio Cultural Intangível está cada vez mais valorizado, por conta de uma certa obrigação em se reafirmar as identidades coletivas, frente a globalização e às tendências de homogeneização. O patrimônio cultural imaterial brasileiro, possui grande importância na construção e fortalecimento da identidade nacional e cidadania. Este é composto por práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, e contribui significativamente para a manutenção da diversidade cultural e criatividade humana. O patrimônio imaterial é fundamental para gerar um sentimento de identidade e continuidade, promovendo o respeito e a valorização das diferentes culturas e histórias que compõem a sociedade (Campos et al., 2024). O Patrimônio Cultural Imaterial, de construção social, é, assim, passado pelas gerações por tradições, cultos, ritos, e onde haja usos e costumes, expressões, técnicas e conhecimentos próprios de uma comunidade (Muller; Amaral; Remor, 2010; Muller; Fialho, 2011).

Matta (2012 apud Santos; Grechi; Silva, 2022), trata o patrimônio alimentar como "um conjunto de elementos materiais e imateriais das culturas alimentares considerados como uma herança compartilhada, ou como um bem comum, por uma coletividade". A herança cultural e gastronômica se transforma em

uma representação local, oferecendo oportunidades de renda para comunidades por meio da mercantilização desses elementos, visando sustentabilidade socioeconômica, segundo Forero (2020). Para o autor, há interrelação entre a identidade cultural, patrimônio, turismo e a gastronomia, que além de ser um elemento crucial do turismo cultural, também representa um importante meio de expressão cultural e identitária das comunidades. A gestão do patrimônio gastronômico, promovendo um intercâmbio cultural através do turismo, ajuda a manter as tradições culturais.

Cabe destacar que boa parte das manifestações gastronômicas, como por exemplo as brasileiras, sofreram, e ainda sofrem, diversos tipos de influência e descaracterização de sua identidade. Ao se pensar na valorização da gastronomia local, destaca-se a prática de incorporar pratos e ingredientes que refletem as peculiaridades alimentares de cada região (Firmino, 2023). Esta abordagem promove a diversidade culinária, respeitando e celebrando as características únicas de cada localidade em termos de sua oferta gastronômica.

O Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (Tic) na Preservação do Patrimônio Imaterial

Pensando socialmente, a tecnologia traz mudanças ou ampliação de uma capacidade, anteriormente executada pelas mãos ou pela mente humana, por meio de outra ação. É o que desperta o intelecto para criar algo, alguma novidade. A chamada web 2.0 possibilitou um uso coletivo e aberto: praticamente qualquer pessoa com conhecimentos de informática, mesmo que limitados, consegue criar, inserir, modificar e retirar conteúdo da rede; as redes sociais são um exemplo disso. De forma resumida, esse uso social, sem hierarquia em nível, é a denominada web 2.0 (Baptista, 2019).

A partir da web 2.0 houve uma nova instituição de patrimônio digital online, a chamada instituição da memória, onde arquivos, bibliotecas e museus passam a ser integrados, de forma precisa, de alguma forma. Essas instituições de memória ordenam o registro cultural e intelectual. A memória dos indivíduos, comunidades,

povos e instituições, o patrimônio científico e cultural, e os produtos ao longo do tempo de nossa imaginação, artesanato e aprendizado juntam-se aos ancestrais e se tornam o legado para as próximas gerações. As instituições de memória contribuem direta e indiretamente para o crescimento e desenvolvimento, apoiando a aprendizagem, o comércio, o turismo e a realização pessoal. O impacto da web social trouxe mudanças o setor cultural, e algumas instituições culturais modificaram prontamente a funcionalidade da web 2.0 para as suas demandas. Entretanto, ainda hoje, percebemos que algumas instituições culturais precisam se adequar às redes sociais, que são a cada dia mais importantes graças ao número cada vez maior de nativos digitais, ou seja, a geração que cresceu envolta em tecnologia, fazendo uso de smartphones, computadores, videogames e internet. Quando aprendem a linguagem digital, esses falantes nativos causam contraste com as gerações anteriores, que se moveram mais devagar para o mundo das novas tecnologias, os chamados imigrantes digitais (Baptista, 2019).

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), de acordo com Veloso (2018), facilitam a distribuição e o compartilhamento de informações, o que levou ao surgimento do patrimônio digital. Uma das funções primordiais desse tipo de patrimônio é sua capacidade de disseminação, que promove o acesso e a inclusão social através do compartilhamento e preservação de conteúdos, saberes e práticas. Isso confere ao patrimônio digital visibilidade e reconhecimento, destacando sua importância. As TIC, disseminando e compartilhando informações, podem ser utilizadas para salvaguardar saberes e fazeres gastronômicos, evitando que patrimônio cultural imaterial seja perdido, possibilitando que este seja repassado para as futuras gerações (Firmino, 2023).

As Atafonas de Nova Veneza/Sc e aUtilização de Tics para Preservação de sua Memória

Como visto, a tecnologia pode ajudar na salvaguarda e disseminação dos conhecimentos de uma determinada localidade

ou de um saber-fazer ou produto específico, e esse movimento é importante para que possamos preservar o patrimônio gastronômico local, além de atrair os olhares de chefs e cozinheiros, especialmente tendo a gastronomia contemporânea um importante papel no resgate de insumos, culturas e tradições. Temos algumas iniciativas no Brasil nesse sentido, ainda que de maneira tímida. Entretanto, somos um país de escala continental, e com uma cultura gastronômica riquíssima. Desde os povos originários brasileiros, até todas as levas migratórias ocorridas após a chegada dos portugueses em 1500, todos deixaram um legado importante para o que chamamos hoje de gastronomia brasileira. Nesse legado temos não somente a comida em si, mas todos os saberes e fazeres envolvidos na elaboração de um alimento, como a maneira correta de cortar ou preparar determinado insumo, técnicas de moagem de grãos e cereais, técnicas de conservação de alimentos, época e maturação para colheita, formas de extração de polpa de frutos, entre tantas outras.

Figura 2: Atafona movida com energia elétrica



Fonte: Visite Nova Veneza (c2019).

Como exemplo para preservação de saberes e fazeres da gastronomia local, podemos pegar o caso do uso da atafona (Figura 2, acima), na cidade de Nova Veneza/SC, localizada no extremo sul catarinense. Nova Veneza/SC possui o título de "Capital Nacional

da Gastronomia Típica Italiana" (Agência Senado, 2018; Garcia et al., 2022), esse reconhecimento se deu graças a grande parte de sua população ser descendente de italianos e preservar hábitos e costumes, especialmente alimentares, de seus ascendentes. Por exemplo, por muito tempo parte do alimento vinha do pilão, que era feito em tronco de madeira, com uma abertura, e usado para triturar ou descascar alimentos, assim como para obter uma mistura homogênea. Em seguida, vieram os moinhos, que funcionam moendo grãos de pedra movidos por água, por meio de duas pedras, uma inferior que permanece fixa e a outra superior, que gira assentada na inferior através do eixo. O que faz moer é o atrito entre essas duas pedras, e fendas fazem escoar a farinha. Existe um espaço entre as rodas de pedras que regulam a espessura que se quer da moagem. As rodas de pedras serviram para o grande avanço da humanidade (Gava, 2016; Tacheiro, 2016).

A utilização de moinhos de pedra para moagem de grãos de milho era necessária para obtenção da farinha de milho, insumo necessário para a tradicional polenta da região sul catarinense. Esses moinhos na região também são conhecidos como "atafonas" ou "tafonas" (Gava, 2016). As atafonas são moinhos manuais, movimentados por energia elétrica, nos engenhos de produção de farinha de milho, resumindo, são duas pedras (também denominadas mós, que podem ser visualizadas nas Figuras 3 e 4) com capacidade de moer o milho para obtenção de farinha (Visite Nova Veneza, c2019). As pedras utilizadas na região eram produzidas na própria região ou trazidas de Portugal e da Itália (Gava, 2016).

Figura 3: Jogos de pedras dos moinhos (atafonas)



Fonte: Gava (2016).

Figura 4: O picotar na pedra de moinho para aumentar o atrito da moagem



Fonte: Gava (2016).

Estas atafonas produzem uma farinha de milho mais fina que as farinhas de milho encontradas nos mercados e fabricadas pelas indústrias. Os produtos elaborados com estas farinhas provenientes de atafonas, possuem características diferentes de quando elaborados com as demais farinhas comerciais, muito por conta desta granulometria, mas também pelas especificidades que este

tipo de produção dá para esta farinha. O fato deste produto possuir uma identidade local e características distintas, aponta para a necessidade de que ele e todo seu processo produtivo sejam preservados, bem como tantos outros insumos artesanais e regionais que, caso não sejam salvaguardados, podem acabar sendo perdidos.

Procedimentos Metodológicos

Essa é uma pesquisa predominantemente qualitativa, bibliográfica e descritiva. Em uma pesquisa qualitativa, busca-se coletar dados por meio das relações sociais do pesquisador com o fenômeno que será estudado. Na pesquisa bibliográfica, há a utilização de estudos já publicados sobre o tema. Uma pesquisa descritiva acontece por meio da descrição de algum evento (Appolinário, 2013; Appolinário, 2016; Gil, 2022).

Assim, essa pesquisa buscou em artigos científicos e demais publicações o embasamento acerca das atafonas e da farinha de milho de Nova Veneza/SC, da gastronomia como patrimônio imaterial e cultural, além do uso das TIC para preservação, registro, conservação e difusão de cultura e conhecimento. Ao se trazer o caso das atafonas de Nova Veneza, foi demonstrado como o uso de TICs poderia auxiliar no registro, preservação e conservação dos saberes e fazeres desse moinho utilizado para fabricação de farinha de milho na região, insumo artesanal e regional da região do extremo sul de Santa Catarina.

Resultados e Discussões

Atualmente, as atafonas que seguem em funcionamento em Nova Veneza utilizam energia elétrica, e representam a história e o trabalho de imigrantes que passaram, de geração para geração, a prática aos seus descendentes na região sul de Santa Catarina. Preservar estes saberes e fazeres é importante para garantir que estes continuem sendo repassados para as gerações futuras.

Na gastronomia, vemos cada vez mais o uso de TICs, como em tutoriais de equipamentos e utensílios em cozinhas profissionais. Também é possível, combinando o real e o virtual de uma forma digital e interativa (por meio de Realidade Virtual ou Realidade Aumentada, por exemplo), mostrar a reconstituição de peças quebradas, manipular artefatos e imagens raras, visualizar locais que já deixaram de existir ou que estão restritos para visitação.

Trazendo esse modelo para as atafonas de Nova Veneza, uma das formas de preservação e disseminação da utilização das atafonas poderia ser meio da criação de um Museu Gastronômico Virtual da cidade, em que uma das seções desse museu possua um mapa temático com distribuição espacial de onde existiam (e de onde ainda existem) esses moinhos, explanando o seu modo de funcionamento e explicando a diferença da farinha produzida no munícipio (e região) das demais. Sem contar a possibilidade de disponibilizar receitas e formas de se utilizar esta farinha. Assim é possível se utilizar das TIC nesse processo para mostrar todo o processo de fabricação de farinha nas atafonas, inclusive temporalmente, ou seja, como era realizado o processo assim que os imigrantes chegaram em Nova Veneza, e como ocorre atualmente, passando por todas fases e evoluções que ocorreram até chegar nos dias de hoje.

O exemplo das atafonas de Nova Veneza-SC, é somente uma pequena amostra do que podemos fazer com o uso de TICs para preservação e disseminação de saberes e fazeres gastronômicos. Cada cidade possui um patrimônio gastronômico repleto de particularidades, e muitos desses conhecimentos podem estar se perdendo.

A importância dessa preservação ainda é voltada à promoção de ações ao interesse do poder público, com vistas ao registro, catalogação e correta descrição, buscando a preservação e conservação da identidade de uma localidade. E isso impacta também no turismo, pois turistas buscam conhecer a cidade e sua região, o que faz parte de sua história, seus atrativos e sua gastronomia.

Tudo isso também se torna importante para a gastronomia enquanto ciência. Chefs e cozinheiros atualmente buscam uma

ligação maior com as culturas e as raízes dos pratos e insumos, com sua história e seu modo de fazer. Não basta somente utilizar, é preciso preservar e conhecer a história. O chef, atualmente também desempenha um papel importante no resgate e salvaguarda de insumos, culturas e tradições.

Cabe destacar que a farinha proveniente das atafonas possui características distintas, sendo mais fina que as comumente encontradas em supermercados. A moagem na pedra também agrega em um sabor diferente na farinha, percebido nas polentas servidas na região, que também tem sua textura diferente das polentas comuns por conta da granulometria da farinha. E é esse tipo de insumo que se busca e faz uso na gastronomia contemporânea, um produto com características distintas, mas carregado de história e importância cultural e regional.

Considerações Finais

Na gastronomia contemporânea, cozinheiros e chefs têm redescoberto insumos artesanais e regionais, como a farinha de milho artesanal, integrando estes elementos tanto em receitas inovadoras como em releituras. Este interesse renovado não apenas eleva o perfil destes insumos, mas também apoia pequenos produtores e comunidades que se dedicam à sua produção artesanal. Ao fazer isso, contribui-se para a preservação de um patrimônio gastronômico e para a promoção de práticas sustentáveis.

Cabe frisar que não basta se fazer uso destes insumos e preparações, é importante buscar formas de preservar estes saberes e fazeres. Ao explanarmos a importância de salvaguardar o processo de fabricação da farinha de milho artesanal, utilizada em Nova Veneza e demais cidades do extremo sul catarinense, esta importância vai além do aspecto gastronômico. Ela representa um esforço para manter viva uma parte da herança cultural e histórica de muitas comunidades. Esta preservação é essencial em um mundo onde a uniformidade ameaça suplantar a diversidade cultural. Ao apoiar métodos tradicionais de fabricação de

alimentos, como a produção de farinha de milho, incentivamos não apenas a biodiversidade agrícola, mas também a diversidade cultural, que é igualmente importante para a gastronomia e para o turismo.

Referências Bibliográficas

Agência Senado. (2018). *Nova Veneza ganha título de Capital Nacional da Gastronomia Típica Italiana*. https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2018/06/nova-veneza-ganha-titulo-de-capital-nacional-da-gastronomia-tipica-italiana

Appolinário, F. (2013). *Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa.* Cengage Learning. ISBN 9788522114719.

Appolinário, F. (2016). *Metodologia científica*. Cengage Learning. ISBN 97888522122424.

Baptista, A. T. (2019). *O uso da tecnologia digital na valorização da herança cultural dos refugiados* (Dissertação de Mestrado, Escola das Artes, Universidade Católica Portuguesa).

Campos, J. B., Matias, C. P. P., Preve, D. R., Silva, J. G. S., Rosa, T. R., Funari, P. P. A. (2024). Patrimônio imaterial e identidade. *Revista Memória Em Rede*, 16(30), 432-452. https://doi.org/10.15210/rmr.v16i30.25012

Cultura e Turismo Nova Veneza [@novavenezaoficial]. (2023, 23 de junho). *Obrigado! É o que temos a dizer neste momento. Mais uma vez, nossa Festa da Gastronomia Típica Italiana foi incrível* [Fotografias]. Instagram. https://www.instagram.com/p/CtrMIFsOOuo/?igsh=MW8yYXl3aWI3Z2hmZQ==

Firmino, L. F. S., Bilesimo, N. C. (2022). Distribuição espacial dos atrativos gastronômicos de Nova Veneza/SC: um estudo do portal

de turismo do município. *Revista Vias Reflexivas*, (16), 76-88. http://fmpsc.edu.br/wp-content/uploads/2022/08/2022-2.pdf

Firmino, L. F. S. (2023). *Museu virtual de gastronomia: estudo de caso da aplicabilidade em Urussanga/SC* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC - Teses e Dissertações. https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/252799

Forero, J. M. (2020). Gastronomía, patrimonio cultural inmaterial en la gestión del turismo local. *Palma Express*, 28-49. https://cipres.sanmateo.edu.co/ojs/index.php/libros/article/view/248

Garcia, E. M. L. S., Feliponi, J. A., Borinelli, M. L. G., Sant'Anna, M. E. O., Soares, T. I. S. (2022). Turismo cultural em Nova Veneza. In *Anais da XIII Feira de Iniciação Científica e Extensão (FICE)*. IFC. https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/fice/article/view/3905

Gava, N. (2016, 01 de agosto). *Os moinhos, quanta polenta*.... Portal Veneza. https://www.portalveneza.com.br/moinhos-quanta-polenta/

Gil, A. C. (2022). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. Grupo GEN. https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559771653

Muller, S. G., Amaral, F. M., Remor, C. A. (2010). Alimentação e cultura: preservação da gastronomia tradicional. In *Anais do VI Semintur - Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul.* UCS. https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/13/Alimentacao%20e%20Cultura%20Preservacao%20da%20Gastronomia%20Tradicional.pdf

Muller, S. G., Fialho, F. A. P. (2011). A preservação dos saberes, sabores e fazeres da gastronomia tradicional no Brasil. *Travessias*, 5(1). ISSN 1982-5935.

Santos, B. D., Grechi, D. C., Silva, L. F. (2022). Culinária típica da fronteira Brasil-Paraguai: o reconhecimento da chipa como patrimônio alimentar. *Interações (Campo Grande)*, 23(3), 635–652. https://doi.org/10.20435/inter.v23i3.3695

Scarabelot, M., Schneider, S. (2012). As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local – um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. *Revista Faz Ciência*, 14(19), 101. https://doi.org/10.48075/rfc.v14i19.8028

Tacheiro, C. M. A. (2016). *O moinho do meu avô! - Reabilitação dos Moinhos Hidráulicos em Habitações de Turismo Rural em Sanfins (Valpaços)* [Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Universidade da Beira Interior].

Veloso, G. C. (2018). *Modelo para a integração de professores e alunos do ensino básico ao patrimônio histórico e cultural de Araranguá-SC e região: uma perspectiva quanto ao resgate e a manutenção da identidade cultural* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC - Teses e Dissertações. https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/191126

Visite Nova Veneza. (c2019*). Farinha Di Veneza é um dos principais produtos da família Ghisleri*. https://visitenovaveneza.com.br/noticias/farinha-di-veneza-e-um-dos-principais-produtos-da-familia-ghisleri/

15.

Narratividades Da *Visibilidade Negra* Na Formação Docente

Narratividades de la *Visibilidad Negra* en la Formación Docente

Narratives of *Black Visibility* in Teacher Formation

BY ALEX SANDER DA SILVA
NORMÉLIA ONDINA LALAU DE FARIAS
DOUGLAS VAZ FRANCO SANTANA
JANAINA DAMÁSIO VITORIO
CHRISTIAN MULEKA MWEWA
JESSICA VICÊNCIA DAS CHAGAS MACHADO

Narratividades Da *Visibilidade Negra* **Na Formação Docente**

Narratividades de la *Visibilidad Negra* **en la Formación Docente**

Narratives of *Black Visibility* **in Teacher Formation**

ALEX SANDER DA SILVA[1]; NORMÉLIA ONDINA LALAU DE FARIAS[2]; DOUGLAS VAZ FRANCO SANTANA[3], JANAINA DAMÁSIO VITORIO[4], CHRISTIAN MULEKA MWEWA[5], JESSICA VICÊNCIA DAS CHAGAS MACHADO[6]

1 Doutor em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma/ SC, Brasil. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Educação, Formação Cultural e Sociedade (GEFOCS). Email alexsanders@unesc.net - Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0945-9075

2 Mestra em Educação (PPGE UNESC). Especialização em Didática e Metodologia do Ensino Superior. Especialização em Química. Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI/UNESC; Professora da Universidade do Extremos Sul Catarinense (UNESC). Coordenadora do curso de Química Licenciatura da (UNESC) Química Industrial - CRQ 13200903. Lattes: http://lattes.cnpq.br/0241208178525799. E-mail: nol@unesc.net

3 Mestre em Educação na linha de pesquisa Educação e Gestão de Processos Educativos, Professor de Geografia da rede Pública Estadual de Santa Catarina, pesquisador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI/UNESC, pesquisador do Museu-Afro-Brasil-Sul - MABSUL/ Criciúma. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0648-2680 E-mail: dougvazfrancos@unesc.net

4 Mestra em Desenvolvimento Sócioeconômico. Docente do Curso de Psicologia e Curso Técnico em Enfermagem da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. NEABI - Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas. Pesquisadora do Museu Afro-Brasil Sul/Criciúma SC, Brasil. Coordenadora da Secretaria de Diversidade e Políticas de Açoes Afirmativas da UNESC. Email jdv@unesc.net Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9465-6470

5 Doutor em Educação. Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação-Mestrado (PPGEdu/ CPTL) e Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação-Mestrado e Doutorado (PPGEdu/ CG), ambos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Sociedade (UFMS/CPTL). Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010), com estágio doutoral na Université de Paris I –Panthéon-Sorbonne (2008). Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7079-5836. E-mail: christian.mwewa@ufms.br

6 Doutoranda e Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Pesquisadora integrante do GEFOCS - Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Formação Cultural e Sociedade. E-mail: jvc@unesc.net. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2434-3839

Resumo

A obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira desde a publicação da Lei Federal n° 10.639 de 09 de janeiro de 2003, institucionaliza a necessidade de mergulhar num universo de representações da história e da cultura negra no debate educacional como parte interdisciplinar nos processos pedagógicos de ensino e aprendizagem. Assim sendo, a educação, particularmente a formação de professores, se faz importante constituir-se em espaços de aprendizagens de equidade na troca de conhecimentos, de história e de cultura. Desse modo, formula-se como objetivo geral analisar e compreender características que se destacam em memórias e trajetórias educacionais de professores negros e negras como potencialidades de reconhecimento e valorização das memórias e das experiências culturais negras brasileiras. A metodologia utilizada para absorção dos dados foi entrevista semiestruturadas com professores e professoras negras/os da rede estadual de educação básica do município de Criciúma - SC. Um dos pontos que se conectam dos relatos é o fato de na escola o ensino, história e cultura da população negra brasileira deixam lacunas na construção de identidade e retomada da negritude com sua falta. Assim a pesquisa, apontou para o aprofundamento do sentido de memória e experiência de professores/as negros e negras, enquanto momentos de narratividade das biografias dos professores negros/as, tratando-as em seu caráter de constituição de sua negritude baseando-se em suas subjetividades e percepções de si, dos seus e do mundo.

Palavras-chave: Narratividade; Visibilidade; Negritude; Formação Docente

Abstract

The obligatoriness teaching of African and Afro-Brazilian history and culture since the publication of Federal Law No. 10,639 of

January 9, 2003, institutionalizes the need to delve into a universe of representations of black history and culture in the educational debate as part of interdisciplinary in the pedagogical processes of teaching and learning. Therefore, education, particularly teacher training, is important to constitute learning spaces for equity in the exchange of knowledge, history and culture. Thus, the general objective is to analyze and understand characteristics that stand out in the memories and educational trajectories of black teachers as potential for recognizing and valuing black Brazilian memories and cultural experiences. The methodology used to absorb the data was semi-structured interviews with black male and female teachers from the state basic education network in the municipality. One of the connecting points in the reports is the fact that at school, the teaching, history and culture of Afro-Brazilians left gaps in the construction of identity and the resumption of blackness with its lack. Thus, the research pointed to the deepening of the sense of memory and experience of black teachers, as moments of narrativity of the biographies of black teachers, treating them in their character of constitution of their blackness based on their subjectivities and perceptions of themselves, their loved ones and the world.

Keywords: Narrativity; Visibility; Blackness; Teacher Formation.

Resumen

La enseñanza obligatoria de la historia y la cultura africana y afrobrasileña desde la publicación de la Ley Federal nº 10.639, de 9 de enero de 2003, institucionaliza la necesidad de profundizar en un universo de representaciones de la historia y la cultura negras en el debate educativo como parte de la interdisciplinariedad. en los procesos pedagógicos de enseñanza y aprendizaje. Por lo tanto, la educación, en particular la formación docente, es importante para constituir espacios de aprendizaje para la equidad en el intercambio de conocimientos, historia y cultura. Así, el objetivo general

es analizar y comprender características que se destacan en las memorias y trayectorias educativas de profesores negros como potencial para reconocer y valorar las memorias y experiencias culturales de los negros brasileños. La metodología utilizada para absorber los datos fue entrevistas semiestructuradas a docentes y docentes negros de la red estatal de educación básica del municipio. Uno de los puntos de conexión de los informes es el hecho de que en la escuela, la enseñanza, la historia y la cultura de los afrobrasileños dejaron lagunas en la construcción de la identidad y la recuperación de la negritud con su carencia. Así, la investigación apuntó a la profundización del sentido de la memoria y de la experiencia de los profesores negros, como momentos de narratividad de las biografías de los profesores negros, tratándolos en su carácter de constitución de su negritud a partir de sus subjetividades y percepciones de sí mismos, de sus seres queridos y el mundo.

Palabras-clave: Narratividad; Visibilidad; Negritud; Formación Docente.

Introdução

A obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira desde a publicação da Lei Federal n° 10.639 de 09 de janeiro de 2003, institucionaliza a necessidade de mergulhar num universo de representações da história e da cultura negra no debate educacional como parte interdisciplinar nos processos pedagógicos de ensino e aprendizagem. A presente pesquisa, aponta para o aprofundamento do sentido de memória e experiência de professores/as negros e negras, enquanto momentos de narratividade de suas biografias, tratando-as em seu caráter de constituição da sua negritude baseando-se em suas subjetividades e percepções de si, dos seus e do mundo.

A necessidade de a população negra conquistar o reconhecimento, a valorização e afirmação de sua negritude, é um fator central na luta pelo combate ao racismo. E essa luta se dá no

marco político e também nas questões socioculturais, sobretudo, quando se pretende que grupos socialmente discriminados sejam sujeitos em suas experiências e identidades culturais (Kabengele MUNANGA, 1998)[7]. Isso significa estudar e compreender a história de negação e subjugação por muito tempo, e que insiste em permanecer, não só no imaginário, mas na estrutura social das instituições (Silvio ALMEIDA, 2018).

Assim sendo, a educação, particularmente a formação inicial e continuada de professores, -se em espaços de aprendizagens e exercício da equidade na produçãode conhecimentos, de história e de cultura e saberes emancipatórios (Douglas SANTANA et al, 2022). Desse modo, formula-se como objetivo geral analisar e compreender características que se destacam em memórias e trajetórias educacionais de professores negros e negras como potencialidades de reconhecimento e valorização das memórias e das experiências culturais negras brasileiras.

Narratividade, identidade e negritude

O filósofo Walter Benjamin, em seu texto "Experiência e pobreza", publicado em 1930, traz a uma reflexão sobre o conceito de experiência. A parábola se trata de um pai no leito de morte que deixa a herança transmitida aos filhos. Essa herança é a própria riqueza em saber passar sua experiência de vida aos seus herdeiros, mais especificamente, a de valorizar as memórias diante do empobrecimento da comunicabilidade das coisas que se experimentam.

---

[7] Reforçamos nesse momento a ação contra-colonial proposta pela Professora Doutora transfeminista negra do Paraná, Megg Rayara Gomes de Oliveira, ao evidenciar o nome e sobrenome de intelectuais na primeira vez que citamos as mesmas no texto. Isso ocorre como estratégia de sobrevivência numa academia com políticas e normas racistas e sexistas que destacam o último sobrenome das pessoas, o qual geralmente evidencia a parte paterna masculina de suas famílias, e em alguns casos esse mesmo sobrenome faz referência ao colonizador que teve posse de escravizados e os marcaram com seus nomes e correlatos em detrimento de sua identidade cultural. para assistir a intervenção contra-colonial feita por Megg, acesse em: <https://www.youtube.com/watch?v=MM_5XNFPfPk>

Mas como comunicar a experiência? Na perspectiva de Benjamin "Quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação" (Idem, p.203). O autor explana que gerações anteriores a ele (lembrando que o texto é de 1930) existia o momento da narrativa que seria "Uma forma artesanal de comunicação" (Idem, p.206), e que nas gerações posteriores, o ser humano se enchia de experiência, mas nenhuma narrativa.

Com efeito, o ser humano na atualidade conseguiu abreviar até a narrativa. Assiste-se ao nascimento da *short story*, que se emancipou da tradição oral e não mais permite essa lenta superposição de camadas finas e translúcidas. Desse modo, isso não representa a melhor imagem do processo pelo qual a narrativa perfeita vem à luz do dia, como coroamento das várias camadas constituídas pelas narrações sucessivas. Diz Benjamin:

> "O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer. Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la inteira. O narrador é o homem que poderia deixar a luz tênue de sua narração consumir completamente a mecha de sua vida."
> (Idem, p.221).

Em nossa interpretação a retomada "da arte de narrar" trazida por Benjamin potencializa a reconfiguração da identidade dos sujeitos, sobretudo sujeitos subalternizados em que sua narrativa se torna uma ferramenta política de enfrentamento aos silenciamentos impostos. Para Stuart Hall (2010) a própria identidade sempre foi uma questão a ser pensada com muito estudo, assim como outras variáveis em relação à formação e atuação do ser humano no meio social. Avançando ainda mais, a abordagem deste livro e principalmente destes dois capítulos que serão fontes de estudo para a pesquisa, o autor traz a identidade cultural e a possível crise dessa mesma em meio a modernidade.

Stuart Hall (2010) divide a questão em três concepções: sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e ainda sujeito pós-moderno. O sujeito do Iluminismo: esta linha de raciocínio estaria fundamentada mais no individualismo, onde o centro do seu interior iria, idêntico a si de maneira externa, diz sua identidade. Potencializando a capacidade da razão, da consciência e da ação. O Sujeito sociológico: fazendo alusão ao seu nome essa teoria, por sua vez, fala a respeito da interação do eu com a sociedade.

O autor diz ainda que, o eu sozinho não é autossuficiente para sua formação de identidade, e para a eficácia justa dela, seria necessário acrescentar as experiências vivenciadas em conjunto com o grupo social. Afirma Hall (2010) que o interior faz parte também do "eu real", porém a cultura e fatores externos relacionados ao vínculo que se está inserido foi e é um fator importante na formação da identidade de um indivíduo.

Para a formação do sujeito pós-moderno, Hall diz que algumas críticas feitas sobre o sujeito sociológico foram o que contribuíram para o desenvolvimento desta teoria. Isso porque a sociedade em que vivemos não é unificada de fato como a visão utópica do social afirma ainda com a harmonia do "eu real" junto aos espaços que ocupamos na sociedade, justamente por ocupar vários espaços e permanecer em constante mudanças. No entanto, surge a dúvida se o ser humano pode ou não ter várias identidades de acordo com as suas vivências, dando nisso a formação de um sujeito pós-moderno. A pluralidade do sujeito é constante, em diferentes espaços, adaptando-se, ou não, a uma nova identidade cultural e não unificada e permanente.

Durante esse período, a interconexão das identidades, os elementos que se entrelaçam na formação de indivíduos, encontra a negritude. Essa última, principalmente, envolve o processo de reconquista de si mesma e de sua identidade, resistindo às opressões e negligências enfrentadas pelas identidades negras ao longo da história (MUNANGA, 1998). A narrativa histórica frequentemente é moldada pelo ponto de vista do opressor, tornando-se raramente precisa em relação aos acontecimentos vivenciados

pelo oprimido. "O homem do iluminismo não era apenas o sujeito cognoscente do século XVII celebrizado pela afirmação cartesiana penso, logo existo, é também aquilo que se pode conhecer; é sujeito, mas também objeto do conhecimento. " (ALMEIDA, 2018, p. 20). Em outras linhas:

> Do ponto de vista intelectual, o iluminismo constituiu as ferramentas que tornariam possível a comparação e, posteriormente, a classificação, dos mais diferentes grupos humanos a partir de características físicas e culturais. Surge então a distinção filosófico-antropológica entre civilizado e selvagem, que no século seguinte daria lugar para o dístico civilizado e primitivo. (Almeida, 2018, p. 20-21).

Com isso, a noção de categorização, originada da perspectiva branco-colonial, que rotula os indivíduos com base em raças, resultou na supressão de culturas e identidades. A intenção subjacente à prática de racialização permanece constante, sendo estabelecida principalmente para fins de classificação. Inicialmente aplicada a plantas e animais, essa categorização foi posteriormente estendida aos seres humanos. "Construía-se, assim, um determinismo biológico que já colocava como ponto de partida a questão racial para o alcance da civilização." (Diego AMORIM, 2013, p. 64).

A tentativa de assimilação dos valores culturais dos brancos pelos negros, ou melhor, a máscara branca em peles negras (Frantz FANON, 1952) através de uma literatura pseudocientífica acabou dando certo, pois assim a sua inferioridade deixa de ser teórica causando uma crise de consciência negra que vem sendo forjada dentro da escola do seu próprio colonizador. Professor Munanga (1988) afirma que:

> Ele se convence de que o único remédio para curar sua inferioridade, a salvação, estaria na assimilação dos valores culturais do branco super potente. Essa fase de absorção do branco

> pelo negro é chamada de embranquecimento cultural".

A realidade vivida e vívida da negritude traz consigo a força e importância do termo enquanto coletivo emancipatório, sofreu críticas até de sua legitimidade com a ideia de que a negritude tem sido o próprio movimento dizendo sim a inferioridade do negro forjada pelo branco, afirmando então que era uma mistificação colonial, e por isso era incapaz de criar uma ruptura na história da luta de um povo. Porém, não é coerente a ideia devido a eficiência da afirmação política nas independências africanas ao longo das décadas e libertação na diáspora que ainda eram vítimas do racismo colonial.

As complexas contradições raciais no Brasil têm sido um fator determinante nas condições de vidas racializadas, sobretudo, as que vivem no limite das condições de sobrevivência, marcada por profundas desigualdades socioeconômicas. Além disso, abordar a questão das desigualdades sociais na sociedade brasileira exige uma análise aprofundada das condições enfrentadas pela população negra após a abolição da escravidão. Nesse contexto, emergem manifestações persistentes de racismo estrutural, acompanhadas por situações de miserabilidade e exclusão social em diversas esferas. A herança histórica do período pós-abolição contribuiu para a formação de um cenário complexo, onde as consequências de longo prazo reverberam na vida desses indivíduos, moldando suas experiências e oportunidades de maneiras profundas e interconectadas.

Os grilhões da escravidão deixaram profundas marcas na história brasileira, no entanto, as barreiras no debate público sobre os resquícios desta história têm inibido os processos de combate ao racismo. É a experiência escravista um dos caracteres mais significativos que marcaram a história da sociedade brasileira. A opressão estabelecida se tornou ainda mais aguda porque o Estado,

depois da abolição, não implantou políticas públicas voltadas para os negros libertos.[8]

No Brasil, o tema da escravidão pautou-se num velamento do tema e de suas consequências pós-abolição ou quando tratado apenas na perspectiva da precariedade e subalternidade ressaltando os embates abolicionistas que pavimentaram os processos de libertação. Isso possibilitou a cristalização de um racismo estrutural que se caracterizou pela manutenção de processos nefastos de exclusão que legaram aos descendentes de ex-escravos uma trajetória inconclusa de libertação. Vale dizer que a ausência de políticas dirigidas à promoção da população negra cristalizou diferenças abissais entre estes e a população branca. De modo que, a superação dessas desigualdades tornou-se um dos principais desafios para a sociedade brasileira. A necessidade de políticas de combate ao racismo se dá, sobretudo, a partir de políticas "da promoção da igualdade de direitos, do respeito às diferenças" (TEODORO, 1995, p. 95).

Visibilidade negra e a formação de professores: relato do autor

Os debates educacionais brasileiros apresentam uma série de lacunas referentes à história e aos saberes da cultura africana e afro-brasileira. Embora haja estudos que estejam avançando sobre a temática, ainda é forte a concepção de uma educação pautada em moldes eurocêntricos (Alves, s/d, p. 71). Em se tratando das questões raciais na formação de professores, os poucos negros que estão na universidade, ainda não se reconhecem. Embora tenha se avançado em políticas para diminuir as desigualdades raciais, sofremos com o problema da invisibilidade negra.

---

8 Conferir o texto "Questões legais e racismo na história do Brasil" de Antonio Carlos Arruda da Silva, nele o autor faz uma breve trajetória de como a estrutura das leis e jurídicas do Brasil calcaram-se na necessidade de manter uma distância entre os "senhores de tudo" e seus serviçais, escravos ou livres. IN: MUNANGA, Kabengele (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: EDUSP: Estação Ciência, 1996.

Por que é tão difícil discutir a questão étnico-racial em nossos ambientes acadêmicos? Por que a dificuldade em tratar desse tema, ou pelo menos fazer referência que existam pesquisadores, que tratam deste assunto? Para uma resposta simplificada seria porque as pessoas negras não estão na universidade, ou estão em sua minoria. Porém, o problema é bem mais profundo. Ainda persiste no Brasil um imaginário étnico-racial que privilegia a brancura e valoriza principalmente as raízes europeias, ignorando ou pouco valorizando as outras (africanas, indígenas, asiáticas, etc). Os diferentes grupos, as diferentes identidades que constituem a própria sociedade brasileira, têm demonstrado o quanto é necessário o respeito à diversidade étnico-racial.

Assim sendo, a educação, particularmente, a formação de professores, deve constituir-se em espaços de aprendizagens interculturais, nas trocas de conhecimentos de história, política e de cultura negras. Desse modo, urge ampliar essa realidade educacional a partir de debates e ações que considerem os diferentes modos de ser e fazer da história e da cultura negra. Reconhecer a importância de políticas que resgatam a história e a cultura afro-brasileira e africana se torna fator fundamental no desenvolvimento da identidade e valorização de um povo.

Apesar de haver elementos que mostrem uma autoimagem negativa dos negros transmitida pela ideologia. Entendo que a universidade seja um espaço importante para a formação das pessoas é, consequentemente, fundamental para a construção de uma autoimagem positiva que a pessoa negra possa ter de si mesma.

Desse modo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana, prevê e promove em diversos momentos a importância do papel da discussão da questão racial no processo de formação docente. Conforme Kátia Schützer os professores têm com seus alunos uma relação afetiva importantíssima para que o processo de aprendizagem aconteça, podendo elevar ou esmagar a autoestima das crianças negras com suas atitudes (Schützer, s/d, p. 132).

De acordo com Kabengele Munanga, os professores devem contribuir para:

> Mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade, e também ajudar o aluno discriminado para que ele possa assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua diferença, sobretudo, quando esta foi negativamente introjetada (apud Schützer, p.133).

Para que o potencial da escola possa ser aproveitado com espaço para criação de novas mentalidades e novas práticas, é fundamental o processo de formação de professores não apenas no preparo acadêmico, mas também na desconstrução de preconceitos historicamente estabelecidos. De acordo com Gomes, o professor deve estar preparado para "vivenciar, analisar e propor estratégias de intervenção que tenham a valorização da cultura negra e a eliminação de práticas racistas como foco principal" (2000).

No entender da professora Petronilha, o professor deve encarar seu aluno negro na condição do seu próprio corpo negro diante do mundo e das pessoas, contribuindo para a formação de uma identidade que valoriza suas raízes étnicas e culturais, porque

> As pessoas situam-se humanas através de seus corpos diante do mundo, da sociedade que as rodeia, da comunidade onde vivem, da classe e grupos a que pertencem. As mulheres e homens negros têm seu corpo negado ou visto como objeto pela sociedade (o mito das mulatas, da superpotência sexual dos homens). E é seu corpo negro que os revela a si próprio, que os fazem descobrir-se alienados, ao se comportarem como se não fossem negros. É

> seu corpo negro que os leva a darem-se conta de que, independentemente de suas idéias ou gestos embranquecidos, para os outros o seu corpo físico se objetiva como negro (Gonçalves e Silva, 1987, p. 233);

Nesse sentido, os professores devem engajar-se na formação de homens e mulheres, que lutem por sua dignidade, auto-estima, que amadureçam uma visão capaz de respeitar, valorizar e harmonizar as diferenças étnicas. Essas considerações devem advir de uma mudança de postura, de concepção das relações raciais que se estabelecem na sociedade. Daí a importância da introdução nos cursos de formação de professores e outros profissionais da Educação discussão da questão racial.

Há ainda que considerar o fato de que mesmo que a lei tenha sido aprovada em 2003 e que os sistemas tenham sido obrigados a se adequarem aos dispositivos legais, muito tem que se percorrer no que tange a questão racial e a formação docente. Embora muitas iniciativas tenham se dado, e venha se dando, é preciso avançar mais. Sabemos que a formação de professores é um processo contínuo, pois sempre surgem novos conhecimentos e desafios, principalmente, quando o assunto é a questão racial e seus desdobramentos na educação.

Narrativas de professores/as negros/as da rede pública de ensino

Em prol do objetivo central deste, no presente tópico relata-se narrativas e experiências de cinco docentes da rede pública de ensino de uma cidade do Extremo Sul Catarinense. A metodologia utilizada para absorção dos dados foi entrevista semiestruturadas com professores e professoras negras/os da rede estadual de educação básica do município. As entrevistas não se baseiam em uma conversa casual, a mesma permite que o pesquisador obtenha fatos e dados de estudos nas narrativas dos agentes

sociais informantes do determinado tema específico (MINAYO, 1996). Em concomitância ao debate teórico abordado sob a visão de Benjamin, as experiências e histórias de vida destes sujeitos evidenciam sobretudo a realidade concreta do desafio de ser negro/a diante o cenário de racismo estrutural.

As perguntas que direcionam a entrevista atendem a temática de modo que os informantes relatam as experiências enquanto indivíduos negros e professores, resgatando memórias das vivências escolares, bem como a chegada ao ensino superior. Assim, foi possível encontrar narrativas que se conectam e narrativas que se divergem no estopim mas partem da mesma estrutura social: o racismo. Um dos pontos que se conectam dos relatos é o fato de na escola o ensino, história e cultura de afro-brasileiros deixaram lacunas na construção de identidade e retomada da negritude com sua falta. Assim como reflete também na ausência de seus pares no ambiente de trabalho, nas cadeiras da universidade e até nas referências biografias e livros didáticos.

Uma das entrevistadas diz: "Minha maior dificuldade foi ser a única negra na turma sendo a terceira pessoa negra no curso e dessa forma me sentia muito só." Kilomba (2012) afirma que o racismo é velado em um nível sistêmico que resulta na falta de representatividade de pessoas negras nos pilares da ordem social. As instituições escolares não estão isentas da reprodução e manifestação sistêmica do racismo. Os grupos socialmente dominantes detêm as ferramentas para a produção da vida material, na qual os marginalizados permanecem na mesma condição de exclusão dos espaços. "Nesse contexto, a educação é entendida como inteiramente dependente da estrutura social geradora de marginalidade cumprindo aí a função de reforçar a dominação e legitimar a marginalização." (SAVIANI, 2008, p. 4).

O ponto que se diverge é uma questão interessante a respeito da questão de identidade e negritude. O mito da democracia racial fomentou o esquecimento e apagamento cultural dos indivíduos racializados promovendo o embranquecimento da República Federativa do Brasil, proclamada um ano após a escravatura

institucional. A negação da identidade foi um mecanismo chave na construção da sociedade moderna, e apesar de rupturas muitos foram e são condicionados ao discurso da igualdade abstrata.
Dois dos entrevistados apresentam características fenotípicas da africanidade e quando questionados sobre o reconhecimento de sua ancestralidade afirmam que são "morenos" e "mestiços". Isso reflete a discussão do autor Munanga que escreve sobre a assimilação dos valores da branquitude, do opressor, considerando o pensamento de que "quanto menos retinto melhor". Gonzalez (1988), diz que estes grupos racializados nascem pardo, marrom, mulato e moreno, mas se tornam negro. A negritude baseada nas características físicas foi o racismo que inventou, e isso é um fator importante no reconhecimento de si enquanto sujeito negro/a na nação que tem sua base na escravidão.

Considerações finais

O sucesso ou o fracasso da Lei 10.639 dependerá muito da conjugação de esforços da sociedade brasileira de reconhecer as implicações das desigualdades raciais e sociais. Depende também da necessidade de reeducação das relações étnico-raciais, o que significa o reconhecimento da importância de se buscar compreender os valores e lutas da população negra. Exige-se a valorização e respeito aos processos históricos de resistência negra. Faz-se necessário também reconhecer os preconceitos que desqualificam as pessoas negras que salientam os estereótipos depreciativos que incitam violências físicas ou simbólicas.

A reflexão sobre a formação dos professores a partir da questão racial implica considerar as políticas de ação afirmativa e seus desdobramentos. Esse enfoque deve estar relacionado com as práticas pedagógicas alternativas, que consideram a realidade da discriminação racial, que pode possibilitar um melhor entendimento da diversidade étnico-racial. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira,

impõe aprendizagens entre negros e brancos, trocas de conhecimentos, quebra de desconfiança, e um projeto conjunto para construção de uma sociedade justa e igualitária.

Para obter êxito, nesse tipo de prática educativa, os professores não podem tratá-la do ponto de vista unicamente moral, mas apostar no seu conteúdo político. Tem que, além de desfazer da mentalidade racista e discriminatória, superar o etnocentrismo, reestruturando as relações étnico-raciais e sociais e desalienando assim os processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a juízos de valores desvinculados das experiências vividas pelos negros e negras nos níveis de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas.

Enfim, a escola, o professor, a professora que buscam considerar a constituição de sujeitos emancipados, podem quebrar os esquemas racistas e de desigualdades raciais da educação, de ensino e da formação, quebrando inclusive seu próprio preconceito. Nesses termos, a Lei 10.639/03, vem como forma de resgatar, de forma positiva e valorativa, a cultura de matriz africana. Trata-se de uma política curricular de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro.

De acordo com Alves, é preciso reconhecer os negros e as negras, cidadãos, agentes culturais, enfim, seres humanos (p.83). Nesse sentido, deve haver uma progressiva reversão da realidade em termos concretos, buscando a implementação de políticas públicas específicas para a população negra, como é o caso da 10.639, como também a conscientização a partir de uma educação crítica, antirracista e de promoção da diversidade étnico-racial.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luíz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte - Mg: Grupo Editorial Letramento, 2018. 204 p.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense S.a., 1987. p. 197-221. Volume I das obras escolhidas.

BASTIDE, Roger. Estereótipos de Negros através da literatura brasileira. In: **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva. 1973.

CAVALLEIRO, E. Educação anti racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO E. (org) **Racismo e anti-racismo na educação**. São Paulo: Summus, 2001.

DINIZ, Marta. Identidade negra e espaço educacional: vozes, histórias e contribuições do multiculturalismo. In: http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/0525.pdf. acesso no dia 05 de dezembro de 2007.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS_para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2005.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2005.

FERNANDES, Florestan. 1978. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática. vol. I e II.

_____. **Significado do protesto negro.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

GOMES, N. L.; SILVA, Petronilha, B. C. G._**Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GONZALEZ, Lélia. **"Cidadania de Segunda Classe".** Transcrição disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa das Culturas

Negras, da aula proferida no curso Cidadania e Racismo. Promoção do Programa de Direitos Humanos e Civis/SOS Racismo, do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras – IPCN. Rio de Janeiro – RJ. Junho, 1988.

GONÇALVES, L. A. Os negros e a educação no Brasil. In: LOPES, E.M. et al. (orgs.) **500 anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autentica, 2000.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast, 2012.

LUDKE, M. ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MUNANGA, Kabengele. Negritude: Usos e sentidos. 2. ed. São Paulo: Ática S.a, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Estratégias e políticas de combate a discriminação racial.** São Paulo: EDUSP; Estação Ciência, 1996.
MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social:** Teoria, Método e Criatividade. 6a Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

SANTANA, Douglas Vaz Franco et al. Educação para as Relações Etnico-Raciais
no Ensino Superior: Análise da Lei Federal No 10.639/03 sob a perspectiva Interseccional. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 15, p. 185-198, 2022.

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. 35ª Ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHÜTZER, Kátia. A questão racial e os cursos de formação de professores. In: **Identidade Negra: pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil.** ANPEd; Ação Educativa, s/d.

16.

Os Povos Originários no Brasil e a Sua Relação com o Meio Ambiente: *A Reformulação do Pensamento Jurídico para Efetivação dos Direitos dos Povos Indígenas*

Los Pueblos Originarios en Brasil y su Relación con El Medio Ambiente: *La Reformulación del Pensamiento Jurídico para la Efectivación de los Derechos de los Pueblos Indígenas*

Original Peoples in Brazil and Their Relationship with The Environment: *The Reformulation of Legal Thinking to Implement Indigenous Rights*

BY DANIEL RIBEIRO PREVE
MATHEUS BICCA MENEZES
JULIANA DE MATOS BARBOSA

Os Povos Originários no Brasil e a Sua Relação com o Meio Ambiente: *A Reformulação do Pensamento Jurídico para Efetivação dos Direitos dos Povos Indígenas.*

Los Pueblos Originarios en Brasil y su Relación con El Medio Ambiente: *La Reformulación del Pensamiento Jurídico para la Efectivación de los Derechos de los Pueblos Indígenas*

Original Peoples in Brazil and Their Relationship with The Environment: *The Reformulation of Legal Thinking to Implement Indigenous Rights*

DANIEL RIBEIRO PREVE[1];
MATHEUS BICCA MENEZES[2];
JULIANA DE MATOS BARBOSA[3]

[1] Doutor em Direito (UFSC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc. Líder do Grupo de Pesquisa em Direito à Cidade e Políticas de Sustentabilidade Urbana e Ambiental. Advogado (GPDUC/UNESC). E-mail: dpr@unesc.net.

[2] Mestrando em Direito (PPGD/UNESC). Bolsista CAPES (PROSUC). Pesquisador. Advogado. E-mail: matheusbiccam@gmail.com

[3] Mestranda em Direito (PPGD/UNESC). Bolsista CAPES (PROSUC). Pós-Graduada em Direito e Negócios Imobiliários (FMP). Pesquisadora do GPDUC/UNESC. Advogada. E-mail: juliana.barbosa@unesc.net

Resumo

O Brasil assumiu constitucionalmente o compromisso de valorizar os povos originários e proteger o meio ambiente, de forma a assegurar um ecossistema ecologicamente equilibrado para as presentes e também futuras gerações dos povos que em território nacional habitam. Tanto os direitos dos indígenas quanto da natureza, enquanto sujeito próprio de direito, se relacionam juridicamente, já que a natureza é protegida e preservada pelos indígenas, a medida em que estes sobrevivem e propagam sua cultura com base em sua profunda relação com ela. A problemática da pesquisa está localizada entre as omissões, insuficiências e violações praticadas pelo Direito estatal oficial de base positivista e colonial que marginaliza e causa impedimentos estruturais ao escopo biocêntrico e socioambiental vivenciado e defendido pela harmonia existente entre os povos originários e o meio ambiente. Assim, o presente trabalho assume o compromisso de verificar a importância de um meio ambiente ecologicamente equilibrado para os indígenas, destacando a necessidade de reformular o pensamento jurídico herdado do período colonial para efetivar os direitos fundamentais que os indígenas possuem. Quanto à metodologia, utilizou-se do método dedutivo e de revisão bibliográfica qualitativa para o desenvolvimento da pesquisa. A partir dos estudos, concluiu-se que reformular a racionalidade e o pensamento jurídico é crucial para proteger os povos indígenas, promover sustentabilidade e preservar o meio ambiente, exigindo compromisso do Estado e da sociedade.

Palavras-chave: Povos Originários; Meio Ambiente; Povos Indígenas; Pensamento Jurídico.

Abstract

Brazil has constitutionally undertaken the commitment to value indigenous peoples and protect the environment, ensuring an

ecologically balanced ecosystem for present and future generations of the peoples inhabiting the national territory. The rights of both indigenous people and nature, as a legal entity, are juridically intertwined, given that nature is protected and preserved by indigenous people as they survive and propagate their culture based on their profound connection with it. The research problem lies among the omissions, insufficiencies, and violations perpetrated by the official state law, based on positivism and colonialism, which marginalizes and causes structural impediments to the biocentric and socio-environmental scope experienced and defended by the existing harmony between indigenous peoples and the environment. Therefore, this work commits to assessing the importance of an ecologically balanced environment for indigenous peoples, emphasizing the need to reformulate the legal thinking inherited from the colonial period to actualize the fundamental rights of indigenous peoples. Regarding methodology, a deductive method and qualitative literature review were employed for research development. From the conducted studies, it was concluded that reformulating legal rationality and thinking is crucial to protect indigenous peoples, promote sustainability, and preserve the environment, demanding commitment from the state and society.

Keywords: Indigenous Peoples; Environment; Indigenous Peoples; Legal Thought.

Resumen

Brasil ha asumido constitucionalmente el compromiso de valorar a los pueblos originarios y proteger el medio ambiente, asegurando un ecosistema ecológicamente equilibrado para las generaciones presentes y futuras de los pueblos que habitan en el territorio nacional. Los derechos tanto de los indígenas como de la naturaleza, como sujeto propio de derecho, están jurídicamente entrelazados, dado que la naturaleza es protegida y preservada

por los indígenas a medida que sobreviven y propagan su cultura basada en su profunda conexión con ella. El problema de investigación radica entre las omisiones, insuficiencias y violaciones perpetradas por el Derecho estatal oficial, basado en el positivismo y colonialismo, que margina y causa impedimentos estructurales al alcance biocéntrico y socioambiental experimentado y defendido por la armonía existente entre los pueblos originarios y el medio ambiente. Por lo tanto, este trabajo se compromete a evaluar la importancia de un medio ambiente ecológicamente equilibrado para los indígenas, enfatizando la necesidad de reformular el pensamiento legal heredado del período colonial para actualizar los derechos fundamentales de los indígenas. En cuanto a la metodología, se empleó un método deductivo y una revisión cualitativa de la literatura para el desarrollo de la investigación. A partir de los estudios realizados, se concluyó que reformular la racionalidad y el pensamiento legal es crucial para proteger a los pueblos indígenas, promover la sostenibilidad y preservar el medio ambiente, exigiendo compromiso por parte del Estado y la sociedad.

Palabras-clave: Pueblos Indígenas; Medio Ambiente; Pueblos Indígenas; Pensamiento Jurídico.

Introdução

Tanto os povos originários quanto o meio ambiente são bens tutelados pelo Estado brasileiro, devido ao compromisso constitucional firmado desde a promulgação da vigente Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988.

Ao tratar da relação de subsistência e bem-estar dos povos originários, inevitavelmente é preciso aprofundar a análise do meio ambiente em que estão inseridos, visto que a maioria de seus direitos humanos decorrem diretamente de seu envolvimento com a terra.

Acontece que ações externas, ainda que juridicamente legais, podem prejudicar a harmonia ambiental dos espaços destinados aos povos originários, afetando a fauna, a flora, sua cultura, identidade e direitos básicos e imprescindíveis, como a própria alimentação e abrigo.

Além disso, processos de extração desenfreados que são engendrados pela exploração excessiva de minérios e recursos naturais configuram ações ilegais que prejudicam todo um ecossistema, circunstância que fere não apenas os direitos do meio ambiente, como também dos povos originários que sobrevivem a partir de seu equilíbrio sustentável.

Por conta disso, percebe-se que a tutela estatal, por vezes, se apresenta como insuficiente diante desse cenário exploratório, seja pela inaplicabilidade legal, seja pela fiscalização e punição deficitárias. Aliás, em diversas situações a própria postura estatal é instrumento de legitimação de ações violentas ao meio ambiente e aos povos originários, demonstrando uma estrutura de racionalidade opressora, domesticadora e tendenciosa à interesses classistas e comerciais.

Por conta disso, se torna fundamental repensar a racionalidade jurídica que sustenta a postura estatal da contemporaneidade, visto que a herança colonial vivenciada no cotidiano ambiental e sociocultural dos povos originários se demonstra em dissonância com as ideologias propagadas pelo Estado Moderno de bem-estar social e valorização dos direitos humanos universais e de um meio ambiente que seja ecologicamente equilibrado.

O problema da pesquisa consiste justamente nessa conjuntura opressora em que se assenta o pensamento jurídico e as bases estatais que repercutem um Direito de violações aos povos originários, circunstância fática que ocorre desde o período da colonização e se perdura na atualidade. Afinal, os povos originários são postos à margem da sociedade, de modo que necessitem de concessões mínimas para a garantia de sua mera subsistência, já que a lógica liberal atua pela manutenção desse cenário de invisibilidade de suas identidades e cerceamento de seus direitos, principalmente

a partir da restrição de suas terras – não à toa que está em pauta, nesse momento, o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do marco temporal das terras indígenas, sendo importante frisar que mesmo na hipótese de ser negada a tese, apenas sua votação demonstra esse cenário conflituoso de constante ameaças à retrocessos de direitos dos povos originários.

O objetivo geral compreende a importância de se construir um pensamento jurídico inclusivo, engajado com a justiça social e notadamente próprio, ou seja, não colonial, no sentido de valorizar a identidade, cultura e conhecimentos dos povos originários e de sua relação íntima com o meio ambiente para efetivar e proteger seus direitos humanos e fundamentais.

Ao reformular o pensamento jurídico e as bases em que o Direito se materializa atualmente, o que se espera é uma ruptura com o cenário de violações de direitos que os povos indígenas presenciam desde o período de colonização.

Por essa razão, inicia-se a pesquisa com incursões teóricas a respeito da relação dos povos originários com suas terras, destacando o compromisso constitucional de proteção estabelecido desde sua promulgação. Em seguida, se aprofunda a abordagem acerca das violências sofridas pelos povos originários no Brasil, no sentido de destacar a problemática da pesquisa elegida, sobre o cenário de subsistência e precariedade sofridos pelas comunidades originárias e sustentada pelas omissões e legitimidades opressoras engendradas pelo Direito de base colonial, positivista e notadamente imparcial aos interesses classistas e comerciais. Por último, aborda-se sobre elementos e abordagens que indiquem caminhos para a construção de um direito ambiental que concretize, verdadeiramente, a tutela estatal de proteção e valorização do meio ambiente e dos povos originários, levando-se em conta um pensamento crítico que aborde a concretude material da realidade socioambiental e etnocultural dos povos originários.

Nesse sentido, o presente trabalho, por meio do método de abordagem dedutivo, assume o compromisso de verificar a relação dos povos originários com o meio ambiente, no objetivo de

apontar caminhos que possibilitem melhorar essa infeliz realidade brasileira de constante violação de seus direitos humanos.

Os Povos Originários no Brasil e suas Terras: Um Compromisso Constitucional de Proteção

Inicialmente, torna-se oportuno discorrer sobre as diretrizes constitucionais acerca do meio ambiente e dos povos originários, bem como sobre as políticas públicas e legislações federais que buscam proporcionar proteção e valorização desses bens tutelados pelo direito – tais como são vistos pela legislação constitucional.

Ao abordar o direito dos povos originários, necessariamente é preciso examinar o direito ambiental, visto que sua relação com a terra é de protagonismo para a efetivação de sua cultura e de seus direitos.

Os direitos socioambientais estão diretamente ligados à Constituição Federal brasileira, já que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é considerado um direito social fundamental que compõe a Ordem Social do Estado brasileiro.

O artigo 225 da Constituição Federal estabelece que tanto o poder público quanto a sociedade são responsáveis pela manutenção do ecossistema e pela preservação da biodiversidade, resultando em diversas políticas públicas e leis sancionadas (Brasil, 1988, cap. VI, art. 225).

Essa previsão está alinhada à postura jurídico-legal internacional, em que países buscam promover a educação ambiental e incentivar ações sociais para a preservação do meio ambiente. Em outras palavras, trata-se de uma responsabilidade atribuída ao Estado, aos entes privados e também a sociedade em geral, de modo colaborativo e participativo para a proteção ambiental como um bem de todos (Pelicioni; Philippi Junior, 2005, p. 3-10).

Importa destacar que esse compromisso se deve a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972. Dos debates realizados nessa conferência, surgiram 26 princípios para orientar a

relação das pessoas com a natureza, os quais foram posteriormente incorporados na legislação interna brasileira como diretrizes norteadoras à proteção ambiental e a busca por um desenvolvimento que se pretenda ser sustentável (Souza, 2000, p. 58-59).

Porém, somente a partir da Conferência Internacional "Ambiente e Sociedade: Educação e Sensibilização do Público para a Sustentabilidade", realizada em 1997, é que a comunidade internacional começou a investir mais seriamente em pesquisa e ações relacionadas a dimensões como habitação e direitos humanos. Ou seja, a partir dessa conferência que data quase o início do século hodierno que a comunidade internacional passou a proceder mais ativamente em prol da sustentabilidade, tendo em vista que, até então, se tratava de posturas mais retóricas e discursos meramente políticos (Pelicioni; Philippi Junior, 2005, p. 8-9).

No Brasil, a Lei n.º 6.938/81 estabeleceu o Sistema Nacional de Meio Ambiente e criou o Conselho Nacional de Meio Ambiente, integrando os esforços de proteção ambiental em território Nacional. Essa lei foi posteriormente recepcionada pelo art. 225 da Constituição Federal de 1988, harmonizando os intentos das legislações federais com os dispositivos constitucionais (Philippi Junior; Maglio, 2005, p. 225-228).

Com o avanço da legislação ambiental e a preocupação internacional com a preservação, o Brasil criou diversas Unidades de Conservação, tais como Estações Ecológicas, Reservas Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, Parques Nacionais, monumentos naturais, jardins botânicos, hortos florestais e áreas de relevante interesse ecológico, incluindo cavernas e reservas extrativistas, sendo que algumas dessas unidades, no objetivo de efetivar maior proteção ambiental, impedem qualquer modalidade de interação humana, de modo a proibir a presença de pessoas nesses espaços, ainda que se trate de lugares ocupados por comunidades originárias (Philippi Junior; Maglio, 2005, p. 237).

Além disso, é importante destacar que os indígenas, assim como o meio ambiente, possuem proteção jurídica especial e fazem parte da Ordem Social, de acordo com o art. 231 da Constituição

Federal. Esse artigo constitucional reconhece aos indígenas sua forma de organização e seu direito originário sobre as terras que ocupam, sendo essas inalienáveis, indisponíveis e imprescritíveis, conforme previsto em seu §4º (Brasil, 1988, cap. VIII, art. 231).

Nesse sentido, a Lei 9.985/2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza também com o objetivo de proteger os recursos naturais para a subsistência das populações tradicionais, respeitando suas culturas. É importante ressaltar que, em geral, essas populações dependem diretamente dos recursos naturais para sobreviver e, portanto, um ambiente ecologicamente equilibrado é fundamental para sua subsistência e manutenção do modo de vida (Cañete; Ravena-Añete, 2010, p. 4-5).

A relação das populações tradicionais com o meio ambiente exige uma análise mais aprofundada dos aspectos de convívio baseados na autossubsistência e na mutuo cooperação. A maneira como essas populações lidam com os recursos naturais é diferente da lógica sociocultural da sociedade capitalista. Em países de Terceiro Mundo, por exemplo, ainda existem formas de produção pré-capitalista, em que a simbiose entre as populações e a natureza é harmoniosa, diferentemente dos grandes polos econômicos (Diegues, 1996, p. 79).

Outro aspecto importante a ser considerado em relação às populações tradicionais é o papel de suas culturas na gestão dos recursos naturais. De fato, o manejo dos recursos e a interação com as espécies de animais e plantas constituem não apenas o modo de subsistência, mas também a cultura e a tradição dessas populações. Destaca-se, assim, que a sustentabilidade é uma abordagem imperativa para essas comunidades e não apenas uma retórica ou meta a ser alcançada como comumente se percebe na lógica de produção majoritária (Diegues, 1996, p. 84-85).

Para os povos indígenas, em particular, o envolvimento com a natureza se refere diretamente à subsistência, atingindo também seus aspectos cultural, social, religioso e histórico. Ou seja, a conexão entre esses povos e o ambiente não está apenas na área geográfica, mas também nas tradições, conhecimentos, cultura,

linguagem e reciprocidade social. É essa relação de reciprocidade entre as populações tradicionais e o ambiente que as diferencia dos padrões estabelecidos pelo capitalismo, onde a exploração é mais importante do que o equilíbrio entre o ser humano e a natureza (Batista et al., 2020, p. 6).

Diante desse contexto, foi criado o Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais (CNPT), diretamente ligado ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para proteger os indígenas e preservar suas terras. Além disso, destaca-se a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída pelo Decreto n.º 6.040/07. Tanto a política quanto o CNPT atuam na valorização dos direitos das comunidades tradicionais e de seus territórios, bem como no desenvolvimento sustentável e preservação da natureza (Pimentel; Ribeiro, 2016).

Como os povos tradicionais dependem diretamente dos recursos naturais para sobreviver, um ambiente ecologicamente equilibrado é essencial, de modo que sua restrição aos recursos naturais ou a ocorrência externa de degradações ambientais afetam profunda e diretamente seus direitos, pois atinge desde seu modo de vida até a satisfação de suas necessidades mais básicas, como a alimentação (Cañete; Ravena-Añete, 2010, p. 4-5).

Essa relação exige uma observação mais detalhada dos aspectos de convívio baseados na autossubsistência dessas populações que mantêm uma simbiose com a natureza, justamente porque a lógica de racionalidade positivista e colonial não compreende ou, ao menos, não valoriza essa profunda relação harmonioso entre povos originários e natureza. Talvez pelo fato de que o modo de produção capitalista trata o meio ambiente como fonte geradora de matérias primas para a indústria comercial, razão pela qual medidas minimamente protetivas se apresentam como um empecilho ao desenvolvimento (Diegues, 1996, p. 79).

Essa é uma realidade que se apresenta de modo subversivo na medida em que o desenvolvimento é visto pela ótica da exploração

desenfreada, o que demonstra uma necessária mudança de cosmovisão, de compreensão de desenvolvimento, de busca por sustentabilidade e de solidariedade com a vida individual e coletiva, tanto para as presentes gerações quanto para as futuras. Essa conjuntura dialética é o que diferencia a racionalidade moderna do modo de vida dos povos originários, os quais demonstram uma cultura extremamente valorativa ao meio ambiente, já que realizam extrações absolutamente suficientes para sua subsistência.

Aliás, o conceito de cultura é outro fator de extrema importância no manejo dos recursos naturais pelas populações tradicionais. Isso porque o manejo dos recursos naturais e a interação exercida com as espécies de animais e plantas constituem não somente o modo de subsistência que praticam, mas também caracterizam sua cultura e tradição de respeito, harmonia e mutua cooperação, resultando em uma simbiose naturalmente e historicamente construída (Diegues, 1996, p. 84-85).

Diante dessa relação dos indígenas com a natureza é que se percebe a necessidade de superação de crises vivenciadas por esses povos que dependem de um ambiente ecologicamente equilibrado, mas que sofrem violações de direitos constantes, seja diretamente, seja por meio das violações com a terra.

Assim, mesmo diante de políticas públicas e criação de órgãos estatais para a proteção do meio ambiente e dos direitos dos povos originários, o que se percebe é uma realidade de constante e profunda violação de direitos, razão pela qual se passa ao próximo item da pesquisa, em que se pretende aprofundar a dicotomia entre as legislações federais e as políticas públicas protetivas com a realidade socioambiental e etnocultural dos povos originários.

As Violências Sofridas pelos Povos Indígenas no Brasil: Subsistência, Precariedade e Omissões

A relação de subalternização e precariedade vivenciada pelos povos indígenas não é uma circunstância exclusiva da atualidade, mas uma realidade de violação que os nativos enfrentam desde a

chegada dos europeus na terra que denominaram de "América" (Colaço, 2012, p. 23-24).

Os direitos dos indígenas, sua regulamentação e efetividade enfrentam problemáticas oriundas do processo de colonização e de como subsistiu as relações entre os direitos nativos e o Estado Moderno, influenciando na cultura e nas políticas estatais como um todo (Colaço, 2012, p. 77-80).

Em outras palavras, a formação do Estado Moderno, oriundo de um intenso processo de colonização e de profundas incursões imperialistas, pouco recepcionou os direitos dos povos nativos no Brasil, ao passo que pequenas conquistas foram sendo alcançadas paulatinamente. Atualmente, a herança da colonização ainda se demonstra prejudicial para a conquista de novos direitos e para a concreta efetivação de direitos já consolidados no plano da formalidade jurídico-burocrática para com os povos originários, o que demonstra a permanência da sobreposição dos ideários coloniais para com os sujeitos subalternizados, invisibilizados e excluídos.

A imperatividade e dita universalidade dos europeus na formação do Brasil são fenômenos que refletem a postura estatal e racionalidade jurídica e social até os dias atuais, visto que as concessões de direitos são postas por uma lógica prática não intercultural, mas positivista, restritiva e notadamente de base ocidental, desconectada da realidade sociocultural brasileira e latino-americana (Lima, Crocetta, 2019, p. 106-107).

A proteção e preservação dos conhecimentos tradicionais estão em risco devido a diversos fatores, incluindo a violação dos modos de vida e dos territórios dos povos indígenas e comunidades locais. Além disso, a falta de medidas adequadas para valorizar e salvaguardar esse conhecimento também representa um perigo significativo (Cunha et tal., 2021, p. 61).

Assim, não apenas os direitos dos povos originários foram historicamente violados e assim permanecem, como suas contribuições e conhecimentos são desvalorizados tanto pela escassez de posturas oficiais interculturais quanto também pela imposição de medidas restritivas que mais contribuem para uma adaptação

cultural forçada para que sobrevivam do que para a proteção e manutenção de modos de vida que representam a identidade dessas comunidades.

Embora existam mecanismos estabelecidos para defender os direitos dessas comunidades de governarem suas práticas sociais e conhecimentos, sua implementação tem sido amplamente ineficaz, como é o caso do processo de obtenção do consentimento livre e prévio. Esse consentimento é essencial e apresenta desafios consideráveis, uma vez que requer estruturas organizacionais que nem sempre estão presentes ou estáveis nessas comunidades, dificultando o cumprimento desse requisito (Cunha; Magalhães; Adams, 2021, p. 61).

O que se pode afirmar é que omissões ou violações diretas por parte do Estado estiveram presentes constantemente na política indigenista, sobrepondo, em lugar de uma efetivação de seus direitos humanos, interesses privados, fiscalizações omissas e condições favoráveis ao esbulho de suas terras (Dias et al, 2014, p. 204-205).

A partir das crises contextualizadas com as demandas diárias é que emerge o imaginário de ruptura e o necessário processo de superação ao instituído, visto que o modelo vigente proporciona não apenas a abstração ao real, mas também se consubstancia como instrumento de garantia da ordem desigual e exploratória (Wolkmer, 2015a, p. 73-75).

Todavia apesar da opressão, violência, genocídio e privação de direitos aos quais os povos indígenas da América Latina foram submetidos ao longo do "processo de conquista hispânica e portuguesa ao nomeado "novo" continente, não impediram, ao longo do tempo, estes povos de resistirem e lutarem pelo seu território e sua cultura." (Preve, 2019, p. 146-147).

Nesse sentido, para além da concepção moderna de Direitos Humanos, de condicionamentos hegemônicos que valorizam e reconhecem tais direitos através do viés histórico e evolutivo de matriz europeia, há de se problematizar outra modalidade possível de utilização dos Direitos Humanos, que seja inclusiva, concreta,

intercultural e, necessariamente, descolonial e contextualizada com a realidade sociocultural brasileira.

Isso porque a evidente ruptura entre a prática e a teoria faz com que exista a superposição de uns sobre outros, constituindo "fatores a partir dos quais são sustentados, enquanto universais e integrais, falsos direitos humanos e, por isso mesmo, violados desde a sua raiz" (Gallardo, 2014, p. 109-110).

Justamente nesse sentido que o Direito oficial se demonstra insuficiente diante das necessidades do cotidiano dessas comunidades, tendo em vista que a mera positivação de direitos não contribui para a concreta efetivação dos mesmos no plano social. Aliás, muitas vezes a própria estrutura do Direito é que legitima práticas exploratórias e desiguais que violam substancialmente os direitos dos povos originários, tendo em vista que sofrem imposições profundas e são considerados como objetos tutelados nos debates políticos que tratam sobre direitos relacionados a eles, não fazendo parte do centro desses debates e, mesmo quando fazem, não possuem poder decisório algum, mas tão somente a liberdade de voz diante da lógica jurídica de monismo burocrático-estatal.

Essa lógica jurídica legitima explorações e garante a manutenção dessas violações percebidas por parte dos indígenas e da própria natureza enquanto sujeito de direito, situação que demonstra a necessidade de um pensamento crítico e libertador que busque alcançar uma prática social emancipatória, contrária às imposições hegemônicas de poder para o desenvolvimento de um pensamento próprio, específico e não reprodutor da ideologia dominante da cultura hegemônica centralizadora (Wolkmer, 2015b, p. 244).

Em outras palavras, é fundamental buscar novas racionalidades epistemológicas que se distanciem das ideologias modernas de mera retórica de direitos enquanto os viola em favor de interesses classistas e comerciais. Por isso, o pensamento crítico e intercultural se apresenta como uma medida de repensar posturas e estruturas, ao passo que remonta aos povos originários a condição

de protagonistas das causas em que, de fato, estão como principais no debate.

É preciso reformular as bases do Direito para que seja possível efetivar os direitos dos povos originários de forma efetiva, o que exige uma releitura das bases jurídicas como um todo, não apenas do direito ambiental. Desse modo, se avança a pesquisa ao próximo capítulo, o qual assume a pretensão de indicar caminhos possíveis para a construção de um direito ambiental que verdadeiramente concretize a tutela estatal pretendida de proteção e valorização dos povos originários e do meio ambiente, no sentido de torná-lo realmente um espaço ecologicamente equilibrado.

Por um Direito Ambiental que concretize a Tutela Estatal Protetiva

Na busca pela valorização dos direitos dos povos originários, a interdisciplinaridade é elemento fundamental na construção de um pensamento crítico que abranja o formalismo das estruturas e normas existentes e a concretude material da ordem social. Ou seja, a verdadeira valorização desses direitos já positivados necessita de uma nova racionalidade que busque concretizar direitos, até então, postos à margem da preocupação ou vontade estatal, sendo a interdisciplinaridade fundamental para esse processo.

Por isso, unir as diversas abordagens críticas possibilitará a maior compreensão da realidade social, assim como o desenvolvimento mais atento de medidas emancipatórias e concretas na fundamentação e aplicação substancial dos Direitos Humanos, já que a abordagem oficial e majoritária compreende que a mera formalização e positivação de direitos é suficiente para a necessária defesa dos povos originários, sem considerar a ótica desses povos a respeito de suas próprias necessidades, circunstância que demonstra o diferencial inclusivo da interculturalidade (Flores, 2009, p. 57-59).

Diante disso, através da aplicação teórica da crítica ao sistema hegemônico que será possível construir novos modelos, desta

vez, inclusivos, conscientes e de afirmação dos valores tão valiosos à dignidade humana. Por meio dessas abordagens é que se intensificará a construção de um novo tipo de cultura de Direitos Humanos, não mais universalista por abstração ou colonialista-hegemônica, mas que permita a abertura da ação social para processos autênticos de lutas por emancipação e concretização de direitos (Flores, 2009, p. 59-63).

Inclusive, ao que tange a vertente que visa a materialização dos Direitos Humanos, importa ressaltar que sua emergência é caracterizada a partir das constantes lutas e resistências das subjetividades individuais e coletivas para a construção de uma nova cultura, desta vez, que seja instituída pela participação real e ativa dos sujeitos, de modo a fugir de implantações estruturais e abstrações de natureza hegemônica. Cabe, aqui, destacar que as proteções as quais o Estado (quando) se pretende realizar coadunam a essa realidade impositiva, sem proporcionar verdadeira participação dos povos para a concretização de direitos que são historicamente seus.

Com base na ressignificação dos direitos humanos e nos desdobramentos dessa nova postura epistemológica que será possível uma cultura latino-americana própria de Direitos Humanos, forjada não mais pela lógica colonialista e etnocêntrica, mas por critérios de alteridade, ou seja, de inclusão das diversidades, no objetivo de promover verdadeira igualdade e dignidade a todos (Carballido, 2019, p. 165-166).

Por meio da afirmação dos processos sociais e históricos que será possível contextualizar a tão valiosa abordagem dos Direitos Humanos à concretude das relações, proporcionando sua efetividade e eficácia diante do Estado e da sociedade (Bragatto, 2011, p. 28-29).

Em verdade, essa valorização se refere ao cumprimento proposto constitucionalmente pelo Estado brasileiro, no sentido de assegurar a dignidade e o bem-estar de todos. Em se tratando dos povos originários, essas condições não apenas perpassam pelo meio ambiente, mas, sobretudo, emergem de sua interação com o

mesmo. Por conta disso, a ecologização é uma medida ímpar para a manutenção de sua identidade cultural e satisfação de seus direitos.

Para tanto, é fundamental o desenvolvimento de novas estratégias, conceituações e abordagens, capazes de proporcionar engajamento dos sujeitos e outros modelos de legitimação e fundamentação, distintos do discurso hegemônico e restritivo (Bragatto, 2011, p. 30).

Por corolário, não apenas a abertura de espaço às comunidades é necessária, como também a reformulação intercultural da postura estatal para modificar o cenário de omissão e violação e proporcionar caminhos de interação substancial com os povos originários, a fim de compreender suas necessidades e inquietações e valorizar suas lutas por direitos. Essa nova postura condiz com os ideários constitucionais e, inclusive, reforça o próprio intento de proteção ambiental, tendo em vista que a presença das comunidades originárias é benéfica para tal fim, tendo em vista sua cultura, concepção de vida e relação de simbiose com a natureza, conforme foi abordado.

Conclusão

Ao reformular o pensamento jurídico e as bases em que o Direito se materializa nos dias atuais, o que se espera é uma ruptura com o cenário de violações de direitos que os povos originários presenciam desde o período de colonização.

Não apenas os indígenas, mas toda a população também sofre com a lógica de produção vigente, visto que as afrontas à natureza e ao ambiente afetam indistintamente a todos os cidadãos, tanto das presentes quanto também das futuras gerações, já que a natureza é fundamental para a manutenção de toda a vida no planeta.

Por conta disso, reformular a forma com que o capitalismo opera não se trata de uma medida facultativa, mas de uma mudança urgentemente necessária para a promoção da vida como a conhecemos, tendo em vista que o modelo de extração de recursos naturais e a geração excessiva de poluentes já afeta o planeta

a níveis preocupantes e a continuidade desse modo de produção representa considerável risco a todos, sendo prejudicial não apenas para os povos originários.

Os povos originários necessitam de um meio ambiente ecologicamente equilibrado para concretizar diversos direitos humanos e fundamentais, desde a alimentação e moradia até a manutenção de sua identidade cultural e forma de interação social. Por isso, ao efetivar a proteção ao meio ambiente, também se está concretizando os direitos dos indígenas sobre suas terras, algo que exige atenção redobrada do Estado e de suas instituições na atualidade.

Ao reformular as bases da racionalidade jurídica, o que se pretende é respeitar o modo de vida dos povos originários em tal profundidade que seja possível a construção de um Estado intercultural de valorização dos conhecimentos dos povos nativos, bem como a construção de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável, em atenção ao esgotamento dos recursos naturais e à extração consciente, circunstâncias que necessitam de uma ecologização do Direito e do Estado.

Desse modo, a esperança é fortalecer a defendida simbiose existente entre as comunidades originários e o meio ambiente, mas também reformular toda a postura jurídica para alcançar meios biocêntricos de maior harmonização com a natureza, abandonando a racionalidade liberal-exploratória em lugar de um modo de produção intercultural, inclusivo, sustentável e ambiental.

Assim, no primeiro capítulo buscou-se abordar a sobre a relação dos povos originários com suas terras, a partir de uma leitura constitucional de proteção e valorização de direitos. Na sequência, apresentou-se a problemática do trabalho, a qual consiste nas violências sofridas pelos povos originários, em relação ao seu estado de busca constante por subsistência, precariedade e percepção de omissão em relação ao Estado e suas ideologias vazias de bem-estar e proteção. No terceiro capítulo foi abordado sobre a construção de um direito ambiental que busque verdadeira concretização da tutela estatal de proteção à natureza e aos direitos dos povos originários, de modo a indicar caminhos para

esse esperado fim, sendo uma mudança de racionalidade jurídico-social, aprofundamento da interculturalidade, abertura de espaço político para as comunidades originárias e abandono da estrutura positivista e monista que engendra um Estado impositivo e restritivo a essas importantes demandas.

Em sede de conclusão, espera-se que a presente pesquisa contribua para o fortalecimento dessa pauta que se apresenta fundamental na contemporaneidade e que, a partir desses debates e incursões teóricas, seja possível buscar novos meios de produção, que valorizem o meio ambiente e restrinjam a extração e ações poluentes desenfreadas. Afinal, o meio ambiente é fundamental para a manutenção de toda a vida, razão pela qual repensar o modelo de produção deveria ser um dos principais compromissos do Estado, das instituições privadas e da comunidade em geral.

Referências

Batista, J. S., Milioli, G. S., & Citadini-Zanette, V. (2020). Saberes tradicionais de povos indígenas como referência de uso e conservação da biodiversidade: considerações teóricas sobre o povo Mbya Guarani. *Ethnoscientia.* https://periodicos.ufpa.br/index.php/ethnoscientia/article/view/10299

Bragato, F. F. (2011). Contribuições teóricas latino-americanas para a universalização dos direitos humanos. *Revista Jurídica da Presidência da República.* https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/143

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988.* http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Cañete, T. M. R., & Ravena-Añete, V. (2010). Populações tradicionais amazônicas: revisando conceitos. In *V Encontro Nacional da*

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. https://acesse.dev/7kdmJ

Carballido, M. G. *(2019). Los Derechos Humanos en el siglo XXI: una mirada desde el pensamento Crítico.* CLACSO. https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/15291/1/Derechos_Humanos_sigloXXI.pdf

Colaço, T. L., & Damásio, E. S. P. (2012). *Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial.* Fundação Boiteux. https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/99625/VD-Novas-Perspectivas-FINAL-02-08-2012.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

Cunha, M. C. da, Magalhães, S. B., & Adams, C. (s.d.). *Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil: Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças.* http://portal.sbpcnet.org.br/livro/povostradicionais4.pdf.

Dias, C., et al. (2014). *Comissão Nacional da Verdade–Relatório. Volume II - Textos temáticos: Violações de direitos humanos dos povos indígenas.* USP. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4469887/mod_resource/content/1/Volume%202%20-%20Texto%205%20-%20Povos%20Indi%CC%81genas%20na%20CNV.pdf

Diegues, A. C. (2001). *O mito moderno da natureza intocada.* Hucitec.

Flores, J. H. (2009). *A (re)invenção dos Direitos Humanos*. Fundação Boiteux.

Gallardo, H. (2014). *Teoria Crítica: matriz e possibilidade de direitos humanos.* Editora Unesp.

Lima, F. S., & Crocetta, B. B. (2019). Os direitos humanos a partir de uma perspectiva intercultural. *Revista Argumentun*, 20(1), 97-111. http://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/587.

Philippi Junior, A., & Maglio, I. C. (2005). Avaliação de impacto ambiental. *In Curso interdisciplinar de direito ambiental*; editado por Arlindo Philippi Jr., Alaôr Caffé Alves. Barueri: Manole. https://repositorio.usp.br/item/001530003

Philippi Junior, A., & Pelicioni, M. C. F. (2005). *Educação ambiental e sustentabilidade*. Manole.

Preve, D. R. (2019). *Pluralismo jurídico e interculturalidade: os sistemas jurídicos indígenas latino-americanos e as formas alternativas na resolução de conflitos.* Essere Nel Mondo.

Preve, D. R. (2021). *Ensaio sobre o estado de direito ambiental: conceito, mecanismo e desafios.* Editora Belcanto.

Silva Pimentel, M. A., & Ribeiro, W. C. (2016). Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. *Geousp – Espaço e Tempo*. https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/122692

Souza, R. S. (2000). *Entendendo a questão ambiental.* Edunisc.

Wolkmer, A. C. (2015b). *Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico.* Saraiva.

Wolkmer, A. C. (2015a). *Pluralismo Jurídico: fundamentos de uma nova cultura do direito.* Saraiva.

17.

Vitivinicultura na Campanha Gaúcha, Brasil: *Diretrizes ao Desenvolvimento Territorial Sustentável*

Cultivo de Vino en la Campanha Gaúcha, Brasil: *Lineamientos para el Desarrollo Territorial Sostenible*

Wine Growing in Campanha Gaúcha, Brazil: *Guidelines for Sustainable Territorial Development*

BY ALCIDES GOMES NETO
JOÃO FERNANDO IGANSI NUNES

Vitivinicultura na Campanha Gaúcha, Brasil: *Diretrizes ao Desenvolvimento Territorial Sustentável*

Cultivo de Vino en la Campanha Gaúcha, Brasil: *Lineamientos para el Desarrollo Territorial Sostenible*

Wine Growing in Campanha Gaúcha, Brazil: *Guidelines for Sustainable Territorial Development*

ALCIDES GOMES NETO[1]
JOÃO FERNANDO IGANSI NUNES[2]

Resumo

A região da Campanha Gaúcha no Brasil tem suas raízes baseadas em grandes propriedades rurais e na produção pecuária e de cereais. Possui uma identificação histórico-cultural recente com a uva e o vinho, mesmo assim, já se destaca na produção vinícola

[1] Universidade Federal de Pelotas, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, endereço de e-mail chefalcidesgomes@hotmail.com

[2] Universidade Federal de Pelotas, docente no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, endereço de e-mail fernandoigansi@gmail.com

nacional desde a década passada. Paralelamente a estes contextos de transformações e modernizações, o quadro socioambiental obriga que a sustentabilidade seja abordada como uma variável transversal. O Desenvolvimento Territorial Sustentável surge a partir da união da abordagem territorial com os princípios de sustentabilidade e evidencia a necessidade de propostas efetivas de aplicabilidade, atendendo às especificações do meio rural nos âmbitos político, social, ambiental, econômico e territorial. Faz-se necessário obter informações e dados do patrimônio vitivinícola da região e de seus atores, assim auxiliando na constituição, manutenção e fomento, além de barreiras, de um território sustentável. O presente trabalho resulta, parcialmente, do desenvolvimento do Projeto de Tese de Doutorado dos seus autores no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, especificamente na Linha de Pesquisa em Memória e Identidade.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Territorial Sustentável, Vitivinicultura, Campanha Gaúcha.

Abstract

The Campanha Gaúcha region in Brazil has its roots based on large rural properties and on livestock and grain production. It has a recent historical-cultural identification with grapes and wine, even so, it has already stood out in the national wine production since the last decade. Parallel to these contexts of transformations and modernizations, the socio-environmental framework requires that sustainability be approached as a cross-cutting variable. Sustainable Territorial Development arises from the union of the territorial approach with the principles of sustainability and highlights the need for effective proposals for applicability, meeting the specifications of the rural environment in the political, social, environmental, economic and territorial spheres. It is necessary to obtain information and data on the wine heritage of the region and its actors, thus helping in the constitution, maintenance

and promotion, in addition to barriers, of a sustainable territory. The present work results, partially, from the development of the Doctoral Thesis Project of its authors in the Postgraduate Program in Social Memory and Cultural Heritage, specifically in the Line of Research in Memory and Identity.

Keywords: Sustainable Territorial Development, Viticulture, Campanha Gaúcha.

Resumen

La región de Campanha Gaúcha en Brasil tiene sus raíces basadas en grandes propiedades rurales y en la producción ganadera y de cereales. Tiene una reciente identificación histórico-cultural con la uva y el vino, aun así, ha tenido protagonismo en la producción vitivinícola nacional desde la última década. Paralelamente a estos contextos de transformación y modernización, el marco socioambiental exige abordar la sostenibilidad como una variable transversal. El Desarrollo Territorial Sostenible surge de la unión del enfoque territorial con los principios de sostenibilidad y destaca la necesidad de propuestas de aplicabilidad efectiva, atendiendo a las especificaciones del territorio rural en los ámbitos político, social, ambiental, económico y territorial. Es necesario obtener información y datos sobre el patrimonio vitivinícola de la región y sus actores, contribuyendo así a establecer, mantener y promover, además de barreras, un territorio sostenible. El presente trabajo resulta, parcialmente, del desarrollo del Proyecto de Tesis Doctoral de sus autores en el Programa de Posgrado en Memoria Social y Patrimonio Cultural, específicamente en la Línea de Investigación en Memoria y Identidad.

Palabras Clave: Desarrollo Territorial Sostenible, Elaboración de Vino, Campanha Gaúcha.

Introdução

A região da Campanha Gaúcha - localizada no estado do Rio Grande do Sul, extremo sul do Brasil - encontra-se num significativo processo de desenvolvimento e inovações a partir da sua vitivinicultura. Tratamos a vitivinicultura como um ramo da agricultura dedicado ao cultivo de uvas e à produção de vinho, ou seja, envolve todo o processo de cultivo das vinhas, tipologia da colheita das uvas, processos de fermentação do mosto e do envelhecimento do vinho. Consideramos ainda que a vitivinicultura também abrange a gestão das vinhas, incluindo a escolha das variedades de uvas, o manejo do solo, o controle de pragas e doenças, a colheita no momento adequado de maturação das uvas e a vinificação propriamente dita, consideramos que é uma atividade que requer conhecimento técnico e habilidades específicas para produzir vinhos de qualidade, muitas vezes conhecimento oriundo da tradição familiar que, no caso da Campanha Gaúcha, desempenha um papel importante na cultura, na indústria alimentar e, em consequência, no desenvolvimento territorial.

Devido à sua posição geográfica e *terroir*, a vitivinicultura da Campanha Gaúcha, pouco a pouco, avança e ocupa o espaço no território, expandindo antigas e pequenas produções, recebendo novas empresas vinícolas, bem como vislumbra o surgimento de ofícios que dão suporte às novas necessidades desta (Flores, 2011).

Vê-se, em consequência, campos cada vez mais cobertos por videiras, uma transformação e modernização na cultura, no patrimônio e no território, deixando suas marcas na paisagem expandida. Dessa maneira, faz-se importante um olhar atento e responsável às ações sustentáveis adotadas nessa região, auxiliando-a na construção de um desenvolvimento consciente.

As paisagens vitivinícolas, entendidas como o resultado da combinação de vinho, natureza e cultura, são únicas, pois guardam expressões do ambiente, da produção, da cultura regional, da arquitetura, da economia e da simbologia presentes no espaço, e construídas pelos atores territoriais (Manfio & Medeiros, 2017).

Neste contexto, a presente proposta, num horizonte dos objetivos da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, pretende evidenciar elementos determinantes na constituição, manutenção e fomento, além das barreiras, na vitivinicultura da Campanha Gaúcha. Essa abordagem territorial exige que se olhe com mais minúcia para os quesitos locais, integrando esferas política, cultural-identitária e territorial.

Magnaghi (2000), define uma estrutura de Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS) a partir da união da abordagem territorial com os princípios de sustentabilidade, e evidencia a necessidade de propostas efetivas de aplicabilidade atendendo às especificações do meio. Seguindo os conceitos de desenvolvimento exógeno e endógeno, o DTS se relaciona com o último, valorizando as especificidades e potencialidades locais no tratamento das questões referentes à sustentabilidade.

Enquanto Projeto de Tese de Doutorado, nossas perspectivas se concentram em desenvolver um conjunto de diretrizes práticas e orientações específicas que possam promover a sustentabilidade em todas as facetas da vitivinicultura na região da Campanha Gaúcha. Isso incluirá, em princípio, aspectos da cultura, trabalho, gestão e agenciamento. Quiçá, fornecer um guia abrangente que os produtores de vinho, viticultores e outros interessados na indústria vitivinícola da Campanha Gaúcha possam seguir, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento territorial sustentável, objetivando um impacto direto na preservação dos saberes tradicionais e a sistemática promoção da vitivinicultura sustentável na região.

Materiais e Métodos

O trabalho iniciou com entrevistas semiestruturadas aplicadas aos atores da região, objetivando a formação de uma base preliminar de dados empíricos atualizados sobre dimensões da natureza (abrangendo o meio ambiente), da cultura (modos de fazer e viver) e da sociedade (compreendendo economia e política) da

região da Campanha Gaúcha, para fins de experimentação. Este diagnóstico socioambiental participativo levará em consideração a compreensão coletiva de ações, discursos, símbolos, ambiente, instituições e as próprias pessoas, constituindo a cultura de seu próprio sistema de sinais, incluindo sua dimensão visual, para sua interpretação coerente, estabelecendo uma comunicação que extrai, difunde e se consolida como um verdadeiro extrato de memória e reconhecimento de um bom patrimônio.

Geertz (2008) aponta necessária uma abordagem interpretativa mediante a consideração do contexto e das interpretações sociais num processo hermenêutico. Propõem a interpretação das experiências, para depois utilizar os relatos daquelas interpretações a fim de chegar a construção de um sistema de significado simbólico. Num contexto prático, Irving (2018) aponta a extrema importância da participação dos atores envolvidos na tomada de decisões, bem como análise dos problemas, para que assim essas ações de desenvolvimento sustentável sejam percebidas, internalizadas e legitimadas, culminando numa mudança efetiva de mentalidade.

Enquanto base estrutural interpretativa, até o momento, foram identificados e classificados, conforme Tabela 1 abaixo, os seguintes produtores:

Tabela 1

Produtores Vitivinícolas da Campanha Gaúcha

Empresa	Município do Vinhedo	Início	Origem Fundador(es)
Almabaska	Santana do Livramento	2017	Família Local
Almaden - Miolo	Santana do Livramento	x	Filial Vinícola
Batalha	Candiota	2010	Família Local
Bodega Sossego	Uruguaiana	2004	Família Local
Bueno	Candiota	2010	Estado de SP
Campos de Cima	Itaqui e Maçambará	2008	Família Local
Cerros de Gaya	Dom Pedrito	2012	Família Local
Cordilheira de Santana	Santana do Livramento	2003	Estados do RS e SC
Dunamis	Dom Pedrito	2002	Estado do RS
Estância Paraizo	Bagé	2000	Família Local
Guatambu	Dom Pedrito	2003	Família Local
Nova Aliança	Santana do Livramento	x	Filial Vinícola
Peruzzo	Bagé	2003	Família Local
Pueblo Pampeiro	Santana do Livramento	2014	Estado do RS e Uruguai
Routhier & Darricarrère	Rosário do Sul	2002	Uruguai e França
Salton	Santana do Livramento	x	Filial Vinícola
Seival - Miolo	Candiota	x	Filial Vinícola
Zampieri Fernandes	Santana do Livramento	2003	Família Local
Vinhetica	Santana do Livramento	2010	França

Desenvolvimento

A cultura da uva e do vinho constitui um legado aos sujeitos e à sociedade das regiões onde centenas de milhares de pessoas construíram, e constroem, suas vidas. Os elementos materiais e imateriais da vitivinicultura são expressões culturais, cuja paisagem vinícola distingue e identifica os territórios (Manfio & Medeiros, 2017).

Quando se fala em patrimônio territorial vinícola, une-se ao vinho, além de outros elementos, a paisagem e a identidade estabelecidas entre o local e o universo de produção vitícola. As vinhas se adaptam ao *terroir*, instituindo uma relação com o território, mas em contrapartida deixam suas marcas nos hábitos, nos ritos e na paisagem, criando novas territorialidades (Manfio, 2019).

As primeiras vinhas, e o vinho, foram introduzidos na cultura brasileira pelos portugueses, no século XVI. E, embora não se

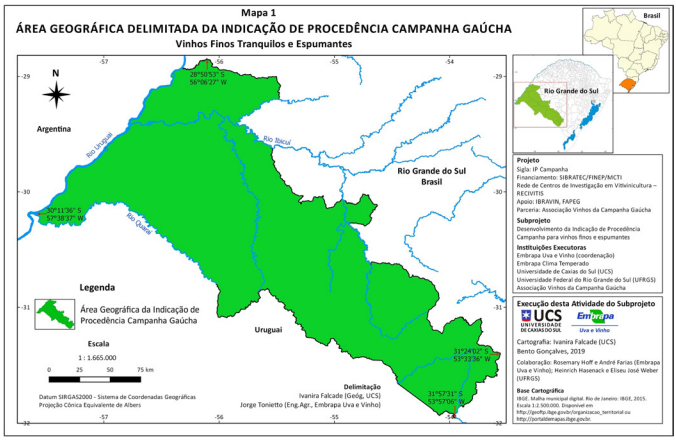
tenha tradição tão antiga na produção de vinhos, como ocorre em muitos países europeus, no Brasil existe um considerável patrimônio [cultural] vitivinícola que merece ser preservado. (Chelotti & Medeiros, 2020).

No estado do Rio Grande do Sul, as primeiras variedades de *Vitis Vinifera* foram trazidas entre os séculos XVII e XVIII pelos padres jesuítas catequizadores. Porém, a paisagem vitivinícola ganha corpo a partir de 1875, com a chegada dos imigrantes colonizadores italianos. Reconhecidos pelo cultivo de uvas e produção do vinho, os italianos transformaram o processo de melhoria das cepas e a identidade regional. Desde então, a vitivinicultura no Rio Grande do Sul, com o passar das décadas, foi reconhecida por sua importância produtiva, econômica, social e cultural (Chelotti & Medeiros, 2020; Dal Pizzol & Pastor, 2016). O estado é o principal produtor nacional, com safra anual acima de 680 milhões de toneladas, sendo responsável pelo cultivo das uvas de 90% da produção nacional de vinhos e sucos (Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural [SEAPDR], 2022; Falcade, 2007).

Atualmente, podemos apontar três grandes territórios do vinho no Brasil, a Serra Gaúcha, a Campanha Gaúcha e o Vale do São Francisco. A Campanha Gaúcha e o Vale do São Francisco encontram-se em processo de consolidação, no entanto, estão amparados por investimentos financeiros de empresas já consolidadas do setor, a nível nacional e internacional, contando também com moderno aporte técnico de cultivo na produção de uvas e vinho (Cassol, 2019).

A Campanha Gaúcha está situada no Bioma Pampa do estado do Rio Grande do Sul, abrangendo, em todo ou em parte, 14 municípios (Figura 1).

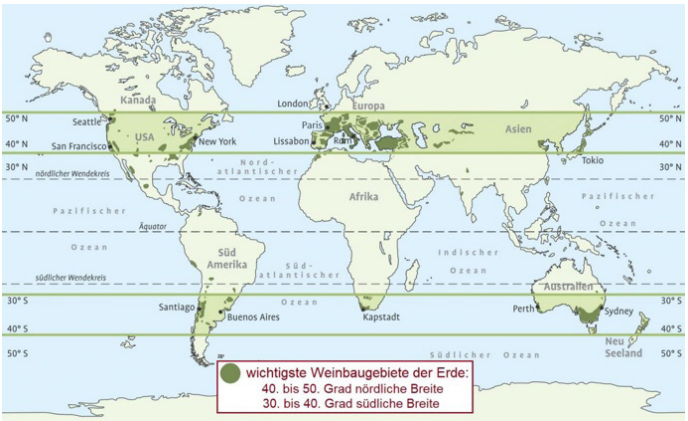
Figura 1 – Mapa da Área Geográfica Delimitada da Indicação de Procedência da Campanha Gaúcha



Fonte: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária [EMBRAPA], (2020a).

Localizada entre as coordenadas 29º e 32º de Latitude Sul, a Campanha Gaúcha está na mesma faixa de regiões vitivinícolas reconhecidas mundialmente como Chile, Argentina, Uruguai, África do Sul e Austrália (Figura 2).

Figura 2 – Mapa das áreas vinícolas mundiais em relação às latitudes Norte e Sul



Fonte: Der Winzer 1 – Weinbau. (Müller, 2019).

Segundo dados do último Cadastro Vitícola (2015), a área de vinhedos com variedades *Vitis Vinifera* totaliza 1.560 hectares, sendo estas cultivadas tradicionalmente em espaldeiras, o que facilita a mecanização e proporciona sanidade no vinhedo. A região passou a elaborar vinhos na década de 1980 e, a partir dos anos 2000, ganhou novo impulso, com aumento da área cultivada e o surgimento de diversas vinícolas na região. É o segundo maior polo produtor de vinhos finos do Brasil, respondendo por 31% da produção (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária [EMBRAPA], 2020b).

A região apresenta um excelente conjunto de condições climáticas para produção de vinhos finos. Fatores físicos, meteorológicos e geográficos contribuem decisivamente para a aptidão da região da Campanha, tais como: continentalidade e atmosfera límpida, decorrente da baixa umidade relativa do ar, que determinam maior amplitude térmica diária; verões de alta insolação, aliado a baixa precipitação no período de maturação da uva, favorecendo fotossíntese líquida, o que resulta em maior teor de açúcar no fruto; declividade de no máximo 15%, favorecendo mecanização; solo com decomposição de arenito e basalto, com profundidade média entre 1,5m e 2m, um solo arenoso, bem drenado, aliado a pouca precipitação, que são favoráveis ao plantio (Borges & Cardoso, 2006).

O desenvolvimento territorial da nova região vitivinícola deve perpassar pelas diretrizes da sustentabilidade, devendo ser visto e utilizado além de uma concepção ecológica, num panorama amplo, onde podemos abordar as perspectivas nas cinco dimensões definidas por Magnaghi (2000):

> **(I) Sustentabilidade Política:** *"capacidade real de autogestão de uma comunidade local face às relações que ela possui com sistemas de decisão exógenos"*. A consolidação de um território vinícola implica, além dos fatores físicos e imateriais que fazem a sua identidade, no fortalecimento

das relações dos atores e suas articulações, representados. Outros fatores que contribuem nesta dimensão, são a organização em associações e a busca por reconhecimento da Indicação de Procedência, que podem fortalecer ainda mais os laços e relações de confiança, assim como a organização dos atores.

(II) Sustentabilidade Social: *"relacionada à equidade social, garantindo que todos os atores terão igual voz na tomada de decisão sobre o território"*. Aborda parâmetros endógenos ao território, sua constituição e participação da comunidade nos processos de decisão. Um dos principais pontos nessa perspectiva é a possibilidade dos atores trocarem informações e conhecimentos, reforçando e conservando elos culturais que existem entre os bens materiais e imateriais (Saber-Fazer), além de fortalecer os laços e relações de confiança. Também vale ressaltar a provável evolução e transformação dos produtores em empreendedores, tornando-os mais participativos nas questões estratégicas relacionadas à região.

(III) Sustentabilidade Econômica: *"capacidade que um modelo de crescimento dispõe para produzir valor agregado territorial"*. Destacar as potencialidades locais como fator de diferenciação e competitividade, além do território como ente ativo que pode promover seu próprio desenvolvimento. No caso dos vinhos, o tratamento do conceito *terroir* apresenta um produto especializado, uma vez que representa fatores físicos e subjetivos, imateriais, culturais

e de relacionamento, que determinam a especificidade das uvas e vinhos produzidos em um dado território. Também aborda aspectos determinantes a economia da nova região: diversificação de produtos, acesso a crédito, apoio aos elos mais fracos da cadeia, dentre outros.

Sustentabilidade Ambiental: *"é considerado o conceito de ecossistema territorial, levando em conta de maneira contínua os sistemas ambientais e as redes ecológicas."* É um sinônimo de auto sustentabilidade, faz referência à capacidade de um sistema de assegurar sua reprodução, evocando o conceito de resiliência (capacidade para manutenção de um estado de equilíbrio estável, assegurado pelas interações internas). Dessa forma, planejar um desenvolvimento em harmonia com a esfera ambiental implica conhecer as relações de interdependência entre os recursos do subsolo, da biosfera e da cultura, destacando a importância de reconhecer as especificidades de cada região. Apesar disso, a dimensão ambiental é a mais sensível na determinação do desenvolvimento territorial sustentável, apresentando contradição entre um discurso de preservação do bioma pampa, com reduzidas iniciativas no sentido de efetivar essa preocupação.

Sustentabilidade Territorial: "*capacidade de um modelo, com suas regras de produção e reprodução, favorecer e desenvolver a reterritorialização*". Essa dimensão tratada das territorialidades, baseadas em processos sociais que conferem identidade ao território, sendo enfocados os processos que

> garantem a reprodução dessa identidade territorial, sempre em harmonia com o ambiente local. Alguns fatores podem contribuir para o processo de consolidação do novo território e, por consequência, reprodução de sua identidade, como a capacitação e geração de conhecimentos, capacidade de mudança e inovação, participação e organização setorial e poder de decisão sobre aspectos críticos do sistema. Nessa perspectiva, podem ser vistos os fatores que levam à reterritorialização da cultura e, dessa forma, sua permanência no território.

Conclusão

O resgate e contextualização das características da Campanha Gaúcha podem auxiliar a compreender de que forma a constituição de territórios do vinho pode contribuir ou fomentar o Desenvolvimento Territorial Sustentável na região e à interação das comunidades envolvidas, promovendo pela prática a permanência e evolução dos conhecimentos construídos.

Tratar questões de sustentabilidade é uma tarefa complexa, que implica adotar uma visão integrada dos processos e, além da análise de fatores, não perder a noção do todo. A sustentabilidade na vitivinicultura da Campanha Gaúcha é uma preocupação crescente devido aos desafios ambientais, sociais e econômicos enfrentados pela região. A interação entre experimentação e co-criação desempenha um papel crucial na promoção da sustentabilidade nesse contexto. Primeiramente, a experimentação permite que produtores e pesquisadores testem práticas agrícolas e técnicas de produção inovadoras, adaptando-as às condições específicas da região. Essa experimentação contínua leva a um conhecimento crítico flexibilizado e à identificação de abordagens mais sustentáveis para preservação da paisagem.

Não obstante, a co-criação envolve a colaboração ativa entre produtores, pesquisadores, instituições governamentais e a comunidade local. Essa colaboração potencializa a troca de informações e a mobilização de recursos para implementar práticas sustentáveis em larga escala. Os produtores podem, dessa maneira, se beneficiar do conhecimento coletivo e da experiência prática dos demais, enquanto os pesquisadores podem adaptar suas pesquisas às necessidades reais da indústria vinícola da Campanha Gaúcha, ou seja, ao Patrimônio Alimentar em expansão na região. Assim ainda, a interação entre experimentação e co-criação fortalece a flexibilidade do conhecimento crítico, promovendo a sustentabilidade e a preservação do saber fazer e viver.

Em síntese, o aspecto fundamental dessa interação entre sustentabilidade, experimentação e co-criação na vitivinicultura da Campanha Gaúcha é a capacidade de adaptação contínua às mudanças ambientais, de trabalho e de mercado. À medida que novos desafios surgem, como variações climáticas imprevisíveis ou demandas crescentes por vinhos sustentáveis, a flexibilidade do conhecimento crítico adquirido por meio desse processo permitirá que a indústria se ajuste rapidamente. A mobilização de recursos, por meio de parcerias e colaborações, é essencial para a implementação de soluções inovadoras e sustentáveis. Portanto, a interação entre experimentação, co-criação e mobilização na Vitivinicultura da Campanha Gaúcha - Diretrizes para o Desenvolvimento Territorial Sustentável - não apenas promove mas também prepara as famílias produtoras para enfrentar os desafios em constante evolução, mantendo-as competitivas e resilientes.

Referências

Borges, R. M. & Cardoso, E. C. S. (2006). *A evolução da cultura da uva no município de Sant'Ana do Livramento – RS* (Vol. 8/9, n. 1. p. 21-30). Revista da Casa de Geografia de Sobral.

Cassol, K. P. (2019). *A territorialização da vitivinicultura no município de Dom Pedrito/RS*. Tese (Doutorado) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria.

Chelotti, M. C. & Medeiros, R. M. V. (2020). *Paisagens residuais e Museu do vinho: patrimônio vitivinícola no sul de Minas Gerais* (Vol.13, n.1. p.01-20). Revista Eletrônica Para Onde!?.

Dal Pizzol, R. & Pastor, L. V. E. (2016). *Paisagem do vinhedo rio-grandense*. Editora: Universidade de Caxias do Sul - Bento Gonçalves/RS.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. (2020a). *Indicações Geográficas de Vinhos do Brasil*. Notícias. Recuperado em 01 de agosto de 2023, de https://www.embrapa.br/uva-e-vinho/indicacoes-geograficas-de-vinhos-do-brasil/ig-registrada/campanha-gaucha

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. (2020b). *Ciência ajuda vinho da Campanha Gaúcha a conquistar Indicação Geográfica*. Notícias. Recuperado em 07 de agosto de 2023, de https://www.embrapa.br/uva-e-vinho/busca-de-noticias/-/noticia/52668635/ciencia-ajuda-vinho-da-campanha-gaucha-a-conquistar-indicacao-geografica

Falcade, I. (2007). *As Indicações Geográficas e a reorganização do espaço rural brasileiro*. In: Abordagens teórico-metodologicas em geografia agrária (pp.225-253). Ed. UERJ.

Flores, S. S. (2011). *Desenvolvimento territorial sustentável a partir dos territórios do vinho: o caso dos "vinhos da campanha"*. Dissertação (mestrado) - Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

Geertz, C. (2008). *A interpretação das culturas.*_LTC. (Trabalho original publicado em 1973).

Irving, M. A. (2018). *Participação, inclusão social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.* In: Irving, M. A., Azevedo, J. e Lima, M. A. G. (orgs.) Turismo: Ressignificando Sustentabilidade. Folio Digital.

Magnaghi, A. (2000). *Le projet local.* Pierre Mardaga: Sprimont.

Manfio, V. (2019). *O território do vinho na Campanha Gaúcha: uma constituição a partir da dinâmica associativista em torno da atividade vitivinícola da região*. In: FOLMER, Ivanio;

Manfio, V. & Medeiros, R. M. V. (2017). *A paisagem do vinho na Campanha Gaúcha*. In: Medeiros, R. M. V. e Lindner, M. (orgs). A uva e o vinho como expressões da cultura, patrimônio e território [recurso eletrônico] (p.21-36). IGEO - Instituto de Geociências.

Müller, E. (2019). *Der Winzer 1 - Weinbau*. 4a ed. Ulmer Verlag
Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. (2022). *Sistema de Declarações Vinícolas*. Publicação. Recuperado em 12 de setembro de 2023, de https://www.agricultura.rs.gov.br/dados-da-safra-de-2022-sao-apresentados-na-reuniao-da-camara-setorial-da-uva

18.

Educação Patrimonial: *Contribuições da Extensão Universitária para Valorização da História de Longa Duração do Território Catarinense*

Educación Patrimonial: *Aportes de la Extensión Universitaria para Valorar La História de Largo Plazo del Territorio Catarinense*

Heritage Education: *Contributions of University Extension to Value the Long-Term History of the Territory of Catarinense*

BY BRUNA CATANEO ZAMPARETTI

GEOVAN M. GUIMARÃES

Educação Patrimonial: *Contribuições da Extensão Universitária para Valorização da História de Longa Duração do Território Catarinense*

Educación Patrimonial: *Aportes de la Extensión Universitaria para Valorar La História de Largo Plazo del Territorio Catarinense*

Heritage Education: *Contributions of University Extension to Value the Long-Term History of the Territory of Catarinense*

BRUNA CATANEO ZAMPARETTI[1]
GEOVAN M. GUIMARÃES[2]

Resumo

O presente artigo tem como propósito apresentar as atividades desenvolvidas em um projeto de extensão universitária. O foco

[1] Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia – Grupep, Docente da Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul, bruna.cataneo@gmail.com

[2] Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia – Grupep, Docente da Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul, geovan.guimaraes@hotmail.com

do projeto foi a socialização das pesquisas arqueológicas e suas contribuições para compreensão da história de longa duração do território catarinense. O estado de Santa Catarina possui um patrimônio arqueológico diversificado, porém pouco conhecido, a Educação Patrimonial voltada a estes patrimônios está em consonância com o compromisso social da produção acadêmica. Desta forma, o presente projeto buscou qualificar os acadêmicos bolsistas para a compreensão do conhecimento científico produzido pela área, fomentou um espaço para discussão, produziu materiais paradidáticos com foco na educação básica e desenvolveu ações educativas junto às escolas e comunidades circunvizinhas aos sítios arqueológicos nos municípios envolvidos. O projeto atuou com três turmas universitárias, voltadas aos municípios de Tubarão, Capivari de Baixo e Imaruí.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Arqueologia; Patrimônio Arqueológico; Preservação; Extensão Universitária.

Abstract

The purpose of this article is to present the activities developed in a university extension project. The focus of the project was the socialization of archaeological research and its contributions to understanding the long-term history of the Santa Catarina territory. The state of Santa Catarina has a diverse archaeological heritage, although little known, Heritage Education focused on these heritages is in line with the social commitment of academic production. In this way, the present project sought to qualify scholarship holders to understand the scientific knowledge produced by the area, provided a space for discussion, produced teaching materials with a focus on basic education and developed educational actions with schools and communities surrounding archaeological sites in the municipalities involved. The project worked with three groups focused on the municipalities of Tubarão, Capivari de Baixo and Imaruí.

Keywords: Heritage Education; Archeology; Archaeological Heritage; Preservation; University Extension.

Resumen

El propósito de este artículo es presentar las actividades desarrolladas en un proyecto de extensión universitaria. El foco del proyecto fue la socialización de la investigación arqueológica y sus contribuciones para la comprensión de la historia de largo plazo del territorio catarinense. El estado de Santa Catarina posee un patrimonio arqueológico diverso, aunque poco conocido, la Educación Patrimonial enfocada en estos patrimonios está en línea con el compromiso social de la producción académica. De esta manera, el presente proyecto buscó capacitar a los becarios para comprender el conocimiento científico que produce la zona, brindó un espacio de discusión, produjo materiales didácticos con enfoque en la educación básica y desarrolló acciones educativas con escuelas y comunidades aledañas a sitios arqueológicos en la zona. municipios involucrados. El proyecto trabajó con tres grupos enfocados en los municipios de Tubarão, Capivari de Baixo e Imaruí.

Palabras-clave: Educación Patrimonial; Arqueología; Patrimonio Arqueológico; Preservación; Extensión Universitaria.

Introdução

Localizado na região sul do Brasil, o estado de Santa Catarina é detentor de um importante patrimônio arqueológico, legado que testemunha a diversidade cultural desde o período pré-colonial. No território catarinense são encontrados diferentes tipos de sítios, podemos destacar os sítios líticos caçadores-coletores, sambaquis, oficinas líticas, casas subterrâneas, cerâmicos Taquara-Itararé, cerâmicos Guaranis, dentre outros (Deblasis et al., 2014; Farias & Kneip, 2010; Ferraz et al., 2023; Kneip et al., 2018;

Merencio & DeBlasis, 2021; Rohr, 1984; Santos et al., 2017). A ocupação do nosso estado possui datas que remontam há mais de 10 mil anos, tendo aproximadamente 2 mil registros de sítios arqueológicos. Ao longo do processo de ocupação, indubitavelmente, a partir da colonização do nosso estado, bem como o uso econômico do material oriundo de sítios arqueológicos – fundamentalmente os sambaquis – foram provocados diversos impactos levando a destruição de muitos destes (Guimarães et al., 2021).

Cabe destacar que o patrimônio arqueológico brasileiro é protegido pela Lei Federal 3.924/1961 (1961), e, antes disso já constava como patrimônio cultural brasileiro na constituição de 1937. Ainda assim, na atualidade os sítios arqueológicos sofrem ameaças de impactos que podem levar a sua destruição, principalmente pela pressão urbana, uso do espaço para atividades radicais, descarte incorreto de lixo, construções e liberação de áreas sem o devido estudo ou licença ambiental (Guimarães, 2017).

É válido ressaltar que apenas forças impositivas e legais não são suficientes para a valorização e a preservação do legado patrimonial arqueológico regional. Ao longo do processo institucional de proteção dos sítios arqueológicos criou-se uma estrutura que, durante muito tempo, se preocupou em apenas criminalizar o ato destrutivo, mas, no que compete a criação de políticas públicas pouco se fez para conscientizar e sensibilizar a população para a preservação destes patrimônios (Farias, 2000; Farias et al., 2015; Guimarães, 2017; Luiz et al., 2021; Zamparetti, 2014, 2023). Neste contexto foi criado o projeto de extensão universitária Educação Patrimonial na Educação Básica, que teve no bojo de suas ações a Educação Patrimonial para a valorização e preservação do patrimônio arqueológico catarinense. Durante a execução do projeto foram envolvidos diferente atores da sociedade, dentre estes, público acadêmico, pesquisadores, instituições da educação básica e comunidade circunvizinha.

Cabe destacar que quando falamos em patrimônio arqueológico catarinense, na perspectiva pré-colonial, estamos versando acerca da história indígena de longa duração de Santa Catarina.

Nessa perspectiva o projeto está em consonância com Lei Federal Nº 11.645, de 10 março de 2008, que coloca a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" no currículo oficial da rede de ensino, vindo a reforçar a importância destas ações desenvolvidas para o cumprimento desta lei pelas instituições de ensino (2008).

Todavia, o material didático disponível para o ensino da história indígena de longa duração acaba sendo superficial (poucas páginas dos livros didáticos se detêm sobre este período), muitas vezes confundem conteúdos (atribuem as urnas funerárias aos sambaquis, sendo que estes não produziam tal artefato) ou ainda, acabam por trazer conteúdos de outras partes do Brasil (serra da capivara, sítios arqueológicos da região amazônica). Nessa perspectiva apresenta-se a relevância em se construir materiais paradidáticos sobre o assunto, que tratem o mesmo de forma regionalizada e com conteúdo embasado em produções científicas recentes.

O projeto teve como objetivo principal desenvolver materiais paradidáticos a serem utilizados junto as instituições de ensino básico de Santa Catarina, em busca da difusão, valorização e preservação do patrimônio arqueológico catarinense. Para tanto, estruturou-se como objetivos específicos: a) capacitar os acadêmicos participantes a produção do material educativo; b) estruturar materiais paradidáticos para difusão do conhecimento arqueológico regional com linguagem e métodos diversificados para a educação básica; c) desenvolver ações educativas junto à comunidades circunvizinhas aos sítios arqueológicos; d) disponibilizar o material produzido para ser utilizado no ensino sobre a ocupação indígena de longa duração do nosso território.

Para a realização das ações neste projeto foram utilizados métodos educativos pautados em processos construtivos do conhecimento. Primeiramente houve um processo de capacitação dos estudantes participantes acerca da temática central, a Arqueologia Regional e a História de Longa Duração Catarinense. Essa capacitação teve como base teórica estudos realizados por Deblasis et al. (2007), Deblasis, Farias e Kneip (2014), Farias et al. (2013),

Farias (2000), Farias, Gaspar e Deblasis (2005), Florêncio et al. (2014), Guimarães et al. (2016), Kneip et al. (2018), Schmitz (2013), Zamparetti (2014), entre outros. A formação dos estudantes teve início no mês de maio e se encerrou no mês de julho de 2021. Encontros semanais serviam como espaço de apresentação e discussão teórica.

Após a formação os estudantes se organizaram em equipes de até 4 membros, tinham como meta a realização de um vídeo educativo que abordasse um tema específico da arqueologia catarinense. Além do vídeo os estudantes também deveriam produzir outro material educativo, este poderia ser: cartilha, flyer, banner, jogo, mapa, conteúdo de rede social.

Apenas uma turma, a de Capivari de Baixo, iniciada no segundo semestre de 2021 (as demais iniciaram no primeiro semestre), realizou uma dinâmica diferenciada, devido ao tempo exíguo. Essa turma organizou um vídeo educativo sobre os sambaquis de Capivari de Baixo, produziu um banner e participou presencialmente de várias ações educativas no município junto à comunidade vizinha aos sítios arqueológicos.

A Extensão Universitária e a Educação Patrimonial

O projeto começou com duas turmas, nas cidades de Tubarão e Imaruí, iniciou suas atividades no princípio do primeiro semestre de 2021 e se encerrou no mês de dezembro do mesmo ano. No segundo semestre de 2021 foi aberta a terceira turma que atuou no município de Capivari de Baixo, também encerrando as atividades no mês de dezembro daquele ano. Todas as propostas desenvolvidas no projeto foram voltadas ao ensino e valorização do patrimônio arqueológico catarinense, dando enfoque nos patrimônios presentes nos municípios envolvidos. Participaram desse projeto 71 estudantes bolsistas. O projeto foi desenvolvido no âmbito do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE, um programa do Estado de Santa Catarina, executado pela Secretaria de Estado da Educação.

Patrimônio Arqueológico de Santa Catarina

O foco do projeto foi o patrimônio arqueológico pré-colonial, que no campo acadêmico é entendido como os espaços e vestígios deixados/ocupados por grupos indígenas antes da colonização europeia. Defendemos que este patrimônio faz referência há uma história indígena de longa duração, reforçando o compromisso da arqueologia para a valorização e respeito às populações indígenas contemporâneas. Discorreremos brevemente sobre o que consiste esse patrimônio. Na arqueologia catarinense estudamos quatro grandes grupos, não são grupos étnicos, mas antes formas de organização visto os vestígios materiais encontrados.

O grupo mais antigo, denominamos de caçadores-coletores, que habitaram o estado, fundamentalmente na região do Alto Uruguai, iniciaram a ocupação há mais de 8 mil anos atrás.

No litoral, entre 7.500 e 900 anos viviam os construtores de sambaquis, grupos pescadores-coletores. Os sambaquis são construções monticulares antrópicas, tendo como material construtivo as conchas. Etimologicamente o termo sambaqui é oriundo do Tupi e significa amontoado de conchas. Na região de atuação do projeto há mais de 120 sítios sambaquis registrados, sendo esta tipologia a mais conhecida pela comunidade de forma geral.

Há cerca de 2 mil anos adentra no território um grupo, migrante da região Centro-Oeste, falantes do tronco linguístico Macro Jê. São eles os antepassados das populações indígenas contemporâneas Kaigang e Lakãnõ-Xokleng.

Pouco antes da chegada dos colonizadores europeus um novo grupo indígena chega na região, os Guaranis, portadores da tradição cerâmica Tupi-guarani.

Educação Patrimonial – Conceito e Ações Desenvolvidas

O termo Educação Patrimonial vem de uma tradução do termo inglês *Heritage Education*, a partir de uma longa e consolidada trajetória de medidas educativas para com o seu patrimônio

cultural. Na perspectiva inglesa objetiva-se utilizar fontes primárias, e aqui o patrimônio, como ferramenta didática nas escolas. No Brasil, o termo é usado pela primeira vez no ano de 1983, quando se realizou o 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos (Florêncio et al, 2014, p.13).

Há críticas ao termo, visto que, se nos orientarmos pela ideia de um processo educativo de "alfabetização cultural", sob a ótica do que Freire propôs, "(...) não há como dissociar a prática educativa da ideia de cultura e de patrimônio o que acaba por tornar a expressão 'Educação Patrimonial' um termo [...] que, segundo Chagas (op.cit.), "caiu no gosto popular" – todavia de forma acrítica" (Chagas & Bezerra, 2006).

Desde a criação do IPHAN (1937) - não de forma sistemática, nem tão pouco com tal denominação - se discutia a necessidade da Educação Patrimonial. Rodrigo Melo Franco de Andrade, dirigente do órgão desde sua criação até 1967, em variados discursos e publicações, reforçava a correlação entre educação e preservação patrimonial. Todavia, a educação a qual ele se referia era a instrutivista, voltada à conscientização da população quanto à relevância do patrimônio nacional, este vinculado à um passado luso-cristão, colonialista e elitista. (Zamparetti, 2023). O IPHAN irá criar um setor responsável pela Educação Patrimonial - Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC) – apenas no ano de 2004. Essa ação se estrutura em um contexto da necessidade de criação de parâmetros e fiscalização das ações educativas desenvolvidas no âmbito dos licenciamentos ambientais.

Na contemporaneidade a Educação Patrimonial é entendida como todos os processos educativos, desenvolvidos em âmbito formal (instituições de ensino) e não formais (museus, grupos de pesquisa) que enfocam o Patrimônio Cultural, este por sua vez busca ser apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações. (Florêncio et al, 2014, p.19). Além do que, o uso das fontes patrimoniais auxilia a compreensão de conceitos históricos, bem como, para a intepretação de fatores e contribuições

culturais, sociais e econômicas dos diversos grupos formadores da nossa sociedade.

Conhecer o legado patrimonial "(...) estimula a consciência crítica em relação às próprias crenças e identidades, assim como em relação a outras culturas, nomeadamente pela partilha de valores com outras sociedades" (Pinto, 2015, p. 208-209.) Neste aspecto precisamos considerar a relevância da Educação Patrimonial no contexto da formação do pensamento histórico em ambiente escolar. Não defendemos o abandono do espaço formal de ensino para desenvolver tais ações, mas antes, transformá-las e ampliá-las a outros públicos (Zamparetti, 2023).

Nessa perspectiva, a Educação Patrimonial voltada ao patrimônio arqueológico está em consonância com o compromisso social da produção acadêmica. Bezerra (2003) afirma que o "compromisso profissional passa pelo imperativo de mostrar ao público uma Arqueologia que, longe de ser uma atividade de entretenimento, seja um instrumento na construção de sua memória, de sua história e de sua cidadania" (p. 276). A Educação Patrimonial pode ser desenvolvida no contexto escolar e para a sociedade como um todo, todavia em cada campo deve ser estruturada de forma diferente.

Quando as ações são voltadas para a comunidade, principalmente a circunvizinha aos sítios arqueológicos, é preciso considerar que muitos que a compõem possuem uma construção histórica e conceitual acerca daquele espaço. Neste momento, a ação educativa pode informar, trazer a perspectiva científica, mas deve saber escutar e valorizar o conhecimento, histórias e memórias do que ali residem. Outra proposta, desenvolvida no trabalho de arqueologia colaborativa de Zamparetti (2023), consiste no protagonismo das comunidades vizinhas nos mais variados processos relacionados ao patrimônio em questão.

No contexto escolar é relevante que a ação educativa esteja alinhada com a organização curricular, por exemplo, se pautamos o ensino acerca do patrimônio arqueológico catarinense, o mesmo pode ser trabalhado nos 4º, 5º e 6º anos na disciplina de História,

uma vez que contém nos objetos do conhecimento habilidades voltadas ao conhecimento dessa história. Cabe reforçar que o ensino para o patrimônio arqueológico pré-colonial está alinhado ao ensino para as relações étnico-raciais, uma vez que trata de uma parte da história indígena catarinense.

Nessa perspectiva, corroborando com os parâmetros curriculares do estado de Santa Catarina, buscou-se criar materiais educativos e desenvolver ações visando "(...) assegurar o respeito, o reconhecimento, o protagonismo e a valorização étnico-racial dos afrodescendentes e indígenas no ambiente escolar" (Santa Catarina, 2019).

> As ações patrimoniais, sejam elas desenvolvidas pelo Estado ou por operadores da cultura, não servem mais à perspectiva colonialista, que segrega ou infantiliza a participação das comunidades. Os processos de patrimonialização "(...) deixaram de ser atributo de algumas falas autorizadas legitimadas no aparelho do Estado para se converterem em falas plurais tecidas em redes em que interagem diversos agentes"
> (Abreu, 2015, p.72).

A experiência em pesquisas arqueológicas e ações educativas aliado às novas discussões e entendimentos acerca da própria arqueologia brasileira e suas formas de difusão do conhecimento, compuserem a base de formação e atuação dos estudantes extensionistas. Na sequência apresentaremos as ações desenvolvidas no projeto de intervenção.

Produção audiovisual

Na perspectiva de produção de material educativo voltado a temática, que possa ser utilizado por professores e educandos, os

estudantes bolsistas se dividiram em equipes de 4 a 5 membros, e produziram um vídeo educativo, com tempo de duração entre 3min e 15min, sobre um tema específico da arqueologia de Santa Catarina. Como foi orientado que os estudantes pensassem a relação com as cidades em que o projeto foi desenvolvido, os vídeos se pautaram na realidade arqueológicas das cidades de Capivari de Baixo, Imaruí e Tubarão. A título de exemplo, uma equipe estruturou um trabalho ligando os sítios arqueológicos com cerâmica tupiguarani com a Terra indígena Mbya Guarani - Tekohá Marangatu localizada no município de Imaruí.

Alguns vídeos trataram de temas gerais, sobre sítios arqueológicos que são encontrados em todos os municípios, como os sítios Sambaquis. No caso da turma da cidade de Capivari de Baixo, o vídeo foi produzido sobre os três sambaquis existentes no município, dois inclusive, dentro do contexto urbano e nas dependências da Usina Jorge Lacerda e do Parque Ambiental.

Ao todo foram produzidos 9 vídeos com as seguintes temáticas: saúde indígena; guaranis de ontem e hoje, no município de Imaruí; arte rupestre de Santa Catarina; apresentando e conceituando a Arqueologia; educação escolar indígena; sambaquis de Tubarão; sambaquis de Capivari de Baixo; sítios arqueológicos e preservação; hábitos alimentares e saúde das populações sambaquieiras. Todos os vídeos passaram por tratamento final de edição, na qual se fazia a montagem do vídeo, inserindo as logos e créditos do projeto.

Cartilhas, flyers, mapas e post do Instagram

De forma complementar ao vídeo os estudantes desenvolveram outro material paradidático. Esse material trazia o mesmo tema do vídeo, mas poderia ser abordado de outra forma. Algumas equipes desenvolveram cartilha didática, outra equipe construiu um mapa desenhado apresentando os sítios sambaquis dos municípios de Tubarão e Capivari de Baixo e como acessá-los, houve também a produção de flyers e banners, sites informativos, bem como a

confecção de postagens de Instagram que foram publicadas no Instagram do Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia – Grupep da Unisul @grupep.arqueologia.

Figura 1: Produção dos estudantes – captura feita do site acerca dos hábitos alimentares das populações sambaquieiras.



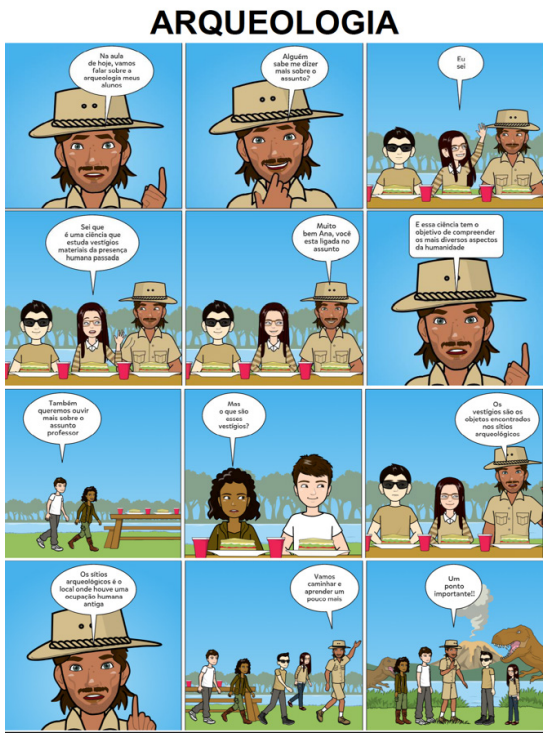
Fonte: https://habitosalimentares9.wixsite.com/sambaquis

Figura 2: Produção dos estudantes – flyer sobre arte rupestre de Santa Catarina.



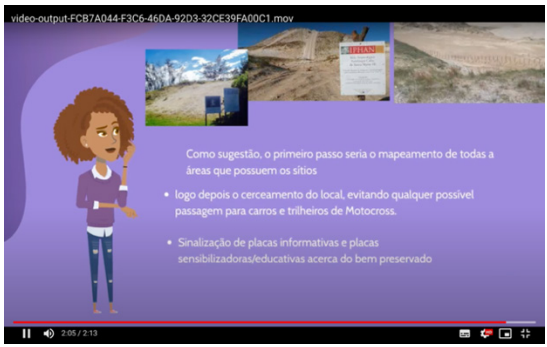
Fonte: Proesde/Unisul (2021).

Figura 3: Produção dos estudantes – quadrinhos sobre arqueologia.



Fonte: Proesde/Unisul (2021).

Figura 4: Produção dos estudantes – captura de fragmento de vídeo.



Fonte: Proesde/Unisul (2021).

A partir dos banners confeccionados, três banners foram escolhidos, impressos e compuseram 10 kits que foram entregues às secretarias de educação dos municípios envolvidos.

Ações educativas junto à comunidade

Apenas uma turma, das três envolvidas no projeto, realizou ações de campo. Essa turma foi a de Capivari de Baixo. Visto que a turma iniciou tardiamente, não havia tempo hábil para produção de um material paradidático de qualidade. Cientes disso, e diante da flexibilização das medidas sanitárias de prevenção à Covid-19, estruturamos ações educativas junto à comunidade circunvizinha aos sambaquis Capivari I e Capivari II. Foram quatro ações desenvolvidas:

- Espaço expositivo no evento Domingo no Parque (realizado pelo Parque Ambiental Encantos do Sul todos os domingos);
- Reunião com os moradores circunvizinhos;
- Conversa junto à comunidade para saber mais acerca da relação deles com os sítios arqueológicos;
- Ação de educação patrimonial e ambiental integral, bem como mutirão de limpeza na área do sambaqui Capivari I.

Figura 5: Registro da ação realizada durante o Domingo no Parque.



Fonte: Grupep (2021).

Figura 6: Registro da ação realizada durante o Domingo no Parque.



Fonte: Grupep (2021).

No dia 31/10, período vespertino, organizou-se um espaço expositivo contendo artefatos arqueológicos, banners e distribuição de material didático no evento Domingo no Parque, realizado no Parque Ambiental Diamante+ Energia. Os estudantes montaram o espaço e monitoraram o mesmo, também circularam pelo parque convidando as pessoas e entregando materiais informativos. A mesma estrutura foi montada no dia 28/11, período vespertino.

Houve duas reuniões com moradores vizinhos aos sítios arqueológicos, essas reuniões visam sensibilizar e ouvir dos moradores acerca do que sabem e como poderíamos mudar a área dos sambaquis. As reuniões ocorreram nos dias 28/10 e 25/11 no período noturno, nas dependências do Parque Ambiental. Os estudantes participaram das reuniões e contribuíram com sugestões e apontamentos junto aos moradores locais. Esses moradores compõem o Grupo de Moradores Nosso Sambaqui, formado

no desenvolvimento da Tese de doutoramento da pesquisadora Bruna Zamparetti.

No dia 27/11, na parte da manhã, os estudantes e professores orientadores caminharam na comunidade circunvizinha aos sítios arqueológicos, conversando com os mesmo, diagnosticando problemas locais, oportunizando um espaço de escuta para a comunidade. Esta ação foi muito importante para os estudantes e para a comunidade local. No que compete aos estudantes é interessante o contato com estratégias de pesquisa que envolvam o contato com o público, saber como escutar e registrar os apontamentos. Para a comunidade é um espaço de escuta, desabafo, bem como saber que existem outros agentes de proteção e preservação do patrimônio arqueológico.

No dia 04/12, na parte da manhã, foi organizado, em frente ao sambaqui Capivari I (a rua foi fechada para o evento), uma ação educativa que aliava educação patrimonial e ambiental. Estruturamos um espaço de exposição e ocorreu a distribuição de material educativo voltado ao cuidado com o patrimônio arqueológico e com o meio ambiente (visto que ainda é recorrente o descarte de lixo na rua em frente ao sítio arqueológico, bem como na área do sítio). O material educativo distribuído foi produzido pelos estudantes do projeto e buscava informar sobre a importância dos sítios sambaquis, bem como, sobre a necessidade do descarte correto do lixo.

Figura 7: flyer produzido para ação educativa no sambaqui Capivari I.



Fonte: elaborado por estudantes e professores do projeto.

Figura 8: flyer produzido para ação educativa no sambaqui Capivari I.



Fonte: elaborado por estudantes e professores do projeto.

Figura 9: adesivo produzido para ação educativa no sambaqui Capivari I.



Fonte: elaborado por estudantes e professores do projeto.

Conversamos com a comunidade, disponibilizamos brinquedos para as crianças (cama elástica e disputa de cotonetes) e a realização de um café gratuito para todos os envolvidos. Estiveram presentes nesse dia os representantes do setor de cultura, educação e meio ambiente da prefeitura de Capivari de Baixo. Aliado a tudo isto, professores e estudantes do projeto realizaram um mutirão de limpeza da parte interna do sambaqui Capivari I. Foram coletados vários sacos de lixo que preencheram pouco mais da metade de uma caçamba de um tele entulho contratado para o evento.

Figura 10: Ação educativa realizada no Sambaqui Capivari I, conversa com visitantes.



Fonte: Grupep (2021).

Figura 11: Ação educativa realizada no Sambaqui Capivari I, participantes da atividade.



Fonte: Grupep (2021).

Figura 12: Ação educativa realizada no Sambaqui Capivari I, coleta de lixo e entulho.



Fonte: Grupep (2021).

Figura 13: Ação educativa realizada no Sambaqui Capivari I, área circunvizinha.



Fonte: Grupep (2021).

Previamente ao evento ouve uma intensa divulgação em jornais e rádios locais – também, foi enviado convite à prefeitura, câmara de vereadores da cidade, ao Marcos Roberto Rosa - Gerente da SED - Secretaria de Estado da Educação e à demais autoridades da própria universidade. Durante todo o evento tivemos cobertura de imprensa, fotografando, filmando e postando nas redes sociais.

Considerações finais

A riqueza patrimonial de Santa Catarina está refletida na diversidade de materiais produzidos e ações desenvolvidas pelos estudantes e professores desse projeto. No que compete aos materiais paradidáticos, esses vêm contribuir para o ensino quanto à nossa história de longa duração, tema este que acaba por ser abordado superficialmente na maioria dos materiais didáticos disponíveis.

Destaca-se a relevância da construção de materiais voltados a tal temática, perante a relevância do ensino e valorização da história indígena brasileira. Considerando-se a diversidade como princípio educativo, em uma perspectiva de uma sociedade multicultural.

Todos os materiais produzidos encontram-se em repositório institucionalmente construídos para os projetos de intervenção PROESDE 2021 e, portanto, além dos municípios a que se destinaram, podem também serem consultados e utilizados por toda a rede de ensino.

Os acadêmicos bolsistas foram parte importante desse projeto, não por terem sido eles os desenvolvedores (sob orientação) dos materiais paradidáticos, mas também por serem público das ações educativas. Os estudantes passaram por um longo período de formação teórica sobre o patrimônio arqueológico catarinense e, como muitos relataram aos professores e em documento final do projeto, irão levar esse conhecimento com eles, relacionando com suas áreas de formação e buscando conhecer mais e valorizar o patrimônio arqueológico.

Referências

Abreu, R. (2015). Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. Em C. Tardy & V. Dodebei (Orgs.), *Memória e novos patrimônios (Vol. 1, p. 67–93). Open Edition Press.*

Bezerra, M. (2003). O Público e o Patrimônio Arqueológico no Brasil: reflexões para a Arqueologia Pública no Brasil. *Habitus*, 1(2), 275–295.

Lei no 3.924/1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, (1961). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm

Lei no 11.645/2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena", (2008). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm

Deblasis, P., Farias, D. S. E., & Kneip, A. (2014). Velhas tradições e gente nova no pedaço: perspectivas longevas de arquitetura funerária na paisagem do litoral sul catarinense. *Revista Museu de Arqueologia e Etnologia*, 24, 109–136.

Deblasis, P., Kneip, A., Scheel-Ybert, R., Giannini, P. C., & Gaspar, M. D. (2007). Sambaquis e Paisagem: Dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. *Arqueología Suramericana/ Arqueologia Sul-Americana, 3*(1), 29–61. https://doi.org/10.1590/S0102-33062006000100008

Farias, D. S. E. (2000). *Arqueologia e Educação: uma proposta de preservação para os sambaquis do sul de Santa Catarina (Jaguaruna, Laguna e Tubarão)* [Dissertação de mestrado]. Faculdade de

Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS.

Farias, D. S. E., Deblasis, P., Rampazzo, S. E., Demathé, A., & Guimarães, G. M. (2015). Parque Arqueológico do Sul: Ambiente, Cultura e preservação em Santa Catarina, Brasil. Em P. P. A. Funari, J. B. Campos, & M. H. da S. G. Rodrigues (Orgs.), *Arqueologia pública e patrimônio: questões atuais* (p. 425–472). UNESC.

Farias, D. S. E., Gaspar, M. D., & Deblasis, P. (2005). Ações educativas no projeto Arqueológico do Camacho: 1999 - 2004. Em R. L. Bastos & A. Teixeira (Orgs.), *Revista de Arqueologia do IPHAN* (p. 55–62). 11a Superintendência Regional de Santa Catarina.

Farias, D. S. E., & Kneip, A. (2010). *Panorama Arqueológico de Santa Catarina*. Unisul.

Farias, D. S. E., Neu, M. F. R., Demathé, A., Guimarães, G. M., & Atorre, T. (2013). AMA - Arqueologia na Mata Atlântica. *Revista Tempos Acadêmicos - Dossiê Arqueologia Pré-Histórica, 11*, 185–209.

Ferraz, T., Suarez Villagran, X., Nägele, K., Radzevičiūtė, R., Barbosa Lemes, R., Salazar-García, D. C., Wesolowski, V., Lopes Alves, M., Bastos, M., Rapp Py-Daniel, A., Pinto Lima, H., Mendes Cardoso, J., Estevam, R., Liryo, A., Guimarães, G. M., Figuti, L., Eggers, S., Plens, C. R., Azevedo Erler, D. M., ... Posth, C. (2023). Genomic history of coastal societies from eastern South America. *Nature Ecology & Evolution, 7*(8), 1315–1330. https://doi.org/10.1038/s41559-023-02114-9

Florêncio, S. R., Clerot, P., Bezerra, J., & Ramassote, R. (2014). *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. IPHAN/DAF/Cogedip/Ceduc.

Guimarães, G. M. (2017). *Turismo, cultura e arqueologia: O turismo arqueológico como vetor de proteção e valorização dos sambaquis* [Tese de doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí - Univali.

Guimarães, G. M., Zamparetti, B. C., & Farias, D. S. E. (2021). João Alfredo Rohr: registro e fiscalização dos processos destrutivos em sítios arqueológicos no litoral sul catarinense. Em L. J. Nizzola, M. de L. Souza, & R. P. Marques. (Orgs.), *A trajetória arqueológica de Pe. João Alfredo Rohr em Santa Catarina* (p. 87–103).

Guimarães, G. M., Zamparetti, B. C., Farias, D. S. E., & Anjos, F. A. dos. (2016). Turismo arqueológico, educação e os sambaquis do Complexo Lagunar Sul de Santa Catarina: Proposta de um circuito para visitação. *Revista Memorare, 3*(3), 276–298. http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/memorare_grupep/article/view/4381

Kneip, A., Farias, D. S., & DeBlasis, P. (2018). Longa duração e territorialidade da ocupação sambaquieira na laguna de Santa Marta, Santa Catarina. *Revista de Arqueologia, 31*(1), 25–51. https://doi.org/10.24885/sab.v31i1.526

Luiz, C. P., Guimarães, G. M., Zamparetti, B. C., Silva, J. G. S. da, & Campos, J. B. (2021). Ocupação Urbana do Litoral Sul de Santa Catarina: O Avanço Sobre o Sítio Arqueológico Sambaqui Garopaba do Sul. Em A. T. Basquerote (Org.), *Geografia: Espaço, ambiente e sociedade* (p. 82–94). Atena Editora. https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114127

Merencio, F. T., & DeBlasis, P. (2021). Análises de mobilidade no litoral sul de Santa Catarina entre 2000-500 cal AP. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, 36*, 57–91. https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2021.162703

Rohr, J. A. (1984). Sítios arqueológicos de Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*, 16(17), 77–92.

Santa Catarina. (2019). *Currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense / Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação.* Secretaria de Estado da Educação.

Santos, J. dos, Milheira, R. G., & Campos, J. B. (2017). Entre rios, dunas, lagoas e o mar. *Revista de Arqueologia, 30*(1), 28–55. https://doi.org/10.24885/sab.v30i1.501

Schmitz, P. I. (2013). A Ocupação pré-histórica do Estado De Santa Catarina. *Tempos Acadêmicos, 11*, 6–24.

Zamparetti, B. C. (2014). *Sambaqui Cabeçuda 01: Um território resiliente* [Dissertação de mestrado]. Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul.

Zamparetti, B. C. (2023). *Tem um sambaqui na minha rua! Multivocalização e experiência patrimonial: o exercício da arqueologia colaborativa* [Tese de doutorado]. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

19.

Revisão Narrativa da Paisagem Cultural Alimentar: *Um enfoque na Sustentabilidade*

Revisión Narrativa del Paisaje Cultural Alimentario: *Una enfoque sobre la Sostenibilidad*

Narrative Review of The Food Cultural Landscape: | *An approach on Sustainability*

BY CLAUDIA DA SILVA NOGUEIRA
FRANCISCA FERREIRA MICHELON

Revisão Narrativa da Paisagem Cultural Alimentar:
Um enfoque na Sustentabilidade

Revisión Narrativa del Paisaje Cultural Alimentario:
Una enfoque sobre la Sostenibilidad

Narrative Review of The Food Cultural Landscape:
An approach on Sustainability

CLAUDIA DA SILVA NOGUEIRA[1]
FRANCISCA FERREIRA MICHELON[2]

Resumo

Através de uma revisão narrativa da paisagem cultural alimentar com enfoque na sustentabilidade, este artigo, tem como objetivo analisar a relação entre o patrimônio alimentar e a sustentabilidade. Apresenta, deste modo, uma análise detalhada sobre a importância da preservação da paisagem cultural alimentar para a sustentabilidade, como a cultura alimentar pode ser utilizada como ferramenta para a promoção da sustentabilidade, os principais desafios enfrentados na preservação da paisagem cultural alimentar e como superá-los.

[1] Universidade Federal de Pelotas – cs.nogueira@yahoo.com
[2] Universidade Federal de Pelotas – fmichelon.ufpel@gmail.com

Palavras-chave: Paisagem Cultural; Patrimônio Alimentar; Sustentabilidade.

Abstract

Through a narrative review of the cultural food landscape with a focus on sustainability, this article aims to analyze the relationship between food heritage and sustainability. It thus presents a detailed analysis of the importance of preserving the cultural food landscape for sustainability, how food culture can be used as a tool to promote sustainability, the main challenges faced in preserving the cultural food landscape and how to overcome them.

Keywords: Cultural Landscape; Food Heritage; Sustainability.

Resumen

A través de una revisión narrativa del panorama cultural alimentario con enfoque en la sostenibilidad, este artículo pretende analizar la relación entre patrimonio alimentario y sostenibilidad. Presenta así un análisis detallado de la importancia de preservar el paisaje alimentario cultural para la sostenibilidad, cómo se puede utilizar la cultura alimentaria como herramienta para promover la sostenibilidad, los principales desafíos que se enfrentan en la preservación del paisaje alimentario cultural y cómo superarlos.

Palabras-clave: Paisaje cultural; Patrimonio Alimentario; Sostenibilidad.

Introdução

A interseção dos conceitos de Paisagem Cultural, Patrimônio Alimentar e Sustentabilidade abre um campo vasto e fascinante de estudo e prática. Cada um desses tópicos traz uma riqueza de significados e implicações que podem influenciar profundamente

nossa compreensão da relação entre seres humanos e meio ambiente. Nesta introdução, vamos explorar como esses conceitos se entrelaçam e convergem, lançando as bases para uma discussão mais aprofundada.

Importa dizer que, o termo "patrimônio cultural" passou por uma evolução significativa ao longo dos anos, expandindo-se para além de monumentos históricos e artefatos culturais para incluir aspectos como paisagens culturais. Essas paisagens são o resultado da interação entre fatores naturais e humanos ao longo do tempo e desempenham um papel fundamental na qualidade de vida das comunidades. A UNESCO e o Conselho da Europa desempenharam papéis cruciais no reconhecimento e na proteção das paisagens culturais, contribuindo para uma compreensão mais ampla do que constitui o patrimônio cultural.

Já a alimentação é mais do que uma simples questão de sobrevivência; ela é um aspecto intrínseco da cultura e da identidade de um grupo ou sociedade. O patrimônio alimentar abrange não apenas os alimentos em si, mas também as práticas agrícolas, receitas tradicionais, técnicas de cultivo e preparação de alimentos, bem como os aspectos simbólicos e sociais associados à alimentação. Preservar o patrimônio alimentar não é apenas uma questão de manter as tradições, mas também de garantir a diversidade alimentar e a segurança alimentar das comunidades.

Por fim, a cultura desempenha um papel crucial no desenvolvimento sustentável, pois é um elemento fundamental para promover a diversidade cultural e a coesão social. Portanto a sustentabilidade é uma abordagem que visa equilibrar o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental e a justiça social. Ela começa nas práticas tradicionais e conhecimentos locais transmitidos de geração em geração. A Agenda 2030 da ONU enfatiza a importância da sustentabilidade em níveis locais e globais.

A integração desses conceitos permite explorar como as paisagens culturais podem ser influenciadas e moldadas pelo patrimônio alimentar e como a preservação dessas paisagens pode contribuir para a sustentabilidade das comunidades locais. Além

disso, o patrimônio alimentar pode desempenhar um papel vital na promoção do desenvolvimento sustentável, levando em consideração aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Neste artigo científico, aprofundaremos nossa compreensão desses conceitos e examinaremos suas interconexões e implicações práticas. Vamos explorar como a preservação do patrimônio alimentar pode contribuir para a sustentabilidade das paisagens culturais e, por sua vez, como a promoção da sustentabilidade pode garantir a preservação do patrimônio cultural. Ao fazer isso, esperamos contribuir para uma compreensão mais holística e integrada das complexas relações entre cultura, alimentação, ambiente e desenvolvimento sustentável.

Metodologia

Este artigo faz parte de um recorte da tese em desenvolvimento "PAISAGEM CULTURAL ALIMENTAR: GESTÃO SUSTENTÁVEL NAS INDUSTRIAS FAMILIARES DE DOCE COLONIAL NA ANTIGA PELOTAS\RS" no PPGMSPC – Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federa de Pelotas.

Corresponde por sua vez, a uma revisão bibliográfica narrativa, com o objetivo de aprofundar o conhecimento de alguns conceitos chave para estabelecer uma base sólida de conhecimento sobre a temática da futura pesquisa. A escolha metodológica, se deu em razão da revisão narrativa possibilitar descrever o estado da arte de um assunto específico, sob o ponto de vista teórico ou contextual. Através da análise da literatura, da interpretação e análise crítica pessoal do pesquisador (BOTELHO, 2011).

Ou seja, a partir de um interesse temático, foi realizada uma busca por dados junto a três bases de dados on-line, (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e Portal de Periódicos da CAPES e Google acadêmico). Dentre os descritores utilizados estão: Paisagem Cultural, Patrimônio Alimentar e sustentabilidade.

Por fim, a seleção das leituras, foi efetuada de modo a corroborar com o enfoque que é dado pela pesquisadora, a fim de não esgotar o tema, mas apenas construir uma sustentação teórica para o futuro da tese a ser desenvolvida.

Paisagem Cultural

O termo "patrimônio cultural", introduzido nos anos 70, não tinha o significado e a amplitude como atualmente vem sendo entendido. A expansão do conceito se deu com a progressiva inclusão de bens então desconsiderados, tais como o patrimônio alimentar, patrimônio industrial, patrimônio moderno, patrimônio imaterial, paisagens culturais e etc.

Contudo, enquanto categoria de patrimônio cultural, surge por volta dos anos 90 com a ampliação do que até então era conhecido como patrimônio e através do aparecimento de uma nova forma de encarar a preservação. Foi na 16ª sessão do Comité do Patrimônio Mundial, em 1992, que este novo tipo de patrimônio cultural foi identificado e inscrito na Lista do Patrimônio Mundial. Esta nova categoria foi concebida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), para superar o antagonismo entre o patrimônio cultural e natural e com o propósito de proteger as paisagens.

Mais tarde, em1995, ocorre a regulamentação da proteção da paisagem cultural em território europeu, por meio da Recomendação R (95) 9, organizada pelo Conselho da Europa. Esta, versa sobre a conservação integrada de áreas de paisagens culturais como integrante das políticas paisagísticas. Salienta-se no documento, no 2º item presente no Art. 3º, que "a *política de paisagens considera e harmoniza* os interesses culturais, estéticos, ecológicos, econômicos e sociais" (CONSELHO DA EUROPA, 1995).

Os anos 2000 são marcados por mais um avanço conceitual, administrativo e metodológico relacionado a essa nova categoria patrimonial, à Convenção Europeia da Paisagem. Esse foi o primeiro acordo internacional que trata de paisagens em vigor,

desde março de 2004, fundamentado no reconhecimento da necessidade de desenvolver instrumentos jurídicos específicos para a proteção, gestão e planejamento de todas as paisagens europeias.

O documento supracitado revela ainda a ideia de paisagem, na qual essa corresponde a uma porção de território que emerge como resultado da influência e interdependência de elementos naturais e/ou antropogênicos, sendo identificada e valorizada pela comunidade residente. Reconhece-se também, que a paisagem é dinâmica e que acabam por influir sobre a sociedade civil por diversas gerações, imediatamente ou logo à frente, de forma direta ou indireta e portanto, "a paisagem é em toda a parte um elemento importante da qualidade de vida das populações" (COUNCIL OF EUROPE, 2000).

Sendo assim, a Convenção Europeia da Paisagem as enquadra em três categorias: 1. de considerável importância ou extraordinárias (muitas vezes reconhecidas como patrimônio cultural); 2. Ordinárias (aquelas sem características de patrimônio reconhecido ou paisagens de "vida quotidiana"); e 3. Degradadas (aqueles com problemas ou responsabilidades ambientais). Deste modo, a Convenção ampliou o entendimento de paisagem cultural motivando o interesse por outras paisagens que até então, não despertavam tanta atenção.

No Brasil o conceito foi institucionalizado enquanto uma categoria pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no ano de 2009, através do Despacho nº. 127. Constituiu-se assim um novo instrumento jurídico de proteção no país, também conhecido como chancela da paisagem cultural no Brasil, que de acordo com o Art.1º, é: "uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores" (IPHAN, 2009).

Como observa-se no decorrer do texto anteriormente apresentado, órgãos como a UNESCO e o Conselho da Europa, foram relevantes para o reconhecimento da importância das paisagens culturais e do desenvolvimento de instrumentos legais

para a sua preservação. Como foi o caso da Convenção Europeia da Paisagem e do Despacho nº. 127 no Brasil, que enfatizam sobretudo, a dinamicidade e a importância das paisagens culturais para a qualidade de vida das comunidades, ou seja, apresentam e informam quais aspectos devem ser considerados ao se trabalhar com essa nova tipologia do patrimônio.

Patrimônio alimentar

Segundo Schwerz (2017), compreender o patrimônio requer considerar como a paisagem funciona enquanto uma ferramenta conceitual e operacional. Ao fazer isso, as pessoas podem considerar como as paisagens comuns cooperam ao constituir identidades num certo lugar, bem como, ou tão mais que paisagens excepcionais – históricas, monumentais, ambientais, dentre outras – das quais se concede ou se busca algum tipo de conservação e/ou programa administrativo específico, incitando o aumento da demanda por arquitetos e planejadores.

O termo "patrimonialização" se refere ao processo de definir valor cultural e histórico a algo, no caso, à alimentação. É o ato de consideração a comida não apenas como um aspecto de sobrevivência, mas também como parte integrante da cultura e da identidade de um grupo ou sociedade. Isso se refere à forma como as pessoas percebem e representam os alimentos em sua vida cotidiana.

Essas representações não se limitam apenas ao que vem, mas também incluem como os alimentos são produzidos, transformados, consumidos e conservados. É uma maneira de ver a alimentação como uma aparência mais ampla que abrange todo o ciclo de vida dos alimentos, desde sua origem até o momento em que são consumidos.

Sendo assim, reconhece-se o patrimônio alimentar, como:

> Um conjunto de elementos materiales e inmateriales de las culturas alimentarias considerados como una herencia compartida, o

> como un "bien común", por una colectividad. Este patrimonio puede estar constituido por un conjunto de productos agrícolas, los saberes y técnicas que se le asocian, las formas de distribución alimentaria. Incluye igualmente los "usos de mesa", las formas de sociabilidad, la simbólica alimentaria y los objetos de mesa (BESSIÈRE Y TIBÈRE apud MATTA, 2012, p.3).

Complementado pela ideia de este ser um conjunto de alimentos, práticas agrícolas, receitas tradicionais, técnicas de cultivo e preparo de alimentos que são transmitidos ao longo das gerações em uma comunidade ou região específica, considerado por sua vez, uma parte vital da cultura e da identidade de uma comunidade (ACYPRESTE, 2016).

Matta (2012), em resumo, nos fala que o conceito de patrimônio alimentar é uma ferramenta de investigação, uma noção explicativa e uma categoria analítica que pode ajudar a enfrentar os desafios das sociedades contemporâneas em relação à alimentação e à cultura. O próprio autor, analisa como o discurso oficial sobre a candidatura da cozinha peruana à Lista Representativa do Patrimônio Imaterial da UNESCO gera um nacionalismo culinário que acomoda a cozinha peruana e seus elementos, muitas vezes apresentados como "tradicionais", a interesses de ordem política e econômica.

De acordo com o mesmo autor, isso ocorre porque a candidatura da cozinha peruana à Lista anteriormente mencionada, é vista como uma oportunidade para promover a imagem do Peru no cenário internacional, atraindo turistas e investimentos estrangeiros. Além disso, a candidatura também é vista como uma forma de reafirmar a identidade peruana e promover a coesão social. No entanto, o autor destaca que essa construção de um patrimônio alimentar nacional pode gerar tensões e conflitos, especialmente

em relação à seleção de suas partes constitutivas e à sua relação com as culturas alimentares locais.

Reflexão que ao abordar sobre a ligação estreita entre o patrimônio alimentar e a identidade cultural de uma comunidade, Acypreste (2016) afirma que, "[...] com base nessa concepção, da existência de uma cozinha "tradicional" ligadas a construção de uma "identidade", que surgem os debates a respeito das cozinhas, alimentos e práticas alimentares serem reconhecidas como patrimônio[...]" (ACYPRESTE, 2016, p. 342).

A autora continua ainda, ao afirmar que, a patrimonialização de alimentos e saberes relacionados à alimentação pode ser um poderoso aliado para a preservação dos mesmos, dentre seus principais contributos, estão: a valorização e promoção da cultura alimentar de uma região, contribuindo para a preservação da identidade cultural, além de evitar grandes mudanças do sistema de produção e por sua vez, o surgimento das monoculturas, garantindo a diversidade alimentar e a segurança alimentar das comunidades.

Pieroni (2018) corrobora também para a discussão sobre a preservação do patrimônio alimentar, ao argumentar que, a comida tem um papel central na base material das sociedades e que sua proteção, requer uma abordagem contemporânea e inclusiva, levando em consideração as complexidades e necessidades dos grupos sociais envolvidos. Além disso, a autora destaca a importância de uma perspectiva transdisciplinar nos estudos da alimentação e a relação entre a patrimonialização da comida e os fenômenos da globalização e da modernidade alimentar.

Em contraponto ao que Acypreste (2016) & Pieroni (2018), trouxeram sobre a patrimonialização e preservação do alimento, importa destacar que estas, também são responsáveis por gerar conflitos e desafios, principalmente em relação às normas sanitárias e ambientais. Os detentores do saber fazer do patrimônio alimentar, precisam conciliar as exigências legais com a preservação das características artesanais e tradicionais da produção (SILVA, 2016).

O que nos leva ao encontro de que, a comida se torna parte de um sistema complexo de inter-relações culturais. Portanto, para preservar e proteger a comida como parte do patrimônio cultural, é necessário adotar políticas que levem em conta essa complexidade e promovam a valorização das tradições culinárias, a preservação das práticas gastronômicas e a sustentabilidade ambiental na produção de alimentos (CINTRÃO,2012). Em resumo, a autora está destacando a importância de uma abordagem holística e culturalmente sensível para a comida, indo além de sua função básica de nutrição.

Sustentabilidade

Com base na Resolução 70/1, de autoria da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – documento que estabelece os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – sustentabilidade começa nas atividades fundamentais que sustentam uma comunidade ou sociedade, ou seja, nas práticas tradicionais e conhecimentos locais que são passados de geração em geração, sendo por sua vez, importante as pessoas mais idosas da comunidade, que possuem um conhecimento valioso.

Paz et.al. (2022) definem sustentabilidade como um desenvolvimento que não esgota os recursos, mas visa à conciliação entre crescimento econômico e preservação da natureza. Para isso, se leva em consideração não apenas as questões culturais, mas também as questões ambientais e econômicas. Barata et al (2021), argumenta que a sustentabilidade pode ser aplicada ao patrimônio cultural de várias maneiras, incluindo a promoção do turismo sustentável, a conservação dos recursos naturais e a redução do impacto ambiental das atividades relacionadas ao patrimônio cultural.

Souza (2003) afirma ainda que, os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, não possuem consenso universal sobre suas definições. No entanto, há pontos em comum entre as diversas definições, como a importância do "espaço" onde deve ocorrer o desenvolvimento para que ele seja sustentável. Sendo

este, representado de forma esquemática pela autora através de uma figura, que é frequentemente encontrada na literatura sobre o tema. A figura apresenta macro elementos comumente considerados nos diferentes conceitos de sustentabilidade, como economia, meio ambiente e sociedade, e sugere que o desenvolvimento sustentável ocorra no espaço de interseção entre esses elementos.

Logo, Pinto (2019), apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável, que busca conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e a justiça social, garantindo a satisfação das necessidades das gerações presentes sem comprometer as possibilidades das gerações futuras. Logo em seguida a autora destaca que a relação entre patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável pode ser abordada de duas maneiras: a intrínseca e a instrumental.

A abordagem intrínseca considera o patrimônio como um fim em si mesmo, ou seja, como um valor em si que deve ser preservado e valorizado independentemente de sua contribuição para outras dimensões do desenvolvimento. Já a abordagem instrumental considera o patrimônio como um meio para alcançar objetivos de desenvolvimento sustentável, como a promoção do turismo cultural, a revitalização de áreas urbanas degradadas ou a geração de emprego e renda para comunidades locais.

Rocha (2018) & Paz et.al. (2022) ao referir sobre à evolução e contextualização do conceito de desenvolvimento sustentável, declaram a importância da Conferência de Estocolmo, de 1972 nesse processo. Resultando por sua vez na Declaração de Estocolmo que estabelece os princípios para a proteção do meio ambiente, "[...] assim como no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), responsável pelas ações de proteção do ambiente e de desenvolvimento sustentável (Rocha, 2018, p.23).

Contudo assim Borges (2013), Rocha (2018) & Barata et. al. (2021), asseguram que este se tornou mais proeminente a partir da definição e promoção do desenvolvimento sustentável pela Comissão Brundtland das Nações Unidas em 1987.

Há uma tentativa de encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental, passando então a ser

ponto fulcral de discussões globais. Mais tarde também observado na Recomendação da Europa sobre a Conservação Integrada das áreas de Paisagens Culturais também se mostra preocupada com o "equilíbrio harmonioso de relações entre a sociedade e seu meio ambiente, com vistas à promoção do desenvolvimento econômico sustentável" (CONSELHO DA EUROPA, 1995, p.2).As Nações Unidas desenvolveram diversas iniciativas para a promoção do desenvolvimento sustentável, incluindo uma publicação no ano de 1996, responsável pela caracterização de indicadores de sustentabilidade e a metodologia a adotar para a sua quantificação (Barata et al, 2021). O autor também menciona que os indicadores desenvolvidos se dividem por quatro categorias, as quais refletem as três dimensões da sustentabilidade: a econômica, a social e a ambiental; incluindo também uma categoria adicional referente aos indicadores institucionais.

Firmada em 2015, a agenda 2030 da ONU, traz um plano de ação que, quando aderido, internalizado e aplicado, ajuda estrategicamente na promoção de práticas e medidas sustentáveis locais, especificamente o ODS número 11, intitulada "cidade e comunidades sustentáveis". Esse plano de ação é composto por 17 compromissos que congregam 169 metas, com a intenção de orientar os países a priorizarem esforços para o cumprimento de compromissos globais até o ano de 2030.

Esses compromissos incluem garantir os direitos humanos, acabar com a pobreza, lutar contra a desigualdade e a injustiça, alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas, ações para proteção do meio ambiente e mudanças climáticas, bem como enfrentar desafios para assegurar que as cidades possibilitem condições para que pessoas habitem em condições seguras e sustentáveis (PAZ et.al., 2022). Os autores abordam também a importância da implementação destas práticas e medidas sustentáveis como instrumento de política pública local ambiental para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas cidades.

Mizutani (2019), reforça a importância dos indicadores como ferramenta de governança, ao mencionar, a sua ajuda na promoção de cidades mais sustentáveis. Ela discute a necessidade do estabelecimento de indicadores que possam medir o desempenho ambiental, social e econômico das cidades, permitindo que sejam tomadas medidas para melhorar a qualidade de vida da população e garantir a sustentabilidade urbana. Enfatiza que uma cidade sustentável deve buscar o desenvolvimento sustentável de forma democrática e participativa, atendendo às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras.

Entretanto, Pinto (2019), aponta ainda diversas limitações e desafios para a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável que levem em conta o patrimônio cultural, com base na análise crítica de documentos internacionais, como a Agenda 21 e a Convenção de Haia e documentos nacionais, como a Constituição Federal de 1988 e a Política Nacional de Patrimônio Cultural.

Dentre essas, está a falta de integração entre as políticas de patrimônio cultural e as políticas de desenvolvimento urbano, o que pode levar à degradação e perda de patrimônio em áreas urbanas em processo de transformação; a falta de participação e envolvimento das comunidades locais na gestão do patrimônio cultural, o que pode levar à falta de representatividade e à perda de identidade cultural; a falta de recursos financeiros e humanos para a implementação de políticas de patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável, especialmente em países em desenvolvimento; a falta de capacitação técnica e de conhecimento especializado para a gestão do patrimônio cultural e sua relação com o desenvolvimento sustentável; a falta de articulação e cooperação entre os diferentes níveis de governo e entre diferentes setores da sociedade, o que pode levar à fragmentação e ineficiência das políticas públicas.

Essas limitações e desafios apontados pela autora mostram que a relação entre patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável é complexa e requer uma abordagem integrada e participativa, que leve em conta as múltiplas dimensões envolvidas e as necessidades e demandas das comunidades locais. No entanto, vale lembrar que

o patrimônio cultural pode contribuir para a promoção da diversidade cultural, da inclusão social e da preservação do meio ambiente e consequentemente colaborar com à Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, destacando que a cultura é um elemento fundamental para a sua promoção (SOUZA et al, 2021).

De acordo ainda com o autor referido no trecho anterior, a construção do campo relacionado a Ciência do Patrimônio e a constituição de "[...] instituições de cooperação intelectual/científica como importantes campos e ambientes de compartilhamento de ideias, tecnologias, metodologias, recursos humanos e de infraestruturas[...]" se fazem importantes para e através da preservação do patrimônio cultural, alcançar os 17 ODS.

Dentre estas, a contribuição para o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza em comunidades locais; a segurança alimentar e da diversidade alimentar por meio do patrimônio agrícola e alimentar; a promoção de saúde mental e bem-estar, além de fornecer informações sobre práticas médicas tradicionais; o fornecimento de informações sobre a história, a cultura e a ciência além de informações sobre a história e a cultura das mulheres. na gestão sustentável da água e a promoção do saneamento; na promoção de fontes de energia renovável e a gestão sustentável da energia; no desenvolvimento econômico e a criação de empregos locais; no estudo de novas tecnologias para a preservação; no fornecimento de informações sobre a história e a cultura das minorias e grupos marginalizados;

Destaca-se também, na promoção da conservação e da revitalização de espaços públicos e históricos; por meio da preservação do patrimônio cultural e natural e da promoção do turismo sustentável; na compreensão e gestão dos impactos das mudanças climáticas no patrimônio cultural e natural, além de desenvolver tecnologias e práticas sustentáveis para a preservação do patrimônio; por meio da gestão sustentável do patrimônio cultural e natural relacionado ao mar e à pesca; por meio da gestão sustentável do patrimônio cultural e natural relacionado à fauna e flora; por meio da preservação do patrimônio cultural e histórico e da

promoção do diálogo intercultural e por meio da criação de redes de ciência do patrimônio e da troca de conhecimento e informações entre profissionais e instituições.

Importa salientar ainda que, a cultura desempenha um papel fundamental no desenvolvimento sustentável e que "[...] is especially evident when people-centered and place-based approach is integrated into development programmes [...]". (UNESCO, 2015, p.5). O que nos leva a reconhecer a importância de envolver as comunidades locais e suas culturas na formulação e implementação de programas de desenvolvimento, reconhecendo que o desenvolvimento sustentável deve levar em consideração as necessidades e aspirações das pessoas que vivem em determinado lugar.

O que nos leva a pensar por exemplo no papel fundamental das associações locais – organizações sem fins lucrativos que têm como objetivo promover o desenvolvimento social, cultural e econômico de uma determinada comunidade local – na preservação das tradições populares e identitárias, bem como na promoção da sustentabilidade sociocultural da comunidade local.

Como foi apresentado por Moya (2019) ao destacar através do estudo por ela desenvolvido – bairro da Mouraria, Lisboa – que a continuidade do patrimônio imaterial se encontra na própria continuidade das estruturas associativas locais, que apesar da mobilidade dos seus residentes, têm um papel fundamental na preservação da cultura e identidade. Dentre alguns exemplos de associações locais mencionadas pela autora, estão: um grupo desportivo, um centro escolar, associações regionais e uma cozinha popular.

A autora aborda ainda sobre os "padrões de sustentabilidade", que se referem a práticas e políticas que permitem preservar e acentuar uma específica qualidade urbana ambiental que se fundamenta numa complexa inter-relação entre o espaço físico geomorfológico e as práticas sociais na sua dimensão intangível relacionadas com a diversidade cultural e a criatividade. Em outras palavras, a autora está enfatizando a importância de se adotar práticas e políticas que levem em consideração tanto

a dimensão física quanto a dimensão social e cultural do espaço urbano, a fim de promover a sustentabilidade ambiental e sociocultural da comunidade local.

Moya (2019), defende a hipótese de que novos grupos e atividades também surgem da associação com outros dentro da ordem social existente. Isso leva à criação de uma nova visibilidade para esforços colaborativos e comunidades que perseveram. Como a autora ainda pondera, esse tipo de sustentabilidade "fundamenta-se na continuidade dos legados históricos, mas também na criatividade, o cooperativismo e a construção de relações socioculturais no "agora" que permitem a coesão social e a redefinição de novos universos mentais e emocionais ligados ao lugar" (p.19).

Em resumo, como observou-se logo a cima, há uma interconexão entre sustentabilidade, patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável, destacando a importância da preservação das práticas tradicionais e conhecimentos locais. Lembrando que o conceito de sustentabilidade e seus desdobramentos para a categoria de patrimônio cultural, ganharam relevância a partir da Comissão Brundtland das Nações Unidas em 1987 e mais tarde com os ODS. Contudo, que mesmo assim, encontram-se desafios e limitações para o alcance da sustentabilidade. E que dentre outros fatores, a criação da área de estudo conhecida como "Ciência do Patrimônio" e o estabelecimento de instituições de cooperação intelectual e científica, além do estabelecimento de associações locais de preservação são fundamentais na construção de comunidades sustentáveis no presente e no futuro.

Considerações Finais

A interseção entre Paisagem Cultural, Patrimônio Alimentar e Sustentabilidade é uma área de estudo rica e promissora. Este artigo declarou que a preservação das paisagens culturais relacionadas à produção e consumo de alimentos pode contribuir significativamente para objetivos de sustentabilidade, incluindo a conservação da biodiversidade, a mitigação das mudanças

climáticas e o fortalecimento das comunidades locais. A valorização do patrimônio alimentar não apenas preserva a diversidade cultural, mas também promove práticas alimentares mais sustentáveis. Para avançar nessa direção, é fundamental o envolvimento de partes interessadas, políticas de apoio e a conscientização pública sobre a importância desses temas interligados. Portanto, o estudo desses conceitos interconectados nos leva a considerar que a sustentabilidade não é apenas uma questão ambiental, mas também uma questão cultural e social. As paisagens culturais moldadas pela produção e preparação de alimentos ao longo do tempo são testemunhos vivos da relação entre sociedade e natureza. Essas paisagens não só refletem a identidade de uma comunidade, mas também carregam conhecimentos tradicionais valiosos sobre práticas agrícolas e culinárias sustentáveis. A preservação das paisagens culturais e do patrimônio alimentar, portanto, não deve ser vista como uma tarefa isolada, mas como uma parte integrada dos esforços globais para enfrentar desafios contemporâneos, como a manipulação ambiental, a perda de biodiversidade e a insegurança alimentar. Além disso, a promoção desses elementos pode contribuir para a resiliência das comunidades locais.

Referências

Acypreste, I. P. (2016). Patrimônio alimentar: passos para a garantia da sociobiodiversidade e segurança/soberania alimentar. Tessituras, 335–350.

Barata, F. T., Capelo, S., & Mascarenhas, J. M. de. (2021). Património Cultural e Sustentabilidade. Uma relação nem sempre fácil. Cátedra UNESCO da Universidade de Évora em "Património Imaterial e Saber Fazer Tradicional." http://hdl.handle.net/10174/30400

Borges, R. S. (2022). Reabilitação de uma casa no Douro. Sustentabilidade e paisagem.

https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/143900

Botelho, L. L. R., Cunha, C. C. de A., & Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. Gestão e Sociedade, 5(11), 121–136. https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220

Cintrão, R. P. (2012). Comida, vigilância sanitária e patrimônio cultural: Conflitos entre políticas públicas. RURIS (Campinas, Online), 8(2). https://doi.org/10.53000/rr.v8i2.1991

Matta, R. (2012). El patrimonio culinario peruano ante UNESCO. Algunas reflexiones de gastro-política. Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America.

Mizutani, M. N. P. (2019). O uso dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável [ODS] e do indicador de sustentabilidade Programa Cidades Sustentáveis [PCS] para uma urbanização sustentável e social na cidade de Barueri - SP. UNINOVE.

Moya, A. (2019). Sustentabilidade sociocultural na paisagem urbana histórica e multicultural no Bairro da Mouraria, Lisboa. GOT - Geography and Spatial Planning Journal, 17, 179–199. https://doi.org/10.17127/got/2019.17.008

Paz, M. S., Azevedo, T. C., Conceição, M. G., & Oliveira, J. R. S. (2022). Práticas e medidas sustentáveis como instrumento de política pública local ambiental e os ODS paraas cidades: um estudo das estratégias adotadas nos municípios baianos. Revista de Administração e Contabilidade, 46–64.

Pinto, I. M. de O. (2019). O patrimônio cultural e o desenvolvimento sustentável [Universidade Federal Fluminense]. https://app.uff.br/riuff/handle/1/23953

Rocha, A. R. D. S. (2018). Uma proposta de sustentabilidade sociogeográfica, Sintra 2030 [Universidade de Lisboa]. https://repositorio.ul.pt/handle/10451/36583

Silva, I. A. (2016). Patrimonialização, tradição e transmissão: o caso do saber-fazer doces artesanais no distrito de São Bartolomeu (Ouro Preto/Minas Gerais). https://locus.ufv.br//handle/123456789/9767

Souza, L. A. C., Froner, Y.-A., Pezzatt, L., De barros gonçalves, W., Carsalade, F., De alvarenga pereira costa, S., Mcghie, H., & Michelin, G. A. (2021). Redes de ciência do patrimônio: contribuição à Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. In M. J. de A. Pinheiro, C. S. R. Carvalho, & C. M. T. Coelho (Eds.), Abordagens e experiências na preservação do patrimonio cultural nas Américas e Península Ibérica (pp. 142–177). Mórula. https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/46043

Souza, L. C. L. de, Ramos, R. A. R., Silva, A. N. R. da, & Mendes, J. F. G. (2003). Cidades sustentáveis: um desafio comum para Brasil e Portugal. In . São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

UNESCO. General Assembly. (2015). Transformingour world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. 2015. Disponível em: https://www.unfpa.org/sites/default/files/resourcepdf/Resolution_A_RES_70_1_EN.pdf.

20.

Territorialidade Indígena Guarani em Estudos Antropológicos: *Estudos e Conceitos*

Territorialidad Indígena Guarani en los Estudios Antropologicos: *Estudios y Conceptos*

Guarani Indigenous Territoriality in Anthropological Studies: *Studies and Concepts*

BY ORIVALDO NUNES JUNIOR
JOÃO PAULO DE ARAUJO SEVERO
UBIRAJARA SALLES ZOCCOLI
FELIPE BERNARDO MESSIAS

Territorialidade Indígena Guarani em Estudos Antropológicos:
Estudos e Conceitos

Territorialidad Indígena Guarani en los Estudios Antropologicos:
Estudios y Conceptos

Guarani Indigenous Territoriality in Anthropological Studies:
Studies and Concepts

ORIVALDO NUNES JUNIOR[1]
JOÃO PAULO DE ARAUJO SEVERO[2]
UBIRAJARA SALLES ZOCCOLI[3]
FELIPE BERNARDO MESSIAS[4]

Resumo

Este artigo pretende realizar incursão em estudos realizados na Área Científica da Antropologia sobre Territorialidade Guarani,

[1] Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental - Udesc, mestre em Educação - UFSC, Bacharel em Filosofia - UFSC, Florianópolis/SC, Brasil. E-mail nunonunes3@gmail.com

[2] Graduado em Gestão Ambiental - Unipar, MBA em Gestão Ambiental - UFPR, Curitiba/PR, Brasil.

[3] Graduado em Ciências Sociais – PUCPR, Mestre em Tecnologia pela UTFPR, Curitiba/PR, Brasil.

[4] Graduado em Antropologia – Uniasselvi. Pesquisador da CISA - Cultura Indígena na Sala de Aula - Escola Virtual.

levantando referências de pesquisadores sobre o tema e conceitos produzidos. Para isso, utilizamos a metodologia de análise descritiva, empírica e etnográfica, por meio da observação - participante, assim como os depoimentos dos indígenas. Na fundamentação teórica-metodológica, utilizamos as principais bases conceituais da etnologia indígena e da antropologia que trazem informações e conhecimentos dos povos ameríndios.

Palavras-chave: Antropologia, Territorialidade, Indígena, Guarani.

Abstract

This article intends to make an incursion into studies carried out in the Scientific Area of Anthropology on Guarani Territoriality, collecting references from researchers on the topic and concepts produced. To do this, we used the methodology of descriptive, empirical and ethnographic analysis, through participant observation, as well as the testimonies of indigenous people. In the theoretical-methodological foundation, we use the main conceptual bases of indigenous ethnology and anthropology that bring information and knowledge of the Amerindian peoples.

Keywords: Anthropology, Territoriality, Indigenous, Guarani.

Resumen

Este artículo pretende incursionar en los estudios realizados en el Área Científica de Antropología sobre la Territorialidad Guaraní, recopilando referencias de investigadores sobre el tema y conceptos producidos. Para ello, utilizamos la metodología de análisis descriptivo, empírico y etnográfico, a través de la observación participante, así como los testimonios de pueblos indígenas. En la fundamentación teórico-metodológica utilizamos las principales bases conceptuales de la etnología y antropología indígena que aportan información y conocimientos de los pueblos amerindios.

Palabras-clave: Antropología, Territorialidad, Indígenas, Guaraní.

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar resumidamente Estudos Antropológicos elaborados e seus conceitos utilizados sobre o tema Território Indígena Guarani. Foi elaborado pelos estudantes de Antropologia da UNIASSELVI na Disciplina Prática Interdisciplinar. As Ciências Sociais com seus pais fundadores como Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, apontaram rumos para antropólogos aprofundarem suas pesquisas e elaborações de teorias. Entre os pais da Antropologia temos Franz Boas, Bronislaw Malinowski, Marcel Mauss e Alfred Reginald Radcliffe-Brown.

A Antropologia Moderna teve como referência Claude Lévi-Strauss que estudou Povos Indígenas no Brasil e no mundo, e formulou teorias como o Estruturalismo que auxiliou na compreensão do Pensamento Indígena que passa por analisar a territorialidade desses povos. Vamos aprofundar neste paper sobre a relação da Antropologia com o Povo Indígena Guarani.

O Território Indígena Guarani é formado por centenas de aldeias ocupadas por cerca de 50 a 200 pessoas cada. A extensão do Território vai do litoral brasileiro à Leste, desde os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ao sul segue pelo Uruguai e Norte da Argentina, nas províncias de Misiones e Corrientes. À Oeste segue pela Argentina pelas Províncias de Salta e Jujuy ao pé dos Cordilheira dos Andes (Ladeira, 2008). Ao centro vai pelo Paraguai segue pelos Departamentos de Itapuá, Misiones, Alto Paraná, Nheembucu, Caazapá, Paraguari, Guairá, Caaguazu, Cordillera, Canindeyú, San Pedro, Amambai, Concepción, Central e Boqueron. À Oeste vai pela Bolívia pelos Departamentos de Tajira, Chuquisaca e Santa Cruz.

Conforme explica Bartomeu Melià

> Todos os Guarani têm atualmente seu muro de Berlim, que os separa e divide, fragmenta e separa, tornando-os estrangeiros e estranhos a si mesmos. O muro, não apenas virtual, separa os Pãi Tavyterã do Paraguai dos Kaiowá do Brasil, os Avá Katú (ou Chiripá) do Paraguai e os Ñandeva do Brasil, os Mbyá do Paraguai, Brasil e Argentina (e até Uruguai). Mbiá ou Guarani ocidental da Bolívia e Argentina dos mal chamados Guarayos do Paraguai, os Isoseños da Bolívia do Tapieté ou Ñuguára (ou Ñandéva) do Paraguai. definem-se como Guarani do Brasil ou Paraguai, etc., embora nem sempre pressionados com os mesmos procedimentos políticos e educacionais. Em suas escolas agitam as bandeiras dos países que se estabeleceram em seu território; naturalmente não há bandeira guarani (Melià, 2004, 174).

A metodologia utilizada pelos autores foi de levantamento bibliográfico com referências em Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações, Teses e Artigos Científicos.

A coleta de dados coletados foi realizada com busca no Google Acadêmico com conceitos "Guarani", "Território", "Territorialidade". A sistematização dos dados ocorreu compondo uma lista sob orientação temporal, incluindo mapas e imagens ilustrativas sobre os temas.

Fundamentação Teórica

Segundo Leonardo Gonçalves Werá Tupã, não existe referência na língua falada pelo seu povo para a palavra que lhes é atribuída a nominação. "Guarani não significa nada em nossa língua", relatou Leonardo Gonçalves Werá Tupã em conversa durante trabalho de campo. Werá Tupã suspeita que a palavra "Guarani" foi uma

vocalização errada pelos não-Indígenas do nome do Sol no diminutivo na sua língua Indígena, que é "Kuaray Ii", sendo "Kuaray" o Sol e "'i" o diminutivo. Contudo, há versões de que a nominação "Guarani" se originaria da língua Quíchua falada pelos Incas nos Andes, que chamam sua vestimenta desde o ventre até as coxas de "Wara". Outros povos Indígenas que os Incas tinham contato e que eram vistos usando "tangas", ou "Wara", os Incas denominavam de "portadores de tanga", ou "Warayhu".

> (wara "tanga", -yuq/-yuh "portador de"), o wara-yuh é antes de tudo um etnônimo genérico e depreciativo, dado pelos moradores do império incaico a qualquer índio portador de tanga. Assim eram chamados os ferozes guarani provindos do Brasil e que, desde o fim do século XV, atravessavam o Chaco e subiam os Andes (Ramirez, 2010, p. 22).

A obra de Willem Blaeu (1571-1638), cartógrafo holandês que estudou astronomia, matemática, e produção de globos com o acadêmico Dinamarquês Tycho Brahe antes de estabelecer seu estúdio de criação de mapas em Amsterdam. Em 1633, Blaeu foi designado cartógrafo da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais e em 1635, junto com seus filhos Joan e Cornelis, Blaeu publicou o Atlas Novus (Novo Atlas), uma obra de 11 volumes constituída por 594 mapas. Contudo, entre suas obras, encontrei o Mapa de 1616 que mostra território Guarani e comprova que o povo chamado Carijó é ancestral do povo Guarani que até hoje vive na região do Conesul da América do Sul.

> No Império Inca havia uma manifestação chamada Warachicuy, que até hoje é realizada no Peru, que tinha como objetivo comemorar a passagem da juventude à maturidade e uma série de testes eram realizados. Quem conseguia

passar nas provas físicas de luta e defesa recebia seus primeiros "wara", traduzido como tangas ou calças (Torrealba, p. 119, 2012, p. 119).

Figura 1 – Mapa de Willem Blaeu (1616) com localização do Território Guarani.



Fonte: Paraguay, or the Province of the Rio de la Plata, with the Adjacent Regions Tucamen and Santa Cruz de la Sierra em https://www.loc.gov/resource/gdcwdl.wdl_01101/?r=-0.065,0.223,1.154,0.48,0, acesso em mar 22.

Atualmente os Guarani ocupam o mesmo Território ocupado por Portugueses e Espanhóis a partir de 1492, sendo que suas terras foram compartimentadas em pequenas ilhas e sua caminhada tradicional dificultada por fronteiras de países. Em um breve relato histórico sobre o Povo Guarani, conforme relata Leonardo Gonçalves Werá Tupã em sua pesquisa para Licenciatura Indígena da Mata Atlântica da UFSC, o povo indígena Guarani faz parte de uma grande família linguística do Tronco Tupi, habita a região sul, sudeste, centro oeste e norte do Brasil, com uma população de 85.255 pessoas. Também habitam em outros países da América Latina, como o Paraguai (população

de 61.701 pessoas), Argentina (população de 54.825 pessoas), Uruguai e Bolívia (população de 83.019 pessoas). O povo tem uma longa história e uma vasta influência histórica na trajetória, na construção do país chamado Brasil. Mas, sem dúvida, a mais dramática é a história de cinco séculos de resistência, que iniciou no século XVI, e que se reflete até nos dias de hoje (Gonçalves, 2020, p. 15).

Os Guarani têm contato com o ocidente desde 1516, quando Fernando, O Católico (1452-1516), o rei de Castela, em 1512 designou Juan Diaz de Solís (1470-1516) como piloto-mor da armada castelhana para comandar uma expedição que deveria encontrar uma passagem marítima que desse acesso do Oceano Atlântico ao Pacífico, localizada na região sul do continente americano. Duas galés e uma caravela comandadas por Solís realizaram várias paradas durante o trajeto, que incluiu a Ilha de Santa Catarina, registrada à época pelo nome Meiembipe, do Guarani Yvy Yy Mbyte, sendo Yvy "terra", yy "água" e mbyte "no meio", traduzido como "Terra no meio da água". Uma das hipóteses é que tenha ancorado a pequena distância da atual Praia de Canasvieiras (Bond, 1998, p. 17). A armada chegou até Montevidéu, no Uruguai, onde perderam o piloto-mor, Solís, capturado e assassinado por Indígenas Charrua, de língua charruana faladas no território entre Uruguai e a província de Entre Rios, na Argentina.

Salientamos que os Charrua têm seu território tradicional entre os Mapuche ao sul e Guarani ao norte. Os demais embarcados começaram o retorno à Europa, contudo uma das galés ficou para trás e naufragou no sul da Ilha de Santa Catarina, sendo os tripulantes resgatados pelos Guarani na região do Morro dos Cavalos e Praia da Pinheira, conhecida como Baixada do Rio Maciambu. Esta tripulação conseguiu apoio dos Guarani para encontrar acesso ao Pacífico por terra, utilizando o Caminho do Peabiru, traduzido como Tape Aviru, do Guarani Tape "caminho" e Aviru "macio", por ser feito de gramínea.

Materiais e Métodos

O levantamento robusto permitido pelo uso da metodologia de pesquisa no Google Acadêmico permitiu aprofundamento desde títulos, autores e até datas de publicação. Percebe-se que os próprios Indígena Guarani ainda escrevem e publicam pouco sobre seus conceitos de Território, ficando a cargo de pesquisadores ligados a Programas de Graduação, Mestrado e Doutorado.

A organização do Povo Guarani chamada Comissão de Terras Guarani Yvyrupá realizou um projeto para mapear suas Aldeias dentro de seu território tradicional que é, por sua vez, chamado na língua Guarani de Yvyrupá, sendo: yvy (terra) e rupá (cama). O território tradicional Yvyrupá é, assim, a "cama" onde foi criada a terra tendo ao redor o Pará (oceano).

A figura abaixo mostra o mapa elaborado pelos Guarani contendo em amarelo as Aldeias existentes e em Azul as Aldeias antigas não habitadas atualmente. Percebemos que o Yvyrupá se estabelece entre as atuais fronteiras do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

Figura 2 – Mapa do Território Guarani em Amarelo com Aldeias atualmente habitadas e Azul com Aldeias Antigas.



Fonte: https://guarani.map.as, acesso em 27 jun. 23.

Os Guarani se reúnem frequentemente para organizarem suas demandas para garantia dos seus Direitos Territoriais previstos na Constituição Federal:

> **Art. 231.** São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
>
> **§ 1º** São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
>
> **§ 2º** As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Figura 3: Reunião de lideranças da organização Guarani na Aldeia Conquista, TI Pindoty, Bal. Barra do Sul, SC, em fevereiro de 2023.



Fonte: https://www.instagram.com/p/CpD4A8GPJew/, acesso em 27 jun. 23.

A garantia do Território Tradicional Guarani passa pelo cumprimento do Decreto 1.775 de 1996 que "dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas" e prevê a importante participação de Antropólogos e Antropólogas.

> **Art. 2°** A demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios será fundamentada em trabalhos desenvolvidos por antropólogo de qualificação reconhecida, que elaborará, em prazo fixado na portaria de nomeação baixada pelo titular do órgão federal de assistência ao índio, estudo antropológico de identificação.

Resultados e Discussão

Atualmente (2023) o quantitativo de Terras Indígenas no Brasil é de 761 processos que são separados entre as fases inicial de Estudo, Delimitação, Declaração, Homologação e finalização com a Regularização em Cartórios, quando as matrículas de imóveis são

passadas para a União que se torna a proprietária das áreas, tendo como usufruto exclusivo os Povos Indígenas que nelas habitam, conforme estágio no processo demarcatório:

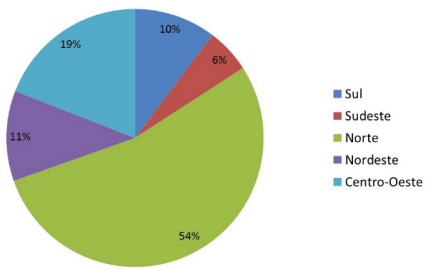
Quadro 1: Terras Indígenas e processos de regularização no Brasil

Estágio	Quantidade
Em estudo	137
Delimitada	44
Declarada	73
Homologada	8
Regularizada	475
TOTAL	761

Fonte: Funai em https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas, acesso em 27 jun. 23.

Conforme dados da Funai (2023) a distribuição das Terras Indígenas por regiões do Brasil concentra sua maioria na região Norte, seguidos pela Região Centro-Oeste, depois Nordeste, Sul e Sudeste.

Figura 4: Gráfico circular com quantitativo de Terras Indígenas por Região do Brasil.



Fonte: Funai em https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas, acesso em 27 jun. 23.

Contudo, conforme dados da Funai em 2023, há ainda cerca de 478 reivindicações de povos indígenas em análise no âmbito da Fundação.

Conclusão

A pesquisa demonstrou a importância do tema tanto para os Guarani como para a Ciência da Antropologia, tendo em vista que o Território Guarani foi ocupado desde 1500 e as antigas Aldeias se transformaram em cidades, vide sua Toponímia. A manutenção da Territorialidade para os Guarani é essencial para a garantia de seus Direitos Indígenas tanto à sua língua, cultura e seu Território. As Terras Indígenas Guarani se distribuem nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, tendo em sua maioria nas etapas de Reivindicação e Em Estudo pela Funai.

Referências

Bond, Rosana. (1998). *A Saga de Aleixo Garcia: O Descobridor do Império Inca.* Florianópolis: Editora Insular

Funai. (2023). *Demarcação de Terras Indígenas.* Brasília. https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao--de-terras-indigenas, acesso em 27 jun. 23.

Gonçalves, L. S. (2020). *O XONDARO: aspectos da formação física, comportamental e espiritual do povo Guarani,* UFSC.

Ladeira, M.I. (2008). *Espaço geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso.* Edusp.

Melià, B. (2004). El pueblo guaraní: unidad y fragmentos. *Tellus*, p. 151-162.

Ramirez, Henri. (2010). Etnônimos e topônimos no Madeira (séculos XVI-XX): um sem-número de equívocos. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, v. 2, n. 2.

21.

Educação Patrimonial sob o Céu e o Sol no Sul, Rio Grande do Sul: *"Morro Redondo Paisagens"* & *"Fotografeando Jovens Trabalhadores Rurais"*

Educación Patrimonial bajo el Cielo y el Sol del Sur, Río Grande del Sur: *"Morro Redondo Paisajes"* y *"Fotografeando Jóvenes Trabajadores Rurales"*

Heritage Education under the Sky and the Sun from South: Rio Grande do Sul: *"Morro Redondo Landscapes"* and *"Photographing: Young Rural Workers"*

BY JENNIFER PAOLA PISSO CONCHA
JOÃO FERNANDO IGANSI NUNES

Educação Patrimonial sob o Céu e o Sol no Sul, Rio Grande do Sul: *"Morro Redondo Paisagens"* **&** *"Fotografeando Jovens Trabalhadores Rurais"*

Educación Patrimonial bajo el Cielo y el Sol del Sur, Río Grande del Sur: *"Morro Redondo Paisajes"* **y** *"Fotografeando Jóvenes Trabajadores Rurales"*

Heritage Education under the Sky and the Sun from South: Rio Grande do Sul: *"Morro Redondo Landscapes"* **and** *"Photographing: Young Rural Workers"*

JENNIFER PAOLA PISSO CONCHA[1]
JOÃO FERNANDO IGANSI NUNES[2]

Resumo

O presente trabalho debruça-se sobre a potência das imagens que constituíram as exposições fotográficas Morro Redondo Paisagens e FOTOGRAFEANDO: Jovens Trabalhadores Rurais

[1] Doutoranda, bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: www.moryta@gmail.com

[2] Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: fernandoigansi@gmail.com

enquanto ferramentas estratégicas à Educação Patrimonial, em específico, ao Patrimônio Cultural. Ação conjunta do Projeto de Pesquisa Design e Desenvolvimento Territorial, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), ambas foram promovidas pela Gestão Integrada do Patrimônio Cultural de Morro Redondo, RS - Brasil, com o apoio institucional da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Morro Redondo. A abordagem metodológica foi estruturada a partir do campo teórico da antropologia simbólica do antropólogo americano Clifford Geertz (2021) combinando o uso de novas tecnologias para a produção de imagens (*smartphones*), pesquisa histórica e o reconhecimento do território. A partir de uma ampla variedade de imagens, construção de uma cartografia visual do espaço, a análise e interpretação das imagens foram realizadas sob a esteira dos pressupostos da interpretação cultural, estratégias com focos diversos, na qual seus diferentes autores possuem. Essa análise permitiu identificar sítios e elementos culturais significativos, como edifícios históricos, marcos naturais, atividades laborais e manifestações culturais. Além disso, foi fundamental promover o engajamento da comunidade para garantir que suas perspectivas e histórias pudessem ser incorporadas nessa cartografia do patrimônio cultural. Essa abordagem integrada resultou em uma representação mais completa e autêntica do patrimônio cultural de um território. Destinadas a representar os modos de vida na ruralidade, papel significativo no estatuto de pertencimento, preservação e desenvolvimento do território, a mobilização ao auto-registro impôs a re-significação do espaço resultando na construção de conhecimentos.

Palavras-chave: Imagens; Educação Patrimonial; Jovens Trabalhadores Rurais; Morro Redondo.

Abstract

The present work focuses on the power of the images that comprised the photographic exhibitions „Morro Redondo Landscapes“ and

„PHOTOGRAPHING: Young Rural Workers“ as strategic tools for Heritage Education in relation to Cultural Heritage. Both exhibitions were promoted by the Integrated Management of Cultural Heritage of Morro Redondo, RS - Brazil, in collaboration with the Research Project „Design and Territorial Development“ of the Federal University of Pelotas (UFPEL) and institutional support of the Municipal Secretariat of Education, Culture, and Sports of Morro Redondo. The methodological was based on the theoretical field of symbolic anthropology by the American Clifford Geertz (2021), combining the use of new technologies for image production (smartphones), historical research, and territorial recognition. The analysis and interpretation of images were carried out following the assumptions of cultural interpretation, with diverse strategic focuses according to their different authors. This analysis allowed the identification of significant cultural sites and elements, such as historical buildings, natural landmarks, work activities, and cultural manifestations. Furthermore, it was essential to promote community engagement to ensure that their perspectives and stories could be incorporated into this cartography of cultural heritage. This integrated approach resulted in a more comprehensive and authentic representation of the cultural heritage of a territory. Intended to represent rural ways of life and playing a significant role in the status of belonging, preservation, and development of the territory, mobilization towards self-registration imposed the re-signification of space, resulting in the construction of knowledge.

Keywords: Images; Heritage Education; Young Rural Workers; Morro Redondo.

Resumen

El presente trabajo se centra en el poder de las imágenes que conformaron las exposiciones fotográficas “Morro Redondo Paisajes” y “FOTOGRAFEANDO: Jóvenes Trabajadores Rurales” como

herramientas estratégicas para la Educación Patrimonial, específicamente, al Patrimonio Cultural. Ambas exposiciones fueron promovidas por la Gestión Integrada del Patrimonio Cultural de Morro Redondo, RS, Brasil, en colaboración con el Proyecto de Investigación "Diseño y Desarrollo Territorial" de la Universidad Federal de Pelotas (UFPEL), y el apoyo institucional de la Secretaría Municipal de Educación, Cultura y Deporte de Morro Redondo. El enfoque metodológico se fundamenta en la antropología simbólica del estadounidense Clifford Geertz (2021), a partir del uso de nuevas tecnologías para la producción de imágenes (*smartphones*), investigación histórica y el reconocimiento del territorio. Además, la amplia variedad de imágenes y la creación de una cartografía visual del espacio, se basa en el análisis e interpretación de las imágenes, siguiendo los supuestos de la interpretación cultural, con diferentes enfoques estratégicos según sus diversos autores. Este análisis permitió identificar lugares y elementos culturales significativos, tales como, edificios históricos, puntos de referencia naturales, actividades laborales y manifestaciones culturales. También, fue fundamental la participación de la comunidad para asegurar que sus perspectivas e historias pudieran incorporarse en esta cartografía del patrimonio cultural. Esto resultó en una representación de los modos de vida en la ruralidad y del patrimonio cultural del territorio, siendo relevante el estatuto de pertenencia, preservación y desarrollo del mismo. La movilización hacia el autorregistro impuso la resignificación del espacio, lo que resultó en la construcción de conocimiento.

Palabras-clave: Imágenes; Educación Patrimonial; Jóvenes Trabajadores Rurales; Morro Redondo.

Introdução

O presente trabalho debruça-se sobre a potência das imagens que constituíram as exposições fotográficas Morro Redondo

Paisagens[3] e FOTOGRAFEANDO: Jovens Trabalhadores Rurais[4] enquanto ferramentas estratégicas à Educação Patrimonial, em específico, ao Patrimônio Cultural. As exposições de fotografias supracitadas são janelas abertas para os "corações" e "almas" dos habitantes de Morro Redondo, quiçá de seus visitantes, cujas vidas e histórias frequentemente passam despercebidas em meio ao frenesi e velocidades aceleradas que a vida moderna impõe. Nessas imagens, capturadas com sensibilidade e empatia, somos convidados a explorar os modos de vida desses sujeitos que moldam o campo, cultivam a terra e desempenham um papel fundamental na sustentabilidade dessa comunidade rural.

No conjunto de suas imagens, não apenas testemunhamos as jornadas de trabalho no campo, mas a força da resiliência, esperança e determinação que reside na interação entre cultura, sociedade e natureza. Suas histórias são um tributo à conexão profunda com a sustentabilidade, com as tradições transmitidas de geração em geração e do compromisso inabalável com a vida rural.

Através das lentes desses "fotógrafos", profissional e aprendizes, somos transportados para cenários que retratam a simplicidade e a complexidade de suas vidas diárias. Cada imagem revela um vislumbre dos desafios enfrentados e das recompensas colhidas por esses todos que labutam sob o sol e sob as estrelas, cujas mãos ágeis tecem o tecido da vida em harmonia com seu tempo e, sobretudo, espaço.

Na medida que exploramos essas imagens, somos convidados a refletir sobre a importância de reconhecer e valorizar o patrimônio cultural na ruralidade em nossa sociedade. Suas histórias merecem ser contadas, suas vozes merecem ser ouvidas e suas contribuições merecem ser celebradas. Os catálogos dessas exposições nos inspiram a apreciar a riqueza e a diversidade dessas

---

3 Catálogo eletrônico disponível pelo hiperlink https://drive.google.com/file/d/1TjUEMumP6isCX-XM5ltGnR2b2enYpZM/view

4 Catálogo eletrônico disponível pelo hiperlink http://www.pacadnetwork.com/itm/index.php/techne/outras-publicacoes

vidas rurais e a reconhecer a vitalidade dos seus agentes que continuam a manter viva a tradição cultural no interior.

Segundo Helena Pinto em sua obra intitulada "A educação patrimonial num mundo em mudança" (2022), a Educação Patrimonial tem como objetivo principal sensibilizar as pessoas para a importância do patrimônio cultural e natural. Segundo a autora,

> Hoje, mais do que nunca, a Educação Patrimonial, tal como a Educação Histórica, necessita desenvolver programas educativos que ofereçam possibilidades de uma compreensão multiperspectivada pelos jovens de vários graus de ensino – e, ainda antes deles, dos educadores – em relação ao passado e ao presente, assim como de uma consciência patrimonial consistente (Pinto, 2022, p. 02).

Em geral, cultura, história ou patrimônio são reconhecidos e valorizados, mas não necessariamente ativamente preservados ou promovidos. Esses valores são "passivos" no sentido de que não envolvem ações ativas de conservação ou promoção, mas ainda têm importância cultural e histórica.

A educação patrimonial pode, assim, desempenhar um papel importante ao sensibilizar as pessoas para esses "valores passivos" e incentivá-las a tomar medidas para preservar e promover o patrimônio cultural e histórico. Isso pode incluir ações de conscientização acerca dos valores patrimoniais, envolvimento da comunidade à preservação.

> Respeitar, valorizar, reconhecer a importância do património é importante, mas parece ter como principal objetivo educativo formar em valores "passivos" (respeito, apreciação, estima), o que não se pode considerar suficiente para ser analisado per se ou como um instrumento

> para o ensino e a aprendizagem do património, da história ou da cidadania. (*Ibid*., p. 08).

Isso inclui o reconhecimento dos seus edifícios históricos, monumentos, sítios arqueológicos, tradições culturais, paisagens, flora e fauna. A conscientização é o primeiro passo para mobilizar um grupo social à valorização e à preservação dos seus bens patrimoniais.

Nesse sentido, a participação ativa da comunidade é fundamental na Educação Patrimonial. Ela envolve as pessoas que vivem nas áreas onde o patrimônio está localizado, incentivando-as a se envolverem na sua proteção e promoção.

Educação Patrimonial frequentemente ocorre fora do ambiente formal de sala de aula. A exemplo dos museus comunitários com suas exposições, visitas guiadas e atividades ao ar livre. Enquanto aprendizado informal, a Educação Patrimonial perpassada pelas imagens dos seus próprios sujeitos locais promove a preservação e a conservação do patrimônio pela conscientização adquirida sobre os riscos de degradação e a necessidade de medidas de proteção. Devendo ser acessível a todos, independentemente de idade, origem étnica, capacidade física ou outros fatores, ela pode garantir que o patrimônio seja apreciado com os cuidados devidos, visando a experiência de uma convivência presencial, por uma ampla gama de públicos.

Paisagem, Trabalho e Ruralidade

Ruralidade não é sinônimo de precariedade e/ou de carência. Oposto, é o lugar que ainda mantêm a melhor relação entre natureza, cultura e sociedade. Assim é Morro Redondo.

Atributos sensíveis de uma paisagem rural, em Morro Redondo Paisagens as imagens de Ubirajara Buddin Cruz materializam aspectos sensoriais e emocionais, abrangendo a beleza natural da região, suas vistas panorâmicas pitorescas, a tranquilidade

dos campos e florestas, os "sons" da vida rural e suas atividades agrícolas, os "aromas" da terra e das plantações, e a sensação de conexão entre natureza, cultura e sociedade que proporciona aos observadores atentos uma experiência de vida, muitas vezes evocando sentimentos de nostalgia, paz e apreciação pela vida rural. A imagem tem esse poder. Conforme argumenta Pierre Francastel, em sua obra "Imagem, Visão e Imaginação" (1983), a forma como vemos e interpretamos as imagens não é apenas resultado de nossa experiência individual, mas também é moldada por fatores culturais, sociais e históricos. Ele examina como as imagens artísticas evoluem ao longo do tempo, influenciadas pela tecnologia, pela sociedade e pela evolução do pensamento visual. Francastel destaca a importância da imaginação na interpretação das imagens e sua capacidade de evocar significados e emoções, enriquecendo assim nossa compreensão acerca da cultura visual, contribuindo para compreensão da relação entre imagem e sociedade, ou seja, a materialização da paisagem pela imagem, um ato cognitivo sobre a realidade.

> Fiquei, pessoalmente, bastante impressionado com a leitura de textos, como aquele em que um matemático, Georges Bouligand, diz que a matéria pode ser considerada como um dado intelectual, que tomou forma depois de uma elaboração adequada, forma tão distinta da matéria ponderável como da realidade observável (Francastel, 1983, p. 80).

As imagens de Buddin Cruz, nos materializa a paisagem em cena. Como recorte do resultado do que fica o que significa, conforme a figura 01, fica o céu, o sol e o Sul em cor e forma. A paisagem rural robusta, ensolarada, com rios sinuosos e repleta de natureza é um tema que evoca uma sensação de serenidade, beleza natural e autenticidade. Essas fotografias capturam a essência da vida rural e transmitem uma conexão profunda com o ambiente

natural. O uso da luz solar intensa cria uma atmosfera acolhedora e calorosa, realçando os detalhes da paisagem, como as texturas da terra e a vivacidade das árvores e plantas. Isso proporciona uma sensação de vitalidade e ressalta a beleza natural desses cenários.

Os rios que cortam a paisagem rural acrescentam um elemento dinâmico às fotografias. Eles representam uma fonte de vida, tanto para a natureza circundante quanto para as comunidades locais que dependem deles. Além disso, os rios criam composições visuais cativantes, com suas curvas suaves contrastando com a solidez da terra.

A presença abundante da natureza, com árvores exuberantes, campos verdes e animais, transmite uma sensação de harmonia e equilíbrio. Essas fotografias destacam a importância da conservação da natureza e a coexistência pacífica entre a humanidade e o meio ambiente, como verdadeira gramática alfabética à preservação do meio ambiente, recursos naturais.

Figura 01. Fotografia a sinuosa estradinha rural, Colorado.



Fonte: Ubirajara Buddin Cruz. Catálogo Exposição Fotográfica Morro Redondo: Paisagens. Suplemento do volume 52 da série ARKEOS - Perspectivas em diálogo. Mação, 2022, pág. 24.

As fotografias de paisagem rural de Buddin Cruz, de algum modo, a partir do que compreendemos sobre a presença fenomenológica em Merleau-Ponty (1945), essa robusta materialidade da

imagem, ensolarada, com rios e repleta de vida humana, capturam a beleza atemporal das áreas rurais e nos lembram da importância de preservar esses lugares especiais. Elas evocam uma sensação de serenidade e admiração, e são representações visuais do patrimônio cultural.

A fotografia de paisagem rural transcende a mera representação visual, revelando-se como uma narrativa vívida do entrelaçamento entre natureza e cultura, um reflexo da complexa relação entre o homem e o ambiente rural (Santos, 2020, p. 45).

O casario, exemplo da figura 02, quando incorporado a uma paisagem rural, repleta de natureza, adiciona uma camada adicional de interesse visual e contexto histórico, frequentemente caracterizado por casas de campo, celeiros e edifícios agrícolas tradicionais, enriquecem significativamente a composição dada suas referências de estilo arquitetônico.

Figura 02. Fotografia arquitetura colonial rural e urbana.



Fonte: Ubirajara Buddin Cruz. Catálogo Exposição Fotográfica Morro Redondo: Paisagens. Suplemento do volume 52 da série ARKEOS - Perspectivas em diálogo. Mação, 2022, pág. 30.

A presença do casario rural muitas vezes remete à história e à cultura da região. Essas estruturas antigas contam histórias de gerações passadas e das práticas agrícolas tradicionais. Elas

também podem oferecer um contraste visual interessante entre a arquitetura humana e a paisagem natural circundante.

> A presença do casario nas fotografias de paisagem rural serve como elo entre o passado e o presente, revelando não apenas a arquitetura, mas também a história e a identidade das comunidades rurais, como analisado por Sáenz em seu estudo sobre o casario rural na Espanha (Sáenz, 2017, p. 58).

Algumas casas de campo rústicas se misturam de forma harmoniosa com a paisagem rural, criando uma sensação de continuidade entre a vida humana e a natureza. Elas representam o vínculo essencial entre as comunidades locais e a terra que sustenta suas vidas.

> A fotografia de paisagem rural, ao capturar a harmonia entre o homem e a terra, nos convida a contemplar a simplicidade e a complexidade intrínsecas da vida no campo, como retratado magistralmente por Adams nas suas icônicas imagens do 'Oeste Americano' (Smith, 2018, p. 72).

Fotografias que incluem o casario em paisagens rurais podem evocar uma sensação de nostalgia e tranquilidade, além de transmitir a importância da preservação da herança cultural e arquitetônica das áreas rurais a partir da estética atemporal da vida rural, onde o patrimônio edificado desempenha um papel significativo na narrativa visual, ressaltando o equilíbrio delicado entre a intervenção humana e a natureza.

Com referência ao estudo de Maria P. Sáenz (2017), o casario nas fotografias de paisagem rural desempenha um papel crucial na preservação da história e da cultura das comunidades rurais.

Em complemento, enquanto trabalhadores rurais, os estudantes autores do FOTOGRAFEANDO experienciaram a

construção do valor de sua cultura, intrinsecamente relacionado à Educação Patrimonial: uma abordagem educacional que visou promover o conhecimento, a valorização e a preservação do patrimônio cultural, histórico e natural de uma determinada região ou comunidade a partir do olhar do seu sujeito local. Nesse contexto, a experiência dos Jovens Trabalhadores Rurais de Morro Redondo, RS, Brasil, mediante um pensamento fotográfico, evidenciaram espaços geográficos, sociais e familiares que narram tanto os seus modos de viver e de saber fazer quanto os os seus laços afetivos que ressignificam o seu lugar no rural.

Em correlação, o território caminhado, vivenciado e compartilhado pelos Jovens Trabalhadores Rurais é um espaço vivido (Varine, 2013) que integra as suas próprias memórias inseridas na natureza, na família e no trabalho, gerando uma relação entre a Educação e o Patrimônio, a partir de uma construção simbólica potencializada pela imagem em ação. Aliás, a Educação Patrimonial, como espaço de vivências e construção de conhecimento, pode encorajar que os jovens sejam atores valorizados e ouvidos, co-criando ambientes plurais de experiências sociais, culturais, memoriais e patrimoniais.

Cartografia Visual e Educação Patrimonial

O território, como experiência narrada e registrada pelos Jovens Trabalhadores Rurais, evidencia um patrimônio dos afetos que demarca pontos de referência, rotinas, desejos. A cartografia visual torna-se num exercício simbólico e antropológico de pensar sobre os espaços de pertencimento no contexto rural e no trabalho junto às famílias.

Nesse sentido, a cartografia visual como estratégia metodológica educativa (Martínez-Morales, 2014) fomenta a empatia e uma série de conversas que entrecruzam o individual ao relacional e coletivo, refletindo sobre o rural e a vida dos jovens, dando origem a uma realidade imagética contida no espaço e no tempo dos registros fotográficos.

Compreende-se cada viagem pelas imagens como uma descoberta do território e as diversas formas para enxergá-lo; enquanto a educação patrimonial potência aquele olhar da juventude que enquadra, registra, valoriza, lê e interpreta.

Desse modo, constituísse um campo técnico, estético e representativo da imagem que dá conta dos imaginários sociais como peça chave na interpretação da comunicação na sociedade moderna, pois a realidade construída e imagética traz essa potência de lembrança, de identificação.

Aliás, a cartografia visual permite verificar que a memória é construída por nossos afetos e por nossas expectativas diante do devir, concebendo-a como um foco de resistência no seio das relações de poder (Deleuze,1987). Assim, o imagético torna-se documento, instrumento, arquivo da memória naquela representação visual dos Jovens Trabalhadores Rurais.

Representação visual que desvela, por um lado, o rural como um espaço geográfico contemplado pelas suas belezas naturais; os jovens curtem dos lugares para sentar e ficar observando/registrando a natureza. A figura 03 é uma representação do Patrimônio Rural sob ótica das paisagens naturais. A jovem Francieli Mohnsam Crizel registra a casa da vó como um patrimônio que entrelaça o afeto pelo familiar, mas também como um espaço de memórias compartilhadas.

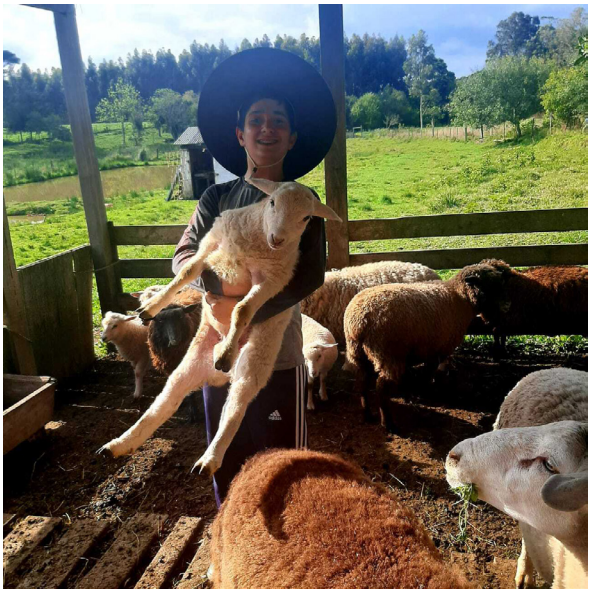
Figura 03. Fotografia do rural pela beleza natural



Fonte: Jovem Francieli Mohnsam Crizel, Escola Municipal Alberto Cunha, Morro Redondo, RS, Brasil.
Catálogo Exposição FOTOGRAFEANDO - Jovens Trabalhadores Rurais, Educação e Patrimônio Cultural, Morro Redondo, RS, Brasil. Suplemento especial ao vol. 15 da série AREA DOMENIU - Instituto Terra e Memória. Mação, 2023, pág. 75.

Por outro lado, o espaço vivido se transforma através das relações sociais associadas ao trabalho familiar e comunitário, no qual se compartilham atividades entre as diferentes gerações familiares. A figura 04 é uma representação do Patrimônio Rural sob ótica do trabalho familiar.

Figura 04. Fotografia do rural como espaço de trabalho familiar



Fonte: Jovem Gustavo Pinho Leal, E. M. E. F. José Pinto Martins, Morro Redondo, RS, Brasil. Catálogo Exposição FOTOGRAFEANDO - Jovens Trabalhadores Rurais, Educação e Patrimônio Cultural, Morro Redondo, RS, Brasil. Suplemento especial ao vol. 15 da série AREA DOMENIU - Instituto Terra e Memória. Mação, 2023, pág. 93.

Na figura 04 aprecia-se ao jovem Gustavo Pinho Leal no meio do galpão, com um rebanho de ovelhas. Em conversa informal se conhece que tanto o menino quanto a família gostam de trabalhar com as ovelhas, constituindo uma cartografia visual que 'fala' sobre a rotina do dia na Colônia Açoita Cavalo.

Em efeito, a Educação Patrimonial pode contribuir na compreensão dos saberes e fazeres específicos no rural, tais como, trabalhos familiares de serraria, leitaria, cortar acácia e eucalipto para lenha, artesanatos, entre outros; afazeres que se atrelam na oralidade e ao longo do tempo, através da transmissão do conhecimento[s] e na valorização do capital humano familiar. Portanto, a Educação Patrimonial também poderia convidar a aprofundar

as narrativas dos participantes e contribuir para o fortalecimento de rasgos identitários de um território.

Através deste percurso pela cartografia visual se pode verificar que a fotografia estimula o olhar dos jovens sobre o seu entorno e refletir sobre o espaço vivido. Portanto, pode ser extrapolado para o contexto educacional como uma experiência didática para se tornar um instrumento de Educação Patrimonial e, ainda, um extraordinário meio de comunicação para professores e seus alunos. Uma fase de trabalho essencialmente prático onde a juventude pode fornecer o seu próprio estilo fotográfico como produto da sua ligação ao território, já que falarmos de patrimônio não lida apenas ao conceito e ao imaginário cultural, mas também com as emoções com forte senso reflexivo e crítico.

Também, é relevante mencionar que, a cartografia visual salienta realidades, 'frames', histórias e memórias que se cristalizam em imagens que podem ser pensadas como "máquinas heterogêneas" (Guattari, 1996) em sua dimensão comunicacional, técnica e visual, ou seja, as imagens possibilitam a conexão com o mundo, carregada de subjetividade, sociabilidade e modos de existência dos Jovens Trabalhadores Rurais. Isto é, as ligações afetivas que trazem as imagens e os registros memoriais que deixam rastos no tempo e rastos que cabe em nós reconhecê-los (Ricoeur, 2007).

Resultados

A interação entre experimentação e co-criação de imagens representativas dos modos de ser e viver desempenha um papel crucial na flexibilidade do conhecimento crítico e na mobilização desse conhecimento em várias áreas, incluindo a pesquisa, a inovação, os negócios e a sociedade em geral.

A relevância dessa iniciativa reside na experimentação e na possível flexibilidade do conhecimento crítico que encontra lastro no aprendizado interativo, envolvendo tentativas repetidas para testar, adaptar e melhorar ideias e conceitos, permitindo que o conhecimento crítico se adapte a novas informações e descobertas.

O trabalho de campo dos envolvidos na produção desses registros imagéticos, promoveram a experimentação contínua. Desta maneira permitiram que o conhecimento fosse construído na flexibilidade e nos ajustes do processo, atravessado pelas mudanças no ambiente e de seus repertórios sobre o mesmo. Assim, também, a partir da experimentação, as técnicas de representação fotográfica, na prática, puderam ser identificadas e incorporadas nas tomadas de decisão do que se elegeu a representar, tornando o registro mais eficiente e eficaz.

Em correlação, os registros convidam a conhecer e explorar o rural sob ótica da juventude, a partir de "*frames*" físicos e humanos que compõem vinte quatro (24) fotografias[5], a sua vez, elas refletem sobre uma memória imagética que mistura as próprias paisagens naturais e emocionais.

Como prática de uma resiliência social, consideramos as relações interpessoais como fundamentais e convergentes à co-criação de um mundo vivido e interpretado visualmente, resultado de uma mobilização em prol do re-conhecimento dos valores patrimoniais da sua cultura, representados pelo envolvimento e colaboração dos sujeitos com experiências que produzem sentidos significativos, de ordem determinante e holística, como uma inovação permeada pelo estado de colaboratividade, permitindo que várias partes contribuam com ideias, insights e soluções voltadas ao enfrentamento de desafios complexos (técnicos, tecnológicos e estéticos) de ordem interdisciplinar: narrativas visuais para tornar o patrimônio mais envolvente e significativo para sua audiência, transmitindo, promovendo e preservando cultura e história.

Em resumo, o processo da interação entre experimentação da linguagem fotográfica e a co-criação de duas exposições de imagens representativas do território foi fundamental para a flexibilidade e a mobilização do conhecimento desses atores de uma educação [informal] patrimonial. Esse processo, trabalho

5 *Cf.* Catálogo eletrônico, p.63-96. Disponível pelo hiperlink: http://www.pacadnetwork.com/itm/index.php/techne/outras-publicacoes

em conjunto, garantiu que o conhecimento pudesse ser adaptável, aplicável e inovador, atendendo às necessidades em constante evolução da sociedade e promovendo o progresso e a resolução de problemas intrínsecos à preservação do patrimônio cultural, particularmente, relevante em um mundo dinâmico e em constante mudança, onde a flexibilidade e a adaptabilidade são essenciais para a vida.

A conscientização sobre o Patrimônio Cultural dessa comunidade rural, incluindo suas tradições, práticas agrícolas, arquitetura, meio ambiente e estilo de vida despertou a curiosidade e a conscientização sobre os valores da sua própria terra, espaços com significados plurais mas também singulares.

A humanização do Patrimônio Cultural em suas atividades cotidianas, o estímulo ao diálogo e a reflexão acerca da importância do patrimônio cultural e do modo como ele está interligado com as vidas dos sujeitos se fez ferramenta estratégica para a fomentar a promoção da preservação da vida rural a partir da imagem, motivando a comunidade a se tornar autora do que, lá, importa ser registrado e preservado.

A educação informal, conforme o tratamento aqui dado, se fez oportunidade para o sujeito local reconhecer e valorizar o patrimônio cultural fora do ambiente tradicional, proporcionando a integração da comunidade com dois programas educacionais formais: a Rede de Ensino Municipal de Morro Redondo e o Programa de Pós Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural - UFPEL, Pelotas;

Por fim, registra-se como valor dessa experiência a motivação e promoção do sentido de pertencimento e de identidade local e da re-significação da condição de comunidade rural. Desta maneira, a prática da integração dos envolvidos na experiência dessas exposições auxiliaram a fortalecer o senso de orgulho de ser, viver e permanecer no seu território, promovendo o envolvimento de todos na preservação e promoção do seu patrimônio cultural.

Conclusões

Reitera-se que o uso de imagens na educação à vida rural, especificamente de uma comunidade de baixa renda, trouxe impactos significativos à conscientização, sensibilizando os sujeitos em relação às condições de vida, desafios e culturas das comunidades rurais.

A cartografia visual possibilitou aos Jovens Trabalhadores Rurais [re]pensar o seu território rural sob ótica da imagem em ação, reconstruindo/compartilhando as suas interpretações sobre o patrimônio, articulando narrativa individual e narrativa geral do grupo. Aliás, a Educação Patrimonial, usando a ferramenta/metodologia da cartografia visual, pode 'abrir caminhos' rumo às ações educativas sobre o patrimônio, incentivando a participação ativa da comunidade e reforçando o tecido educativo, social e cultural no território.

Complementarmente, as imagens puderam servir ainda como ferramentas poderosas para a mobilização social, potencializando o fortalecimento das políticas públicas a partir da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Morro Redondo e da sua Rede de Ensino, voltadas a melhoria das condições da produção de conhecimento e respeito a tipologia de vida dessas comunidades.

Enquanto registros documentais das tradições culturais e dos modos de vida únicos, a experiência da EDUCAÇÃO PATRIMONIAL SOB O CÉU E O SOL NO SUL, RIO GRANDE DO SUL: "MORRO REDONDO PAISAGENS" & "FOTOGRAFEANDO JOVENS TRABALHADORES RURAIS" se fez promotora da preservação da identidade cultural dessa comunidade. Seus catálogos, bem como a presente reflexão, podem ser aproveitados em programas educacionais voltados à compreensão, mesmo que parcial, da vida rural e das questões associadas à ela, inspirando empatia pelo entendimento. Impacto profundo na conscientização e, consequentemente, na preservação cultural, pautado pela participação e consentimento da própria comunidade.

Referências

Catálogo Exposição Fotográfica Morro Redondo: Paisagens. (2022). Suplemento do volume 52 da série ARKEOS - Perspectivas em diálogo. Mação.

Catálogo FOTOGRAFEANDO - Jovens Trabalhadores Rurais, Educação e Patrimônio Cultural, Morro Redondo. (2023). Mação.

Deleuze, G. (1987). Foucault. Vega.

Geertz, C. (2021). La interpretación de las culturas/ The Interpretation of Cultures. Gedisa Editorial S A.

Guattari, F. (1996). La heterogénesis maquínica. En: Guattari, F., Caosmosis, (págs. 47-74), Manantial SRL.

Martínez Morales, M. (2014). Tejiendo espacios: Intervenciones artísticas como investigación educativa. Tercio Creciente 3(1). https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/RTC/article/view/3086

Merleau-Ponty, M. (1945). Fenomenologia da Percepção. Martins Fontes.

Pierre, F. (1983). Imagem, visão e imaginação. Edições 70.

Pinto, H. (2022). A educação patrimonial num mundo em mudança. Educação & Sociedade [online], 43(1). https://www.scielo.br/j/es/a/rn7z7jtnh3rx7kksLvHrjmf/abstract/?lang=pt

Ricoeur, P. (2007). A memória, a história, o esquecimento. Editora da Unicamp.

Sáenz, M. P. (2017). Casario Rural na Fotografia: Memória e Identidade nas Paisagens Espanholas. Editora Acadêmica Espanhola.

Santos, M. A. (2020). Fotografia de Paisagem Rural: Uma Análise Semiótica. Editora Acadêmica.

Smith, J. R. (2018). Fotografia e a Poética da Paisagem: Reflexões sobre Ansel Adams. Editora Científica.

Varine, H. de. (2013). As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento social. Medianiz.

22.

Jeguatá: *Caminhar é Conhecer - Metodologia e Prática para Construção e Definição de Itinerários Paisagísticos Mbyá-Guarani em Porto Alegre*

Jeguatá: *Caminar es Conocimiento - Metodología y Práctica para la Construcción y Definición de Itinerarios del Paisaje Mbyá-Guaraní en Porto Alegre*

Jeguatá: *Walking is Knowledge - Methodology and Practice for Construction and Definition of Mbyá-Guarani Landscape Itineraries in Porto Alegre*

BY MARCELO JULIANO SANTOS DOS SANTOS
MARCOS WELLAUSEN DIAS DE FREITAS
JOSÉ OTÁVIO CATAFESTO
LEONARDO DE O. GUARAGNI
JOSE MAURÍCIO MORINICO

Jeguatá: *Caminhar é Conhecer - Metodologia e Prática para Construção e Definição de Itinerários Paisagísticos Mbyá-Guarani em Porto Alegre*

Jeguatá: *Caminar es Conocimiento - Metodología y Práctica para la Construcción y Definición de Itinerarios del Paisaje Mbyá-Guaraní en Porto Alegre*

Jeguatá: *Walking is Knowledge - Methodology and Practice for Construction and Definition of Mbyá-Guarani Landscape Itineraries in Porto Alegre*

MARCELO JULIANO SANTOS DOS SANTOS[1]

MARCOS WELLAUSEN DIAS DE FREITAS[2]

JOSÉ OTÁVIO CATAFESTO[3]

LEONARDO DE O. GUARAGNI[4]

JOSE MAURÍCIO MORINICO[5]

---

[1] Licenciado em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: marcelo.juliano@ufrgs.br marcelo.juliano@acad.pucrs.br

[2] Doutor em Sensoriamento Remoto, Professor Adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: mfreitas@ufrgs.br

[3] Doutor em Antropologia Social. Professor Associado do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: catafesto.souza@ufrgs.br

[4] Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestrando em Desenvolvimento Rural Universidade Federal do Rio Grande do Sul E-mail: leonardo.guaragni@hotmail.com

[5] Graduando em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Email: karaihata18@gmail.com

Resumo

O artigo apresenta a proposição dos Itinerários Paisagísticos Mbyá-Guarani – IPMG, mapeados com o coletivo indígena da Tekoá Anhentenguá, na Lomba do Pinheiro em Porto Alegre. Chamamos a atenção dos citadinos sobre as potencialidades culturais e paisagísticas das comunidades indígenas, através do que os Guaranis chamam de *Jeguatá*, que é o caminhar com sabedoria em solo sagrado, o *Tape Porã*, uma trilha bonita. O que nos leva a pensar na proteção das paisagens e comunidades onde vivem estas populações autóctones, uma vez que o gigantismo urbano tem causado impactos crescentes nos sistemas terrestres. Cidades desconectadas de sua natureza, eminentemente tecnológicas, cuja edificações assemelham-se a falésias de concreto e cânions urbanos, sob céus repletos de gases nocivos, inviabilizam as comunidades originárias e suas paisagens. A proposta, de interesse turístico, educativo e geoambiental, visa garantir a proteção e continuidade do modo de vida indígena e suas paisagens. A investigação deu-se na área da *Tekoá Anhetenguá* (TA) e na área do Refúgio de Vida Silvestre do Morro São Pedro (REVIS-MSP) e entorno, onde se propôs conectar territórios. Para tanto, foram utilizados SIG e metodologia participativa e coletiva no mapeamento com a comunidade *mbyá-guarani*. Do ponto de vista da fruição, os IPMG ajudam no desenvolvimento cognitivo e bem-estar humano, e trazem benefícios para a saúde física e mental. Inserem-se na perspectiva das "paisagens terapêuticas", bem como na influência da paisagem na cognição e bem-estar humano. Os resultados apontam caminhos para um maior reconhecimento da cultura *mbyá-guarani,* através da construção de experiências com o Jeguatá, oferecendo imersão intercultural e contato com os enclaves de geobiodiversidade do Morro São Pedro, tanto para as comunidades originárias como para a sociedade das megacidades do século XXI.

Palavras-chave: Itinerários Paisagísticos *Mbyá-Guarani*; Paisagens Terapêuticas; *Jeguatá*; Ecoturismo Indígena.

Abstract

The article presents the proposition of the Mbyá-Guarani Landscape Itineraries – IPMG, mapped with the indigenous collective of Tekoá Anhentenguá, in Lomba do Pinheiro in Porto Alegre. We draw the attention of city dwellers to the cultural and scenic potential of indigenous communities, through what the Guaranis call Jeguatá, which is walking with wisdom on sacred ground, the Tape Porã, a beautiful trail. Which leads us to think about protecting the landscapes and communities where these indigenous populations live, since urban gigantism has caused increasing impacts on terrestrial systems. Cities disconnected from their nature, eminently technological, whose buildings resemble concrete cliffs and urban canyons, under skies full of harmful gases, make original communities and their landscapes unviable. The proposal, of tourist, educational and geo-environmental interest, aims to guarantee the protection and continuity of the indigenous way of life and its landscapes. The investigation took place in the area of Tekoá Anhetenguá (TA) and in the area of the Morro São Pedro Wildlife Refuge (REVIS-MSP) and surrounding areas, where it was proposed to connect territories. To this end, GIS and participatory and collective methodology were used in mapping with the Mbyá-Guarani community. From a fruition point of view, IPMGs help with cognitive development and human well-being, and bring benefits to physical and mental health. They fall within the perspective of "therapeutic landscapes", as well as the influence of landscape on human cognition and well-being. The results point to paths towards greater recognition of the Mbyá-Guarani culture, through the construction of experiences with Jeguatá, offering intercultural immersion and contact with the geobiodiversity enclaves of Morro São Pedro, both for the original communities and for the society of the megacities of the XXI century.

Keywords: Mbyá-Guarani Landscape Itineraries; Therapeutic Landscapes; Jeguatá; Indigenous Ecotourism.

Resumen

El artículo presenta la propuesta de los Itinerarios Paisajísticos Mbyá-Guaraní – IPMG, mapeados con el colectivo indígena Tekoá Anhentenguá, en Lomba do Pinheiro, en Porto Alegre. Llamamos la atención de los citadinos sobre el potencial cultural y paisajístico de las comunidades indígenas, a través de lo que los guaraníes llaman Jeguatá, que es caminar con sabiduría sobre tierra sagrada, el Tape Porã, un hermoso sendero. Lo que nos lleva a pensar en proteger los paisajes y comunidades donde viven estas poblaciones indígenas, ya que el gigantismo urbano ha provocado impactos crecientes en los sistemas terrestres. Ciudades desconectadas de su naturaleza, eminentemente tecnológicas, cuyos edificios asemejan acantilados de hormigón y cañones urbanos, bajo cielos llenos de gases nocivos, hacen inviables las comunidades originarias y sus paisajes. La propuesta, de interés turístico, educativo y geoambiental, pretende garantizar la protección y continuidad del modo de vida indígena y sus paisajes. La investigación se desarrolló en la zona de Tekoá Anhetenguá (TA) y en la zona del Refugio de Vida Silvestre Morro São Pedro (REVIS-MSP) y zonas aledañas, donde se propuso conectar territorios. Para ello se utilizó SIG y metodología participativa y colectiva en el mapeo con la comunidad Mbyá-Guaraní. Desde el punto de vista de su fructificación, los IPMG ayudan con el desarrollo cognitivo y el bienestar humano, y aportan beneficios a la salud física y mental. Caen dentro de la perspectiva de los "paisajes terapéuticos", así como de la influencia del paisaje en la cognición y el bienestar humanos. Los resultados apuntan caminos hacia un mayor reconocimiento de la cultura Mbyá-Guaraní, a través de la construcción de experiencias con Jeguatá, ofreciendo inmersión intercultural y contacto con los enclaves de geobiodiversidad de Morro São Pedro, tanto para las comunidades originarias como para la sociedad de las megaciudades del Siglo XXI.

Palabras clave: Itinerarios del Paisaje Mbyá-Guaraní; Paisajes Terapéuticos; Jeguatá; Ecoturismo Indígena.

Introdução

Humanos das cidades, humanos das florestas, das matas, o que os diferencia? Existem diferenças? Como coexistem culturas e visões de mundo originadas em ambientes distintos? Os grupos humanos são senhores exclusivos de seu próprio destino? Ou o ambiente em seu entorno também acaba por moldá-los? Ao respondermos afirmativamente essa última questão, é preciso clarificar uma distinção emergente. De um lado o "homo sapiens sapiens", ou seja, o homem que sabe que sabe, com suas visões de mundo e interações cognitivas que foram evoluindo segundo diferentes dimensões e escalas de observação dos fenômenos da natureza e da própria dinâmica das paisagens que os cercam. De outro, um "*homo sapiens sapiens urbis*" como aponta Menegat (2018), este homem que sabe o que sabe, do e no ambiente urbano. E talvez, possamos aqui, nos atrever a pensar em um homem que sabe o que sabe, das florestas e das matas, este afetado por paisagens que parecem influir - através da observação da dinâmica da natureza e dos elementos paisagísticos a ela associados - em um tipo de evolução da cognição humana, apreendida através daqueles ciclos observados por quem ali vive cercado, por floresta e água.

Por outro lado, as cidades, em um contexto ambiental e paisagístico, parecem ter evoluído a partir do desenvolvimento da agricultura, do domínio relativo dos rios e do entendimento destes contextos em cada ambiente onde se expressam os lugares de vivência e da materialidade de distintas humanidades. Assim, de aldeamentos para cidades, passou-se destas para metrópoles, redes conturbadas, megacidades e, por fim, ao gigantismo dado por uma tecnourbesfera de proporções e alcance planetários (Menegat, 2009, p. 82). Contemporaneamente as ações humanas ou derivações antropogênicas no espaço geográfico como lembra Monteiro (2001), parecem perturbar os sistemas terrestres e grande parte destas ações, intensificadas na medida em que a sociedade se torna cada vez mais tecnificada, como pontua Santos (2000).

Contudo, mesmo assim – e que maravilhosa constatação – em quase todos os lugares persistem na resistente sobrevivência, povos originários das florestas, das matas, das estepes, das savanas, dos desertos de gelo, das dunas de areias ou das montanhas. Povos ancestrais que, em última análise, são matrizes de culturas e saberes antigos. Sociedades que vivem há centenas de anos da mesma forma que viveram seus antepassados, em uma constante luta pela preservação de seu modo de vida inscrito na paisagem.

E aqui, chegamos na perspectiva onde nos arriscamos a refletir sobre um "*homo sapiens, sapiens* silva", o homem que sabe o que sabe da floresta e das matas. Para este, outra lógica espacial, no interior de densas matas, cobertas de folhas que caem do alto das copas de centenárias e gigantescas entidades verdes da floresta, estas, cumprindo importante papel o conjunto da vida. Para nós, moradores das cidades, são somente árvores. Para os *Mbyá-Guarani*, estas árvores, são *Kaaguy eté*. Isto é, matas verdadeiras, primárias e férteis, que guardam os *kaaguy eté*, identificados como plantas medicinais, frutos, cipós e as árvores de porte. Também abrigam todas as espécies vegetais do acervo Guarani. Estes também distinguem as *Kaaguy porã*, ou seja, as matas sadias, boas, com as *kaaguy eté* ainda abundantes, onde vivem os animais originais em sua diversidade.

De outro lado, temos os habitantes das cidades e o seu dificultado ou inexistente aprendizado desta natureza, não vivenciada da mesma forma que os habitantes das florestas por centenas de anos. Nas cidades, onde o concreto e o aço são base de megaestruturas, as ruas são segmentos retilíneos e perpendiculares em uma lógica xadrez de espaços organizados para serem fluídos e rápidos. As avenidas com seus arranha-céus, revelam cânions urbanos constituídos por gigantescas estruturas de concreto, algumas com fachadas envidraçadas, refletem a paisagem cinza distorcida, distorcendo assim também o sistema cognitivo. Nesta lógica espacial e no entendimento dos citadinos, as árvores são só árvores, pequenas e ornamentais, encontrando-se esparsas entre o asfalto e as placas de concreto que parecem flutuar com as ilhas de calor

e a poluição produzida pelo empilhamento de vidas. Assim vivem os habitantes das cidades, empilhados uns sobre os outros e por vezes passando literalmente uns por cima dos outros.

E assim, tão pressionadas pelas ações humanas, em cidades cada vez mais urbanizadas, os habitantes viram as costas para paisagens verdes das árvores centenárias e para "elementos paisagísticos terapêuticos" (Marcus, 2014) como rios, lagos e cascatas; para os morros, isolados pela Urbe.

Mas, onde se aproximam ou se afastam, diferentes perspectivas nestas lógicas espaciais? Será no sentido de incutir - através da observação de elementos paisagísticos distintos - sensações, emoções e certas aprendizagens explícitas e altamente dependentes de processos implícitos relacionados aos nossos sistemas sensoriais-motores (Gallagher *et al*, 1998; Taylor, 2001; Barsalou *et al*, 2003; Barsalou, 2008) como apontam um conjunto crescente de evidências em muitos campos de pesquisa na neurociência? Processos estes, que parecem ocorrer na fronteira entre estímulos recebidos pelos sentidos e a assimilação e seleção de marcadores de experiências, através de uma lógica circular de fenômenos cognitivos como aponta Varela *et al* (1996). Neste ponto, tais fenômenos passam a formar um conjunto de memórias, parte da interação complexa e por vezes subjetiva no processamento de um conjunto de entradas e saídas como aponta LeDoux (2001). Assim, parece correta a compreensão de que estas memórias vão sendo organizadas em um tipo de biblioteca cognitiva, quando os sujeitos e sua corporeidade (Merleau-Ponty, 2000) encontram-se imersos em ambientes onde as paisagens apresentam um certo grau de equilíbrio ecológico e ambiental, a ponto que lhes permitam acessar distintas sensações e emoções, em um discreto, porém profundo "absorver de paisagens e acumular de inteligências/emoções".

Então ao abordarmos conceitos sobre caminhos, equilíbrios, paisagens e territórios, para o ir e vir de vidas, é importante observarmos que a lógica espacial dos Guarani é o espaço "da vida, do conviver, do modo de ser e do caminhar"; do Yvy Guatá (Yvy = terra; Guatá = andar, caminhar) que é uma forma de viver, de livre

circulação, assim como a água que não para, como o sol ou como a lua que estão em constante movimento (Printes, 2019). O território para os Guarani não é estanque e fechado por convenções ocidentalizadas e burocráticas. Os Guarani falam do Yvy Rupá onde a territorialidade Guarani se manifesta e cobre de sentido o próprio Yvy Guatá, ou seja, o andar/caminhar na terra.

E aqui cabe a menção de uma caminhada que cura, aproxima e liberta os Guarani, do seu encarceramento cartográfico (Guaragni, 2021), através da prática coletiva de uma caminhada sagrada, em busca do Tape Porã, a "trilha bonita" de que trata **José Cirilo Pires Morinico** - Kuaray Nheery: Mburuvixá Tenondé, Cacique-Geral Mbyá-Guarani do Rio Grande do Sul, liderança política - fazendo referência ao Jeguatá, a caminhada guarani em uma terra sagrada, expressão da ancestralidade dos guaranis no Yvy Rupa, território onde caminharam seus ancestrais e que representa uma forma de cura (Coletivo Catarse, 2022). Aqui se pode entender esta expressão de cura, na conexão com a natureza e com os elementos paisagísticos encontrados nos trechos mapeados para os IPMG.

E assim, com o exposto acima, buscamos afirmar que o objetivo em construir um caminho de entendimento entre distintas perspectivas e lógicas espaciais entre florestas/matas/campos e cidades – uma busca por caminhos, trilhas ou travessias – o *Jeguatá* dos *Mbyá-Guarani*, representa grande potência junto ao coletivo indígena da *Tekoá Anhetenguá*. Vale também ressaltar aprendizados possíveis, a nós "*Juruás*", brancos não indígenas, nas lacunas de relações cosmoecológicas ausentes, ou mesmo esquecidas, por quem habita "o empilhamento de vidas" das cidades de concreto, asfalto e metal.

Por sorte, os resquícios deste movimento no aprender com a natureza, ainda hoje encontra-se vivo e presente em elementos da cultura indígena preservados nos aldeamentos pressionados pela moderna urbe. O que nos leva na direção da construção de entendimento e respeito à cultura e ao modo de vida "dos povos autóctones".

Os itinerários se estabelecem dada a proximidade entre a comunidade *Mbyá-Guarani* da *Tekoá Anhetenguá* (TA) e o Refúgio de Vida Silvestre do Morro São Pedro (REVIS-MSP) e se ancoram em elementos visuais das paisagens em suas dimensões culturais, ambientais e também psicológicas. Também há o desejo das lideranças e do próprio coletivo *Mbyá-Guarani* em fomentar outras possibilidades de envolvimento sustentável de sua cultura indígena com a cultura dos não indígenas. Além, por óbvio, os processos de auto-demarcação dos territórios indígenas e as retomadas de territórios ancestrais. Esses dois elementos – territorial e vontade coletiva local - são o centro de gravidade que viabiliza a proposta de construção dos IPMG. Por meio deles objetivamos ser possível a compreensão sobre os modos de vida indígena e também sobre as paisagens que acabam por moldar a cultura e identidade, em uma relação de proximidade e respeito que os originários têm com diferentes naturezas que fazem parte da ôntica *Mbyá-Guarani* (Guaragni & Souza, 2021).

O resgate deste movimento do caminhar, o *Jeguatá*, na coletividade *Mbyá-Guarani* nos aponta a possibilidade de estabelecer a conexão entre a TA e o REVIS-MSP. Desta forma, ações integradas de planejamento territorial e gestão ambiental parecem ser formas de concretizar ações positivas e propositivas no campo do turismo, da saúde e da educação, possibilitando assim, uma forma potente para a compreensão, conscientização e valorização de elementos paisagísticos em ambientes naturais, estes "característicos de uma natureza viva, pouco transformada pelas ações humanas" (Kearns & Gesler, 1998). Também aponta para diferentes dimensões em paisagens de relativa estabilidade e desejado equilíbrio ambiental.

Trata-se, desta forma, da união de esforços em prol da geoconservação e da valorização do patrimônio natural e cultural através de atividades que fomentem ou re-aproximem através de ações de conscientização, reflexão, e atividades junto a estas paisagens, as emanações culturais dos urbanismos que condicionam vidas, da

cultura ancestral dos povos originários, suas tradições e seu modo de produção do bem viver na natureza.

Os resultados, revelam possibilidades de atividades transdisciplinares e interdisciplinares, que podem ser implementadas nos segmentos dos caminhos avaliados. E especificamente, incluem-se aqueles no trajeto de conexão entre a TA e o REVIS-MSP. Os estudos também indicam um reconhecimento de inteligências autóctones moldadas pelo ambiente natural circundante. "O entendimento da paisagem pode assim, ser como uma chave para decifrar signos da cultura, que revelam como foi possível a cognição humana na e com a paisagem", entendida como uma totalidade primordial (Menegat, 2002).

Assim, entender a natureza das coisas vivas e não vivas e viver em harmonia com a natureza da própria natureza humana, não pode ser uma fuga para poucos que sonham com outro mundo possível. Um tipo de prorrogação da queda do céu, de que fala Kopenawa e Albert (2015), sobre sua visão cosmológica e espiritual do mundo, no relato de vidas não ocidentais quase extintas da sociedade entendida como moderna. Este entendimento pode, antes, ser uma busca para todos que desejam pensar e agir para alterar o caminho de colisão com esta natureza que nos sustenta a todos. Algum tipo de salvação, ao garantir a continuidade da espécie humana por mais algumas gerações.

Metodologia

Mapeamento dos IPMG

Inicialmente, para a análise dos IPMG, foi elaborada uma ficha de campo com os dados para levantamento das paisagens e dos elementos destacados para a pesquisa, de acordo com a fundamentação teórico/metodológica apontada neste trabalho, além dos aspectos físicos (geomorfologia, geologia, hidrografia) das Unidades de Paisagem relacionadas.

A ficha de campo como ferramenta auxiliar se mostrou útil, uma vez que muitas informações não são reveladas em imagens (fotografias ou imagens de satélite) ou em pontos geolocalizados (GPS, aplicativo de trilhas *Wikiloc* e versão mobile *Global Mapper*). Assim, a interpretação do pesquisador baseada em teoria ou metodologia previamente estudada tem um sentido próprio e distinto para cada estudo de caso. Contudo, em se tratando da complexidade da análise de paisagens e considerando as implicações aqui apresentadas, a ficha de campo se mostrou uma ferramenta necessária e muito útil para trabalhos e/ou pesquisas como esta que colocamos em relevo.

Cabe ressaltar aqui, a caminhada para **auto-demarcação**, ocorrida em **(07/05/2022)** que não consta nesta tabela, onde o trabalho realizado na dissertação com os IPMG, auxiliou na identificação dos elementos paisagísticos mais significativos em cada ponto de interesse. Como ressaltado pela fala do Cacique Cirilo Morinico, quando este em determinados pontos - juntamente com as crianças e os jovens da TA - falava sobre o significado do Jeguatá e como aquele lugar no Morro São Pedro, e em Porto Alegre, era considerado sagrado pelos mbyá-guarani, e também que aquela trilha não era somente uma trilha, era o ***Tape Porã***, a "trilha bonita", como pode ser observado no pequeno documentário realizado pelo Coletivo Catarse e disponível em seu canal no Youtube sob o título: Tape Porã: primeiros passos de uma trilha bonita!

Como notado na primeira expedição de campo – Travessia I, um mapa de relevo (MDE) seria um item para a identificação do trajeto. Então, para a segunda expedição de campo – Travessia II, além do uso de um celular para gravar a trilha no App *Wikiloc*, outro celular com o App *Global Mapper* foi utilizado para visualizar o Modelo Digital de Elevação (MDE) na escala 1:1.000 que foi interpolado com base no aerolevantamento de Porto Alegre de 2010 (Carvalho, 2020) no software *ArcGIS* e simbolizado para uso no *Global Mapper*.

Com o cruzamento dos trajetos e percursos mapeados para a construção dos IPMG, foi possível a integração da análise global

dos dados de campo - parte dos dados foram pré-avaliados após cada expedição de campo, Trilha Circular e Travessias I e II - com o levantamento dos elementos paisagísticos nas diferentes Unidades de Paisagem. Essas, que por sua vez, foram organizadas em grupos informativos distintos, e servem de base para a orientação dos potenciais serviços de cada segmento de trilha ou caminho criado. Tendo-se verificado nítido potencial a serem abordados em diferentes contextos (educação, turismo e saúde). Tais possibilidades podem ser avaliadas posteriormente em trabalhos futuros, para definição dos critérios sugeridos ou desejados pela comunidade nos possíveis usos em atividades com diferentes grupos de usuários (como já ocorre quando a comunidade recebe escolas, agências de fomento, grupos de estudo, universidades, etc.).

Importante observar que os grupos informativos além de reunir dados da pesquisa com os saberes e técnicas dos não indígenas, presentes em documentos oficiais de governo (PDDUA, PNGATI, outros), ainda articulam tais saberes com os estudos relativos à Cartografia Social e o Etnomapeamento[6] - o que podemos chamar de contracartografias hegemônicas - importantes instrumentos de "empoderamento da cultura indígena" conforme assinala Acselrad, 2010, Santos, 2022).

Também com o auxílio da sobreposição de imagem do MDE, e com o mapa construído com as Unidades de Paisagem (Saretta, 2020), foi possível identificar onde cada ponto de interesse estava situado na Unidade de Paisagem considerando as três Unidades Espaciais escolhidas à saber: Tekoá Anhetenguá, REVIS-MSP, e Crista Nordeste MSP – Morro das Quirinas. Desta forma, foi possível construir um infográfico para cada Unidade Espacial e montar uma tabela com os pontos de interesse em cada Unidade de Paisagem, com a espacialização dos pontos de interesse e a

[6] Lembramos ainda, que no contexto da dissertação que deu origem a este artigo, foi produzido de forma coletiva, vasto material que se encontra disponível no site (https://www.ufrgs.br/etnomap/?page_id=15), bem como o E-book Teko Vy'a: alegria Mbyá-Guarani, natureza e cultura na Tekoa Anhetengua, disponível neste link https://www.ufrgs.br/etnomap/wp-content/uploads/2021/09/ebook_etno_anhetengua.pdf.

legenda com as caraterísticas mapeadas e também com a valoração de cada ponto.

Resultados

Experiências de Campo com o Etnomapeamento Coletivo de Trilhas, Caminhos e Travessias Junto à Comunidade da Tekoá Anhetenguá

A troca de experiências no campo com as travessias realizadas foi determinante para que pudéssemos perceber a resiliência, a paciência e o respeito que os *mbyá* tem entre si e entre o mundo à sua volta. Este sentido, faz com que estas sociedades originárias vivam um outro tipo de realidade, que o homem branco dito civilizado não compreende, como colocado na fala de Timóteo Karaí Mirim, a partir da Tekoá Yy Jerê, Ponta do Arado, "este é um mistério que não pode ser desvendado, somente vivido e experimentado."

A participação dos integrantes da comunidade *Mbyá-Guarani* da Tekoá Anhetenguá ocorreu em faixas etárias diversas. Participaram das duas travessias propostas, crianças de 4 a 6 anos de idade, um casal jovem com seu bebê no colo de sua mãe (em terrenos mais acidentados trouxeram amarras próprias feitas para levar seus bebês presos ao corpo). Tanto as crianças como o casal com seu bebê acompanharam todo o trajeto realizado nas duas primeiras expedições. Também foi interessante observar a participação de muitos jovens da Aldeia e de algumas pessoas de mais idade como uma senhora, visitante de outra Aldeia, que participou da primeira travessia.

Foi curioso e esperançoso ao mesmo tempo, observar o silêncio quase reverencial dos *mbyá* dentro da mata enquanto caminhávamos, e nos pontos onde eles paravam para coletar plantas medicinais e ornamentais. No quesito orientação na mata, vale ressaltar a alta capacidade do Cacique José Cirilo Pires Morinico, e também dos outros "guias" daquela caminhada, que como ele,

orientavam nosso avanço ao adentrar as partes mais críticas de mata fechada ou relevo acidentado. Uma observação importante percebida nesta primeira travessia, foi o sistema de eco-localização, colocado em prática pelos *Mbyá-Guarani* durante os trechos em que os grupos se distanciavam dentro da mata fechada.

Especialmente na segunda expedição para realização da Travessia 2 em 15/02/2020, ficou claro a liderança positiva e determinada do Cacique Cirilo Morinico quando em um dos pontos mais críticos da jornada, no topo do morro onde paramos para verificar a trilha mapeada pelo Wikiloc, ele optou por tomar outra direção para chegar ao mesmo local com um pequeno grupo, enquanto outro grupo seguiu a trilha mapeada no aplicativo de navegação. Por óbvio a "navegação cognitiva" do Cacique Cirilo Morinico, permitiu que o seu grupo chegasse no ponto marcado, com folga, na frente do grupo que seguiu a trilha mapeada pelos "logaritmos das inteligências artificiais".

E aqui cabe potente reflexão, que só se pode fazer, estando junto com os coletivos indígenas, nestas caminhadas corporais e espirituais na natureza. Pois ao nos receber no ponto onde nos encontramos, mais tarde, fumando descansadamente seu cachimbo e com um sorriso no rosto, lembro de ter pensado: como o homem conseguiu avançar quase 2 km, naquele "vara mato", com uma criança nas costas, subindo e descendo áreas íngremes e desníveis de relevo, em um tempo menor do que o meu, que fiz em um trilha mapeada e limpa, usando GPS e com minha mochila de hidratação? A resposta parece simples, mas não é. Seria preciso compreender as diferentes inteligências e os processos cognitivos presentes no cerne da evolução humana com e na paisagem. As centenas de anos de evolução de uma inteligência moldada pelo ambiente natural circundante, a lógica da floresta, a matriz do lugar, o logos civilizatório, ou seja, o entendimento da "paisagem como totalidade primordial da cognição humana, na qual e com a qual, foram desenvolvidos não apenas nossos instrumentos e tecnologias, nossas habitações, comunidades e cidades, mas nossos entendimentos de mundo" (Menegat, 2006, p. 18).

Infográficos com os Pontos de Interesse dos IPMG

No âmbito desta jornada de descobertas e de passos teóricos e metodológicos, foram construídos três infográficos, cada um deles contendo um conjunto de pontos de interesse definidos pelas características visuais[7] das paisagens identificadas primeiramente em Unidades Espaciais (UE) e em um segundo momento mapeadas em Unidades de Paisagem (UP) e espacializadas aqui na forma de mapas em ambiente *WebSIG* (*Google* Earth).

Desta forma temos três infográficos:

a) Infográfico I - Unidade Espacial TA*[8];
b) Infográfico II - Unidade Espacial Crista Nordeste MSP** no Morro das Quirinas;
c) Infográfico III - Unidade Espacial MSP**.

Cabe observar que cada infográfico segue acompanhado de sua tabela com legenda que identifica a unidade espacial, onde em cada uma destas unidades temos: a imagem do ponto de interesse; o elemento paisagístico mais característico; a unidade de paisagem; o motivo para possíveis abordagens teórico/metodológica e a valoração de cada ponto segundo a metodologia construída para os Itinerários Paisagísticos Mbyá-Guarani.

Ainda no sentido de dar resposta a sequência de trabalhos que podem ser desencadeados a partir da dissertação de onde se produziu este artigo, é importante ressaltar que os infográficos, aqui o exemplo do Infográfico I - Unidade Espacial TA na **figura 1**, juntamente com sua legenda na **tabela 1**, apresentam as interfaces, dimensões e complexidades que podem ser desdobradas a fim de tornar possível o trabalho com os IPMG. Tais produtos cartográficos servem tanto para orientar ações específicas de

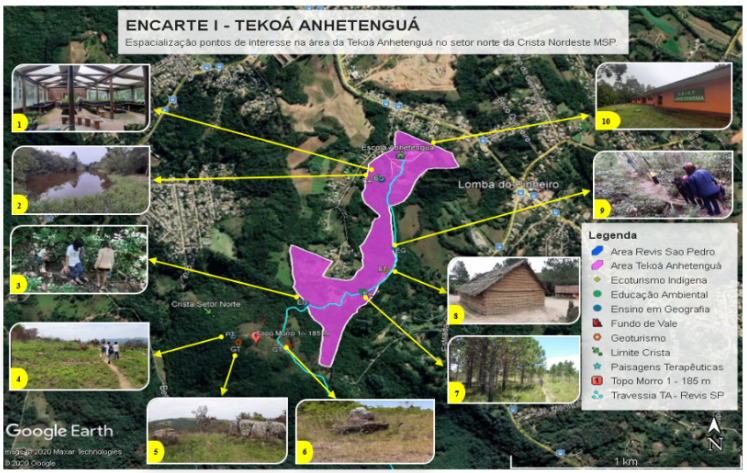
---

7 Fadigas (2011) aponta algumas das características visuais como: permeabilidade, harmonia funcional e arquitetônica, diversidade, complexidade, singularidade e estrutura visual dominante.

8 *Tekoá Anhetenguá; **Morro São Pedro.

educação ambiental, geoturismo, ecoturismo indígena e geografia, além de outras como trazido aqui com as Paisagens Terapêuticas e Terapias na Natureza. Indo mais além, parece ser correto afirmar que os infográficos podem auxiliar nos processos das retomadas e na consolidação da hipótese dos originários como **"guardiões das matas e dos morros"** de Porto Alegre.

Figura 1 - *Infográfico I, Unidade Espacial TA – Espacialização de pontos de interesse na área da Tekoá Anhetenguá, vertente e setor norte da Crista Nordeste do Morro São Pedro – Morro das Quirinas.*



Fonte: WebSIG (Google Earth).

Tabela 1 - *Legenda Infográfico I – UE Tekoá Anhetenguá + Legenda Motivo*

LEGENDA ESPACIALIZAÇÃO PONTOS INTERESSE						
Unidade Espacial Tekoá Anhetenguá						
IMAGEM	**ELEMENTO**	**UNIDADE PAISAGEM**	**MÉTODO**	**TEORIA**	**MOTIVO**	**VALO-RAÇÃO**
#1	**Viveiro** Medicinais Guarani	**U8 Colinas Viamão** Antrópica	Descrição abordagem		EA - EG - ET	4
#2	**Açude** Corpo Hídrico	**U8 Colinas Viamão** Antrópica	Descrição abordagem		EA - EG	2
#3	**Nascente** Corpo Hídrico	U8 Colinas Viamão Antrópica	Descrição abordagem		EA - EG	5
#4	**Bacia Visual** Fruição da Paisagem	**U9 Topo Morro** Crista Nordeste MSP Setor Norte	Descrição abordagem		EG - GT - PT	4
#5	**Bacia Visual** Fruição da Paisagem Relevo Tor	**U9 Topo Morro** Crista Nordeste MSP Setor Norte	Descrição abordagem		EG - GT - PT	5
#6	**Bacia Visual** Relevo Tor	**U9 Topo Morro** Crista Nordeste MSP Setor Norte	Descrição abordagem		EG - GT - PT	4
#7	**Pinus** Vegetação Exótica	**U8 Colinas Viamão** Antrópica	Descrição abordagem		EA - EG	4
#8	**Arquitetura Guarani** Paisagem Cultural	**U8 Colinas Viamão** Antrópica	Descrição abordagem		EA - EG - ET	5
#9	**Córrego** Arroio Fiúza	**U8 Colinas Viamão** Antrópica	Descrição abordagem		EA - EG	4
#10	**Escola** Escola Anhetenguá	**U8 Colinas Viamão** Antrópica	Descrição abordagem		EI - EG	4

LEGENDA MOTIVO PARA TODOS ENCARTES						
EA	**EG**	**EI**	**PT**	**TN**	**ET**	**GT**
Edu cação Ambiental	Ensino Geografia	Educação Indígena	Paisagens Terapêuticas	Terapias na Natureza	Ecoturismo Indígena	Geotur ismo Geoed ucação

Fonte: próprio autor, 2023

Mapa Contexto Espacial Local dos IPMG: Segmentos

Os segmentos de que trata o mapa que segue, construído em escala de cinza na **figura 2**, com o contexto local dos IPMG, apresenta a conectividade territorial entre a TA e o Revis São Pedro, trazendo a espacialização de cada segmento e também dos setores da Crista Nordeste do MSP - Morro das Quirinas, dos topos de morro e fundo de vale, bem como da maior cota altimétrica e a indicação do Bairro Restinga. Como no Mapa dos Itinerários - Travessia, o Mapa dos Itinerários - Segmentos também apresenta o plano das conectividades urbanas com os eixos de ligação sentido Centro-Bairro indicados em vermelho. Via Av. Edgar Pires de Castro e Estrada da Taquara no setor Sudoeste do MSP para acesso ao Revis São Pedro e via Estrada João de Oliveira Remião no setor Nordeste do MSP para acesso a TA. Trazendo também em vermelho a Estrada das Quirinas no setor Sudeste do MSP para ligação rápida entre a TA e o Revis São Pedro.

As informações adicionais neste mapa dizem respeito dos segmentos propriamente ditos que foram separados em cores distintas para melhor compreensão dos mesmos.

Assim temos:

a) Segmento 1 – (Branco): Identifica o trajeto de 930 m dentro da área da TA;

b) Segmento 2 – (Azul): Identifica o trajeto de 1.000 m ao sul da TA com vertente no acesso

ao setor norte da Crista Nordeste do MSP no Morro das Quirinas;

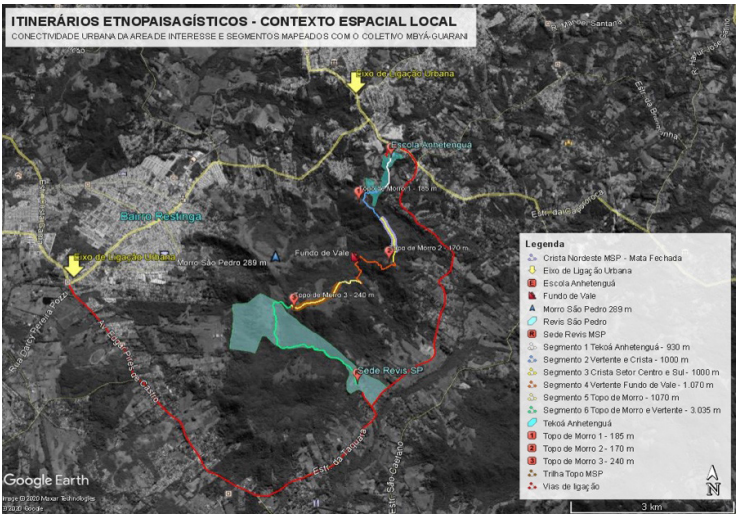
c) Segmento 3 – (Amarelo forte): Identifica o trajeto de 1.000 m da Crista Nordeste do MSP em sua porção central até o Setor Sul. O Buffer Cinza sobre este segmento indica trechos do trajeto em mata fechada e a presença de "túneis verdes";

d) Segmento 4 – (Vermelho): Identifica o trajeto de 1.070 m que faz a ligação via fundo de vale, entre o final da Crista Nordeste do MSP nas proximidades do Topo de Morro 2 e a vertente nordeste do MSP que leva às áreas abertas com trajetos em topo de morro;

e) Segmento 5 – (Amarelo fraco): Identifica o trajeto de 1.070 m em áreas abertas (sem presença de arvores de sombreio para descanso) de topo de morro. O Buffer marrom sobre este segmento indica incidência elevada de UVA e UVB em dias de tempo aberto sem presença de nuvens.

f) Segmento 6 – (Verde Claro): Identifica o trajeto de 3.035 m com presença de vertente em área aberta no patamar superior com o restante do trajeto em vertente bem vegetada e alguns trechos de mata fechada na sequência do patamar inferior até próximo a sede do Revis São Pedro.

Figura 2 – IPMG: Contexto local dos segmentos espacializados entre a TA e o Revis São Pedro. Destaque para conectividade urbana através dos eixos de ligação viários.



Fonte WebSIG (Google Earth).

Discussões

Os IPMG no Contexto Local da Área Rururbana do Município de Porto Alegre

Os IPMG do ponto de vista experimental parecem representar um meio factível de provocar a conscientização da população da cidade de Porto Alegre no que diz respeito ao patrimônio geobiodiverso presente em regiões distintas de sua capital. Assim, a possibilidade de conexão do citadino com as zonas rurais e rururbana, e também com áreas de morros, cristas e ecótonos, que por sua vez formam sistemas geocomplexos únicos nestes ambientes, apontam para desejado aumento da valoração destes em detrimento dos avanços da expansão urbana e da especulação imobiliária sobre áreas verdes, parques e sobre o cinturão verde da zona sul de Porto Alegre. O exemplo do projeto da Arado Empreendimentos na Ponta do Arado e outros desta capital, já tem mobilizado setores da sociedade civil organizada, bem como coletivos ambientais,

indígenas e quilombolas para a importância de criação de pontos de fortalecimento e conscientização à respeito da conservação destes bolsões de beleza cênica e que prestam distintos serviços ambientais para todo o conjunto da sociedade porto-alegrense.

E para além destas inciativas, os desdobramentos na pesquisa científica e na formação de cidadãos preparados para lidar com as pressões e contradições em seu território - tendo o apoio e fomento das Instituições de Ensino; a importância do reconhecimento das culturas ancestrais dos originários e também dos quilombolas, que vivem e preservam em seu modo de vida um tipo de experiência distinta com a natureza; e o ponto que parece crucial, a possibilidade de manutenção e permanência desta trama de relações geocomplexas que dão forma ao conjunto natural desta capital como legado para gerações futuras. E aqui também há que se falar sobre as dimensões preservacionistas e também as dimensões conservacionistas deste cenário, haja vista que o debate e as discussões a respeito da preservação ou conservação de espaços onde a natureza se encontra em certo equilíbrio geoecológico não se dá mais no sentido restrito de reaver ou buscar reconstituição de espaços originários - antes da apropriação humana da natureza - dos sistemas naturais, talvez nunca tenha sido isso. Trata-se antes, da manutenção destes enclaves naturais - em meio aos espaços apropriados pelas técnicas humanas - preservando ou conservando no limite do possível, as estruturas que guardam relações eco-geossistêmicas com o espaço geográfico, este produzido e modificado constantemente pelas sociedades. Importa então, preservar o legado da natureza, de um planeta que não só permitiu a vida acontecer, como se conecta com a própria evolução destes homens das modernas urbes, e de parcelas do campo altamente tecnificado e venenoso, que com fúria e ganância parece trabalhar para reduzir parte do ambiente natural, à meras reservas monetárias, escondidas por vezes em paraísos fiscais.

Legitimidades e Conectividades Territoriais

A legitimidade territorial dos povos originários não está sendo posta em ataque somente nestes últimos tempos pandêmicos. Na pequena janela de tempo de 2020/2022, de onde vimos acontecimentos políticos que alteraram para pior nossas vidas em muitos sentidos, percebemos com muita clareza - sobretudo aqueles que se debruçam em estudos ambientais de qualquer área técnica ou acadêmica – os descaminhos por onde andamos ambientalmente falando. A pressão exercida sobre espaços e territórios de preservação e suporte à vida, como matas e florestas e os ecossistemas associados, tem sido assustador. Contudo, os ambientalistas, e mesmo os noticiários, não param de divulgar mineração e garimpo ilegal em terras indígenas, dados alarmantes sobre aquecimento anormal da atmosfera, desflorestamento na Amazônia Brasileira. Além dessas, outros importantes "áreas verdes" com natureza pouco transformada - como já apontado neste trabalho - em nossas cidades, também encontram-se sob ameaça do capital financeiro através da especulação imobiliária. Vide o caso da Retomada mbyá-guarani na Ponta do Arado, zona sul de Porto Alegre ou da Retomada Gãh Ré no Morro Santana, na zona leste de nossa capital.

É aqui que também apontamos a viabilidade da hipótese dos **Guardiões das Matas e dos Morros de Porto Alegre**, que seriam os próprios guias, bombeiros florestais ou guarda-parques indígenas, pois se na Amazônia temos os Guardiões da Floresta, também na região do Salto do Yucumã e outros, temos indígenas responsáveis por zelar todo o conjunto natural e cultural destes espaços de geobiodiversidade, é natural que pensemos nesta possibilidade como item importante a constar no Plano de Manejo dos "itinerários paisagísticos mbyá-guarani". O que contribuirá de forma concreta para fazer valer o que está escrito no Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre São Pedro, em seu item 4, por exemplo, sobre incentivar o fortalecimento da cultura indígena e consequentemente possibilitar à sociedade em geral aprender o espírito

indígena de relacionar-se com a natureza e com o meio ambiente; e no item 6 que menciona promover o fortalecimento de ações que oportunizem uma relação sustentável entre a cultura indígena, meio ambiente e sociedade.

Deste modo, o fomento à pesquisa acadêmica ou mesmo ações com professores, sobretudo aqueles dos anos iniciais do fundamental, parecem ser uma oportunidade, um caminho de acesso à outras formas de conhecer e desbravar na caminhada, as belezas das paisagens que a cidade não vê, em um território que perde cada vez mais seus espaços naturais para os espaços urbanizados da tecnourbesfera como já apontava Menegat (2009) há quase 14 anos. Então trilhas e caminhos que sirvam de conectividade entre Unidades de Conservação e territórios/aldeamentos/reservas indígenas, representam sem sombra de dúvida, ainda mais neste momento, a possibilidade de resgate de um outro modo de vida, mais sustentável, com maior harmonia e que respeite individualidades na diversidade de uma coletividade planetária possível.

Conclusões

O contato com diferentes perspectivas, em diferentes etapas da descoberta no fazer metodológico, bem como da pesquisa teórica e em campo, clarificam algumas noções da realidade apreendida com a experiência singular junto ao coletivo indígena *mbyá-guarani*. E dado as hipóteses levantadas na pesquisa com os IPMG, destaco as seguintes:

A) Cosmovisões distintas, necessidades básicas assemelhadas

A perspectiva dos grupos humanos das florestas e das matas, difere dos grupos humanos das modernas urbes desta nossa sociedade 'atômica capitalista'. Aqueles primeiros parecem entender o mundo como uma unidade que transcende mente, corpo, matéria e espírito. Um tipo de harmonia em uma totalidade que é o corpo na paisagem, mas também é o espírito nos corpos destes seres

que dão sentido às paisagens. A armadilha em percebe-se só em um mundo surgido para lhe servir, configura uma individualidade que tem dificuldade em transcender o "eu colonizador", por não compreender e não aprender a respeitar o outro, como necessidade básica da vivência consigo, com seu próprio eu que o outro espelha.

Assim surgem necessidades básicas para além daquelas do viver e do alimentar-se, que são escamoteadas em individualismos que se entendem coletivos, quando na verdade o pensar coletivo, é um "ser" coletivo, aprendido em uma humanidade outra, que não esta da sociedade ocidental contemporânea - a civilização? - dos artefatos de destruição em massa. Importante aqui observarmos o ponto de inflexão, que nos leva da possível salvação da "humanidade" que nos resta, à barbárie com poder de nos extinguir, pois evidencia as diferenças gritantes entre a cosmovisão do homem das florestas, das matas e aquela do homem das grandes cidades por assim dizer. Um pensamento do "destruir o todo" se este não se ajusta às suas "necessidades colonizadoras" e um pensamento outro de "preservar o todo" em detrimento da "necessidade de harmonia" entre suas partes individuais.

A necessidade básica do alimento quando pensamos no todo, em uma escala planetária, sucumbe sobre montanhas de alimentos desperdiçados nas sociedades hegemônicas que se entendem avançadas, enquanto bilhões de seres humanos perecem pela chaga da fome. Estas distorções não parecem ser plausíveis e aceitáveis em sociedades onde os avanços tecnológicos levaram o corpo físico do homem a navegar no espaço extraterreno. Desta forma, compreender a perspectiva dos originários das florestas e das matas e sua cosmovisão, parece ser um caminho a indicar desejável mudança de paradigma para as sociedades das modernas cidades. A necessidade de aprender a viver em respeito aos outros seres, à natureza e à vida em toda sua dimensão e importância. Afinal falamos aqui de produção de modos de vida e de mudança de uso da terra.

B) Reconhecimentos, afastamentos e a unidade comum

Perceber-se onde se está, em relação às experiências e vivências nas distintas dimensões percebidas deste mundo - compartilhado por todos e entendido diferente por muitos - é um grande passo no provocar uma sabedoria que pode despertar a consciência para possibilidades distintas de aprendizados. Estes por sua vez podem pôr em relevo os afastamentos da realidade vivida em outros mundos distintos daquele em que nos percebemos vivendo. Saber quão distantes ou afastados nos encontramos das distintas realidades vividas por outros seres corpóreos como nós, que precisam de um tipo comum de matéria para continuar vivendo - ar, água, sol, alimento - sobre a superfície deste planeta que parece comum à todos, porém diferente à muitos, nos coloca frente a um tipo de dilema. Compreender melhor este tipo de unidade comum ao *homo sapiens, sapiens.* É esta unidade a natureza apropriada? E este humano moderno é mesmo o "homem que sabe o que sabe"? E para além da matéria de que são feitos corpos e coisas, concreto, estruturas de ferro e asfalto? A dimensão onde insere-se o *homo sapiens, sapiens urbes* como aponta Menegat, pode ter paralelo ou simetria experiencial comum aos humanos que evoluíram em uma totalidade primordial eminentemente verde das florestas e das matas? Seriam eles então os homens que sabem o que sabem da floresta, o *homo sapiens, sapiens silva*?

Seja qual for a unidade comum em que se estude ou perceba-se a perspectiva humana, ela sempre carecerá de um conteúdo revelado somente àqueles que vivenciam a experiência em sua perspectiva singular e única, motivo pelo qual, mesmo que o mais fiel antropólogo queira relatar com suas palavras aquilo que foi narrado por Xamãs de povos ágrafos - que não usam da palavra escrita - como no caso de Bruce Albert escrevendo os relatos narrados por Davi Kopenawa que antecipava "a queda do céu", este relato pode parecer fiel em muitos sentidos e expressar a realidade que desejava "falar" Kopenawa e o que esperava "ouvir" Albert. Contudo parece correto sugerir a existência de dimensões que

escapam aos desejos de um e de outro, dimensões estas que não são reveladas pelo fato de serem a própria essência do ser sendo o que ele é, uma unidade que revela um universo incompreensível para quem vivencia (e de certo nunca vivenciará) a experiência a partir do corpo do outro. Logo, tudo mais parece compor parte de uma assimilação da realidade e das verdades que o outro nos permite acessar, mas nunca será a mais fiel realidade vivenciada. Neste sentido, conhecer a perspectiva da unidade humana que se observa e se deseja apreender, em sua diversidade, é uma clara necessidade, contudo, não é tudo. Outras esferas da dimensão humana não serão acessadas, mas entender a perspectiva de onde o indivíduo se vê no mundo, é, antes de mais nada, o começo de uma jornada reveladora. Assim é que, o convite a realizar uma caminhada pelos IPMG, no sentido do *Jeguatá* dos *mbyá-guarani*, torna-se uma oportunidade, um chamado a vivenciar uma experiência transformadora, o início de uma revelação muito íntima que acontece no interior de cada ser que caminha preparando-se para mudar.

Referências

Acselrad, H (Org.). 2010. *Cartografia social e dinâmicas territoriais*: marcos para o debate. UFRJ.

Barsalou, L. W., Simmons, W. K., Barbey, A. K., Wilson, C. D. (2003). Grounding conceptual knowledge in modality-specific systems. *Trends in Cognitive Sciences*, 7(2), 84–91.

Barsalou, L. W. (2008). Grounded cognition. *Annual Review of Psychology*, 59, 617–645.

Carvalho, I. C. M. 2000. *A Invenção do Sujeito Ecológico: Sentidos e Trajetórias em Educação Ambiental. [Dissertação de doutorado]* - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3336.

Coletivo Catarse. (2022, jun 24). TAPE Porã: primeiros passos de uma trilha bonita. ? [Video]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=k4vugs9R_q4.

Gallagher, S., Butterworth, G. E., Lew, A., Cole, J. (1998). Hand-mouth coordination, congenital absence of limbs and evidence of innate body schemas. *Brain and Cognition,* 38(1), 53–65.

Guaragni, L. de O., Souza, J. O. C. de. 2021. Perceptivismo ontocosmoecológico MbyáGuarani: caminhadas, paisagens e sensações coletivizadas. *Cadernos Naui:* Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, 10(19), 36-61.

Kearns, R. A, Gesler, W. M. 1998. Putting Health into Place. Landscape, Identity, and Well-being. Syracuse University Press

Kopenawa, D, Albert, B. 2015. *A queda do céu:* palavras de um xama Yanomami. Companhia das letras.

LeDOUX, J. 2001. *O Cérebro Emocional:* Os misteriosos alicerces da vida emocional. Objetiva.
Marcus, C. C., Sachs, N. A. 2014. *Therapeutic Landscapes:* an evidencebased approach to designing healing gardens and restorative outdoor spaces. John Wiley & Sons.

Menegat, R. (Coord.). 2002. Desenvolvimento etno-sustentável dos povos Kaingang e Guarani no sul do Brasil: Terra Indígena de Cacique Doble – Relatório Técnico. FNMA. https://www.researchgate.net/publication/332868496_Desenvolvimento_Etno-Sustentavel_dos_Povos_Kaingang_e_Guarani_no_Sul_do_Brasil_Terra_Indigena_de_ Cacique_Doble-Relatorio_Final.

Menegat, R. (Coord.). 2018. *Atlas Ambiental de Porto Alegre*. UFRGS. Disponível em: https://www.ufrgs.br/atlas/atlas_digital.html.

Menegat, R. (Coord.). 2006. *Atlas Ambiental de Porto Alegre*. Edufrgs.

Menegat, R. 2009. Transcrição da palestra proferida em 24 de julho de 2009: geoparques como laboratórios de inteligência da terra. *Geologia Usp. Publicação Especial*, 5, 91-103. http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9087.v5iop91-103.

Merleau-Ponty, M. (2000). A natureza. Martins Fontes.

Monteiro, C. A. F. 2001. *Geossistemas:* a história de uma procura. Contexto.

Printes, R. B. 2019. Plano de vida Mbya Kuery que "Saiu Do Papel" no Litoral do Rio Grande do Sul: Governança para o Tekó Porã Reguá (Caminho do Bem Viver). [Dissertação de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório da Faculdade de Ciências Econômicas. https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/204089/001109444.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. Record.

Saretta, F. Geossistemas do Morro São Pedro (Porto Alegre - RS): um estudo integrado da paisagem de 1964 a 2019. [Trabalho de conclusão de curso em Geografia]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Taylor, E. W. (2001). Transformative learning theory: A neurobiological perspective of the role of emotions and unconscious ways of knowing. *International Journal of Education*, 20(3), 218–236.

Varela, F., Thompson, E., Rosch, E. (1996). *Embodied mind:* cognitive science and human experience. The MIT Press.

23.

Topônimos da Parnaíba: *Possibilidades para um Turismo Urbano*

Topónimos de Parnaíba (Brazil): *Posibilidades para el Turismo Urbano*

Parnaíba (Brazil) Toponyms: *Possibilities for an Urban Tourism*

BY RICARDO EUSTÁQUIO FONSECA FILHO
JOSÉ MARIA ALVES DA CUNHA

Topônimos da Parnaíba: *Possibilidades para um Turismo Urbano*

Topónimos de Parnaíba (Brazil): *Posibilidades para el Turismo Urbano*

Parnaíba (Brazil) Toponyms: *Possibilities for an Urban Tourism*

RICARDO EUSTÁQUIO FONSECA FILHO[1]
JOSÉ MARIA ALVES DA CUNHA[2]

Resumo

A imagem dos lugares se inicia pelo seu próprio nome. A história (e geografia) que este nome apresenta, ou seja, os topônimos, é tanto motivo de valorização de sua comunidade, quanto motiva turistas. Bairros e atrativos são assim, lugares do cotidiano destes importantes personagens que compõem a sociedade moderna. Os topônimos têm um papel importante no desenvolvimento das cidades, possibilitando, assim, um turismo urbano. O objetivo da pesquisa foi o de levantar alguns topônimos de bairros e atrativos turísticos de Parnaíba (PI), enquanto potencialidade para o turismo urbano como segmento turístico diferenciado dos tradicionais turismo náutico e de sol e praia citadinos. A metodologia se deu por revisão de literatura, pesquisa documental e aplicação

[1] Universidade Federal do Delta do Parnaíba, ricardoefonseca@gmail.com.

[2] Universidade Federal do Delta do Parnaíba, jmacunha1@hotmail.com.

do método taxonômico toponímico de Dick (1990). Os resultados preliminares demonstraram que a maioria dos topônimos de bairros e atrativos turísticos são de natureza antropo-cultural, em especial hierotopônimos (relativos a nomes sagrados), já dentre os de natureza física destacam-se os hidrotopônimos (resultantes de acidentes hidrográficos). Todos têm potencial para o turismo urbano, complementados principalmente pelo turismo cultural (e suas ramificações como o turismo religioso) e o geoturismo. Espera-se um (re)conhecimento do espaço urbano parnaibano que possa preservar a identidade local enquanto impacto positivo do turismo, possibilitando ainda melhor experiência do visitante.

Palavras-chave: Interpretação Patrimonial; Paisagem Turística; Território Turístico; Lugar Turístico; Roteiro de Viagem; Comunidade Local.

Resumen

La imagen de los lugares comienza con su nombre propio. La historia (y geografía) que presenta este nombre, es decir, los topónimos, es a la vez motivo para valorar su comunidad y motivar a los turistas. Los barrios y atractivos son lugares del día a día de estos importantes personajes que conforman la sociedad moderna. Los topónimos juegan un papel importante en el desarrollo de las ciudades, permitiendo así el turismo urbano. El objetivo de la investigación fue identificar algunos topónimos de barrios y atractivos turísticos de *Parnaíba* (Brasil), como potencial para el turismo urbano como segmento turístico diferente al tradicional turismo náutico y urbano de sol y playa. La metodología se basó en la revisión de la literatura, la investigación documental y la aplicación del método taxonómico toponímico de Dick (1990). Los resultados preliminares demostraron que la mayoría de los topónimos de barrios y atractivos turísticos son de carácter antropocultural, especialmente los hierotopónimos (relativos a nombres sagrados), mientras que entre los de carácter físico destacan los hidrotopónimos (resultantes de accidentes hidrográficos).

Todos tienen potencial para el turismo urbano, complementado principalmente por el turismo cultural (y sus ramificaciones como el turismo religioso) y el geoturismo. Esperamos un (re)conocimiento del espacio urbano de Parnaíba que pueda preservar la identidad local como un impacto positivo del turismo, permitiendo una experiencia aún mejor para el visitante.

Palabras-clave: Interpretación del Patrimonio; Paisaje Turístico; Territorio Turístico; Lugar turístico; Itinerario de viaje; Comunidad local.

Abstract

The image of places begins with their proper name. The history (and geography) that this name presents, that is, the toponyms, is both a reason for valuing its community and motivating tourists. Neighborhoods and attractions are places in the daily lives of these important characters that make up modern society. Toponyms play a key role in the development of cities, thus enabling urban tourism. The objective of the research was to identify toponyms of neighborhoods and tourist attractions in *Parnaíba* (Brazil), as a potential for urban tourism as a tourist segment different from traditional nautical and city sun and beach tourism. The methodology was based on literature review, documentary research and application of Dick's toponymic taxonomic method (1990). Preliminary results demonstrated that toponyms of neighborhoods and tourist attractions are of an anthropo-cultural nature, especially hierotoponyms (relating to sacred names), while among those of a physical nature, hydrotoponyms (resulting from hydrographic accidents) stand out. All have potential for urban tourism, complemented by cultural tourism (and its ramifications such as religious tourism) and geotourism. We expect a (re)knowledge of the urban space of *Parnaíba* that can preserve the local identity as a positive impact of tourism, enabling an even better visitor experience.

Keywords: Heritage Interpretation; Tourist Landscape; Tourist Territory; Tourist Place; Travel itinerary; Local Community.

Introdução

"Nomear torna o espaço em lugar", já dizia Watt (2009, p. 1). O topônimo, ou origem e significação do nome de um lugar, traz em si aspectos das sociedades, natureza e sua relação. Esses acidentes geográficos definem o modo de vida dos seres humanos (Claval, 1995). Desde países a atrativos turísticos, essas paisagens, regiões e lugares passam da categorização de fixos para fluxos (Santos, 1979), pois desde os primórdios mudam de nome ao longo do desenvolvimento do espaço, como a comunidade e o ambiente também. Essa temática suscitou inclusive a criação de uma divisão estatística da Organização das Nações Unidas (ONU), o *United Nations Group of Experts on Geographical Names* (UNGEGN, 2023) em 1959.

Dick (1990, p. 21-22) apresenta os topônimos "como importantes fatores de comunicação, permitindo, de modo plausível, a referência da entidade por eles designada. Verdadeiros "testemunhos históricos" de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato de nomeação: se a Toponímia se situa como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal".

Para Callai (2002, p. 84), o lugar é onde "as coisas da vida, as relações sociais se concretizam", pode se dar de formas diferentes, como o bairro. Carlos (2011) observa que é o "plano do vivido", enquanto Paulo Freire (1996, p. 15) cita que "o intelectual memorizador, que lê horas a fio, domesticando-se ao texto, temeroso de arriscar-se, fala de suas leituras quase como se estivesse recitando-as de memória – não percebe, quando realmente existe, nenhuma relação entre o que leu e o que vem ocorrendo no seu país, na sua cidade, no seu bairro".

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan, 2008) identificou que a urbanização do espaço tem características da ocupação do interior do Brasil no séc. XIX, a ponto de reconhecer como patrimônio cultural e natural seis conjuntos históricos e paisagísticos que se constituem tanto por bairros quanto atrativos turísticos. A história antiga do comércio de Parnaíba guarda relação com o nome dos lugares (Porto, 1955), como por exemplo o bairro enquanto lugar: 43, de acordo com o Plano Diretor de Parnaíba (CMP, 2007).

Se os bairros não são motivadores do turismo em primeira instância, podem sê-lo, tal qual os atrativos turísticos. O guia turístico da cidade (PMP, 2017) considera 28 atrativos, porém, tomou-se como recorte o site da Superintendência de Turismo (PMP, 2023), que destaca dez. Neste sentido, Gastal (2005, p. 74) observa que "imagens, sentimentos, lembranças, experiências, visões do real que realizam o imaginado, leituras de vida". Para MTur (2018, p. 9), são "locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los.

Os atrativos turísticos podem ser naturais; culturais; atividades econômicas; eventos programados e realizações técnicas, científicas e artísticas. Para Sebrae (s/a, p. 12), "as características dos atrativos naturais e/ou culturais, a qualidade das atividades e experiências oferecidas, a gestão, promoção e comercialização desses empreendimentos são determinantes para o desenvolvimento e nível de competitividade do destino".

Acredita-se que para além da curiosidade (ou mesmo desconhecimento) por parte dos moradores e turistas, a ruptura com o cotidiano é premente no hostil ambiente urbano, estimulando a evasão, onde habitar, trabalhar e lazer (Krippendorf, 1989) podem ser reunidos. Se a cidade teve suas dicotomias ("porto-testa branca", "rio-praça", "continente-ilha" e outras), elas são passíveis de serem estudadas.

Para Murta e Albano (2002), nem sempre é dada a devida atenção ao visitante, quanto à informação sobre o lugar e seus

habitantes. Nota-se que a problemática é a disponibilidade e acesso à informação interpretativa – disponível seja na memória oral destes atores locais, seja em publicações da história e geografia desses lugares –, conciliando, assim, seu inventário, valoração e proteção.

Em termos regionais, a Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (Cepro, 2013), apontou que a motivação principal do turista da cidade é o lazer (61,4%), sendo os principais atrativos buscados os naturais (98,5%), enquanto os culturais somente 0,8%, avaliando-os respectivamente como positivos (índice 82,6) e negativos (30,8).

Referencial Teórico

Os topônimos são o nome (*onoma*) do lugar (*topos*). Sua origem é desconhecida, mas as guerras desde as antigas civilizações estimularam sua utilização, ao (re)nomear espaços conquistados. Essa "Geografia dos Estados Maiores" (Lacoste, 1988), passa atualmente por uma decolonização, com mudança de valores, como retirada de monumentos, de ocupação de espaços e renomeação. Claval (1995, p. 202) observa que "o sentido original do nome dos lugares perde-se – o papel da toponímia linguística é encontrá-lo". Para o autor (Op. cit.), há três escalas toponímicas: "o nome das terras, das comunidades e dos microacidentes do relevo (...), o nome das vilas, dos burgos e das cidades (...) e os conjuntos homogêneos ou polarizados" (regionímias).

Para Florida (2008), os lugares importam porque as cidades estão crescendo verticalmente, em área e em agrupamento, logo, a conectividade afeta a felicidade. Conforme Claval (Op. cit., p. 205), "orientar-se na cidade e sobretudo nas aglomerações cada vez mais extensas é particularmente difícil, pois a rede de ruas é frequentemente embaralhada e os pontos referenciais insuficientes", vide muitos logradouros identificados por números e letras em suas ruas e quadras, dificultando a orientação possível de um estranho ao lugar. O topônimo, nesse caso, facilita a orientação

pela identificação e relação com o lugar ao invés de números e letras. Observa-se que atrativos e bairros são referências para a mobilidade urbana, conhecendo-se sua história e seu significado pode contribuir para a melhor qualidade de vida dos moradores e fruição da visita pelos turistas.

Para Corrêa (2005, p. 9), o espaço urbano é "fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas". Para o autor, agentes sociais (re)fazem a cidade enquanto expressão do espaço urbano, cabendo citar três cabíveis no presente estudo (Quadro 1):

Quadro 1 – Correlação agentes sociais da cidade e bairros e atrativos de Parnaíba

Agentes sociais da cidade	**Proprietários dos meios de produção**	**Estado**	**Grupos sociais excluídos**
Correspondência	Gestores dos atrativos turísticos privados	Ordenadores do espaço urbano: bairros e atrativos turísticos públicos	Moradores de bairros distantes da tomada de decisão e com infraestrutura precária
Exemplo	Beira Rio	Praça da Graça	Santa Luzia

Fonte: adaptado de Corrêa (2005).

Conforme Silva (2018), no começo da República, Parnaíba era um "labirinto de palhoças e casebres, por vezes alcançado pelas cheias do Igaraçu". Esta "pobreza" da maior parte de sua gente é expressada na forma de suas simples habitações à época, impassíveis diante da remodelação da cidade em consonância com os princípios haussmanianos. Configurando-se, assim, como um exemplo da resistência dos grupos sociais excluídos, vide tombamento

pelo Iphan da "Arquitetura tradicional popular"[3], conjunto arquitetônico das casas ao longo da margem do rio no bairro São José. Características estas comuns em "cidades-beira" (Gandara, 2010), que de forma ambivalente denotam o nascimento abraçado ao rio, mas conota um "dar as costas" no seu crescimento.

Para Lefèbvre (2002), essa "reprodução capitalista do espaço urbano", fragmentado e articulado pela lógica econômica, alinhando-se ao pensamento de Rolnik (1995, p. 54): "a lógica capitalista (...) se expressa também na intervenção do Estado". Correlacionando-se a distribuição dos atrativos nos bairros, percebe-se uma maior densidade na região central, em especial na Praça da Graça e seu entorno (Figuras 1 e 2), conforme aponta Oliveira (2016, p. 3):

> centro da cidade e suas imediações são sempre descritos na historiografia local pelos seus espaços de sociabilidade, pelos casarios de diversos períodos, localizados ao longo da atual avenida Presidente Vargas e pelo seu entorno, pela Praça da Graça e as duas igrejas, enfim, por logradouros, ruas e casas que contam "a história" de Parnaíba.

[3] Paradoxalmente à opulência das outras 5 áreas tombadas: Porto das Barcas e Galpões Portuários, Praça da Graça, Avenida Getúlio Vargas, Praça Santo Antônio e Estação Ferroviária (IPHAN, 2008). Talvez, uma explicação desse desbalanceamento seja uma das definições de cidade de Rolnik (1995, p. 21): "a origem da cidade se confunde portanto com a origem do binômio diferenciação social/centralização de poder".

Figuras: 1 – Mapa turístico de Parnaíba; 2 – Foto da Praça da Graça, Parnaíba.





Fonte: PMP (2017); Chico Rasta (sd).

As cidades são aqueles lugares complexos, especialmente marcados por redes, fluxos, movimentos e relações, mas também pela ausência, pela presença dos não lugares. As cidades estão

presentes no vazio ilustrado das músicas, como em "Não existe amor em SP" e "Telegrama", famosas pelas interpretações musicais de Crioulo e Zeca Baleiro, respectivamente. As músicas retratam o lado invisível – e triste – das cidades (a solidão), embora pulse energia em todos os cantos de uma cidade, à sua maneira.

Para Carlos (2007b, p. 75), elas são por onde "as pessoas passam na rua, umas pelas outras, sem se ver, ninguém parece ser especialmente notado", seja por sua grandeza e características próprias, ou mesmo pelo ritmo frenético produzido pelo meio técnico-científico-informacional que Santos (2001) tanto qualifica. Ora, as cidades são o centro da vida urbana, do espaço moderno e desigual. De toda forma, a cidade é, ela mesma, um modo de viver, de pensar e de sentir (Carlos, 2009).

Evocando Corrêa (2005), o espaço urbano, das cidades, é por isso mesmo capitalista (assim como se apresenta o espaço rural na atualidade capitalista). A cidade, pois, com seu espaço urbano, é por excelência capitalista, em que os usos da terra são a base para a produção do espaço. Assim, a cidade, conforme o autor (Op. cit., p. 7), trata-se do "local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão", evidenciando o seu caráter inteiramente capital, como espaço ou território usado.

Mesmo assim, com toda a dinamicidade e interesse capital pelas cidades, estas ainda são espaços em que os lugares se destacam, marcando o cotidiano. Logo, Carlos (2007a, p. 41) aprecia que "a reprodução de relações sociais materializam-se em um espaço apropriado para este fim, e a vida, no plano do cotidiano do habitante, constitui-se como lugar produzido para esta finalidade e é nesta medida que o lugar da vida constitui uma identidade habitante-lugar", o que demonstra que as relações afetivas suplantam qualquer matéria capitalista posta à descaracterização das cidades e, por consequência, dos lugares.

Os lugares, os espaços, os territórios, as paisagens, ainda que categorias geográficas, estas são a base para se pensar a reprodução

do turismo, perfazendo ideários de territórios (simplesmente espaços no sentido geral) usados (Cruz, 2005; Santos & Silveira, 2006). É a partir dessa perspectiva que os territórios, incluindo aí os espaços urbanos, são colocados como de interesse para a atividade do turismo em vista de sua atratividade por ser fator de motivo para visitação.

Para Ashworth e Page (2011, p. 13), "a maioria dos destinos urbanos adotaram características mais empreendedoras para garantir que não sejam deixados para trás na busca pelo capital global e a necessidade de reestruturar economias e paisagens urbanas em mudança". A cidade ganhou o título de Metrópole pelo IBGE em 2022, ratificando a influência turística observada também na região turística do MTur (2023) Pólo Costa do Delta, composta pelos outros três municípios do litoral piauiense (Luís Correia, Ilha Grande e Cajueiro da Praia), sendo Parnaíba o destino turístico indutor deste roteiro.

O que qualifica o turismo nas cidades, entre inúmeros outros fatores, é a intrínseca atração que o espaço urbano motiva nos visitantes, não importando se grande ou pequena, de maior ou menor dimensão (Henriques, 2003). A cidade é o local da experiência turística, pois concentra um número considerável dos serviços e produtos turísticos. Não por acaso, conforme Leite (2017, p. 94), "o turismo, por ser uma atividade econômica que se enquadra nesses critérios [de captação de receitas e geração de emprego], passou a ganhar maior destaque na agenda urbana nas últimas décadas, sendo hoje objeto de políticas de desenvolvimento econômico local".

Para Aldrigui (2017, p. 142),

> Algumas cidades certamente têm e terão mais sucesso que outras em relação ao turismo. Por vezes, mesmo dispondo de patrimônio histórico e cultural e de atrações de grande potencial, fatores negativos como uma paisagem urbana confusa, desordem social, violência,

> distância entre atrativos, dificuldade de deslocamento e decadência impedem o desenvolvimento esperado da atividade

Para Hayllar, Edwards, Griffin e Aldrigui (2011, p. 3)

> As áreas urbanas oferecem cenários sociais, culturais, físicos e estéticos sobre os quais a atividade turística pode se desenvolver". No entanto, são cenas que são compartilhadas, pelos turistas, com outras pessoas que são a maioria – a estética e a cultura da cidade e seus residentes é que saúdam o visitante. Essa 'forma" complexa molda a experiência à medida que os visitantes interagem com atrações e infraestruturas geralmente desenvolvidas para fins não turísticos; residentes (e os que viajam diariamente até o trabalho), que são tipicamente os usuários majoritários dessas atrações e dessa infraestrutura; e a atividade econômica da cidade, que não está relacionada ao turismo.

Para a Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2019, p. 48),

> O turismo urbano/em cidades é um tipo de atividade turística que se desenvolve num espaço urbano com os seus atributos inerentes, caracterizados por uma economia de base não agrícola, como administração, indústria transformadora, comércio e serviços, e por serem pontos nodais de transporte. Os destinos urbanos/cidades oferecem uma ampla e heterogênea gama de recursos culturais, arquitetônicos, tecnológicos, sociais e experiências naturais e produtos para lazer e negócios.

Em relevo, destaca-se que o turismo faz parte das novas atividades presentes na modernização das cidades, em que o "espaço se encontra, cada vez mais, dominado pela troca, na medida em que áreas antes desocupadas entram no circuito da troca ocupadas por novas indústrias como a do turismo e do lazer" (Carlos, 2007a, p. 51). Em muitos casos, há, de forma negativa e até mesmo criminosa, a descaracterização de importantes sítios históricos tombados para dar lugar a projetos de turismo em desacordo com os padrões arquitetônicos do passado e, também, do presente do lugar. O turismo, então, nem sempre dialoga com a cidade quando se percebe esse tipo de desconsideração.

Metodologia

A pesquisa, em andamento, é do tipo científica, se caracterizando por ser exploratória, descritiva, explicativa, qualitativa e quantitativa, método dedutivo, dialético e observacional (Gil, 2008).

A pesquisa documental se dará: presencialmente no Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba, Arquivo Público Municipal e virtualmente: na base de dados digitais da Câmara Municipal dos Vereadores, Almanak da Parnahyba, entre outras. Quanto à revisão de literatura, estão sendo utilizadas as base de dados virtual do Google Acadêmico e do Portal Capes – sobremaneira livros e artigos respectivamente – com os termos "topônimos", "topônimos turísticos", "topônimos do Piauí", "topônimos de Parnaíba", "bairro Parnaíba", "atrativo Parnaíba", "turismo urbano", "lugar", "paisagem" e afins, nos idiomas português, espanhol e inglês. Quanto à revisão bibliográfica presencial, buscar-se-á publicações nas bibliotecas da UFDPar e UESPI, acervo regional do grupo de pesquisa. Considera-se relevante ainda a cobertura jornalística em meios de comunicação locais, como o site da Prefeitura Municipal de Parnaíba, blogs e perfis do *Facebook* e *Instagram*.

Para a sistematização dos dados aplicou-se o método taxonômico de toponímias de Dick (1990) e para o apontamento

de segmentos turísticos potenciais, os marcos conceituais do Ministério do Turismo (2006) e o definições de turismo da Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2019). Após esta etapa, pretende-se utilizar os métodos análise de discurso (Costa, 2011) e de conteúdo (Sousa, Rodrigues & Tomazzoni, 2016), e mais à frente, entrevistas a moradores dos bairros e visitantes dos atrativos, enquanto memória oral e percepção respectivamente, conforme autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da UFDPar CAAE 68444223.0.0000.0192.

A seleção do estudo de caso, ora bairros e atrativos turísticos de Parnaíba, se deu a partir do entendimento de Yin (2005, p. 32), método este considerado "uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos". Assim, acredita-se que tanto os limites territoriais de Parnaíba definidos pelo IBGE (2023), quanto os de tombamento pelo Iphan (Op. cit.), indicam um recorte amostral constituído por pontos (atrativos) e áreas (bairros) interessantes. Alinhando-se, desta maneira, com Gandara (2014, p. 1109): "evoco a preservação da memória e da constituição da cidade como possibilidade de reinterpretação do espaço-tempo vivido como acervo do patrimônio ambiental".

Resultados

Considerando a taxonomia toponímica (Dick, 1990), o próprio nome da cidade é considerado um hidrônimo, por coincidir com o rio de mesmo nome e que vem da língua tupi *paranã* ("mar") e *aíb* ("ruim"), que tem "importante relevância histórica ao abrir caminho para os colonizadores paulistas e nordestinos, o que, por sua vez, facilitou o reconhecimento de territórios interioranos e, posteriormente, serviu à economia do Estado, já que uma importante parcela do que era produzido na região escoava por suas águas, até então, navegável em quase toda sua extensão" (Anjos, 2012, p. 92).

Aprofundando o estudo dos topônimos da cidade, através da aplicação da classificação de Dick (Quadro 2), observa-se que a maioria dos topônimos é de natureza antropo-cultural, sendo hierotopônimos (18) e antrotopônimos (5). Quanto aos topônimos de natureza física, as taxonomias que se destacam são hidrotopônimos (7) e geomorfotopônimos (5) (Figura 3). Os segmentos turísticos por sua vez, são correlatos, a maioria culturais (21), seguido pelos naturais (e.g. geoturismo e ecoturismo, com 9 e 7 respectivamente).

Quadro 2 – Topônimos de bairros e atrativos de Parnaíba (PI).

Nome	Classificação	Topônimo	Segmentos turísticos potenciais
Alto Santa Maria	Bairro	geomorfotopônimo-hierotopônimo	Geoturismo, Turismo Cultural
Bairro Nossa Senhora de Fátima	Bairro	hierotopônimo	Turismo Cultural
Bairro Nossa Senhora do Carmo	Bairro	hierotopônimo	Turismo Cultural, Turismo Religioso
Bebedouro	Bairro	hidrotopônimo	Geoturismo, Turismo de Lazer, Turismo Náutico
Beira Rio	Atrativo	geomorfotopônimo-hidrotopônimo-hierotopônimo	Turismo de Lazer, Turismo de Eventos, Turismo Gastronômico
Boa Esperança	Bairro	animotopônimo	Turismo Cultural
Campos	Bairro	geomorfotopônimo	Geoturismo, Ecoturismo
Canta Galo	Bairro	zootopônimo	Ecoturismo
Casarão Simplício Dias	Atrativo	antropotônimo	Turismo Cultural
Ceará ("chuva torrencial")	Bairro	hidrotopônimo	Turismo Cultural
Centro	Bairro	cardinotopônimo	Turismo de Compras, Turismo Cívico, Turismo Cultural, Turismo Religioso
Delta do Parnaíba	Atrativo	hidrotopônimo-hierotopônimo	Geoturismo, Ecoturismo

Dirceu Arcoverde	Bairro	antropotônimo	Turismo de Saúde, Turismo de Compras
Frei Higino	Bairro	hierotopônimo	Turismo de Saúde
Igaraçu	Bairro	hidrotopônimo	Geoturismo, Turismo Rural, Ecoturismo
Igreja de Nossa Senhora da Graça	Atrativo	hierotopônimo	Turismo Cultural, Turismo Religioso
João XXIII	Bairro	hierotopônimo	Turismo Cultural
Lagoa do Portinho	Atrativo	hidrotopônimo-hierotopônimo	Geoturismo, Ecoturismo, Turismo de Sol e Praia, Ecoturismo
Mendonça Clark	Bairro	antropotônimo	Turismo Cultural
Museu do Trem/ Maria Fumaça	Atrativos	antropotônimo	Turismo Ferroviário, Turismo Cultural
Nova Parnaíba	Bairro	cromotopônimo	Turismo Cultural
Porto das Barcas	Atrativo	sociotopônimo	Turismo Náutico, Turismo Cultural
Pedra do Sal	Bairro/Atrativo	litotopônimo	Geoturismo, Turismo de Sol e Praia, Turismo de Base Comunitária, Turismo de Pesca, Turismo de Aventura
Piauí (“rio das pia bas”)	Bairro	hidrotopôni-mo-zootopôn-imo	Turismo Cultural
Pindorama (“região da s palmeiras”)	Bairro	fitotopônimo	Ecoturismo
Planalto	Bairro	geomorfotopônimo	Geoturismo
Praça da Graça	Atrativo	hierotopônimo	Turismo de Lazer, Turismo de Eventos
Praça Santo Antônio	Atrativo	hierotopônimo	Turismo de Lazer, Turismo de Eventos
Primavera	Bairro	astrotopônimo	Ecoturismo
Reis Velloso	Bairro	antropotônimo	Turismo de Compras
Rodoviária	Bairro	sociotopônimo	Turismo Rodoviário, Turismo de Esportes
São Benedito	Bairro	hierotopônimo	Turismo Cultural

São Francisco da Guarita	Bairro	hierotopônimo	Turismo Cultural
São Judas Tadeu	Bairro	hierotopônimo	Turismo Cultural
Santa Luzia	Bairro	hierotopônimo	Turismo Cultural
São José	Bairro	hierotopônimo	Turismo Cultural
São Vicente de Paula	Bairro	hierotopônimo	Turismo Cultural
Sabiasal	Bairro	zootopônimo	Ecoturismo
Santa Isabel	Bairro	hierotopônimo	Turismo Cultural
Tabuleiro	Bairro	geomorfotopônimo	Geoturismo

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Figura 3 – Nuvem de palavras das principais taxonomias de bairros e atrativos turísticos de Parnaíba.



Fonte: Word Cloud (2023).

Todavia, essa dicotomia natureza-humanidade é oposta ao entendimento da Declaração de Jena (Fischer, Hossfeld, Krause, Schiller & Richter, 2021)[4]. Assim, os resultados aqui apresentados podem ser reinterpretados diante do turismo tradicionalmente

[4] https://www.thejenadeclaration.org/downloads/TJD_Jena_Declaration-pt.pdf

comercializado pelas agências de receptivo e transportadoras turísticas locais. Um exemplo é o geoturismo, que por meio da interpretação do material natural constituinte de um monumento (Figura 4) ou parte de uma edificação (Figura 5), se configura enquanto um patrimônio pétreo (Del Lama, 2021), rocha ou mineral esse com valor funcional para um grupo social em um dado momento de sua vida, logo, também patrimônio cultural imaterial, haja vista saberes e fazeres da mineração, construção e ocupações afins. Fundindo-se, assim, em um "geoturismo urbano" (Del Lama, Bacci, Martins, Garcia & Dehira, 2015).

Figuras: 4 – Placas de mármore do Monumento do Sesquicentenário da Independência do Piauí, no bairro Nova Parnaíba; 5 – Foto de parede de pedra e cal de concha do Porto das Barcas, Parnaíba.





Fonte: https://patrimoniospiauienses.wordpress.com/category/parnaiba/;

Correlacionando-se aos logradouros, Guimarães (2021) analisou a relação destes na cidade de Manaus (AM) com o turismo urbano. Para a autora é uma forma de valorização patrimonial e incremento da oferta turística. Comparando-se os atrativos turísticos de Parnaíba e os 42 tipos de logradouros dos Correios (2021), tem-se três: Praça da Graça, Praça Santo Antônio e Lagoa do Portinho. Contudo, considerando-se o mapa turístico, com 32 atrativos[5] (PMP, 2017), há potencial para mais logradouros-atrativos, como a Estação Floriópolis, Praça Mandu Ladino, Aeroporto, entre outros.

Acredita-se que os dados preliminares encontrados estão em consonância com MTur (2007, p. 1), que "busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística".

Este "olhar da comunidade", soma-se ao do turista (Urry, 2001, p. 16) para um turismo mais suave (Krippendorf, 1989) diante do overturismo, é "tão socialmente organizado e sistematizado quanto o olhar médico", sendo, assim, uma via de mão dupla àquela de mão única governamental, pois "as imagens comerciais turísticas estruturam o olhar".

Ribeiro e Oliveira (2017), observaram que a construção da Parnaíba turística, diante da decadência dos ciclos da carne de charque e da carnaúba, da tradicional "praia para o pescador" foi construída a ideia de "praia para o turista", contradição essa ainda presente, mas readaptada, com a conversão da pesca de subsistência para fomentar equipamentos de alimentos e bebidas locais.

Acredita-se que, da perspectiva aqui empreendida, o estudo dos topônimos de bairros e atrativos de Parnaíba coaduna com os esforços de se considerar uma particularidade inerente ao turismo,

[5] Não incluídos atrativos inaugurados recentemente, como o Cristo Redentor e a Praça da Bíblia e potenciais, ainda não comercializados como a Fazenda Testa Branca, a Lagoa do Bebedouro e a Avenida Getúlio Vargas.

que se dá através da segmentação. Com isso, Moreira (2014, p. 25) argumenta que com "a estratégia da segmentação, novos roteiros e a diversificação dos produtos turísticos são objetivos a serem perseguidos", na busca por melhor dimensionar os atrativos às suas propostas, vinculando diretamente ao modo de atração de turistas pelo seu perfil, na forma prática.

Assim, considerando a diversidade de segmentos turísticos potenciais enriqueceria e consolidada Turismo Urbano da cidade para além do "turismo fluvial"[6] ou "turismo baseado no rio"[7], respectivamente produzidos e consumidos enquanto turismo náutico e turismo de base comunitária, corroborando a correlação topônimo-turismo de Light (2014).

O estudo toponímico dos atrativos e bairros de Parnaíba pode permitir formas de pensar o turismo por meio da segmentação, a fim de contribuir para a organização e planejamento do turismo local, seguindo as palavras de Leite (2017) e Moreira (Op. cit.).

Conclusões

A cidade enquanto questão urbana desde as primeiras descritas por Mumford (1961) apresenta crises – ratificado no item 3 da Declaração de Jena – pela sua própria configuração. O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 11 – Cidades e comunidades sustentáveis[8] é um exemplo de tentativa de minimização dessa crise sócio(ambiental).

Nota-se as contribuições das Humanidades para a gestão da paisagem urbana de Parnaíba, na forma da história e geografia

---

6 "O principal componente do turismo fluvial é a característica natural da água, uma dos cenários naturais mais populares para descanso e recreação" (Cooper & Prideaux, 2009, p. 258).

7 "Mesmo que através dos rios representam um significativo recurso turístico, eles são um aspecto surpreendentemente negligenciado da indústria turística global. No entanto, o uso dos rios é aumentando à medida que as pessoas começam a compreender as comodidades de vistas do rio e os operadores turísticos percebem o potencial para atividades fluviais, como transporte, viagens de vários dias cruzeiros fluviais e excursões diurnas/noturnas." (UNWTO, 2016, p. 10).

8 https://brasil.un.org/pt-br/sdgs

de seus topônimos, possibilitando um novo olhar das tradicionais paisagens natural Delta do Parnaíba e cultural Porto das Barcas, mas enquanto um tecido urbano entremeado de estórias não contadas de suas paisagens culturais.

Apesar das características econômicas e políticas expoentes – Produto Interno Bruto regional elevado e status de região metropolitana –, socialmente tem Índice de Desenvolvimento Humano médio, lacuna que o estudo e valorização dos topônimos da cidade pode contribuir para um melhor desenvolvimento, em especial as esferas socioambiental da sustentabilidade.

Conclui-se que a Parnaíba turística comercializada da geodiversidade e biodiversidade do Delta do Parnaíba, tem uma oferta latente diversificada na forma de seu patrimônio cultural material e imaterial, que pode ser explorada enquanto Paisagem Cultural, categoria de proteção expoente que foca no patrimônio como um todo, valorizando as comunidades que compartilham destes territórios.

Referências

Aldrigui, M. (2017). Turismo urbano: um olhar para o quase invisível. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação* (4), 131-143.

Anjos, M. A. L. (2012). *Marcas Toponímicas em solo Piauiense:* seguindo as trilhas das águas. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Ashworth, G. J., & Page, S. J. (2011). Urban Tourism Research: Recent Progress and Current Paradoxes. *Tourism Management, 32*(1), 1-15.

Callai, H. C. (2002). Estudar o lugar para compreender o mundo. In: A. C. Castrogiovanni, H. C. Callai & N. A. Kaercher. *Ensino de geografia:* práticas e textualizações no cotidiano. 2. ed. Porto Alegre, Mediação, p. 83-133.

Carlos, A. F. A. (2007a). *O espaço urbano:* novos escritos sobre a cidade. São Paulo, FFLCH.

____. (2007b). *O lugar no/do mundo.* São Paulo, FFLCH.

____. (2009). *A cidade.* 8. Ed. São Paulo, Contexto.

Cepro. (2013). *Relatório de Pesquisa Demanda Turística:* Teresina, Litoral do Piauí (Parnaíba e Luís Correia) e São Raimundo Nonato. Teresina, Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí.

Claval, P. (1995). *A Geografia Cultural.* Florianópolis, Ed. Da UFSC.

CMP. (2007). *Lei no. 2.296.* Plano Diretor de Parnaíba. Parnaíba/PI, Câmara Municipal de Parnaíba.

Cooper, M., & Prideaux, B. (2009). Conclusions and challenges. In: B. Prideaux, & M. Cooper. *River tourism*. Wallingford, Cabi, p. 257-264.

Corrêa, R. L. (2005). *O espaço urbano.* 4. ed. São Paulo, Editora Ática.

Correios. (2021). *Guia técnico:* endereçamento de correspondências. Brasília, Correios.

Costa, M. (2011). Análise de discurso crítica no turismo: indicação de Metodologia às novas leituras do fenômeno. *Anais...* ANPTUR.

Cruz, R. C. A. (2005). Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado e território negligenciado. *Geosul, 20*(40), 27-43.

Del Lama, E. A. (Org.) (2021). *Patrimônio em Pedra.* São Paulo, Instituto de Geociências da USP.

Del Lama E. A., Bacci D. D. L. C., Martins L., Garcia M. G. M., Dehira L. K. 2015. Urban geotourism and the old centre of São Paulo city, Brazil. *Geoheritage, 7:*147-164.

Dick, M. V. P. A. (1990). *A motivação toponímica e a realidade brasileira.* São Paulo, Arquivo do Estado.

Florida, R. (2008). *Who's your city:* how the Creative Economy is making where to live the most important decision of your life. New York, Basic Books.

Gandara, G. S. (2010). *Rio Parnaíba.* Cidades Beira (1850-1950). Teresina, UFPI.

____. (2014). Espaço/tempo vivido: patrimônio ambiental da cidade Parnaíba/PI *Diálogos, 18*(3), 1109-1136.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo, Atlas.

Guimarães, M. R. C. (2021). *Turismo Urbano e logradouros:* olhar interpretativo das avenidas em centros históricos na perspectiva do conjunto. Tese (Doutorado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú.

Hayllar, B., Griffin, T., Edwards, D., & Aldrigui, M. (2011). *Turismo em cidades:* espaços urbanos, lugares turísticos. São Paulo, Campus/Elsevier.

Henriques, E. B. (2003). A cidade, destino de turismo. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, XIX, 163-172.

IBGE. (2023). *Cidades:* Parnaíba. https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/parnaiba

Iphan. (2008). *Cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII:* Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba. Brasília, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Krippendorf, J. (1989). *Sociologia do Turismo.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Lacoste, Y. (1977). A *Geografia serve antes de mais para fazer a Guerra.* Lisboa, Iniciativas. Editoriais.

Lefebvre, H. (2002). *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

Leite, N. K. (2017). *A cidade e o turismo:* um estudo sobre o lugar da atividade turística no empreendedorismo urbano de Lyon (França). Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Light, D. (2014). Tourism and toponymy: commodifying and consuming place names. *Tourism Geographies, 16(*1), 141-156.

MTur. (2006). *Marcos conceituais.* Brasília, Ministério do Turismo.

____. (2007). *Roteirização turística.* Brasília, Ministério do Turismo.

____. (2023). *Mapa do Turismo Brasileiro.* https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html

Moreira, J. C. (2014). *Geoturismo e interpretação ambiental.* Ponta Grossa/PR, Editora UEPG.

Mumford, L. (1961). *A cidade na história:* suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo, Martins Fontes.

Murta, S. M., & Albano, C. (2002). Interpretação, preservação e turismo: uma introdução. In: S. M. Murta, & C. Albano. (Orgs.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte, UFMG, p. 9-12.

Oliveira, P. V. S. (2015). Cidades visíveis, sujeitos invisíveis: pescadores em Parnaíba nas décadas de 1970 e 1980. *Anais...* XIII Encontro de História Oral.

PMP. (2017). *Guia Turístico de Parnaíba*. Parnaíba/PI, Prefeitura Municipal de Parnaíba.

____. (2023). *Pontos Turísticos.* https://parnaiba.pi.gov.br/phb/pontos-turisticos/

Porto, C. E. (1955). *Roteiro do Piauí.* Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura.

Ribeiro, F. M. S. N., Oliveira, P. V. S. (2017). "A Pitoresca Parnaíba Social e Turística": natureza e Turismo na imprensa do Litoral Piauiense (1973-1985). *Revista Eletrônica Discente História, 4*(8), 64-79.

Rolnik, R. (1995). *O que é cidade*. São Paulo, Brasiliense.

Santos, M. (1979). *O espaço dividido.* São Paulo, Edusp.

____. (2001). *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro, Record.

Santos, M., & Silveira, M. L. (2006). O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. Rio de Janeiro, Record.

Sebrae. (sd). *Entendendo o atrativo turístico*. São Paulo, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.
Silva, A. W. S. (2018). *A pobreza urbana em Parnaíba, Piauí (1890-1920)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Sousa, E. N., Rodrigues, L. M., & Tomazzoni, E. L. (2016). Análise de Conteúdo: uma revisão preliminar dos seus domínios de aplicação em investigações turísticas. *Anais...* ANPTUR.

UNGEGN. (2023). *United Nations Group of Experts on Geographical Names*. https://unstats.un.org/unsd/ungegn/

UNWTO. (2010). *Mekong River-based Tourism Product Development.* Madrid, World Tourism Organization.

____. (2019). *Tourism definitions*. Madrid, World Tourism Organization.

Urry, J. (2001). *O olhar do turista:* lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo, Studio Nobel/SESC.

Watt, B. (2009). Cultural aspects of place names with special regard to names in Indigenous, minority and regional languages. In: P. Jordan, H. Bergmann, C. Cheetham, & I. Hausner (eds.), *Geographical Names as a Part of the Cultural Heritage.* Wien, Universität Wien, p. 21-24.

Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso:* planejamento e métodos. Porto Alegre, Bookman.

24.

Sustentabilidade, História e Fontes de Arquivos: *Os Usos do Extrativismo Faunístico e Vegetal no Piauí, Brasil nos Séculos XVIII-XX*

Sustainability, History and Archive Sources: *The Uses Of Faunistic and Vegetable Extrativism in Piauí, Brazil in the 18th-20th Centuries*

Sostenibilidad, Historia y Fuentes de Archivo: *Los Usos del Extrativismo Faunista y Vegetal en Piauí, Brasil en Los Siglos XVIII-XX*

BY SÍRIA EMERENCIANA NEPOMUCENO BORGES

Sustentabilidade, História e Fontes de Arquivos: *Os Usos do Extrativismo Faunístico e Vegetal no Piauí, Brasil nos Séculos XVIII-XX*

Sustainability, History and Archive Sources: *The Uses Of Faunistic and Vegetable Extrativism in Piauí, Brazil in the 18th-20th Centuries*

Sostenibilidad, Historia y Fuentes de Archivo: *Los Usos del Extrativismo Faunista y Vegetal en Piauí, Brasil en Los Siglos XVIII-XX*

SÍRIA EMERENCIANA NEPOMUCENO BORGES[1]

Resumo

Apresenta um tema correlato à sustentabilidade ambiental: a História dos usos do extrativismo faunístico e vegetal. A abordagem é uma oportunidade para formação de uma consciência crítica sobre a preservação ambiental numa perspectiva de

[1] Pesquisadora do Programa de Pesquisa Indígena da Faculdade do Centro Maranhense, Brasil; Pesquisadora colaborativa do Instituto Terra e Memória, Portugal; e Discente do Programa de Doutorado em Patrimônio da Universidad de Extremadura, Espanha. E-mail: siriaborges@gmail.com

construção histórica, que, recorre, no caso deste estudo, às fontes documentais arquivísticas. Normalmente, quando se associa as questões de sustentabilidade e História, fixa, sobretudo, na tarefa de historicizar suas origens e conceitos; e quando a associa a Arquivos, com a responsabilidade de seguir práticas profissionais, medidas e procedimentos que contribuam para a preservação do meio ambiente, contudo, ainda pouco privilegiada, é a questão da sustentabilidade a partir do incentivo a pesquisa que aprofunde e difunda a abordagem por uma compreensão histórica a temas correlatos, tais como paisagens, recursos naturais, agrária, urbana, dentre outros. E é neste sentido, de crítica e exemplificação, que se propõe a evidenciar as potencialidades das fontes documentais do Arquivo Público do Estado do Piauí, para a escrita da História sobre os usos do extrativismo no Piauí nos séculos XIX e XX, justificada pela lógica de se pensar as ações de sustentabilidade ancoradas em argumentos históricos: apreender o passado para atuar no presente.

Palavras-chave: Sustentabilidade; História; fontes documentais de Arquivos; Piauí-Brasil.

Abstract

It presents a theme related to environmental sustainability: the history of the uses of fauna and plant extractivism. The approach is an opportunity to raise critical awareness about environmental preservation from a perspective of historical construction, which, in the case of this study, uses archival documentary sources. Normally, when the issues of sustainability and history are associated, they are mainly focused on the task of historicising their origins and concepts; and when they are associated with archives, with the responsibility of following professional practices, measures and procedures that contribute to the preservation of the environment. However, the issue of sustainability is still not given much priority, as it encourages research that deepens

and disseminates the approach from a historical perspective to related themes, such as landscapes, natural resources, agrarian, urban, among others. And it is in this sense, of criticism and exemplification, that we propose to highlight the potential of the documentary sources of the Public Archive of the State of Piauí, for writing history about the uses of extractivism in Piauí in the 19th and 20th centuries, justified by the logic of thinking about sustainability actions anchored in historical arguments: apprehending the past in order to act in the present.

Keywords: Sustainability; History; Archival documentary sources; Piauí-Brazil.

Resumen

Presenta un tema relacionado con la sostenibilidad ambiental: la historia de los usos de la fauna y el extractivismo vegetal. El planteamiento es una oportunidad para crear conciencia crítica sobre la preservación del medio ambiente desde una perspectiva de construcción histórica que, en el caso de este estudio, utiliza fuentes documentales de archivo. Normalmente, cuando se asocian los temas de sustentabilidad e historia, se enfocan principalmente en la tarea de historizar sus orígenes y conceptos; y cuando se asocian con archivos, con la responsabilidad de seguir prácticas, medidas y procedimientos profesionales que contribuyan a la preservación del medio ambiente. Sin embargo, aún no se le da mucha prioridad al tema de la sustentabilidad, pues incentiva investigaciones que profundicen y difundan el abordaje desde una perspectiva histórica a temas relacionados, como paisajes, recursos naturales, agrarios, urbanos, entre otros. Y es en este sentido, de crítica y ejemplificación, que nos proponemos destacar el potencial de las fuentes documentales del Archivo Público del Estado de Piauí, para escribir historia sobre los usos del extractivismo en Piauí en los siglos XIX y XX, justificado por la lógica de pensar acciones

de sostenibilidad ancladas en argumentos históricos: aprehender el pasado para actuar en el presente.

Palabras-clave: Sostenibilidad; Historia; Fuentes documentales de archivo; Piauí-Brasil.

Introdução

As possibilidades interativas entre sustentabilidade, história e arquivos, pensadas por um contexto específico – Piauí, Brasil, dos séculos XVIII-XXI – busca alternativas de ações concretas no campo de atuação da sustentabilidade e com capacidade de replicação em outros contextos regionais e territoriais. A abordagem é uma oportunidade para formação de uma consciência crítica sobre a preservação ambiental (Oliveira, 2010) numa perspectiva de construção histórica (Silva, p. 203-206, 1997) que, recorre, no caso deste estudo, às fontes documentais arquivísticas. Normalmente, quando se associa as questões de sustentabilidade e História, fixa, sobretudo, na tarefa de historicizar suas origens e conceitos (Maria Bursztyn e Marcel Bursztyn, 2006; Barbiere, 2020); e quando a associa a Arquivos, com a responsabilidade de seguir práticas profissionais, medidas e procedimentos, que contribuam para a preservação do meio ambiente (consumo e descarte controlado de papeis, mídias e equipamentos eletrônicos, consumo de energias, informatização etc.), contudo, ainda pouco privilegiada, é a questão da sustentabilidade a partir do incentivo a pesquisa (publicações, guias, instrumentos de pesquisa) que aprofunde e difunda a abordagem por uma construção histórica a temas correlatos, tais como as paisagens, recursos naturais, agrária, urbana, dentre outros (Santos e Pintos, 2021). E é neste sentido, de crítica e exemplificação, que se propõe a evidenciar as potencialidades das fontes documentais do Arquivo Público do Estado do Piauí para a escrita da História sobre os usos do extrativismo no Piauí nos séculos XIX e XX, justificada pela lógica de se pensar

as ações de sustentabilidade ancoradas em argumentos históricos: apreender o passado para atuar no presente.

Metodologicamente o estudo realizou uma análise das fontes arquivísticas de natureza manuscrita e bibliográfica que estão sobretudo no Arquivo Público do Estado do Piauí e que fazem parte do projeto *Repertório de documentos para a História indígena no Piauí* (Borges, 2010). As fontes de natureza manuscrita, são compostas de documentos governamentais – comunicados, registros, relatórios, despachos, editais – e bibliográfica, especificamente, o *Catálogo dos Productos Piauhyenses na Primeira Exposição Estadual do Piauhy de 1923 e o Catálogo dos Productos do Estado do Piauuhy – Exposição Nacional* de 1908, que embora, este último não faça parte do acervo do Arquivo Público do Piauí complementa diretamente a ideia sugerida neste estudo. Como as informações trazidas nas fontes documentais são abrangentes e abordam diversos aspectos do extrativismo, opta para este artigo focar nos usos do extrativismo faunístico, explorando a caça e a pesca; e os usos do extrativismo vegetal, explorando as madeiras e fibras vegetais.

Extrativismo Faunístico de Subsistência e Comercial

Caça e pesca de subsistência indígena

As fontes arqueológicas, no Piauí, comprovam a existência da caça de subsistência como um traço comportamental das sociedades primevas com continuidade atualizada pelos povos indígenas das técnicas e estratégias, sobretudo pela adesão às armas de fogo e instrumentos de ferro nos séculos seguintes ao contato, assim como, a utilização pelos colonizadores, das armas e técnicas de caça indígena. Essa circularidade cultural, se explica pela estratégia bem sucedida de conseguir os recursos faunísticos em um bioma especifico (Borges, 2014).

Um documento (Doc.01) em particular do acervo do Arquivo Público Maranhão (Diário, 17.12.1728 como citado em Carvalho, 2005, p. 54) descreve o contato entre indígenas de Nações do

Maranhão e Piauí motivado pelo comércio da caça marítima de tubarões e espadartes, citando os dentes de ambos os peixes como matéria-prima para fabricação de flechas. A descrição, acrescenta a esse tipo de caça pelo menos três características: habilidade de caçar animais marinhos de médio e grande porte; o comércio entre Nações distintas (possivelmente a licença para entrada nestes territórios era negociada com trocas de recursos naturais, como matéria prima ou de produtos já manufaturados) e a carga cultural e tecnológica da flecha (além da importância prática para valer um deslocamento tão longo).

> Todos estes anos da povoação do Maranhão até o ano de 1722 em que tomei posse daquele governo foi conhecida a bárbara Nação dos Tremembés que habitaram, possuíam e foram senhores absolutos de toda a costa desde a barra do Maranhão e ponta do Mearim até as Barras do Parnaíba [Piauí]. [...] tinham a comunicação com o gentio do sertão, Araperus, Arajás [Amanajós], Aranhis, Guaranis [Guaranés], Cahicahires [Caicaízes] que vinham resgatar dentes de tubarão e de espadarte para pontas de flechas [...]. (DIÁRIO, 17. 12. 1728 apud Carvalho, 2005, p. 54). [Doc. 01]

Um aspecto a ressaltar no século XIX são as condições contextuais de caça realizadas pelos povos indígenas no Piauí, enredados no processo de povoamento, criação de vilas e povoado e expansão das fazendas pecuaristas. Para os indígenas que estão em deslocamento forçado e vindos de províncias vizinhas, a caça não é suficiente a subsistência ou o processo de deslocamento é lento devido a necessidade da caça. (Doc. 02).

> [...] participei a VExa o que havia feito para aldeiar uma porção de índios, que erravam nesta

> Província, vivendo da caça, que não lhes chegava para passar, acontecendo serem alimentos pelos fazendeiros, por cujas fazendas passavam e que necessariamente os havia de indispor contra eles, resultando disso talvez desordens, e a perseguição dos mesmos índios. [Doc. 02: Cód. 114, fls. 37v a 38, 18 de agosto de 1851].

Comércio, armas, armadilhas de caça e a circularidade cultural

Por autorização do artigo nº 299 do código criminal de 1830, a Vila de Parnaguá (Piauí) permite sem a necessidade de licença legal, o uso de armas para caçadores de onça e caçadores em geral. No Doc. 03 fica evidente o uso de armas indígenas pelos caçadores profissionais

> [...] os caçadores de onças podem usar das suas lanças, dardos, ou *azagaias [grifo nosso]*, sendo enfiadas em hastes de pano compridas, assim como *espigadas finas [grifo nosso]*, que são remetidas a todos os caçadores em geral, os quais também poderão usar de facas do mato de pontas voltadas com a dos vaqueiros. [...]. [Doc. 03: Doc. Avulso, fl. 51, 02 de setembro de 1848].

Na perspectiva, contextualizada pela noção da circularidade cultural (Ginzburg, 1987; Correa, 2004), a habilidade e a técnica de caça indígena, reforçada com as armas e armadilhas não indígenas foram utilizadas para abastecer o comércio de peles de onças, como sugere o Doc. 04 ao citar as atividades dos indígenas na Fazenda Nacional Sacco:

> "[...] 3º remeter-me uma lista dos objetos precisos para que os referidos índios possam

> entregar-se a vida agrícola, e habilitar-se, mesmo melhor para a caça das onças, que segundo me informa vosmecê abunda na referida fazenda [...]. [Doc. 04: Cód. 180, fl. 51, 8 de setembro de 1851].

No início do século XX, a caça aparece ligada a um lucrativo comércio de peles e couro que já mostra seus sinais de pujança nos séculos XIII-XIX. No Catálogo de 1908, mais tímido quanto a descrição das espécies animais próprias ao comércio de peles e couro (p. 44), apresenta o Piauí, sobretudo o Sul do Estado, com "abundância fácil e a que lhe faz parêlha em matéria de caças e peixes deliciosos" (p. 11). Já o Catálogo de 1923 (p. 25) cita na "Secção de várias indústrias – Indústria fabril", no "40 Grupo - Couros e pelles preparadas" a variedade de animais que serviam a caça, como se apresenta no quadro abaixo:

Quadro 1 – Catálogo de 1923.

Anta	
Cangambá	
Cobra	Giboia
Caititu	
Cotia	
Ema	
Lontra	
Gato	Bravo, pintado, mateiro, maracajá, mourisco, vermelho
Onça	Pintada e susuarana
Papa-mel	
Peba	
Preguiça	
Macaco	Guariba
Mocó	

Quaty	Furão
Raposa	
Tamanduá	
Veado	Catingueiro, capoeiro, novo

As peles e couros de animais eram utilizadas como matéria-prima para o comércio de manufaturados tais como: botinas e chinelas de couro de capoeiro, chapéus, malas, maletas, mantas, cela de vaqueiro, chicote, cabresto, uniforme para vaqueiros, cornimboque de rabo de peba e correntes de couro cru, utilizado, entre outras atividades, para prear indígenas:

> "[...] amotinados de um e outro sexo e encaminhando-os assim para o despossuído lugar de São Gonçalo perderão em caminho e [...] uma a índia haver uma faca com a qual cortarão a corrente que era de couro cru" [Doc. 05: Cód. 146, fls. 80v a 81v, 3 de abril de 1780].

Há exemplos no Catálogo de 1923, de armadilhas e outros utensílios utilizados na caça e pesca que também eram comercializadas: armadilha mata-raposa (p. 43), anzol para pesca de caceia, côvo para pescador e produtos de cutelaria, como facas, facões, machados e foices.

Extrativismo Vegetal de Subsistência e Comercial

Comércio de madeira

O Doc. 06 aponta os indígenas como os principais responsáveis pela conservação das matas, ao dificultar a entrada de comerciantes ávidos pela extração da madeira de lei. Esse documento aponta ainda um outro aspecto interessante sobre o qual se pode afirmar como uma tentativa embrionária de manejo das matas, que não se confunde com uma iniciativa motivada de consciência

ambiental, mas, tão somente para o bom aproveitamento do comércio de madeireiro, muito embora se ressalte no teor do documento expressões que cabem nos dias atuais, quando se pensa em mecanismos de contenção à exploração ilegal das florestas: cobiça, destruição e conservação.

> [...] solicita informações acerca das matas que contém madeiras de lei no litoral, ou margens de rios, da extensão delas e da dificuldade ou facilidade dos cortes, declarando ainda se as referidas matas pertencem a Nação ou a particulares, os meios mais adequados a sua conservação e cortamento. Em relação a tal assunto afirma: o litoral não tem madeira de lei; as margens do Rio Parnaíba existem em algumas paragens madeiras de lei que tem sido estragadas pelos proprietários dos terrenos; o terreno que merece toda consideração se acha situado entre os rios - Urussumerim e Urussuí - e cabeceiras do Parnaíba que ocupado por indígenas é conhecido pelo nome de Gilbués; em geral todos os terrenos ao Oeste da Comarca de Parnaguá, e que se acham em poder dos índios, contém matas magníficas e as mais ricas madeiras de construção; não é capaz por ora de afirmar os meios mais adequados para conservação e cortamento de tais matas, que na atualidade se conservam intactas, pois os índios as defendem contra a cobiça daqueles que queiram se aproveitar ou destruir. [Doc. 06: Cód. 27, fls. 26v a 27, 10 de março de 1851].

Se por um lado, a qualidade das madeiras no Piauí é um tema farto na documental oficial do Arquivo do Piauí, por outro lado, uma outra temática surge com frequência: o seu mal

aproveitamento em virtude das atividades agrícolas praticada a partir da técnica de coivara que prejudica a indústria madeireira de construção naval e edificações e o extrativismo derivados da floresta (Doc. 07 e 08).

> [...] Não há processo algum empregado na cultura, que não seja o antigo de se derrubarem os nossos matos, *fazer-se coivaras [grifo nosso]* e plantar-se no princípio das chuvas. Daqui vem estamos ficando sem os nossos belos matos, dando se extraírem madeiras de construção, de marcenaria, e para edifícios. Não se sabe rotear as terras por outra forma [...].
> [...] Era, pois, remito conveniente transplantar-se para a que colonos que saibam rotear bem qualquer terreno, sem ser preciso *estar-se derrubando matos de continuo [grifo nosso],* o que pelo andar dos tempos nos obrigará a importar madeiras estrangeiras, que não são tão boa qualidade, como as nossas, além dessa serem raras [...]. [Doc. 07: Doc. Avulso, 23 de setembro de 1872].

> [...] As suas matas são riquíssimas de madeiras de construção de toda espécie, entres quais encontram-se algumas de proporções colossais. Mostrou-me o distinto cidadão Barão de Santa Filomena em tronco de jatobá, já transformado em cocho e que media para mais de metro de diâmetro. É muito comum verem-se ali dormar de madeira de uma só peça, de amplas circunferências e grande capacidade para deposito de gêneros, feitas de um tronco ouco da [...]árvore denominada maria-preta. Tais matas poderiam alimentar com *vantagem um*

> *grande e redonzo estabelecimento de serraria à vapor, sem prejuízo dos produtos florestais extraídos [grifo nosso],* de que não são menos opulentas. [...].
> [...] Entretanto, ainda que menos vantajosas para a grande lavoura, oferecem à indústria extrativa em vasto campo inesplorado de riquezas florestais, sendo que as madeiras de construção e os produtos extrativos superabundam, quer nas matas dos vãos ou baixões quer dos mais altos morros. Copaibeiras há ali que, derribadas, por ocasião de abrirem-se os roçados, fornecem, segundo o testemunho dos próprios lavradores, para mais de cinco frascos de óleo; e assim destroem as mais preciosas árvores; pois, igual sorte cabe às mangabeiras, aos angicos, às árvores de quina, ao pau-brasil e à muitas outras variedades e vegetais apreciados pelo seu valor industrial, sacrificados à ignorância dos íncolas, que manejam os instrumentos iconoclastas e devastadores da lavoura rotineira – o machado e o fação [...]. [Doc. 08: Doc. Avulso, 1877].

Técnicas de extração e produção de manufaturados

Em ambos Catálogos (1908; 1923) há uma descrição detalhada da indústria extrativas vegetal em pelo menos quatro categorias: borrachas; fibras e cascas industrias; frutas silvestres; óleos, cera, resina; madeiras; e plantas medicinais. Em alguns exemplos das categorias descritas encontra-se referências descritas nos documentos oficiais e associados aos costumes culturais e técnicas indígenas: Um exemplo e a fibra de urucú a fibra de coroá (Doc. 09) que serviam para a produção de cordas de embira (técnica).

> Logo que vosmecê esta receber mandará se perda de tempo fazer uma dúzia de cordas de imbira de urucu da grossura de cordas de rede, como igualmente tirar algumas miadas da dita imbira como se faz com o Coroá, e estando assim tudo feito fará logo remeter a esta cidade por um índio e quando não haja o dito urucu nessa missão, também deve vosmecê participa-me; como igualmente de qualquer embaraço que se oferecer para esta feitura, ficando vosmecê advertido que todo o trabalho que se tiver nesta diligencia há de ser pago pela Fazenda real. [Doc. 09: Cód. 158, fl. 39v, 23 de Janeiro de 1801].

A semente do urucú, citada nos Catálogos (1908;1923) servia também para o preparo de uma especiaria muito utilizada no preparado da comida, comumente conhecida pelo nome de coloral por dá um tom avermelhado aos alimentos. A técnica do preparo utilizava pilões de madeira escupido na madeira do pequizeiro, assim como colheres de pau, tigelas e gamelas de diferentes tamanhos e utilidades.

A conhecimento e a técnica de trabalho com as fibras e palhas vegetais é demonstrada no Catálogo de 1923 com a variedade de produtos confeccionados com a matéria-prima:

Quadro 2 – Catálogo de produtos e matéria-prima

Produto	Matéria-prima
Abano	Palha de carnaúba
Balaio	Talas de Buriti
Cofo	Palha de carnaúba
Esteira	Monguba Imbiratanha
Espanador	Fibras de paco-paco

Gamela	Palha de carnaúba
Jaca	Talas de taboca
Tapety	Talas de Buriti Palhas de carnaúba Fibras de croá
Ternos de porta pratos	Fibra de tucum
Vassoura	Palha de carnaúba

Considerações Finais: A História para Pensar a Sustentabilidade

De uma forma geral, duas considerações nortearam a construção desse estudo: 1. A correlação entre sustentabilidade e História é uma abordagem em compasso de espera de interesse. Existe uma programação super estimada que a sustentabilidade é uma projeção para o futuro proposta com ações no presente, e sendo assim, o fator histórico, visto como um processo de continuidades e descontinuidade do comportamento humano em interação com a natureza, é apartado da justificativa sobre a urgência de aplicabilidade de ações sustentáveis. 2. A construção de uma consciência sustentável não é a-histórica. Conhecer os processos históricos dos usos dos bens naturais como um traço cultural situado em um tempo e espaço histórico contribui para o entendimento de como chegamos até aqui é o que precisa ser transformado, mas também incide uma atenção a situações comportamentais históricas exitosas que servem a uma convivência sustentável na atualidade.

Dito isso, chama-se atenção para mais uma contribuição que se remete a um alerta e a uma exemplificação. O alerta se propõe a um chamamento às instituições arquivísticas para a para o estímulo a pesquisa com temas correlatos a sustentabilidade com as fontes documentais que estão sob a sua guarda abertos a proposta interdisciplinar e transdisciplinar. Esse estímulo pode ser realizado por diversas maneiras: exposições temáticas, elaboração de repertório e parcerias institucionais visando a produção e a difusão sobre sustentabilidade em vários desdobramentos temáticos

– agricultura, extrativismo, água e rios, descrição da fauna e flora, atividades de caça e pesca, política de povoamento e colonização, saberes dos povos originários, quilombolas e ribeirinhos, indústria naval, edificações e etc. A exemplificação, a partir das fontes manuscritas e bibliográficas que estão sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Piauí para evidenciar a potencialidade dos documentos históricos de natureza arquivística para a compreensão de uma história que ainda requer aprofundamento.

A densidade das informações recuperada pela análise, ainda que exploratória, dos documentos governamentais sugere uma sociedade à vontade para explorar o máximo possível a natureza, como se a "exuberância", "qualidade" e "quantidade" fossem infindáveis. Essa percepção tem uma correlação com o presente, quando se observa que o Piauí, ocupa os primeiros raking no comércio ilegal de madeira e animais no Nordeste.

As atividades comerciais (e também industriais) chama atenção para necessidade de analisar pela História, como por outras áreas afins, as atividades econômicas das sociedades, recuperando traços de continuidades e descontinuidades de suas ações. Ao correlacionar as escolhas de organização econômica no Piauí nos séculos XVIII, XIX e início do século XX, e agora, século XXI, fica evidente que em todos os contextos há uma grande parcela de contribuição com a degradação ambiental que ameaça com o desaparecimento de biomas inteiros, mas há também alternativas sustentáveis desenvolvidas no contexto proposto neste estudo que precisam ser recuperadas e desenvolvidas numa em escala mais ampla a exemplo das atividades com baixo impacto na natureza, das quais os Catálogos (1908 e 1923) já citam algumas, sobretudo o extrativismo vegetal

O estudo ainda reverbera a contribuição dos povos indígenas para a preservação e usos da floresta de maneira sustentável. O saber, as técnicas e a concepções indígenas sobre o que o homem com a natureza seria uma alternativa viável de se propor a criação de planos de atuação sustentável. E neste sentido, os documentos arquivísticas (manuscritas e bibliográficas) dão pistas significativas sobre os usos da natureza.

Referências

Bibliográficas:

BARBIERI, J. C. (2020). *Desenvolvimento Sustentável:* das origens à Agenda 2030. Coleção Educação Ambiental. Petrópolis: Vozes.

BURSZTYN, M. A. A.; BURSZTYN, M. (2006). Desenvolvimento sustentável: biografia de um conceito. In: NASCIMENTO, E. P. do; VIANNA, J. N. (Org.) *Economia, meio ambiente e comunicação.* Rio de Janeiro: Garamond.

BORGES, S. E. N. (2016). Outras histórias sobre as Nações indígenas: fontes documentais paa a História dos índios no Piauí. In: DIAS, C. M. M.; SANTOS, P. S. *História dos índios no Piauí.* Teresina: EDUPFI. p. 349-361.

BORGES, S. E. N. (2014). Práticas culturais indígenas de contato no Piauí, Nordeste do Brasil, séculos XVII-XIX. Para uma Etnoarqueologia do contato no Piauí. In: ALBUQUERQUE, M. L.; BORGES, S. E. N.; OOSTERBEEK, L. *Identidades e diversidade cultural:* etnia e gênero. Teresina: Fundação Quixote – CEIPHAR/ITM. p.89-104.

CARVALHO, J. R. F. (2005). *Resistência indígena no Piauí Colonial 1718-1774*. Imperatriz, Ma: Ética.

Catálogo dos Productos do Estado do Piauuhy (1908). *Exposição Nacional Commemorativa da abertura dos portos do Brasil ao commercio internacional.* Rio de Janeiro: Papelaria Americana.

Catálogo dos Productos Piauhyenses (1923). Primeira Exposição Estadual do Piauhy. Commemorativa do primeiro centenario da sua addesão à independencia do Brasil.

CORREA, A. M. (2004). *Irmandade da Boa Morte como manifestação cultural afro-brasileira:* de cultura alternativa a inserção global. 2004. 323 f.Tese (Doutorado em Geografia) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, CCMN/PPGG, Rio de Janeiro.

GINZBURG, C. (1987). Introdução. In: O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. das Letras.

Oliveira, E. M. (2010). *Cidadania e Educação Ambiental:* uma proposta de educação no processo de gestão ambiental / Elísio Márcio de Oliveira. – Brasília: Ibama.

SANTOS, L. L; PNTO, M. D.S. (2021). Abordagens arquivisticas internacionais sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentavel. Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação, **ANCIB**, v.14. Disponível em: https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/550/508. Acesso em 06 out. 2023.

SILVA, F.C.T. História das paisagens (1997). História das paisagens. In: CARDOSO, C. F. E VAINFAS, R. *Dominios da história:* ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus.

Fontes manuscritas do Arquivo Público do Estado do Piauí:

Doc. 02: Cód. 114, fundo do poder executivo, fls. 37v a 38. Palácio da Província do Piauí, 18 de agosto de 1851.

Doc. 03: Doc. avulso, fundo do poder executivo. Parnaguá, 02 de setembro de 1848.

Doc. 04: Cód. 180, fundo do poder executivo, fl. 51. Palácio do Governo da Província do Piauí, 8 de setembro de 1851.

Doc. 05: Cód. 146, fundo do poder executivo, fls. 80v a 81v. Oeiras do Piauí, 3 de abril de 1780.

Doc. 06: Cód. 27, fundo do poder executivo, fls. 26v a 27. Palácio do Governo da Província do Piauí, 10 de março de 1851.

Doc. 07: Doc. Avulso, fundo do poder executivo. Piracuruca, 23 de setembro de 1872.

Doc. 08: Doc. Avulso, fundo do poder executivo,1877.

Doc. 09: Cód. 158, fundo do poder executivo, fl. 39v. Oeiras do Piauí, 23 de janeiro de 1801.

25.

Museus Comunitários em Paisagens Rurais: *Um Uso Sustentável para o Patrimonio Industrial no Sul do Brasil*

Museos Comunitários en Paisajes Rurales: *Un Uso Sustentable pra el Patrimonio Industrial en el Sur de Brasil*

Community Museums in Rural Landscapes: *A Sustainable Use for Industrial Heritage in Southern Brazil*

BY FRANCISCA FERREIRA MICHELON
JOSSANA PEIL COELHO
JOÃO FERNANDO IGANSI NUNES

Museus Comunitários em Paisagens Rurais: *Um Uso Sustentável para o Patrimonio Industrial no Sul do Brasil*

Museos Comunitários en Paisajes Rurales: *Un Uso Sustentable pra el Patrimonio Industrial en el Sur de Brasil*

Community Museums in Rural Landscapes: *A Sustainable Use for Industrial Heritage in Southern Brazil*

FRANCISCA FERREIRA MICHELON[1]
JOSSANA PEIL COELHO[2]
JOÃO FERNANDO IGANSI NUNES[3]

[1] Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: francisca.michelon@ufpel.edu.br

[2] Pós-doutoranda, bolsista CNPq no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: jopeilc@gmail.com

[3] Professor Assistente do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: fernandoigansi@gmail.com

Resumo

A pesquisa[4] da qual se origina este texto estuda as possibilidades de uso de antigas fábricas desativadas para a instalação de um museu de comunidade como um recurso de preservação e sustentabilidade. Avalia-se a combinação de elementos que possam tanto proteger os restos fabris como impulsionar o desenvolvimento de projetos de recuperação e novos usos do patrimônio industrial da região. O espaço ao qual se refere este estudo é uma zona rural no sul do Brasil, no entorno da cidade de Pelotas onde houve muitas fábricas de alimento, desde o início até final do século XX. Há interesse maior em quatro cidades que têm a maior parte de seu território em área rural. Acreditamos que a realização de um trabalho que envolva as memórias de uma comunidade, utilizando os discursos memoriais sobre as fábricas, pode trazer um novo futuro para esse patrimônio que se aproxima da deterioração total. O estudo se baseia em um conjunto de fábricas já identificadas (Bach, 2009)[5] em cidades emancipadas de Pelotas.

Palavras chave: Patrimônio Industrial, Museus comunitários; Sul do Brasil

Abstract

The research from which this text originates studies the possibilities of using old deactivated factories to install a community museum as a preservation and sustainability resource. The combination of elements that can both protect factory remains

---

[4] Pesquisa desenvolvida com o apoio recibido da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Fundação de apoio à pesquisa no Estado do Rio Grande do Sul (FAPERSGS) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq, Brasil.

[5] Bach, A. N. (2009) O *patrimônio industrial rural: as fábricas de compotas de pêssego em Pelotas. 1950 à 1970*. [Dissertação do Mestrado, Universidade Federal de Pelotas]. https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Alcir-Bach.pdf

and boost the development of recovery projects and new uses of the region's industrial heritage is evaluated. The space to which this study refers is a rural area in southern Brazil, around the city of Pelotas, where there were many food factories, from the beginning to the end of the 20th century. There is greater interest in four cities that have most of their territory in rural areas. We believe that carrying out work that involves the memories of a community, using memorial speeches about factories, can bring a new future to this heritage that is approaching total deterioration. The study is based on a set of factories already identified (Bach, 2009) in emancipated cities in Pelotas.

Key words: Industrial Heritage, Community museums, Southern Brazil.

Resumen

La investigación en la cual tiene origen ese texto estudia las posibilidades, de uso de antiguas fábricas abandonadas para la instalación de un museo de comunidad como un recurso de preservación e sustentabilidad. Evaluase la combinación de elementos que puedan tanto proteger los restos fabriles como impulsar el desarrollo de proyectos de recuperación y nuevos usos del patrimonio industrial de la región. El sitio al cual se refiere ese estudio es una zona rural en el sur de Brasil, en las cercanías de la ciudad de Pelotas, donde hubo muchas fábricas de alimentos desde principios hasta finales del siglo XX. Hay un interés particular en cuatro ciudades que tienen la mayor parte de su territorio en zonas rurales. Creemos que la ejecución de un trabajo que involucre las memorias de una comunidad, empleando los discursos memoriales sobre las fábricas, puede traer un nuevo futuro para ese patrimonio que se acerca al deterioro. El estudio se basa en un conjunto de fábricas ya identificadas (Bach, 2009) en las ciudades emancipadas de Pelotas.

Palabras clave: Patrimônio Industrial, Paisagens rurais; Museus; Sul do Brasil

Introdução

Para desenvolver o conteúdo desta comunicação quatro conceitos são apresentados e articulados: patrimônio industrial, ruralidade, museus de comunidade e sustentabilidade. É na sua intersecção que se justifica o intento de justificar possíveis ações de reativação da memória do trabalho em um espaço desabilitado para usos, mas para o qual é possível convergir valores memoriais.

Há de se considerar que esta comunicação parte de dois objetivos muito claros. O primeiro considera ser possível projetar um futuro para o patrimônio industrial em áreas rurais, preservando a memória do trabalho que ali ocorreu e dando uma segunda vida à herança cultural que formam as paisagens culturais desses lugares. O segundo objetivo advoga que tanto o uso como a reativação memorial ativam processos de sustentabilidade, quer por serem uma reafirmação da paisagem na qual se deu o processo industrial, quer por gerarem possíveis instâncias de novos trabalhos e rendas. Assim, ao se propor um inventário participativo já se está fazendo uma aposta de que o museu, entendido como o lugar da memória, começa a se constituir a partir do momento em que se começa a lembrar sobre o objeto que o configura. Sua existência pode ser entendida como resultado de um processo memorial.

A estrutura deste texto se compõe de um primeiro item, no qual se esclarece qual o conceito de patrimônio industrial foi adotado e como está sendo empregado para definir o corpus do trabalho. Em um segundo item, define-se tanto ruralidade como o campo no qual se desenvolve o trabalho, caracterizando-o como uma região rural. O terceiro item afirma como se entende museu comunitário e porque essa é a tipologia que se elegeu para a proposta de preservação do patrimônio industrial desta área rural. Por fim, se discute como nesse panorama se entende possível

propor ações de sustentabilidade tanto da comunidade que detém o patrimônio, como da paisagem no qual ele se insere.

O último item, antes da conclusão, ocupa-se em esclarecer qual o futuro que se espera para esta proposta e em que medida se poderá desenvolvê-la efetivamente, de modo que os espólios fabris venham a ser tratados na perspectiva de sustentabilidade que se deseja.

Patrimônio Industrial: Um Conceito Aplicado

A natureza do evento no qual se apresenta este trabalho dispensa que se faça uma revisão conceitual exaustiva, ainda que seja obrigatório dizer que o conceito de patrimônio industrial, tal como se entende hoje, é recente. Sua referência é a Carta de Nizhny Tagil escrita em 2003 durante assembleia geral do TICCIH[6] nessa cidade russa. Sucessivamente, à luz do século XXI é que os princípios basilares desta tipologia patrimonial surgirão em reuniões entre os principais órgãos internacionais que atuam sobre os patrimônios: Os Princípios de Dublin, (ICOMOS e TICCIH, 2011), a Declaração de Taipei para o Patrimônio Industrial Asiático (2012), o Memorando de Cooperação entre ICOMOS e TICCIH (2014) e o mais recente, a Carta de Sevilha (2018). É desta que se apresenta o conceito com o qual trabalhamos:

> O patrimônio industrial é entendido como o conjunto de bens móveis, imóveis e sistemas de sociabilidade relacionados com a cultura do trabalho que foram gerados por atividades de extração, de transformação, de transporte, de distribuição e de gestão gerados pelo sistema econômico surgido na "revolução industrial".

6 TICCIH - The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (Comitê Internacional para a conservação do Patrimônio Industrial), criado em 1978 com o objetivo de promover cooperação, preservação, documentação, pesquisa, educação e interpretação do patrimônio industrial.

> Esses bens devem ser entendidos como um todo composto pela paisagem em que estão integrados, pelas relações industriais que estão estruturadas, pela arquitetura que os caracteriza, pelas técnicas utilizadas em seus procedimentos, pelos arquivos gerados durante sua atividade e pelas práticas de caráter simbólico (Sobrino & Sanz, 2018, p. 13).

No Brasil, sabe-se que um primeiro caso de reconhecimento é antigo, tal como cita Coelho (2021): a fábrica de ferro Patriótica, na cidade de Ouro Preto, que foi tombada em 1938. Alguns anos após, onze engenhos nos estados da Bahia e do Sergipe foram tombados pelo IPHAN, mas o processo revela que o interesse que levou à patrimonialização não esteve nos vestígios industriais e sim na área residencial dos engenhos. Tal como observa Coelho (2021), alguns outros tombamentos foram feitos, mas a maioria foi justificada como exemplares que referem a história da industrialização brasileira.

Em um histórico sobre os reconhecimentos dos vestígios industriais no Brasil, a mesma autora Coelho (2021) destaca a Carta Manifesto do Comitê Provisório pela Preservação do Patrimônio Industrial no Brasil, datada de 2003 e, no ano seguinte, a constituição do Comitê Brasileiro para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH – Brasil). A autora também observa a ação da Lei Federal nº 11.483, promulgada em 2007. Por meio dela, o IPHAN assumiu o dever de administrar e manter os bens da extinta Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA). Em 2015, depois de um intenso esforço de cinco anos, concluiu a Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário, na qual constam 639 bens. Para confirmar que o patrimônio industrial ainda é objeto recente de processos de inventário, a autora quantificou nos dados disponíveis, os processos de inventário concluídos no IPHAN em um período de 80 anos. A quantificação detalhada e atenta gerou os seguintes dados: "[…] há apenas 3,6% dos bens tombados em

nível federal que possuem potencial para serem enquadrados como patrimônios industriais. [...] fábricas de transformação, há apenas 26 (2,2%) dos bens tombados em nível federal." (Coelho, 2021, p. 36). A escassez de processos de reconhecimento concluídos repete-se nos níveis estadual e municipal. As investigações da autora verificaram que entre os estados com menor número de processos concluídos está o Rio Grande do Sul, onde se desenvolve o presente estudo.

A origem da proposta relatada nesta comunicação parte da análise de exemplares que se encontram circunscritos em uma determinada área da Serra dos Tapes. Nessa, observa-se que os espaços fabris rurais concentram mais usos espontâneos, conforme afirma Sobrino:

> os espacios de la producción no son considerados como parte de la ciudad, que es entendida sólo desde sus funciones residenciales o representativas, ignorando todo aquello que tenga que ver con la industria, que siempre será periferia, interior o exterior, pero periferia a fin de cuentas y, donde lo industrial aparece anecdóticamente vinculado a alguna barriada, colonia obrera, estación ferroviaria, mercado o edificio fabril proyectado por algún arquitecto de prestigio. (Sobrino, s/d, p. 7)

Ruralidade: Cidades de Baixa Densidade Demográfica

É possível definir uma região rural por elementos que marcam a relação entre homem e natureza. Segundo Medeiros (2017)

> o conceito de ruralidade se define tanto no plano sociológico como no geográfico e, é definido originalmente como um espaço habitado por pequenas comunidades humanas, com valores mútuos e história comum que giram

> ainda em torno da fidelidade e do pertencimento a um meio, a um território e a família. Ali se reencontra uma dinâmica distinta e práticas sociais, culturais e econômicas fundadas sobre a proximidade, a convivialidade, a ajuda e a cooperação. (p. 181)

Falta neste conceito um elemento essencial: a relação de ocupação humana em ambiente majoritariamente natural. A ocupação humana nas áreas rurais é baixa, o que coloca uma situação particular no Brasil: "o meio rural inclui o que no Brasil chamamos de "cidades" — em proporções que variam segundo as diferentes definições, abrindo caminho para que se enxergue a existência daquilo que, entre nós, é considerado uma contradição nos termos: cidades rurais" (Abramovay, 1988, p.2). A cidade rural pode ser entendida como aquela que se apresenta como área não densamente povoada.

Observa-se no presente que em face ao envelhecimento da população e a frequente saída dos jovens dessas cidades, acentua-se a baixa densidade demográfica (Quadro 1). Dos quatro municípios emancipados, que configuram a região de estudo, observa-se que apenas Capão do Leão não apresenta este dado. Os demais podem ser considerados pouco populosos.

Quadro 1 - Densidade demográfico dos municípios emancipados de Pelotas/ RS.

Municípios	População estimada	Área Territorial	Densidade Demográfica
Arroio do Padre	2.966 pessoas [2021]	124,693km² [2021]	21,96hab/km² [2010]
Capão do Leão	25.462p essoas [2021]	783,624km² [2021]	30,94hab/km² [2010]
Morro Redondo	6.609 pessoas [2021]	6.609pessoas [2021]	25,45hab/km² [2010]
Turuçu	3.408 pessoas [2021]	253,635km² [2021]	13,89hab/km² [2010]

Fonte: Quadro elaborado por Michelon a partir dos dados do IBGE Cidades - Estados (https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados)

A área ocupada por esses municípios trata-se de um espaço em que a paisagem histórica é decorrência do tipo de produção que ali se desenvolveu, bem como da cultura e dos modos de vida dos que ali foram viver.

As famílias que se instalaram na região ocuparam terrenos cuja demarcação originou-se no período do Brasil Império. Primeiramente, foram famílias açorianas trazidas pela coroa portuguesa para colonização de determinadas áreas. A área ocupada era grande e muitas famílias, em gerações posteriores às primeiras, dedicaram-se a monoculturas e à criação de rebanhos. Já no início do século XIX, essas grandes áreas foram divididas em lotes para arrendamento de porções não adequadas aos rebanhos. Foi assim que na primeira metade desse século iniciou a imigração europeia com imigrantes alemães seguidos de italianos, franceses e outros. Essas famílias vieram em levas de imigração agenciadas por empresas destinadas a isso, para ocuparem as pequenas frações

de terra loteadas, nas quais deveriam se dedicar a outros cultivos, de modo a diversificar a produção local.

Portanto, encontra-se nesse processo histórico a principal característica das comunidades que ali se encontram: a presença da agricultura familiar. Essa forma de produção é aqui entendida como cultivo de frutas, hortaliças e sementes em um pequeno espaço de propriedade de uma família. Tal produção é mantida pelos membros da família e agregados e visa a comercialização em pequena escala. Logo, tal característica citada é consequência da forma de ocupação do território. E, de imediato se esclarece que o conceito de território empregado é o que consta no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (2009):

> [...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (p. 6)

Fatores econômicos e políticos ocasionaram o fechamento de várias delas durante as duas últimas décadas do século passado. Portanto, os espólios ainda existentes dessas fábricas, cuja tipologia é a de transformação do alimento, também participam do relato que a ocupação da terra, o modo de vida e a cultura local constituem, no seu conjunto, como a paisagem do local. Esses remanescentes industriais comunicam muitos aspectos da condição desvantajosa em que ainda se encontra o rural na região, ainda que como observa Sobrino, não se trata tanto de uma situação

local, quando observa que: "el mundo rural ha estado fuera de foco desde hace mucho tiempo en las llamadas políticas de sostenibilidad. Y eso a pesar de que, sin el campo, sin el mundo rural, las ciudades no pueden vivir" (Sobrino, 2021, p. 15).

Em tal panorama, observou-se que essa característica favoreceu o surgimento de pequenas fábricas de produção de doces de fruta e conserva de vegetais. A maioria se instalou entre os anos de 1940 e 1970. As extintas fábricas no meio rural usavam, prioritariamente, a mão de obra local o que indica que os stakeholders dessa memória participam da paisagem de onde estão tais patrimônios industriais e na confluência das trajetórias, esses patrimônios possuem um valor social que deve ser considerado, como sugere a Carta de Sevilla[7], documento mais recente sobre patrimônio industrial:

> A memória coletiva da classe trabalhadora deve ser considerada como um elemento referência para entender os espaços de trabalho e as relações que se estabeleceram entre a cultura material, imaterial e o território (Sobrino & Sanz, 2018, p. 22).

Museus de Comunidade, Museus de Território

Antes de conceituar estas duas categorias de museus, o que se fará com base no pensamento de Huges de Varine, vamos elencar alguns dados organizados por Coelho (2021) em sua já citada pesquisa. Para verificar o uso de fábricas desativadas que tem parte ou todo o seu espaço usado como museu no Brasil, a pesquisadora

7 Carta elaborada em maio de 2018, na Espanha, durante o *Seminário de Paisagens Industriais de Andalucía: Pensando o patrimônio industrial. Os desafios do século XXI*. Organizado pelo Centro de Estudos Andaluces e pelo TICCIH – Espanha (Comitê Internacional de Conservação do Patrimônio Industrial – Espanha).

buscou os números disponíveis na plataforma Museusbr[8], que em um sistema colaborativo tem conseguido manter atualizada a informação do quantitativo de museus no país. No ano em que a pesquisadora fez a verificação, havia 3.899 museus cadastrados. Ao buscar localizar os museus de território, o número diminuiu drasticamente:

> Nessa seleção, aparecem 107 museus, entre eles, destaca-se que apenas seis museus apresentam em sua denominação algum termo que se refere a patrimônios industrias (Apêndice IX). Ou seja apenas 5,61% podem ser museus voltados para o patrimônio industrial. Cabe destacar que nenhum deles cita o termo patrimônio industrial. Frisa-se também que a seleção desses museus se deu exclusivamente pela sua denominação, e em alguns poucos casos, de museus cadastrados que apresentam outras informações na plataforma, essas foram usadas apenas para descartar o potencial de patrimônio industrial, eliminando assim o museu das estatísticas. (Coelho, 2021, p. 57)

Em uma consulta recente a mesma plataforma, o número de museus na tipologia buscada aumentou para 132, o que praticamente não impacta a estatística. No entanto, os novos 14 museus não indicam estar ou referir-se a um patrimônio industrial. Portanto, se em outros países o uso de fábricas extintas para museus é recorrente ou, ao menos, acontece, no Brasil não se pode dizer o mesmo. No entanto, há uma categoria de museus que indica o outro aspecto desta proposta: os ecomuseus. Muitos dos listados encontram-se em áreas não urbanas e se por oposição entendermos que rural é o que não é urbano, então os ecomuseus

8 A Plataforma Museusbr pode ser acessada pelo seguinte link: https://cadastro.museus.gov.br/painel-analitico/

podem ser rurais. Esses somam no levantamento atual, 22 instituições em todo o Brasil. A combinação ecomuseu e museu em fábrica ainda não foi verificada. Mas os números citados não apresentam um panorama otimista.

Huges de Varine (2013) é bem claro nas características que o levam a pensar no que são os ecomuseus. A questão da ruralidade não é essencial. O autor usa uma nomenclatura geral e bem difundida para reunir diferentes tipologias emergentes. A esse conjunto crescente chama de novos museus. Observa que sob tal denominação reúnem-se museus de localidade que fogem da perspectiva mais tradicional que afirmam determinados princípios para definirem museus. Desse modo, os novos museus não preconizam a coleção permanente, sustentam-se com exposições modestas que denunciam, em muitos casos, carência de profissionais técnicos e científicos e podem ser facilmente se confundir com outras tipologias.

Porém, acredita-se que as características fundamentais que esses novos museus dispõem, interessam para esse estudo. O uso de antigas fábricas desativadas para a instalação de um museu de comunidade como um recurso de preservação e sustentabilidade é um uso adequado se considerarmos o que diz Huges de Varine (2013) sobre tais museus estarem a serviço do desenvolvimento local e nos quais "a participação dos membros da comunidade ou das comunidades é permanente, instrumental e operacional, o que significa que são os atores locais que decidem o que é bom para eles e participam na realização de acordo com modalidades variadas" (2013, p.183). Ainda, completa que o museu é "uma fonte de educação popular, de transmissão cultural, de abertura para o mundo e para outras culturas" (p.183). Ao encontro das afirmações de Varine, a museóloga Scheiner (2013) afirma que "no museu de território a 'relação específica' se abre para o princípio do direito natural, base para a democracia e para o desenvolvimento de uma moral pluralista, que representa as percepções e necessidades de cada grupo social". (2013, p. 269).

No mesmo sentido do pensamento de Varine, em uma relação de museu e patrimônio industrial, Lima (2013) defende que:

> [...] o processo de Musealização[9] [...] é entendido como providência que não se limita a intervenção física, sempre bem vinda porque permite conservar o caráter material e possibilita a função social de uso, mas principalmente pela promoção da (re)conquista da memória dos que ali atuaram (ou atuam) na medida em que a memória coletiva é a capacidade diuturna de construir-se e registrar-se no imaginário social. Seus testemunhos conformam a vida humana. Estão fixados na materialidade dos suportes e nas facetas interpretativas que se inscrevem nos costumes que marcam a identidade dos grupos sociais. E o objeto tratado pela Musealização é a unidade tangibilidade-intangibilidade que perfaz a memória coletiva de um tempo patrimonial e referenciada em um espaço industrial. (Lima, 2013, S/P)

Diante do exposto, essa pesquisa defende a potencialidade de um museu em um espaço fabril como fator de desenvolvimento. Os museus de comunidade ou museus de território, podem ser um espaço de valorização do seu território considerando – e acompanhando – as dinâmicas sociais, culturais e econômicas do local onde está compreendido. Também são um instrumento de autoconhecimento e avaliação da sua comunidade ao identificar os feitos e suas lacunas. Possuem o foco no território e na

---

9 Musealizar é mudar algo de lugar; às vezes no sentido físico, mas sempre no sentido simbólico. É recolocar, ou dispor para revalorizar. Reordenar, sem a perda de sentidos, mas visando a aquisição de informação ou a sua potencialidade. Processo este que escapa aos limites do museu. Ainda que entendido como instituição social ilimitada, o que há de ilimitado nos museus não é a sua forma ou institucionalização, mas a sua ação, produtora da performance museal, um tipo de delírio das coisas da realidade – nos termos do poeta Manoel de Barros – que na Museologia se convencionou chamar de "musealização". (Brulon, 2018, p.190)

comunidade, portanto, auxiliam, não apenas na sustentabilidade, mas no pertencimento ao território, na valorização dos seus patrimônios e fortalecimento da identidade local.

Vale destacar que as tipologias de museus aqui apresentadas, embora tenham características especificas, não diluem o fato de que cada museu enquadrado nessas tipologias, é único já que depende da natureza dos patrimônios envolvidos, da comunidade e sua história e, principalmente, porque é resultado do processo que o implantou. No caso do estudo em pauta, pensa-se que o museu de comunidade – e/ou território – deverá estar comprometido com o patrimônio industrial da comunidade rural e que a sua implantação, e seu futuro seja voltado para a sustentabilidade e desenvolvimento. Nesses termos, as estatísticas apresentadas por Coelho (2021), não apontam museus já implementados que agregam a combinação – patrimônio industrial, ruralidade e museus de comunidade – basilares nesse estudo, porém o documentos e pesquisas sobre esses conceitos apresentam características e objetivos que se complementam e fortalecem o estudo em questão.

E sob tal aspecto, há de se encontrar equivalências entre os valores do patrimônio industrial, e o que esses museus preconizam, o social e o território, sendo assim, são esses patrimônios se mostram aptos a se tornarem um museu dessa tipologia. Os principais documentos que tratam sobre o patrimônio industrial recomendam a musealização dos espaços fabris. A Carta de Nizhny Tagil defende que "os museus industriais e técnicos, assim como os sítios industriais preservados, constituem meios importantes de proteção e interpretação do património industrial". No mesmo sentido, os Princípios de Dublin complementam que os museus:

> devem ser desenvolvidos e mantidos como meios de promover a conscientização e a valorização do patrimônio industrial em toda sua riqueza de significados para as sociedades contemporâneas. O ideal é que estejam localizados nos próprios sítios patrimoniais onde

> se deu o processo de industrialização e nos quais podem ser melhor difundidos. Sempre que possível, as instituições nacionais e internacionais da área de pesquisa e conservação do patrimônio devem ser autorizadas a usá-los como recursos educacionais para o público em geral e para as comunidades de profissionais. (Os Princípios de Dublin, 2011)

E na Carta de Sevilha, neste propósito, recomenda que

> La museología de la técnica, de la ciência o de la industria, debe ser reconsiderada a la luz de sus inequívocas funciones como constructora de relatos que deben ser integrales e inclusivos y facilitar un espacio de generación de procesos activos y de relatos abiertos a la educación técnica de la ciudadanía. (Sobrino & Sanz, 2018, p. 23).

Quanto a ruralidade, na sua definição por Medeiros (2017), aqui já apresentada, compreende a comunidade, a sua história, o pertencimento ao território e a distinta cultura local, elementos repetidamente, trazidos nesse texto. O seu patrimônio, o patrimônio rural, em sua definição muito se assemelha com o patrimônio industrial, principalmente pelo conjunto de valores que os compõe, como explica Ferrão (2020)

> O patrimônio rural brasileiro, compreendido como um conjunto integrado que abrange correlações entre elementos arquitetônicos, estruturais, e ambientais coexistentes na paisagem rural em que estão inseridos, [...] – enfim, todo o ambiente da cultura rural brasileira, assim como elementos materiais e imateriais (objetos, ferramentas, veículos. Mobiliário, lendas,

> mitos, personagens, festas, receitas etc.) (Ferrão, 2020, p. 84)

Sustentabilidade

Das duas origens que Nascimento (2012) atribui ao entendimento do conceito de sustentabilidade, a que se apresenta relacionada ao desenvolvimento surge como decorrência

> [...] da percepção crescente ao longo do século XX de que o padrão de produção e consumo em expansão no mundo, sobretudo no último quarto desse século, não tem possibilidade de perdurar. Ergue-se, assim, a noção de sustentabilidade sobre a percepção da finitude dos recursos naturais e sua gradativa e perigosa depleção. (Nascimento, 2012, p. 51)

E desde a reunião de Estocolmo, em 1972, ao presente da Agenda 2030, o conceito transita por diferentes campos, tratado sob acepções diversas e acumula, em igual proporção, defensores e detratores. Detratores que observam que as mudanças, se ocorrerem, não alteram o quadro geral dos péssimos prognósticos. Ao realizar igual trajetória feita por Nascimento sobre o conceito e as discussões que envolvem a sustentabilidade, Oosterbeek (2020) acaba por concluir que:

> O diagnóstico, para alguns de nós, era este: ou todos os governos são uma combinação sinistra de incompetência e más intenções, ou o modelo estava errado. Neste processo de reflexão, também se tornou evidente a crescente contradição entre os interesses dos indivíduos e os das diversas instituições em que eles se agrupam,

> contradição essa que se tornou explosiva com a pandemia. (Oosterbeek, 2020, p. 34)

Para autora já referida, no entanto, entre esperanças e descrenças, há alguns sinais de luz no panorama cronológico das discussões sobre o conceito, em especial no meio acadêmico, do qual ela então destaca:

> Veiga (2010), no entanto, fará uma defesa interessante – de que se trata antes de tudo de um novo valor. Na sua assimilação pela sociedade, encontra-se a possibilidade da adoção de medidas que venham efetivamente a mudar o rumo do desenvolvimento, levando-o da jaula do crescimento econômico material para a liberdade do desenvolvimento humano, enquanto ampliação das oportunidades. (Nascimento, 2012, p. 52)

O que se busca no presente texto é, justamente, apresentar uma ideia de trabalho no campo da cultura que se alinha com esse novo valor, assim entendido pela autora: liberdade para ampliar oportunidades, a partir do desenvolvimento humano. Sem desenvolvimento humano, nada feito. Mas, do que se trata, exatamente, ao falar dele? É causa ou consequência? É algo local ou reflexo da mundialização dos problemas advindos das disputas de poder? Pertence ao lugar ou pertence ao planeta? E quando se fala em humano, se está a considerar a questão do desenvolvimento tecnológico? Não com o intuito de responder às questões, mas de aclarar o caminho pelo qual se optou nelas pensar, voltamos às palavras da autora: "O desenvolvimento sustentável, aparentemente, supõe uma reforma intelectual e moral, para usar a velha expressão de Gramsci (1975), de maneira a acolher e estimular a adoção de novas tecnologias e novas formas de viver." (Nascimento, 2012, p. 57). Mais uma vez, desenvolvimento humano nos impõe pensar nas palavras: novas formas de viver.

O que se pode entender como novas formas de viver em um ambiente rural, no qual em pequenas propriedades os velhos dilemas se mantêm como marcas perenes de impossibilidades? Como estabelecer programas de desenvolvimento quando a população diminui e a juventude, tal como a descreve em Morro Redondo, Scheunemann, prefere:

> […] dar continuidade aos estudos como forma de ascensão social e, abandonar a atividade rural, encarando a educação formal como modo de obter uma renda fixa mensal e desvincular-se da vida de agricultor familiar, que exige muito esforço físico e concede remuneração incerta (2020, p.67)

A resposta não é uma só e tampouco pode ser uma solução. Mais fácil pensar que se escolhe um caminho e que nele seguindo se pode ir avaliando os resultados. Talvez, hoje, o melhor resultado a perseguir seja encontrar meios de controlar a evasão da juventude, iluminando possibilidades de gerar no lugar que lhe pertence e ao qual pertence, novas oportunidades que poderia ser "um novo modelo de governança para a sustentabilidade, que toma por centro a cultura e os indivíduos" (Oosterbeek, 2020, p. 34).

Conclusão

No já citado estudo de Coelho, a autora observou que:

> Patrimonialização e musealização são dois conceitos que incidem sobre bens culturais. Embora tenham muitos pontos em comum, estão longe de ser sinônimos e geram muitas dúvidas principalmente no que se refere à musealização. A similaridade entre esses processos é do ponto de vista conceitual, onde ambos

> atribuem valores simbólicos a bens, alterando no contexto social suas qualificações originais, categorizando-os em bens musealizados e/ou bens patrimonializados. (2021, p.23)

Ao propor ativar um patrimônio nele instalando um museu, pode-se ratificar uma convergência que não tem sido explorada para o patrimônio industrial no Brasil. A expectativa da proposta é que memórias ativadas, podem gerar um museu vivo. Assim, a utilização não se define pelo uso que se dá ao bem, mas por uma vez definido o uso, usá-lo continuamente, em um processo de reiteração memorial. E, isso, seja qual for o uso, portanto, também o de museu.

A proposta se funda sobre o pensamento de Hugues de Varine, quando disse que:

> [...] o património é um recurso e com ele temos de trabalhar tal como trabalhamos com o dinheiro ou qualquer outra coisa. Isto é, temos de considerar o património como um recurso a explorar, e não só economicamente, mas também no campo social e cultural – e incluir também o património natural, a paisagem, etc" (Varine apud Carvalho, p.151)

E, ainda, entende-se como é bem aplicada a amplitude do que pretende Oosterbeek ao comentar que: "o património cultural é um organizador do território, um referente que convoca o passado, consensualizado, para sobre essa base mais ou menos estável poder tudo mudar, transformando e construindo futuros distintos" (Oosterbeek, 2020, p. 36).

O que estamos propondo é uma espécie de governança da memória do trabalho, que seja capaz de entender o resto como estrutura e valorar a experiência vivida como herança. Não um museu para a memória, mas para o trabalho. E não o trabalho como ganha pão, mas como lembrança de si. E, menos ainda, o

"si" como eu, mas como lugar, compartilhamento, vínculo, determinante do ser e por fim, do estar e ficar.

Ao patrimônio industrial se atribuem muitos valores. Memórias duras, de ofícios perdidos, mas também aprendizados múltiplos e vivencias diversas. Ao unir ambos, um museu em um lugar que já foi de trabalho – e não um museu para os outros, mas para o lugar – há de se pensar que aquilo que é superado, retorna como força de criação e recriação. São vetores de novas possibilidades para o desenvolvimento humano, que também é capaz de gerar novos oportunidades econômicas.

Referências

Abramovay, R. (1988). *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. IPEA.

Brulon, B. (2018). Passagens da museologia: a musealização como caminho. *Museologia e Patrimônio,* v. 11, nº 2, 189-210. http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/722/657.

Carvalho, A. (2015). O fascínio do patrimônio e dos Museus: entrevista com Hugues de Varine. *Cadernos de sociomuseologia*, v. 49 n. 5, 145-164. https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/5203

Coelho, J. P. (2021). *De fábrica para patrimônio: estudo comparativo da condição de remanescentes industriais no Rio Grande do Sul / Brasil* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Pelotas]. Guaiaca - Repositório da Universidade Federal de Pelotas. https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/8093

FERRÃO, A. M. de A. (2020). Patrimônio Rural. In.: A. Carvalho & C. Menguello. (Orgs.). *Dicionário temático de patrimônio* (p. 83 – 86). Editora da Unicamp.

LIMA, D. F. C. (2013). Da face inativa da indústria ao contexto ativo do museu: aspectos da musealização do patrimônio industrial. *XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB)*. http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/185719.

Medeiros, R. M. V. (2014) Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. In Medeiros, R. M. V. & Lindner, M. *Dinâmicas do espaço agrário : velhos e novos territórios: NEAG 10 anos.* (p.179-189). Evangraf.

Nascimento, E. P. do. (2012). Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo,* v. 26, n. 74, p.51-64.

ICOMOS; TICCIH. (2011). *Os Princípios de Dublin*. https://ticcihbrasil.com.br/cartas/os-principios-de-dublin/.

IBGE. (1959) *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.* https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_33.pdf.

Oosterbeek, L. A Cátedra Humanidades e Gestão Cultural Integrada do Território: um contributo em rede para um novo paradigma de sustentabilidade. In L. Oosterbeek, I. Scheunemann, F. F. Michelon & J. F. I. Nunes (org.). *Gestão integrada do patrimônio cultural: humanidades, sociedade e ambiente* (p. 31-55). Ed. da UFPel.

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. (2009) *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território da Cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. – Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor.* https://docplayer.com.br/17305447-Plano-territorial-de-desenvolvimento-rural-sustentavel-territorio-da-cidadania-zona-sul-do-estado-do-rio-grande-do-sul-ptdrs-1.html

Scheiner, T. C. M. (2013) Museu, museologia e a 'relação específica': considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. *Revista Ciência da Informação*, v. 42, n. 3, p.358-378, set./dez., 2013. http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1368.

Scheunemann, I. (2020) Gestão Integrada do Território na Constituição do Polo Morro Redondo. In L. Oosterbeek, I. Scheunemann, F. F. Michelon & J. F. I. Nunes (org.). *Gestão integrada do patrimônio cultural: humanidades, sociedade e ambiente* (p. 57-82). Ed. da UFPel.

Sobrino Simal, J. S. (s/d). *Los paisajes históricos de la producción en Sevilla.* Estudio Temático 05. Sevilla: Junta de Andalucía, Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico.

Sobrino Simal, V. J. (2021). *Julián Sobrino, experto en Patrimonio Industrial: "Sin el mundo rural, las ciudades no pueden vivir"* (p1-18). https://cordopolis.eldiario.es/n-b/julian-sobrino-experto-patrimonio-industrial-mundo-rural-ciudades-no-vivir_128_8478453.html.

Sobrino Simal, J. & Sanz Carlos, M. (ed.). (2018). *Carta de Sevilla de patrimonio industrial 2018: los retos del siglo XXI = Seville charter of industrial heritage 2018: the challenges of the 21st century.* Centro de Estudios Andaluces. Consejería de la Presidencia, Administración Pública e Interior.

TICCIH. (2003). *Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial.* http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf

Varine, H. (2013). *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local.* Medianiz.

26.

A Fragmentação dos Instrumentos de Gestão de Bens Culturais: *A Paisagem da Serra da Barriga – AL*

La Fragmentación de los Instrumentos de Gestión de Bienes Culturales: *El Paisaje de la Serra da Barriga – AL*

The Fragmentation of Cultural Assets Management Instruments: *The Landscape of Serra da Barriga – AL*

BY JOELMA FARIAS SILVA DE CORNEJO
LUANA CAMPOS

A Fragmentação dos Instrumentos de Gestão de Bens Culturais:
A Paisagem da Serra da Barriga – AL

La Fragmentación de los Instrumentos de Gestión de Bienes Culturales:
El Paisaje de la Serra da Barriga – AL

The Fragmentation of Cultural Assets Management Instruments:
The Landscape of Serra da Barriga – AL

JOELMA FARIAS SILVA DE CORNEJO[1]
LUANA CAMPOS[2]

Resumo

O presente artigo deriva do trabalho de dissertação de mestrado realizado pela mestra Joelma Farias Silva de Cornejo, sob orientação de Luana Campos, no Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN, com o objetivo de trazer a pauta de discussão os instrumentos de acautelamento e gestão do Bem Tombado Serra da Barriga, parte mais alcantilada. Símbolo da luta histórica de reconhecimento da participação do povo negro escravizado na identidade nacional, o local hoje agrega

[1] Arquiteta e Urbanista. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN. joelma.cornejo@iphan.gov.br

[2] Arqueóloga. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Pantanal. luana_campos@ufms.br

outros valores que configura uma paisagem cultural múltipla e complexa. Os diferentes atores que hoje habitam a Serra demandam de condições de gestão específica e como tal, de instrumentos de gestão singulares, por vezes causando conflitos. Assim, o resultado do trabalho aponta para um instrumento agregador, a Declaração de Significância, como ferramenta para aglutinar uma gestão compartilhada desse bem.

Palavras-chave: Serra da Barriga; Instrumentos de Gestão; Paisagem Cultural.

Abstract

This article derives from the master's thesis work carried out by master Joelma Farias Silva de Cornejo, under the guidance of Luana Campos, in the Professional Master's Degree in Preservation of Cultural Heritage at IPHAN, with the aim of bringing the instruments of precaution and management of Listed heritage Serra da Barriga, the steepest part (in Brazil). Symbol of the historical struggle to recognize the participation of enslaved black people in national identity, the place today adds other values that configure a multiple and complex cultural landscape. The different actors that today inhabit the Serra demand specific management conditions and, as such, unique management instruments, sometimes causing conflicts. Thus, the result of the work points to an aggregating instrument, the Declaration of Significance, as a tool to bring together a shared management of this asset.

Keywords: Serra da Barriga; Management Instruments; Cultural Landscape.

Resumen

Este artículo deriva del trabajo de tesis de maestría realizado por la maestra Joelma Farias Silva de Cornejo, bajo la dirección de Luana Campos, en la Maestría Profesional en Preservación del Patrimonio Cultural del IPHAN, con el objetivo de acercar los instrumentos de precaución y gestión de Patrimonio catalogado Serra da Barriga, la parte más empinada. Símbolo de la lucha histórica por reconocer la participación de los negros esclavizados en la identidad nacional, el lugar hoy suma otros valores que configuran un paisaje cultural múltiple y complejo. Los diferentes actores que hoy habitan la Serra exigen condiciones de gestión específicas y, por tanto, instrumentos de gestión únicos, provocando en ocasiones conflictos. Así, el resultado del trabajo apunta a un instrumento agregador, la Declaración de Importancia, como herramienta para aglutinar una gestión compartida de este activo.

P**alabras-clave:** Sierra de Barriga; Instrumentos de Gestión; Paisaje cultural.

Introdução

A eleição de bens culturais com atribuição de valores referentes à memória, à história, ou à identidade de uma nação, ou de determinado grupo, tem tido, em alguns casos, como efeito, a negligência desses mesmos valores para outros grupos envolvidos com esses objetos, tendo por consequência a transformação do patrimônio em campo de disputa, refletindo sobremaneira na gestão da conservação desses bens culturais.

A Serra da Barriga, objeto do presente trabalho, é um exemplo de como o patrimônio se revelou como um campo de disputa a partir do reconhecimento de uma única identidade associada ao bem cultural. De terra da liberdade para o Movimento Negro, o monumento simboliza, atualmente, exatamente o contrário para os campesinos que foram tolhidos de exercerem sua identidade

após o reconhecimento do bem cultural pelo Estado brasileiro, enquanto é negligenciado, pelos instrumentos de reconhecimento, a importante participação dos indígenas em todo processo de construção do valor histórico e pré-histórico da paisagem da Serra.

Compreendendo a valoração dos bens culturais como sendo uma atribuição dos sujeitos, não sendo os valores intrínsecos aos objetos, busquei através de investigação documental e entrevistas aos grupos sociais envolvidos com o bem cultural, campesinos e indígenas, quais valores estão encerrados no bem segundo as suas perspectivas. E, a partir da análise dos instrumentos de proteção incidentes sobre o bem, compreendi que se faz necessário lançar mão de instrumentos ou políticas capazes de abarcar múltiplas identidades, característica da formação da sociedade brasileira.

Apresentei como proposta ao cenário de conflito que identifiquei no objeto de estudo, a Declaração de Significância como ferramenta de auxílio na gestão de bens culturais capaz de abarcar a multiplicidade de valores encerradas no bem, conforme definido na 'Australia ICOMOS Burra Charter, 1999', utilizada pela UNESCO nos processos de inclusão de bens na lista do Patrimônio Mundial.

A Limitação Atual dos Instrumentos de Gestão

A Constituição Federal de 1988 foi um marco muito importante para o reconhecimento de direitos aos indígenas e aos descendentes de africanos escravizados. No artigo 215, referente a cultura, o § 1º trata da proteção do Estado às manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. (BRASIL, 1988) Quanto aos "outros grupos participantes do processo civilizatório nacional" é uma categoria mais ampla e abrangente possível, podendo abarcar os campesinos, por exemplo. Visto que estes são detentores de características culturais comuns entre si e únicas perante outros grupos. Assim podemos compreender que para o caso específico da Serra da Barriga, amparados pela Constituição

Federal de 1988, temos três grupos que merecem a proteção de suas manifestações culturais, os indígenas, os afrodescendentes e os campesinos.

Esta pluralidade étnica, equivale ao termo multicultural e por extensão ao multiculturalismo. De acordo com Hall (2003), multicultural designa qualquer sociedade formada por comunidades culturais distintas, que mesmo tendo um convívio comum, tentam preservar algo de sua identidade "original", e os problemas de gestão governamental que decorrem desta convivência. Já multiculturalismo diz respeito às estratégias e políticas utilizadas pelo Estado para administrar os problemas gerados pelas sociedades multiculturais.

O Brasil enquadra-se perfeitamente como uma sociedade multicultural, portanto, heterogênea, encontrando problemas de governabilidade quando da preservação de bens culturais tidos como referências da identidade nacional. É preciso encontrar mecanismos que abarquem a pluralidade, sem provocar pulverização étnica ou identitária, rompendo a noção de identidade nacional, que tem suas raízes no Iluminismo, à luz da politização da autoidentificação.

Os instrumentos que tratam da proteção dos valores culturais reconhecidos na Serra da Barriga não são capazes de fornecer, seja de forma individual ou conjugada, uma solução para a gestão da pluralidade de valores encontradas nessa paisagem, maioritariamente atendem ao grupo social que se identifica com a história de Palmares e com a herança cultural dos africanos trazidos ao Brasil na condição de escravo, pois foram aplicados com essa finalidade. E atualmente dos valores científicos atrelados ao reconhecimento como sítio arqueológico importante, trazendo à pauta outro grupo social, os indígenas, mas que não tem despertado o interesse institucional, por dificuldades administrativas de lidar com essa referência, ou mesmo dos "detentores" da relação de ancestralidade com os artefatos encontrados, provavelmente por não reconhecerem o patrimônio como um instrumento de resistência.

O IPHAN como órgão de proteção do patrimônio cultural em nível nacional tem desenvolvido novos instrumentos que pretendem abarcar as mais diversas noções de patrimônio. Mas que instrumento seria capaz de incluir todos os sujeitos envolvidos com a valorização da Serra da Barriga? Em o Culto Moderno dos Monumentos "Riegl mostra que os conflitos advindos das contradições entre os diversos valores podem ser solucionados levando-se em consideração, particularmente, o estado do monumento e o contexto social em que está inserido" bem como "as exigências simultâneas e contraditórias de valores acumulados ao longo do tempo podem ser negociáveis em favor da preservação, dependendo do estado do monumento e do contexto social e cultural em que está inserido." (RIEGL, 2019). Diante deste contexto acredito que a utilização de uma ferramenta de gestão para essa paisagem cultural, construída à luz dos novos conhecimentos sobre pertencimento, gestão participativa e pluralidade cultural, se não solucionar, ao menos pode administrar de forma mais equilibrada, os conflitos gerados pelas contradições entre os diversos valores para os sujeitos envolvidos.

Não sendo necessária, portanto, a criação de mais um instrumento de proteção, reconhecimento, valoração, mas sim uma ferramenta a ser utilizada na gestão, capaz de reunir os valores atribuídos ao bem pelos diversos atores e instrumentos de preservação envolvidos com o mesmo. Para a Serra da Barriga, na ideia de Parque Nacional, foram feitas inicialmente várias tratativas para a elaboração de um Plano de Manejo, que consiste em um documento técnico para áreas de conservação ambiental, onde estabelece o seu zoneamento e as normas para o uso da área e o manejo dos recursos naturais. Contudo, a investigação nos arquivos da instituição e mesmo no NEAB – Núcleo de Estudos Afrobrasileiros da UFAL para a presente pesquisa, não logrou êxito em encontrar o Plano de Manejo, demonstrado que, se o Plano foi elaborado, não está sendo utilizado.

No processo de tombamento encontram-se documentos relativos a um convênio, como também projeto com orçamento

visando a formulação do Plano de Manejo, mas não há o plano em si. Com o título de Patrimônio Cultural do MERCOSUL a Serra da Barriga também recebeu como obrigação elaborar e pôr em prática um Plano de Gestão no prazo de dois anos. Tal prazo já transcorreu e ainda não foi implantado. Sendo que até o momento somente a implantação do Comitê Gestor foi efetivada, com posse em 27 de março de 2018, tendo sua primeira reunião realizada no dia subsequente, e outras três em 9 de maio, 5 de setembro e 11 de dezembro, totalizando quatro reuniões em 2018. Em 2019 o Comitê Gestor se reuniu em 21 de maio de 2019, mas teve suas atividades suspensas por força dos Decretos nº 9.759, de 11 de abril de 2019 e nº 9.812, de 30 de maio de 2019**,** que extingue e estabelece regras e limitações para colegiados da administração pública federal.

Através da Portaria nº 606 de 20 de outubro de 2021 o Comitê foi restabelecido com representantes do setor "Poder Público", ficando o setor "Sociedade Civil", a ser preenchido por meio de edital, que até o final de 2022 somente conseguiu preencher uma das duas vagas disponíveis. Os representantes da Sociedade Civil, moradores de União dos Palmares, não teriam direito a voto, por força dos Decretos retromencionados. Felizmente, através do Decreto nº 11.371, de 1º de janeiro de 2023, os Decretos nº 9.759/ 2019 e nº 9.812/ 2019 foram revogados, todavia o Comitê Gestor ainda não conseguiu concluir sua composição.

Voltando ao começo, quando da elaboração do Projeto de Pesquisa, que em princípio tinha como proposta trabalhar os valores encerrados no bem, incluindo os sujeitos que atribuem esses valores, chegamos novamente à Carta de Burra e a Significância Cultural de que trata o documento.

Declaração de Significância

A Serra da Barriga, símbolo dos Quilombos dos Palmares, reverbera nos dias de hoje o que, segundo historiadores, se configurava enquanto ideal de pluralidade étnica. Atualmente, a Serra

da Barriga é, em uma pequena escala, a representação do Brasil, onde estão presentes negros, índios e campesinos, estes últimos que representam as mais variadas etnias.

Cabe lembrar que quilombolas e indígenas também já se utilizaram do rótulo de "trabalhadores rurais" no início da organização política dos camponeses no Nordeste, nas décadas de 1940 e 1950 (ARRUTI, 2000). O termo campesino para designar "trabalhadores rurais" é bastante abrangente e encontra sinônimo por exemplo no Sul do Brasil, que utilizam o termo colono, a exemplo dos imigrantes alemães em Santa Catarina, para se distinguirem enquanto origem, dos caboclos e brasileiros, mas sua relação com a terra é a mesma, pois tanto colonos quanto camponeses são habitantes da zona rural dedicados ao trabalho agrícola (SEYFERTH, 2011).

Diante da análise dos instrumentos de proteção incidentes sobre o bem, percebe-se que estes não abarcam todos os valores e os sujeitos que mantem relações de pertencimento com a Serra. O tombamento, o Monumento Nacional, o Patrimônio Cultural do MERCOSUL e mesmo o cadastro no CNSA referendam concomitantemente a importância do bem pela importância histórica de Palmares, para os quais estão incluídos como sujeitos que possuem identidade direta com os acontecimentos históricos especialmente os brasileiros afrodescendentes.

Segundo Viñas (2005) apud Lins (2014), na década de 1990 a Conservação Contemporânea estabelece "que os valores são atribuídos pelos sujeitos, não sendo, portanto, inerentes aos objetos, tampouco cientificamente quantificáveis", e que as ações de conservação podem ser motivadas por valores ideológicos, afetivos, religiosos, não somente históricos e artísticos, mas também estes. É exatamente a noção do valor como algo atribuído e não inerente ao objeto que confere o seu caráter dinâmico em função do contexto em que os sujeitos que atribuem valor estão inseridos, reforçando o entendimento de que a determinação da significância cultural dos objetos de conservação deve ser algo revisto de tempos em tempos.

Nesse sentido a Declaração de Significância é um instrumento que pode abarcar os valores e os sujeitos envolvidos com o bem e ainda servir como instrumento norteador na gestão de sua conservação, apresentando-se para o caso como instrumento mais adequado para responder à questão da pesquisa, pois reúne, documenta e formaliza os valores atribuídos e validados por uma comunidade específica a um bem cultural protegido ou digno de proteção, num determinado período. Configura-se, portanto, em documento de caráter dinâmico, mutável, pelas variáveis envolvidas nos distintos contextos, social, econômico, ambiental e patrimonial, à época de sua construção, sendo necessária a sua revalidação e revisão com certa periodicidade (LINS, 2014).

Pensar no significado cultural da Serra da Barriga e na sua manutenção visando à preservação desse bem cultural é ir além de um plano de manejo, esboçado na década de 1980 e que nunca fora implantado, ou de um plano de gestão, cujas diretrizes foram traçadas como uma das exigências para receber o título de Patrimônio Cultural do MERCOSUL. É prever que dentro desses planos estejam incluídas ações que contemplem a manutenção dos valores patrimoniais identificados e reconhecidos no bem pelos atores com ele envolvidos, não somente quando fora reconhecido, mas também considerando a sua trajetória ao longo do tempo.

Por outro lado, as declarações de significância cultural podem constituir preciosas ferramentas de negociação, particularmente úteis nos casos em que o objeto envolve múltiplos atores, nas quais os valores do objeto considerados fundamentais e imprescindíveis decorrem de decisões participadas e, desta forma, mais prontamente respeitadas e defendidas pelos diferentes intervenientes (REVEZ e RODRIGUES, 2014).

A Declaração de Significância, de acordo com AZEVÊDO et al. (2014) é um documento onde estão expressos os valores e significados de um bem patrimonial, servindo de referência às ações de conservação, gestão e restauro, por apresentar as características que devem ser preservados no bem, sendo utilizada "como

instrumento de suporte de memória e orientação para a ação da conservação," com previsão de revisões. Como memória, grava para o futuro, a avaliação cultural que uma comunidade realizou de um bem patrimonial. Como orientação, especifica as características do bem para as quais a comunidade atribuiu valor cultural, e que devem ser mantidas no tempo (AZEVÊDO, et al., 2014, p. 2).

No campo do patrimônio o termo significância ou significado cultural não é novo, ele apareceu pela primeira vez em documento institucional em 1964, na Carta de Veneza, mas como definição somente na Carta de Burra de 1979, como sendo "o conjunto de valores de um bem patrimonial para as gerações passadas, atuais e futuras." (AZEVÊDO, et al., 2014).

O primeiro documento tem como referência o ano de 1979, tendo outras versões em 1981, 1988 e 1999, sendo esta última que está em vigor. "Com a adopção das revisões de 1999, a versão anterior (1988) da Carta foi, agora, revogada e remete as versões de 1981 e de 1979 para o papel de documentos de arquivo que registam o desenvolvimento da filosofia da conservação na Austrália." ('Australia ICOMOS Burra Charter, 1999')

Ao estudar a Serra da Barriga e os grupos sociais envolvidos com o bem e, ao mesmo tempo, identificar que os instrumentos de proteção incidentes sobre ele não dão conta de toda a sua representatividade, afetando diretamente na sua gestão, entendi que a Declaração de Significância pode ser um instrumento possível de ser aplicado como ferramenta norteadora na gestão da conservação desse bem cultural, compreendendo os futuros Planos de Gestão e Manejo a serem desenvolvidos.

De acordo com Zancheti e Hidaka (2014) a construção da declaração de significância passa por 3 etapas: 1. determinação da significância; 2. avaliação da significância; e 3. redação da Declaração. A primeira etapa é realizada por meio de uma análise do bem, que compreende o entendimento da história e do contexto, bem como a identificação dos valores para as comunidades. A segunda trata da avaliação, expressa por um julgamento acerca dos valores atribuídos pela sociedade ao bem, devendo a

decisão final ser tomada considerando o envolvimento dos atores sociais consultados na fase de identificação. A terceira etapa trata da escritura da Declaração que, em um texto breve, deve argumentar o porquê de aquele bem ter significância cultural.

Esses pontos devem ser utilizados como referência, principalmente nas políticas de gestão e conservação do bem. Entretanto, a ideia central deste trabalho não é a elaboração de uma Declaração de Significância para a Serra da Barriga, até mesmo porque metodologicamente ainda é um campo pouco explorado, podendo ser desenvolvido em um outro trabalho.

De acordo com AZEVÊDO, et al. (2014), o suporte teórico sobre o tema é escasso e insuficiente para auxiliar organismos e instituições na elaboração de uma declaração e, "por não existir um modelo de referência, as declarações se tornam muito diferentes umas das outras, tanto na extensão do texto quanto em seu conteúdo." O que se pretende aqui é expor os motivos pelos quais a Declaração de Significância, por englobar os diversos valores e sujeitos, numa perspectiva de gestão da conservação do bem cultural, pode ser aplicada ao caso e, ao mesmo tempo, como contribuição na elaboração do plano de gestão previsto no Dossiê de candidatura ao título de Patrimônio Cultural do Mercosul, como também na elaboração de um plano de gestão compartilhada da paisagem, sanando lacunas deixadas pelas atribuições de valores dos diversos instrumentos de proteção aplicados à Serra.

Passo agora a uma breve análise sobre como a Declaração de Significância dialoga com os dois principais instrumentos de preservação do patrimônio cultural atuantes incidentes na "Serra da Barriga, parte mais alcantilada", o Tombamento e a Declaração de Patrimônio Cultural do MERCOSUL. Não tratarei aqui da Declaração de Monumento Nacional, visto que não obtive elementos suficientes para estabelecer uma relação de semelhança ou diferença.

O IPHAN e a Declaração de Significância

Apesar da compreensão de que o Tombamento é um instrumento administrativo do Estado brasileiro, na figura do IPHAN, para declarar a significância de um determinado bem cultural, cujos valores estão declarados nos Livros do Tombo, o processo que culmina com o reconhecimento, e ainda, a gestão dos bens tombados possuem um certo distanciamento em relação ao que explicita a Carta de Burra, bem como as teorias contemporâneas da conservação que se embasam nesse documento referência.

De acordo com Lins (2014) "não há indicadores que representem uma preocupação formal da Instituição [IPHAN] com a incorporação da Significância Cultural como instrumento de gestão", o que poderia auxiliar sobremaneira nos processos de normatização de bens tombados e áreas de entorno, ora em curso. Grande parte dos bens reconhecidos pelo IPHAN através do tombamento carecem de um instrumento capaz de dialogar melhor com a sociedade de modo a envolvê-la no processo de atribuição de valores, para que esta seja partícipe das ações de conservação, o que ocorre com os processos de reconhecimento de bens culturais através do Registro como patrimônio imaterial brasileiro, criado pelo Decreto 3.551/2000.

Esse decreto já dispõe desta interface com a sociedade, onde os planos de salvaguarda são desenvolvidos junto aos detentores, durante o processo de instrução. O instrumento prevê, inclusive, a revalidação do reconhecimento, ou seja, o equivalente à revisão periódica prevista na Carta de Burra.

A correspondência do instrumento com o pensamento da época pode ser observada também, nos primeiros tombamentos realizados pelo IPHAN que não obedeciam a uma metodologia específica, muitos processos dispõem de poucas páginas, das quais pouco se extrai sobre os valores pelos quais aqueles bens foram reconhecidos. Somente a partir de 1986, com a edição da Portaria IPHAN nº 11, que regulamentou a organização dos Processos de Tombamento, os que foram abertos após essa data

passaram a ser instruídos tecnicamente de forma clara e organizada, apresentando elementos como descrição pormenorizada do bem, contextualização histórica e, principalmente, justificativa de tombamento (IPHAN, 2010).

A Portaria IPHAN nº 11 de 11 de setembro de 1986, Art. 4º, § 1º e 2º diz:

> § 1º - No caso de a proposta de tombamento se referir a bem ou bens imóveis, a instrução do pedido constará de estudo, tanto quanto possível minucioso, incluindo a descrição do(s) objeto(s) de sua(s) área(s), de seu(s) entorno(s), à apreciação do mérito de seu **valor cultural**, existência de Tal afirmação é empírica e se apoia em consulta ao arquivo do IPHAN no Rio de Janeiro, como uma atividade de uma das disciplinas do Mestrado de Preservação do Patrimônio Cultural. reiteração e outras documentações necessárias ao objeto da proposta, tais como informações precisas sobre a localização do bem ou dos bens, o(s) nome(s) do(s) seu(s) proprietário(s), certidões de propriedade e de ônus reais do(s) imóvel(is), o(s) seu(s) estado(s) de conservação acrescidas de documentação fotográfica e plantas.
> § 2º - No caso de a proposta de tombamento se referir a bem ou bens móveis, a instrução do pedido constará de descrição pormenorizada do objeto, se tratar de peça única ou da relação detalhada de peças componentes de coleção, listadas uma a uma, mencionando-se o material empregado, as dimensões de cada unidade e outras características que as individualiza, assim como de informações precisas sobre a localização, o proprietário e/ou responsável

> pela guarda do(s) objeto(s) e seu estado de conservação, acrescidas de documentação fotográfica e análise do **valor desses bens para o patrimônio cultural do País**. (grifos nossos)

É baseando-se nesses dados que justificaram o tombamento de um determinado bem, que o IPHAN tem trabalhado as normativas para preservação dos sítios históricos, visando à manutenção dos valores reconhecidos no ato do tombamento. Atualmente, os processos em instrução já devem ser submetidos ao Conselho Consultivo com uma minuta de portaria de normatização que vise a manutenção dos valores atribuídos ao bem. Contudo, ainda não prevê uma atualização, tal como prevê as recomendações internacionais, visto que os valores podem mudar com a continuidade histórica do bem, por serem atribuições dos sujeitos num determinado tempo e contexto.

Antes da edição da Portaria IPHAN nº 11/1986, ou seja, desde 1937 até 1986, não havia clareza na justificativa de tombamento, quando havia. Para normatizar áreas que foram tombadas antes da edição da Portaria IPHAN nº 11/1986, o IPHAN tem proposto a realização de um exercício de atualização dos critérios, tendo como subsídios os elementos disponíveis no processo de tombamento, bem como no histórico da gestão do sítio (IPHAN, 2010), pois diversos bens culturais tombados apresentam ainda as suas justificativas embasadas em valores atribuídos há décadas. Cabe ressaltar que os valores são mutáveis, transformam-se, novos valores são incorporados, outros não mais atribuídos a certos bens culturais, e esta natureza volátil e dinâmica dos valores não são consideradas nas políticas de proteção, dificultando, portanto, o monitoramento e ações de conservação do patrimônio cultural nacional (LINS,2014, p. 4).

Essa atualização de critérios, de acordo com a "Normatização de Cidades Históricas - orientações para a elaboração de diretrizes e Normas de Preservação para áreas urbanas tombadas" (IPHAN,2010), diz que não havendo necessidade de rerratificação

de poligonais, "pode ser feita na própria ficha de definição das diretrizes que embasarão as Normas de Preservação, onde são identificados e explicitados os critérios para análise e setorização da área, e que constituirão os estudos técnicos da normativa." Neste exercício de normatizar as áreas tombadas, podemos perceber uma aproximação à Declaração de Significância, entretanto, desatualizados ou não, os dossiês de tombamento, segundo Lins (2014, p. 4) "continuam sendo os principais documentos na indicação dos valores que justificam o reconhecimento do bem cultural como patrimônio nacional."

Evitando-se a atualização de valores, um dos princípios da Declaração de Significância, o órgão se prende aos valores postos quando do tombamento, procurando evitar processos de rerratificação. Mas há novidades no campo da preservação do patrimônio material em nível nacional.

Depois de 81 anos de sua criação o IPHAN lançou, através do documento legal Portaria IPHAN nº 375 de 17 de agosto de 2018, a Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN, que diz em seu Art. 1º: "Fica instituída a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM) do IPHAN, a ser implementada de acordo com os princípios, premissas, objetivos, marcos referenciais e diretrizes previstos nesta Portaria."

Com base na análise da portaria IPHAN nº 375/2018, confrontando alguns princípios, premissas e objetivos que se aplicam perfeitamente ao caso do objeto de estudo, compreende que, mesmo esse novo instrumento não contemplam a pluralidade de valores e sujeitos envolvidos com o bem (CORNEJO,2020).

A Declaração de Significância, a UNESCO e o Mercosul Cultural

Explicitamente adotada pela Austrália em 1979 quando da primeira redação da Carta de Burra, a significância ganha um ascendente global quando a UNESCO começa a exigir a sua análise nas diretivas operacionais para a gestão de bens

integrantes da lista de Património da Humanidade. (REVEZ e RODRIGUES, 2014)

No âmbito da UNESCO, a Declaração de Significância é o equivalente a Declaração de Valor Universal Excepcional, que deriva da adoção de Valor Universal Excepcional-VUE (LINS, 2014), exigida "como um dos requisitos para a inclusão de bens culturais na Lista do Patrimônio Mundial, fazendo parte dos principais programas e projetos de gestão de áreas patrimoniais". A Declaração de Valor Universal Excepcional contempla não somente o conjunto de valores atribuídos ao bem, como também a forma de manutenção, proteção e gestão dele, em longo prazo, e ainda a obrigatoriedade da elaboração de planos de gestão e de proteção dos bens culturais.

A Declaração, portanto, se configura como documento de suma importância para a gestão e monitoramento do estado de conservação dos bens culturais patrimônio da humanidade, sendo previstas avaliações constantes, realizadas por consultores ligados às Organizações Consultivas, "que se utilizam da Declaração de Significância como instrumento de monitoramento do estado de conservação dos atributos que justificaram a inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial." (LINS, 2014).

Quando o resultado das avaliações identificar alterações que comprometam a conservação de bens culturais inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, os Estados-partes são notificados, podendo o bem ter a sua inscrição cancelada, passando a constar na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. Com relação ao título de Patrimônio Cultural do MERCOSUL, para sua obtenção, não há exigência de Declaração de Significância ou Declaração de Valor Universal Excepcional, mas é possível identificar exigências que estão em sintonia com a UNESCO.

De acordo com o Regulamento para reconhecimento do Patrimônio Cultural do MERCOSUL, Art. 3º - Da Caracterização do PCM: Poderá ser reconhecido como Patrimônio Cultural do MERCOSUL (PCM) qualquer bem cultural, de natureza material e/ou imaterial, que: a) manifeste valores associados a processos

históricos vinculados aos movimentos de autodeterminação ou expressão comum da região perante o mundo; b) expresse os esforços de união entre os países da região; c) esteja diretamente relacionado a referências culturais compartilhadas por mais de um país da região; d) constitua fator de promoção da integração dos países, com vistas a um destino comum.

Dentre os procedimentos para apresentação e avaliação de candidaturas, conforme Art. 5º do Regulamento, parágrafo 2º "As propostas serão fundamentadas por um Dossiê de Candidatura relativo ao bem cultural, explicitando os seus motivos para reconhecimento, na forma indicada no Apêndice I deste Regulamento." O Apêndice I do Regulamento dispõe de uma listagem que compõe a "documentação mínima exigida no dossiê de candidatura ao reconhecimento de bens ao título de Patrimônio Cultural do MERCOSUL, do qual destaco:

> Justificativa: valores atribuídos ao bem e que justificam sua proposição, demonstrando de que forma o bem em questão se relaciona com os parâmetros estabelecidos para reconhecimento, do ponto de vista da história ou da sua importância enquanto referência cultural para os países, e de que forma o bem contribuirá para a integração sociocultural e política no MERCOSUL. Diretrizes para gestão: medidas a serem implementadas para garantir a preservação dos valores atribuídos ao bem e que embasam sua candidatura como Patrimônio Cultural do MERCOSUL, e estratégias de promoção previstas para que o bem se converta em elemento de integração sociocultural entre os países.

O Artigo 7º trata dos princípios para a gestão dos bens reconhecidos, conforme destaco abaixo os mais representativos, contidos nos parágrafos 4º e 5°:

> 4. As diretrizes para gestão do bem visando garantir a permanência e continuidade dos valores a ele atribuídos e que embasaram a sua candidatura de reconhecimento deverão ser apresentados como parte integrante do Dossiê de Candidatura, e terão prazo máximo de dois anos a partir da inclusão do bem na LPCM para serem efetivamente implementadas. Esse prazo poderá ser reduzido quando o(s) proponente(s) da candidatura manifeste(m) que o bem proposto corre riscos ou ameaças que comprometam seus valores culturais. 5. No caso de verificação do descumprimento do compromisso assumido pelo país e perda dos valores atribuídos ao bem inscrito na LPCM, a CPC poderá solicitar esclarecimentos ao país responsável e deliberar sobre a sua exclusão da Lista.

Assim, mesmo não havendo exigência de apresentação de uma Declaração de Significância ou Declaração de Valor Universal Excepcional, é possível identificar semelhanças quanto a exigência de um plano de gestão visando a manutenção dos valores atribuídos ao bem, o que aproxima do significado cultural, conforme Carta de Burra e com as teorias contemporâneas da conservação, assim como a exclusão do mesmo da Lista em caso de "perda dos valores atribuídos". Isso indica que haverá um monitoramento, mas não se explicita como. Diferente da UNESCO, não há previsão de inclusão em lista de patrimônio em risco, mas o de perda do título de Patrimônio Cultural do MERCOSUL, com a exclusão do bem da LPCM.

Considerações Finais

Com as análises apresentadas até o momento, podemos notar avanços, por parte do IPHAN, no sentido de incluir os sujeitos nos processos de reconhecimento de bens culturais a partir da instituição da Política de Patrimônio Cultural Imaterial em 2000, com a normatização das áreas tombadas e seus entornos e, mais recentemente, com a Política de Patrimônio Cultural Material, em 2018, mas este último carece de tempo para que possamos avaliar seus resultados. Assim como no título de Patrimônio Cultural do MERCOSUL, que já traz um diálogo mais alinhado com a Declaração de Significância e seus princípios.

Todos esses avanços tendem a centrar os sujeitos como dignos de reconhecimento nas ações de proteção e valorização do patrimônio cultural, deixando de lado os Registros Compulsórios e as medidas de acautelamento por iminência de destruição, como foram os primeiros anos da política de preservação do patrimônio no Brasil. Sendo nesse sentido que a Declaração de Significância adotada como princípio norteador dos instrumentos de gestão dos bens patrimonializados tende a ampliar o debate incluindo, de forma significativa, os novos protagonistas do patrimônio material.

Por fim, cabe esclarecer que o trabalho desenvolvido não buscou apagar memórias em detrimento de outras, ao contrário, procurou identificar aquelas não consideradas pelo Estado no processo de reconhecimento e gestão do bem. A partir deste estudo, entendo ser necessário rever conceitos no campo do patrimônio, no sentido de não mais selecionar memórias, fomentando disputas entre referências de memórias distintas, bem como promover uma melhor definição e ampliação de quem são os grupos formadores da sociedade brasileira de forma a refletir de fato a pluralidade nacional. A investigação realizada com os instrumentos incidentes sobre o bem apontou para a aplicação fragmentada destes, assim como dos dispositivos constitucionais que acolhem grupos indígenas e quilombolas, de forma igualmente fragmentada, contribuindo com que a eleição de objetos patrimoniais se

torne campo de disputas e conflito, por não abarcar a diversidade cultural que é o pilar da formação da sociedade brasileira.

Por esse motivo, a presente pesquisa apresenta como proposta o uso da Declaração de Significância como marco conceitual norteador da gestão do patrimônio cultural, especialmente numa paisagem culturalmente diversa como é o caso da Serra, visto que esta já mantém um diálogo com os principais instrumentos de acautelamento utilizados no Brasil, com a vantagem de ser um instrumento que pode ser atualizado, considerando a continuidade histórica do bem, pois tendo o valor como atribuição dos sujeitos, estes podem sofrer alterações com a passagem do tempo.

A Declaração de Significância no Brasil é objeto de estudo em universidades, mas não foi ainda absorvida pelo órgão federal de proteção do patrimônio cultural. Por fim, cabe destacar que os envolvidos diretamente com o bem cultural, por serem descendentes de africanos, indígenas e campesinos, enquanto grupos formadores da sociedade brasileira, faz com que a Serra da Barriga, além de uma representação de Palmares, possa ser considerada um Brasil em pequena escala, com os mesmos problemas, carecendo de mecanismos capazes de valorizar a diversidade ali representada.

Bibliografia

ARRUTI, José Maurício. ARRUTI, José Maurício Andion. **Direitos étnicos no Brasil e na Colômbia: notas comparativas sobre hibridização, segmentação e mobilização política de índios e negros.** Horiz. antropol.[online]. 2000, vol.6, n.14, pp.93-123. ISSN 0104-7183. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832000001400005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v6n14/v6n14a05.pdf> Acesso em: 04 de dez. de 2019

AZEVÊDO, G.; PONTUAL, V.; ZANCHETI, S. M. Declaração de Significância: um instrumento de salvaguarda do patrimônio arquitetônico. In: CICOP Brasil, 2014, Bauru - São Paulo. XII CONGRESSO INTERNACIONAL DE REABILITAÇÃO

DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E EDIFICADO **A Dimensão do Cotidiano do Patrimônio e os Desafios para sua Preservação. Bauru: FAAC-Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicações**-UNESP, 2014. v. 01. p. 1712-1722.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: Acesso em 09 de junho de 2020.

CORNEJO, Joelma Farias Silva de. **O patrimônio como campo de disputa: Serra da Barriga e a fragmentação dos instrumentos de reconhecimento de bens culturais**. (Dissertação de Mestrado). IPHAN: Rio de Janeiro, 2020.

HALL S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª Edição. Rio de janeiro: DP&A; 2005.

LINS, Ana Paula Mota de Bitencourt. A Declaração de Significância como instrumento de Gestão do Patrimônio Cultural. **Architecton Revista de Arquiteturae Urbanismo**, 24 set. 2014.

RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos**. Leya, 2019.

REVEZ, Maria João; RODRIGUES, José Delgado. **A declaração de significância cultural nos processos de decisão em intervenções sobre o património**. O caso da Colina de Sant'Ana, em Lisboa. Disponível em: < https://www.researchgate.net/profile/Maria-Revez-3/publication/281280650_A_declaracao_de_significancia_cultural_nos_processos_de_decisao_em_intervencoes_sobre_o_patrimonio_O_caso_da_Colina_de_Sant%27Ana_em_Lisboa/links/55deeff008ae79830bb5a7a8/A-declaracao-de-significancia-cultural-nos-processos-de-decisao-em-intervencoes-sobre-o-patrimonio-O-caso-da-Colina-de-SantAna-em-Lisboa.pdf>

SEYFERTH, G.. A dimensão cultural da imigração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Impresso), v. 26, p. 47-62, 2011. Disponível em: Acesso em:10 de jun. de 2020.

ZANCHETI, Silvio Mendes e HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. **A declaração de significância de exemplares da arquitetura moderna.** Olinda: Ed. Centro de Estudos Avançados e Conservação Integrada, 2014. Disponível em: Acesso em 11 de jun. de 20

27.

Os Desenhos da *Takruktektek*: Inventário do "Cosmos" Borum

Los dibujos de *Takruktektek*: Inventario del "Cosmos" Borum

The *Takruktektek* Drawings: Inventory of the "Cosmos" Borum

BY EDILEILA MARIA LEITE PORTES
PATRÍCIA FALCO GENOVEZ

Os Desenhos da *Takruktektek*: Inventário do "Cosmos" Borum[1]

Los dibujos de *Takruktektek*: Inventario del "Cosmos" Borum

The *Takruktektek* Drawings: Inventory of the "Cosmos" Borum

EDILEILA MARIA LEITE PORTES[2]
PATRÍCIA FALCO GENOVEZ[3]

---

1 Este artigo foi produzido a partir do capítulo do mesmo título da dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Gestão Integrada do Território, na Universidade Vale do Rio Doce, MG., orientada pela Dra. Patrícia Falco Genovez.

2 Possui graduação em Artes pela Universidade Federal de Minas Gerais, Especialização em Folclore e Cultura Popular e Mestrado em Gestão Integrada do Território. É Membro Efetivo (Pesquisador) da Comissão Mineira de Folclore (2005) e do Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri (2019). Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/6382249273852302

3 Possui graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1993), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1996), doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2003) e pós-doutorado pelo Universidade Federal de Minas Gerais (2016). Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/9531427794137589

Resumo

Neste texto pretendo apresentar os desenhos rupestres da *Takruktektek*[4], produzidos na sociedade *Borum*[5], não como representações, mas como ações desencadeadas pelo pensamento que rege essa sociedade, como forma de compreensão do território *Krenak*[6], localizado na região leste do estado de Minas Gerais. Neste contexto, este estudo é orientado por uma caminhada etnográfica, o que pode permitir uma melhor compreensão dos valores, significados e sentidos dados aos desenhos pelos próprios *borum*, aliada a uma reflexão teórica baseada na teoria compreensiva proposta por Weber (1864 - 1920) e na antropologia interpretativa de Geertz[7].

Palavras-chave: Desenhos rupestres; Território; Cultura; Identidade

Abstract

In this text I intend to present the *Takruktektek* rupestrian drawings produced in the *Borum* society not as representations but as actions initiated by the thought that rules that society, as a form of comprehension of the *Krenak* territory, placed at the East region of the state of Minas Gerais. In this context, this study is oriented

4 Sítio arqueológico localizado no território Krenak, no Vale do Rio Doce, região Leste do estado de Minas Gerais (Baeta, 1998). É onde os *borum* registram as suas histórias e as suas memórias há várias gerações.

5 O termo, na língua *Borum*, significa "gente", no sentido de "essência do ser". Tal sociedade é formada por indivíduos da etnia *Krenak*, grupo ameríndio do tronco lingüístico macro-gê que se localiza numa reserva de 4.039 ha, no Vale do Rio Doce, região leste do estado de Minas Gerais, entre as cidades de Resplendor e Conselheiro Pena contando, em 2010, com uma população de 319 membros (censo IBGE/2010).

6 Significado na língua *Borum Krenak*: "senhor/cabeça da terra". Tal designação foi dada a esta etnia, a partir da cisão de dois grupos de botocudos: *Nakrehé* e *Gutkrak*, de onde se originam os atuais *borum krenak* (Baeta, id.).

7 Considerado o fundador da antropologia interpretativa ou hermenêutica.

by an ethnographic journey, which may enable a better understanding of the values, meanings and senses given to the drawings by the *borum* themselves, allied to a theoretical reflection based on the comprehensive theory proposed by Weber (1864 – 1920) and the interpretative anthropology by Geertz.

Keywords: Rupestrian drawings; Territory; Culture; Identity

Resumen

En este texto pretendo presentar los dibujos rupestres Takruktektek, producidos en la sociedad Borum, no como representaciones, sino como acciones desencadenadas por el pensamiento que rige esta sociedad, como una forma de entender el territorio Krenak, ubicado en la región oriental. del estado de Minas Gerais. En este contexto, este estudio está guiado por un recorrido etnográfico, que puede permitir una mejor comprensión de los valores, significados y significados otorgados a los dibujos por los propios borum, combinado con una reflexión teórica basada en la teoría integral propuesta por Weber (1864). - 1920) y en la antropología interpretativa de Geertz.

Palabras clave: dibujos rupestres; territorio; cultura; identidad

Introdução

Em cada sociedade, a origem dos sistemas de valores pode se traduzir pelos relatos dos seus membros (Claval, 2007, p. 149-150). Relatos que vi presentes na sociedade *Borum*, não só nas falas, mas nas ações que a caracterizava. Dentre elas, trago os desenhos rupestres da *Takruktektek*, a "Pedra da Pintura", uma vez que por meio deles, me propus inventariar o "Cosmos *Borum*" como forma de compreensão do território *Krenak.* E, é nesta perspectiva que também proponho enxergar a cultura dos *borum Athorãn/Krenak*

como uma "teia de significados" (Geertz, 1978, 2001) e a antropologia como uma forma de interpretar tais significados.

Seguindo este percurso, fui subsidiada por uma reflexão teórica cuja linha epistemológica foi calcada na teoria compreensiva weberiana, possibilitando "extrair" o conteúdo simbólico das ações sociais neste território, direcionando-me para a busca da compreensão dos valores, sentidos, significados dos desenhos *Borum* que, por sua vez, só puderam ser compreendidos quando percebi, de uma forma mais ampla, as ações que caracterizam o "Cosmos" *Borum*. Aproprio-me aqui dos estudos de Mircéa Eliade para o uso desse termo neste texto: "é preciso observar que, se todo território habitado é um "Cosmos", é justamente porque foi consagrado previamente, porque, de um modo ou de outro, esse território é obra dos deuses ou está em comunicação com o mundo deles" (Eliade, 2008, p. 33). Reflexão que me direciona para os vínculos entre espaços geográficos e espaços simbólicos e, neste sentido, a caminhada etnográfica pelo espaço geográfico *Krenak* foi fundamental para a compreensão do território simbólico e das territorialidades que o compõem.

Para a também compreensão dos conceitos de cultura e identidade, a escolha pelos autores citados se fundamenta nos estudos que eles trazem: vinculam aos conceitos de identidade, os de alteridade, os de cultura que por sua vez, encontram-se ligados aos de território e aos de territorialidade. Conceitos, por sua vez, baseados na geografia cultural (Claval, id.; Rosendahl, 1996). Ela nos leva a enxergar as manifestações culturais em um determinado espaço como passíveis de formar uma sociedade, um território.

Na abordagem que trazem do território e das territorialidades ligados ao hibridismo cultural, ao espaço de redes e fluxos, às fronteiras, os autores acima vão ao encontro da vertente proposta por Haesbaert escolhida para direcionar a compreensão do conceito de território - a simbólico-cultural, que "prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido" (Haesbaert, 2006, p. 40). Também, segundo esse

mesmo autor, territorialidade, por sua vez, seria o vínculo que o grupo mantém com um determinado espaço geográfico.

Friso, aqui, que a escolha dos desenhos rupestres da *Takruktetek* como estratégia para compreensão do território *Krenak* pode ser corroborada somente a partir do próprio contexto etnográfico quando a arte se revelou como um elemento fundamental da sociedade *Borum*, levando-me para uma constante caminhada entre a etnografia e a reflexão teórica na busca do entendimento da sua importância para o proposto. Foi também a partir do contexto etnográfico - ao compreender melhor os valores, os significados e os sentidos dados aos "entes" e "seres" por essa sociedade - que escolhi utilizar neste estudo, o termo *Borum* para os indivíduos dessa sociedade – é como se designam - como também os outros termos da língua *Borum* que fui aprendendo durante o contato e que designavam esses mesmos "entes" e "seres" apresentados a mim, percebendo aí que tais sentidos é que caracterizavam as ações e as identidades/alteridades que também, ali, estavam presentes. Fiz a escolha para referir-me a eles de *borum*, e não de índios/indígenas, também por perceber que essa herança da colonização/ocidentalização não os identificaria da maneira como se revelaram, da maneira como pude percebê-los, na sua essência de ser borum, "gente". Essência que os faz lutar para não se submeterem completamente à dominação, preservando os códigos que lhes são caros e que os identificam enquanto borum. Ainda aqui, numa visão proposta por Silva (2006) busquei a visão dos observados em relação a este contato. Assim, este estudo só tomou esta forma pela boa vontade dos mesmos em contribuir com o estudo, uma vez que a ciência não se faz com uma só mão (Silva, id.).

A análise/interpretação dos desenhos coletados, que constituíram o principal corpus documental deste estudo - mesmo tendo o suporte dos autores escolhidos - foi feita a partir do que consegui compreender por meio dos valores, sentidos e significados dados pelos próprios *borum*, buscando subsídios na teoria weberiana, que considera infinito o número de relações que podem existir entre dois conceitos, entre duas categorias, ou entre conceito e categoria

ou entre dois fenômenos, o que une o conhecimento à ação, a teoria à prática (Freund, 1980), razão da minha escolha pela antropologia e pelo método etnográfico proposto por Geertz (ib.)

É nesta perspectiva que para atingir os objetivos propostos, tornou-se necessário conhecer o sistema de valores que rege a sociedade Borum pelos significados e sentidos que eles comportam. Ao considerar, neste estudo, os desenhos Borum como ações sociais, busquei apreender o pensamento que rege essa sociedade e que vem a desencadear tais ações direcionando-me assim, para a compreensão do seu sistema de valores.

O Pensamento *Borum*: trânsito entre Natureza e Cultura

De início, busco uma aproximação do pensamento *Borum* ao de outras sociedades ameríndias por meio da estrutura proposta por Lévi-Strauss[8], vendo aí a possibilidade de estabelecer relações entre elas e, ao mesmo tempo, por analogia com a sociedade estudada, de revelar especificidades e particularidades, o que pode tornar possível, adentrar nos sentidos particulares que permeiam o pensamento e as ações dos *borum* direcionando-me, dessa forma, para a compreensão do sentido de "ser *borum*" e consequentemente, do território simbólico-cultural *Krenak*, que também me propus compreender.

> (...) O próprio do pensamento selvagem é ser intemporal, ele quer captar o mundo, ao mesmo tempo, como totalidade sincrônica e diacrônica, (...) com o que oferecem, de um quarto, espelhos fixos em paredes opostas e que se refletem um no outro (assim como os objetos colocados nos espaços que os separa), mas sem serem, rigorosamente, paralelos. Uma multidão de imagens se forma

[8] Considerado o fundador da antropologia interpretativa ou hermenêutica.

> simultaneamente, nenhuma das quais é igual às outras, cada uma delas, por conseguinte, só traz um conhecimento parcial da decoração e do mobiliário, mas o seu grupo se caracteriza por propriedades invariáveis que exprimem uma verdade (...)" (Lévi-Strauss, 1970, p. 299).

Por meio das estruturas propostas para compreensão desse "pensamento selvagem"[9], portanto, vimos a possibilidade de inventariar o "Cosmos" *Borum*, o que pode revelar a particularidade do pensamento dessa sociedade: pensamento desencadeado por um mundo povoado por "entes" e por "seres", por mitos e por ritos materializados em ações que, por sua vez, fazem parte, de uma relação mais complexa, percebendo que os rituais que ali se realizam, são desencadeados pelos mitos. Ao considerá-los, os mitos e os ritos, como ações, vi que eles dão origem a outras ações e, como num caminho de muitos atalhos, a materialização de outra ação singular - a arte. A relação dos *borum* com os mitos se faz, assim, a partir de cerimônias eivadas de cantos, de danças e, de desenhos, percebidos, neste contexto, não como expressões ou representações, mas como ações desencadeadas pelo próprio pensamento que rege essa sociedade.

Essa percepção pode ser corroborada em Viveiros de Castro (ib.: 71) ao afirmar que "o mito, de fato, é a explicação última das ações rituais". Nesta perspectiva traz, ainda, para análise, duas categorias – a equivalência e a semelhança – uma vez que "os participantes e objetos de um ritual são ditos "iguais" ou "parecidos" com os seres míticos". Leva mais adiante tal percepção ao afirmar que o "ritual humano é um modelo icônico reduzido dos sucessos sobre-humanos no mito. (...) Se o mito é palavra, o ritual evoca diretamente o domínio do fazer". (2006, pp.: 71-72)

Neste contexto, trago a dança e os cantos ao redor da fogueira, que pude participar na aldeia em uma das visitas, antes de

9 Em referência à obra de Lévi-Strauss "O Pensamento Selvagem" (ib.).

conhecer a *Takruktektek* – para proteção contra a onça – a *kuparak*, considerada por eles como espírito e humano – e cujas "manchas" são transpostas para o corpo em forma de desenhos geométricos que, por sua vez, também servem de proteção contra os espíritos, conforme relataram. A crença no mito - a primeira ação - materializada nas outras ações ritualísticas: a dança, os cantos, os desenhos. Neste sentido, ouvir a narrativa do *borum Itchó-Itchó* ao redor da fogueira, evocando memórias - *"foi a arte que nos reuniu e trouxe de volta do exílio"*[10] – e a do *borum Tãm* – *"para nós arte, religião e vida é tudo uma coisa só"* corroboram o exposto acima.

Nestes relatos, duas categorias são reveladas - multiplicidade/unicidade. São possibilidades para a interpretação do pensamento que rege a sociedade *Borum*: na multiplicidade de ações que a caracterizam, a presença de uma unicidade de valores – a crença nos mitos - revelando um olhar particular para o mundo. Neste sentido, a arte *Borum/Krenak*, então, se evidencia na primeira narrativa, como motivação para promover o retorno dos borum ao território geográfico *Krenak* que, por sua vez, é o espaço onde se identificam e, segundo relataram, se sentem realmente *borum* – "gente", no sentido que lhe é dado por eles: "essência do ser". O relato do *borum Itchó-Itchó* me direciona para pensar que a identificação dos borum com aquele espaço – o território *Krenak* - acontece pelo fato desse mesmo espaço comportar lugares que consagraram para a prática dos seus rituais - a *Takruktektek,* por exemplo - conferindo-lhes sentidos que, por sua, dão sentido à suas vidas de *borum* e como *borum.* O espaço geográfico se torna, dessa forma, um espaço simbólico e a arte, a mediação entre o humano e o espiritual, permitindo o encontro entre estes dois

[10] Aqui, o *borum* se referiu ao exílio a que foram submetidos várias vezes pelas forças econômicas e políticas para tomada do espaço geográfico *Krenak*. Ainda, segundo ele, o vínculo com este espaço para a prática de rituais e pelos lugares sagrados que comporta, como a *Takruktektek*, é que os motivaram a retornar.

estados do "*ser borum*". Ou, dito de outra forma, "multinaturalizando"[11] os dois estados da "essência do ser" *borum*, o que aponta para o estudo do território e das territorialidades.

Neste sentido, a arte *borum* não é a representação da ação social, mas a própria ação, compreendendo que "Por acción debe entender-se una conducta humana (bien consista en un haver externo o interno, Yan en um omitir o permitir) siempre que el sujeto o los sujetos de la acción enlacen a ella un sentido subjetivo" (Weber, 1964: 05 apud Vieira, 1993, p. 182), o que me leva ainda a considerar a possibilidade de "extrair" o conteúdo – o pensamento *Borum* - das ações que caracterizam um fenômeno social e, a crer que toda ação é simbólica e, como todo símbolo, tem valores, sentidos, significados que só poderão ser compreendidos, em sua amplitude, se olharmos as ações que caracterizaram uma ação primeira. A ação primeira – intemporal - seria então a crença no mito/religião e, portanto, motivadora da ação de desenhar.

A tradução do pensamento *Borum* pode ser feita por meio das categorias "arte, vida, religião", possibilitando a compreensão de que, o pensamento que rege a sociedade *Borum* é um pensamento intemporal, aberto – ou seja, transita entre a natureza e a cultura, fundindo-se, num só sentido, no espaço em que vivem.

Nesta perspectiva é que esse pensamento – natureza *Borum* – e a materialização do mesmo - cultura *Borum* - é trazido neste estudo na sua dimensão simbólica, tornando possível compreender, por meios das suas ações, como os *borum* percebem e concebem seu ambiente, a sociedade e o mundo; a forma como atribuem significações aos lugares; as técnicas que adotam; como

[11] Tal termo é proposto por Viveiros de Castro, quando convida a perceber "um dos traços contrastivos do pensamento ameríndio em relação às cosmologias ´multiculturalistas´ modernas". Segundo ele, no pensamento ameríndio "a cultura ou o sujeito seriam aqui a forma do universal: a natureza ou o objeto, a forma do particular", pressupondo "uma unidade do espírito e uma diversidade dos corpos", enquanto nas cosmologias multiculturalistas, haveria uma "unicidade da natureza e multiplicidade das culturas", ou seja, "gerada pela particularidade subjetiva dos espíritos e do significado" (Viveiros de Castro, ib., p. 349). Perspectiva que percebemos, pelo observado em campo, também no pensamento que rege a sociedade *borum*, uma vez que ali o trânsito entre natureza e a cultura é particular e as ações que desencadeia, são múltiplas.

veem, transmitem e difundem seus costumes; como legitimam os seus símbolos; como seus mitos, religiões e arte dão sentido à suas vidas, ou seja, as ações que permeiam tal sociedade (Claval, id.).

Neste trabalho, o conceito de cultura foi apropriado de Geertz: "o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu" e a cultura "não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado" considerando-a ainda como "sistemas entrelaçados de signos interpretáveis. É vista, ainda, não com um poder - onde os "acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições" são atribuídos casualmente - mas como "um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos com densidade", o que pode tornar possível expor "sua normalidade sem reduzir sua particularidade" (Geertz, 1978: 15-24). É essa interpretação que me permitiu adentrar e, possivelmente, compreender os significados particulares da cultura e da natureza *Borum*. Nesse caminho, esta proposição dialoga com a teoria compreensiva de Weber uma vez que a cultura é vista não como algo posto, mas construído, contextualizado e os signos que nela podem ser lidos, também podem ser descritos de forma a torná-los inteligíveis.

Diante do refletido com os autores citados e do que propõe este estudo - de abertura, de busca de novas significações para os conceitos - é que, subsidiada ainda, em Viveiros de Castro, buscamos a possibilidade de atualização dos conceitos das categorias de natureza e cultura e dos processos que desencadeiam tal mudança e que subsidia também, para a análise e interpretações das ações e compreensão do pensamento *Borum*. Para esse autor,

> as categorias de Natureza e Cultura, no pensamento ameríndio, não só subsumem os mesmos conteúdos, como não possuem o mesmo estatuto de seus análogos ocidentais: elas não assinalam regiões do ser, mas antes configurações relacionais, perspectivas móveis, em suma – pontos de vista (Viveiros de Castro, ib. p. 349).

Numa tentativa de escapar da antinomia que rodeia ainda os dois conceitos, o referido autor não vê divisão entre sociedades "puras" e "aculturadas". Para ele, além das dinâmicas globais, existem as dinâmicas próprias das sociedades, fazendo-se urgente que as abordagens antropológicas as considerem se não quiserem cair numa "imagem mecânica" desses processos, uma vez que ao considerar tais dinâmicas, o antropólogo se subsidiará de uma visão mais subjetiva da trajetória histórica das sociedades nativas, numa atitude mais "presentista". Vê a divisão entre os conceitos como uma "perspectiva ahistórica" e, trazendo tal reflexão para a sociedade *Borum*, ela seria, dessa forma, vista como uma "entidade passiva ou reativa" e, "por uma orientação para longe do presente, seja para um passado de plenitude adaptativa, seja para um futuro de desagregação e anomia" (Viveiros de Castro, ib., p. 339).

O refletido acima me reporta para o trabalho de campo. As categorias natureza e cultura na sociedade borum se intercambiam, levando-me a buscar uma conceituação mais aberta para elas, para chegarmos à compreensão dos sentidos presentes nesses processos, nessas trocas. Dessa forma, os relatos ouvidos dos borum quanto ao forte vínculo que eles têm com os elementos da natureza, com os elementos cosmogônicos, com os animais - eles estão presentes nos desenhos da *Takruktektek* - corroboram o exposto anteriormente. Os relatos estão entremeados dos "seres" e dos "entes" do "Cosmos" *Borum*, deixando-me entrever que nesta sociedade existem processos sociais e históricos ao invés de estruturas rígidas. Se a história está sempre em movimento, a história dos borum *Krenak* aponta para novas possibilidades. Neste sentido, percebemos, nesta sociedade, processos de trocas simbólicas entre as ações sociais e as cosmologias perpassando espaços sociais, políticos, históricos, ontológicos definindo ações que caracterizam identidades/alteridades e, possivelmente, definindo um território – o *Krenak* e as territorialidades – como a *Athorãn/Krenak*[12].

[12] O território *Krenak* é composto de vários grupos de *borum*. O *Athorãn* é o grupo com o qual tive mais contato durante a pesquisa. Tais grupos apontam para o estudo das territorialidades dentro do proposto por Haesbaert (2006).

A interpretação do "mundo", do pensamento Borum permite, assim, apreender a dinâmica dos processos sociais em que estão inseridos os borum. Ao buscar uma visão mais "presentista" da trajetória histórica da sociedade Borum, este estudo pode encontrar eco em Canclini (ib.). Segundo ele, corroborando Viveiros de Castro, para compreender uma sociedade é preciso escapar dos conceitos de natureza e cultura dados pelos valores incorporados pela modernidade. Num mundo pós-moderno, as sociedades se tornaram "híbridas culturais" e, para compreender as sociedades pós-modernas, não se pode separar os símbolos – ações - que as traduzem em eruditos, populares ou massivos, uma vez que eles também são dinâmicos – saem de um espaço e se mesclam com outros[13].

Vínculo a reflexão acima aos estudos da geografia cultural propostos por Claval quando convida a extrapolar a dimensão naturalista e mecanicista da cultura. Para ele, tais estudos servem para "apreender a multiplicidade das formas da vida social", propondo a seguinte questão:

> (...)por que razão os homens instituem, através do poder de estruturar atribuído pelo Verbo, uma ordem simbólica? Isto faz passar da simples constatação do existente à ideia de dever-ser, propõe a interpretação do Cosmos, da natureza e da vida social, e determina os ideais a atingir e os objetivos para os quais deve tender a ação daqueles que querem realizar seu destino de homem (Claval, 2007, p. 138).

Ao tomar os desenhos rupestres, neste estudo, como estratégia para a compreensão do território *Krenak* e das territorialidades vi ali presentes, as razões para elaborar este estudo se fundam na

[13] Neste sentido, os desenhos rupestres apropriados por Geovani *Krenak*, o *borum Tãm*, para a coleção de bolsas criada para o seu trabalho final de conclusão de curso de Design Gráfico, corroboram tal colocação? os mesmos símbolos se tornaram vetorizados, sem perder, no entanto, os traços dos desenhos tradicionais *borum*.

percepção de uma arte não contemplativa, mas compreendida dentro de uma visão que leva à questão cultural. Estudos etnográficos anteriores em outras sociedades ameríndias me levam a ver que, mais que contemplação, estas manifestações provocam estados e processos de conhecimento e reflexividade e transformações sociais e ontológicas (Muller, 2008)[14].

A partir dessas reflexões percebo o vínculo da arte com o pensamento *Borum*, vislumbrando nos desenhos rupestres, desde informações sobre a formação histórica dos *Krenak* às mudanças dos processos sociais que ocorrem no presente na sociedade *Borum* que, por sua vez, se revela híbrida, dinâmica, aberta.

Os desenhos da *Takruktektek*, a "Pedra da Pintura"

Trago, neste ponto, o fato presenciado durante a pesquisa de campo que me direcionou a este estudo: um *borum* de aproximadamente 13 anos que, segundo o *borum Itchó-Itchó*[15], estava sendo preparado, através de um ritual de iniciação, para ser o desenhista das histórias da tribo. Ficaria isolado numa cabana de palha por uma semana, ouvindo relatos das memórias dos *borum* mais velhos e posteriormente as transporia, em forma de desenhos, para a *Takruktektek*, a "Pedra da Pintura", onde registram, através de desenhos, as histórias que vão sendo lembradas e os fatos vivenciados pela comunidade.

Tal fato aguçou a minha curiosidade em saber mais, em conhecer de forma mais aprofundada a cultura dessa sociedade. Pela minha própria formação em Artes Visuais e, pelo olhar que vinha desenvolvendo desde a graduação: de que os traços, as cores, as formas presentes nos desenhos ultrapassavam a leitura

---

14 Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000400017. Acesso em 13/09/2010.

15 Líder borum do grupo *Athorãn/Krenak*. Na língua borum, *Itchó-Itchó* significa "besouro da beira de rio".

puramente formal/estética[16]. Tais dados puderam ser verificados e colhidos numa visita posterior à aldeia, quando fui até o local e vi ali, inventariados, desenhos de "entes" e de "seres" e, de animais antropomorfoseados, deixando-me vislumbrar os possíveis sentidos para aqueles que os produziam (foto 1). A *Takruktektek* havia sido consagrada pelos *borum* para o encontro com os *Makián* e os *Marét*, espíritos de *borum* já mortos (Baeta, 1998) e eles, ali, também desenhavam e inspiravam os outros borum a desenharem, conforme relataram.

Através das descrições dos *borum* que me acompanharam – *Tãm, Tà* e *Huaketã* [17]– vi ali inventariados além das histórias, revelando-se por meio de desenhos, os "entes" e os "seres" com os quais os *borum* se relacionam, elementos do "Cosmos", do mundo *borum*. Ali, ouvi do *borum Tâm: "Aqui nós nos sentimos mais perto dos Marét. Estas pedras falam com a gente. São como se eles estivessem aqui falando... é aqui que a gente se alimenta"* (foto 2).

A visita à *Takruktektek,* subsidiada pelos estudos arqueológicos de Baeta, permitiu-me ver o que ali estava desenhado: nas grandes paredes de rocha quartzítica estavam registradas figuras superpostas, algumas já desbotadas e outras incompletas, segundo informaram, pela depredação dos *Kraí,* os brancos, considerados pelos *borum* como "invasores". Na ocasião, relataram que esses carregam "lascas" da Pedra como lembranças, além de deixarem ali inscritos desenhos, nomes, datas como forma de registrarem suas presenças, o que pode ser corroborado nos estudos de Baeta (ib.: 90).

Dessa forma, apesar de algumas figuras, que foram apontadas por eles como sendo dos *borum,* se encontrarem bastante nítidas, de outras, no entanto, só existiam vestígios. Nos estudos, ainda de Baeta,

---

[16] Esse olhar é corroborado por Veneroso (2006: 13) num estudo sobre as concepções contemporâneas de arte, quando propõe que a concepção plástica está vinculada à maneira do artista pensar o mundo e antes de "alcançar a forma" passa por uma "elaboração mental e conceitual". Ao dar "corpo a um pensamento plástico (...) agrega teoria à práxis".

[17] Na língua *Borum*, *Tà* significa o "filho do meio"; *Tãm*, o "filho caçula. São irmãos e primos de *Huaketã*, que é filho de *borum/krenak'* e *Pataxó*, cujo nome não me foi dado o significado.

encontramos outra explicação para este fato: algumas figuras não se encontram bem conservadas e, já perderam a tinta pelo fato de ficarem, quase o dia inteiro expostas ao sol e às chuvas e, também, em função dos desmatamentos na região, das queimadas e pelo crescimento de pequenas árvores e raízes no interior dos abrigos.

Dados que subsidiam para compreender a situação conflituosa em que se encontra também o espaço geográfico onde se localizam os *borum Krenak* no que diz respeito à luta deles para manter preservado o seu território, evidenciando um contexto social, histórico, político pelos qual passam os povos ameríndios no que diz respeito à posse de terras. O fato de estarem, os sítios arqueológicos com registros rupestres, localizados à margem do rio Doce, gera um desconforto nos *borum Krenak*, dado observado durante a visita à *Takruktektek*, uma vez que uma parte deste território, já não lhes pertence. No entanto, neste local estão localizados espaços que consideram sagrados. Segundo informaram, fora deles, não se sentem *borum*.

Com o olhar mais apurado nestes desenhos, percebi que eram elaborados por meio de técnicas artísticas variadas: alguns, feitos com traços mais grossos como se fossem feitos com os dedos molhados em tintas; outros pareciam ter sido feitos com pincéis, "provavelmente" de vegetais; outros pareciam feitos com "carimbos" e ainda outros, feitos diretamente na parede com pequenos blocos de pigmentos de cor vermelha – a pedra-giso. Em meio à cor vermelha proveniente dessa pedra, apareciam ainda nos desenhos os tons de amarelo, alaranjado e preto – feitos em crayon (Baeta, ib.). Em tais técnicas, apareciam pigmentos naturais, pincéis feitos com pequenos galhos ou ainda, o próprio corpo – os dedos – participavam do processo, o que me leva a pensar novamente na interação que têm com a natureza - vegetais, corpo participando da mesma ação: o ritual de desenhar.

Um elemento nesses desenhos se destacava: a predominância da cor vermelha, aplicada de forma homogênea nos desenhos (foto 3). Baeta (ib.) acrescenta que a cor, de um vermelho escuro, presente nos desenhos é, possivelmente, a mais recente. Dessa

forma, dois dados se descortinam: o primeiro, a presença predominante da cor vermelha, que aparece também em muitos artesanatos, em pinturas rituais – estas feitas com urucum (planta nativa) e nos calções do uniforme do time de futebol dos *borum* - esporte que muito apreciam. Indaguei sobre o porquê da predominância da cor vermelha nos desenhos e, de uma forma mais ampla, na vida cotidiana. Relataram-nos que usam vermelho quando estão em rituais próprios - não revelados - ou, ainda, quando vão a um Conselho, quando necessitam se reunir em torno de um acordo – internos, com instituições, com o governo.

Na continuação do inventário dos desenhos rupestres foi possível ainda, numa visão formal/estética, perceber formas variadas: desenhos naturalistas, mas que eram estilizados - compostos por traços mais retos, mais simplificados, sem perspectiva - evidenciando composições particulares. Observei, no entanto, que outros desenhos ali, seguiam o mesmo estilo dos tradicionais desenhos dos *borum*: formas geometrizadas como as que vi nos desenhos presentes nos objetos e nos corpos dos *borum* (foto 4, 5 e 6).

Ali, algumas figuras podiam ser identificadas: sapo, lagarto, sol, flechas (foto 5). Tais elementos fazem a mitologia *borum* e são valorizados pelos significados que carregam, conforme relataram. Falaram-me os significados e eu, busquei adentrar nos sentidos. O porquê do registro da figura do sapo foi esclarecido num momento posterior pela *borum Djukurnã*: o *Kingó* (sapo) e o *tché-tché-tché* (lagarto) são reverenciados porque é importante observar cada animal, uma vez que revelam características específicas e que elas são apropriadas pelos borum *"para a compreensão da vida cotidiana"*. No caso específico do lagarto, informaram-me que a sua figura está ligada à idéia de fecundidade e de percepção do mundo: "Se não fosse esses dois bichos {o lagarto e o macuco}, o ser humano nasceria sem sexo e sem os cinco sentidos" (Geovani *Krenak*, 2009, p. 20), segundo relato do *borum Itchó-Itchó* apropriado de um trabalho acadêmico feito por *Tãm*. A relação deste animal com a noção de fecundidade relatada pelo *borum Itchó–Itchó* fica aqui evidenciada. Os seus sentidos para os *borum*,

também. Acredito que está ligada à crença no mito, o que pode ser corroborado em Baeta. Para ela, os *borum* dão a estes desenhos o significado de "pinturas de *borum*" buscando nelas, os sentidos das "exegeses" e da "cosmologia *Krenak*". Materializam na superfície da própria pedra as suas crenças e que deixam ali evidenciado, o sistema de valores que regem a sociedade *Borum*: consagram valores míticos à pedra.

Notadamente nos desenhos rupestres, a presença de vários outros elementos visuais: pontos, linhas curvas, circulares, elípticos, losangos, triângulos, polígonos, caracterizados por Baeta de grafismos puros e interpretados, ainda por ela, como possível representação de flechas e a outros instrumentos e, ainda, relacionando as formas mais circulares com o cosmos - cometa, sol. No entanto, segundo relato dos *borum* e, em particular, do *borum Tãm*, pude perceber que muitos desenhos estilizados, geométricos também eram retirados dos "desenhos" de animais – lagartos, cobras, onças – e se transformavam em composições geometrizadas, inspiração também para muitos dos desenhos vistos nos objetos e nos corpos e nos desenhos enquanto designer gráfico (foto 5). No espaço dos objetos, dos corpos e da *Takruktektek,* a materialização das crenças, o que consagrava tais espaços. O espaço geográfico/material/profano se transformando através do rito de desenhar em espaço simbólico-cultural/sagrado.

Interpretando o "Cosmos" *Borum*

Diante desses desenhos, percebo na sociedade *Borum* uma dimensão ampla e que produz, portanto, uma arte permeada de múltiplas ações caracterizadas por crenças, por mitos e por ritos, às quais já me referi ao buscar apreender o pensamento *Borum*. Nesta visão, para a interpretação e compreensão dos desenhos vistos nesta sociedade, somos convidados a rejeitar o sentido restrito de julgamento do belo e do gosto, "conservando o sentido mais etimológico e mais lato, que se refere à percepção sensorial, aos efeitos das propriedades dos objetos nos sentidos" (Fernandes Dias, 2000: 44), que varia de

cultura para cultura, ou como afirma Viveiros de Castro (ib.), de natureza para natureza. Fernandes Dias ainda complementa:

> A capacidade de experiência estética será universal, mas realiza-se sempre particularmente, segundo critérios estéticos que variam cultural e historicamente, cara para muitos, de uma visão pura, e interessando-se pelos modos como a visualidade, os modos de ver, que são formados em diferentes contextos sociais. A estética tem a ver com a forma, sim, mas porque constitui para nós uma forma bela pode não ser assim noutra cultura; e que formas são preferidas, valorizadas, elaboradas e desenvolvidas é algo que varia também. Mas, além disso, os valores que são identificados numa forma também variam; eles não estão em si na forma dos objetos, antes nos olhos e na cabeça do expectador; uma forma só tem sentido porque é incorporada num sistema de valores e significados que a integra em processos culturais mais vastos (Fernandes Dias, 2000, p. 44).

Trago a presença predominante da cor vermelha nos desenhos da *Takruktektek* - acreditando que o significado da mesma encontrado em Chevalier - "símbolo fundamental do princípio da vida", considerado em muitas culturas como eminentemente "sagrado e secreto", "mistério vital escondido no fundo das trevas e dos oceanos primordiais" - subsidia na interpretação dos valores da sociedade *Borum*, ao trazer a ambivalência simbólica dessa cor: o vermelho fogo – claro – que incita à ação que como um sol lança "seu brilho sobre todas as coisas" e o vermelho sangue – escuro – representando o "mistério da vida" (Chevalier, 1999, pp. 944-945), corroborando o sentido que dão à mesma, pelos momentos em

que a usam nos desenhos corporais ou nos calções do jogo de futebol, esporte que muito apreciam, conforme pude observar.

Para Baeta o fato de os registros nessa cor serem os mais recentes sugerem reinterpretações dos grafismos pré-históricos, isto é, podem ser desenhos feitos pelos atuais *borum*, o que também se caracteriza como dado, corroborado pelo descrito por nós: o ritual de iniciação do adolescente que se preparava para ser o desenhista na *Takruktektek*. Interpreto este dado trazido por Baeta, vinculando-o ao sentido que os *borum* dão aos desenhos rupestres, apropriando-me da seguinte citação do próprio *borum Tãm*, o Geovani *Krenak*, no seu trabalho final de graduação em Design Gráfico, do qual fui orientadora:

> O desenho lida com elementos do tempo e do espaço. O ato de desenhar congrega o presente com um passado e um futuro. As imagens nascem da observação, da memória, da imaginação. Poderíamos relacionar a observação com o presente, a memória com o passado e a imaginação com o futuro (Derdyk,1994, p. 74 apud Geovani *krenak*, 2009, p. 11).

Os desenhos observados trazem então informações do que os *borum* observam no presente – os "entes", os "seres", a cosmogonia - do que lembram do passado – as histórias que os *borum* mais velhos contam,o que imaginam do passado interagindo com presente e futuro – a crença nos mitos, que por sua vez dá sentido ao ser *borum* e ao espaço em que vivem.

Considerando ainda, as categorias trazidas pelo autor acima – tempo e espaço – acredito poder dizer que tais desenhos, assim como as histórias, trazem informações sobre o espaço geográfico *Krenak*. Se os desenhos são portadores de símbolos, de sinais, de mensagens e lida com elementos do espaço e do tempo, os desenhos vistos na *Takruktektek* revelam o "Cosmos" *Borum* – o vínculo entre o passado e o presente, entre o que pensam – natureza – e

o que fazem – cultura. Ainda subsidiada pelos significados dados por Chevalier à cor vermelha, busco os sentidos que esta cor parece ter para os *borum*: num universo mítico, cujos valores são trazidos para à Terra, o "mistério" e o "brilho" podem estar "deitados" sobre os "entes" e os "seres", em tempos diferentes, mas no mesmo espaço.

Em complemento ao inventariado inicialmente na *Takruktektek*, trago os desenhos sobrepostos que também estão ali presentes. Em alguns lugares, subsidiados pela orientação de Baeta, observei que algumas formas se sobrepunham a outras, como se fossem sombras e luzes – recurso usado no desenho, na pintura para dar ideia de volume. Na análise arqueológica de Baeta há a possibilidade de ser, a sobreposição, contemporânea. Tal conjetura se deu pela observação da textura das tintas – as tonalidades e os temas às vezes são idênticos – e do tratamento gráfico. Considera ainda que a superposição pode ser "um elemento circunstancial ou uma possível associação direta de figuras" (Baeta, ib., p. 96). No entanto, trazendo para análise tal conjetura, percebo que ela nos revela que a prática de registrar o "Cosmos" por meio dos desenhos faz parte do cotidiano dos *borum, ainda no presente,* conforme revelou o ritual de iniciação do *borum*, relatado pelo *borum Itchó-Itchó*, já referido.

Assim, ainda uma vez, o tempo – no sentido de tal prática, o ritual, fazer parte das suas origens – e o espaço – no sentido do lugar para tais rituais continuar sendo o mesmo continuam sendo categorias que tem um sentido particular, deixando-me novamente de frente para o pensamento *Borum*: transitam entre natureza – a crença no mito - e cultura – a prática do ritual – ações do passado e presente acontecendo simultaneamente. Nesse sentido, do que pude perceber do pensamento que rege a sociedade *Borum*, os valores trazidos acima são centrais, uma vez que traz para compreensão os seus significados e sentidos, reportando-me ao já refletido com Claval (ib., pp. 149-150): ali estão presentes os valores primordiais que fundam esta cultura e nos quais os relatos reportam. Ali, mitos

fundadores da sociedade borum se revestem em formas, em linhas, em pontos, em cores, em traços, reportando às suas origens.

Tais relatos, cujos significados aos poucos foram sendo para mim revelados foram, portanto, dando o contorno dos sentidos presentes nas ações de desenhar e que dão o contorno também daqueles espaços – o da pedra – que consagram - e do geográfico, que vivenciam. Levando mais longe esta interpretação, identificam o próprio espaço onde habitam, podendo dizer, neste contexto, que os desenhos ultrapassam a ideia de representação. São ações desencadeadas por uma primeira ação tal qual nos orienta Weber. Ali as crenças nos mitos se atualizavam no rito de desenhar (Viveiros de Castro, 2006).

Uma outra observação que fiz dos desenhos da *Takruktektek*, subsidiada pela catalogação de Baeta, é que alguns não foram enquadrados por ela em nenhuma categoria uma vez que possuíam características particulares. Relacionando tal observação ao percebido durante o contato, muitos significados e sentidos, não foram a mim revelados. Lagrou elucida tal fato ao afirmar que "muitos artefatos e grafismos que marcam o estilo de diferentes grupos indígenas são materializações densas de complexas redes de interações que supõem conjuntos de significados" que não pude desvendar (Lagrou, 2010, p. 02). Nesse sentido, reflito que os desenhos colhidos fazem parte de um "Cosmos", cujos sentidos são amplos e alguns deles, conforme pude perceber, estão interditados à compreensão dos *Kraí*, o que por si só já se caracteriza como dado para a também compreensão da sociedade *Borum*, contradizendo o que se pensa muitas vezes das sociedades nativas – que são sociedades simples, cujas estruturas se repetem e podem, por analogia com outras, ser totalmente desvendadas. Conforme orienta Viveiros de Castro, ainda é difícil para nós, brancos, adentrarmos nos sentidos de outras etnias. Para traduzir - seguindo a orientação desse autor - "traindo" o menos possível, os sentidos e significações dados aos desenhos pelos borum, devemos lutar "contra os automatismos intelectuais de nossa tradição, e não menos, e pelas mesmas razões, com os paradigmas descritivos

e tipológicos produzidos pela antropologia a partir de outros contextos socioculturais" (Viveiros de Castro, ib., p. 15).

À Guisa de uma Conclusão

Na *Takruktektek*, portanto, a presença de formas com valores, significados e sentidos complexos através das quais portanto, trouxe a possibilidade de um inventário do "Cosmos" *Borum*. Nelas, o espaço espiritual/simbólico transita para o espaço geográfico, "espiritualizando-o", sacralizando-o. Espaços dinâmicos, mutáveis, plásticos, híbridos assim como a própria sociedade *Borum*, cujas ações são provenientes de um "cosmos" aberto, permeado por um mundo material/geográfico e espiritual/simbólico-cultural. Nesta sociedade, portanto, códigos culturais são apropriados, fronteiras se mostram permeáveis, costumes se mesclam.

Neste sentido, as identidades que caracterizam os *borum* estão materializadas, como consequência, "na geografia do lugar", favorecendo o sentimento de territorialidade e delimitando espaços com códigos culturais híbridos: os tradicionais mantendo a coesão deixando, no entanto, entrever a apropriação de novos códigos. Os vários grupos localizados no território geográfico *Krenak* demonstram e, em particular, o grupo *Athorãn*, grupo da etnia *krenak* com o qual pude ter mais contato, que limites também estão colocados como forma de preservação dos valores centrais da sociedade *Borum*: os componentes da natureza/cultura *Borum* favorecendo a construção e o fortalecimento dos sentimentos de identidade possibilitando, portanto, a convivência de duas forças – a da tradição e da contemporaneidade – e promovendo uma alteridade, o que faz surgir a originalidade, a particularidade.

Os desenhos da *Takruktektek* puderam, dessa forma, dar o contorno do que aqui é delineado. Puderam revelar o território simbólico-cultural *Krenak*. São ações que, analisadas, compreendidas e interpretadas, pelos valores que carregam, pelos significados que comportam, pelos sentidos que percebi existir para os borum, foram revelando o "desenho" do território *Krenak*. Na

sociedade *Borum*, portanto, estão presentes concepções de espaço e de território abertas, uma vez que as dimensões territoriais estão mais ligadas ao sagrado, ao sentido que dão a estes lugares, de lugares sagrados deixando em evidência, espaços profanos que ao serem "desenhados", são "consagrados", são transformados em territórios simbólicos.

Considerando os desenhos, portanto, como ações sociais, foi possível vislumbrar uma estrutura social e histórica da sociedade *Borum*, perceber nela, as interações humanas, os processos socioculturais e as identidades/alteridades, o que tornou possível vinculá-los ao estudo do território e das territorialidades. Tal perspectiva trouxe a possibilidade de, em trabalhos futuros, vincular também a história dos *borum* ao estudo da história da colonização e territorialização da região do Vale do Rio Doce saindo de uma visão ocidentalizada da formação de uma região para uma reflexão acerca da construção não linear da história do citado Vale.

A sociedade *Borum* se mostrou complexa, dinâmica, aberta e, portanto, portadora de uma hibridização de códigos, de etnias, de superposição de realidades e de identidades que me leva a perceber os limites deste trabalho. O contato com esta sociedade que, em muitos pontos se difere da nossa, é um convite a novas caminhadas, uma vez que, assim como os desenhos dos quais é portadora - tomando emprestado um termo muito usado na arte - se revelou plástica, corroborando a teoria de Weber: existe ali um "cosmos" incomensurável para ser analisado, interpretado e que pode permitir várias análises e interpretações do território *Krenak* e das territorialidades *borum*.

Referências

BAETA, A. **Memória Indígena no Médio Vale do Rio Doce-Arte Rupestre e Identidade Krenak.** 1998. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: FAE/UFMG.

CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. 1999. **Dicionário de Símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio.

CLAVAL, Paul. 2007. **A Geografia cultural**. Florianópolis: Edufsc.

ELIADE, Mircéa. 2008.

FERNANDES DIAS, José Antonio Braga. 2000. **Arte, Arte Índia, Artes Indígenas. Mostra do Redescobrimento**. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo.

FREUND, Julien. 1980. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense.

GEERTZ, Clifford. 1978. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. 2001. **Nova Luz sobre a Antropologia** — Rio de Janeiro: Zahar.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade** - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

KRENAK, Geovani. 2009. **ETNODESIGN: aplicação dos grafismos da etnia indígena Krenak no design de superfície.** Memorial descritivo. Governador Valadares: UNIVALE.

LAGROU, Elsje Maria. **Arte ou artefato? Agência e significado nas artes indígenas.** IN: Proa – Revista de Antropologia e Arte [on-line]. Ano 02, vol.01, n. 02, nov. 2010. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/proa/DebatesII/elslagrou.html.
Acesso em: 09/03/2011

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1970. **Pensamento Selvagem**. São Paulo: Cia. Editora Nacional.

MÜLLER, Regina Polo**. A arte dos índios e a arte contemporânea.** Ciência e Cultura Print ISSN 0009-6725 Cienc. Cult. vol.60 no.4 São Paulo Oct. 2008. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0009-6725&lng=en&nrm=iso Acesso em: 23/08/2010.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e Religião: uma abordagem geográfica.** Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **O Antropólogo e Sua Magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras.** São Paulo: Edusp, 2006. Disponível em: http://books.google.com.br/books.
Acesso em: 10/01/2011.

VENEROSO, Maria do Carmo. 2006. **Reflexões sobre o artista/pesquisador na Universidade.** NAZÁRIO, Luiz. FRANÇA, Patrícia (orgs.). In: Concepções contemporâneas de Arte. Belo Horizonte: UFMG.

VIEIRA, Luiz Renato. **Racionalização e Mudança Social em Weber.** Educação e Filosofia, 7 (14): 179-188, UFU - jul/dez 1993. Disponível em www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/.../1081/979

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A Inconstância da Alma Selvagem** – e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac-Naif, 2006.

Lista de Fotografias

Foto 1 – Desenhos na "Pedra da Pintura", a Takruktektek (acervo pessoal, fev/2010)



Foto 2 – Os borum Tã e Tãm no alto da Takruktektek (acervo pessoal, fev/2010)



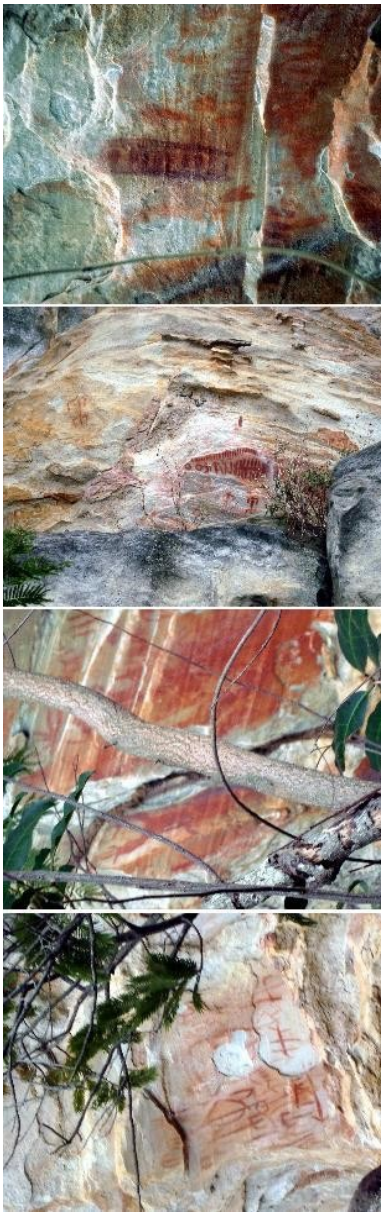
Foto 3 – Desenhos superpostos da Takruktektek - tons de vermelho em predominância (acervo pessoal, fev/2010).



Foto 4, 5 e 6 – Formas geometrizadas na Takruktektek, nos objetos e nos corpos dos borum (acervo pessoal, fev/2010)



Foto 7 – Desenhos da Takruktektek: 1. Formas geométricas; 2. Lagartos (thé-tché-tché); 3. Lagarto antropomorfo superposto; 4. Flechas, lanças (acervo pessoal, fev/2010)



Lista de Figuras

Figura 1 – Desenhos vetorizados criados pelo borum Geovani Krenak a partir das formas do "Cosmos" borum (acervo Geovani Krenak, 2009)

